

RELATÓRIO FINAL DO 63º CONAD – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional

Fortaleza/CE, 28 de junho a 1º de julho de 2018

Tema Central: Por um projeto classista e democrático de educação pública: em defesa da gratuidade, autonomia e liberdade acadêmica.

SUMÁRIO

PARTICIPANTES	4
ATAS	
• Ata da Plenária de Abertura e Posse da Diretoria do ANDES-SN gestão 2018-2020	11
• Ata da Plenária de Instalação	14
- Pauta e Cronograma do 63º CONAD	22
- Regimento do 63º CONAD	23
• Ata da Plenária do Tema I: Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 37º CONGRESSO	34
•	
• Ata da Plenária do Tema II – Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores	36
• Ata da Plenária do Tema III – Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores	48
• Ata da Plenária do Tema IV – Questões organizativas e financeiras	56
• Ata da Plenária de Encerramento	59
- Carta de Fortaleza	61
- Moções	64
RESOLUÇÕES	
TEMA II – Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores	
- Política Sindical	76
- Política de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria	77
- Política Educacional	77
- Questões Agrárias, Urbanas e Ambientais	78
- Política de Ciência e Tecnologia	79
- Política de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual	80

TEMA III – Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores	
- Avaliação e atualização do Plano de lutas do setor das IEES/IMES	82
- Avaliação e atualização do Plano de lutas do setor das IFES	83
TEMA IV – Questões organizativas e financeiras	
- Homologações: novas seções sindicais, alterações regimentais, transformação de associação de docente em seção sindical	85
- Comissão da Verdade do ANDES-SN	85
- Sede do 64º CONAD do ANDES-SN	86
- Prestação de Contas do exercício 2017	86
- Previsão Orçamentária para 2019	118
- Prestação de Contas do 37º CONGRESSO	119
Rateio do 63º CONAD	122
Caderno de Textos	125
Anexo ao Caderno de Textos	280
Textos apresentados na Plenária de Instalação e/ou ajustes e complementações	380

RELAÇÃO DO(A)S DELEGADO(A)S AO 63º CONAD

Nº	NOME	SEÇÃO SINDICAL	SETOR
1	Márcia Morschbacher	SEDUFMS	F
2	Suzana Maria Zatti Lima	SINDCEFET-MG	F
3	Fabiane Tejada da Silveira	ADUFPEL	F
4	Paulo Cesar Centoducatte	ADUNICAMP	E
5	Jurandir Gonçalves Lima	ADUFPI	F
6	Luís Augusto Vieira	ADUFG	F
7	Airton Paula Souza	ADUFS	F
8	Sandra Mara Alessi	APUFPR	F
9	Márcia Borges Umpierre	APROFURG	F
10	Antônio Jerônimo Netto	APUG	M
11	Sandra Maria Marinho Siqueira	APUB	F
12	Aldair Oliveira de Andrade	ADUA	F
13	Gilmar Barbosa Guedes	ADURN	F
14	João Vinícius Wirbitzki da Silveira	ADUFVJM	F
15	Marilene Lopes da Rocha	ADUFS-BA	E
16	Maria Lucia Werneck Vianna	ADUFRJ	F
17	Cintia Xavier	SINDUEPG	E
18	Tadeu Bello dos Santos	ADUNEB	E
19	José Luiz Moraes	ADUFRA	F
20	Antonio Rodrigues Belon	ADLESTE	F
21	Bianca Novaes de Mello	ADUFF	F
22	Manoel Estébio Cavalcante da Cunha	ADUFAC	F
23	Claudia Marques Roma	ADUFDOURADOS	F
24	Rodrigo Monteferrante Ricupero	ADUSP	E
25	Rúbia Liz Vogt de Oliveira	SSIND do ANDES-SN na UFRGS	F
26	Rubens Luiz Rodrigues	APESJF	F
27	Sâmbara Paula Francelino Ribeiro	SINDUECE	E
28	Alberto Handfas	ADUNIFESP	F
29	Günter Tlajja Leipnitz	SESUNIPAMPA	F
30	José Irelanio Leite de Ataíde	ADUFCG	F
31	Alair Silveira	ADUFMAT	F
32	Camila Maria dos Santos Moraes	ADUNIRIO	F
33	Luis Antônio Rosa Seixas	ADUFOP	F
34	Iracema de Oliveira Lima	ADUSB	E
35	Sirliane de Souza Paiva	APRUMA	F
36	Keila Lucio de Carvalho	ADCEFET-RJ	F
37	Edna do Socorro Silva Moreira	SINDUNIFESSPA	F
38	Fátima Aparecida Silva	APUR	F
39	Edmilson Aparecido da Silva	SESDUEM	E
40	José César de Abreu	SINDURCA	E
41	Liliana Faria Porto Borges	ADUNIOESTE	E
42	Luis Mauro S. Magalhães	ADUR-RJ	F
43	Gustavo Seferian S. Machado	ADUFLA	F
44	Eduardo Giavara	ADUFU	F
45	Luis Antonio Pasquetti	ADUnB	F
46	Deborah Fontenelle	ASDUERJ	E
47	Adriana D'Agostini	SSIND do ANDES-SN na UFSC	F
48	Juliana Bohnen Guimarães	ADUEMG	E
49	Carolina Emilia de Mello	ADOPEAD	E
50	Érika Suruagy de Assis Figueiredo	ADUFERPE	F
51	Lino Trevisan	SINDUTF-PR	F
52	Zaira Valeska D. da Fonseca	SINDUEPA	E
53	Alyne Maria Barbosa de Sousa	SINDCEFET-PI	F

54	Rosimê da Conceição Meguins	ADUFPA	F
55	Jaci Vieira	SESDUF-RR	F
56	Rosângela Assunção	ADCESP	E
57	Mauriene da Silva Freitas	ADUEPB	E
58	Leonardo Severo da Luz Neto	ADUNIR	F
59	Domingos Sávio da Cunha Garcia	ADUNEMAT	E
60	Arturo Rodolfo Samana	ADUSC	E
61	André Rodrigues Guimarães	SINDUFAP	F

RELAÇÃO DO(A)S OBSERVADORE(A)S AO 63º CONAD

Nº	NOME	SEÇÃO SINDICAL	SETOR
1	Júlio Ricardo Quevedo dos Santos	SEDUFMS	F
2	Laura Regina S. C. Mauricio da Fonseca	SEDUFMS	F
3	Luiz Carlos Nascimento da Rosa	SEDUFMS	F
4	Antônio Francisco Cruz Arapiraca	SINDCEFET-MG	F
5	Benedito Jesus Magalhães	SINDCEFET-MG	F
6	Francisco Carlos Duarte Vitória	ADUFPEL	F
7	Ariane Ferreira Porto Rosa	ADUFPEL	F
8	Renato Fabrício de Andrade Waldemarin	ADUFPEL	F
9	Celeste dos Santos Pereira	ADUFPEL	F
10	Giovanni Felipe Ernst Frizzo	ADUFPEL	F
11	José Vitorio Zago	ADUNICAMP	E
12	Nilo Sérgio Sabbião Rodrigues	ADUNICAMP	E
13	Wagner de Melo Romão	ADUNICAMP	E
14	Sérgio Santos Mühlen	ADUNICAMP	E
15	Agostinho Júnior Holanda Coe	ADUFPI	F
16	Mairton Celestino da Silva	ADUFPI	F
17	Jaaziel de Carvalho Costa	ADUFPI	F
18	Priscila Teixeira de Souza Carneiro	ADUFPI	F
19	Mônica Núbia Albuquerque Dias	ADUFPI	F
20	Maria do Socorro Soares	ADUFPI	F
21	Júlio César Gandarela Rezende	ADUFS	F
22	Beatriz Tupinambá Freitas	ADUFS	F
23	Olinto Silveira Alves Filho	ADUFS	F
24	Cassio Alves	APUFPR	F
25	Milena Maria Costa Martinez	APUFPR	F
26	Paulo de Oliveira Perna	APUFPR	F
27	Maria Suely Soares	APUFPR	F
28	Raimundo Alberto Tostes	APUFPR	F
29	Marcia Marzagão Ribeiro	APUFPR	F
30	João Francisco R. K. Negrão	APUFPR	F
31	Celina Lacerda Ferreira	APUFPR	F
32	Cristiano Ruiz Engelke	APROFURG	F
33	Billy Graeff Bastos	APROFURG	F
34	Eduardo Antunes Dias	APROFURG	F
35	Eduardo Dias Forneck	APROFURG	F
36	Gustavo Borba de Miranda	APROFURG	F
37	Tatiana Walter	APROFURG	F
38	Volmir Cardoso Pereira	ADUEMS	E
39	Gilberto Correia da Silva	APUG	M
40	Joel Moisés Silva Pinho	APUG	M
41	João César Abreu de Oliveira Filho	SINDUNIVASF	F
42	Viviane Vidal da Silva	ADUA	F
43	Milena Fernandes Barroso	ADUA	F

44	José Alcimar de Oliveira	ADUA	F
45	Hamida Assunção Pinheiro	ADUA	F
46	Gracinete Bastos de Souza	ADUFS-BA	E
47	Antônio Rosevaldo Ferreira da Silva	ADUFS-BA	E
48	Raquel Cruz Freire Rodrigues	ADUFS-BA	E
49	Afrânio Farias de Melo Junior	ADUNIMONTES	E
50	Narciso Ferreira dos Santos Neto	ADUNIMONTES	E
51	Felipe Rosa	ADUFRJ	F
52	Ligia Bahia	ADUFRJ	F
53	Tatiana Sampaio	ADUFRJ	F
54	Maria Cristina Miranda da Silva	ADUFRJ	F
55	Regina Célia de Souza Pugliese	ADUFRJ	F
56	Luis Eduardo Acosta	ADUFRJ	F
57	Arcélio Benetoli	SINDUEPG	E
58	Maria Almeida de Oliveira	ADUNEB	E
59	Benedito Gomes dos Santos Filho	ADUFRA	F
60	Marina Cavalcanti Tedesco	ADUFF	F
61	Adriana Machado Penna	ADUFF	F
62	Elizandra Garcia da Silva	ADUFF	F
63	Antoniana Dias Defilippo Bigogno	ADUFF	F
64	Luiz Fernando Rojo	ADUFF	F
65	Maria Onete Lopes Ferreira	ADUFF	F
66	Arley José Silveira da Costa	ADUFF	F
67	João Claudino Tavares	ADUFF	F
68	Marcus Vinícius Athaydes Liesenfeld	ADUFAC	F
69	Cássio Knapp	ADUFDOURADOS	F
70	César Augusto Minto	ADUSP	E
71	Ciro Teixeira Correia	ADUSP	E
72	Everaldo de Oliveira Andrade	ADUSP	E
73	Michele Schultz Ramos	ADUSP	E
74	Marina Barbosa Pinto	APESJF	F
75	Augusto Santiago Cerqueira	APESJF	F
76	Raquel Von Randow Portes	APESJF	F
77	Lisleandra Machado	APESJF	F
78	Giselle Moraes Moreira	APESJF	F
79	Elda Maria Freire Maciel	SINDUECE	E
80	Nilson de Souza Cardoso	SINDUECE	E
81	Edmilson Alves Maia Júnior	SINDUECE	E
82	Erlênia Sobral do Vale	SINDUECE	E
83	Lena Lúcia Espíndola Rodrigues	SINDUECE	E
84	Caroline Magalhães Lima	SINDUECE	E
85	Luciola Andrade Maia	SINDUECE	E
86	Epitácio Macário Moura	SINDUECE	E
87	Lia Matos Brito de Albuquerque	SINDUECE	E
88	José Eudes Baima Bezerra	SINDUECE	E
89	José Auri Pinheiro	SINDUECE	E
90	Pedro Claesen Dutra Silva	SINDUECE	E
91	Frederico Jorge Ferreira Costa	SINDUECE	E
92	Lucilane Maria Sales da Silva	SINDUECE	E
93	Geandra Cláudia Silva Santos	SINDUECE	E
94	Marisa Ferreira Aderaldo	SINDUECE	E
95	Marcony Silva Cunha	SINDUECE	E
96	Camila Dutra dos Santos	SINDUECE	E
97	Maria Lenúncia de Moura	SINDUECE	E
98	Maria Neuma Pereira Lopes	SINDUECE	E
99	Helena de Araújo Freres	SINDUECE	E
100	Raquel de Brito Sousa	SINDUECE	E
101	Paula Raquel Silva Jales	SINDUECE	E

102	Marly Medeiros de Miranda	SINDUECE	E
103	José Alex Soares Santos	SINDUECE	E
104	Alexandre Araújo Costa	SINDUECE	E
105	Ruth Ribeiro Bittencourt	SINDUECE	E
106	Zilvanir Fernandes Queiroz	SINDUECE	E
107	Eudênio Bezerra da Silva	SINDUECE	E
108	Júnia Marise Matos Sousa	ASPUV	F
109	Allain Wilhan Silva de Oliveira	ASPUV	F
110	Christina Gontijo Fornaciari	ASPUV	F
111	Antônio Lisboa Leitão de Souza	ADUF CG	F
112	Antonio Gomes da Silva	ADUF CG	F
113	Reginaldo França Junior	ADUF CG	F
114	Clarianna Martins B. Silva	ADUF MAT	F
115	Patrícia da Costa Marisco	ADUF MAT	F
116	Adriana Queiroz do Nascimento	ADUF MAT	F
117	Haya Del Bell	ADUF MAT	F
118	Willian Gonçalves Soares	ADUNIRIO	F
119	Enedina Soares	ADUNIRIO	F
120	Silvia Regina Novoa Louzada	ADUNIRIO	F
121	Joaquim Batista de Toledo	ADUF OP	F
122	Paula Silva Leão	ADUF OP	F
123	Paulo Araquem Ramos Cairo	ADUSB	E
124	Vinicius Correia Santos	ADUSB	E
125	Andrea Gomes da Silva	ADUSB	E
126	Saulo Pinto Silva	APRUMA	F
127	Célia Soares Martins	APRUMA	F
128	Marisa Brandão Rocha	ADCEFET-RJ	F
129	Cinthyia Marques do Nascimento	SINDUNIFESSPA	F
130	Antônio Eduardo Alves de Oliveira	APUR	F
131	Márcia Campos Andrade	SESDUEM	E
132	Zuleide Fernandes de Queiroz	SINDURCA	E
133	Flávio Pereira	ADUNIOESTE	E
134	Wilson Camilo Chaves	ADUFSJ	F
135	Cláudio Alberto dos Santos	ADUFSJ	F
136	Antonio Mayhé	ADUR-RJ	F
137	Carlos Domingos	ADUR-RJ	F
138	Dan D'Onofre	ADUR-RJ	F
139	Gustavo Costa de Souza	ADUFLA	F
140	Benerval Pinheiro Santos	ADUFU	F
141	Célia Rocha Calvo	ADUFU	F
142	Luiz Caetano Salles	ADUFU	F
143	Clarice Carolina Ortiz Camargo	ADUFU	F
144	Eduardo Fraga Tullio	ADUFU	F
145	Manoel Pereira de Andrade	ADUnB	F
146	Martin-Leon-Jacques Ibanez Novion	ADUnB	F
147	Valdenizia Bento Peixoto	ADUnB	F
148	Raimundo Luiz Silva Araújo	ADUnB	F
149	Patrícia Cristina Pinheiro de Almeida	ADUnB	F
150	Maria Auxiliadora Cesar	ADUnB	F
151	Clarice Aparecida dos Santos	ADUnB	F
152	Ariuska Karla Barbosa Amorim	ADUnB	F
153	Aldira Guimarães D. Dominguez	ADUnB	F
154	Maria Elenita Menezes Nascimento	ADUnB	F
155	Virgilio Caixeta Arraes	ADUnB	F
156	Carlos Eduardo Vidigal	ADUnB	F
157	Ana Lúcia Carneiro Sarmento	ADUnB	F
158	Osmar Riehl	ADUnB	F
159	Eliene Novaes Rocha	ADUnB	F

160	Rosineide Freitas	ASDUERJ	E
161	Rodrigo dos Reis	ASDUERJ	E
162	Maria Regina de Ávila Moreira	SSIND do ANDES-SN na UFSC	F
163	Mauro Titton	SSIND do ANDES-SN na UFSC	F
164	Henrique Finco	SSIND do ANDES-SN na UFSC	F
165	Ricardo André Avelar de Nóbrega	SESDUENF	E
166	Cristiano Bonneau	ADUFPB	F
167	Francileide de Araújo Rodrigues	ADUFPB	F
168	Mariza de Oliveira Pinheiro	ADUFPB	F
169	Saulo Emmanuel Vieira Maciel	ADUFPB	F
170	Antonio Joaquim Rodrigues Feitosa	ADUFPB	F
171	Leyla Abrantes M. Rabelo	ADOPEAD	E
172	Tarcisio Augusto Alves	ADUFERPE	F
173	Eduardo Jorge Souza da Silva	ADUFERPE	F
174	Flávio Dantas Albuquerque Melo	ADUFERPE	F
175	Levy Paes Barreto	ADUFERPE	F
176	Nilson Pereira de Carvalho	ADUFERPE	F
177	Edson Domingos Fagundes	SINDUTF-PR	F
178	Antônio Luiz da Silva Sousa	SINDCEFET-PI	F
179	Sandra Bernadete Silva Moreira	ADUFPA	F
180	Waldir Ferreira de Abreu	ADUFPA	F
181	Maria Isabel Duarte Rodrigues	ADUFPA	F
182	Erneida Coelho Araújo	ADUFPA	F
183	Jorge Moraes Costa	ADUFPA	F
184	Sandra Buenfunte	SESDUF-RR	F
185	Harlon Homem de Lacerda	ADCESP	E
186	Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas	ADUEPB	E
187	Maria de Lourdes Sarmento	ADUEPB	E
188	Victor Ximenes Marques	ADUFABC	F
189	José Antonio da Rocha Pinto	ADUFES	F
190	Leonardo de Resende Dutra	ADUFES	F
191	Marison Luiz Soares	ADUFES	F
192	Rosilene Guimarães Ferraz	ADUFES	F
193	Ana Carolina Galvão Masiglia	ADUFES	F
194	Rafael Vieira Teixeira	ADUFES	F
195	Raphael Góes Furtado	ADUFES	F
196	Donato de Oliveira	ADUFES	F
197	Marcelo Martins Barreira	ADUFES	F
198	Francisco Mauri de Carvalho Freitas	ADUFES	F
199	Valter Pires Pereira Schiavo	ADUFES	F
200	Iguatemi Santos Rangel	ADUFES	F
201	Luciene Neves Santos	ADUNEMAT	E
202	Luís Antonio Shigueharu Ohira	ADUNEMAT	E
203	Ary Gertes Carneiro Junior	ADUNEMAT	E
204	Alexandre Marcondys	SINDUFAP	F
205	Antônia Costa Andrade	SINDUFAP	F
206	Ilma de Andrade Barleta	SINDUFAP	F
207	Alexandre Pereira	SINDUFAP	F
208	Agripino Alves	SINDUFAP	F
209	Francisco Orinaldo Pinto Santiago	SINDUFAP	F

RELAÇÃO DO(A)S CONVIDADO(A)S AO 63º CONAD

Nº	NOME	ENTIDADE	SETOR
1	Maria Rosaria Barbato	APUBH	F
2	Ana Elisa Cruz Corrêa	APUBH	F
3	Mario Marcos Sampaio Rodarte	APUBH	F
4	Amauri Fragoso de Medeiros	ANDES-SN GESTÃO 2016-2018	
5	Alexandre Galvão Carvalho	ANDES-SN GESTÃO 2016-2018	

ATAS

ATA DA PLENÁRIA DE ABERTURA DO 63º CONAD E POSSE DA DIRETORIA DO ANDES-SN GESTÃO 2018-2020

Às 10h10 horas e dez minutos do dia 28 de junho de 2018, no Auditório Central da Universidade Estadual do Ceará - UECE, Campus do Itaperi, em Fortaleza/CE, deu-se início a Plenária de Abertura do 63º CONAD do ANDES-SINDICATO NACIONAL e posse da Diretoria do ANDES-SN gestão 2018-2020. Foram convidados a fazer parte da mesa Eblin Joseph Farage, Presidente do ANDES-SN; Alexandre Galvão Carvalho, Secretário-Geral; Amauri Fragoso de Medeiros, 1º Tesoureiro; Antonio Gonçalves Filho, Presidente eleito do ANDES-SN gestão 2018-2020; a 1ª Tesoureira eleita do ANDES-SN Raquel Dias Araújo; o 1º Vice-Presidente Regional Nordeste I eleito, Osmar Gomes de Alencar Júnior; a presidente da SINDUECE, professora Sâmbara Paula Francelino Ribeiro; a representante da CSP-Conlutas, Rejane de Oliveira; o Reitor da UECE, Jackson Sampaio; o representante do MTST, Fábio Rodrigues; o representante do MOSAP, Edison Haubert; e a representante da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, Celeste dos Santos Pereira. Foi anunciada a presença do representante do SINTUFC. Em seguida, a palavra foi franqueada aos componentes da mesa que saudaram os presentes, destacaram a importância política do evento e desejaram uma boa gestão à diretoria. Posteriormente às falas dos componentes da mesa, a Presidente do ANDES-SN, Eblin Farage convidou os professores Erlando, Caiuá, Ana Maria, Caroline e Adriana, representando a Comissão Editorial da Revista Universidade e Sociedade para lançar a edição semestral da Revista Universidade e Sociedade (62) e o número especial da referida publicação cujo tema é “130 anos da escravidão no Brasil”. Foram chamados também o(a)s diretores(a)s Maurício, Emerson, Cristine, Jacqueline, Suelene e Madalena para o lançamento da Cartilha “Crise de financiamento das universidades federais e da Ciência Pública”. Em seguida, a funcionária Maria de Fátima foi convidada para receber uma homenagem pelos 34 anos de trabalho no ANDES-SN. Ato contínuo a companheira Shyrlei Rosendo, da ONG Redes de Desenvolvimento da Maré relembrou o brutal assassinato da Vereadora Marielle Franco e o importante papel que a mesma desempenhou nas lutas sociais. Na sequência Eblin fez o seu discurso de encerramento da gestão à frente da presidência do ANDES-SN e entregou o Relatório Político e Financeiro da diretoria gestão 2016-2018 para o presidente eleito, professor Antônio Gonçalves. A professora Eblin passou a palavra ao professor Alexandre Galvão Carvalho, secretário geral que declarou: Faz-se mister registrar as seguintes ressalvas: a) a 2ª Vice-Presidente eleita Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus (ADUFS) não toma posse neste momento em razão da sua candidatura ao Senado Federal nas eleições de 2018; b) a 1ª Tesoureira Regional Nordeste I eleita Zuleide Fernandes de Queiroz (SINDURCA) não toma posse neste momento em razão da sua candidatura como Deputada Federal nas eleições de 2018; a 1ª Tesoureira Regional Planalto eleita Camila Aparecida de Campos (ADCAC) não toma posse neste momento em razão da sua pré-candidatura a Deputada Estadual nas eleições de 2018. Após o registro, o Secretário-Geral passou à leitura do Ato de Posse da diretoria eleita para o biênio 2018-2020: ATO DE POSSE DA DIRETORIA ELEITA PARA O BIÊNIO 2018 – 2020 DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – ANDES-SN. No dia 28 de junho de 2018, às 9h30, no Auditório Central da Universidade Estadual do Ceará, *Campus* do Itaperi, em Fortaleza/CE, na Plenária de Abertura do 63º CONAD do ANDES-SINDICATO NACIONAL, de acordo com o Estatuto do ANDES-SN, art. 30, inciso VIII e art. 55, tomou posse a Diretoria eleita para o biênio 2018-2020, com mandato iniciando-se no dia 28 de junho de 2018 e o

término no dia 27 de junho de 2020 e tendo como presidente o professor Antônio Gonçalves Filho, conforme os resultados proclamados pela Comissão Eleitoral Central, no dia 16 de maio de 2018, da eleição por voto secreto dos sindicalizados ao ANDES-SN, realizada nos dias 9 e 10 de maio de 2018. De um total de 69.152 (sessenta e nove mil cento e cinquenta e dois) sindicalizados na base do ANDES-SN aptos a votar, votaram 16.887 (dezesesseis mil oitocentos e oitenta e sete) sindicalizados, correspondendo a 24,42% do total sindicalizados. Deste total de votantes, a Chapa 1 obteve 8.732 (oito mil setecentos e trinta e dois) votos, (51,71%); a Chapa 2 obteve 7.215 (sete mil duzentos e quinze) votos, (42,73%); outros 481 (quatrocentos e oitenta e um) votos foram em branco (2,85%), e 459 (quatrocentos e cinquenta e nove) foram nulos (2,72%). Em seguida o Presidente eleito Antonio Gonçalves Filho (APRUMA) assinou o Ato de posse sendo seguido no mesmo gesto pelo(a)s demais diretores(a)s eleito(a)s 1ª Vice-Presidente: Qelli Viviane Dias Rocha (ADUFMAT); 2ª Vice-Presidente: Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus (ADUFS); 3ª Vice-Presidente: Ana Maria Ramos Estevão (ADUNIFESP); Secretária-Geral: Eblin Joseph Farage (ADUFF); 1ª Secretária: Caroline de Araújo Lima (ADUNEB); 2ª Secretária: Jacqueline Rodrigues de Lima (ADUFG); 3º Secretário: Roberto Camargos Malcher Kanitz (ADUEMG); 1ª Tesoureira: Raquel Dias Araújo (SINDUECE); 2º Tesoureiro: Cláudio Anselmo de Souza Mendonça (APRUMA); 3º Tesoureiro: Erlando da Silva Rêses (ADUnB) - Regional Norte I: 1ª Vice-Presidente: Katia de Araújo Lima Vallina (ADUA); 2ª Vice-Presidente: Madalena Vange Medeiros do Carmo Borges (SESDUF-RR); 1ª Secretária: Maria Rosaria do Carmo (ADUA); 2º Secretário: Antônio Carlos Ribeiro Araújo Júnior (SESDUF-RR); 1º Tesoureiro: Antonio José Vale da Costa (ADUA); 2º Tesoureiro: Bernardo Thiago Paiva Mesquita (SINDUEA) - Regional Norte II: 1ª Vice-Presidente: Suelene Leite Pavão (ADUFPA); 2º Vice-Presidente: Emerson Duarte Monte (SINDUEPA); 1º Secretário: Francisco Orinaldo Pinto Santiago (SINDUFAP); 2º Secretário: Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); 1º Tesoureiro: Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); 2ª Tesoureira: Maria Isabel Duarte Rodrigues (ADUFPA) - Regional Nordeste I: 1º Vice-Presidente: Osmar Gomes de Alencar Junior (ADUFPI); 2º Vice-Presidente: Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); 1º Secretário: Aurean D'Eça Júnior (APRUMA); 2ª Secretária: Filadelfia Carvalho de Sena (ADUFPI); 1ª Tesoureira: Zuleide Fernandes de Queiroz (SINDURCA); 2ª Tesoureira: Rosilda Silva Dias (APRUMA) - Regional Nordeste II: 1º Vice-Presidente: Josevaldo Pessoa da Cunha (ADUFPG); 2ª Vice-Presidente: Cristine Hirsch Monteiro (ADUFPB); 1º SECRETÁRIO: Alexsandro Donato Carvalho (ADUERN); 2º Secretário: Gilmar Barbosa Guedes (ADURN); 1º Tesoureiro: Renato Machado Saldanha (ADUFEPE); 2º Tesoureiro: Cauê Guion de Almeida (ADUFERPE) - Regional Nordeste III: 1º Vice-Presidente: Luiz Henrique dos Santos Blume (ADUSC); 2º Vice-Presidente: Benedito Carlos Libório Caires Araújo (ADUFS); 1º Secretário: Vinicius Correia Santos (ADUSB); 2º Secretário: Marcos Antônio da Silva Pedrosa (ADUFS); 1º Tesoureiro: José Milton Pinheiro de Souza (ADUNEB); 2ª Tesoureira: Sandra Maria Marinho Siqueira (APUB) - Regional Planalto: 1º Vice-Presidente: Maurício Alves da Silva (SESDUFT); 2º Vice-Presidente: Fernando Lacerda Júnior (ADUFG); 1º Secretário: Gilberto Correia da Silva (APUG); 2º Secretário: Carlos Augusto de Oliveira Diniz (ADCAJ); 1ª Tesoureira: Camila Aparecida de Campos (ADCAC) 2º Tesoureiro: Hugo Leonardo Fonseca da Silva (ADUFG) - Regional Pantanal: 1º Vice-Presidente: Reginaldo Silva de Araujo (ADUFMAT); 2ª Vice-Presidente: Roseli Rocha (ADUEMS); 1ª Secretária: Gisele Mocci (Haya Del Bel) (ADUFMAT); 2º Secretário: Marcilio Rodrigues Lucas (ADUFDOURADOS); 1º Tesoureiro: Mauricio Farias Couto (ADUFMAT); 2ª Tesoureira: Thielide Verônica da

Silva Pavanelli Troian (ADUNEMAT) - Regional Leste: 1º Vice-Presidente: Antonio Libério de Borba (SINDCEFET-MG); 2º Vice-Presidente: Ricardo Roberto Behr (ADUFES); 1º Secretário: João Antônio Corrêa Filho (ADUFSJ); 2º Secretário: Joacir Teixeira de Melo (APESJF); 1º Tesoureiro: Joaquim Batista de Toledo (ADUFOP); 2º Tesoureiro: Júlio Silvío de Sousa Bueno Filho (ADUFLA) - Regional Rio de Janeiro: 1ª Vice-Presidente: Mariana Trotta Dallalana Quintans (ADUFRJ); 2ª Vice-Presidente: Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa (ADUFF); 1º Secretário: Dan Gabriel D'Onofre Andrade Silva Cordeiro (ADUR-RJ); 2º Secretário: Ricardo André Avelar da Nóbrega (SESDUENF); 1ª Tesoureira: Rosineide Cristina de Freitas (ASDUERJ); 2ª Tesoureira: Camila Maria dos Santos Moraes (ADUNIRIO) - Regional São Paulo: 1º Vice-Presidente: Rodrigo Medina Zagni (ADUNIFESP); 2º Vice-Presidente: Osvaldo Luis Angel Coggiola (ADUSP); 1º Secretário: Eduardo Pinto e Silva (ADUFSCAR); 2º Secretário: Luiz Augusto Normanha Lima (ADUNESP); 1ª Tesoureira: Ana Paula Santiago do Nascimento (ADUNIFESP); 2ª Tesoureira: Jane Barros Almeida (Regional SP) - Regional Sul: 1ª Vice-Presidente: Silvana Heidemann Rocha (SINDUTF-PR); 2ª Vice-Presidente: Adriana Hessel Dalagassa (APUFPR); 1º Secretário: Daniel Luiz Nedel (SESUNILA); 2ª Secretária: Bartira Cabral da Silveira Grandi (SSind do ANDES-SN na UFSC); 1ª Tesoureira: Maria Suely Soares (APUFPR); 2º Tesoureiro: Fernando Humel Lafratta (APRUDESC) - Regional Rio Grande do Sul: 1º Vice-Presidente: Carlos Alberto da Fonseca Pires (SEDUFMS); 2º Vice-Presidente: Caiuá Cardoso Al-Alam (SESUNIPAMPA); 1º Secretário: Guintier Tlajja Leipnitz (SESUNIPAMPA); 2º Secretário: Robert Charles Ponge (SSind do ANDES na UFRG); 1º TESOUREIRO: Mário Augusto Correia San Segundo (Regional RGS); 2º TESOUREIRO: Gustavo Borba de Miranda (APROFURG). Finalizando o ato, Eblin declarou empossada a Diretoria (Gestão 2018-2020) e passou a condução dos trabalhos para o prof. Antonio Gonçalves Filho que proferiu o seu discurso. Ao final convidou os professores Alexandre Galvão e Amauri Fragoso a permanecerem no evento como convidados e os delegado(a)s, observadore(a)s para as próximas plenárias declarando encerrada a Plenária de Abertura. Nada mais havendo a tratar eu, Alexandre Galvão Carvalho, Secretário-Geral da gestão 2016-2018, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pela Presidente do ANDES-SN, Eblin Joseph Farage, gestão 2016-2018.

Alexandre Galvão Carvalho
Secretário-Geral

Eblin Joseph Farage
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO DO 63º CONAD DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Às quatorze horas e trinta minutos do dia 28 de junho de 2018, no Auditório Central da Universidade Estadual do Ceará (UECE), na cidade de Fortaleza/CE, após verificado o *quorum* regimental de vinte e oito delegados, deu-se início aos trabalhos da Plenária de Instalação do 63º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional. A Mesa Coordenadora dos trabalhos dessa plenária foi composta pelos seguintes diretores do ANDES-SN: Prof. Antonio Gonçalves Filho (presidente), Profª Eblin Farage (secretária-geral), Profª Raquel Dias (1ª tesoureira) e Prof.ª Elizabeth Barbosa (secretária da mesa). O Presidente da Mesa saudou os congressistas, apresentou a ordem dos trabalhos e informou que até o início da Plenária, o 63º CONAD registrava a participação de 67 seções sindicais e 56 delegado(a)s. Na sequência, a palavra foi passada à secretária-geral para a leitura do Regimento do 63º CONAD, e esta ressaltou que os destaques do Regimento seriam discutidos após sua leitura. Procedeu-se então à leitura do Regimento, capítulo a capítulo, para o registro dos destaques. Em seguida, passou-se à discussão dos destaques apresentados pela plenária. O primeiro destaque, do Prof. Ciro, no artigo nono, parágrafo quarto: “*O quorum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 63º CONAD é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros com direito a voto*”. A secretária-geral, Prof.ª Eblin Farage, esclareceu as mudanças em relação a esse parágrafo e ao art. 19 § 3º, para viabilizar os grupos mistos diante da possibilidade de falta de *quorum*, em função de ausências de delegado(a)s para iniciar os trabalhos nos grupos mistos. O Prof. Lisboa sugeriu a mudança no art. 19 § 3º, com a substituição da expressão “delegado(a)s presentes” por “delegado(a)s inscrito(a)s”. Submetida à deliberação, a proposta de modificação foi aprovada. A Mesa submeteu à Plenária o Regimento do 63º CONAD com as modificações aprovadas, tendo este sido aprovado por unanimidade ficando com a seguinte redação final: ***Capítulo I Do 63º CONAD Art. 1º O 63º CONSELHO do ANDES-SINDICATO NACIONAL (CONAD), previsto no inciso II, do art. 13, do Estatuto do Sindicato, convocado pela diretoria, conforme o inciso XII, do art. 30, reunir-se-á no período de 28 de junho a 1º de julho de 2018, em Fortaleza (CE), organizado pela SINDUECE Seção Sindical do ANDES-SN. Parágrafo único. O período de realização do 63º CONAD poderá ser estendido, pela plenária de encerramento, para o dia 2 de julho de 2018. Art. 2º O 63º CONAD é instância deliberativa intermediária do ANDES-SN, conforme os artigos 22 e 24 do Estatuto do ANDES-SN. Art. 3º O 63º CONAD tem como finalidade deliberar sobre a pauta e o cronograma de atividades no seu início, de acordo com o disposto no art. 27 e parágrafos do Estatuto do ANDES-SN. Capítulo II Das Atribuições Art. 4º São atribuições do 63º CONAD: I - deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do 37º CONGRESSO do ANDES-SN, lhe foram atribuídas, nos limites dessa atribuição; II - implementar o cumprimento das deliberações do 37º CONGRESSO do ANDES-SN; III - regulamentar, quando necessário, as deliberações do 37º CONGRESSO do ANDES-SN; IV - exercer as funções de conselho fiscal do ANDES-SN, nos termos do seu Estatuto; V - examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentados pela diretoria; VI - decidir sobre os recursos interpostos às decisões da diretoria; VII - convocar, extraordinariamente, o CONGRESSO do ANDES-SN; VIII - aplicar penalidades de advertência e suspensão a sindicalizados***

do ANDES-SN, conforme o disposto no art. 11 do Estatuto do ANDES-SN; IX - criar comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes, bem como, havendo motivação para tanto, extingui-las; X - alterar a contribuição financeira dos sindicalizados, ad referendum do CONGRESSO do ANDES-SN subsequente; XI - homologar a constituição de seções sindicais (S.SIND.), bem como a transformação de associações de docentes (AD) em seções sindicais e as alterações nos seus regimentos, ad referendum do CONGRESSO subsequente. Art. 5º Estabelecer, se houver motivos imperiosos e justificados, diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º do Estatuto do ANDES-SN. **Parágrafo único.** As diretrizes às quais se refere o caput deste artigo não podem contrariar decisões tomadas em CONGRESSOS anteriores do ANDES-SN, ficando sujeitas à ratificação no CONGRESSO imediatamente subsequente.

Capítulo III Dos Participantes Art. 6º São participantes do 63º CONAD: I - um(a) delegado(a) de cada seção sindical (S.Sind) ou AD - seção sindical (AD-S.Sind.), escolhido(a) na forma deliberada por sua assembleia geral (art. 25, inciso I, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto; II - um(a) delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as), via secretaria regional, escolhido(a) na forma deliberada pela respectiva assembleia geral (art. 25, inciso II, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto; III - uma representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN; IV - o(a) presidente do ANDES-SN, com direito a voz e a voto; V - observadores(as) de S.SIND ou AD-S.SIND e de sindicalizados(as) via secretaria regional, com direito a voz; VI - os demais membros efetivos da diretoria em exercício (art. 32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (art. 32, V), com direito a voz; VII - os membros das comissões organizadora e diretora, com direito a voz; VIII - os(as) convidados(as) pela comissão organizadora ou diretora, devidamente credenciados(as) como tal, com direito a voz. § 1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SN não poderão participar como convidados(as), salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos; § 2º Cada delegado(a) devidamente credenciado(a) somente poderá ser substituído(a) uma única vez, durante a realização do 63º CONAD, obedecidas as seguintes condições: a) comprovar a necessidade de se ausentar definitivamente e registrar a respectiva substituição junto à comissão diretora; b) os(as) suplentes de delegados(as), indicados(as) para tal pelas assembleias gerais das S.Sind ou AD-S.Sind. e pelas assembleias gerais dos(as) sindicalizados(as) via secretaria regional, devem estar credenciados(as) como observadores(as); c) quando o(a) delegado(a) de S.Sind. ou AD-S.Sind. ou de sindicalizados(as) via secretaria regional comprovadamente se ausentar sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento. Art. 7º O(a) presidente do ANDES-SN preside o 63º CONAD, com direito a voz e a voto em suas sessões.

Capítulo IV Do Credenciamento Art. 8º A confirmação do credenciamento de delegados(as), observadores(as) e convidados(as) do 63º CONAD será das 9 (nove) horas às 12 (doze) horas e das 14 (quatorze) horas às 17h (dezessete) horas do dia 28 de junho de 2018, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação. § 1º Não haverá recebimento da documentação necessária ao credenciamento no dia 28 de junho de 2018, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação. § 2º Para o credenciamento de delegado(a) será exigida ata, ou extrato de ata, da assembleia geral que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença. A documentação deverá ser

enviada previamente, até às 24h do dia 27 de junho de 2018, para conad@andes.org.br. § 3º Para o credenciamento de observador(a), escolhido(a) em assembleia geral, será exigida ata, ou extrato de ata, que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença, e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.Sind. ou AD-S.Sind., justificando a situação. A documentação deverá ser enviada previamente, até as 24h do dia 27 de junho de 2018, para conad@andes.org.br. § 4º Para credenciamento de observadores(as) de sindicalizados(as), via secretaria regional, deve ser apresentada a ata da assembleia geral que os(as) escolheu. A documentação deverá ser enviada previamente para conad@andes.org.br. § 5º Cada delegado(a) ou observador(a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes. § 6º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária. § 7º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade dos documentos que credenciam os(as) demais delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.Sind, AD-S.Sind. ou secretaria regional, mediante requerimento à comissão diretora. § 8º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados na plenária de instalação, que deverá deliberar sobre os mesmos até o seu final.

Capítulo V Do Funcionamento Seção I Dos Órgãos Art. 9º São órgãos do 63º CONAD: I - Comissão Organizadora; II - Comissão Diretora; III - Grupos Mistos; IV - Plenárias; V - Comissão de Enfrentamento ao Assédio. § 1º A Comissão Organizadora será criada a partir da convocação. § 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de sua realização. § 3º A Comissão de Enfrentamento ao Assédio será criada na plenária de instalação do 63º CONAD. § 4º O quórum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 63º CONAD é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros com direito a voto. § 5º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos grupos mistos, o quórum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito a voto. § 6º As deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quórum previsto no § 4º deste artigo.

Seção II Da Comissão Organizadora Art. 10. A Comissão Organizadora do 63º CONAD é constituída por 4 (quatro) representantes da SINDUECE Seção Sindical e por 4 (quatro) diretores(as) do ANDES-SN. Art. 11. É de competência da Comissão Organizadora: I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 63º CONAD; II - organizar a sessão de abertura; III providenciar a reprodução, para o conjunto dos(as) participantes, dos textos cuja inclusão na pauta de discussões do evento tenha sido aprovada pela plenária de instalação; IV - responsabilizar-se pelas receitas e despesas, organizando o rateio entre as S.Sind e AD- S.Sind.; V - realizar, junto com a comissão diretora, o credenciamento dos(as) participantes.

Seção III Da Comissão Diretora Art. 12. A Comissão Diretora do 63º CONAD é composta pela Diretoria do ANDES-SN. Art. 13. É de competência da Comissão Diretora: I- responsabilizar-se pelo credenciamento dos(as) participantes; II - efetivar a substituição de delegados(as), de acordo com o disposto no § 2º, do art. 6º, deste Regimento; III - elaborar a prestação de contas para apreciação no próximo Congresso; IV - organizar e compor as mesas diretoras das plenárias, que deverão ser constituídas por diretores(as) do ANDES-SN; V - organizar a composição dos grupos mistos, em consonância com o disposto no art. 14 deste Regimento.

Parágrafo único. Das decisões da comissão diretora, cabe recurso à plenária subsequente.

Seção IV Dos Grupos Mistos Art. 14. Os grupos mistos são compostos por: I - delegados(as) de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), e

pelo(a) presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito a voz e a voto; II - observadores(as) de S.Sind. (AD-S.Sind.), sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), com direito a voz; III - diretores(as) do ANDES-SN, com direito a voz; IV - convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito a voz. § 1º. Cada grupo misto será composto de, no máximo, 35 (trinta e cinco) delegados(as), sendo este também o número máximo de observadores(as). § 2º Só poderá haver no mesmo grupo, mais de um observador(a) de uma mesma S.Sind. ou AD-S.Sind, ou mais de um observador(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) de uma mesma Secretaria Regional, caso o respectivo número de observadores(as) seja superior ao número de grupos mistos. Art. 15. Os grupos mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por um(a) coordenador(a), um(a) relator(a) e um(a) secretário(a). § 1º Os membros da mesa coordenadora de cada grupo misto serão eleitos pelos(as) delegados(as) componentes do grupo. § 2º O(A) coordenador(a) da mesa de cada grupo será eleito(a) entre os(as) delegados(as). § 3º O(a) relator(a) e o(a) secretário(a) poderão ser observadores(as) credenciados(as). § 4º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo poderão deliberar sobre proposta de alteração da mesa coordenadora. Art. 16. Compete ao(à) coordenador(a) dirigir os trabalhos do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com este Regimento. Parágrafo único. A Comissão Diretora do 63º CONAD deverá recomendar um ordenamento da distribuição dos textos e do Anexo ao Caderno de Textos, que será apresentado por um membro da diretoria do ANDES-SN em cada grupo misto, para o conjunto dos grupos mistos no sentido de buscar garantir que cada TR seja debatido em pelo menos um grupo misto do CONAD. Art. 17. Compete ao(à) Relator(a): I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com este Regimento e demais instruções da comissão diretora, fazendo constar do relatório o resultado da votação (número de votos favoráveis, contrários e de abstenções) de cada proposta submetida à apreciação; II - participar dos trabalhos previstos no art. 21 deste Regimento. Art. 18. Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades. Art. 19. As reuniões dos grupos mistos terão início nos horários estabelecidos no cronograma do 63º CONAD, observado o quórum mínimo de mais da metade dos(as) delegados(as) participantes do grupo. § 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quórum mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo. § 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, os trabalhos terão início com qualquer número de delegados(as) inscritos, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista e aberta uma 2ª (segunda) lista de presença. § 3º As deliberações só serão tomadas por mais da metade dos(a) delegados(as) inscritos em cada grupo de trabalho. Art. 20. Os(as) relatores(as) dos grupos mistos dispõem de um prazo máximo de 1 (uma) hora, após o encerramento da reunião, para sistematizar o relatório do grupo (via SIGRC - Sistema de Gerenciamento de Relatórios Consolidados) e entregar à comissão diretora o envelope com os materiais do seu grupo, sendo garantidas, pela comissão organizadora, as condições necessárias para tal. Art. 21. A consolidação dos relatórios de grupos mistos será feita pelos membros da comissão diretora, para tal designados, e, sempre que necessário, será solicitado auxílio dos(as) relatores(as) dos grupos mistos. Art. 22. Dos relatórios consolidados que serão apresentados às plenárias do 63º CONAD constarão, necessariamente: I - as propostas aprovadas por maioria simples; II - as propostas minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em pelo menos um dos grupos

mistos; III - as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora e, sempre que necessário, com o auxílio dos(as) relatores(as). Art. 23. Os grupos mistos terão a duração de 3 (três) horas. § 1º A duração prevista no caput deste artigo poderá, por deliberação do Grupo Misto, ser prorrogada por, no máximo 1 (uma) hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do 63º CONAD. § 2º Os grupos mistos poderão ter o início do trabalho antecipado por deliberação da sessão anterior, desde que não venha a interferir no funcionamento do 63º CONAD. Seção V Das Plenárias Art. 24. As plenárias são compostas por: I - delegados(as) de S.Sind (de AD-S.Sind.), sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito a voz e a voto; II - observadores(as) de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), com direito a voz; III - membros das comissões diretora e organizadora do 63º CONAD, com direito a voz; IV - convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da comissão diretora, com direito a voz. Art. 25. As plenárias do 63º CONAD serão dirigidas por mesas coordenadoras cada qual composta por 1 (um/uma) presidente, 1 (um/uma) vice-presidente, 1 (um/uma) 1º (1ª) secretário(a) e 1 (um/uma) 2º (2ª) secretário(a). § 1º A comissão diretora indica, entre os membros da diretoria do ANDES-SN, os(as) componentes da mesa coordenadora de cada plenária. § 2º A plenária poderá, com base no encaminhamento por ela aprovado, deliberar sobre proposta de modificação da composição da mesa coordenadora dos trabalhos. Art. 26. Compete ao(à) presidente da mesa coordenadora: I - preparar, com o(a) 1º (1ª) secretário(a), a ordem dos trabalhos da plenária; II - dirigir a plenária, orientando os debates e promovendo a votação, de acordo com este Regimento. Art. 27. Compete ao(à) vice-presidente da mesa coordenadora: I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades; II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos. Art. 28. Compete ao 1º (à 1ª) secretário(a): I - preparar, com o(a) presidente, a ordem dos trabalhos da plenária; II - elaborar o relatório final das deliberações da plenária; III - entregar à comissão organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 63º CONAD, o relatório respectivo, digitado e na forma definitiva. Parágrafo único. No caso das plenárias de instalação e de encerramento, caberá ao 1º (à 1ª) secretário(a) a elaboração e acompanhamento do protocolo/registo de cada sessão. Art. 29. Compete ao 2º (à 2ª) secretário(a): I - auxiliar o(a) 1º (1ª) secretário(a) em suas atividades; II - elaborar a ata da plenária; III - entregar à comissão organizadora, até 72 (setenta e duas) horas após o efetivo encerramento do 63º CONAD, a ata respectiva, digitada e na forma definitiva. Art. 30. A duração de cada plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte: I - Plenária de abertura: 2 (duas) horas; II - Plenária de instalação: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora; III - Plenária do tema I: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora; IV - Plenária do tema II: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora; V - Plenária do tema III: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora; VI - Plenária do tema IV: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora; VII - Plenária de encerramento: 2 (duas) horas. § 1º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no caput deste artigo - consideradas as respectivas prorrogações - terão seu encaminhamento decidido pela plenária. § 2º Compete à plenária de instalação: I - aprovar o Regimento e o Cronograma do 63º CONAD; II - deliberar

sobre recursos acerca de credenciamento ao 63º CONAD; III - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e nas deliberações do 63º CONAD, de textos encaminhados após o término do prazo para inclusão no anexo ao Caderno de Textos deste evento. § 3º Compete à plenária do tema I discutir os textos de conjuntura apresentados ao 63º CONAD, nos termos deste Regimento. § 4º As plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da plenária anterior. § 5º A plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário. Art. 31. A verificação do quórum, no início das plenárias do 63º CONAD, será feita por meio de lista de presença, na qual constará o nome do(a) delegado(a), o nome da S.Sind. ou AD-SSind. ou secretaria regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura. Parágrafo único. A verificação de quórum, em qualquer momento do andamento da plenária, será feita pela contagem de delegados(as), por meio do cartão de voto. Seção VI Da Comissão de Enfrentamento ao Assédio Art. 32. A Comissão será formada na plenária de instalação sendo composta por três membros da Diretoria do ANDES-SN e por dois membros indicados pela Diretoria da Seção Sindical, organizadora do evento, devendo a mesma ser composta por no mínimo 3/5 de pessoas do gênero feminino. Art. 33. A Comissão de Enfrentamento ao Assédio tem como finalidade: I - receber representações de assédio praticado contra participantes e colaboradores durante o período de realização do 63º CONAD; II - dar encaminhamento às representações recebidas no âmbito do 63º CONAD; III - propor, em parceria com a Comissão Organizadora, estratégias educativas e de prevenção ao assédio e demais opressões. Art. 34. A Comissão divulgará durante o evento, o local e horário de atendimento e o fluxo a ser seguido para a realização da representação. Art. 35. Recebida a representação, a Comissão deve convidar o(a) representante e o(a) representando(a) para uma reunião de oitiva, separadamente, registrando seus depoimentos em relatório assinado pelas partes e pela Comissão. Parágrafo único. O depoimento poderá ser gravado com a concordância do(a) depoente. Art. 36. A Comissão poderá, como encaminhamento para cada representação: I - realizar orientações e intervenções educativas, separadamente, imediatamente após depoimento do(a) representante e do(a) representado(a); II - sugerir à Comissão Organizadora a aplicação de sanções na forma do inciso VIII do artigo 4º deste Regimento; III - Após a plenária de encerramento a comissão enviará para a diretoria do ANDES- SN um relatório com a descrição das representações, da apuração e dos encaminhamentos; Parágrafo único. Caso o(a) representando(a) não seja sindicalizado(a), a comissão proporá outras medidas cabíveis para cada caso. Capítulo VI Das Discussões e Votações Art. 37. Quando uma proposição estiver em debate nas sessões dos grupos mistos e das plenárias, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever junto à mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições. Art. 38. Para a discussão de cada matéria, será estabelecido, a critério do grupo misto ou da plenária, um período de tempo compatível tanto com o atendimento da discussão dos tópicos correspondentes quanto com a duração estipulada, neste Regimento, para o funcionamento do grupo misto ou plenária. § 1º O número de inscrições observará o prazo definido no caput deste artigo. § 2º O plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento dos blocos de discussão. Art. 39. As discussões e as votações terão o seguinte procedimento: I - fase de discussão, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição; II - fase de encaminhamento de propostas, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição; III - fase de votação, mediante o levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do plenário. § 1º Na

*fase prevista no inciso II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor. Havendo posicionamento contrário e a favor, a palavra será concedida para a defesa de cada posição, alternadamente e em igual número de intervenções, com prévio conhecimento do plenário e dos(as) inscritos(as). § 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas: a) as aprovadas nos grupos mistos; b) as minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as), em pelo menos um grupo misto; c) as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora ou por esta em conjunto com os(as) relatores(as), nos termos do art. 22 deste Regimento; d) as oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização pelo plenário. Art. 40. As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições para discussão, sendo apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à plenária. § 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento. § 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento. Art. 41. As deliberações são adotadas por maioria simples dos(as) delegados(as) presentes em cada sessão, observado o disposto no art. 28 do Estatuto. Capítulo VII Das Disposições Gerais e Finais Art. 42. As propostas de moções devem ser enviadas por e-mail à secretaria do 63º CONAD (conad@andes.org.br), até às 18 (dezoito) horas do dia 30 de junho de 2018, endereçadas à comissão diretora, sendo especificados(as) os(as) proponentes e os(as) destinatários(as), estes(as) últimos(as) com endereço completo. § 1º As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do 63º CONAD; sendo, neste caso, participantes aqueles(as) estabelecidos(as) nos termos do art. 6º e incisos deste Regimento. § 2º A comissão diretora deve divulgar aos participantes do 63º CONAD o teor das moções propostas, até às 10 (dez) horas do dia 1º de julho de 2018. § 3º A critério da plenária de encerramento podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções, apresentadas até 30 (trinta) minutos antes do início dessa plenária, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto, cabendo à comissão diretora avaliar se atendem aos critérios estabelecidos. § 4º As propostas de moções das quais não constem o fato motivador, os destinatários com os respectivos endereços completos (devidamente digitados) e o título não serão recebidas para apreciação do 63º CONAD. § 5º As propostas de moções cujos temas já tenham sido objeto de discussão nas instâncias do 63º CONAD e que não foram aprovadas pelo plenário não serão acolhidas pelo CONAD. Art. 43. As contagens de votos nas plenárias serão efetuadas pelos integrantes da comissão diretora. Art. 44. Nos grupos mistos e nas plenárias, somente serão aceitas declarações de voto de delegados(as) que se abstiverem no momento da votação. § 1º Dentre as declarações de voto feitas nas plenárias, somente constarão do relatório final aquelas apresentadas, por escrito, à mesa coordenadora. § 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento ou a questões de ordem que a mesa coordenadora submeta à votação. Art. 45. A diretoria tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 63º CONAD, para divulgar o respectivo relatório final. Art. 46. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela comissão diretora, cabendo recurso à plenária. Art. 47. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela plenária de instalação do 63º CONAD. Fortaleza (CE), 28 de junho de 2018. Dando segmento à pauta, colocou-se em discussão a Proposta de Cronograma e Pauta do 63º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional. A proposta de pauta apresentada pela Diretoria, enviada no Caderno de Textos do 63º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional foi submetida à votação sendo aprovada por unanimidade, ficando com a seguinte redação final: **TEMÁRIO:***

Tema I - Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 37º CONGRESSO; Tema II - Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores; Tema III - Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores; Tema IV - Questões organizativas e financeiras. Cronograma: 5ª feira (28/6) das 9h às 12h: Credenciamento; 9h 30 às 11h 30: Plenária de Abertura e Posse da Diretoria do ANDES-SN; 15h30 às 16h30: Plenária de Instalação; 14h às 17h – Credenciamento; 6ª feira (29/6) das 9h às 12h: Grupo Misto do Tema II; 14h às 17h: Grupo Misto do Tema III; Sábado (30/6) das 10h às 13h - Grupo Misto do Tema IV; 15h às 18h - Plenária do Tema II; 19h30 às 22h30 - Plenária do Tema III; Domingo (1/7) das 9h às 12h - Plenária do Tema IV; 15h às 17h - Plenária de Encerramento. Foram apresentadas algumas pendências de credenciamento de seções sindicais que fizeram o pré-credenciamento fora do prazo estabelecido pelo Regimento do 63º CONAD e depois de submetidos à votação da plenária foram aprovados todos os credenciamentos pendentes: ADUFES, SINDUFAP, ADUNIR e ADUNEMAT. Os sindicalizados na Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC apresentaram na plenária um texto para o Tema II, cuja inclusão foi submetida à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Na sequência a mesa colocou em votação os nomes dos seguintes conselheiros fiscais na gestão 2018-2020: Amauri Fragoso de Medeiros (ADUFCG), Marina Barbosa Pinto (APESJF) e Ciro Teixeira Correia (ADUSP) que foram aprovados por ampla maioria. Em seguida foi apresentada a Comissão de Assédio do 63º CONAD: Geandra Cláudia Silva Santos, Tereza Cristina Esmeraldo Bezerra, Ana Maria Ramos Estevão e Fernando Lacerda. Por fim, foi colocada em votação a antecipação da Plenária do Tema I para as 16h30. Concluída a apreciação da pauta e da Plenária e nada mais havendo a tratar, o Presidente do ANDES-SN despediu-se do(a)s congressistas e convidado(a)s e deu por encerrada a Plenária de Instalação do 63º CONAD do ANDES-SINDICATO NACIONAL e eu, Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa, secretária da Plenária, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelo Presidente.

Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa
Secretária da Plenária

Antonio Gonçalves Filho
Presidente

PAUTA E DE CRONOGRAMA DO 63º CONAD DO ANDES- SINDICATO NACIONAL

Fortaleza (CE), 28 de junho a 1º de julho de 2018

Tema Central: Por um projeto classista e democrático de educação pública: em defesa da gratuidade, autonomia e liberdade acadêmica.

5ª feira (28/6)	6ª feira (29/6)	Sábado (30/6)	Domingo (1º/7)
<p style="text-align: center;">9h às 12h Confirmação de Credenciamento</p> <p style="text-align: center;">9h30 às 11h30 Plenária de Abertura Posse da Diretoria gestão 2019-2020</p>	<p style="text-align: center;">9h às 12h Grupo Misto - Tema II</p>	<p style="text-align: center;">10h às 13h Grupo Misto - Tema IV</p>	<p style="text-align: center;">9h às 12h Plenária do Tema IV</p>
<p style="text-align: center;">14h30 às 16h30 Plenária de Instalação</p> <p style="text-align: center;">14h às 17h Confirmação de Credenciamento</p>	<p style="text-align: center;">14h às 17h Grupo Misto - Tema III</p>	<p style="text-align: center;">15h às 18h Plenária do Tema II</p>	<p style="text-align: center;">15h às 17h Plenária de Encerramento</p>
<p style="text-align: center;">17h30 às 20h30 Plenária do Tema I</p>		<p style="text-align: center;">19h30 às 22h30 Plenária do Tema III</p>	

TEMÁRIO:

Tema I - Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 37º CONGRESSO.

Tema II - Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização da(o)s trabalhadora(e)s.

Tema III - Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores.

Tema IV - Questões organizativas e financeiras.

REGIMENTO DO 63º CONAD DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Capítulo I

Do 63º CONAD

Art. 1º O 63º CONSELHO do ANDES-SINDICATO NACIONAL (CONAD), previsto no inciso II, do art. 13, do Estatuto do Sindicato, convocado pela diretoria, conforme o inciso XII, do art. 30, reunir-se-á no período de 28 de junho a 1º de julho de 2018, em Fortaleza (CE), organizado pela SINDUECE Seção Sindical do ANDES-SN.

Parágrafo único. O período de realização do 63º CONAD poderá ser estendido, pela plenária de encerramento, para o dia 2 de julho de 2018.

Art. 2º O 63º CONAD é instância deliberativa intermediária do ANDES-SN, conforme os artigos 22 e 24 do Estatuto do ANDES-SN.

Art. 3º O 63º CONAD tem como finalidade deliberar sobre a pauta e o cronograma de atividades no seu início, de acordo com o disposto no art. 27 e parágrafos do Estatuto do ANDES-SN.

Capítulo II

Das Atribuições

Art. 4º São atribuições do 63º CONAD:

I - deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do 37º CONGRESSO do ANDES-SN, lhe foram atribuídas, nos limites dessa atribuição;

II - implementar o cumprimento das deliberações do 37º CONGRESSO do ANDES-SN;

III - regulamentar, quando necessário, as deliberações do 37º CONGRESSO do ANDES-SN;

IV - exercer as funções de conselho fiscal do ANDES-SN, nos termos do seu Estatuto;

V - examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentados pela diretoria;

VI - decidir sobre os recursos interpostos às decisões da diretoria;

VII - convocar, extraordinariamente, o CONGRESSO do ANDES-SN;

VIII - aplicar penalidades de advertência e suspensão a sindicalizados do ANDES-SN, conforme o disposto no art. 11 do Estatuto do ANDES-SN;

IX - criar comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes, bem como, havendo motivação para tanto, extingui-las;

X - alterar a contribuição financeira dos sindicalizados, *ad referendum* do CONGRESSO do ANDES-SN subsequente;

XI - homologar a constituição de seções sindicais (S.SIND.), bem como a transformação de associações de docentes (AD) em seções sindicais e as alterações nos seus regimentos, *ad referendum* do CONGRESSO subsequente.

Art. 5º Estabelecer, se houver motivos imperiosos e justificados, diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º do Estatuto do ANDES-SN.

Parágrafo único. As diretrizes às quais se refere o caput deste artigo não podem contrariar decisões tomadas em CONGRESSOS anteriores do ANDES-SN, ficando sujeitas à ratificação no CONGRESSO imediatamente subsequente.

Capítulo III Dos Participantes

Art. 6º São participantes do 63º CONAD:

I - um(a) delegado(a) de cada seção sindical (S.Sind) ou AD - seção sindical (AD-S.Sind.), escolhido(a) na forma deliberada por sua assembleia geral (art. 25, inciso I, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

II - um(a) delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as), via secretaria regional, escolhido(a) na forma deliberada pela respectiva assembleia geral (art. 25, inciso II, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

III - uma representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN;

IV - o(a) presidente do ANDES-SN, com direito a voz e a voto;

V - observadores(as) de S.SIND ou AD-S.SIND e de sindicalizados(as) via secretaria regional, com direito a voz;

VI - os demais membros efetivos da diretoria em exercício (art. 32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (art. 32, V), com direito a voz;

VII - os membros das comissões organizadora e diretora, com direito a voz;

VIII - os(as) convidados(as) pela comissão organizadora ou diretora, devidamente credenciados(as) como tal, com direito a voz.

§ 1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SN não poderão participar como convidados(as), salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos;

§ 2º Cada delegado(a) devidamente credenciado(a) somente poderá ser substituído(a) uma única vez, durante a realização do 63º CONAD, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar a necessidade de se ausentar definitivamente e registrar a respectiva substituição junto à comissão diretora;

b) os(as) suplentes de delegados(as), indicados(as) para tal pelas assembleias gerais das S.Sind ou AD-S.Sind. e pelas assembleias gerais dos(as) sindicalizados(as) via secretaria regional, devem estar credenciados(as) como observadores(as);

c) quando o(a) delegado(a) de S.Sind. ou AD-S.Sind. ou de sindicalizados(as) via secretaria regional comprovadamente se ausentar sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 7º O(a) presidente do ANDES-SN preside o 63º CONAD, com direito a voz e a voto em suas sessões.

Capítulo IV

Do Credenciamento

Art. 8º A confirmação do credenciamento de delegados(as), observadores(as) e convidados(as) do 63º CONAD será das 9 (nove) horas às 12 (doze) horas e das 14 (quatorze) horas às 17h (dezesete) horas do dia 28 de junho de 2018, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação.

§ 1º Não haverá recebimento da documentação necessária ao credenciamento no dia 28 de junho de 2018, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação.

§ 2º Para o credenciamento de delegado(a) será exigida ata, ou extrato de ata, da assembleia geral que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença. A documentação deverá ser enviada previamente, até as 24h do dia 27 de junho de 2018, para conad@andes.org.br.

§ 3º Para o credenciamento de observador(a), escolhido(a) em assembleia geral, será exigida ata, ou extrato de ata, que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença, e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.Sind. ou AD-S.Sind., justificando a situação. A documentação deverá ser enviada previamente, até as 24h do dia 27 de junho de 2018, para conad@andes.org.br.

§ 4º Para credenciamento de observadores(as) de sindicalizados(as), via secretaria regional, deve ser apresentada a ata da assembleia geral que os(as) escolheu. A documentação deverá ser enviada previamente para conad@andes.org.br.

§ 5º Cada delegado(a) ou observador(a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes.

§ 6º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária.

§ 7º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade dos documentos que credenciam os(as) demais delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.Sind, AD-S.Sind. ou secretaria regional, mediante requerimento à comissão diretora.

§ 8º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados na plenária de instalação, que deverá deliberar sobre os mesmos até o seu final.

Capítulo V Do Funcionamento Seção I Dos Órgãos

Art. 9º São órgãos do 63º CONAD:

I - Comissão Organizadora;

II - Comissão Diretora;

III - Grupos Mistos;

IV - Plenárias;

V - Comissão de Enfrentamento ao Assédio.

§ 1º A Comissão Organizadora será criada a partir da convocação.

§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de sua realização.

§ 3º A Comissão de Enfrentamento ao Assédio será criada na plenária de instalação do 63º CONAD.

§ 4º O quórum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 63º CONAD é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 5º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos grupos mistos, o quórum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 6º As deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quórum previsto no § 4º deste artigo.

Seção II

Da Comissão Organizadora

Art. 10. A Comissão Organizadora do 63º CONAD é constituída por 4 (quatro) representantes da SINDUECE Seção Sindical e por 4 (quatro) diretores(as) do ANDES-SN.

Art. 11. É de competência da Comissão Organizadora:

I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 63º CONAD;

II - organizar a sessão de abertura;

III providenciar a reprodução, para o conjunto dos(as) participantes, dos textos cuja inclusão na pauta de discussões do evento tenha sido aprovada pela plenária de instalação;

IV - responsabilizar-se pelas receitas e despesas, organizando o rateio entre as S.Sind e AD- S.Sind.;

V - realizar, junto com a comissão diretora, o credenciamento dos(as) participantes.

Seção III

Da Comissão Diretora

Art. 12. A Comissão Diretora do 63º CONAD é composta pela Diretoria do ANDES-SN.

Art. 13. É de competência da Comissão Diretora:

I - responsabilizar-se pelo credenciamento dos(as) participantes;

II - efetivar a substituição de delegados(as), de acordo com o disposto no § 2º, do art. 6º, deste Regimento;

III - elaborar a prestação de contas para apreciação no próximo Congresso;

IV - organizar e compor as mesas diretoras das plenárias, que deverão ser constituídas por diretores(as) do ANDES-SN;

V - organizar a composição dos grupos mistos, em consonância com o disposto no art. 14 deste Regimento.

Parágrafo único. Das decisões da comissão diretora, cabe recurso à plenária subsequente.

Seção IV

Dos Grupos Mistos

Art. 14. Os grupos mistos são compostos por:

I - delegados(as) de S.Sind.(AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito a voz e a voto;

II - observadores(as) de S.Sind. (AD-S.Sind.), sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), com direito a voz;

III - diretores(as) do ANDES-SN, com direito a voz;

IV - convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito a voz.

§ 1º. Cada grupo misto será composto de, no máximo, 35 (trinta e cinco) delegados(as), sendo este também o número máximo de observadores(as).

§ 2º Só poderá haver no mesmo grupo, mais de um observador(a) de uma mesma S.Sind. ou AD-S.Sind, ou mais de um observador(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) de uma mesma Secretaria Regional, caso o respectivo número de observadores(as) seja superior ao número de grupos mistos.

Art. 15. Os grupos mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por um(a) coordenador(a), um(a) relator(a) e um(a) secretário(a).

§ 1º Os membros da mesa coordenadora de cada grupo misto serão eleitos pelos(as) delegados(as) componentes do grupo.

§ 2º O(A) coordenador(a) da mesa de cada grupo será eleito(a) entre os(as) delegados(as).

§ 3º O(a) relator(a) e o(a) secretário(a) poderão ser observadores(as) credenciados(as).

§ 4º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo poderão deliberar sobre proposta de alteração da mesa coordenadora.

Art. 16. Compete ao(à) coordenador(a) dirigir os trabalhos do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com este Regimento.

Parágrafo único. A Comissão Diretora do 63º CONAD deverá recomendar um ordenamento da distribuição dos textos e do Anexo ao Caderno de Textos, que será apresentado por um membro da diretoria do ANDES-SN em cada grupo misto, para o conjunto dos grupos mistos no sentido de buscar garantir que cada TR seja debatido em pelo menos um grupo misto do CONAD.

Art. 17. Compete ao(à) Relator(a):

I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com este Regimento e demais instruções da comissão diretora, fazendo constar do relatório o resultado da votação (número de votos favoráveis, contrários e de abstenções) de cada proposta submetida à apreciação;

II - participar dos trabalhos previstos no art. 21 deste Regimento.

Art. 18. Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades.

Art. 19. As reuniões dos grupos mistos terão início nos horários estabelecidos no cronograma do 63º CONAD, observado o *quórum* mínimo de mais da metade dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o *quórum* mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, os trabalhos terão início com qualquer número de delegados(as) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista e aberta uma 2ª (segunda) lista de presença.

§ 3º As deliberações só serão tomadas por mais da metade dos(a) delegados(as) inscritos em cada grupo de trabalho.

Art. 20. Os(as) relatores(as) dos grupos mistos dispõem de um prazo máximo de 1 (uma) hora, após o encerramento da reunião, para sistematizar o relatório do grupo (via SIGRC - Sistema de Gerenciamento de Relatórios Consolidados) e entregar à comissão diretora o envelope com os materiais do seu grupo, sendo garantidas, pela comissão organizadora, as condições necessárias para tal.

Art. 21. A consolidação dos relatórios de grupos mistos será feita pelos membros da comissão diretora, para tal designados, e, sempre que necessário, será solicitado auxílio dos(as) relatores(as) dos grupos mistos.

Art. 22. Dos relatórios consolidados que serão apresentados às plenárias do 63º CONAD constarão, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em pelo menos um dos grupos mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora e, sempre que necessário, com o auxílio dos(as) relatores(as).

Art. 23. Os grupos mistos terão a duração de 3 (três) horas.

§ 1º A duração prevista no caput deste artigo poderá, por deliberação do Grupo Misto, ser prorrogada por, no máximo 1 (uma) hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do 63º CONAD.

§ 2º Os grupos mistos poderão ter o início do trabalho antecipado por deliberação da sessão anterior, desde que não venha a interferir no funcionamento do 63º CONAD.

Seção V

Das Plenárias

Art. 24. As plenárias são compostas por:

I - delegados(as) de S.Sind (de AD-S.Sind.), sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito a voz e a voto;

II - observadores(as) de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), com direito a voz;

III - membros das comissões diretora e organizadora do 63º CONAD, com direito a voz;

IV - convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da comissão diretora, com direito a voz.

Art. 25. As plenárias do 63º CONAD serão dirigidas por mesas coordenadoras cada qual composta por 1 (um/uma) presidente, 1 (um/uma) vice-presidente, 1 (um/uma) 1º (1ª) secretário(a) e 1 (um/uma) 2º (2ª) secretário(a).

§ 1º A comissão diretora indica, entre os membros da diretoria do ANDES-SN, os(as) componentes da mesa coordenadora de cada plenária.

§ 2º A plenária poderá, com base no encaminhamento por ela aprovado, deliberar sobre proposta de modificação da composição da mesa coordenadora dos trabalhos.

Art. 26. Compete ao(à) presidente da mesa coordenadora:

- I - preparar, com o(a) 1º (1ª) secretário(a), a ordem dos trabalhos da plenária;
- II - dirigir a plenária, orientando os debates e promovendo a votação, de acordo com este Regimento.

Art. 27. Compete ao(à) vice-presidente da mesa coordenadora:

- I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades;
- II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao 1º (à 1ª) secretário(a):

- I - preparar, com o(a) presidente, a ordem dos trabalhos da plenária;
- II - elaborar o relatório final das deliberações da plenária;
- III - entregar à comissão organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 63º CONAD, o relatório respectivo, digitado e na forma definitiva.

Parágrafo único. No caso das plenárias de instalação e de encerramento, caberá ao 1º (à 1ª) secretário(a) a elaboração e acompanhamento do protocolo/registo de cada sessão.

Art. 29. Compete ao 2º (à 2ª) secretário(a):

- I - auxiliar o(a) 1º (1ª) secretário(a) em suas atividades;
- II - elaborar a ata da plenária;
- III - entregar à comissão organizadora, até 72 (setenta e duas) horas após o efetivo encerramento do 63º CONAD, a ata respectiva, digitada e na forma definitiva.

Art. 30. A duração de cada plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

- I - Plenária de abertura: 2 (duas) horas;
- II - Plenária de instalação: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;
- III - Plenária do tema I: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;
- IV - Plenária do tema II: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;
- V - Plenária do tema III: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;
- VI - Plenária do tema IV: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;
- VII - Plenária de encerramento: 2 (duas) horas.

§ 1º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no *caput* deste artigo - consideradas as respectivas prorrogações - terão seu encaminhamento decidido pela plenária.

§ 2º Compete à plenária de instalação:

I - aprovar o Regimento e o Cronograma do 63º CONAD;

II - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 63º CONAD;

III - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e nas deliberações do 63º CONAD, de textos encaminhados após o término do prazo para inclusão no anexo ao Caderno de Textos deste evento.

§ 3º Compete à plenária do tema I discutir os textos de conjuntura apresentados ao 63º CONAD, nos termos deste Regimento.

§ 4º As plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da plenária anterior.

§ 5º A plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário.

Art. 31. A verificação de *quórum*, no início das plenárias do 63º CONAD, será feita por meio de lista de presença, na qual constará o nome do(a) delegado(a), o nome da S.Sind. ou AD-SSind. ou secretaria regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

Parágrafo único. A verificação de *quórum*, em qualquer momento do andamento da plenária, será feita pela contagem de delegados(as), por meio do cartão de voto.

Seção VI

Da Comissão de Enfrentamento ao Assédio

Art. 32. A Comissão será formada na plenária de instalação sendo composta por três membros da Diretoria do ANDES-SN e por dois membros indicados pela Diretoria da Seção Sindical, organizadora do evento, devendo a mesma ser composta por no mínimo 3/5 de pessoas do gênero feminino.

Art. 33. A Comissão de Enfrentamento ao Assédio tem como finalidade:

I - receber representações de assédio praticado contra participantes e colaboradores durante o período de realização do 63º CONAD;

II – dar encaminhamento às representações recebidas no âmbito do 63º CONAD;

III – propor, em parceria com a Comissão Organizadora, estratégias educativas e de prevenção ao assédio e demais opressões.

Art. 34. A Comissão divulgará durante o evento, o local e horário de atendimento e o fluxo a ser seguido para a realização da representação.

Art. 35. Recebida a representação, a Comissão deve convidar o(a) representante e o(a) representando(a) para uma reunião de oitiva, separadamente, registrando seus depoimentos em relatório assinado pelas partes e pela Comissão.

Parágrafo único. O depoimento poderá ser gravado com a concordância do(a) depoente.

Art. 36. A Comissão poderá, como encaminhamento para cada representação:

I – realizar orientações e intervenções educativas, separadamente, imediatamente após depoimento do(a) representante e do(a) representado(a);

II – sugerir à Comissão Organizadora a aplicação de sanções na forma do inciso VIII do artigo 4º deste Regimento;

III – Após a plenária de encerramento a comissão enviará para a diretoria do ANDES-SN um relatório com a descrição das representações, da apuração e dos encaminhamentos;

Parágrafo único. Caso o(a) representando(a) não seja sindicalizado(a), a comissão proporá outras medidas cabíveis para cada caso.

Capítulo VI

Das Discussões e Votações

Art. 37. Quando uma proposição estiver em debate nas sessões dos grupos mistos e das plenárias, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever junto a mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições.

Art. 38. Para a discussão de cada matéria, será estabelecido, a critério do grupo misto ou da plenária, um período de tempo compatível tanto com o atendimento da discussão dos tópicos correspondentes quanto com a duração estipulada, neste Regimento, para o funcionamento do grupo misto ou plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento dos blocos de discussão.

Art. 39. As discussões e as votações terão o seguinte procedimento:

I - fase de discussão, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de propostas, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

III - fase de votação, mediante o levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do plenário.

§ 1º Na fase prevista no inciso II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor. Havendo posicionamento contrário e a favor, a palavra será concedida para a defesa de cada posição, alternadamente e em igual número de intervenções, com prévio conhecimento do plenário e dos(as) inscitos(as).

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas:

a) as aprovadas nos grupos mistos;

b) as minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as), em pelo menos um grupo misto;

c) as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora ou por esta em conjunto com os(as) relatores(as), nos termos do art. 22 deste Regimento;

d) as oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização pelo plenário.

Art. 40. As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições para discussão, sendo apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento.

Art. 41. As deliberações são adotadas por maioria simples dos(as) delegados(as) presentes em cada sessão, observado o disposto no art. 28 do Estatuto.

Capítulo VII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 42. As propostas de moções devem ser enviadas por e-mail à secretaria do 63º CONAD (conad@andes.org.br), até às 18 (dezoito) horas do dia 30 de junho de 2018, endereçadas à comissão diretora, sendo especificados(as) os(as) proponentes e os(as) destinatários(as), estes(as) últimos(as) com endereço completo.

§ 1º As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do 63º CONAD; sendo, neste caso, participantes aqueles(as) estabelecidos(as) nos termos do art. 6º e incisos deste Regimento.

§ 2º A comissão diretora deve divulgar aos participantes do 63º CONAD o teor das moções propostas, até às 10 (dez) horas do dia 1º de julho de 2018.

§ 3º A critério da plenária de encerramento podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções, apresentadas até 30 (trinta) minutos antes do início dessa plenária, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto, cabendo à comissão diretora avaliar se atendem aos critérios estabelecidos.

§ 4º As propostas de moções das quais não constem o fato motivador, os destinatários com os respectivos endereços completos (devidamente digitados) e o título não serão recebidas para apreciação do 63º CONAD.

§ 5º As propostas de moções cujos temas já tenham sido objeto de discussão nas instâncias do 63º CONAD e que não foram aprovadas pelo plenário não serão acolhidas pelo CONAD.

Art. 43. As contagens de votos nas plenárias serão efetuadas pelos integrantes da comissão diretora.

Art. 44. Nos grupos mistos e nas plenárias, somente serão aceitas declarações de voto de delegados(as) que se absterem no momento da votação.

§ 1º Dentre as declarações de voto feitas nas plenárias, somente constarão do relatório final aquelas apresentadas, por escrito, à mesa coordenadora.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento ou a questões de ordem que a mesa coordenadora submeta à votação.

Art. 45. A diretoria tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 63º CONAD, para divulgar o respectivo relatório final.

Art. 46. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela comissão diretora, cabendo recurso à plenária.

Art. 47. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela plenária de instalação do 63º CONAD.

Fortaleza(CE), 28 de junho de 2018

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s) _____

Seção Sindical: _____

Destinatário(s) _____

Endereço(s) do(s) destinatário(s): _____

Cidade _____ **Cep.:** _____

E-mail _____

Fato motivador da Moção: _____

MOÇÃO DE

A(o)s delegada(o)s ao 63º CONAD do ANDES-SN realizado em Fortaleza/CE, no período de 28 de junho a 1º de julho de 2018, manifestam

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA I DO 63º CONAD – MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA: AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO ANDES-SN FRENTE ÀS AÇÕES ESTABELECIDAS NO 37º CONGRESSO

Às 17h05 do dia 28 de julho de 2018, no Auditório da Universidade Estadual do Ceará (Uece), em Fortaleza (CE), depois de confirmado o *Quorum* Regimental, foi aberta a Plenária do Tema I – Movimento Docente e Conjuntura: Avaliação da Atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 37º Congresso. O presidente da Mesa abriu a Plenária informando que a porta do auditório deveria permanecer fechada devido ao ar-condicionado do ambiente. Solicitou, também, que as pessoas que quisessem conversar, que o fizessem na parte externa do auditório. A Mesa foi apresentada pelo presidente, prof. Cláudio Anselmo de Souza Mendonça; pela profª Qelli Rocha, vice-presidente; pelo prof. Célio Coutinho, primeiro-secretário; pela profª Adriana Hessel Dalagassa, segunda-secretária. O presidente informou o horário previsto para o início e o término da Plenária, com possibilidade de prorrogação por mais uma hora. Dando início aos trabalhos, informou o tema da Mesa. Em seguida, disse sobre a existência de quatro textos de conjuntura, sendo todos do Caderno de Textos e disponibilizou o tempo de quinze minutos para a apresentação de cada material sobre o tema; respeitando a ordem do Caderno de Textos. Em seguida, o presidente concedeu a palavra aos expositores na seguinte sequência: **Texto 1:** Movimento Docente e Conjuntura – *Diretoria do ANDES-SN*. **Texto 2:** Reorganizar a classe trabalhadora para enfrentar a crise geral do capital e promover um novo ciclo de lutas sociais classistas – *Contribuição do(a)s professore(a)s Alcides Remijo (ADUFG-SSIND); Elza Peixoto (APUB-BA); José Alex Santos (SINDUECE); Kate Lane (ADUFF); Mauro Iasi (ADUFRJ); Milton Pinheiro (ADUNEB); Renato Fialho (ADCEFET-RJ); Rodrigo Castelo (ADUNIRIO)*. **Texto 3:** Afirmar a luta contra o golpe, em defesa da universidade e pelo Lula Livre; avançar na campanha salarial 2019 – *Contribuição do(a)s professore(a)s: Ailton Cotrim Prates (ADUFAL); Alberto Handfas (ADUNIFESP); Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES); Antonio Eduardo A. Oliveira (APUR); Antonio Joaquim Feitosa (ADUFPB); Agostino Júnior Holanda Coe (ADUFPI); Cássia Hack (SINDUFAP); Celi Taffarel (APUB); Cláudia Gonçalves (ASDUERJ); Claudio Felix (ADUESB); Claudio Lira (APUB); David Teixeira (APUR); Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUNEMAT); Eduardo Jorge da Silva (ADUFERPE); Elisa Guaraná de Castro (ADUR); Erika Suruagi (ADUFERPE); Eron Pimentel (ADUFEPE); Eudes Baima (SINDUECE); Everaldo Andrade (ADUSP); Fábio Venturine (ADUNIFESP); Flávio Dantas (ADUFERPE); Flávio Furtado de Farias (ADUFPI); Fernando Cunha (ADUFPB); Francine Legeslki (ADUFF); George L. R. Brito (SESDUFT); Gilberto Oliveira (ADUFES); Giovane Mota (ADUFPA); Gisele Moreira (APESJF); Helder Molina (ASDUERJ); Helcio Batista (ADUFERPE); Humberto Climaco (ADUFG); Jaaziel de Carvalho Costa (ADUFPI); José Arlen Beltrao (APUR); Joelma Albuquerque (ADUFAL); José Tarcísio Lima (ADUFLA); Juanito Vieira (APES); Leni Hack (ADUNEMAT); Lenucia Moura (SINDUECE); Lisleandra Machado (APESJF); Luciana Campos (ADUFVJM); Luiz Carvalho (ADUFMAT); Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos (ADUFU); Luiz Rojo (ADUFF); Mairton Celestino da Silva (ADUFPI); Marcia Morschbacher (ADUFSM); Marco Aurelio Gomes de Oliveira (SESDUFT); Maria de Lourdes Rocha Nunes (ADUFPI); Marize Carvalho (APUB); Marco Aurélio Gomes de Oliveira (SESDUFT); Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI); Mariuza A. C. Guimarães (ADUFMS); Melina*

Silva Alves (ADUFPB); Onete Lopes (ADUFF); Paulo Riela (ADUEFS); Pere Petit (ADUFPA); Rafael Bastos (ASDUERJ); Tiago Nicola Lavoura (ADUSC); Valter Pomar (ADUFABC). Texto 4: Só é possível avançar com lutas! É preciso construir uma rebelião em nosso país – Contribuição do(a)s professore(a)s: Adriana Gomes (SESDUF-RR); Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDCEFET-PI); Ana Luiza Pereira (ADUFSCAR); Antônio Hugo M. de Brito Junior (SINDUEPA); Antônio Rodrigues Belon (ADLESTE); Antônio Luis da Silva Sousa (SINDCEFET-PI); Aritana Dutra (SINDCEFET-PI); Argus Vasconcelos de Almeida (ADUFERPE); Aureir Alves de Brito (ADUNEMAT); Catarina Malcher Teixeira (APRUMA); Daniel Sólon (ADCESP); Daniela Batista Santos (ADUNEB); Denizalde Jesiél Rodrigues Pereira (ADUNEMAT.); Douglas Bezerra (ADUFPI); Egmar Souza (SINDCEFET-PI); Elen Lúcia Marçal (ADUFPA); Fernando Damasceno (SESDUF-RR); Graziela Lucci de Angelo (SEDUFMS); Gelta Xavier (ADUFF); Geraldo Carvalho (ADUFPI); Gihad Mohamad (SEDUFMS); Hélio Cabral Lima (ADUFERPE); Itamar Ferreira (ADUNICAMP); Jaci Guilherme Vieira (SESDUF-RR); João Carlos Gilli Martins (SEDUFMS); Juliana Iglesias Melim (ADUFES); Levy Paes Barreto (ADUFERPE); Maria Áurea Pereira Silva (APRUMA); Marconis Fernandes Lima (SINDCEFET-PI); Marcelo Barreto (ADUFEPE); Marcos Escher (APES); Milton Mauad de Carvalho Camera Filho (ADUNEMAT); Patrícia Andrade (SINDCEFET-PI); Raimundo Sergio Júnior (SINDUEPA); Raphael Furtado (ADUFES); Roberta Maria Batista de Figueiredo (APRUMA); Roberto Santos Ramos (APRUMA); Romildo Araújo (ADUFPI); Rosana Mendes Eleres de Figueiredo (APRUMA); Rosenverck Estrela Santos (APRUMA); Sandra Bernadete da Silva Moreira (ADUFPA); Sergio Darwich (SINDUEPA); Simone Contente Padilha (ADUNIFESSPA); Sinoelia Silva Pessoa (ADUNEB); Solange Pereira da Silva (ADUFPA); Suly Rose Pereira Pinheiro (APRUMA); Tomaz Boaventura (ADUFMAT); Valdeci Luiz Fontoura dos Santos (ADLESTE); Wagner Damasceno (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC); Waldir Bertúlio (ADUFMAT); Welbson do Vale Madeira (APRUMA). Após a defesa dos textos, o presidente da Mesa apresentou a metodologia seguindo-se de debate com intervenções dos presentes à Plenária, mediante inscrição feita com o crachá de identificação depositado no cesto, sendo essas intervenções de três minutos cada. A ordem das falas foi definida com base no sorteio dos crachás entregues. Às vinte horas e vinte e sete minutos, havendo inscritos, mas aproximando-se o horário limite para o encerramento da Plenária, e não sendo possível proceder à abertura de um novo bloco de intervenções, o presidente encaminhou para o encerramento da Plenária do Tema I, informando sobre a organização dos trabalhos nos grupos para o dia seguinte, sendo concluídas as atividades da Plenária, eu, Adriana Hessel Dalagassa, lavrei a presente Ata, que será assinada por mim e pelo presidente da Mesa.

Adriana Hessel Dalagassa
2ª Secretária

Cláudio Anselmo de Souza Mendonça
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA II DO 63º CONAD – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Às 15h52 do dia 30 de junho de 2018, no Auditório Central da Universidade Estadual do Ceará (Uece), Fortaleza (CE), depois de confirmado o *Quórum* Regimental, foi instalada a Mesa Coordenadora dos Trabalhos da Plenária do Tema II – *Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização do(a)s trabalhador(a)es do 63º CONAD*, composta pelo(a)s professor(a)s Reginaldo Silva de Araújo, presidente; Mariana Trotta Dallalana Quintans, vice-presidente; Fernando Lacerda Júnior, 1º secretário; e Caroline de Araújo Lima, 2ª secretária. O presidente iniciou os trabalhos apresentando os componentes da Mesa e informando que o(a)s delegado(a)s que ainda não tivessem feito a troca de crachás deveriam fazê-lo. Dando seguimento aos trabalhos, concedeu a palavra para a delegada Alair Silveira (ADUFMAT), quem divulgou o Caderno de Formação Política Sindical *Capital e trabalho: Reforma ou revolução?*, preparado pela ADUFMAT, e anunciou a doação de um exemplar para cada seção sindical presente no CONAD e uma para a diretoria do ANDES-SN. Em seguida, o presidente propôs organizar a deliberação sobre os TRs apreciados nos grupos mistos de acordo com a ordem presente no relatório consolidado. Não havendo destaque sobre a proposta, iniciou a apreciação do **TR 5 – Avaliação e Atualização do plano de lutas de política sindical – Diretoria do ANDES-SN – O 63º CONAD do ANDES-SN delibera: 1. Convocar a comissão criada na reunião de reorganização da classe trabalhadora, promovida pelo ANDES-SN no segundo semestre de 2017, na perspectiva de promover debates sobre o tema nos estados, e realizar uma reunião ampla de reorganização da classe trabalhadora no segundo semestre de 2018. 2. Realizar seminário interno com o tema “Processo de reorganização da classe trabalhadora”, na perspectiva de contribuir para a construção de um encontro nacional da classe. 3. Articular, no âmbito do FONASEFE/FONACATE, calendário de mobilização, paralisação e greves do(a)s servidore(a)s público(a)s, tendo como foco imediato o combate à aprovação da contrarreforma da previdência e a luta pela revogação da EC 95, da contrarreforma trabalhista e da terceirização irrestrita, na perspectiva da construção da greve geral. 4. Organizar Curso de Formação Política e Sindical durante o segundo semestre do ano de 2018 com o tema: “Universidade, trabalho e movimento docente”, numa única jornada de três dias de trabalho no mês de setembro com os seguintes tópicos: 1. Reforma Universitária de Córdoba e sua atualidade; 2. Processo de construção do PNE - Proposta da Sociedade Brasileira; 3. Movimento docente: da ANDES para o ANDES-SN. 5. Denominar **Comissão de enfrentamento à criminalização e à perseguição política a docentes** a comissão de caráter emergencial criada no 37º CONGRESSO do ANDES-SN.** O TR 5 foi aprovado integralmente pelo Grupo 1 (9/0/0). O item 1 do TR 5 foi aprovado integralmente (9/0/0) pelo Grupo 1 e aprovado pela Plenária sem debate. O item 2 do TR 5 teve a seguinte situação no Grupo 1: aprovado com modificação (3/2/3). A proposta com modificação ficou com a seguinte redação: “Realizar seminário interno do ANDES com o tema *Processo de reorganização da classe trabalhadora, na perspectiva de avaliar o seminário ocorrido em 2017* e de contribuir para a construção de um encontro nacional da classe trabalhadora”. A proposta foi aprovada sem debate pela Plenária. O item 3 do TR 5 foi aprovado integralmente pelo Grupo 1 (9/0/0) e foi aprovado sem debate pela Plenária sem debate. O item 4 do TR 5 foi aprovado com modificação pelo Grupo 1 (6/2/1). A proposta com modificações ficou com a seguinte redação: “Organizar Curso de Formação Política e Sindical durante o segundo semestre do ano de 2018 com o tema: *Universidade, trabalho e movimento docente*, numa única jornada de três dias de trabalho no mês de setembro, com os seguintes tópicos: 1. **Movimento docente: da ANDES para o ANDES-SN; 2. Organização dos trabalhadores, sindicatos e lutas de classes; 3. Desafios do sindicalismo nos tempos da 4ª era das máquinas**”. Colocado em discussão o item 4 na Plenária, foi apresentada uma nova proposta de consolidação, que foi aprovada por ampla maioria: *Organizar Curso de Formação Política e Sindical durante o segundo semestre do ano de 2018, com o tema: Universidade, trabalho e movimento docente*, numa única jornada de três

dias de trabalho no mês de setembro, com os seguintes tópicos: 1. **Movimento docente: da ANDES para o ANDES-SN**; 2. **Organização dos trabalhadores, sindicatos e lutas de classes**; 3. **Desafios do sindicalismo frente às transformações no mundo do trabalho**". O item 5 do TR 5 foi aprovado integralmente no Grupo 1 (9/0/0) e aprovado pela Plenária sem debate. Em seguida, foi submetido o TR como um todo à aprovação, tendo sido aprovado por ampla maioria com algumas abstenções. Seguiu-se à apreciação do **TR 6 – Avaliação e Atualização do Plano de Lutas de Política Educacional – Diretoria do ANDES-SN – O 63º CONAD do ANDES-SN delibera: 1. Continuar a denunciar, em nível nacional e local, os cortes de verbas para o financiamento das IFE e das IEES-IMES e suas consequências para manutenção do princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, para a precarização das condições de trabalho e para desestruturação da carreira docente e dos técnico-administrativos em educação. 2. Articular reunião, em nível nacional e local, com comitês, frentes, fóruns em defesa da educação pública, democrática, laica para definir ações de enfrentamento ao PL nº 7180/14 e seus apensados que tratam do projeto “Escola Sem Partido”. 3. Realizar seminário conjunto entre GTPE, GTPCEGDS e GTSSA para aprofundar o debate sobre o Capacitismo, presente nas ações de inclusão das pessoas com deficiência, a partir de uma abordagem que estabeleça a intersecção desse tipo de ação com as questões de classe, gênero e raça, com posterior publicação de material sobre o tema. 4. Continuar fazendo o levantamento e acompanhamento, por meio das seções sindicais, de ações de inclusão de pessoas com deficiência nas IES (professore(a)s, técnico-administrativos em educação e estudantes), destacando as atividades relacionadas à questão da formação do corpo docente para atuar no atendimento às demandas do(a)s estudantes com deficiência. 5. Realizar ações, em articulação com demais entidades da educação, contra a aprovação do PL nº 278/16, denunciando-o como um retrocesso na política de educação inclusiva das pessoas com deficiência. 6. Ampliar, por meio das seções sindicais e com apoio das Secretarias Regionais, a socialização dos materiais produzidos pelo GTPE, em forma de debates, oficinas, conferências, lançamentos, entre outras. 7. Realizar o seminário sobre EaD, no segundo semestre de 2108, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre: a expansão dessa modalidade no ensino superior, a aplicação de recursos públicos para o setor privado, a precarização do trabalho docente, entre outras, indicando ações de enfrentamento a essa realidade. 8. Mobilizar, por meio das seções sindicais e secretarias regionais, os fóruns, as entidades e os movimentos que defendem a educação pública e gratuita para a realização dos Seminários/Encontros preparatórios ao III ENE, até dezembro de 2018, tomando por base e divulgando o Documento Orientador ao III ENE. O TR 6 foi aprovado integralmente pelo Grupo 2 (4/0/2). Os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 foram aprovados integralmente pelo Grupo 2 e pela ampla maioria da Plenária sem debate. Em seguida, foi apreciada a proposta de inclusão de um novo item aprovada pelo Grupo 2 (6/0/2), com a seguinte redação: “9. Lutar pela revogação da portaria Capes 38/2018, que trata sobre a residência pedagógica e denunciar aspectos que resultam na perda da qualidade do ensino no Brasil, a serviço do projeto da contrarreforma privatista de educação. 9.1. Que o GTPE produza material explicativo sobre o tema, para ser trabalhado pelas seções sindicais junto a categoria”. A Plenária aprovou a inclusão por ampla maioria. Dando continuidade, foi apreciada outra proposta de inclusão de novo item aprovada pelo Grupo 2 (8/0/0) com a seguinte redação: “Defender o método de autodeclaração étnico-racial e a constituição das comissões de verificação de autodeclaração nas IES para garantir a política de ações afirmativas com a participação efetiva dos movimentos sociais de negras e negros, quilombolas e indígenas, e que o GTPE e o GTPCEGDS intensifiquem, via seções sindicais, o debate sobre o processo de implementação das comissões”. A proposta foi aprovada pela maioria da Plenária com algumas abstenções. Em seguida, foi submetido o TR como um todo à aprovação, tendo sido aprovado por ampla maioria com algumas abstenções. Passou-se à apreciação do **TR 38 – Estancar a privatização da Petrobrás, da água e da Eletrobrás: Em nome da soberania nacional, exigir a recomposição dos recursos necessários para a educação – Contribuição do(a)s professore(a)s Adriana D’Agostini, Bartira da Silveira Grandi, Célia Regina Vendramini, Henrique Finco, Luiz Fernando Scheibe, Marcos Ferreira, Maria Regina de Ávila Moreira, Paulo Marcos Borges Rizzo, Sandra Dalmagro, Jean Marie Farines, sindicalizados na Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC – O 63º CONAD do ANDES-SN delibera: 1. Propor imediatamente a****

todas as centrais de trabalhadores (e possível construção de unidade com a FUP, a AEPET, a FEBRAGEO e outras entidades, movimentos sociais e frentes, como a do Brasil Popular e do Povo Sem Medo), UM DIA NACIONAL DE LUTA E PREPARAÇÃO DE GREVE NACIONAL tendo como pauta: 1) ESTANCAR A PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRÁS, DA ÁGUA E DA ELETROBRÁS. 2) Exigir a recomposição e ampliação dos RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO Pública Estatal. 3) Pela revogação da EC 95. 2. Intervir no processo eleitoral deste ano apresentando uma plataforma de pontos centrais contra o ajuste fiscal e as privatizações, como auditoria da dívida pública com suspensão de seu pagamento, recursos públicos exclusivamente para os serviços públicos, taxaço das grandes fortunas, fim de todas as anistias de devedores ao fisco e à seguridade social, revogação da reforma trabalhista, suspensão da tramitação da reforma da previdência. O TR 38 foi aprovado integralmente pelo Grupo 3 (5/0/1). O item 1 do TR 38 foi aprovado com modificação pelo Grupo 3 (5/1/0), com a seguinte redação: “1. Propor a todas as centrais de trabalhadores e outras entidades e movimentos sociais a GREVE GERAL contra as privatizações e em defesa da Petrobrás 100% Estatal”. Colocado em discussão o item 1 do TR 38 na Plenária, foi apresentada uma proposta de supressão, que foi aprovada pela maioria. O item 2 foi modificado pelo Grupo 3 (5/0/1), o qual apresentou a seguinte proposta de redação: “2. Que o ANDES-SN atue frente ao processo eleitoral nacional de 2018 apresentando a todo(a)s o(a)s candidato(a)s a pauta de reivindicação do nosso Sindicato para a educação pública superior, agregando as pautas gerais como revogação das contrarreformas trabalhista, do ensino médio, a revogação da EC/95 e da terceirização. Além disso, deve explicitar as proposições de saída para a crise, como auditoria cidadã da dívida pública, a taxaço das grandes fortunas, a reforma fiscal visando redução de cobrança à(o)s trabalhadore(a)s e aumentando a taxaço dos empresários e outras”. Colocado em discussão o item 2 do TR 38, foi apresentada uma nova proposta de consolidação: “Que o ANDES-SN apresente aos candidatos e à sociedade brasileira a proposta de universidade pública (Caderno 2) e um documento com os princípios gerais, e as reivindicações de direitos sociais defendidos pelo ANDES-SN ao longo de sua história”. Em seguida, foi submetido o TR como um todo à aprovação, tendo sido aprovado por ampla maioria com algumas abstenções. Em seguida, foi apreciado o **TR 7 – Avaliação e Atualização do Plano de Lutas de Política Agrária, Urbana e Ambiental – Diretoria do ANDES-SN – O 63º CONAD do ANDES-SN delibera: 1. Em articulação com a CSP-Conlutas, continuar aprofundando o debate sobre o sinistro uso de agrotóxicos e apoiar os movimentos sociais de combate ao uso de agrotóxicos na luta contra a votação do “Pacote Veneno” no Congresso, na perspectiva de criar ações de enfrentamento a sua utilização. 2. Pautar, no âmbito do GTPAUA e GTPE, a penetração da ideologia do agronegócio na educação pública como estratégia de convencimento sobre a utilização do agrotóxico. 3. Apoiar as iniciativas de produção agroecológica de alimentos de origem vegetal e animal. 4. Aprofundar, no GTPAUA, o debate sobre o direito à cidade, com o objetivo de contribuir para a construção de um espaço urbano não excludente, permitindo o acesso da população à cidade, inclusive aos lugares monopolizados pela classe dominante. 5. Promover, via seções sindicais, debates sobre a criminalização das ocupações urbanas a fim de enfrentar as iniciativas difamatórias engendradas pelos meios de comunicação de massa e denunciar os interesses das grandes incorporadoras e indústria da construção civil na negação do direito à cidade.** O TR 7 teve a seguinte situação nos grupos: aprovado integralmente no Grupo 3 (7/0/0) e no Grupo 6 (10/0/0). O item 1 teve a seguinte situação nos grupos: aprovado integralmente pelo Grupo 3 (7/0/0) e aprovado com modificações no Grupo 6 (10/0/0). A modificação aprovada pelo Grupo 6 foi a seguinte: “1. Intensificar o debate e a luta, em articulação com a CSP-Conlutas e outros movimentos sociais, no combate ao uso de agrotóxicos, inclusive na mobilização contra a aprovação do ‘pacote veneno’ no Congresso Nacional”. Colocada em discussão a proposta de modificação do item 1 do TR 7, foi aprovada por ampla maioria da Plenária uma nova proposta de consolidação, apresentada a seguir: “Intensificar o debate e a luta, em articulação com a CSP-Conlutas e movimentos sociais, contra o uso de agrotóxicos, inclusive sua mobilização contra a PL 6299/02 (Pacote Veneno) no Congresso Nacional, denunciando os efeitos nocivos dessa prática econômica que beneficia o agronegócio em detrimento dos biomas, da agroecologia e da saúde pública”. Passou-se à discussão do item 2 do TR 7, o qual teve a seguinte situação nos grupos: aprovado

integralmente pelo Grupo 3 (7/0/0) e aprovado com modificações no Grupo 6 (10/0/0). A modificação proposta pelo Grupo 6 foi: “2. Pautar, no âmbito do GTPAUA e GTPE, o debate da ideologia do agronegócio na educação pública como estratégia de convencimento sobre a utilização do agrotóxico”. Após discussão pela Plenária, a proposta de modificação apresentada pelo Grupo 6 foi aprovada pela maioria. O item 3 do TR 7 foi aprovado com modificações apresentadas pelo Grupo 3 (4/0/2) e pelo Grupo 6 (7/0/3). Modificação do Grupo 3: “3. Apoiar as iniciativas populares de produção agroecológica de alimentos de origem vegetal e animal. E fortalecer os projetos políticos pedagógicos do campo visando o fomento e apoio às iniciativas agroecológicas de cooperativas populares”. Modificação do Grupo 6: “3. Defender a agroecologia, a produção e o consumo de seus alimentos”. Colocado em discussão o item 3, foi aprovada, pela maioria, nova proposta de consolidação apresentada pela Plenária com a redação: “Defender a agroecologia, a produção e o consumo de seus alimentos e apoiar as iniciativas populares de produção agroecológica de alimentos de origem vegetal e animal. E fortalecer os projetos políticos pedagógicos do campo visando o fomento e apoio às iniciativas agroecológicas de cooperativas populares”. O item 4 do TR 7 foi aprovado integralmente pelo Grupo 3 (7/0/0) e com modificações pelo Grupo 6 (7/0/3). Modificação aprovada pelo Grupo 6: “4. Aprofundar, no GTPAUA, o debate sobre o direito à cidade, com o objetivo de contribuir para a construção de um espaço urbano não excludente, permitindo o acesso da população à cidade”. Após o item 4 do TR 7, foi colocado em debate pelo presidente, e um proponente da Plenária apresentou uma nova proposta: “Aprofundar, no GTPAUA, o debate sobre o direito à cidade, com o objetivo de contribuir para a construção de uma sociedade inclusiva e acessível a toda população”. Após debate, ampla maioria aprovou o item 4 do TR 7 sem prejuízo de modificações. Em regime de votação, escolheu-se a proposta de modificação apresentada pelo Grupo 6 contra a apresentada pela Plenária. A primeira foi aprovada por ampla maioria. Às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, foi aprovada a prorrogação do prazo de término da Plenária por até uma hora. Em seguida, o presidente encaminhou a discussão do item 5 do TR 7, que foi aprovado integralmente pelo Grupo 3 (7/0/0) e com modificação pelo Grupo 6 (8/0/2). Modificação aprovada pelo Grupo 6: “Promover, via seções sindicais, debates sobre a criminalização das ocupações urbanas e denunciar, a fim de enfrentar as iniciativas difamatórias engendradas pelos meios de comunicação de massa, os interesses das grandes incorporadoras e indústria da construção civil na negação do direito à cidade a classe trabalhadora”. Após debate, a maioria aprovou a modificação apresentada pelo Grupo 6. Dando prosseguimento aos trabalhos, o presidente apresentou as propostas de inclusão de novos itens aprovadas pelo grupo 6. Primeira proposta: “6. Que o ANDES-SN se incorpore à campanha ‘Chega de Agrotóxicos’, em defesa do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA), previsto no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção orgânica – PNAPO (Decreto nº 7794/ 2012)”. A proposta foi debatida e aprovada por ampla maioria. A segunda proposta de inclusão de novo item aprovada pelo Grupo 6 foi: “7. Aprofundar, no GTPAUA, o debate sobre os direitos das populações originárias e camponesas, dos seus territórios, com objetivo de contribuir com a reflexão sobre os conflitos agrários e a defesa dos modos de vida dessas populações”. A proposta foi debatida e aprovada pela maioria. Finalmente, a terceira proposta de inclusão de novo item apresentada pelo Grupo 6 foi: “8. Lutar contra todos os tipos de criminalização de ocupações de movimentos sociais rurais, bem como contra os assassinatos dos trabalhadore(a)s rurais”. A proposta foi debatida e aprovada pela maioria com algumas abstenções. Em seguida, foi submetido o TR como um todo à aprovação, tendo sido aprovado por ampla maioria com algumas abstenções. Ato contínuo, foi apreciado o **TR 8 – Avaliação e Atualização do Plano de Lutas de Política de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual – Diretoria do ANDES-SN – Considerando as discussões acumuladas no GTPCEGDS, o 63º CONAD do ANDES-SN delibera: 1. Realizar debates nas reuniões do GTPCEGDS sobre a luta por direitos sexuais e reprodutivos e a carreira docente. 2. Construir ações conjuntas via a CSP-Conlutas com movimentos sociais, coletivos e organizações políticas que atuem em defesa da vida e dos direitos das mulheres na luta pela legalização do aborto. 3. Acompanhar a tramitação de PL e PEC que retiram direitos das mulheres, a exemplo do texto substitutivo da PEC 181/2015, que criminaliza todo tipo de aborto. 4. Recomendar às secretarias regionais que, nos encontros no segundo semestre de 2018, pautem o debate da paridade de gênero na**

diretoria do ANDES-SN. **5. Aprofundar, via seções sindicais e com o apoio do GTPCEGDS e do GTPFS, o debate sobre o formato e o processo de inserção da paridade de gênero na composição da diretoria do ANDES-SN para deliberação no 38º CONGRESSO.** O TR 8 teve a seguinte situação nos grupos: aprovado como um todo pelo Grupo 2 (5/0/2) e pelo Grupo 5 (8/0/0). O item 1 foi aprovado com modificação pelo grupo 2 (5/0/2) e integralmente pelo grupo 5 (8/0/0). A proposta modificada apresentada foi: “1. Realizar debates nas reuniões do GTPCEGDS sobre os impactos da luta por direitos sexuais e reprodutivos na carreira docente”. Após ter sido debatida, a proposta de modificação do Grupo 2 foi aprovada pela maioria da Plenária com algumas abstenções. Em seguida, foram aprovados pela Plenária, sem debate, os itens 2 e 3 do TR 8, que foram aprovados integralmente pelo Grupo 2 (5/0/2) e pelo Grupo 5 (8/0/0). O item 4 foi aprovado integralmente pelo Grupo 5 (8/0/0) e com a seguinte modificação aprovada pelo Grupo 2 (5/0/2): “4. Recomendar às secretarias regionais que, nos encontros no segundo semestre de 2018, pautem o debate da paridade de gênero na diretoria do ANDES-SN e incentivem propostas para implementações a serem apreciadas no próximo congresso”. Após debate, a maioria foi contrária à realização de modificações e aprovou-se o texto original do item 4 do TR 8. O item 5 foi aprovado integralmente pelo Grupo 2 (5/0/2) e pelo Grupo 5 (8/0/0), e foi aprovado, sem debate, pela maioria do(a)s delegado(a)s da Plenária. Em seguida, foi apreciada a proposta de inclusão de novo item, apreciada e aprovada, tanto pelo Grupo 2 (5/0/2) quanto pelo Grupo 5 (6/0/1), com a seguinte redação: “6. Acompanhar no STF a tramitação da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), número 442, que trata da descriminalização do aborto até doze semanas de gestação, ingressar como *amicus curiae*, participar de audiências públicas e mobilizações relacionadas com esta pauta”. Após debate, a inclusão desse novo item foi aprovada pela maioria da Plenária. Finalmente, foi apreciada uma última proposta de inclusão de novo item apresentada pelo Grupo 7 (6/0/2): “7. Difundir, por meio das seções sindicais e com apoio das secretarias regionais, a Revista Universidade e Sociedade ‘130 anos da Abolição da Escravidão no Brasil: resistência do povo negro e luta por reparação’”. Na discussão, surgiu a proposição de supressão da proposta de inclusão de novo item. O presidente encaminhou para regime de votação, e o resultado da votação foi: onze delegado(a)s pela inclusão de novo item, 27 delegado(a)s pela supressão e dez abstenções. Assim, a maioria da Plenária foi contrária à inclusão do novo item. Em seguida, o TR foi submetido como um todo à aprovação, tendo sido aprovado por ampla maioria com algumas abstenções. Continuando os trabalhos, o presidente passou para a apreciação do **TR 9 – Avaliação e Atualização do Plano de Lutas de Política de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria** – Diretoria do ANDES-SN – *O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:* **1. Realizar ações com o tema da contrarreforma da previdência em diversos espaços, em conjunto com a CSP-Conlutas e outras entidades, com o propósito de manter a mobilização contra a votação. 2. Elaborar materiais com base no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado, que comprova a não existência de déficit da previdência. 3. Realizar ações em defesa do SUS, em articulação com a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, a CSP-Conlutas, as seções sindicais, as entidades sindicais e os movimentos sociais. 4. Continuar a denunciar o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que fornece dados pessoais e profissionais da categoria docente (ativos e aposentados) para o sistema financeiro e para as operadoras de planos de saúde, visando à expropriação do salário por meio de empréstimos consignados e à contratação de planos de saúde suplementares em substituição ao SUS. 5. Posicionar-se contra a Portaria nº 3.588/17, do Ministério da Saúde, que altera a reforma psiquiátrica e seus princípios, previstos na Lei nº 10.216/2001, somando-se à luta dos movimentos sociais e entidades pela revogação dessa portaria. 6. Participar do VIII Seminário Nacional da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, cujo título é “O avanço do capital sobre a saúde da classe trabalhadora”, que acontecerá em novembro de 2018.** O TR 9 foi aprovado pelo Grupo 4 (7/0/0). O item 1 do TR 9 teve a seguinte situação nos grupos: aprovado com modificação no Grupo 1 (9/0/0) e aprovado integralmente pelo Grupo 4 (7/0/0). A proposta de modificação do Grupo 1 ficou com a seguinte redação: “1. Realizar ações com o tema da contrarreforma da previdência em diversos espaços, em conjunto com a CSP-Conlutas e outras entidades, com o propósito de manter a mobilização”. Durante o debate, surgiu na Plenária nova proposta de modificação: “1. Realizar ações com o tema da

contrarreforma da previdência em diversos espaços, em conjunto com a CSP-Conlutas e outras entidades, com o propósito de manter a mobilização contra a sua possível votação”. Como nenhum delegado manteve a proposta original, o presidente encaminhou votação da proposta apresentada pelo Grupo 1 contra a apresentada pelo delegado da Plenária. A maioria da Plenária votou pela proposta de modificação apresentada pelo Grupo 1. Em seguida, o item 2 do TR 9 foi apreciado. A situação do item nos grupos foi: aprovado integralmente pelo Grupo 4 (7/0/0). O item foi aprovado pela maioria da Plenária sem debate. Quanto ao item 3 do TR 9, foi aprovado integralmente pelo Grupo 1 (5/4/0) e com modificações pelo Grupo 4 (6/0/0). A proposta de modificação aprovada foi: “3. Realizar ações em defesa do SUS e da **revogação da Lei nº 12550/11 – EBSEERH**, em articulação com a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, a CSP-Conlutas, as seções sindicais, as entidades sindicais e os movimentos sociais”. Durante o debate, surgiu nova proposta de consolidação da Plenária, que propôs que a inclusão de novo item no TR 9 aprovada pelo Grupo 1 (6/0/1) fosse convertida em um subitem do item 3 do TR 9. Assim, o texto proposto pela Plenária ficaria: “3. Realizar ações em defesa do SUS e da **revogação da Lei nº 12550/11 – EBSEERH**, em articulação com a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, a CSP-Conlutas, as seções sindicais, as entidades sindicais e os movimentos sociais. 3.1. Lutar pela revogação da Lei nº 12550/11, utilizando os dossiês da realidade dos HUs, onde foi contratada a EBSEERH, com prejuízos para o ensino, a pesquisa, a extensão e a autonomia universitária, e como a EBSEERH contribui para o desmonte do SUS”. Após as falas do(a)s delegado(a)s e do(a)s observadore(a)s, o presidente encaminhou para a votação, e a maioria, com algumas abstenções, aprovou a proposta de consolidação que surgiu da Plenária. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente da Mesa deu informe para a Plenária de que a delegada Liliam Borges (Adunioeste) foi substituída por Flávio Pereira, suplente eleito em assembleia geral pela base da Adunioeste. Logo após, foi aprovado remeter os textos de resolução do Tema 2 para discussão na Plenária do tema 3 e estabelecido intervalo. A Plenária retornou às dezenove horas e trinta minutos. Voltando a discussão do TR 9, o presidente encaminhou a apreciação do item 4. O item foi apreciado pelo Grupo 4, que votou duas propostas, as quais foram remetidas para a Plenária. A primeira proposta de modificação apreciada e votada pelo Grupo 4 (3/0/0) foi: “4. Continuar a denunciar e **acionar juridicamente** o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e **as secretarias estaduais correspondentes**, que fornecem dados pessoais e profissionais da categoria docente (ativos e aposentados) para o sistema financeiro e para as operadoras de planos de saúde, visando à expropriação do salário por meio de empréstimos consignados e à contratação de planos de saúde suplementares em substituição ao SUS”. A segunda proposta de modificação apreciada e votada pelo Grupo 4 (3/0/0) foi: “4. Continuar a denunciar o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e **as secretarias estaduais correspondentes, e verificar a oportunidade de entrar na justiça contra o fornecimento de dados** pessoais e profissionais da categoria docente (ativos e aposentados) para o sistema financeiro e para as operadoras de planos de saúde, visando à expropriação do salário por meio de empréstimos consignados e à contratação de planos de saúde suplementares em substituição ao SUS”. Durante o debate, surgiu nova proposta de consolidação: “Continuar a denunciar e **a avaliar a possibilidade de acionar juridicamente** o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e **secretarias estaduais correspondentes**, que fornece dados pessoais e profissionais da categoria docente (ativos e aposentados) para o sistema financeiro e para as operadoras de planos de saúde, visando à expropriação do salário por meio de empréstimos consignados e à contratação de planos extorsão de saúde suplementares em substituição ao SUS”. Após o debate, a proposta de consolidação da Plenária foi votada e aprovada pela maioria com algumas abstenções. Em seguida, o presidente encaminhou a apreciação do item 5 do TR 9. A situação nos grupos foi: proposta de modificação aprovada no Grupo 1 (8/0/0) e no Grupo 4 (7/0/0). Os dois grupos aprovaram a mesma modificação: “5. Reafirmar a posição contrária e denunciar a Portaria nº 3588/17, do Ministério da Saúde, que altera a reforma psiquiátrica e seus princípios, previstos na Lei nº 10216/01, somando-se à luta dos movimentos sociais e entidades pela revogação dessa portaria”. Após o debate, a proposta foi aprovada pela maioria da Plenária com três abstenções. Passou-se à apreciação do item 6 do TR 9, o qual foi aprovado integralmente pelo Grupo 4 (7/0/0) e aprovado com modificação pelo Grupo 1 (7/0/0). A proposta de modificação foi: “6.

Contribuir na construção dos Seminários Regionais que antecederão o VIII Seminário Nacional da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, cujo título é ‘O avanço do capital sobre a saúde da classe trabalhadora’, que acontecerá em novembro de 2018”. Durante o debate, surgiu da Plenária nova proposta de consolidação: “Participar do VIII Seminário Nacional da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, cujo título é ‘O avanço do capital sobre a saúde da classe trabalhadora’, que acontecerá em novembro de 2018, e contribuir na construção dos Seminários Regionais que antecederão o VIII Seminário Nacional da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, cujo título é ‘O avanço do capital sobre a saúde da classe trabalhadora’, que acontecerá em novembro de 2018”. Antes de passar ao regime de votação, o presidente consultou se algum(a) delegado(a) mantinha a proposta de modificação aprovada pelo Grupo 1. Como ninguém manteve a proposta, ele encaminhou para votação apenas a proposta de consolidação, a qual foi aprovada pela maioria da Plenária. Em seguida, o TR foi submetido, como um todo, à aprovação, tendo sido aprovado por ampla maioria com algumas abstenções. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente passou à apreciação do **TR 10 – Avaliação e Atualização do Plano de Lutas de Política de Ciência e Tecnologia** – Diretoria do ANDES-SN – *O 63º CONAD do ANDES-SN delibera: 1. Realizar atividade na 70ª Reunião da SBPC, conforme deliberação do 37º CONGRESSO, distribuindo os materiais produzidos pelo sindicato e discutindo dentro das seguintes temáticas: universidade e sociedade na atualidade e o projeto do ANDES-SN de Ciência e Tecnologia para o Brasil. 2. Analisar, em plano nacional e local, o sistema de avaliação da CAPES e sua relação com a pesquisa, a extensão e a pós-graduação, com o objetivo de propor iniciativas de avaliação segundo os princípios do Caderno 2 do ANDES-SN. 3. Continuar o debate sobre o “Marco Legal” e o Decreto nº 9.283/18 que o regulamenta, com o fim de enfrentar sua implementação nas IES, combatendo os aspectos nefastos para o complexo público de C&T, para a carreira docente e de pesquisador(a) e para a universidade pública. 4. Continuar o monitoramento e a análise dos orçamentos para o setor de C&T com o fim de municiar a ação política do sindicato em unidade com outros movimentos sindicais e sociais e entidades científicas. 5. Realizar o III Seminário de Ciência e Tecnologia do ANDES-SN no segundo semestre de 2018, a fim de adensar a crítica ao projeto de privatização da C&T no país, e avançar nas ações de enfrentamento a esse projeto com as demais entidades e movimentos defensores de uma ciência pública.* A situação do TR 10 nos grupos foi: aprovado pelo Grupo 3 (6/0/0) e pelo Grupo 6 (11/0/0). O presidente apresentou a situação dos itens 1, 2, 3, 4 e 5 nos grupos: todos foram aprovados integralmente, sem propostas de modificação pelo Grupo 3 (6/0/0) e pelo Grupo 6 (11/0/0), e foram, em seguida, aprovados pela Plenária. Finalmente, o presidente encaminhou para votação o TR 10, que foi aprovado por unanimidade pela Plenária. Em seguida, foi apreciado o **TR 11 – Combater o golpe, defender a universidade, a democracia e a liberdade de Lula: constituir comitês nas IES** – *Contribuição do(a)s professore(a)s: Ailton Cotrim Prates (ADUFAL); Alberto Handfas (ADUNIFESP); Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES); Antonio Eduardo A. Oliveira (APUR); Antonio Joaquim Feitosa (ADUFPB); Agostino Júnior Holanda Coe (ADUFPI); Cássia Hack (SINDUFAP); Celi Taffarel (APUB); Cláudia Gonçalves (ASDUERJ); Claudio Felix (ADUESB); Claudio Lira (APUB); David Teixeira (APUR); Domingos Sávio da Cunha Garcia (UNEMAT); Eduardo Jorge da Silva (ADUFERPE); Elisa Guaraná de Castro (ADUR); Erika Suruagi (ADUFERPE); Eron Pimentel (ADUFEPE); Eudes Baima (SINDUECE); Everaldo Andrade (ADUSP); Fábio Venturine (ADUNIFESP); Flávio Dantas (ADUFERPE); Flávio Furtado de Farias (ADUFPI); Fernando Cunha (ADUFPB); Francine Legeslki (ADUFF); George L. R. Brito (SESDUFT); Gilberto Oliveira (ADUFES); Giovane Mota (ADUFPA); Gisele Moreira (APESJF); Hélcio Batista (ADUFERPE); Helder Molina (ASDUERJ); Humberto Climaco (ADUFG); Jaaziel de Carvalho Costa (ADUFPI); José Arlen Beltrão (APUR); Joelma Albuquerque (ADUFAL); José Tarcísio Lima (ADUFLA); Juanito Vieira (APESJF); Leni Hack (ADUNEMAT); Lenucia Moura (SINDUECE); Lisleandra Machado (APESJF); Luciana Campos (ADUFVJM); Luiz Carvalho (ADUFMAT); Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos (ADUFU); Luiz Rojo (ADUFF); Mairton Celestino da Silva (ADUFPI); Marcia Morschbacher (ADUFSM); Marco Aurelio Gomes de Oliveira (SESDUFT); Maria de Lourdes Rocha Nunes (ADUFPI); Marize Carvalho (APUB); Marco Aurélio Gomes de Oliveira (SESDUFT); Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes*

(ADUFPI); Mariuza A. C. Guimarães (ADUFMS); Melina Silva Alves (ADUFPB); Onete Lopes (ADUFF); Paulo Riela (ADUFS-BA); Pere Petit (ADUFPA); Rafael Bastos (ASDUERJ); Tiago Nicola Lavoura (ADUSC); Valter Pomar (ADUFABC). 63º CONAD do ANDES-SN delibera: **1. Caracterizar o impeachment da Presidente Dilma Rousseff, em 2016, como um golpe organizado através de uma ofensiva jurídico-parlamentar-patronal-midiático; 2. Constituir de forma unitária Comitês de Luta Contra o Golpe, pela Democracia, em Defesa da Universidade e pela Libertação de Lula, em todas as IES.** A situação do TR 11 nos grupos foi: aprovado pelo Grupo 3 (6/0/2) e suprimido pelo Grupo 6 (10/1/0). Assim, o presidente abriu a apreciação sobre a aprovação, sem prejuízo de modificações, ou a supressão do TR 11. Considerando o grande número de delegado(a)s e observador(a)s inscritos, o presidente propôs o seguinte protocolo para o debate: definir a ordem das falas por sorteio, e, quando a Plenária decidir pelo encerramento, abrir para que cada proposta, manutenção ou supressão do TR 11, faça uma defesa e, em seguida, encaminhar a votação. A proposta do presidente foi aprovada pela maioria do(a)s delegado(a)s. Após o debate, o presidente encaminhou para votação, que foi: 30 votos pela supressão do TR 11, 27 votos pela aprovação, sem prejuízo de modificações e nenhuma abstenção. O TR 11 foi suprimido. Em seguida, foi apreciado o **TR 12 – Articular as lutas em defesa da educação pública** Contribuição do(a)s professore(a)s: Ailton Cotrim Prates (ADUFAL); Alberto Handfas (ADUNIFESP); Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES); Antonio Eduardo A. Oliveira (APUR); Antonio Joaquim Feitosa (ADUFPB); Agostino Júnior Holanda Coe (ADUFPI); Cássia Hack (SINDUFAP); Celi Taffarel (APUB); Cláudia Gonçalves (ASDUERJ); Claudio Felix (ADUSB); Claudio Lira (APUB); David Teixeira (APUR); Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUNEMAT); Eduardo Jorge da Silva (ADUFERPE); Elisa Guaraná de Castro (ADUR); Erika Suruagi (ADUFERPE); Eron Pimentel (ADUFEPE); Eudes Baima (SINDUECE); Everaldo Andrade (ADUSP); Fábio Venturine (ADUNIFESP); Flávio Dantas (ADUFERPE); Flávio Furtado de Farias (ADUFPI); Fernando Cunha (ADUFPB); Francine Legeslki (ADUFF); George L. R. Brito (SESDUFT); Gilberto Oliveira (ADUFES); Giovane Mota (ADUFPA); Gisele Moreira (APESJF); Hélcio Batista (ADUFERPE); Helder Molina (ASDUERJ); Humberto Climaco (ADUFG); Jaaziel de Carvalho Costa (ADUFPI); José Arlen Beltrao (APUR); Joelma Albuquerque (ADUFAL); José Tarcísio Lima (ADUFLA); Juanito Vieira (APES); Leni Hack (ADUNEMAT); Lenucia Moura (SINDUECE); Lisleandra Machado (APESJF); Luciana Campos (ADUFVJM); Luiz Carvalho (ADUFMAT); Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos (ADUFU); Luiz Rojo (ADUFF); Mairton Celestino da Silva (ADUFPI); Marcia Morschbacher; (ADUFSM); Marco Aurelio Gomes de Oliveira (SESDUFT); Maria de Lourdes Rocha Nunes (ADUFPI); Marize Carvalho (APUB); Marco Aurélio Gomes de Oliveira (SESDUFT); Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI); Mariuza A. C. Guimarães (ADUFMS); Melina Silva Alves (ADUFPB); Onete Lopes (ADUFF); Paulo Riela (ADUEFS); Pere Petit (ADUFPA); Rafael Bastos (ASDUERJ); Tiago Nicola Lavoura (ADUSC); Valter Pomar (ADUFABC). O 63º CONAD do ANDES-SN delibera: **Lutar de forma articulada, com as entidades do FÓRUM NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO (FNPE), com Frente Brasil Popular, Povo Sem Medo e centrais de trabalhadores, pela revogação da EC 95/2016, contra o Programa Residência Pedagógica, a Lei nº 13.415/2017 (Contrarreforma do Ensino Médio) e a BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM (BNCC).** O TR 12 foi aprovado pelo Grupo 2 (4/1/2). No Grupo 2, o item 1 do TR 12 foi aprovado com modificação (5/2/0). A alteração foi: “Intensificar a luta articulada e em unidade de ação com entidades e movimentos pela revogação da EC 95/16”. Durante o debate do TR 12, às vinte e duas horas e vinte minutos, o presidente encaminhou para votação a proposta de prorrogação do prazo de término da Plenária por até uma hora. A proposta foi aprovada pela maioria da Plenária. Ato contínuo, o presidente deu continuidade ao debate do TR 12 e, com o encerramento das inscrições, encaminhou para a votação sobre aprovação ou supressão do TR 12. A maioria da Plenária votou pela supressão do TR 12. Na sequência, foi apreciado o **TR 21 – Uma reflexão sobre a mobilidade urbana como um direito de todos e de todas** – Contribuição do professor Antonio Rosevaldo Ferreira da Silva (ADUFS-BA) - O 63º CONAD do ANDES-SN delibera: **Aprofundar no GTPAUA, o debate sobre mobilidade urbana, com o objetivo de contribuir para a construção de um espaço urbano não excludente, permitindo o acesso da população a cidade, inclusive aos lugares que são voltados apenas a**

classe dominante. E que o GTPAUA possa debater sobre mecanismos de melhoria dos transportes públicos nacionais a exemplo de estudos sobre tarifas e sistemas de mobilidade urbana. A situação nos grupos foi aprovada com modificação no Grupo 3 (7/0/0) e no Grupo 6 (10/0/1). A alteração aprovada pelo Grupo 3 (7/0/0) foi: “Aprofundar o debate, nas Seções Sindicais e no GTPAUA, sobre mecanismos de melhoria dos transportes públicos nacionais a exemplo de estudos sobre tarifas e sistemas de mobilidade urbana”. A modificação aprovada pelo Grupo 6 (10/0/1) foi: “Aprofundar o debate, nas seções sindicais e no GTPAUA sobre mecanismos de mudança do sistema de mobilidade urbana, a exemplo de estudos sobre tarifas, passe livre, transportes públicos, ciclovias, ciclofaixas e acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida”. O presidente abriu discussão sobre o TR 21 e encaminhou para votação a proposta de supressão contra a de aprovação com modificação. A última foi aprovada pela maioria da Plenária. Em seguida, abriu para debate sobre as modificações aprovadas nos dois grupos que apreciaram o TR 21. Após, encaminhou votação das duas propostas que foram apresentadas pelos grupos que apreciaram o TR 21. A maioria da Plenária aprovou o TR 21 com a modificação apresentada pelo Grupo 6, com apenas uma abstenção. A partir de proposta proveniente da Plenária, o presidente encaminhou para votação remeter o TR 21 para o GT de Política Agrária, Urbana e Ambiental. A proposta foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou para a apreciação do **TR 24 – Migrantes venezuelanos: políticas de inserção no mercado de trabalho e ações de acolhimento por uma rede de solidariedade a classe trabalhadora** – *Contribuição da Assembleia Geral da SESDUF-RR realizada no dia 30 de maio de 2018 – O 63º CONAD do ANDES-SN delibera: 1. Articular com a CSP-Conlutas e demais organizações e entidades representativas de estudantes, trabalhadores e do movimento popular, o aprofundamento das ações de acolhimento e de inserção no mercado de trabalho dos migrantes venezuelanos, assim como, que seja reivindicado a efetivação de políticas em nível nacional, estaduais e municipais, no sentido de minimizar os problemas enfrentados por todos trabalhadores envolvidos nesse contexto. 2. Que as seções sindicais e secretarias regionais do ANDES-SN, acompanhem a situação dos migrantes venezuelanos que estão sendo deslocados para outros Estados, no sentido de: a) Conhecer as condições em que esses trabalhadores se encontram; b) Dar visibilidade aos grupos migratórios nas cidades e regiões; c) Denunciar situações análogas ao trabalho escravo. 3. Que o ANDES-SN realize uma campanha de ajuda humanitária ao povo venezuelano, para contribuir com apoio financeiro nas ações que estão sendo desenvolvidas no âmbito da SESDUF-RR. 4. Mobilizar as seções sindicais e secretarias regionais, a dar apoio às ações da SESDUF-RR no processo de ajuda humanitária aos migrantes indígenas, referente às políticas de escoamento dos seus artesanatos, para que tenham alternativa de renda local e não necessitem deslocarem para outros Estados do Brasil. 20 5. Que as seções sindicais reivindiquem nas suas universidades, possíveis medidas que minimizem a dificuldade intrínseca destes grupos migratórios, tais como cursos de idiomas específicos, gratuidade na revalidação de diplomas, vagas especiais e outras ações oriundas da realidade local.* A situação foi: aprovado pelo Grupo 4 (6/0/0) e aprovado pelo Grupo 5 (6/0/1). O item 1 do TR 24 foi aprovado com modificação pelo Grupo 4 (7/0/0) e pelo Grupo 5 (7/0/1). A modificação aprovada pelo Grupo 4 foi: “1. Pautar e articular na CSP-Conlutas para que, em conjunto organizações e entidades representativas de estudantes, trabalhadores e do movimento popular acompanhem as ações de acolhimento e de inserção dos migrantes venezuelanos no mundo do trabalho, assim como reivindicando a efetivação de políticas em nível nacional, estaduais e municipais, no sentido de minimizar os problemas enfrentados por todos trabalhadores envolvidos nesse contexto”. A modificação aprovada pelo Grupo 5 foi: “1. Pautar na CSP-Conlutas para que, em conjunto com as organizações e entidades representativas de estudantes, trabalhadores e do movimento popular, acompanhem as ações de acolhimento e de inserção no mundo de trabalho dos migrantes e refugiados venezuelanos e demais, assim como, reivindicando a efetivação de políticas em nível nacional, estaduais e municipais, no sentido de minimizar os problemas enfrentados por todos trabalhadores envolvidos nesse contexto”. Em debate, apareceram novas propostas de consolidação. Após votação, ampla maioria aprovou a proposta de consolidação que surgiu da Plenária modificando a proposta do Grupo 4, que ficou com a seguinte redação: “Pautar e articular na CSP-Conlutas para que em conjunto organizações e entidades representativas de

estudantes, trabalhadores e do movimento popular acompanhem as ações de acolhimento e de inserção dos migrantes venezuelanos no mercado de trabalho, assim como reivindicando a efetivação de políticas em nível nacional, estaduais e municipais, no sentido de minimizar os problemas enfrentados por todos trabalhadores envolvidos nesse contexto de agressão imperialista”. Em seguida, foi apreciado o item 2 do TR 24. A situação do item 2 nos grupos foi: aprovado com modificação no Grupo 4 (8/0/0) e aprovado com modificação no Grupo 5 (7/0/1). A modificação aprovada pelo Grupo 4 foi: “2. Que as seções sindicais e secretarias regionais do ANDES-SN pautem nas executivas estaduais da CSP-Conlutas o acompanhamento da situação dos migrantes venezuelanos que estão sendo deslocados para outros Estados, no sentido de: a) Conhecer as condições em que esses trabalhadores se encontram; b) Dar visibilidade aos grupos migratórios nas cidades e regiões; c) Denunciar situações análogas ao trabalho escravo”. A modificação aprovada pelo Grupo 5 foi: “2. Que as seções sindicais e as secretarias regionais do ANDES-SN pautem nas executivas estaduais da CSP-Conlutas o acompanhamento da situação dos migrantes e refugiados venezuelanos e de outros que estão sendo deslocados para outros Estados, no sentido de poder: a) Conhecer as condições em que esses trabalhadores se encontram; b) Dar visibilidade aos grupos migratórios nas cidades e regiões; c) Denunciar situações análogas ao trabalho escravo”. Após debate, as duas propostas foram encaminhadas para votação. A maioria da Plenária aprovou a modificação apreciada e aprovada pelo Grupo 4. Quanto ao item 3 do TR 24, a situação foi: aprovado com modificação pelo Grupo 4 (7/0/0) e pelo Grupo 5 (6/0/2). A alteração apresentada pelo Grupo 4 foi: “3. Articular, junto à CSP-Conlutas, demais centrais sindicais e movimentos sociais, uma campanha de solidariedade aos imigrantes Venezuelanos de apoio financeiro às ações que estão sendo desenvolvidas no estado de Roraima”. A modificação apresentada pelo Grupo 5 foi: “3. **Propor que a CSP-Conlutas articule uma campanha nacional e internacional em solidariedade** ao povo venezuelano, para contribuir com apoio financeiro nas ações que estão sendo desenvolvidas **em Roraima**”. Em debate, foi apresentada pela Plenária nova proposta de consolidação: “Que o ANDES-SN articule junto à CSP-Conlutas, uma campanha nacional em solidariedade aos migrantes venezuelanos, no sentido de contribuir com apoio financeiro às ações que estão sendo desenvolvidas em Roraima”. Após consultar a Plenária, o presidente encaminhou para votação apenas a proposta de consolidação, que foi aprovada por ampla maioria com apenas algumas abstenções. Em seguida, apresentou a situação do item 4 nos grupos: suprimido no Grupo 4 (7/0/0) e no Grupo 5 (5/2/1). Assim, o item foi suprimido. Finalmente, foi apreciado o item 5, que foi aprovado com a mesma proposta de modificação pelo Grupo 4 (5/0/1) e pelo Grupo 5 (6/0/2): “5. Indicar que as seções sindicais reivindiquem nas suas universidades, possíveis medidas que minimizem a dificuldade intrínseca de grupos migratórios **em situação de vulnerabilidade**, tais como cursos de idiomas específicos, gratuidade na revalidação de diplomas, vagas especiais e outras ações oriundas da realidade local”. Após debate, a proposta de modificação foi aprovada, por unanimidade, por ampla maioria da Plenária. Em seguida, o presidente encaminhou para votação o TR 24, em sua totalidade, o qual foi aprovado por unanimidade. Também foi decidido, por ampla maioria, remeter o TR 24 para o GTPCEGDS. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente da Mesa propôs remeter os textos de resolução restantes do Tema 2 para discussão e apreciação na Plenária do Tema 4. Às vinte e três horas e cinquenta e sete minutos do dia trinta de junho de dois mil e dezoito, suspendemos a Plenária, retornando no dia primeiro de julho de dois mil e dezoito, às dez horas e oito minutos. Retomando os trabalhos do Tema 2, o presidente encaminhou a apreciação do **TR 25 – Reparação é direito: em defesa das cotas raciais nos concursos e no sindicato** – *Contribuição da Assembleia da APUB realizada no dia 12 de junho de 2018 – O 63º CONAD do ANDES-SN delibera: 1. Indicar às seções sindicais, regionais e direção nacional que realizem levantamento sobre o quantitativo de professoras negras e professores negros, indígenas e quilombolas nas IFES de sua atuação; 2. Realizar seminários nas IFES para apresentação e discussão dos dados a fim de organizar a luta em defesa da Lei nº 12.990/2014 e da sua ampliação para indígenas e quilombolas; 3. Com os dados levantados, publicar InformANDES especial sobre a temática. 4. As seções sindicais participarão, ativamente, dos processos de implementação da Lei de Cotas nas IFES pautando-se pelo princípio da democratização do acesso aos docentes negros e negras na carreira do magistério*

superior. 5. *Aprofundar o debate nas seções sindicais sobre cotas de, no mínimo, 30% para negras e negros nas instâncias de direção do Sindicato Nacional, das regionais e das seções sindicais, a fim de deliberação no 38º Congresso do ANDES.* O TR 25 foi aprovado pelo Grupo 5 (7/0/1). O item 1 do TR 25 foi apreciado pelo Grupo 5 e foi aprovado (6/0/1) com a seguinte modificação: “O 63º CONAD do ANDES-SN delibera: 1. Indicar às seções sindicais, regionais e direção nacional que realizem levantamento sobre o quantitativo de professoras negras e professores negros, indígenas e quilombolas nas IES de sua atuação”. Após debate pela Plenária, o item modificado foi aprovado por ampla maioria. Os itens 2 e 3 do TR 25 foram apreciados pelo Grupo 5, o qual decidiu pela supressão (5/2/0) dos itens, e a Plenária manteve as propostas de supressão. O item 4 foi aprovado pelo Grupo 5 (4/0/3) com modificação: “4. As seções sindicais participarão, ativamente, dos processos de implementação da Lei de Cotas nas IES pautando-se pelo princípio da democratização do acesso aos docentes negras e negros na carreira do magistério superior”. Após discussão, o presidente encaminhou o item para votação, que foi aprovado por ampla maioria da Plenária. Em seguida, foi apreciado o item 5 do TR 25, o qual foi aprovado com modificação pelo Grupo 5 (4/3/1): “5. **Pautar o debate, via GTPCEGDS, SSind e Secretarias Regionais,** sobre cotas para negras e negros na direção do Sindicato Nacional”. O item modificado foi, após debate, aprovado pela maioria da Plenária. Finalmente, o presidente encaminhou para votação o TR como um todo, que foi aprovado com duas abstenções. Dando continuidade, o presidente passou para a apreciação do **TR 26 – Unir as lutas para emancipar a classe – Contribuição do(a)s professore(a)s Elza Peixoto (APUB), Fernando Correa Prado (SESUNILA), Caroline Magalhães Lima (SINDUECE), Mario Mariano Ruiz Cardoso (ADUFVJM), Raquel Brito Sousa (SINDUECE), Rodrigo Castelo (ADUNIRIO) – O 63º CONAD do ANDES-SN delibera: 1. Dar continuidade ao processo de reorganização da classe na perspectiva de construção do Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT), entendido não apenas como um evento, mas como um processo amplo e necessário na atual conjuntura. 2. Pautar no GTPE a realização de seminário nacional sobre universidade popular, com participação do movimento estudantil, movimentos sociais (povos originários, quilombolas, MTST, etc.), movimentos culturais, sindicatos, etc., dando seguimento à resolução aprovada no 33º Congresso no sentido de que “o ANDES-SN deve incorporar-se ao debate nacional sobre universidade popular na busca de fortalecer os laços do Movimento Docente com os movimentos sociais”.** O TR 26 foi aprovado pelo Grupo 2 (5/0/2). Quanto ao item 1 do TR 26, a situação nos grupos foi a seguinte: item aprovado integralmente pelo Grupo 1 (4/3/1) e suprimido pelo Grupo 2 (6/0/2). Em seguida, o presidente abriu debate sobre a aprovação ou supressão do item. Após o debate, foi encaminhada a votação sobre supressão ou manutenção e a maioria da Plenária votou pela supressão do item 1 do TR 26. Quanto ao item 2 do TR 26 foi aprovado com modificação pelo Grupo 2 (6/0/2) e pelo Grupo 5 (7/0/1). A modificação aprovada pelo Grupo 2 foi: “**2.1** Pautar no GTPE a discussão sobre a Universidade Popular propiciando estudos sobre a interseção entre este projeto e o projeto aprovado e difundido pelo ANDES-SN. **2.2** Que o debate sobre Universidade Popular seja um dos temas a ser debatido no Seminário Nacional Estado e Educação. E que o ANDES-SN leve como proposta para a CONEDEPE o tema da Universidade Popular para ser debatido no III ENE”. A modificação aprovada pelo grupo 5 foi: “**2.** Que o debate sobre Universidade Popular seja um dos temas a ser realizado no Seminário Nacional Estado e Educação. E que o ANDES-SN leve como proposta para a CONEDEPE o tema Universidade Popular para o III ENE”. Após o debate, o presidente da Plenária apresentou como proposta de consolidação da Mesa votar apenas a proposta de modificação aprovada pelo Grupo 2, já que incorporava a proposta aprovada pelo Grupo 5. Com a autorização da Plenária, o presidente encaminhou para votação apenas a proposta de modificação aprovada pelo Grupo 2, que foi aprovada por ampla maioria da Plenária. Em seguida, foi votado todo o TR 26, que, também, foi aprovado por ampla maioria. Às onze horas e quarenta minutos, após o presidente da Mesa apresentar a proposta, foi aprovada a prorrogação do prazo de término da Plenária por até uma hora. Continuando os trabalhos, o presidente apresentou para apreciação da Plenária o **TR 28 – Trabalho de base e formação de GTs locais – Contribuição do(a)s professore(a)s Deborah Fontenelle (diretoria Asduerj); Rosineide Freitas (conselho de representantes Asduerj); Rodrigo dos Reis (diretoria Asduerj); Lia Rocha (conselho de representantes Asduerj); Ana Carolina Feldenheimer**

(diretoria Asduerj); Guilherme Vargues (diretoria Asduerj); Dario Souza e Silva (diretoria Asduerj); Frederico Irias (diretoria Asduerj); Guilherme Abelha (diretoria Asduerj.) – O 63º CONAD do ANDES-SN delibera: 1. Que o Andes-SN incentive as seções sindicais que ainda não possuem a criarem seus GTs locais e fortaleça os que já existem, a exemplo e associado aos GTs nacionais, como forma de intensificar o trabalho de base em cada estado, ampliar a representatividade da base e aproximá-la do sindicato nacional; 2. Que o GTPFS organize curso de formação, através das suas regionais, direcionado às seções sindicais a fim de fomentar a criação dos GTs locais naquelas seções que ainda não possuem; 3. Que as seções sindicais que implementarem GTs locais enviem relatório ao GTPFS acerca de sua atuação a fim de que esse possa elaborar um balanço da iniciativa a ser apresentado no 38º Congresso do Andes. O TR 28 foi aprovado pelo Grupo 4 (7/0/0). A situação do item 1 do TR 28 nos grupos foi: aprovado com modificação pelo Grupo 1 (5/2/2) e pelo Grupo 4 (6/0/1). A proposta de modificação aprovada pelos dois grupos foi a mesma: “Indicar às Secretarias Regionais que nos seus encontros pós-CONAD, pautem o funcionamento do ANDES-SN, apresentando histórico, estrutura de funcionamento do sindicato, destacando a importância do funcionamento dos GTs locais nas SSind”. Durante o debate na Plenária apareceu nova proposta de consolidação que foi aprovada pela maioria: “Indicar às Secretarias Regionais que nos seus encontros pós-CONAD, pautem o funcionamento do ANDES-SN, apresentando histórico, estrutura de funcionamento do sindicato, destacando a importância e incentivando o funcionamento dos GT locais nas SSind, como forma de intensificar o trabalho de base em cada estado, ampliar a representatividade da base e aproximá-la do sindicato nacional”. O item 2 foi aprovado com modificação pelo Grupo 1 (5/2/2) e pelo Grupo 4 (6/0/1). A proposta de modificação aprovada pelos dois grupos foi a mesma: “Que o GTPFS faça um levantamento nacional dos GTs locais em funcionamento nas Ssind, para ser apresentado no 38º Congresso do ANDES-SN”. Após debate, a proposta de modificação foi aprovada pela maioria da Plenária. Quanto ao item 3 do TR 28, a situação foi: supressão pelo Grupo 1 (5/2/2) e pelo Grupo 4 (7/0/0). Após encaminhar a supressão do item 3, o presidente da Mesa encaminhou para apreciação a proposta de inclusão de novo item aprovada pelo Grupo 4 (6/0/1): “4. Que o ANDES-SN reforce a importância dos GTs e oriente as SSind para que revitalizem seus Grupos de Trabalho específicos”. Após debate, a Plenária aprovou a conversão da proposta de inclusão de novo item em uma recomendação. Finalmente, o presidente aprovou para votação o TR 28, que foi aprovado com um voto contrário e uma abstenção. Na sequência, o presidente da Mesa encaminhou para votação todos os TR do tema 2, o qual foi aprovado com uma abstenção. Em seguida, o presidente apresentou para a Plenária a proposta de antecipar a abertura da Plenária do Tema 3 para iniciar imediatamente após o encerramento da Plenária do tema 2. A proposta foi aprovada por ampla maioria, com algumas abstenções. Às doze horas e dez minutos do dia primeiro de julho de dois mil e dezoito, nada mais havendo a tratar, o professor Reginaldo Silva de Araújo, presidente da Mesa Coordenadora da Plenária do Tema II, deu por encerrados os trabalhos de apreciação dos Textos de Resolução deste Tema, e eu, professora Caroline de Araújo Lima, 2ª Secretária, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelo presidente da Mesa.

Caroline de Araújo Lima
2º Secretária

Reginaldo Silva de Araújo
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA III DO 63º CONAD - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: SETORES

Às 12h23 do dia 1º de julho de 2018, no Auditório Central da Universidade Estadual do Ceará (Uece), localizado no *campus* Itaperi, na cidade de Fortaleza (CE), deu-se início à Plenária do Tema III – Avaliação e Atualização do Plano de Lutas: Sektres – do 63º CONAD do ANDES-SN. Dando proceguimento à Plenária, a presidente da Mesa informou que, em virtude do atraso dos trabalhos, o encontro seria continuidade da Plenária do Tema IV – Questões organizativas e financeiras, que tratou, em num primeiro momento, do tema III – Avaliação e Atualização do Plano de Lutas: Sektres. A presidente apresentou-se e informou que coordenaria os trabalhos com a Mesa composta por Jacqueline Rodrigues de Lima, presidente; Rodrigo Medina Zagni, vice-presidente da mesa; Silvana Heidemann Rocha, 1ª secretária; e Luiz Henrique dos Santos Blume, 2º secretário. Após a apresentação, a presidente informou a substituição do delegado da Adur-RJ, Luís Mauro S. Magalhães, por Carlos Domingos, e da delegada da Adusb, Iracema Oliveira Lima, por Paulo Cairo. Em seguida, informou a metodologia dos trabalhos, que seria da seguinte forma: a coordenação da Mesa apresentaria o temário do TR, indicaria a situação nos grupos e informaria aqueles grupos que fizeram alteração nos textos originais, passando à discussão das modificações. Seriam abertas cinco inscrições, e se houvesse mais inscritos, a Mesa colocaria em votação a necessidade ou não de abertura de novas inscrições, até o momento em que a Plenária não aprovasse mais a abertura de novas inscrições, passando-se, então, à votação dos itens dos TR modificados. Ao final dos debates e da votação por itens, seria votado o TR como um todo. Após essas explicações, a presidente da Mesa expôs o conjunto de textos de resolução – TR a serem apreciados e votados pela Plenária, iniciando com o setor das Iees-Imes, posteriormente o setor das Ifes e, depois, os TR 30, 31 e 32 relacionados com o tema II – Avaliação e atualização dos planos de lutas: educação, direitos e organização dos(as) trabalhadores(as) que foram remetidos para discussão no Tema III. No setor das Iees/Imes, o TR 13 do caderno de textos e o TR 33 do anexo ao caderno de textos. Para o setor das Ifes, o TR 14 do caderno de textos e os TR 22, 23 e 27 do anexo ao caderno de textos e, na sequência, os TR 30, 31 e 32 remetidos do Tema II, como já informado anteriormente, que, no caso de aprovação, constarão das resoluções do Tema II. Iniciando-se os trabalhos pelo **TR 13 – Avaliação e atualização do plano de lutas das Iees/Imes** – proposta da Diretoria do ANDES-SN, cujo *caput* é o seguinte: “O 63º CONAD do ANDES-SN delibera: 1. Dia nacional de lutas nas IFES e IEES-IMES contra o assédio moral e sexual. 2. Realizar levantamento, por meio das seções sindicais, das formas de controle e registro do trabalho docente presente nas IES até o mês de outubro de 2018. 3. Realizar XVI Encontro Nacional do setor das IEES/IMES a ser sediado na UENF, na cidade de Campos dos Goitacazes (RJ), entre os dias 21 e 23/9/2018. 4. Produzir dossiê, por meio de um histórico das lutas do setor e das conquistas e ganhos da categoria ao longo dos anos via lutas, mobilizações e greves. 5. Adotar a planilha de gastos do XVI Encontro Nacional do setor das IEES-IMES a seguir, que explicita a execução das despesas. 6. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a proceder ajustes na planilha, caso sejam necessários”. Situação: os grupos 1, 2 e 3 aprovaram o TR como um todo; os grupos 2, 4 e 6 aprovaram com modificações. O grupo 6 apresentou a seguinte modificação no item 1: inclusão da frase “Realizar a jornada de lutas que culmine no” XVI Encontro Nacional do Setor das IEES-IMES”, e incluir o termo “racismo” ao final. Houve uma proposta do Plenário modificando o argumento do grupo 6, incluindo mais um subponto 1.1 “Dia Nacional de Lutas nas IFES, IEES/IMES contra o Racismo, em novembro de 2018”. Após o debate, a presidente da Mesa informou a metodologia a ser adotada: a proposta original seria votada contra a de alteração do Grupo 6; se a sugestão original fosse mantida, seria colocado em votação o acréscimo do ponto 1.1 “Dia Nacional de luta contra o racismo, a ser realizado em novembro de 2018”. O Ato contínuo procedeu-se à votação da manutenção da proposta original **1. Dia nacional de lutas nas IFES e IEES-IMES contra o assédio moral e sexual**, contra a proposta de modificação apresentada pelo Grupo 6, acrescentando o termo

“racismo” ao final do texto. A presidente colocou em votação, e a proposta de alteração do Grupo 6 foi rejeitada pelo Plenário, mantendo-se o texto original, sem prejuízo de modificações. Em seguida, procedeu-se à votação da proposta do texto original com a inclusão de um novo item 1.1. A proposta original com a inclusão do novo item foi aprovada por ampla maioria, ficando com a seguinte redação: “1. *Dia nacional de lutas nas IFES e IEES-IMES contra o assédio moral e sexual*”; “1.1. *Dia Nacional de Luta contra o racismo, em novembro de 2018*”. O item 2 foi aprovado pelo Grupo 2 e não houve proposta de modificação nos demais. Dessa forma, conforme a metodologia apresentada, a Mesa informou que o item 2 não foi modificado nos grupos, portanto seria voto em bloco ao final da discussão do TR. O item 3. “Realizar XVI Encontro Nacional do setor das IEES/IMES a ser sediado na UENF, na cidade de Campos dos Goitacazes (RJ), entre os dias 21 e 23/9/2018”, foi aprovado pelo Grupo 2 e modificado pelo 6, com a seguinte redação: *Realizar XVI Encontro Nacional do setor das IEES/IMES a ser sediado na UENF, na cidade de Campos dos Goitacazes (RJ), entre os dias 21 e 23/9/2018, acrescido de “precedidos de reuniões/mobilizações regionais/estaduais preparatórios*”. A presidente da Mesa colocou em discussão o item 3. Após o debate, foi à votação o texto original contra o texto modificado, sendo aprovado o original, por ampla maioria e com o registro de duas abstenções. O item 4. “Produzir Dossiê, por meio de um histórico das lutas do setor e das conquistas e ganhos da categoria ao longo dos anos via lutas, mobilizações e greves” foi aprovado pelo Grupo 2 e não houve proposta de modificação. A presidente da Mesa informou que o item 5, “Adotar a Planilha de gastos do XVI Encontro Nacional do setor das IEES-IMES a seguir, que explicita a execução das despesas”, foi aprovado pelo Grupo 2, bem como o item 6 “Autorizar a diretoria do ANDES-SN a proceder ajustes na planilha, caso sejam necessários”. Não houve proposta de alteração nos grupos, portanto não seria aberto o debate, somente a votação em bloco do TR. A presidente informou que foi discutida a inclusão de dois novos itens, propostos pelos grupos 1, 2, 3, e 6, a saber: 7. “Dia Nacional de Lutas em Defesa da Previdência Pública, da carreira e do Financiamento Público das IEES/IMES”, com modificação feita pelo Grupo 4 incluindo o termo “salários”; e o item 8, proposto pelos grupos 1, 2, 3, e 6, “Produzir *spots* de vídeos de campanha de mobilização temáticos (previdência, carreira e financiamento) em defesa das IEES/IMES, sob a direção da coordenação do setor”, com alteração pelo Grupo 4 incluindo o termo “salários”. A presidente da Mesa informou a metodologia da discussão, que seria votada em primeiro lugar a inclusão ou não dos novos itens, para, em seguida, se aprovada a inclusão, seria votada as alterações propostas pelo grupo 4. Após o debate, a presidente colocou em votação a inclusão ou não dos novos itens, que foi aprovado por ampla maioria, com um voto contrário e com o registro de algumas abstenções. A seguir, a presidente colocou em votação a proposta dos itens 7 e 8, com a inclusão apresentada pelo Grupo 4, com a seguinte redação: item 7, “Dia Nacional de Lutas em Defesa da Previdência Pública, da carreira, salário e do Financiamento Público das IEES/IMES”, e item 8, “Produzir *spots* de vídeos de campanha de mobilização temáticos (previdência, carreira, salário e financiamento) em defesa das IEES/IMES, sob a direção da coordenação do setor”. Antes de proceder à votação, a presidente informou que, de acordo com a programação original, os trabalhos já estavam no tempo da Plenária do tema IV – Questões organizativas e financeiras, e que o horário encerrar-se-ia às 13h. Para tanto, seria necessário votar a prorrogação da Plenária do tema III e do tema IV para a da de encerramento, com o retorno dos trabalhos às 15h. Em votação, o plenário aprovou com um voto contrário, remetendo os temas em discussão para a Plenária de Encerramento, com o retorno às 15h. Dando continuidade aos trabalhos, procedeu-se à votação do TR 13 sobre a inclusão do item 7, com os acréscimos propostos pelo Grupo 4. Após algumas falas em defesa e uma contrária à inclusão do termo “salários”, foi colocada em votação as propostas dos grupos 1, 2, 3 e 6 e a do Grupo 4, com a inclusão da palavra “salários”; com um voto contrário e uma abstenção, foi aprovada a inclusão dos itens 7 e 8 da seguinte forma: 7. “Dia Nacional de Lutas em Defesa da Previdência Pública, da carreira, salário e do Financiamento Público das IEES/IMES”, e item 8. “Produzir *spots* de vídeos de campanha de mobilização temáticos (previdência, carreira, salário e financiamento) em defesa das IEES/IMES, sob a direção da coordenação do setor”. Após, a presidente colocou em votação o TR 13, como um todo, que foi aprovado por ampla maioria, ficando com a seguinte redação final: TR 13, O 63º CONAD delibera: **1. Dia nacional de lutas nas instituições federais, estaduais e municipais de ensino**

superior (IFES, IEES, IMES), contra o assédio moral e sexual; 1.1 Dia nacional de luta nas instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior (IFES, IEES, IMES), contra o racismo, em novembro de 2018; 2. Realizar levantamento, via seções sindicais, das formas de controle e registro do trabalho docente presente nas instituições de ensino superior (IES), até outubro de 2018; 3. Realizar XVI Encontro Nacional do Setor das IEES-IMES, a ser sediado na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), na cidade de Campos dos Goitacazes (RJ), entre os dias 21 e 23/9/2018; 4. Produzir dossiê, por meio de um histórico, das lutas do Setor das IEES-IMES, e das conquistas e ganhos da categoria ao longo dos anos, via lutas, mobilizações e greves; 5. Adotar a planilha de gastos do XVI Encontro Nacional do Setor das IEES-IMES, que explicita a execução das despesas; 6. Autorizar a diretoria do Andes-SN a proceder ajustes na planilha, caso sejam necessários; 7. Dia nacional de lutas em defesa da previdência pública, da carreira, do salário e do financiamento público das IEES-IMES; 8. Produzir spots de vídeos de campanha de mobilização temáticos (previdência, carreira, salário e financiamento) em defesa das IEES-IMES, sob a direção da coordenação do Setor das IEES-IMES.

A presidente informou que faltavam cinco minutos para o encerramento da Plenária no turno da manhã, e que seria debatido o **TR 33 – Em defesa das universidades estaduais: lutar, resistir e conquistar**. *O 63º CONAD do ANDES-SN delibera: 1. Participar da articulação da luta, construindo a mais ampla unidade entre os trabalhadores, os jovens e suas organizações, em defesa das Universidades Estaduais; 2. Ampliar o fundo de solidariedade aos professores das estaduais com o quantitativo de 1% da sua arrecadação mensal enquanto houver professores com salários atrasados; 3. Ampliar o valor de empréstimo aos professores nestas condições para 5 mil reais; 4. Fazer uma ampla campanha de divulgação da existência deste fundo e da possibilidade de realização dos empréstimos, já que hoje o número de professores que realizou tal empréstimo é extremamente pequeno; 5. Colocar em Pauta uma greve geral (GG) articulada nacionalmente em defesa do financiamento público e da expansão de seu orçamento.*

A presidente colocou em discussão o TR, que teve a seguinte situação nos grupos: supressão nos grupos 1, 3, 6; aprovada no Grupo 2; e modificado no 4. A presidente abriu os debates sobre o TR 33 e, em seguida, colocou em votação as propostas de manutenção e de supressão. Com algumas abstenções, foi aprovada a supressão do TR 33. Em seguida, informou que o horário da Plenária chegava ao final, mas aproveitou para informar o temário do TR 14 – Avaliação e Plano de lutas do setor das IFES, chamando atenção à inclusão de um item, que, por uma falha no relatório consolidado, não foi incluído na sistematização, sendo entregue naquele momento à(o)s delegada(o)s e à(o)s observadora(e)s, qual seja, item 1 *No âmbito do setor das IFES: 1. Realizar, via seções sindicais, levantamento das formas de controle e registro do trabalho docente presentes nas IES até o mês de outubro de 2018.*

A presidente informou a situação do TR: aprovado nos grupos 1, 2 e 3 e modificado o item 3 no Grupo 5. A presidente informou que houve proposta de inclusão de novos itens pelos grupos 1, 2, 3 e 5. Às 15h20, a presidente da Mesa, Jacqueline Rodrigues de Lima, reiniciou os trabalhos da Plenária do tema III – Avaliação e atualização do Plano de lutas dos setores e informou a substituição do delegado da ADUFPI, Jurandir Lima, pelo observador Mayrton Celestino, e do delegado da Apes-JF, Rubens Luiz Rodrigues por Marina Barbosa. Em seguida, passou à discussão do **TR 14 – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES**. *O 63º CONAD do ANDES-SN delibera: “No âmbito dos SPF, 1. Articular nos estados, via seções sindicais, ações com as entidades da CNESF na perspectiva de fortalecê-la como espaço de luta do(a)s SPF. No âmbito do setor das IFES: 1. Realizar, via seções sindicais, levantamento das formas de controle e registro do trabalho docente presentes nas IES até o mês de outubro de 2018. 2. Realizar, via seções sindicais, levantamento das consequências dos cortes orçamentários, com o objetivo de fomentar a realização de reunião nacional sobre o tema, abrangendo as seguintes questões: a) previsão de verbas de custeio e capital para 2018, em comparação com os valores previstos e executados nos anos de 2016 e 2017; b) realização de corte de bolsas de acesso e permanência estudantis, aumento de tarifas dos Restaurantes Universitários e cortes no pagamento de salários do(a)s terceirizado(a)s; c) utilização de emendas parlamentares para cobrir gastos das universidades (identificando o(a) parlamentar responsável e a finalidade do gasto coberto pela emenda). 3. Divulgar e utilizar, via seções sindicais, o InformANDES*

Especial para realização de debates e ações de denúncia sobre a desestruturação da carreira docente e perdas salariais. Cronograma de ações: (a ser atualizado no CONAD de acordo com os encaminhamentos da reunião do setor das IFES). A presidente informou a necessidade de se incluir na discussão do TR a resolução aprovada no item 1.1 do TR 13, do plano de lutas do setor das IEES-IMES, porque ficou no plano de lutas conjunto dos setores, da seguinte forma: 1. Dia nacional de lutas nas instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior (IFES, IEES, IMES), contra o assédio moral e sexual, acrescentando-se o item 1.1 “Dia nacional de luta nas instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior (IFES, IEES, IMES), contra o racismo, em novembro de 2018”. Após esse esclarecimento e inclusão do ponto 1.1 do TR 13 para ser debatido no TR 14, Avaliação e atualização do plano de lutas do setor das IFES, no calendário de mobilização do mês de novembro, a presidente colocou em discussão, e não havendo inscrições para o debate, passou à votação a inclusão do item, que foi aprovado por unanimidade. Após essa votação, a presidente da Mesa passou à discussão do TR, informando a situação: aprovado nos grupos 1, 2 e 3 com modificação e com acréscimo no item 3 feito no Grupo 5; inclusão de novos itens pelos grupos 1, 2, 3 e 5, que trata de: “Cronograma de ações: a ser encaminhado no CONAD de acordo com os encaminhamentos da reunião do setor das IFES; a) exigir reuniões de negociações com o governo federal, a respeito da pauta de reivindicações dos docentes das IFE, protocolada no final de março/2018 no MPOG e MEC; b) realizar o encontro nacional dos docentes EBTT do ANDES-SN; c) realizar, via seções sindicais, levantamento das formas de controle e registro do trabalho docente presentes nas IES até o mês de outubro de 2018; d) realizar, via seções sindicais, levantamento das consequências dos cortes orçamentários, com objetivo de fomentar a realização de reunião nacional sobre o tema; e) participar das reuniões e ações propostas pelo FONASEFE; f) realizar dia nacional de lutas nas IFES/IEES/IMES contra o assédio moral e sexual. Agenda: agosto\2018 reunião do setor das IFES; outubro\2018 levantamento das formas de controle e registro do trabalho docente presentes nas IES; novembro\2018 encontro nacional dos docentes EBTT do ANDES-SN; dia nacional de lutas das IES contra o assédio moral e sexual”. Sobre o item 1, a situação foi a seguinte: aprovado nos grupos 1, 2, 3. A presidente abriu as discussões e, em seguida, a votação, com aprovação do texto original com algumas abstenções. O item 2 teve a seguinte situação: os subitens a e b foram aprovados nos grupos 1, e o item c foi suprimido pelo grupo 1. Após o debate, a presidente colocou em votação, e o item c foi suprimido. A presidente informou que o item 3 teve a seguinte posição: aprovado no Grupo 1, modificado no Grupo 5. O debate foi aberto e houve a consulta se haveria inclusão ou não do item 3 realizada pelo Grupo 5, a saber: Preparar, desde já, a Campanha Salarial de 2019 do ANDES, com a elaboração de índice que considere o acúmulo de perdas no último ano, reforçando a luta dos SPF. A presidente da Mesa colocou em votação a inclusão ou não da modificação do item 3 pelo Grupo 5, visto que ocorreram duas votações, que foram empate. Após a votação, foi aprovada a inclusão do novo item para debate. A Mesa colocou em votação a abertura de mais um bloco de cinco inscrições, a qual foi rejeitada pelo plenário. Dessa forma, a presidente da Mesa colocou em votação a inclusão ou supressão do item modificado pelo Grupo 5. A profa. Érica apresentou questão de ordem sobre o encaminhamento da votação feita pela Mesa, da supressão ou inclusão do item proposto e modificado pelo Grupo 5 e, dessa forma, solicitou que a Mesa coordenadora consultasse o plenário sobre a forma de encaminhamento da votação. A Mesa acatou a questão de ordem e colocou em discussão a metodologia de discussão, com duas propostas: 1) debate sobre a inclusão de novos itens, ponto por ponto ou 2) discutir somente se será aceita a inclusão proposta pelo Grupo 5. Ocorreram outras questões de ordem sobre o ponto em discussão, com a proposta da Mesa de reencaminhar o processo de votação, qual seja: incluir o ponto modificado pelo Grupo 5 no TR. A Mesa Coordenadora informou que, no início dos debates, reconheceu que adotou o procedimento equivocado de incluir a discussão do item modificado proposto pelo Grupo 5, antes de fazer o debate sobre a inclusão ou não de novos itens. Dessa forma, colocou em discussão duas propostas de encaminhamento: 1) que o item modificado e proposto pelo Grupo 5 seja discutido em plenário, se haverá a inclusão ou supressão ou 2) se haverá a votação do item modificado pelo Grupo 5 sem prejuízo de modificação. O prof. André (Sindufap) apresentou recurso de votação em relação à votação anterior, e a Mesa Coordenadora acatou tal recurso, que, após votação do plenário, foi aprovado.

Assim, foi apresentada pela Mesa a proposta de inclusão ou não dos novos itens apresentados. Com onze votos favoráveis, 21 contrários e três abstenções não foi aprovada a inclusão do novo item. Em seguida, a presidente da mesa colocou em votação o TR 14 como um todo, que foi aprovado com algumas abstenções e uma declaração de voto que não foi apresentada por escrito à mesa. Dessa forma, o TR 14 ficou dessa forma: **O 63º CONAD delibera: A) NO ÂMBITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS (SPF) 1. Articular nos estados, via seções sindicais, ações com as entidades da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESEF), na perspectiva de fortalecê-la como espaço de luta dos(as) servidores(as) públicos federais. B) QUANTO À PAUTA ESPECÍFICA E À AGENDA DO SETOR DAS IFES; 1. Realizar, via seções sindicais, levantamento das formas de controle e registro do trabalho docente presentes nas instituições de ensino superior (IES), até outubro de 2018; 2. Realizar, via seções sindicais, levantamento das consequências dos cortes orçamentários, com o objetivo de fomentar a realização de reunião nacional sobre o tema, abrangendo as seguintes questões: a) previsão de verbas de custeio e capital para 2018, em comparação com os valores previstos e executados, em 2016 e 2017; b) realização de corte de bolsas de acesso e permanência estudantis, aumento de tarifas dos restaurantes universitários e cortes no pagamento de salários dos(as) trabalhadores(as) terceirizados(as); c) utilização de emendas parlamentares para cobrir gastos das universidades, identificando o(a) parlamentar responsável e a finalidade do gasto coberto pela emenda; 3. Divulgar e utilizar, via seções sindicais, o InformANDES Especial para realização de debates e ações de denúncia sobre a desestruturação da carreira docente e as perdas salariais; 4. Realizar dia nacional de lutas nas instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior (IFES, IEES, IMES) contra o assédio moral e sexual; 5. Realizar dia nacional de lutas nas IFES, IEES e IMES contra o racismo, em novembro/2018; 6. Realizar encontro nacional dos docentes da carreira do magistério federal do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) do ANDES-SN; JULHO/AGOSTO: a) Exigir reuniões de negociações com o governo federal, a respeito da pauta de reivindicações dos docentes das instituições federais de ensino, protocolada no final de março/2018, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e Ministério da Educação (MEC); b) Participar das reuniões e ações propostas pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (FONASEFE); c) Realizar reunião do Setor das IFES; SETEMBRO: a) Realizar, via seções sindicais, levantamento das formas de controle e registro do trabalho docente presentes nas IES; OUTUBRO: a) Realizar dia nacional de lutas, nas IFES, IEES e IMES, contra o assédio moral e sexual; NOVEMBRO: a) Realizar dia nacional de lutas, nas IFES, IEES e IMES, contra o racismo; b) Realizar o encontro nacional dos docentes da carreira EBTT do ANDES-SN.** Em seguida a presidente colocou em discussão o TR 22 – **CORREÇÃO DA REMUNERAÇÃO EM FACE DO REGIME DE TRABALHO DE 40 HORAS E DE 40 HORAS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA EM RAZÃO DA INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL DA LEI 13325/2016**, que teve a seguinte situação: suprimido nos grupos 2, 4 e 5, portanto não há o que debater, mas somente votar a supressão ou não do TR 22. A presidente da Mesa colocou em votação a supressão do TR 22, que foi suprimido, sem votos contrários. Passou-se ao TR 23 – **CRIAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE DOCENTES** que também foi suprimido nos grupos 2, 4 e 5. Portanto, não haverá debate, sendo somente votada a supressão do TR como um todo. Ao contínuo, a presidente da Mesa colocou em votação a supressão do TR 23 como um todo, que foi aprovada sem votos contrários. Após essa votação, a presidente da Mesa colocou em discussão o TR 27 – **Pelo fim do ponto eletrônico nas Instituições federais de ensino.** “O 63º CONAD do ANDES-SN delibera: 1. Promover uma articulação política nacional que aponte para a equiparação da dispensa do ponto eletrônico para as carreiras docentes federais de Magistério Superior (MS) e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT); 2. Realizar esta articulação política nacional com o SINASEFE, e demais instituições interessadas, sensíveis e solidárias a esta questão; 3. Lutar pela regulamentação, via decreto, da isonomia entre a carreira do MS e EBTT em relação à isenção do controle de ponto, com vistas à carreira única, que garanta a segurança necessária para o exercício profissional por parte dos docentes EBTT nas mesmas condições dos docentes MS, livres do controle por ponto eletrônico”. A situação foi a seguinte: aprovado pelos grupos 2, 4 e 6; modificação do item 1 pelos grupo 2, 4, 5 e 6. O

Grupo 2 fez a seguinte alteração: incluir após a frase “Promover uma articulação política nacional” o termo “com entidades afins” e, ainda, a exclusão da frase “ ‘que aponte para a equiparação da’ dispensa do ponto eletrônico para as carreiras docentes [...]”, seguindo-se o item até o final da frase como no texto original. A presidente da Mesa indicou a metodologia a ser trabalhada, e a sugestão da mesa foi de abertura de debates do item 1 e os demais itens poderia se fazer uma compatibilização das alterações. A presidente abriu os debates e houve uma proposta de alteração em plenário no item 1, acrescentando a inclusão dos “*docentes das estaduais e municipais (IEES-IMES)*” e “*o SINASEFE e outras entidades afins*”, que ficaria dessa forma: *1. Promover uma articulação política nacional com o SINASEFE e outras entidades afins que aponte para a equiparação da dispensa do ponto eletrônico para as carreiras docentes federais estaduais e municipais (IEES-IMES) de Magistério Superior (MS) e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) ou similar*”; no item 2, foi apresentada proposta de alteração da seguinte forma: “Lutar contra o controle de frequência por ponto eletrônico das atividades docentes nas IES (EBTT e Magistério Superior); e no item 3, Lutar, a curto prazo, pela regulamentação mediante avaliação jurídica da isonomia entre a carreira do MS e EBTT em relação à isenção do controle de ponto, com vistas à Carreira Única, que garanta a segurança necessária para o exercício profissional por parte dos docentes EBTT nas mesmas condições dos docentes MS, livres do controle por ponto eletrônico. Após o debate, as propostas de modificação do item 1 foram consolidadas, tendo como base o que foi aprovado no Grupo 2, que, na sequência, foi colocada em votação pela presidente da Mesa: *O 63º CONAD do ANDES-SN delibera: 1. Promover uma articulação política nacional com entidades afins para a dispensa do ponto eletrônico para as carreiras docentes federais, estaduais e municipais do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) ou similar.* A proposta foi aprovada por ampla maioria e com o registro de algumas abstenções. Passou-se ao debate e, em seguida, à votação da proposta do item 2, modificada pelo Grupo 5, da seguinte forma: *2. Lutar contra o controle de frequência do ponto eletrônico das atividades docentes nas IES.* Em seguida, a presidente abriu o debate e, após a votação do item 2 apresentada pelo Grupo 5, com as modificações feitas em plenário, que foi aprovado com algumas abstenções. Na sequência, a presidente colocou em debate o item 3, que teve a seguinte composição nos grupos: modificado nos grupos 2, 4, 5 e 6 (com 2 propostas). A presidente da Mesa informou a troca de delegado da Aduferpe, Erika Suruagy, por Tarcísio Augusto, e, em seguida, a solicitação de confecção de novo crachá da delegada do Sindcefet-MG, Suzana Zatti, que foi aprovada pelo plenário. A presidente da Mesa colocou em votação a prorrogação da Plenária de encerramento por até mais três horas, que foi aprovada por ampla maioria. Continuando os debates sobre o TR 27, várias falas trataram do controle sobre o trabalho docente e as implicações na carreira docente. A presidente colocou em discussão, antes da consolidação pelo Plenário do item 3, a inclusão ou não de um novo item, 4, que foi aprovado em minoria pelo Grupo 6, qual seja: *4. Construir um seminário Nacional para discutir o projeto de carreira única dos ANDES-SN*; submetida à votação, com algumas abstenções, não foi aprovada a inclusão do novo item. Antes de proceder a votação do item 3, a presidente trouxe a votação o **TR 30, ABAIXO ORTEGA! FORA DITADOR ASSASSINO**, que **foi suprimido** nos grupos 2, 5, e 6, informando que o TR não seria objeto de discussão ou votação. Em seguida, a presidente da Mesa colocou em discussão o **TR 31 – FORTALECER A CAMPANHA BOICOTE, DESINVESTIMENTO E SANÇÕES (BDS) A ISRAEL**. *O 63º CONAD do ANDES-SN delibera: Que o ANDES se integre à campanha Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS), divulgando e incentivando a mesma em suas bases. Nenhuma parceria seja acadêmica, artística ou de qualquer espécie com o Estado assassino de Israel!* Situação: suprimida no Grupo 6 e aprovada com modificação no 2. A presidente colocou em discussão a supressão ou pela aprovação, sem prejuízo de modificação. Durante os debates, a presidente da Mesa informou das trocas de delegados da ASDUERJ, Deborah Fontenele, por Rosineide Freitas, e do Sindufap, André Rodrigues Guimarães, pelo suplente Alexandre Marcondys. Após debate, colocou-se em votação a proposta de supressão ou de manutenção sem prejuízo de votação. O plenário aprovou a manutenção da proposta, sem prejuízo de modificação e, na sequência, foi aberto o debate. Antes da votação do TR 31, a presidente trouxe à discussão novamente uma proposta de consolidação do item 3 do TR 27, **Pelo fim do ponto eletrônico nas Instituições federais de ensino**, que foi colocada em votação. Por ampla

maioria e com o registro de uma abstenção, foi aprovado e ficando com a seguinte redação final: **O 63º CONAD do ANDES-SN delibera: 3. Lutar pela regulamentação mediante avaliação jurídica da isonomia das condições de trabalho entre EBTT e MS no que se refere à dispensa do controle de frequência por ponto eletrônico.** Após os debates, a presidente da Mesa colocou em votação o **TR 27** como um todo, que foi aprovado com uma abstenção, ficando com a seguinte redação final: **O 63º CONAD do ANDES-SN delibera: 1. Promover uma articulação política nacional com entidades afins para a dispensa do ponto eletrônico para docentes federais, estaduais e municipais da carreira EBTT ou similar. 2. Lutar contra o controle de frequência do ponto eletrônico das atividades docentes nas IES; 3. Lutar pela regulamentação mediante avaliação jurídica, da isonomia das condições de trabalho entre EBTT e MS no que se refere à dispensa do controle de frequência por ponto eletrônico.** Em seguida, a presidente da Mesa colocou em discussão a proposta consolidada para o **TR 31**, que foi votada e aprovada em plenário, com algumas abstenções, ficando com a seguinte redação final: **O 63º CONAD do ANDES-SN delibera: Que o ANDES se integre à campanha de Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) contra o Estado de Israel, divulgando e incentivando a mesma em suas bases e preste solidariedade internacional à luta do povo palestino e contra o massacre do seu povo**". Na sequência, a presidente da Mesa colocou em votação o **TR 31** como um todo que foi aprovado por ampla maioria e com registro de algumas abstenções. Passou-se ao **TR 32 – ATUAÇÃO NA LUTA POR JUSTIÇA PARA MARIELLE FRANCO E CONTRA A INTERVENÇÃO FEDERAL MILITAR. O 63º CONAD do ANDES-SN delibera: 1. Que o ANDES-SN se una de forma intensiva à Anistia Internacional e ao conjunto de militantes de todo o Brasil exigindo do Governo do Estado do Rio de Janeiro, do General Braga Netto, do Comando Militar do Leste, e das justiças estadual e federal, respostas quanto à execução da vereadora Marielle Franco e do seu motorista Anderson Gomes, fazendo-se justiça quanto aos executores e mandantes; 2. Que se criem materiais de divulgação nos meios de comunicação do ANDES-SN em prol de uma campanha nacional de resgate e visibilização das bandeiras de lutas e ações parlamentares encampadas pela vereadora Marielle Franco e da sua Mandata Coletiva com vistas a formação de base e articulação com as lutas e campanhas encaminhadas pelos diferentes GTs do sindicato, tendo como data de orientação para o lançamento da campanha 14 de setembro, data que marcará 6 meses da execução de Marielle Franco e Anderson Gomes; 3. Que o ANDES-SN retome a denúncia da farsa da Intervenção Federal Militar no Estado do Rio de Janeiro, produzindo material que evidencia o alto custo da intervenção e sua falha enquanto ação que impactaria positivamente a segurança pública no Estado, com a perspectiva de evitar que essa ação do Governo Federal sirva de espelho para outros Estados.** Situação: aprovado nos grupos 1, 3 e 6. O item 1 foi modificado nos grupos 1, 3, 4 e 6; o item 2 foi suprimido nos grupos 1, 3, 6 e modificado no 4; o item 3 foi modificado nos grupos 1, 3 e 4. A presidente da Mesa abriu os debates do **TR 32**, e, após um longo debate, o plenário apresentou várias propostas de modificação, que foram compatibilizadas. Antes de proceder à votação das propostas compatibilizadas, a presidente da Mesa colocou em discussão o item 2, em plenário, e após o debate, a presidente colocou em votação, sendo **suprimido** pelo plenário, com um voto contrário e uma abstenção. Após a compatibilização da proposta do item 1 do **TR**, a presidente da Mesa colocou em votação o item que ficou da seguinte forma: **O 63º CONAD delibera: 1. Que o ANDES-SN permaneça articulado com outras entidades nacionais, internacionais e com militantes de todo o país, na luta pela identificação e responsabilização judicial dos envolvidos no planejamento e execução da vereadora Marielle Franco e Anderson Gomes. É da responsabilidade dos governos estadual e federal e dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, dar respostas à sociedade que esclareçam esses assassinatos e os interesses que os determinaram, assim como, no que couber, que promovam a responsabilização do Estado brasileiro diante da intervenção federal, conduzida por militares, no estado do Rio de Janeiro.** Em seguida, a presidente colocou em votação o item 1, que foi aprovado por unanimidade. O item 3 do **TR** foi longamente debatido e, após modificação e votação no plenário, passou a ter a seguinte redação: **O 63º CONAD do ANDES-SN delibera: 3. Que o ANDES-SN intensifique a denúncia da Intervenção Federal militar no Estado do Rio de Janeiro, denunciando o uso do “caveirão aéreo”, a presença das forças armadas no**

policiamento ostensivo, explicitando a violação dos direitos humanos, o aumento da violência e o extermínio da população das favelas cariocas, com a perspectiva de evitar que essa se espelhe para outros estados. Em seguida, a presidente colocou em votação a proposta modificada do item 3, que foi aprovada pelo plenário, com duas abstenções. Em seguida, colocou em discussão a inclusão do item 4 e, após algumas inscrições, foi debatido e modificado, sendo votado com a seguinte forma: O 63º CONAD do ANDES-SN delibera: **4. Que o ANDES-SN, via secretaria regional e seções sindicais do RJ, continue a apoiar ações de combate à violência na Maré e demais favelas cariocas, denunciando as ações de extermínio promovidas pelo Estado e apoiando ações de organizações, movimentos e entidades locais que lutam pela defesa dos direitos humanos”, incluindo um subitem: “4.1. Incentivar que as demais secretarias regionais envidem esforços no sentido de reforçar ações de defesa dos direitos humanos nos estados e regiões aonde se evidenciam a violência do Estado.** A presidente da Mesa colocou em votação a proposta de inclusão do item 4 e 4.1, que foi aprovado, por ampla maioria, com algumas abstenções. Em seguida, a presidente colocou o TR 32 em votação pela aprovação como um todo, que foi aprovado pelo plenário por unanimidade, e remetido ao tema II – Avaliação e atualização dos planos de lutas: educação, direitos e organização da(o)s trabalhadora(e)s. A Mesa Diretora informou sobre a arrecadação de solidariedade ao companheiro Wagner Damasceno, da Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC, entre os delegados(as) e observadores(as) do 63º CONAD. Antes de encerrar, a presidente colocou em votação o tema III, como um todo, sendo aprovado por unanimidade pelo plenário, chamando os presentes à continuidade da Plenária do tema IV, agradecendo a compreensão e a solidariedade de todo(a)s. Nada mais havendo a tratar, às dezenove horas e dezesseis minutos, a presidente deu por encerrados os trabalhos, e eu, Luiz Henrique dos Santos Blume, 2º secretário, lavrei a presente Ata, que será assinada por mim e pela presidente.

Luiz Henrique dos Santos Blume
2º Secretário

Jacqueline Rodrigues de Lima
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA IV DO 63º CONAD – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

Às dezenove horas e vinte e um minutos do dia 1º de julho de 2018, no Auditório Central da Universidade Estadual do Ceará (Uece), na cidade de Fortaleza (CE), foi instalada a **Plenária do Tema IV – Questões Organizativas e Financeiras**, do 63º CONAD. A Mesa Coordenadora dos trabalhos foi composta por Emerson Duarte Monte, Presidente; Kátia de Araújo Lima Vallina, vice-presidente; Maurício Alves da Silva, 1º secretário e Suelene Leite Pavão, 2ª secretária. O presidente da Mesa abriu os trabalhos apresentando ao Plenário o(a)s integrantes da Mesa de Trabalho e propôs seguir a metodologia das anteriores, não havendo outra proposta, o presidente deu início à apreciação do **Tema IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS**, com a leitura do **TR 15 – HOMOLOGAÇÃO: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS – Em consonância com inciso XI do art. 24 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 63º CONAD manifesta-se, ad referendum do 38º CONGRESSO, favoravelmente à constituição da Associação dos Professores e Professoras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul-SINDOIF, Seção Sindical do ANDES-Sindicato Nacional**, cuja situação nos grupos de discussão se deu conforme segue: aprovado integralmente – Grupo 1 (5/0/0); Grupo 2 (6/0/0); Grupo 5 (7/0/0); Grupo 6 (8/0/0). Aberto para discussão e não havendo inscrito(a)s, o TR foi colocado em votação e aprovado com duas abstenções. Prosseguiu-se com a leitura do **TR 16 – NOVA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN, cuja situação nos grupos foi a seguinte:** aprovado integralmente – Grupo 3 (6/0/0); aprovado com modificações – Grupo 1 (5/0/0); Grupo 2 (6/0/0); Grupo 4 (7/0/0); Grupo 5 (4/0/3); Grupo: 6 (8/0/0). Em discussão, a diretoria retirou sua proposta em favor das alterações de redação indicadas pelo Grupo 1. Sem mais inscrito(a)s, a proposta de manutenção do texto original, sem prejuízo de modificação, e foi colocada em votação, tendo aprovação por unanimidade a proposta apresentada pelo Grupo 1: ***O 63º CONAD do ANDES-SN delibera que os integrantes da Comissão da Verdade do ANDES-SN, representantes da base, sejam eleitos na plenária de questões organizativas do 63º CONAD, após exposição pelo candidato ou pelo representante de sua respectiva seção sindical, sobre a sua disponibilização, motivação e trajetória que levaram à sua candidatura.*** O presidente da Mesa deu prosseguimento abrindo para as indicações, que foram apresentadas pelas seguintes seções sindicais: Sindufap indicou o prof. Alexandre Marcondes Portilho; Aduff indicou o prof. Wanderson Fabio de Melo; Apruma indicou a profa. Josefa Batista Lopes para suplente. Na sequência, a profa. Caroline de Araújo Lima pediu inscrição, fez uma breve exposição sobre a importância das mulheres ocuparem espaços e um apelo para que a Apruma avaliasse a indicação não na condição de suplente, o que foi feito, passando a indicação dela para a composição dos seis membros da comissão. A Aprofurg indicou o prof. Cristiano Ruiz Engelke; o professor Flávio Pereira fez sua autoindicação; a professora Ana Maria Ramos Estevão informou os indicados pela diretoria: prof. Erlando da Silva Rêses e ela própria. Em seguida, os indicados e uma representante pela seção sindical expuseram sua disponibilidade e motivações para participarem da referida comissão. Passou-se ao processo de votação, com o seguinte resultado: por unanimidade, e sob aplausos, foram aprovados **os nomes dos integrantes da Comissão da Verdade eleitos na Plenária: 1 – Titulares: prof. Alexandre Marcondes Ribeiro Portilho (SINDUFAP); profa. Josefa Batista Lopes**

(APRUMA); Prof. Wanderson Fabio de Melo (ADUFF); 2 – Suplentes: Prof. Cristiano Ruiz Engelke (APROFURG); e Prof. Flávio Pereira (ADUNIOESTE); e indicados pela diretoria gestão 2018-2020: Profª Ana Maria Ramos Estevão (Diretoria); Prof. Erlando da Silva Rêses (Diretoria). Dando prosseguimento, o presidente da Mesa fez a leitura do **TR 17 – SEDE DO 64º CONAD DO ANDES-SN** e da situação nos grupos: Aprovado Integralmente – Grupo 1 (5/0/0); Grupo 2 (6/0/0); Grupo 3 (6/0/0); Grupo 5 (7/0/0). Em discussão, o(a)s representantes da Adunb Seção Sindical apresentaram-se para sediar o próximo CONAD. Após a exposição de suas motivações, ressaltando, até mesmo, o contexto político brasileiro, a candidatura foi colocada em votação, tendo sido aprovada com uma abstenção e sob aplausos, pelo plenário, que o **63º CONAD delibera que o 64º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional realizar-se-á na cidade de Brasília - DF, sob a organização da ADUnB (Seção Sindical dos Docentes da Universidade de Brasília)**. Em prosseguimento aos trabalhos, o presidente de Mesa fez a leitura do **TR 18 – PRESTAÇÕES DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017 – O 63º CONAD aprova as prestações de contas do exercício de 2017**, que apresentou a seguinte situação nos grupos: Aprovado Integralmente – Grupo 1 (5/0/0); Grupo 2 (6/0/0); Grupo 3 (6/0/0); Grupo 4 (7/0/1); Grupo 5 (6/0/2); Grupo 6 (5/0/2). Em votação, a plenária do O 63º CONAD aprovou com duas abstenções as prestações de contas do exercício de 2017. O presidente da Mesa solicitou votação para a prorrogação da Plenária por até 1 hora, que foi aprovada por ampla maioria. Foi informado que haveria um intervalo de vinte minutos para o lanche. No retorno aos trabalhos, o presidente da mesa passou à leitura do **TR 19 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2019 – O 63º Conad aprova a previsão orçamentária para 2019**, cuja situação nos grupos foi: aprovado integralmente – Grupo 1 (5/0/0); Grupo 2 (6/0/0); Grupo 3 (6/0/0); Grupo 4 (9/0/0); Grupo 5 (7/0/0); Grupo 6 (5/0/2). Com o TR em discussão, foram apresentados alguns pedidos de esclarecimento: 1. No item despesas diversas aparecem flutuações de valores sem explicitação das razões; 2. Esclarecimento sobre os parâmetros de como se dá o processo de previsão e a prestação de contas; 3. Porque há seções sindicais com grande número de sindicalizados que contribuem menos que outras seções menores; 4. Há seções sindicais grandes que não repassam para o ANDES-SN, e as seções pequenas fazem sacrifícios para fazer o repasse; 5. Necessidade de melhorar as condições de funcionamento do espaço de acolhimento e recreação das crianças trazidas pelo(a)s sindicalizado(a)s participantes dos eventos. Há reclamações, uma sindicalizada participante do CONAD denunciou as condições precarizadas de funcionamento, o que é incompatível com o valor das despesas do evento. Na sequência, o prof. Amauri Fragoso de Medeiros, na condição de tesoureiro da gestão que se encerrou neste 63º CONAD, iniciou sua fala destacando as questões técnicas e enfatizando as dificuldades de entendimento de alguns aspectos da prestação de contas, e da previsão orçamentária, ressaltando, ainda, que o(a) tesoureiro(a) do ANDES-SN, quando inicia uma gestão, leva um certo tempo também pra entender os modelos contábeis e o quanto importante é o pedido de esclarecimento sobre as dúvidas apresentadas. Enfatizou ser esse o papel do CONAD, o(a) filiado(a) tem que cobrar, fiscalizar, ter suas dúvidas esclarecidas. Chamou atenção da Plenária para o fato de se discutir a prestação de contas e previsão orçamentária de apenas 20% do repasse pelas seções sindicais. Imaginem se fosse do total da contribuição do(a)s sindicalizado(a)s ao ANDES-SN, o trabalho seria ainda mais volumoso. Estatutariamente, o ANDES-SN organiza-se por local de trabalho, e dos 100% de sua arrecadação, 80% ficam em suas seções sindicais, as quais fazem as suas respectivas prestações de contas. A prestação de contas dos 20% repassadas à Diretoria Nacional segue as instâncias de apreciação/discussão e deliberação em

assembleias de base a partir do caderno de texto e das propostas de resoluções formuladas pela Diretoria. As deliberações são apresentadas e discutidas nos grupos de trabalho e na Plenária do CONAD para deliberação, como todos os demais textos-resoluções. Dando prosseguimento, o prof. Amauri Fragoso de Medeiros passou a responder ponto a ponto todos os destaques de esclarecimento apresentados e enfatizou as dificuldades metodológicas de se elaborar a Previsão Orçamentária, a qual precisa levar em conta inúmeras referências, como inflação, arrecadação, valores de passagens aéreas, reprodução de material impresso como cadernos, cartilhas, etc., dentre inúmeras variáveis, o que dificulta a previsão e a execução de despesas diversas, fazendo com que apresentem certa discrepância de valores para mais ou menos, gerando diferenças entre os mesmos itens quanto aos valores de execução e de previsão. Apesar de ter trabalhado muito nessa direção, e melhorado significativamente, não foi possível adotar um modelo para dirimir esses aspectos. A própria dinâmica do Sindicato contribui para essa aproximação com base na previsão e na execução, tendo como exemplo a mudança na conjuntura, que pode exigir a participação do Sindicato Nacional em marchas, a impressão de material para distribuição em eventos que não estavam previstos até aquele momento, etc. A profª. Raquel Dias Araújo, 1ª tesoureira da diretoria, gestão 2018-2020, também apresentou respostas aos destaques de esclarecimento. Seguindo o rito de inscrição, outro(a)s companheiro(a)s falaram na perspectiva de contribuição ao debate, com base nos fatos vivenciados em suas seções sindicais, como foi o caso da profª. Sirliane de Souza Paiva (Apruma), a qual ilustrou que recentemente a seção passou da condição de associação para sindicato; e a contribuição de seus(suas) filiado(a)s, que anteriormente era de meio por cento, passou para um por cento. Esse procedimento foi enfrentado com muito trabalho de base para alcançar o percentual de 50% mais um de assinaturas necessárias para sua aprovação, o que justifica a diferença entre o número de filiado(a)s e a arrecadação do montante das contribuições para a Seção Sindical. O Prof. Ciro Teixeira Correia (ADUSP) sugeriu a elaboração de uma nota explicativa para dirimir as dúvidas entre previsão e execução, no item despesas diversas, e recomendou que seja avaliada a possibilidade de disponibilizar, no *site*, a prestação de contas do Sindicato. Após os esclarecimentos, seguiu-se para o processo de votação do TR 19, que foi aprovado com três abstenções. O presidente da Mesa fez a leitura do **TR 20 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 37º CONGRESSO DO ANDES-SN – O 63º Conad aprova a prestação de contas do 37º Congresso do ANDES-SN**. Após, indicou a situação nos grupos, que foi a seguinte: aprovado integralmente – Grupo 1 (5/0/0); Grupo 2 (6/0/0); Grupo 3 (6/0/0); Grupo 4 (9/0/0); Grupo 5 (8/0/1); e Grupo 6 (6/0/2). De acordo com a metodologia, o presidente passou ao processo de votação do TR 20 como um todo, que foi aprovado com uma abstenção. Nada mais havendo a tratar, às vinte horas, o presidente deu por encerrados os trabalhos da Plenária do Tema IV, e eu, Suelene Leite Pavão, 2ª secretária, lavrei a presente Ata que será assinada por mim e pelo presidente da Mesa.

Suelene Leite Pavão
2ª Secretária

Emerson Duarte Monte
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO DO 63º CONAD DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Às 20h40 do dia 1º de julho do ano de 2018, no Auditório Central do *Campus* de Itaperi da Universidade Estadual do Ceará (Uece), localizado em Fortaleza (CE), após verificação do *Quórum* Regimental, foi dado início aos trabalhos da Plenária de Encerramento do 63º CONAD do ANDES – Sindicato Nacional. A Mesa Coordenadora dos trabalhos foi composta pelo(a)s diretores(a)s do ANDES – Sindicato Nacional: Antonio Gonçalves Filho (Presidente); Eblin Farage (Secretária-Geral); Raquel Dias Araújo (1ª Tesoureira); Célio Ribeiro Coutinho (2º Vice-Presidente da Regional Nordeste I); Cristine Hirsch Monteiro (2ª Vice-Presidente da Regional Nordeste II); e por Sâmbara Paula Francelino Ribeiro (Presidente da Sinduece). O professor Antonio Gonçalves Filho abriu os trabalhos passando a palavra à profa. Eblin Farage, a qual informou que a secretaria do 63º CONAD recebeu treze moções e, em seguida, convidou o prof. Fernando Lacerda Júnior (2º Vice-Presidente da Regional Planalto) para apresentar uma nova moção, elaborada a partir de fato ocorrido no dia de hoje, para apreciação da Plenária, cujo fato motivador foi a prisão de uma mãe que respondeu à provocação da PM, em São Paulo, durante a manifestação pela morte do jovem Marcos Vinícius, na Comunidade da Maré, tendo sido aprovada a inclusão. Após o prof. Fernando ter informado o fato motivador da nova moção, a Plenária aprovou a sua inclusão no conjunto a ser apreciado. Em seguida, a profa. Eblin Farage procedeu à leitura das quatorze moções, conforme segue: **Moção 1 – Apoio aos trabalhadores demitidos da Amsted Maxion; Moção 2 – Repúdio à perseguição aos ativistas e organizações políticas e sociais na Argentina; Moção 3 – Repúdio à repressão à manifestação dos professores do Piauí; Moção 4 – Apoio aos trabalhadores perseguidos da UFSC; Moção 5 – Apoio à greve dos trabalhadores técnico-administrativos em educação da Unicamp; Moção 6 – Apoio à luta pela manutenção da Política da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva ameaçada pelo governo Temer; Moção 7 – Repúdio à contratação de policiais militares aposentados para realizar a segurança da Ufes; Moção 8 – Pela federalização do Hospital São Paulo; Moção 9 – Repúdio à proposição de portaria que restringe o uso do espaço da Universidade (Ufla) para diversos fins, inclusive políticos das entidades representativas; Moção 10 – Solidariedade à luta dos trabalhadores e das trabalhadoras da Venezuela; Moção 11 – Repúdio à destruição de obra artística; Moção 12 – Repúdio à postura autoritária do governo Camilo Santana do PT; Moção 13 – Repúdio à política de (in)segurança pública do governo do Estado do Ceará (Camilo Santana, PT), que criminaliza e assassina a população da periferia; e Moção 14 – Repúdio à prisão de Estela Avallone durante manifestação em 1º de julho de 2018** (incluída com aprovação do(a)s delegado(a)s presentes). Em apreciação, foram aprovadas integralmente as moções: 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8 (com alguns votos contrários e abstenções) e 9, 11, 12, 13 e 14. Foram submetidas à deliberação as modificações propostas nas moções 4 e 10. A Moção 4 foi corrigida, pois não houve abertura de processo administrativo, apenas o MP acolheu denúncia para apurar a necessidade de demissão de servidor(a)s por improbidade administrativa. A Moção 10 foi debatida, apontou-se que o tema precisa de acúmulo junto à categoria, considerando que já não havia passado no Congresso. Foram apresentadas as seguintes sugestões: discussão no 38º Congresso e matérias na Revista Universidade e Sociedade. A diretoria apresentou proposta de exclusão de parte do texto, mas a Plenária aprovou sua manutenção. Na sequência, o prof. Antonio passou a palavra para o estudante Yuri

da Uece, morador da comunidade da Serrinha, para um depoimento sobre a chacina de onze pessoas dessa periferia, denunciando a prática do governo local. Depois a profa. Eblin transmitiu o informe da Comissão de Assédio, destacando a ausência de denúncias durante o 63º CONAD. O prof. Antonio passou a palavra à profa. Sâmbara Paula Francelino Ribeiro, a qual destacou a importância do respeito entre o(a)s participantes do CONAD e agradeceu o aprendizado que a realização do Congresso na Uece propiciou, com relação à construção coletiva do nosso Sindicato Nacional, às pessoas que ajudaram na realização do evento, companheiro(a)s da Uece, docentes e servidore(a)s da Seção Sindical, da diretoria e da secretaria do ANDES – Sindicato Nacional, a todo(a) o(a)s monitores(a)s que ajudaram no evento e à presença de todo(a)s o(a)s delegado(a)s e observadore(a)s. Em seguida, o prof. Antônio passou a palavra ao prof. Célio Ribeiro Coutinho, que discursou representando a Sinduece – Seção Sindical e agradeceu a presença de todo(a)s. Dando prosseguimento, a profa. Eblin Farage leu a Carta de Fortaleza. Em seguida, o prof. Antonio, após algumas considerações finais e agradecimentos, às 22h18, declarou encerrado o 63º CONAD do ANDES – Sindicato Nacional, e eu, Cristine Hirsch Monteiro, 2ª Vice-Presidente da Regional Nordeste II e 2ª Secretária da Mesa, lavrei a presente Ata que será assinada por mim, pela secretária geral e pelo presidente do ANDES-SN.

Eblin Farage
Secretária-Geral

Antonio Gonçalves Filho
Presidente

Cristine Hirsch Monteiro
2ª Secretária

CARTA DE FORTALEZA

O 63º CONAD do ANDES-SN, com o tema “*Por um projeto classista e democrático de educação pública: em defesa da gratuidade, autonomia e liberdade acadêmica*”, realizou-se na cidade da Jurema e da Índia Iracema, Fortaleza, no Ceará, sob a organização da SINDUECE - Seção Sindical, contando com a participação de 62 delegado(a)s, 210 observadore(a)s, 70 seções sindicais, 5 convidado(a)s, 32 diretores(a)s, totalizando 308 participantes, no período de 28 de junho a 1º de julho 2018.

Nosso 63º CONAD teve seu início no dia do Orgulho LGBTI e, por isso, começamos os trabalhos registrando que o Brasil é um dos países que mais mata pessoas trans e travestis no mundo. Na sequência tivemos a apresentação do som do empolgante, vibrante e valente ritmo do grupo de mulheres negras e lésbicas *Tambores de Safo*. Lenços verdes, utilizados como símbolo da luta das mulheres argentinas pela legalização do aborto, foram distribuídos aos presentes em homenagem a luta e a conquista das mulheres na Argentina e na Irlanda.

A abertura foi recheada de emoções. Uma comovente homenagem a uma das mais importantes e antigas funcionárias do sindicato foi realizada – a Fátima, que, após 34 anos de trabalho na secretaria do ANDES-SN e após sua aposentadoria, vai se desligar do sindicato. Para agradecer toda sua dedicação, foi elaborado um *InformAndes Especial* e um vídeo com declarações de ex-presidentes do ANDES-SN, de funcionário(a)s, de suas filhas, de seu neto e de sua neta. Também foi feita uma homenagem a Marielle Franco, vereadora executada no Rio de Janeiro, por lutar em defesa dos direitos humanos e contra a intervenção militar. Nesse momento, uma militante da Maré, Shirley Rosendo, foi convidada a expor a atual situação da favela da Maré explicitando-a aos participantes do 63º CONAD e evidenciando a necessidade do nosso Sindicato Nacional integrar-se à luta em defesa dos direitos humanos e contra a intervenção militar e a criminalização da pobreza no Rio de Janeiro. Não esqueceremos! Queremos justiça!

Ainda na abertura foram lançadas duas edições da Revista Universidade e Sociedade, sendo uma dessas a edição especial sobre os 130 anos da abolição da escravidão, além de uma cartilha sobre os cortes de verbas nas instituições federais de ensino superior.

Seguimos a abertura com o discurso de balanço da presidente Eblin Farage, que, entre as várias ações e trabalhos realizados pelo sindicato durante a gestão 2016-2018, destacou o protagonismo do ANDES-SN na construção das diversas manifestações desde o segundo semestre de 2016, com ênfase para as diferentes ações em Brasília e nos estados, na construção de frentes, comitês e fóruns em defesa dos serviços públicos e contra a retirada de direitos. Ressaltou ainda, como importante trabalho da gestão, o empenho no combate ao machismo e ao assédio sexual no sindicato e nas universidades. Por fim, salientou a importância do último pleito eleitoral do sindicato, saudando as chapas concorrentes e destacando que a eleição demonstrou o reconhecimento do ANDES-SN como o único e legítimo representante da categoria.

Seguindo a programação do evento, após a saudação das entidades e movimentos convidados, tomou posse a chapa vitoriosa nas eleições do nosso sindicato, “ANDES Autônomo e de Luta”, que foi chamada nominalmente para a assinatura do termo de posse e para a foto histórica. Na sequência, o novo presidente do ANDES-SN, Antonio Gonçalves Filho, proferiu seu discurso de posse enfatizando o necessário chamamento à unidade da classe e das forças políticas para resistir aos duros ataques

que os trabalhadores e as trabalhadoras vêm sofrendo. Além disso, reafirmou a postura histórica do ANDES SN de independência e autonomia.

Na plenária do tema I, importantes análises de conjuntura foram expostas e confrontadas, tendo como um dos principais eixos a caracterização do momento atual diante do agravamento da crise internacional do capital e seus rebatimentos no Brasil. Temas como o processo de impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff, o recrudescimento do conservadorismo no mundo, a necessidade de mobilização da categoria para enfrentar os retrocessos em curso, assim como a necessidade de unidade na luta e de se debater o processo de reorganização da classe, marcaram a plenária.

No segundo dia e na manhã do terceiro dia, os grupos de trabalho discutiram de forma intensa as principais polêmicas que cercam o nosso sindicato a partir das importantes contribuições apresentadas no Caderno de Texto e seu Anexo.

Após o pôr-do-sol de sexta-feira, à beira mar, no Iate Clube de Fortaleza, os companheiros e as companheiras cearenses brindaram o(a)s participantes do 63º CONAD com uma linda festa e um jantar delicioso, embalados por grupos musicais e muito forró.

Foi no clima quente de Fortaleza, que na tarde de sábado iniciou-se a plenária do Tema II, momento de discutir e atualizar o plano de lutas. As análises foram marcadas pelo exercício da democracia com o debate e aprovação de resoluções que melhor preparam o sindicato para o enfrentamento dos ataques impostos pelo governo federal e pelos governos estaduais e municipais. Os debates apontaram para a necessidade de intensificar a luta contra as contrarreformas e pela revogação da EC 95, de nos incorporar à luta pela legalização do aborto junto ao STF. Foi indicada a necessidade de debate sobre cotas étnico-raciais para a composição da diretoria nacional do ANDES-SN, e aprovou-se a defesa das comissões de autodeclaração étnico-racial como método para garantir a política de ações afirmativas nas universidades, CEFET e Colégios de Aplicação. A plenária também se posicionou contra a Portaria nº 38/2018 da CAPES que trata da Residência Pedagógica. A plenária teve ainda importante debate sobre a produção agroecológica, a necessária solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras Venezuelano(a)s em Roraima, e a necessidade de aprofundarmos o debate de reorganização da classe. Além desses temas, empolgou a plenária a discussão sobre a proposição de atualização da caracterização da conjuntura, o processo de impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff, a seletividade da justiça e a posição do sindicato sobre o processo eleitoral de 2018.

O último dia do 63º CONAD iniciou ao som do grupo “Paraíba e Companhia Bate Palma”, que com o *Frevo Mulher* terminou de animar o(a)s participantes para as discussões que se seguiram. Na plenária do tema III, foram debatidas as pautas do setor das Federais e das Estaduais e Municipais, atualizando o plano de luta e aprovando um dia nacional de luta contra o assédio moral e sexual e um dia nacional de luta, em novembro, de combate ao racismo nas instituições de ensino superior. Um importante momento que definiu ações concretas conjuntas para os dois setores e também a pauta específica. Além das ações conjuntas, no setor das estaduais foi aprovado o XVI Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES. No setor das Federais foi aprovada a atualização do calendário de atividades e a luta contra o ponto eletrônico do(a)s docentes da carreira EBTT. Também foram marcantes as importantes deliberações para adesão à Campanha Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) a Israel, solidariedade ao povo palestino e a aprovação de apoio a ações relativas à defesa dos direitos humanos na favela da Maré, a serem construídas no Rio de Janeiro, contribuindo com o fortalecimento de ações junto às organizações e entidades da Maré e outras favelas cariocas, ao mesmo tempo em que deliberou por denunciar e

responsabilizar o Estado e cobrar a apuração e a punição dos assassinos de Marielle Franco e Anderson Gomes.

A plenária do tema IV do 63º CONAD iniciou aprovando a homologação *ad referendum* do 38º Congresso Nacional do ANDES-SN, da Associação dos Professores e Professoras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul-SINDOIF Seção Sindical do ANDES-SN. Logo após foi eleita a nova Comissão da Verdade do ANDES-SN, composta por dois(duas) diretores(a)s e cinco professores(a)s indicado(a)s por seções sindicais. A plenária aprovou, por aclamação, a indicação da ADUNB, Seção Sindical do ANDES-SN na UnB, como próxima sede do CONAD. Sem nenhuma ressalva, a prestação de contas do ano de 2017 foi aprovada.

Além de importantes debates nos grupos de trabalho e nas plenárias, o 63º CONAD também se destacou pela organização do Espaço de Convivência para crianças que acompanharam suas mães participantes do evento, com o objetivo de garantir a ampla participação dessas companheiras no evento, por um lado, e oferecer um espaço agradável e seguro com atividades pedagógicas e recreativas para as crianças.

Todo o 63º CONAD foi marcado por belas apresentações culturais, que ao trazer diferentes ritmos musicais e expressões da cultura cearense e nordestina, animaram as participantes e os participantes durante os quatro dias do evento.

Em um momento de profundos ataques às universidades estaduais e municipais, em uma conjuntura de retirada de direitos do funcionalismo público cearense pelo governo de conciliação de classes e do contingenciamento orçamentário, realizar o 63º CONAD na UECE aponta para nossa necessidade de fortalecimento das instituições estaduais e municipais, ampliando a articulação entre o setor das federais e o setor das estaduais e municipais na defesa da educação pública e gratuita e na defesa do financiamento 100% estatal. Por isso, afirmamos: UECE resiste!

Já com o sol fortalezense escondido, o 63º CONAD se encerra na certeza de que o ANDES-SN sai mais fortalecido enquanto entidade classista e o legítimo representante das professoras e dos professores do ensino superior público. Animados para os grandes desafios que temos, dentre os quais barrar e reverter as contrarreformas, terminamos o 63º CONAD com os versos do poeta cearense Patativa do Assaré:

*“eu sou de uma terra que o povo padece
Mas não esmorece e procura vencer”.*

Marielle. Presente!

63º CONAD do ANDES-SN
Fortaleza, estado do Ceará
1º de julho de 2018

MOÇÕES

Moção 1

Proponente: José Vitório Zago (ADunicamp)

Destinatário(s): AMSTED MAXION

E-mails dos Destinatários: lidia.macedo@gbmx.com.br, aline.juridico@gbmx.com.br, imprensa@amstedmaxion.com.br, Stefani.vitorino@amstedmaxion.com.br, sebastiao@maxionsc.com, dfranco@maxionsc.com, contato@formare.org.br, gustavo.ioschpe@gmail.com, sales.contagem@maxionsc.com, investfone@itau.com.br, ri@iochpe.com.br, dan@iochpe.com.br, sioschpe@insolo.com.br, finipar1@uol.com.br, glaucia_stifelman@hotmail.com, contato@fiochpe.org.br, lboty@uol.com.br, deborabi@terra.com.br, gustavo.ioschpe@gmail.com, aikpoa@gmail.com, mauro@malke.com.br, iebi@uol.com.br, leandro@kolodny.eng.br, EDSON.PETRI@GBMX.COM.BR, mirelaiw@terra.com.br, moisesleite.tpp@gmail.com, leonardo.segura01@hotmail.com

Fato Motivador da Moção: Mais de 160 trabalhadores, lesionados pelo trabalho e com estabilidade no emprego, foram demitidos por justa causa como forma de fraudar a estabilidade.

MOÇÃO DE APOIO AOS TRABALHADORES DEMITIDOS DA AMSTED MAXION

A(o)s delegada(o)s ao 63º Conad do Andes-SN, realizado em Fortaleza (CE), no período de 28 de junho a 1º de julho de 2018, manifestam seu apoio e solidariedade aos demitidos da Amsted Maxion Equipamentos Ferroviários S/A.

A Amsted Maxion, atual Greenbrier Maxion Hortolândia, é uma das principais referências latino-americanas no desenvolvimento e na fabricação de vagões de carga, de rodas de aço, de fundidos rodoviários para truques e sistema para choque, de tração e de peças para o setor automotivo de máquinas e equipamentos de construção civil, mineração e na rede sucroalcooleira.

Toda essa referência de desenvolvimento e de fabricação foi desenvolvida há anos por trabalhadores que entregaram suas vidas a essa empresa. Enquanto produzia milhares de vagões, rodas de aço e demais equipamentos, os empregados eram lesionados e, depois, reabilitados pelo INSS. Não contente em ver esses funcionários serem massacrados pelo labor árduo, agora a empresa descarta esses companheiros com uma demissão em massa.

Foi assim que a empresa descartou cerca de 160 funcionários, demitindo-os por justa causa, impedindo-os à possibilidade de novos empregos. Esses ex-empregados que tiveram seus corpos danificados pelo trabalho já não conseguem empregos com facilidade por causa das sequelas do trabalho realizado na empresa. Agora, em um cenário de forte crise econômica no país, suas dificuldades aumentam.

Não fosse suficiente a dor do desemprego, juntando-se aos milhares de desempregados do país e concorrendo de maneira desigual no mercado, haja vista suas debilidades físicas, vivem esse drama de nunca mais retomarem suas vidas de trabalhador. Isso porque a demissão por justa causa gerou processos criminais contra eles próprios. Assim, a empresa não se contenta em massacrar os corpos dos trabalhadores lesionados e quer também destruir suas vidas inteiras, criminalizando-os pelo simples fato de necessitarem de emprego para sua sobrevivência e de suas famílias.

Dessa forma, solidarizamos-nos com a dor dos companheiros demitidos e estamos juntos contra toda a barbárie dessa sociedade capitalista. Reivindicamos, ainda, a reintegração imediata dos companheiros, bem como a extinção do processo crime, garantindo uma vida plena e digna, a qual todo trabalhador merece!

Moção 2

Proponente: Levy Paes Barreto (Aduferpe)

Destinatário: CSP-Conlutas

Endereço do Destinatário: secretaria@cspconlutas.org.br

Fato Motivador da Moção: Perseguição aos ativistas e às organizações políticas e sociais na Argentina.

MOÇÃO DE REPÚDIO À PERSEGUIÇÃO AOS ATIVISTAS E ÀS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS NA ARGENTINA

A(o)s delegada(o)s ao 63º Conad do Andes-SN, realizado em Fortaleza (CE), no período de 28 de junho a 1º de julho de 2018, manifestam seu repúdio à perseguição aos ativistas e às organizações políticas e sociais na Argentina.

Isso porque, enquanto o governo argentino planifica cortes em todas as áreas do Estado, beneficiando bancos, empresas, FMI e o capital internacional, a repressão aos que lutam se intensifica. Por meio da justiça, aumenta a repressão contra as organizações de esquerda, as quais estiveram à frente de fortes mobilizações que ocorreram na Argentina contra a reforma previdenciária e fiscal.

Num ato absurdo, com a justificativa de reforma de praças “danificadas nos protestos”, o governo de Buenos Aires está querendo cobrar de diversas organizações que estiveram a frente das manifestações em 18 de dezembro de 2017 (PO, PSTU, MST e PTS) uma multa de cerca de dezessete milhões de Pesos (R\$ 2,5 milhões). Um verdadeiro absurdo quando os principais responsáveis pelo dano público são os governos e as forças de repressão.

Além disso, o Ministério de Segurança de Patricia Bullrich está oferecendo uma recompensa de um milhão de Pesos (R\$ 150 mil) para quem tenha informação sobre o paradeiro do companheiro Sebastián Romero, perseguido desde as heroicas lutas de dezembro do ano passado. Essa é a continuidade de uma perseguição que, desde dezembro, Sebastián, sua família e o PSTU estão sofrendo, à qual também se soma a invasão de domicílio de Demián Romero, em 17 de abril, entre tantos outros fatos.

Também exigimos a libertação dos ativistas presos, Milagro Sala, Jones Huala, os quais estão detidos desde o dia 14 de dezembro, e outros milhares de companheiros que estão sofrendo processos judiciais.

Todos esses fatos também são a prova da intensificação da criminalização da luta social que se expressou, há poucos dias, por meio da repressão aos trabalhadores do metrô e da empresa Cresta Roja.

Por esses motivos, o 63º Conad repudia esses novos e constantes ataques e também a tentativa de criminalização dos lutadores.

Moção 3

Proponentes: Alyne Maria Barbosa de Sousa (Sindcefet-PI); Antônio Rodrigues Belon (Adleste); Antônio Luis da Silva Sousa (Sindcefet-PI); Jaci Guilherme Vieira (Sesduf-RR); José Vitório Zago (ADunicamp); Levy Paes Barreto (Aduferpe); Raphael Furtado (Adufes); Sandra Bernadete da Silva Moreira (Adufpa)

Destinatários: Assembleia Legislativa do Piauí; Governo do Estado do PI; c/c CSP-Conlutas (PI)

Endereços dos Destinatário(s):

- ALEPI – Av. Mal. Castelo Branco, 201 – Cabral, Teresina (PI).
E-mail: themistocles@alepi.pi.gov.br; Governo do Estado – Palácio de Karnak, Av. Antonino Freire, 1450 – Centro, CEP 64.001-040, Teresina (PI). E-mail: secgov@secgov.pi.gov.br;
- CSP-Conlutas (PI) – csppiaui@gmail.com.

Fato Motivador da Moção: Repressão à manifestação dos professores da rede de ensino básico do Piauí

NOTA DE REPÚDIO À REPRESSÃO À MANIFESTAÇÃO DO(A)S PROFESSORE(A)S DO ESTADO DO PIAUÍ

A(o)s delegada(o)s ao 63º Conad do Andes-SN, realizado em Fortaleza (CE), no período de 28 de junho a 1º de julho de 2018, manifestam seu repúdio às ações de repressão à manifestação do(a)s professore(a)s do estado do Piauí, ocorrida no dia 21 de junho deste ano.

Nessa data, houve manifestação do(a)s professore(a)s da rede básica de ensino do estado do Piauí, na Assembleia Legislativa, contra a aprovação de um novo projeto de lei do Governo do Estado, o qual diminuía o reajuste de 6,81% (Lei do Piso do Magistério) para 2,95%: um verdadeiro golpe ao direito conquistado pela categoria. O SINDCEFET-PI Seção Sindical do Andes-SN e a CSP-Conlutas participaram da manifestação em apoio aos(às) docentes da rede estadual.

O ataque aos direitos do(a)s trabalhadore(a)s foi orquestrado pelo governador Wellington Dias (PT) e seu aliado, o presidente da Alepi, Themístocles Filho (MDB). Contra esse projeto, o(a)s manifestantes mobilizaram-se para protestar, mas foram reprimido(a)s covardemente pela truculenta polícia militar, a mando do governo e do poder legislativo piauienses.

A professora do IFPI e integrante da Executiva Estadual da CSP-Conlutas, Patrícia Andrade, assim como outro(a)s manifestantes lá presentes, foi violentamente agredida, ao ponto de ter seu fêmur fraturado, havendo a necessidade de passar por cirurgia e afastamento da vida laboral.

Frente a esse grave fato, o(a)s delegado(a)s ao 63º Conad do Andes-SN, repudiam com indignação, a ação truculenta da polícia militar, bem como de seus mandantes, e exigem que os culpados sejam punidos. Manifestam, ainda, toda a solidariedade à companheira Patrícia Andrade, que sempre esteve na luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora e reforçam que nenhum ato de violência nos calarão diante do descumprimento dos direitos do(a)s trabalhadore(a)s.

Moção 4

Proponentes: Alyne Maria Barbosa de Sousa (Sindcefet-PI); Antônio Rodrigues Belon (Adleste); Antônio Luis da Silva Sousa (Sindcefet-PI); Jaci Guilherme Vieira (Sesduf-RR); José Vitório Zago (ADunicamp); Levy Paes Barreto (Aduferpe); Raphael Furtado (Adufes); Sandra Bernadete da Silva Moreira (Adufpa)

Destinatários: Reitor da UFSC, MPF, TRF e Justiça Federal

Endereço dos Destinatários: Brasília/DF

Fato Motivador da Moção: Perseguição a docentes e técnico-administrativo da UFSC

MOÇÃO DE APOIO AOS TRABALHADORES PERSEGUIDOS DA UFSC

A(o)s delegada(o)s ao 63º Conad do Andes-SN, realizado em Fortaleza (CE), no período de 28 de junho a 1º de julho de 2018, manifestam total e irrestrito apoio aos companheiros perseguidos da UFSC.

No dia 24 de março de 2014, houve uma operação policial no *campus* da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), protagonizada pela polícia federal, com auxílio da Polícia Militar de Santa Catarina, cujo objetivo alegado era o combate ao tráfico de drogas.

O resultado dessa operação foi uma dura repressão com a entrada da tropa de choque da polícia militar usando bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha, ferindo diversos estudantes, técnico-administrativos em educação e professores da UFSC.

O Ministério Público Federal moveu uma ação civil por improbidade administrativa contra o(a)s professores Paulo Rizzo, Wagner Damasceno, Paulo Pinheiro Machado, Sonia Maluf e o técnico-administrativo em Educação, Dilton Rufino. Na verdade, o que houve foi uma atuação firme, dos acusados, na defesa da autonomia universitária e visando garantir a integridade física dos membros da comunidade universitária.

Essas ações têm evoluído e poderão culminar na perda do emprego e na criminalização dos trabalhadores ora processados. Trata-se de um processo político que visa punir esses trabalhadores e todos aqueles que ousam lutar pela autonomia universitária, contra as injustiças sociais e em defesa da democracia.

Por esses motivos, a(o)s delegada(a)s ao 63º Conad do Andes-SN manifestam total e irrestrito apoio à(o)s companheira(o)s perseguida(o)s.

Moção 5

Proponentes: José Vitório Zago (ADunicamp) e Antônio Rodrigues Belon (Adleste)

Destinatário: Reitoria da Unicamp

Endereço dos Destinatários: Caixa Postal 6194 – Barão Geraldo, Campinas (SP), CEP: 13.083-872. E-mails: reitor@reitoria.unicamp.br e impressastu@gmail.com.

Fato Motivador da Moção: Greve dos trabalhadores técnico-administrativos em educação da Unicamp.

MOÇÃO DE APOIO À GREVE DO(A)S TRABALHADORE(A)S TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UNICAMP

A(o)s delegada(o)s ao 63º Conad do Andes-SN, realizado em Fortaleza (CE), no período de 28 de junho a 1º de julho de 2018, manifestam seu apoio aos trabalhadores e às trabalhadoras da Unicamp, em greve. Essa paralisação segue decorrente da greve

unificada das universidades estaduais paulistas que iniciaram o movimento no final do mês de maio.

Isso aconteceu porque as universidades estaduais paulistas concentram uma parte significativa da educação pública superior no Brasil e juntas empregam diretamente dezenas de milhares de trabalhador(a)es entre funcionári(a)os e docentes, o(à)s quais estão tendo seus salários arrojados pela crise econômica e falta de reposição salarial.

A crise das universidades e as políticas de precarização das reitorias aumentam o afastamento da classe trabalhadora da universidade pública, gratuita e de qualidade, bem como prejudica o atendimento à saúde desempenhado pelos hospitais universitários à população.

Enquanto sucateiam as universidades e os serviços públicos, os governos garantem quase metade do orçamento público para pagamento de juros aos banqueiros, e os políticos se afundam na corrupção e negociatas com os grandes empresários.

Ao invés de lutar por mais recursos públicos, as reitorias encerraram as negociações garantindo míseros 1,5% de reajuste salarial, muito aquém das perdas dos últimos três anos, estimada em 12,6% pelos dados oficiais da inflação. Assim, o Conselho dos Reitores das Universidades de São Paulo (Cruesp), de maneira unilateral, encerrou as negociações com o(a)s trabalhadore(a)s e estudantes.

Isso fez com que os movimentos se voltassem para debates sobre suas pautas locais e específicas. E a Unicamp, até agora, não tem avançado nas negociações, alegando não ter recursos financeiros. Assim, recusa-se a aceitar qualquer proposta como, por exemplo, garantir que a sobra dos recursos orçamentários seja destinada aos trabalhadores e às trabalhadoras em luta.

Por esse motivo, os trabalhadores e as trabalhadoras técnico-administrativos em educação seguem mobilizado(a)s e em greve. Apoiamos a greve e reivindicamos que a reitoria se manifeste para negociar e atender o pleito do(a)s trabalhadore(a)s em luta.

Moção 6

Proponentes: Delegações da Sinduece e da Sindurca

Destinatários: Secadi/MEC e ProPNEEPEI#DireitoàEducaçãoInclusiva

Endereço dos Destinatários: Secadi/MEC – educacaoespecial@mec.gov.br; ProPNEEPEI#DireitoàEducaçãoInclusiva – tmantoan@gmail.com (Att.: Maria Teresa Mantoan).

Fato Motivador da Moção: Proposta do governo Temer de atualização da política nacional de educação inclusiva

MOÇÃO DE APOIO À LUTA PELA MANUTENÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA AMEAÇADA PELO GOVERNO TEMER

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva é um exemplo de conquista para o público-alvo. Esse instrumento legal garante, assim, o processo de aprendizagem do(a)s aluno(a)s da educação especial na escola comum e em outros ambientes sociais. Essa política constitui-se como um dispositivo de vanguarda para o nosso país, que assegura o direito à inclusão para todas(os) as(os) brasileiras(os) em idade escolar, além de assegurar a educação especial ao alunado que dela precisa, por meio da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), de

natureza complementar ou suplementar, instituído pelo Decreto nº 6.571 e previsto desde a LDB nº 9394/96.

A tentativa de mudança, atualmente em curso nessa política, representa um retrocesso à educação brasileira. Ações governamentais devem ocorrer para garantir, fortalecer e ampliar, em nossas redes de ensino e demais instituições educativas, o que está estabelecido na política.

Nessa perspectiva, a(o)s delegada(o)são 63º Conad do Andes-SN, realizado em Fortaleza (CE), no período de 28 de junho a 1º de julho de 2018, tornam público o seu apoio em defesa da manutenção da atual Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, dispondo-se junto ao movimento nacional que defende a educação para todos e os atuais aparatos legais que a legitimam. Nesse sentido, não aceitam retrocessos ou perda de direitos!

Moção 7

Proponente: Ana Carolina Galvão Marsiglia (Adufes)

Destinatário: Prof. Dr. Reinaldo Centoducatte

Endereço do Destinatário: Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória (ES), CEP 29075-910. E-mail: reitor@ufes.br.

Fato Motivador da Moção: Contratação de PMs aposentados para realizar segurança da Universidade Federal do Espírito Santo.

MOÇÃO DE REPÚDIO

A(o)s delegada(o)s do 63º Conad do Andes-SN, realizado em Fortaleza (CE), realizado no período de 28 de junho a 1º de julho de 2018, manifestam repúdio à contratação de PMs aposentados (fardados e armados) para trabalharem na segurança dos *campi* da Universidade Federal do Espírito Santo. Refere-se a um convênio que vem sendo programado pela Administração Central, num acordo de gabinete, sem ouvir de forma ampla a comunidade na elaboração de propostas à vigilância dos *campi*, sobre as questões de segurança pública. Trata-se de uma postura autoritária, antidemocrática e que revela mais diálogo com as políticas de austeridade, a criminalização e a atitude genocida do governo do Estado do que com aqueles que deveriam ser a razão primeira da universidade: a população e, em especial, a comunidade acadêmica.

Moção 8

Proponente: Alberto Handfas (Adunifesp)

Destinatário: MEC

Endereço do Destinatário: Esplanada dos Ministérios Bloco L – Brasília (DF), CEP 70297-400. E-mail: gabinetedoministro@mec.gov.br.

Fato Motivador da Moção: Federalização do Hospital São Paulo.

MOÇÃO PELA FEDERALIZAÇÃO DO HOSPITAL SÃO PAULO

O Hospital São Paulo (HSP) – hospital universitário que serve à Unifesp, centro de referência de serviço público à população – encontra-se em situação gravíssima de profundo sucateamento.

Considerando:

- que o HSP é gerido por um Comitê Gestor composto por 70% de representantes da Unifesp e 30% da organização social – Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM);
- que o prédio do HSP está cedido por 25 anos à Unifesp;
- que o HSP fez um movimento desde 2009 para se adequar ao Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), que passou a receber regularmente os recursos do Rehuf até 2016;
- que o governo Temer cortou as verbas do Rehuf ao HSP impondo ao hospital a atual situação falimentar em que se encontra.

A(o)s delegada(o)s ao 63º Conad do Andes-SN, realizado em Fortaleza (CE), no período de 28 de junho a 1º de julho de 2018, manifestam total apoio à exigência da comunidade universitária da Unifesp de federalização direta do HSP imediatamente, sem intermediação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Moção 9

Proponentes: Gustavo Seferian S. Machado e Gustavo Costa de Souza (Adufla)

Destinatário: Reitoria da Universidade Federal de Lavras

Endereço dos Destinatários: Cx. Postal 3.037, Prédio da Reitoria, Campus universitário, Lavras (MG), CEP 37.200-000. E-mail: gabinete@reitoria.ufla.br

Fato Motivador da Moção: Proposição de portaria que restringe o uso do espaço da universidade para diversos fins, até mesmo políticos das entidades representativas.

MOÇÃO DE REPÚDIO

A(o)s delegada(o)s do 63º Conad do Andes-SN, realizado em Fortaleza (CE), no período de 28 de junho a 1º de julho de 2018, manifestam repúdio à proposta de resolução sobre o uso dos espaços da Universidade Federal de Lavras (UFLA) feita pela reitoria. A medida, entre outras previsões, impõe barreiras antidemocráticas ao uso de salas, de auditórios e de outros espaços por entidades representativas. Por exemplo, a instituição citada propõe criar imposição de prévio registro de trinta dias para qualquer exercício (assembleia, seminário, manifestação), devendo o registro passar por autorização de duas pró-reitorias, incompatibilizando o cumprimento de calendários de mobilização imposto pela conjuntura e viabilizando medidas de censura prévia. Ademais, a resolução sinaliza que manifestações políticas, religiosas e sobre diversidades devem ocorrer em espaços fechados, atentando contra a necessária visibilidade de tais pautas.

Moção 10

Proponentes: Delegação da Aduff-SSind: Marina Cavalti Tedesco; Adriana Penna; Elizandra Garcia; Bianca Novaes de Mello; Antônia Defilippo; Arley Costa; Luiz Rojo; João Claudino Tavares; Maria Onete Lopes.

Destinatários: Consulado Venezuelano; CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular; CUT – Central Única dos Trabalhadores.

Endereços dos Destinatários:

Consulado Venezuelano. Avenida Presidente Vargas, 463/14º andar – Centro (RJ), Tel.: (21) 2554-5955/2554-6134

E-mail: conve.brrio@mppre.gob.vc

CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular. Rua Boa Vista, nº 76 – 11º andar. Centro. CEP: 01014-001, São Paulo, Tel.: (11) 3107-7984.

E-mail: secretaria@cspconlutas.org.br; cspconlutas-rj@cspconlutas.org.br.

Central Única dos Trabalhadores (CUT). Rua Caetano Pinto, 575 – Brás. São Paulo (SP). CEP: 03041-000. Tel.: (11) 2108-9200/3330-6000.

E-mail: cut@cut.org.br

Fato Motivador da Moção: O processo de agudização da luta de classes na Venezuela e na vida dos trabalhadores e das trabalhadoras daquele país.

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE

A(o)s delegada(o)s do 63º Conad do Andes-SN, realizado em Fortaleza (CE), no período de 28 de junho a 1º de julho de 2018, manifestam toda solidariedade aos trabalhadores e às trabalhadoras da Venezuela, frente às agressões internas e externas por parte do imperialismo.

Moção 11

Proponente: Delegação da Seção Sindical Sindufap

Destinatário: Universidade Federal do Amapá

Endereço do Destinatário: Rod. Juscelino Kubitschek, km 2 – Jardim Marco Zero, Macapá (AP), CEP 68903-419. E-mail: unifap@unifap.br

Fato Motivador da Moção: Destruição de obra artística:

**MOÇÃO DE REPÚDIO**

A(o)s delegada(o)s ao 63º Conad do Andes-SN, realizado em Fortaleza (CE), no período de 28 de junho a 1º de julho de 2018, manifestam repúdio contra a postura repressora que aconteceu na Universidade Federal do Amapá (Unifap), em decorrência do silenciamento por causa da destruição da obra artística construída pelo(a)s docentes sindicalizado(a)s ao Sindufap com estudantes e militantes do movimento de pessoas travestis e transexuais. O objetivo da arte era protestar, no espaço da universidade, contra a matança de pessoas travestis e transexuais.

O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais. A eliminação física dessas pessoas é uma das marcas mais nefastas de uma sociedade dividida em classe, a qual oprime cada vez mais os/as trabalhadore(a)s. Esse processo é muito intenso quando

se refere aos setores mais fragilizados da sociedade. Como exemplo marcante, em 15 de fevereiro de 2017, Dandara dos Santos, de 42 anos moradora da periferia de Fortaleza, foi mais uma a tombar vítima da violência LGBTfóbica.

Como forma de protesto ao quadro nefasto de mortes e de opressões LGBTfóbicas, foi criado, em 17 de novembro de 2017, um monumento, na Unifap, denominado Trans-árvore. Tratava-se de uma árvore ocupada com as cores da bandeira trans (azul, branco e rosa), que iria crescer representando a existência de pessoas que resistem. A obra criada representava a existência de um espaço de memória, cuja função, além de denunciar as centenas de mortes de travestis e de transexuais, afirmava a resistência contra os processos opressivos da sociedade capitalista.

Porém, recentemente, o trabalho artístico foi arbitrariamente e injustificadamente retirado do campus da universidade, o que demonstrou claro desrespeito à liberdade artística e LGBTfobia institucional.

Nesse sentido, a(o)s delegada(o)s ao 63º Conad repudiam essa ação repressora e reivindicam à administração superior da Unifap a apuração dos fatos com a identificação dos responsáveis pela retirada da obra, bem como a implementação de medidas educativas que garantam a liberdade artística e a luta contra as transfobia e outras formas de opressão.

Moção 12

Proponente: Delegação da Sinduece

Destinatário: Governo do Estado do Ceará

Endereço do Destinatário: camilo@camilogovernador.com.br;
elcio.batista@gabgov.ce.gov.br .

Fato Motivador da Moção: Atitude autoritária do Governo Camilo Santana (PT) que se nega a receber as seções sindicais Sinduece, Sindurca e Sindiuva para tratar do concurso público prometido no acordo com as universidades estaduais do Ceará em 2015.

MOÇÃO DE REPÚDIO À POSTURA AUTORITÁRIA DO GOVERNO CAMILO SANTANA DO PT

A(o)s delegada(os) do 63º Conad, realizado em Fortaleza (CE), no período de 28 de junho a 1º de julho de 2018, manifestam seu repúdio à postura autoritária do governo Camilo Santana em não receber as seções sindicais Sinduece, Sindurca e Sindiuva para debater sobre os problemas das universidades estaduais do Ceará, especialmente em relação à ausência de concurso público a fim de preencher as mais de seiscentas vagas para professor(a)s efetivo(a)s nas três universidades estaduais do Ceará.

O descaso do governo com as universidades públicas em relação ao descumprimento do acordo demonstra seu cinismo e covardia com o patrimônio cultural e de produção do conhecimento, da ciência e tecnologia das universidades, e tem prejudicado significativamente a formação de estudantes, em sua maioria da classe trabalhadora, que estão regularmente matriculado(a)s. Além disso, há carência de professor(a)s pela não realização de concurso público previsto no acordo firmado em 2015, que assegurava, entre outras medidas, realizar seleção por meio de certame emergencial em 2015, e mais três certames nos anos subseqüente.

Moção 13

Proponente: Delegação da Sinduece

Destinatário: Governo do Estado do Ceará

Endereço do Destinatário: camilo@camilogovernador.com.br;
elcio.batista@gabgov.ce.gov.br

Fato Motivador da Moção: Apoio aos moradores da serrinha e do entorno da Uece diante da criminalização e da violência a que estão submetidos e repúdio à política de (in)segurança pública do governo do Estado do Ceará, Camilo Santana (PT), que criminaliza e assassina a população da periferia.

MOÇÃO DE REPÚDIO À POLÍTICA DE (IN)SEGURANÇA PÚBLICA DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, CAMILO SANTANA (PT), QUE CRIMINALIZA E ASSASSINA A POPULAÇÃO DA PERIFERIA

A(o)s delegada(o)s ao 63º Conad do Andes-SN, realizado em Fortaleza (CE), realizado no período de 28 de junho a 1º de julho de 2018, repudiam a política de (in)segurança pública do governo do Estado do Ceará, Camilo Santana (PT), que criminaliza e assassina a população da periferia.

Chega a ser irônico que, em sua plataforma institucional, o governo do Estado do Ceará divulgue que “Com o objetivo de construir uma cultura de paz em todo o território cearense, o Pacto por um Ceará Pacífico opera a partir de políticas públicas interinstitucionais de prevenção social e segurança pública”.

Porém, na prática, não é o que se vê. A título de exemplo, em nome da prevenção social, no último dia 25, dois moradores da comunidade Garibaldi, do bairro Serrinha, foram baleados, segundo os moradores, pela polícia: a avó e seu neto de cinco anos foram feridos por arma de fogo – ela na perna e ele na mão – a contrariar essa propaganda política de “construção da cultura de paz”.

A Serrinha é um dos bairros limítrofes com a Uece, e o episódio citado não é um fato isolado. A comunidade, em protesto e repúdio a tais rotineiras agressões, fechou uma das vias da Av. Silas Munguba como forma de chamar a atenção e dar visibilidade às ações policiais truculentas, de profissionais despreparados que estigmatizam a população pobre, negra e, sobretudo, os mais jovens, com o pretexto de agirem em “combate às drogas”.

Outro exemplo de “cultura de paz” foi a construção de uma torre de vigilância no bairro Jangurussu, no Centro Universitário de Cultura e Arte (Cuca), pretensamente, para proteger seus moradores, quando, na verdade, a intenção é manter sob vigilância a população com o perfil mencionado.

Nos intramuros da Uece, universidade pública localizada nesse entorno, repete-se a mesma prática discriminatória quando os jovens da comunidade tentam frequentar o espaço. Entretanto, pelo estereótipo que denuncia sua origem “de periferia”, esses rapazes e moças recebem tratamento abusivo, que vai desde grosseria à agressão física, fartamente documentadas e denunciadas.

Para a(o)s delegada(o)s ao 63º Conad do Andes-SN um verdadeiro Ceará pacífico passa pela mudança de paradigmas dentro da instituição policial e de outros órgãos do Governo; um verdadeiro Ceará pacífico passa pela concretização de projetos que nos unam e não de projetos que nos separem; um verdadeiro Ceará pacífico passa pela promoção de ações verdadeiramente pacíficas, que exponham a função social das instituições públicas.

Moção 14

Proponente: Diretoria do Andes-SN

Destinatário: Polícia Militar de SP – 78º Distrito Policial, Jardins, São Paulo

Endereço dos Destinatários: Estados Unidos, 1608 – Jardim América, São Paulo (SP), CEP 01427-002.

Fato Motivador da Moção: Prisão de Stella Avallone durante manifestação em 1º de julho de 2018

MOÇÃO DE REPÚDIO

A(o)s delegada(o)s ao 63º Conad do Andes-SN, realizado em Fortaleza (CE), no período de 28 de junho a 1º de julho de 2018, tornam pública esta Moção de Repúdio à ação da Polícia Militar de São Paulo, que prendeu Stella Avallone, uma das mães organizadoras do ato Pela Vida de Nossas Crianças: Basta de Prisão e Genocídio, realizado em São Paulo, em 1º de julho de 2018, defendendo a desmilitarização da polícia militar e denunciando os assassinatos cometidos pelas ações repressivas do Estado. O Andes-SN apoia a realização do ato, organizado por mães que já sofreram pelos seus filhos e que, agora, são penalizadas novamente apenas porque foram às ruas lembrar que as vidas deles importam.

A prisão de uma das organizadoras do ato é um fato gravíssimo e trata-se da parte da ofensiva que busca criminalizar e reprimir movimentos sociais que lutam a favor da vida da classe trabalhadora, especialmente das negras e dos negros. Nesse sentido, manifestamos nossa indignação com todas e todos que buscam a libertação de Stella Avallone.

RESOLUÇÕES

RELATÓRIO DO TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DO 63º CONAD

I – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA SINDICAL

O 63º CONAD delibera:

1. Convocar a comissão criada na reunião de reorganização da classe trabalhadora, promovida pelo ANDES-SN no segundo semestre de 2017, na perspectiva de promover debates sobre o tema nos estados, e realizar uma reunião ampla de reorganização da classe trabalhadora no segundo semestre de 2018.
2. Realizar seminário interno do ANDES-SN com o tema "Processo de reorganização da classe trabalhadora", na perspectiva de avaliar o seminário ocorrido em 2017 e contribuir para a construção de um encontro nacional da classe trabalhadora.
3. Articular, no âmbito do FONASEFE/FONACATE, calendário de mobilização, paralisação e greves do(a)s servidore(a)s público(a)s, tendo como foco imediato o combate à aprovação da contrarreforma da previdência e a luta pela revogação da EC 95, da contrarreforma trabalhista e da terceirização irrestrita, na perspectiva da construção da greve geral.
4. Organizar o Curso de Formação Política e Sindical durante o segundo semestre do ano de 2018 com o tema “Universidade, trabalho e movimento docente”, numa única jornada de três dias de trabalho, durante o mês de setembro, com os seguintes tópicos: 1) Movimento docente: da ANDES para o ANDES-SN; 2) Organização dos trabalhadores, sindicatos e lutas de classes; 3) Desafios do sindicalismo diante das transformações no mundo do trabalho.
5. Denominar “Comissão de enfrentamento à criminalização e à perseguição política a docentes” a comissão de caráter emergencial criada no 37º CONGRESSO do ANDES-SN.
6. Que o ANDES-SN apresente à(o)s candidata(o)s ao pleito eleitoral de 2018 e à sociedade brasileira a proposta de universidade pública (Caderno 2) e um documento com os princípios gerais e as reivindicações de direitos sociais defendidos pelo ANDES-SN ao longo de sua história.
7. Indicar às Secretarias Regionais que nos seus encontros pós-CONAD pautem o funcionamento do ANDES-SN, apresentando histórico, estrutura de funcionamento do sindicato, destacando a importância e incentivando o funcionamento dos GT locais nas SSind, como forma de intensificar o trabalho de base em cada estado, ampliar a representatividade da base e aproximá-la do sindicato nacional.
8. Que o GTPFS faça um levantamento nacional dos GT locais em funcionamento nas SSind, para ser apresentado no 38º Congresso do ANDES-SN.

Recomendação: Que o ANDES-SN reforce a importância dos GT e oriente as SSind para que revitalizem seus Grupos de Trabalho específicos.

II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

O 63º CONAD delibera:

1. Realizar ações com o tema da contrarreforma da previdência em diversos espaços, em conjunto com a CSP-Conlutas e outras entidades, com o propósito de manter a mobilização.
2. Elaborar materiais com base no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado, que comprova a não existência de *déficit* da previdência.
3. Realizar ações em defesa do SUS e da revogação da Lei nº 12550/11 - EBSEERH, em articulação com a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, a CSP-Conlutas, as seções sindicais, as entidades sindicais e os movimentos sociais.
3.1 Lutar pela revogação da Lei nº 12550/11, utilizando os dossiês da realidade dos HUs onde foi contratada a EBESERH, com prejuízos para o ensino, a pesquisa, a extensão e a autonomia universitária, e como a EBESERH contribui para o desmonte do SUS.
4. Continuar a denunciar e avaliar a possibilidade de acionar juridicamente o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e as secretarias estaduais correspondentes, que fornecem dados pessoais e profissionais da categoria docente (ativos e aposentados) para o sistema financeiro e para as operadoras de planos de saúde, visando à expropriação do salário por meio de empréstimos consignados e à contratação de planos extorsão de saúde suplementares em substituição ao SUS.
5. Reafirmar a posição contrária e denunciar a Portaria nº 3588/17, do Ministério da Saúde, que altera a reforma psiquiátrica e seus princípios, previstos na Lei nº 10216/01, somando-se à luta dos movimentos sociais e entidades pela revogação dessa portaria.
6. Participar do VIII Seminário Nacional da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, cujo título é “O avanço do capital sobre a saúde da classe trabalhadora”, que acontecerá em novembro de 2018, e contribuir na construção dos Seminários Regionais que antecederão o VIII Seminário Nacional da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, cujo título é “O avanço do capital sobre a saúde da classe trabalhadora”, que acontecerá em novembro de 2018.

III – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA EDUCACIONAL

O 63º CONAD delibera:

1. Continuar a denunciar, em nível nacional e local, os cortes de verbas para o financiamento das IFE e das IEES-IMES e suas consequências para a manutenção do princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, para a precarização das condições de trabalho e para desestruturação da carreira docente e do(a)s técnico(a)-administrativo(a)s em educação.
2. Articular reunião, em nível nacional e local, com comitês, frentes, fóruns em defesa da educação pública, democrática e laica, para definir ações de enfrentamento ao PL nº 7180/14 e seus apensados que tratam do projeto Escola Sem Partido.
3. Realizar seminário conjunto entre GTPE, GTPCEGDS e GTSSA para aprofundar o debate sobre o Capacitismo, presente nas ações de inclusão das pessoas com deficiência, a partir de uma abordagem que estabeleça a intersecção desse tipo de ação com as questões de classe, gênero e raça, com posterior publicação de material sobre o tema.

4. Continuar fazendo o levantamento e acompanhamento, por meio das seções sindicais, de ações de inclusão de pessoas com deficiência nas IES (professore(a)s, técnico(a)-administrativo(a)s em educação e estudantes), destacando as atividades relacionadas à questão da formação do corpo docente para atuar no atendimento às demandas do(a)s estudantes com deficiência.
5. Realizar ações, em articulação com demais entidades da educação, contra a aprovação do PL nº 278/16, denunciando-o como um retrocesso na política de educação inclusiva das pessoas com deficiência.
6. Ampliar, por meio das seções sindicais e com apoio das Secretarias Regionais, a socialização dos materiais produzidos pelo GTPE, em forma de debates, oficinas, conferências, lançamentos, entre outras.
7. Mobilizar, por meio das seções sindicais e secretarias regionais, os fóruns, as entidades e os movimentos que defendem a educação pública e gratuita para a realização dos Seminários/Encontros preparatórios ao III ENE, até dezembro de 2018, tomando por base e divulgando o Documento Orientador ao III ENE.
8. Lutar pela revogação da Portaria CAPES nº 38/2018, que trata sobre a residência pedagógica e denunciar aspectos que resultam na perda da qualidade do ensino no Brasil, a serviço do projeto da contrarreforma privatista de educação.
 - 8.1. Que o GTPE produza material explicativo sobre o tema, para ser trabalhado pelas seções sindicais junto à categoria.
9. Defender o método de autodeclaração étnico-racial e a constituição das comissões de verificação de autodeclaração nas IES para garantir a política de ações afirmativas com a participação efetiva dos movimentos sociais de negras e negros, quilombolas e indígenas. e que o GTPE e o GTPCEGDS intensifiquem, via seções sindicais, o debate sobre o processo de implementação das comissões.
10. Pautar no GTPE a discussão sobre a Universidade Popular propiciando estudos sobre a interseção entre este projeto e o projeto aprovado e difundido pelo ANDES-SN.
 - 10.1 Que o debate sobre Universidade Popular seja um dos temas a ser debatido no Seminário Nacional Estado e Educação. E que o ANDES-SN leve como proposta para a CONEDEPE o tema da Universidade Popular para ser debatido no III ENE.

IV – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE QUESTÕES AGRÁRIAS, URBANAS E AMBIENTAIS

O 63º CONAD delibera:

1. Intensificar o debate e a luta, em articulação com a CSP-Conlutas e os movimentos sociais, contra o uso de agrotóxicos, inclusive sua mobilização contra o PL 6299/02 (Pacote do Veneno) no Congresso Nacional, denunciando os efeitos nocivos dessa prática econômica que beneficia o agronegócio em detrimento dos biomas, da agroecologia e da saúde pública.
2. Pautar, no âmbito do GTPAUA e do GTPE, o debate da ideologia do agronegócio na educação pública como estratégia de convencimento sobre a utilização do agrotóxico.
3. Defender a agroecologia, a produção e o consumo de seus alimentos e apoiar as iniciativas populares de produção agroecológica de alimentos de origem vegetal e animal. E fortalecer os projetos políticos pedagógicos do campo visando o fomento e apoio às iniciativas agroecológicas de cooperativas populares.

4. Aprofundar, no GTPAUA, o debate sobre o direito à cidade, com o objetivo de contribuir para a construção de um espaço urbano não excludente, permitindo o acesso da população à cidade.
5. Promover via seções sindicais debates sobre a criminalização das ocupações urbanas, e denunciar, a fim de enfrentar as iniciativas difamatórias engendradas pelos meios de comunicação de massa, os interesses das grandes incorporadoras e indústria da construção civil na negação do direito à cidade para a classe trabalhadora.
6. Que o ANDES-SN se incorpore à campanha "Chega de Agrotóxicos", em defesa do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA), previsto no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO (Decreto nº 7794/12).
7. Aprofundar, no GTPAUA, o debate sobre os direitos das populações originárias e camponesas, dos seus territórios, com objetivo de contribuir com a reflexão sobre os conflitos agrários e a defesa dos modos de vida dessas populações.
8. Lutar contra todos os tipos de criminalização de ocupações de movimentos sociais rurais, bem como contra os assassinatos do(a)s trabalhadore(a)s rurais.
9. Aprofundar o debate, nas seções sindicais e no GTPAUA, sobre mecanismos de mudança do sistema de mobilidade urbana, a exemplo de estudos sobre tarifas, passe livre, transportes públicos, ciclovias, ciclofaixas e acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida.

V – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O 63º CONAD delibera:

1. Realizar atividade na 70ª Reunião da SBPC, conforme deliberação do 37º CONGRESSO, distribuindo os materiais produzidos pelo sindicato e discutindo dentro das seguintes temáticas: “Universidade e sociedade na atualidade” e “O projeto do ANDES-SN de Ciência e Tecnologia para o Brasil”.
2. Analisar, em plano nacional e local, o sistema de avaliação da CAPES e sua relação com a pesquisa, a extensão e a pós-graduação, com o objetivo de propor iniciativas de avaliação segundo os princípios do Caderno 2 do ANDES-SN.
3. Continuar o debate sobre o “Marco Legal” e o Decreto nº 9283/18 que o regulamenta, com o fim de enfrentar sua implementação nas IES, combatendo os aspectos nefastos para o complexo público de C&T, para a carreira docente e de pesquisador(a) e para a universidade pública.
4. Continuar o monitoramento e a análise dos orçamentos para o setor de C&T com o fim de municiar a ação política do sindicato em unidade com outros movimentos sindicais e sociais e entidades científicas.
5. Realizar o III Seminário de Ciência e Tecnologia do ANDES-SN no segundo semestre de 2018, a fim de adensar a crítica ao projeto de privatização da C&T no país, e avançar nas ações de enfrentamento a esse projeto com as demais entidades e movimentos defensores de uma ciência pública.

VI – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA DE CLASSE PARA AS QUESTÕES ETNICORRACIAIS, DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

O 63º CONAD delibera:

1. Realizar debates nas reuniões do GTPCEGDS sobre os impactos da luta por direitos sexuais e reprodutivos na carreira docente.
2. Construir ações conjuntas via a CSP-Conlutas com movimentos sociais, coletivos e organizações políticas que atuem em defesa da vida e dos direitos das mulheres na luta pela legalização do aborto.
3. Acompanhar a tramitação do PL e da PEC que retiram direitos das mulheres, a exemplo do texto substitutivo da PEC 181/15, que criminaliza todo tipo de aborto.
4. Recomendar às secretarias regionais que, nos encontros no segundo semestre de 2018, pautem o debate da paridade de gênero na diretoria do ANDES-SN.
5. Aprofundar, via seções sindicais e com o apoio do GTPCEGDS e do GTPFS, o debate sobre o formato e o processo de inserção da paridade de gênero na composição da diretoria do ANDES-SN para deliberação no 38º CONGRESSO.
6. Acompanhar no STF a tramitação da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) número 442, que trata da descriminalização do aborto até doze semanas de gestação, ingressar como *amicus curiae*, participar de audiências públicas e mobilizações relacionadas com essa pauta.
7. Pautar e articular na CSP-Conlutas para que em conjunto organizações e entidades representativas de estudantes, trabalhadore(a)s e do movimento popular acompanhem as ações de acolhimento e de inserção do(a)s migrante(s) venezuelano(a)s no mercado de trabalho assim como, reivindicando a efetivação de políticas em nível nacional, estaduais e municipais, no sentido de minimizar os problemas enfrentados por todo(a)s o(a)s trabalhadore(a)s envolvido(a)s nesse contexto de agressão imperialista.
8. Que as seções sindicais e secretarias regionais do ANDES-SN pautem nas executivas estaduais da CSP-Conlutas o acompanhamento da situação do(a)s migrante(s) venezuelano(a)s que estão sendo deslocado(a)s para outros estados, no sentido de:
 - a) Conhecer as condições em que esses(essas) trabalhadore(a)s se encontram;
 - b) Dar visibilidade aos grupos migratórios nas cidades e regiões;
 - c) Denunciar situações análogas ao trabalho escravo.
9. Que o ANDES-SN articule junto a CSP-Conlutas uma campanha nacional em solidariedade à(o)s migrante(s) venezuelano(a)s, no sentido de contribuir com apoio financeiro às ações que estão sendo desenvolvidas em Roraima.
10. Indicar que as seções sindicais reivindiquem nas suas universidades possíveis medidas que minimizem a dificuldade intrínseca de grupos migratórios em situação de vulnerabilidade, tais como cursos de idiomas específicos, gratuidade na revalidação de diplomas, vagas especiais e outras ações oriundas da realidade local.
11. Indicar às seções sindicais, regionais e à diretoria nacional que realizem levantamento sobre o quantitativo de professoras negras e professores negros, indígenas e quilombolas nas IES de sua atuação.

12. As seções sindicais participarão, ativamente, dos processos de implementação da Lei de Cotas nas IES pautando-se pelo princípio da democratização do acesso aos docentes negros e às docentes negras na carreira do magistério superior.

13. Pautar o debate, via GTPCEGDS, SSind e Secretarias Regionais sobre cotas para negras e negros na diretoria do sindicato nacional.

RESOLUÇÕES DO TEMA III - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DOS SETORES

I - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES-IMES

O 63º CONAD delibera:

1. Realizar dia nacional de lutas nas instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior (IFES, IEES, IMES) contra o assédio moral e sexual.
2. Realizar, em novembro de 2018, dia nacional de luta nas instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior (IFES, IEES, IMES) contra o racismo.
3. Realizar levantamento, via seções sindicais, das formas de controle e registro do trabalho docente presente nas instituições de ensino superior (IES), até outubro de 2018.
4. Realizar, entre os dias 21 e 23/9/2018, na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), em Campos dos Goitacazes (RJ), o XVI Encontro Nacional do Setor das IEES-IMES.
5. Produzir um dossiê, por meio de um histórico, das lutas do Setor das IEES-IMES, e das conquistas e ganhos da categoria ao longo dos anos, via lutas, mobilizações e greves.
6. Realizar um dia nacional de lutas em defesa da previdência pública, da carreira, do salário e do financiamento público das IEES-IMES.
7. Produzir *spots* de vídeos de campanha de mobilização temáticos (previdência, carreira, salário e financiamento) em defesa das IEES-IMES, sob a direção da coordenação do Setor das IEES-IMES.
8. Adotar a planilha de gastos do XVI Encontro Nacional do Setor das IEES-IMES, que explicita a execução das despesas.
9. Autorizar a diretoria do Andes-SN a proceder ajustes na planilha, caso sejam necessários.

Planilha de Despesas (em Reais) do XVI Encontro Nacional das IEES/IMES 21 a 23 de setembro de 2018 – SESDUENF(ADUENF), Campos dos Goytacazes (RJ)

Seção Sindical	Trecho	Deslocamento	Hospedagem	Diária
Regional Norte 1				
SINDUERR	BVB/GIG/BVB	2.300,00	600,00	480,00
Regional Norte 2				
SINDUEPA	BEL/GIG/BEL	840,00	600,00	480,00
SINDUEAP	MCP/GIG/MCP	1.550,00	600,00	480,00
ADFURN (ADUERN)	FOR/GIG/FOR	830,00	600,00	480,00
Regional Nordeste 1				
SINDCENTEC-JN	DJD/GIG/JDO	1.200,00	600,00	480,00
Regional Nordeste 2				
ADESA-PE	REC/GIG/REC	820,00	600,00	480,00
ADUPE	REC/GIG/REC	820,00	600,00	480,00
Regional Rio Janeiro				

ADUEZO	Rodoviário	0,00	600,00	480,00
ADOPEAD	Rodoviário	0,00	600,00	480,00
ADESFAETEC	Rodoviário	0,00	600,00	480,00
Regional Planalto				
APUG	PMW/GIG/PMW	1.140,00	600,00	480,00
SSIND Unicerrado (Goiatuba)	GYN/GIG/GYN	860,00	600,00	480,00
Regional Leste				
ADUEMG	BHZ/GIG/BHZ	640,00	600,00	480,00
Regional Sul				
APRUDESC	FLN/GIG/FLN	560,00	600,00	480,00
SINDUNESPAR	FLN/GIG/FLN	560,00	600,00	480,00
ADUNICENTRO	FLN/GIG/FLN	560,00	600,00	480,00
Total	16	12.680,00	9.600,00	7.680,00
Total Geral		29.960,00		

II - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

O 63º CONAD delibera:

A) NO ÂMBITO DO(A)S SERVIDORE(A)S PÚBLICO(A)S FEDERAIS (SPF)

1. Articular nos estados, via seções sindicais, ações com as entidades da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF), na perspectiva de fortalecê-la como espaço de luta do(a)s servidore(a)s público(a)s federais.

B) QUANTO À PAUTA ESPECÍFICA E À AGENDA DO SETOR DAS IFES

1. Realizar, via seções sindicais, levantamento das formas de controle e registro do trabalho docente presentes nas instituições de ensino superior (IES), até outubro de 2018.

2. Realizar, via seções sindicais, levantamento das consequências dos cortes orçamentários, com o objetivo de fomentar a realização de reunião nacional sobre o tema, abrangendo as seguintes questões:

a) previsão de verbas de custeio e capital para 2018, em comparação com os valores previstos e executados, em 2016 e 2017;

b) realização de corte de bolsas de acesso e permanência estudantis, aumento de tarifas dos restaurantes universitários e cortes no pagamento de salários do(a)s trabalhadore(a)s terceirizado(a)s;

c) utilização de emendas parlamentares para cobrir gastos das universidades, identificando o(a) parlamentar responsável e a finalidade do gasto coberto pela emenda.

3. Divulgar e utilizar, via seções sindicais, o InformANDES Especial para realização de debates e ações de denúncia sobre a desestruturação da carreira docente e as perdas salariais.

4. Realizar dia nacional de lutas nas instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior (IFES, IEES, IMES) contra o assédio moral e sexual.

5. Realizar dia nacional de lutas nas IFES, IEES e IMES contra o racismo, em novembro de 2018.
6. Realizar encontro nacional do(a)s docentes da carreira do magistério federal do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) do Andes-SN.
7. Promover uma articulação política nacional com entidades afins, para dispensa do ponto eletrônico para docentes federais, estaduais e municipais da carreira EBTT ou similar.
8. Lutar contra o controle de frequência do ponto eletrônico das atividades docentes nas IES.
9. Lutar pela regulamentação, mediante avaliação jurídica, da isonomia das condições de trabalho entre as carreiras do magistério federal do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e Magistério Superior (MS), no que se refere à dispensa do controle de frequência por ponto eletrônico.

C – CRONOGRAMA DE AÇÕES

JULHO/AGOSTO

- a) Exigir reuniões de negociações com o governo federal, a respeito da pauta de reivindicações do(a)s docentes das instituições federais de ensino, protocolada no final de março/2018, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e Ministério da Educação (MEC).
- b) Participar das reuniões e das ações propostas pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (FONASEFE).
- c) Realizar reunião do Setor das IFES.

SETEMBRO

- a) Realizar, via seções sindicais, levantamento das formas de controle e registro do trabalho docente presentes nas IES.

OUTUBRO

- a) Realizar dia nacional de lutas, nas IFES, IEES e IMES, contra o assédio moral e sexual.

NOVEMBRO

- a) Realizar dia nacional de lutas, nas IFES, IEES e IMES, contra o racismo.
- b) Realizar o encontro nacional dos docentes da carreira EBTT do Andes-SN.

RELATÓRIO DO TEMA IV - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

I – HOMOLOGAÇÕES: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS, TRANSFORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE DOCENTE EM SEÇÃO SINDICAL, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. CONSTITUIÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

1.1 Em consonância com inciso XI do art. 24 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 63º CONAD manifesta-se, *ad referendum* do 38º CONGRESSO, favoravelmente à constituição da Associação dos Professores e Professoras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - SINDOIF Seção Sindical do ANDES-Sindicato Nacional.

II - COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera que os integrantes da Comissão da Verdade do Andes-SN, representantes da base, sejam eleitos na plenária de questões organizativas do 63º CONAD, após exposição pelo candidato ou pelo representante de sua respectiva seção sindical, sobre a sua disponibilização, motivação e trajetória que levaram à sua candidatura.

Nomes eleitos na plenária:

1- Titulares:

Prof. Alexandre Marcondes Ribeiro Portilho – SINDUFAP

Prof. Josefa Batista Lopes – APRUMA

Prof. Wanderson Fabio de Melo – ADUFF

2- Suplentes:

Prof. Cristiano Ruiz Engelke – APROFURG

Prof. Flávio Pereira – ADUNIOESTE

3 - Indicados pela Diretoria do ANDES-SN:

Profª Ana Maria Ramos Estevão

Prof. Erlando da Silva Rêses

III - SEDE DO 64º CONAD DO ANDES-SN

O 63º CONAD delibera que o 64º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional realizar-se-á na cidade de Brasília - DF, sob a organização da ADUnB (Seção Sindical dos Docentes da Universidade de Brasília).

IV - PRESTAÇÕES DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

O 63º CONAD aprova as prestações de contas do exercício de 2017

Demonstrativo de Orçamento e Execução		
Receitas	Previsão 2017	Execução 2017
Receita Total	11.155.825,49	12.654.700,76
Receita de Contribuições	10.710.322,58	12.256.987,51
Receita de aplicações financeiras	184.485,00	201.448,44
Outras Receitas (Patrimônio, Contribuição Sind., Diversas)	261.017,91	196.264,81
Despesas	Previsão 2017	Execução 2017
Alimentação	18.000,00	7.281,03
Aluguel de Bens Imóveis	255.000,00	261.407,46
Assessoria Contábil	98.000,00	108.353,14
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - AJN	530.000,00	547.598,16
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - Regionais	560.000,00	424.468,35
Assinaturas e Periódicos	6.000,00	2.025,88
Condomínios (Apto Brasília/ Sede 3º e 5º andar/ Secretarias Regionais)	170.000,00	148.547,61
Conduções e Passagens Urbanas/Taxi Ressarcimento	150.000,00	138.717,69
Contribuições – Auditoria Cidadã da Dívida	24.000,00	25.000,00
Contribuições – Escola Nac. Florestan Fernandes	24.000,00	24.000,00
Contribuições – Casarão da Luta MTST (Esperança de Um Novo Milênio)	24.000,00	31.000,00
Correios e Telégrafos	30.000,00	33.354,16
Custas e Emolumentos	23.000,00	15.698,58
Despesas com Regionais	1.160.000,00	1.298.457,87
Despesas Diversas	50.000,00	161.464,10
Despesas Financeiras	20.000,00	18.230,22
Despesas Tributárias (IPTU/ IR/ Impostos e Taxas Diversas)	40.000,00	24.071,03
Diárias de Diretores	340.000,00	448.950,94
Diárias Convidados	33.000,00	56.140,00
Energia Elétrica	70.000,00	55.523,17
Estacionamentos / Pedágios	10.000,00	4.259,50
Hospedagem	440.000,00	603.482,58
INSS s/Serviços PF	25.000,00	36.770,77
Internet e TV a Cabo	44.000,00	39.583,28
Locação de Equipamentos e Veículos	10.000,00	13.612,08
Manutenção e Reparos Bens Móveis	28.000,00	55.443,38

Material de Consumo	130.000,00	134.353,31
Passagens Aéreas e Terrestres	950.000,00	1.093.246,73
Pessoal e Encargos	3.200.000,00	3.531.624,28
Publicações (Informandes impressos/ Cartilhas)	230.000,00	253.080,00
Reembolso de Kilometragem	15.000,00	8.720,48
Repasse FUNDO ÚNICO	220.000,00	243.336,41
Repasses p/ Entidades Filiadas: DIEESE/ DIAP/ CNESF/ CSP CONLUTAS/ FNDC	615.000,00	523.921,23
Revista - Universidade & Sociedade	105.000,00	132.653,19
Seguros em Geral	5.000,00	6.137,07
Serviços de Digitalização (Bolsista)	36.000,00	75.180,00
Serviços Gráficos (Banners/ Folders/ Cartazes)	120.000,00	30.957,00
Serviços Técnico Profissionais - PF	15.000,00	106.975,90
Serviços Técnico Profissionais - PJ	55.000,00	96.570,08
Telefone	120.000,00	106.301,97
Transportadoras e Fretes	325.000,00	315.367,08
Despesa Total	10.323.000,00	11.241.865,71
	Superávit no Período	1.412.835,05
DESPESAS DIVERSAS		
Diárias Funcionários	3.240,00	
Auxílio Dependente - Diretores	20.700,00	
Cópias/Encadernações/Impressões e Afins	98,60	
Serviços Fotográficos - PJ	9.250,00	
Anúncios e Publicações	3.798,75	
Outras Despesas (Roubo)	4.555,00	
Seminários, Congressos, Cursos e Afins	2.640,00	
Manutenção e Reparo de Bens Imóveis	280,00	
Festividades e Homenagens	6.260,55	
Outras Contribuições/Doações	64.766,26	
Despesas do Exercício Anterior (Telefone Regional NE III e INSS-ADUFABC)	6.984,58	
Despesas c/Eventos (36º Congresso)	7.126,21	
Despesas c/Encontro Nacional de Educação (Despesas Bancárias)	43,07	
Sentenças Judiciais	31.721,08	
TOTAL	161.464,10	

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL - 1º Semestre/2017
VALORES EM REAIS (R\$)

MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	TOTAL
RECEITAS							
<i>Contribuições</i>	1.119.991,52	1.023.700,87	988.169,80	955.507,85	1.050.383,30	962.971,61	6.100.724,95
<i>Contribuição Sindical</i>	0,00	0,00	90,00	0,00	268.727,09	0,00	268.817,09
<i>Descontos Obtidos</i>	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00	0,00	10,00
<i>Doações/Contribuições</i>	0,00	0,00	51.841,95	16.120,00	79.900,00	0,00	147.861,95
<i>Eventos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Mensalidade Sindical</i>	1.455,88	999,77	937,29	796,43	498,36	679,74	5.367,47
<i>Rendimentos s/Aplicações Financeiras</i>	19.325,65	16.401,93	20.318,22	16.396,85	20.839,59	18.249,51	111.531,75
Total das Receitas	1.140.773,05	1.041.102,57	1.061.357,26	988.831,13	1.420.348,34	981.900,86	6.634.313,21
MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	TOTAL
DESPESAS							
<i>Alimentação</i>	2.232,00	868,73	169,94	65,70	400,00	804,49	4.540,86
<i>Aluguel de Imóveis</i>	9.426,28	21.506,05	23.296,41	23.240,28	20.969,17	24.035,72	122.473,91
<i>Anúncios e Publicações</i>	0,00	455,55	2.403,00	0,00	0,00	0,00	2.858,55
<i>Assessoria Contábil - PJ</i>	8.159,55	8.159,55	8.159,55	8.159,55	8.159,55	8.159,55	48.957,30
<i>Assessoria Jurídica - AJN</i>	45.633,18	45.633,18	45.633,18	45.633,18	45.633,18	45.633,18	273.799,08
<i>Assessoria Jurídica - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.850,00	3.850,00
<i>Assessoria Jurídica - Regionais</i>	7.500,00	41.872,82	30.834,00	34.820,78	51.643,78	39.843,13	206.514,51
<i>Assinatura de TV a Cabo</i>	0,00	276,20	276,20	0,00	552,40	276,20	1.381,00
<i>Assinaturas e Periódicos</i>	1.236,90	0,00	0,00	699,88	0,00	0,00	1.936,78
<i>Atestado de Saúde Ocupacional</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	30,00	80,00
<i>Auxílio Alimentação e/ou Refeição</i>	33.236,96	33.289,55	33.243,67	33.115,51	34.456,91	34.440,29	201.782,89

<i>Auxílio Dependente - Diretores</i>	1.620,00	1.200,00	1.740,00	1.380,00	1.920,00	1.620,00	9.480,00
<i>Auxílio Saúde</i>	9.477,93	9.477,93	9.477,93	9.477,93	9.631,10	9.765,14	57.307,96
<i>Bolsa Pesquisa - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Condomínio</i>	10.926,48	11.774,31	12.172,97	12.221,25	12.375,98	12.341,57	71.812,56
<i>Condições e Transportes Urbanos</i>	5.091,11	11.186,52	11.573,88	8.365,91	13.115,32	12.723,84	62.056,58
<i>Contribuição p/Assoc. AUDITORIA CIDADÁ DA DÍVIDA</i>	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00	10.000,00
<i>Contribuição p/Assoc. Esperança de Um Novo Milênio</i>	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	5.000,00	11.000,00
<i>Contribuição p/Casarão da Luta-MTST</i>	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
<i>Contribuição p/CNESF</i>	10.079,82	10.079,82	10.037,47	10.262,02	8.887,60	11.241,55	60.588,28
<i>Contribuição p/CONLUTAS</i>	30.000,00	30.000,00	30.000,00	32.000,00	30.000,00	30.000,00	182.000,00
<i>Contribuição p/DIAP</i>	367,00	367,00	367,00	367,00	367,00	367,00	2.202,00
<i>Contribuição p/DIEESE</i>	18.901,08	0,00	8.026,76	4.013,38	4.013,38	4.013,38	38.967,98
<i>Contribuição p/Esc. FLORESTAN FERNANDES</i>	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	12.000,00
<i>Contribuição p/FUNDO ÚNICO</i>	20.159,64	20.159,64	20.074,94	20.524,04	17.775,20	22.483,55	121.177,01
<i>Cópias/Encadernações/Impressões e Afins</i>	0,00	0,00	35,00	0,00	16,60	12,00	63,60
<i>Correios e Telégrafos</i>	308,05	15.376,85	1.213,25	3.502,85	948,40	954,21	22.303,61
<i>Custas e Emolumentos</i>	0,00	185,05	1.616,60	4.631,68	1.071,01	1.149,31	8.653,65
<i>Despesas Bancárias</i>	1.186,00	1.644,50	1.534,06	1.451,93	1.501,31	1.327,75	8.645,55
<i>Diárias - Colaboradores/Convidados/Assessores</i>	14.880,00	1.320,00	720,00	2.000,00	5.120,00	240,00	24.280,00
<i>Diárias - Diretores</i>	61.660,00	18.000,00	48.480,00	17.160,00	52.560,00	19.550,94	217.410,94
<i>Diárias - Funcionários</i>	7.080,00	(7.080,00)	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00
<i>Digitalização (Bolsistas) - PF</i>	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	18.000,00
<i>Encontro Nacional de Educação</i>	18,90	18,90	0,00	0,00	0,00	0,00	37,80
<i>Energia Elétrica</i>	4.178,51	3.957,21	4.864,85	4.443,84	4.544,20	5.183,68	27.172,29
<i>Estacionamento/Pedágios</i>	73,20	1.048,60	420,90	345,40	307,60	168,40	2.364,10
<i>Eventos</i>	0,00	2.213,03	0,00	0,00	100,00	0,00	2.313,03

<i>Exercícios Anteriores</i>	0,00	0,00	579,57	6.405,01	0,00	0,00	6.984,58
<i>Festividades e Homenagens</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>FGTS s/Salários</i>	13.064,20	14.763,26	12.462,46	14.002,97	11.667,86	19.303,83	85.264,58
<i>Hospedagem</i>	19.920,86	46.085,45	7.559,00	38.428,72	7.678,25	105.561,95	225.234,23
<i>Impostos e Taxas Diversas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	167,54	467,54
<i>Indenizações Trabalhistas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>INSS Patronal s/Salários</i>	38.857,42	43.568,24	36.356,33	41.086,96	34.715,23	40.609,34	235.193,52
<i>INSS Patronal s/Serviços - PF</i>	1.578,16	2.666,83	3.598,74	2.372,28	3.250,70	1.811,48	15.278,19
<i>Internet</i>	2.243,61	2.740,55	3.005,82	589,72	5.031,56	2.960,56	16.571,82
<i>IOF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	8,63	67,33	75,96
<i>IPTU/TLP</i>	126,49	515,54	644,29	515,54	515,54	17.283,86	19.601,26
<i>Jornal Informandes</i>	20.600,00	20.600,00	0,00	32.780,00	19.900,00	19.900,00	113.780,00
<i>Juros e Multas p/Atraso</i>	10,40	319,50	201,89	0,00	8,11	12,49	552,39
<i>Limpeza e Conservação - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Locação de Bens Móveis</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Locação de Veículos</i>	480,00	0,00	660,00	0,00	1.351,97	0,00	2.491,97
<i>Manutenção e Reparo de Bens Imóveis</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	280,00	0,00	280,00
<i>Manutenção e Reparo de Bens Imóveis - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Manutenção e Reparo de Bens Móveis</i>	10,00	1.100,00	1.460,00	2.477,50	1.235,00	4.559,88	10.842,38
<i>Material de Consumo</i>	10.381,89	3.351,98	13.796,27	7.548,42	9.690,85	10.882,84	55.652,25
<i>Outras Contribuições/Doações</i>	0,00	0,00	5.000,00	0,00	16.000,00	2.900,00	23.900,00
<i>Outras Despesas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Outros Serviços - PF</i>	2.527,85	2.561,07	4.418,42	1.702,24	179,66	587,34	11.976,58
<i>Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas</i>	24.808,57	68.796,52	61.012,82	90.186,87	117.287,94	113.560,16	475.652,88
<i>Perdas Diversas</i>	0,00	0,00	1,00	0,02	1,06	2,78	4,86
<i>Pessoal</i>	165.372,39	149.672,94	150.273,82	169.290,76	147.038,53	172.606,54	954.254,98
<i>PIS s/Folha de Pagamento</i>	1.639,55	1.838,32	1.534,02	1.756,40	1.470,58	1.713,46	9.952,33
<i>Reembolso Creche e/ou Educação</i>	2.115,50	2.115,50	2.115,50	1.405,50	1.888,50	3.184,35	12.824,85

<i>Reembolso de Kilometragem</i>	222,40	928,96	1.090,32	365,84	210,40	902,00	3.719,92
<i>Reembolso Material Escolar</i>	3.242,90	1.405,50	0,00	0,00	0,00	0,00	4.648,40
<i>Regionais</i>	30.419,28	49.673,25	113.813,03	90.732,39	257.552,93	135.953,09	678.143,97
<i>Revista Universidade e Sociedade</i>	9.248,00	31.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.148,00
<i>Seguros em Geral</i>	3.047,42	12,08	12,08	12,08	798,08	12,08	3.893,82
<i>Seminários, Congressos, Cursos e Afins</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Sentenças Judiciais</i>	8.959,63	0,00	6.430,28	0,00	0,00	0,00	15.389,91
<i>Serviços Fotográficos - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Serviços Fotográficos - PJ</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	4.900,00	0,00	4.900,00
<i>Serviços Gráficos</i>	2.355,00	0,00	1.720,00	3.850,00	0,00	0,00	7.925,00
<i>Serviços Técnico Profissionais - PJ</i>	2.873,00	0,00	18.400,00	0,00	0,00	2.287,93	23.560,93
<i>Telefone</i>	8.920,72	8.634,23	9.095,11	6.261,77	10.998,09	10.141,61	54.051,53
<i>Tradução/Revisão/Ilustração de Textos - PF</i>	950,00	0,00	5.062,72	892,85	0,00	2.104,00	9.009,57
<i>Transportes e Fretes</i>	24.338,03	23.430,01	24.471,78	24.997,70	25.206,43	25.929,49	148.373,44
<i>Vale Transporte</i>	1.588,89	1.857,84	1.460,95	1.922,43	2.560,04	1.743,07	11.133,22
Total das Despesas	712.334,75	770.528,56	801.607,78	826.466,08	1.016.845,63	997.563,88	5.125.346,68
Superávit/Déficit do período	428.438,30	270.574,01	259.749,48	162.365,05	403.502,71	(15.663,02)	1.508.966,53

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL - 2º Semestre/2017
VALORES EM REAIS (R\$)

MESES	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	TOTAL GERAL
RECEITAS								
<i>Contribuições</i>	963.754,19	1.130.920,19	997.020,97	992.557,79	922.292,61	1.149.716,81	6.156.262,56	12.256.987,51
<i>Contribuição Sindical</i>	0,00	(34.823,33)	0,00	0,00	0,00	(233.903,76)	(268.727,09)	90,00
<i>Descontos Obtidos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00
<i>Doações/Contribuições</i>	0,00	0,00	0,00	5.750,00	33.990,00	(3.100,00)	36.640,00	184.501,95
<i>Eventos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.612,14	4.612,14	4.612,14
<i>Mensalidade Sindical</i>	669,10	835,07	860,14	1.193,01	1.590,64	(3.464,71)	1.683,25	7.050,72
<i>Rendimentos s/Aplicações Financeiras</i>	17.999,25	17.725,22	14.392,19	15.158,72	12.242,85	12.398,46	89.916,69	201.448,44
Total das Receitas	982.422,54	1.114.657,15	1.012.273,30	1.014.659,52	970.116,10	926.258,94	6.020.387,55	12.654.700,76
MESES	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	TOTAL GERAL
DESPESAS								
<i>Alimentação</i>	540,00	834,56	36,00	882,41	447,20	0,00	2.740,17	7.281,03
<i>Aluguel de Imóveis</i>	21.119,72	21.374,96	19.319,72	24.703,60	21.119,72	31.295,83	138.933,55	261.407,46
<i>Anúncios e Publicações</i>	775,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165,20	940,20	3.798,75
<i>Assessoria Contábil - PJ</i>	8.485,12	8.485,12	8.485,12	8.485,12	8.485,12	16.970,24	59.395,84	108.353,14
<i>Assessoria Jurídica - AJN</i>	45.633,18	45.633,18	45.633,18	45.633,18	45.633,18	45.633,18	273.799,08	547.598,16
<i>Assessoria Jurídica - PF</i>	5.500,00	5.500,00	5.500,00	5.500,00	5.500,00	5.500,00	33.000,00	36.850,00
<i>Assessoria Jurídica - Regionais</i>	32.611,58	33.323,72	34.223,72	31.323,72	31.323,72	55.147,38	217.953,84	424.468,35
<i>Assinatura de TV a Cabo</i>	244,71	0,00	83,29	249,88	244,90	506,70	1.329,48	2.710,48
<i>Assinaturas e Periódicos</i>	0,00	0,00	0,00	89,10	0,00	0,00	89,10	2.025,88

<i>Atestado de Saúde Ocupacional</i>	0,00	0,00	55,00	0,00	30,00	0,00	85,00	165,00
<i>Auxílio Alimentação e/ou Refeição</i>	33.551,99	34.130,72	34.509,23	36.879,91	37.542,02	68.047,05	244.660,92	446.443,81
<i>Auxílio Dependente - Diretores</i>	1.620,00	2.280,00	2.400,00	2.340,00	1.920,00	660,00	11.220,00	20.700,00
<i>Auxílio Saúde</i>	9.765,14	9.765,14	11.708,00	10.154,78	10.154,78	9.856,11	61.403,95	118.711,91
<i>Bolsa Pesquisa - PF</i>	1.800,00	1.800,00	5.100,00	5.100,00	5.100,00	5.100,00	24.000,00	24.000,00
<i>Condomínio</i>	12.400,46	12.489,27	12.462,28	12.665,11	12.819,02	13.898,91	76.735,05	148.547,61
<i>Condições e Transportes Urbanos</i>	11.911,07	12.478,90	16.704,25	13.671,76	11.259,49	10.635,64	76.661,11	138.717,69
<i>Contribuição p/Assoc. AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA</i>	4.000,00	2.000,00	2.000,00	7.000,00	0,00	0,00	15.000,00	25.000,00
<i>Contribuição p/Assoc. Esperança de Um Novo Milênio</i>	4.000,00	2.000,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	16.000,00	27.000,00
<i>Contribuição p/Casarão da Luta-MTST</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
<i>Contribuição p/CNESF</i>	10.513,07	11.057,00	9.964,08	9.964,08	12.511,46	9.570,01	63.579,70	124.167,98
<i>Contribuição p/CONLUTAS</i>	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	0,00	150.000,00	332.000,00
<i>Contribuição p/DIAP</i>	367,00	367,00	367,00	367,00	367,00	367,00	2.202,00	4.404,00
<i>Contribuição p/DIEESE</i>	4.013,38	4.013,38	4.113,71	4.013,38	4.113,71	4.113,71	24.381,27	63.349,25
<i>Contribuição p/Esc. FLORESTAN FERNANDES</i>	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	12.000,00	24.000,00
<i>Contribuição p/FUNDO ÚNICO</i>	21.026,14	22.114,00	19.928,16	19.928,16	20.022,92	19.140,02	122.159,40	243.336,41
<i>Cópias/Encadernações/Impressões e Afins</i>	0,00	35,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,00	98,60
<i>Correios e Telégrafos</i>	3.872,35	1.646,05	643,90	1.660,15	1.689,70	1.538,40	11.050,55	33.354,16
<i>Custas e Emolumentos</i>	2.036,67	282,42	4.097,49	64,60	15,05	548,70	7.044,93	15.698,58
<i>Despesas Bancárias</i>	1.560,70	1.508,20	1.197,40	1.473,30	1.305,20	1.577,70	8.622,50	17.268,05
<i>Diárias - Colaboradores/Convidados/Assessores</i>	3.120,00	10.620,00	10.680,00	1.440,00	5.280,00	720,00	31.860,00	56.140,00
<i>Diárias - Diretores</i>	55.080,00	40.740,00	42.540,00	35.520,00	43.740,00	13.920,00	231.540,00	448.950,94
<i>Diárias - Funcionários</i>	5.280,00	840,00	0,00	720,00	1.080,00	(5.280,00)	2.640,00	3.240,00
<i>Digitalização (Bolsistas) - PF</i>	3.000,00	3.000,00	42.180,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	57.180,00	75.180,00
<i>Encontro Nacional de Educação</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37,80

<i>Energia Elétrica</i>	3.747,22	4.032,86	5.707,96	4.820,26	5.396,54	4.646,04	28.350,88	55.523,17
<i>Estacionamento/Pedágios</i>	186,50	276,40	615,70	321,80	261,00	234,00	1.895,40	4.259,50
<i>Eventos</i>	0,00	4.813,18	0,00	0,00	0,00	0,00	4.813,18	7.126,21
<i>Exercícios Anteriores</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.984,58
<i>Festividades e Homenagens</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.260,55	6.260,55	6.260,55
<i>FGTS s/Salários</i>	16.004,13	13.285,32	14.317,15	13.104,58	14.198,76	19.138,07	90.048,01	175.312,59
<i>Hospedagem</i>	99.981,36	14.733,50	95.307,14	31.761,42	75.545,95	60.918,98	378.248,35	603.482,58
<i>Impostos e Taxas Diversas</i>	1.132,22	208,54	0,00	0,00	83,77	0,00	1.424,53	1.892,07
<i>Indenizações Trabalhistas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	13.681,03	0,00	13.681,03	13.681,03
<i>INSS Patronal s/Salários</i>	47.562,66	40.003,07	43.485,53	38.968,72	44.079,95	73.347,43	287.447,36	522.640,88
<i>INSS Patronal s/Serviços - PF</i>	4.097,53	3.940,60	3.044,40	3.855,43	3.052,77	3.501,85	21.492,58	36.770,77
<i>Internet</i>	3.038,78	2.842,88	1.205,84	2.966,24	4.821,84	5.425,40	20.300,98	36.872,80
<i>IOF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75,96
<i>IPTU/TLP</i>	515,54	515,54	515,54	515,54	515,54	0,00	2.577,70	22.178,96
<i>Jornal Informandes</i>	39.800,00	19.900,00	0,00	39.800,00	0,00	39.800,00	139.300,00	253.080,00
<i>Juros e Multas p/Atraso</i>	0,00	0,00	0,00	308,90	16,41	8,51	333,82	886,21
<i>Limpeza e Conservação - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	1.115,47	190,47	1.305,94	1.305,94
<i>Locação de Bens Móveis</i>	0,00	0,00	625,00	625,00	625,00	1.250,00	3.125,00	3.125,00
<i>Locação de Veículos</i>	330,00	970,00	2.403,11	3.412,00	880,00	0,00	7.995,11	10.487,08
<i>Manutenção e Reparo de Bens Imóveis</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280,00
<i>Manutenção e Reparo de Bens Imóveis - PF</i>	0,00	0,00	0,00	2.250,00	0,00	0,00	2.250,00	2.250,00
<i>Manutenção e Reparo de Bens Móveis</i>	720,00	3.834,00	3.438,00	20.548,00	6.306,00	9.755,00	44.601,00	55.443,38
<i>Material de Consumo</i>	7.760,47	23.804,98	8.077,30	8.287,39	11.223,47	19.547,45	78.701,06	134.353,31
<i>Outras Contribuições/Doações</i>	0,00	1.611,40	30.541,48	8.713,38	0,00	0,00	40.866,26	64.766,26
<i>Outras Despesas</i>	0,00	0,00	0,00	4.555,00	0,00	0,00	4.555,00	4.555,00
<i>Outros Serviços - PF</i>	3.253,30	849,34	8,00	6.044,24	158,00	1.137,60	11.450,48	23.427,06
<i>Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas</i>	70.871,45	134.311,08	117.216,23	128.679,51	70.404,13	96.111,45	617.593,85	1.093.246,73

<i>Perdas Diversas</i>	0,08	0,01	0,04	0,21	0,03	0,04	0,41	5,27
<i>Pessoal</i>	204.670,56	169.137,35	193.253,55	166.602,67	203.991,00	286.400,43	1.224.055,56	2.178.310,54
<i>PIS s/Folha de Pagamento</i>	2.022,32	1.687,88	1.840,05	1.644,25	1.930,50	3.094,83	12.219,83	22.172,16
<i>Reembolso Creche e/ou Educação</i>	2.811,00	2.794,00	2.334,00	1.865,50	1.865,50	1.865,50	13.535,50	26.360,35
<i>Reembolso de Kilometragem</i>	439,20	313,60	1.366,16	701,20	1.312,00	868,40	5.000,56	8.720,48
<i>Reembolso Material Escolar</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.648,40
<i>Regionais</i>	69.976,20	77.319,18	102.326,29	101.195,99	141.315,14	128.181,10	620.313,90	1.298.457,87
<i>Revista Universidade e Sociedade</i>	66.052,31	0,00	0,00	15.650,00	9.802,88	0,00	91.505,19	132.653,19
<i>Seguros em Geral</i>	12,08	688,58	308,01	308,01	308,01	618,56	2.243,25	6.137,07
<i>Seminários, Congressos, Cursos e Afins</i>	0,00	1.000,00	1.640,00	0,00	0,00	0,00	2.640,00	2.640,00
<i>Sentenças Judiciais</i>	0,00	16.331,17	0,00	0,00	0,00	0,00	16.331,17	31.721,08
<i>Serviços Fotográficos - PF</i>	857,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	857,14	857,14
<i>Serviços Fotográficos - PJ</i>	900,00	2.450,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	4.350,00	9.250,00
<i>Serviços Gráficos</i>	14.770,00	0,00	0,00	8.262,00	0,00	0,00	23.032,00	30.957,00
<i>Serviços Técnico Profissionais - PJ</i>	3.500,00	17.754,50	3.754,50	3.741,00	3.750,00	40.509,15	73.009,15	96.570,08
<i>Telefone</i>	9.510,26	9.512,60	6.529,28	9.970,93	7.999,10	8.728,27	52.250,44	106.301,97
<i>Tradução/Revisão/Ilustração de Textos - PF</i>	2.285,72	0,00	1.125,00	3.190,47	385,72	2.289,28	9.276,19	18.285,76
<i>Transportes e Fretes</i>	35.119,56	28.252,31	25.964,87	32.251,65	24.766,71	20.638,54	166.993,64	315.367,08
<i>Vale Transporte</i>	2.468,65	1.394,70	2.568,73	1.614,26	2.483,77	1.514,28	12.044,39	23.177,61
Total das Despesas	1.050.223,52	918.887,19	1.038.950,39	983.864,79	971.480,18	1.153.112,96	6.116.519,03	11.241.865,71
<i>Superávit/Déficit do período</i>	(67.800,98)	195.769,96	(26.677,09)	30.794,73	(1.364,08)	(226.854,02)	(96.131,48)	1.412.835,05

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Fundo Único
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL - janeiro a dezembro/2017
VALORES EM REAIS (R\$)

MESES													
RECEITAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
<i>Contribuições Recebidas</i>	110.759,29	97.498,78	93.263,24	91.153,04	95.652,11	95.760,72	91.381,88	107.851,43	100.701,76	101.555,75	95.211,71	118.763,94	1.199.553,65
<i>Doações Recebidas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	118.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.497,50	129.197,50
<i>Receitas Diversas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,10	0,00	0,00	0,00	2.000,10
<i>Rendimentos s/Aplicações Financeiras</i>	55.972,82	46.143,85	55.733,70	42.584,78	49.933,26	42.396,66	42.205,31	41.787,81	34.315,97	35.968,99	30.304,31	30.560,75	507.908,21
Total das Receitas	166.732,11	143.642,63	148.996,94	133.737,82	264.285,37	138.157,38	133.587,19	149.639,24	137.017,83	137.524,74	125.516,02	159.822,19	1.838.659,46
MESES													
DESPESAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
<i>Despesas Bancárias/CPMF/IOF</i>	399,50	425,00	427,50	484,50	555,30	442,00	476,00	459,00	450,50	493,00	467,50	535,50	5.615,30
<i>Ajuda de Custos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.300,00
<i>Combustíveis e Lubrificantes</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	550,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	550,58
<i>Condução e Transporte Urbano</i>	0,00	0,00	0,00	8.700,00	171.140,00	90,00	0,00	0,00	0,00	5.925,00	29.300,00	0,00	215.155,00
<i>Contribuições e Doações</i>	0,00	0,00	67.468,22	55.596,27	372.758,81	23.144,21	50.804,88	32.928,81	8.750,00	16.726,27	44.966,27	44.633,27	717.777,01
<i>Despesas a Regularizar</i>	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
<i>Diárias</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	1.920,00	360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.280,00
<i>Hospedagens</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	1.035,00	0,00	573,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.608,65

<i>Mantimentos e Alimentação</i>	0,00	0,00	5.539,50	4.940,00	11,55	4.860,00	0,00	0,00	0,00	0,00	798,00	7.095,00	23.244,05
<i>Material de Consumo Diversos</i>	10.000,00	7.175,00	7.175,00	1.500,00	2.478,20	0,00	0,00	0,00	4.005,00	0,00	0,00	840,00	33.173,20
<i>Medicamentos e Utensílios de Farmácia</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	1.240,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.240,90
<i>Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	4.349,98	0,00	3.743,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.093,22
<i>Prestação de Serviços</i>	5.000,00	5.000,00	5.000,00	16.200,00	11.600,00	5.199,35	5.199,35	5.199,35	10.199,35	7.149,35	5.199,35	5.199,35	86.145,45
<i>Reembolso de Kilometragem</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	570,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	570,35
<i>Serviços Gráficos</i>	0,00	0,00	9.800,00	5.600,00	6.200,00	0,00	0,00	4.000,00	6.680,00	0,00	12.000,00	0,00	44.280,00
Total das Despesas	15.399,50	12.600,00	95.410,22	96.020,77	577.710,67	34.095,56	60.797,12	42.587,16	30.084,85	30.293,62	92.731,12	58.303,12	1.146.033,71
Superávit/Déficit do período	151.332,61	131.042,63	53.586,72	37.717,05	(26.677,09)	104.061,82	72.790,07	107.052,08	106.932,98	107.231,12	32.784,90	101.519,07	692.625,75

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Fundo Nacional Permanente de Solidariedade à(o)s Docentes
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL - junho dezembro/2017
VALORES EM REAIS (R\$)

<i>MESES</i>	<i>JUN</i>	<i>JUL</i>	<i>AGO</i>	<i>SET</i>	<i>OUT</i>	<i>NOV</i>	<i>DEZ</i>	<i>TOTAL</i>
<i>Contribuições Recebidas</i>	<i>27.809,00</i>	<i>59.196,00</i>	<i>41.310,00</i>	<i>32.055,00</i>	<i>12.078,00</i>	<i>10.100,00</i>	<i>23.600,00</i>	<i>206.148,00</i>
<i>Total das Receitas</i>	<i>27.809,00</i>	<i>59.196,00</i>	<i>41.310,00</i>	<i>32.055,00</i>	<i>12.078,00</i>	<i>10.100,00</i>	<i>23.600,00</i>	<i>206.148,00</i>
<i>MESES</i>	<i>JUN</i>	<i>JUL</i>	<i>AGO</i>	<i>SET</i>	<i>OUT</i>	<i>NOV</i>	<i>DEZ</i>	<i>TOTAL</i>
<i>Repasse de Ajuda de Custo</i>	<i>0,00</i>	<i>37.200,00</i>	<i>70.200,00</i>	<i>0,00</i>	<i>60.000,00</i>	<i>0,00</i>	<i>13.500,00</i>	<i>180.900,00</i>
<i>Despesas Bancárias/CPMF/IOF</i>	<i>115,00</i>	<i>115,00</i>	<i>118,00</i>	<i>118,00</i>	<i>118,00</i>	<i>118,00</i>	<i>118,00</i>	<i>820,00</i>
<i>Total das Despesas</i>	<i>115,00</i>	<i>37.315,00</i>	<i>70.318,00</i>	<i>118,00</i>	<i>60.118,00</i>	<i>118,00</i>	<i>13.618,00</i>	<i>181.720,00</i>
<i>Superávit/Déficit do período</i>	<i>27.694,00</i>	<i>21.881,00</i>	<i>29.008,00</i>	<i>31.937,00</i>	<i>48.040,00</i>	<i>9.982,00</i>	<i>9.982,00</i>	<i>24.428,00</i>

BALANÇO PATRIMONIAL
31 de Dezembro de 2017
ATIVO

<i>ATIVO CIRCULANTE</i>	2017	2016
	<i>R\$</i>	<i>R\$</i>
DISPONIBILIDADES	11.113.409,32	9.129.931,79
Caixa Geral	6.301,85	7.260,23
Caixa - ANDES	2.826,17	4.819,10
Caixa - CNESF	285,09	122,89
Caixa - FUNDO ÚNICO	3.190,59	2.318,24
Bancos c/Movimento	485.318,67	968.024,96
BB - c/c 403.726-x (ANDES)	0,00	397.198,84
BB - c/c 437.525-4 (CNESF)	0,00	8.336,28
BB - c/c 437.864-4 (Eventos)	16.438,20	268,74
CEF - c/c 51.567-2 (Contribuição Sindical)	413.018,26	421.770,12
BB - c/c 23.926-7 (FUNDO ÚNICO)	0,00	77.094,03
BB - c/c 223.926-4 (FNG)	31.434,21	44.461,10
BB - c/c 29.331-8 (Encontro Nac. Educação)	0,00	18.895,85
BB - c/c 403.727-8 (Solidariedade Estaduais/RJ)	24.428,00	0,00
Bancos Depósitos Bloqueados	11.521,00	0,00
BB - c/c 403.726-x (ANDES)	10.801,00	0,00
BB - c/c 23.926-7 (FUNDO ÚNICO)	720,00	0,00
Bancos c/Aplicações Financeiras	10.610.267,80	8.154.646,60
BB - c/403.726-x (ANDES)	3.593.452,85	2.015.746,30
BB - c/437.525-4 (CNESF)	483.933,27	490.527,56
BB - c/437.864-4 (Eventos)	12.183,52	80.749,26
BB - c/23.926-7 (FUNDO ÚNICO)	6.365.966,72	5.466.475,41
BB - c/223.926-4 (FNG)	154.731,44	101.148,07
CRÉDITOS	328.118,27	939.539,12
Devedores por Empréstimos	14.300,00	88.244,29
CNESF	0,00	29.296,73
Fundo de solidariedade	0,00	7.608,43
APUFSC	0,00	3.028,90
SINDUFAP	0,00	5.266,80
FNG - Fundo Nacional de Greve	0,00	32.243,43
SESF - Sind.Emp.Est.Serv.Saude de	0,00	10.000,00
ADUFEPE SSind	800,00	800,00
Solidariedade Estaduais/RJ	13.500,00	0,00
Devedores da Entidade	87.862,30	376.724,95
SSind Rateio 22º Congresso	0,00	1.461,55
SSind Rateio 47º CONAD	0,00	3.228,37
SSind Rateio 23º Congresso	0,00	2.224,57
SSind Rateio 48º CONAD	0,00	938,27
SSind Rateio 49º CONAD - Brasília	0,00	3.093,85
SSind Rateio 24º Congresso	0,00	13.368,91
SSind Rateio 6º CONAD Extraordinário	0,00	10.161,28

SSind Rateio 50° CONAD	0,00	7.395,79
SSind Rateio 25° Congresso - MT	0,00	16.517,38
SSind Rateio 51° CONAD	0,00	20.075,92
SSind Rateio 26° Congresso - PB	0,00	17.369,90
SSind Rateio 27° Congresso - GO	0,00	662,98
SSind Rateio 3° Congresso Extraordinário	0,00	4.505,08
SSind Rateio 52° CONAD	0,00	4.249,89
SSind Rateio 28° Congresso - RS	0,00	52.121,53
SSind Rateio 54° CONAD	0,00	14.088,67
SSind Rateio 29° Congresso	0,00	16.119,95
SSind Rateio 55° CONAD	0,00	7.681,65
SSind Rateio 56° CONAD-PR	0,00	4.008,41
SSind Rateio 30° Congresso - MG	0,00	19.974,59
SSind Rateio 31° Congresso - Manaus/AM	0,00	15.728,41
SSind Rateio 57° CONAD-Parnaíba/PI	0,00	8.044,06
SSind Rateio 32° Congresso - Rio de Janeiro/RJ	0,00	1.357,44
SSind Rateio 58° CONAD - Santa Maria/RS	0,00	2.547,20
SSind Rateio 33° Congresso - São Luis/MA	0,00	16.684,22
SSind Rateio 34° Congresso - Brasília/DF	1.450,70	1.450,70
SSind Rateio 60° CONAD - Vitória/ES	681,09	681,09
SSind Rateio 7° CONAD Extraordinário	0,00	1.924,46
SSind Rateio 35° Congresso - Curitiba/PR	12.286,08	47.578,44
SSind Rateio 61° CONAD - Boa Vista/RR	0,00	12.761,88
SSind Rateio 36° Congresso - Cuiabá/MT	16.872,57	0,00
SSind Rateio 62° CONAD - Niterói/RJ	50.652,65	0,00
Devedores Diversos	5.919,21	48.718,51
Créditos Diversos	34.955,20	219.233,15
Despesas a Regularizar	27.051,53	213.329,48
Cheques em Caução	2.000,00	0,00
INSS a Recuperar	4.012,21	4.012,21
Secretaria de Fazenda e Planejamento	1.891,46	1.891,46
Adiantamento a Funcionários	42.306,46	51.978,62
Adiantamento de Salários	12.378,98	22.398,26
Adiantamento de Férias	29.529,28	28.905,98
Adiantamento de Vale Transporte	398,20	674,38
Adiantamento a Fornecedores	9.985,00	97.637,50
Adiantamento a Fornecedores	9.985,00	97.637,50
Adiantamento a Regionais	57.887,52	50.732,69
Regional Sul	1.487,58	2.403,76
Regional RJ	17.316,91	9.740,46
Regional NE I	733,05	1.277,43
Regional NE II	3.650,77	1.754,89
Regional NE III	3.307,15	128,35
Regional SP	615,70	219,07
Regional Leste	5.362,47	3.621,19
Regional Norte I	10.037,11	7.245,89

Regional Norte II	2.130,31	494,12
Regional Planalto	6.636,18	20.722,01
Regional Pantanal	4.767,78	2.316,10
Regional RS	1.842,51	809,42
Depósitos Judiciais	80.821,79	54.987,92
Bloqueio Judicial	67.625,37	41.791,50
Depósitos Judiciais (Recursais)	13.196,42	13.196,42
Total do Ativo Circulante	11.441.527,59	10.069.470,91
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO		
Bens Imóveis	2.910.749,10	2.910.749,10
Edificações	2.280.000,00	2.280.000,00
Benfeitoria 3º Andar	198.565,73	198.565,73
Benfeitoria 5º Andar	432.183,37	432.183,37
Bens Móveis	1.353.721,73	1.296.640,83
Móveis e Utensílios em Geral	317.708,46	317.708,46
Biblioteca	555,00	555,00
Máquinas e Equipamentos	531.847,02	486.806,02
Equipamentos de Informática	484.093,25	472.053,35
Equipamentos de Comunicação	19.518,00	19.518,00
Depreciações Acumuladas	(94.437,76)	(94.437,76)
(-) Dep. Móveis e Utensílios	(20.191,19)	(20.191,19)
(-) Dep. Máquinas e Equipamentos	(47.558,40)	(47.558,40)
(-) Dep. Equipamentos de Informática	(5.217,69)	(5.217,69)
(-) Dep. Edificações	(14.079,52)	(14.079,52)
(-) Dep. Benfeitoria	(6.272,17)	(6.272,17)
(-) Dep. Máquinas, Motores, Aparelhos - BTNF	(1.118,79)	(1.118,79)
Total do Imobilizado	4.170.033,07	4.112.952,17
INTANGÍVEL		
Bens Intangíveis	15.858,27	15.858,27
Programas e Sistemas	15.538,27	15.538,27
Marcas e Patentes	320,00	320,00
(-)Amortização	(222,76)	(222,76)
(-) Amortização de Programas e Sistemas	(222,76)	(222,76)
Total do Intangível	15.635,51	15.635,51
Total do Ativo Não Circulante	4.185.668,58	4.128.587,68
TOTAL DO ATIVO	15.627.196,17	14.198.058,59

BALANÇO PATRIMONIAL
31 de Dezembro de 2017
PASSIVO

<i>PASSIVO CIRCULANTE</i>	2017	2016
	R\$	R\$
<i>EXIGIBILIDADES</i>	624.448,12	718.232,16
<i>Fornecedores</i>	118.053,51	194.389,30
<i>Fornecedores Diversos</i>	118.053,51	194.389,30
<i>Obrigações Sociais e Trabalhistas</i>	187.389,51	178.969,44
<i>INSS a Recolher</i>	168.251,43	160.936,16
<i>FGTS a Recolher</i>	19.138,08	18.033,28
<i>Obrigações Fiscais e Tributárias - ANDES</i>	56.268,64	46.445,95
<i>IRRF s/Salários a Recolher (0561)</i>	32.033,16	28.213,60
<i>IRRF s/Serviços PF a Recolher (0588)</i>	476,77	107,25
<i>IRRF s/Serviços PJ a Recolher (1708)</i>	951,85	268,11
<i>PIS s/Folha a Recolher (8301)</i>	3.210,67	1.503,37
<i>ISS a Recolher</i>	16.259,37	15.194,18
<i>PIS, COFINS e CSLL a Recolher (5952)</i>	2.950,74	831,16
<i>IRRF s/Aluguel PF a Recolher (3208)</i>	386,08	328,28
<i>Obrigações Fiscais e Tributárias - FUNDO ÚNICO</i>	319,76	307,50
<i>IRRF s/Serviços PJ a Recolher (1708)</i>	77,99	75,00
<i>PIS, COFINS e CSLL a Recolher (5952)</i>	241,77	232,50
<i>Credores da Entidade</i>	241.434,94	38.307,36
<i>Credores Diversos - Congressos</i>	3.103,18	3.103,18
<i>Solidariedade Estaduais/RJ</i>	24.428,00	0,00
<i>37º Congresso - Salvador/BA</i>	(20.000,00)	0,00
<i>Credores Diversos</i>	233.903,76	35.204,18
<i>Depósitos de Diversas Origens</i>	0,00	126.602,28
<i>Depósitos não Identificados</i>	0,00	126.602,28
<i>Credores por Empréstimo</i>	20.981,76	133.210,33
<i>FNM</i>	0,00	10.485,00
<i>FUNDO ÚNICO</i>	20.981,76	122.725,33
<i>Fundos p/Financiamento de Campanha</i>	7.039.941,56	6.190.176,08
<i>FNG - Fundo Nacional de Greve</i>	186.165,65	145.609,17
<i>Contribuições Recebidas</i>	1.370.259,52	1.308.319,71
<i>Rendimentos s/Apl. Financeiras</i>	111.115,17	102.536,90
<i>Doações Recebidas</i>	8.044,35	8.044,35
<i>Depósitos a Identificar</i>	13.975,03	9.847,85
<i>Credores Diversos - FNG</i>	82,00	82,00
<i>Empréstimos Recebidos - ANDES</i>	0,00	32.243,43
<i>(-) Despesas c/Diárias</i>	(318.035,99)	(318.035,99)
<i>(-) Despesas c/Passagens</i>	(286.979,83)	(286.979,83)
<i>(-) Despesas c/Hospedagem</i>	(86.917,10)	(86.917,10)
<i>(-) Despesas c/Condução, Transporte e Estacionamento</i>	(54.455,04)	(54.455,04)

<i>(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF</i>	<i>(15.858,79)</i>	<i>(14.013,44)</i>
<i>(-) Despesas c/Contribuições e Doações</i>	<i>(91.437,21)</i>	<i>(80.939,71)</i>
<i>(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras</i>	<i>(12.616,49)</i>	<i>(12.616,49)</i>
<i>(-) Despesas c/Propaganda e Publicidade</i>	<i>(103.818,24)</i>	<i>(103.818,24)</i>
<i>(-) Despesas c/Prestação de Serviços</i>	<i>(64.764,42)</i>	<i>(64.764,42)</i>
<i>(-) Despesas c/Mantimentos e Alimentação</i>	<i>(91.822,12)</i>	<i>(91.822,12)</i>
<i>(-) Despesas c/Material de Expediente</i>	<i>(52.063,53)</i>	<i>(52.063,53)</i>
<i>(-) Despesas Diversas</i>	<i>(8.000,09)</i>	<i>(8.000,09)</i>
<i>(-) Despesas a Regularizar</i>	<i>(8.473,68)</i>	<i>(8.473,68)</i>
<i>(-) Xerox Com. E Ind. Ltda</i>	<i>(10.528,14)</i>	<i>(10.528,14)</i>
<i>(-) Despesas c/Telefone</i>	<i>(5.972,91)</i>	<i>(5.972,91)</i>
<i>(-) Despesas c/Limpeza, Higiene e Conservação</i>	<i>(5.117,01)</i>	<i>(5.117,01)</i>
<i>(-) Despesas c/Medicamentos Utens. Farmácia</i>	<i>(3.349,85)</i>	<i>(3.349,85)</i>
<i>(-) Despesas c/Jornais e Revistas</i>	<i>(880,50)</i>	<i>(880,50)</i>
<i>(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes</i>	<i>(1.793,91)</i>	<i>(1.793,91)</i>
<i>(-) Despesas c/Locações</i>	<i>(58.468,30)</i>	<i>(58.468,30)</i>
<i>(-) Despesas c/Serviços Gráficos</i>	<i>(14.515,00)</i>	<i>(14.515,00)</i>
<i>(-) Despesas c/Material Permanente</i>	<i>(4.325,06)</i>	<i>(4.325,06)</i>
<i>(-) Despesas c/Material de Consumo Diversos</i>	<i>(10.940,29)</i>	<i>(10.940,29)</i>
<i>(-) Despesas c/Juros e/ou Multas</i>	<i>(221,72)</i>	<i>(221,72)</i>
<i>(-) Reembolso de Kilometragem</i>	<i>(538,20)</i>	<i>(538,20)</i>
<i>(-) Empréstimos Concedidos - FNM</i>	<i>0,00</i>	<i>(10.497,50)</i>
<i>(-) Empréstimos Concedidos - FUNDO UNICO</i>	<i>(5.417,00)</i>	<i>(5.417,00)</i>
<i>CNESF- Coord. Nac. Ent. Serv. Federais</i>	<i>484.218,36</i>	<i>498.986,73</i>
<i>Contribuições Recebidas</i>	<i>2.266.427,67</i>	<i>2.119.319,69</i>
<i>Rendimentos s/Apl. Financeiras</i>	<i>358.906,80</i>	<i>318.405,59</i>
<i>Receitas de Plenária/Seminários</i>	<i>150.691,73</i>	<i>150.691,73</i>
<i>Depósitos a Identificar</i>	<i>54.425,96</i>	<i>54.425,96</i>
<i>Empréstimos Recebidos - ANDES</i>	<i>0,00</i>	<i>29.296,73</i>
<i>Empréstimos Recebidos - FDO SOLIDARIEDADE</i>	<i>100,00</i>	<i>100,00</i>
<i>Receitas de Eventos</i>	<i>464.242,25</i>	<i>379.775,71</i>
<i>(-) Despesas c/Material de Expediente</i>	<i>(79.349,58)</i>	<i>(79.195,78)</i>
<i>(-) Despesas c/Plano de Saúde</i>	<i>(3.182,21)</i>	<i>(3.182,21)</i>
<i>(-) Despesas c/Fotocópias</i>	<i>(5.138,60)</i>	<i>(5.138,60)</i>
<i>(-) Despesas c/Propaganda e Publicidade</i>	<i>(82.623,00)</i>	<i>(82.623,00)</i>
<i>(-) Despesas c/Juros e Multas</i>	<i>(2.940,03)</i>	<i>(2.866,79)</i>
<i>(-) Despesas c/Telefone</i>	<i>(83.357,16)</i>	<i>(80.274,92)</i>
<i>(-) Despesas c/Condução e Transporte</i>	<i>(9.646,04)</i>	<i>(9.646,04)</i>
<i>(-) Despesas c/Água e Esgoto</i>	<i>(392,16)</i>	<i>(392,16)</i>
<i>(-) Despesas c/Energia Elétrica</i>	<i>(9.471,62)</i>	<i>(9.022,44)</i>
<i>(-) Despesas c/Condomínios</i>	<i>(27.886,02)</i>	<i>(24.470,74)</i>
<i>(-) Despesas Bancárias/CPMF/IOF</i>	<i>(16.820,47)</i>	<i>(15.495,12)</i>
<i>(-) Despesas c/Prestação de Serviços</i>	<i>(254.300,66)</i>	<i>(241.582,07)</i>

<i>(-) Despesas c/Vale Alimentação</i>	<i>(11.454,65)</i>	<i>(11.454,65)</i>
<i>(-) Despesas c/Vale Transporte</i>	<i>(120,00)</i>	<i>(120,00)</i>
<i>(-) Despesas c/Internet</i>	<i>(7.639,93)</i>	<i>(6.560,17)</i>
<i>(-) Despesas c/Material de Limpeza</i>	<i>(1.740,83)</i>	<i>(1.740,83)</i>
<i>(-) Despesas c/Gêneros Alimentícios</i>	<i>(229.343,35)</i>	<i>(192.487,35)</i>
<i>(-) Despesas c/Serviços Gráficos</i>	<i>(177.641,52)</i>	<i>(171.446,52)</i>
<i>(-) Despesas c/Locações</i>	<i>(414.731,55)</i>	<i>(394.806,55)</i>
<i>(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes</i>	<i>(1.372,35)</i>	<i>(1.372,35)</i>
<i>(-) Despesas c/Diárias</i>	<i>(6.075,00)</i>	<i>(6.075,00)</i>
<i>(-) Despesas c/Passagens</i>	<i>(26.749,85)</i>	<i>(24.191,92)</i>
<i>(-) Despesas c/Gratificações</i>	<i>(150,00)</i>	<i>(150,00)</i>
<i>(-) Despesas c/Brindes</i>	<i>(24.523,98)</i>	<i>(24.523,98)</i>
<i>(-) Despesas c/Flores e Ornamentos</i>	<i>(455,00)</i>	<i>(455,00)</i>
<i>(-) II Enc. Ent. Assoc. de Aposentados</i>	<i>(54.239,98)</i>	<i>(54.239,98)</i>
<i>(-) Despesas a Regularizar</i>	<i>(104.357,14)</i>	<i>(104.357,14)</i>
<i>(-) Despesas c/Transportes e Fretes</i>	<i>(11.780,54)</i>	<i>(11.780,54)</i>
<i>(-) Despesas c/Alimentação</i>	<i>(102.960,59)</i>	<i>(102.960,59)</i>
<i>(-) Despesas c/Assinaturas e Periódicos</i>	<i>(10.913,46)</i>	<i>10.913,46)</i>
<i>(-) Despesas c/Contribuições e Doações</i>	<i>(876.698,92)</i>	<i>(727.993,79)</i>
<i>(-) Empréstimos Concedidos</i>	<i>(400,00)</i>	<i>(400,00)</i>
<i>(-) Despesas c/Hospedagem</i>	<i>(115.496,06)</i>	<i>(95.597,06)</i>
<i>(-) Despesas c/IPTU</i>	<i>(7.724,65)</i>	<i>(6.612,78)</i>
<i>(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras</i>	<i>(38.338,46)</i>	<i>(38.338,46)</i>
<i>(-) Despesas c/Mat. Consumo Uso Duradouro</i>	<i>(5.096,52)</i>	<i>(5.096,52)</i>
<i>(-) Devedores Diversos</i>	<i>(800,00)</i>	<i>(800,00)</i>
<i>(-) Despesas c/Impostos e Taxas Diversas</i>	<i>(4.664,17)</i>	<i>(4.664,17)</i>
<i>FUNDO ÚNICO-Fdo Nac /Mob/Greve</i>	<i>6.369.557,55</i>	<i>5.545.580,18</i>
<i>Contribuições Recebidas</i>	<i>4.817.675,86</i>	<i>3.618.122,21</i>
<i>Rendimentos s/Apl. Financeiras</i>	<i>2.222.612,74</i>	<i>1.714.704,53</i>
<i>FNM - Fundo Nacional de Mobilização</i>	<i>1.054.607,81</i>	<i>1.054.607,81</i>
<i>Empréstimo Concedido ao FNM pelo FNG</i>	<i>0,00</i>	<i>10.497,50</i>
<i>Fundo de Solidariedade</i>	<i>1.899.943,64</i>	<i>1.899.943,64</i>
<i>Empréstimo Conc Fdo de Solidariedade p/ANDES</i>	<i>0,00</i>	<i>7.608,43</i>
<i>Empréstimo Recebido - FNG</i>	<i>5.417,00</i>	<i>5.417,00</i>
<i>Depósitos a Identificar</i>	<i>19.617,41</i>	<i>19.617,41</i>
<i>Doações Recebidas</i>	<i>440.901,50</i>	<i>311.704,00</i>
<i>Receitas Diversas</i>	<i>2.000,10</i>	<i>0,00</i>
<i>(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF</i>	<i>(21.987,15)</i>	<i>(16.371,85)</i>
<i>(-) Despesas c/Contribuições e Doações</i>	<i>(2.357.972,09)</i>	<i>(1.640.195,08)</i>
<i>(-) Empréstimo Concedido ADUNEB pelo FNM</i>	<i>0,00</i>	<i>(20.000,00)</i>
<i>(-) Empréstimo Concedido ANDES pelo FNM</i>	<i>0,00</i>	<i>(10.485,00)</i>
<i>(-) Empréstimo Conc SINDURCA p/Fdo de Solidariedade</i>	<i>0,00</i>	<i>(3.757,00)</i>
<i>(-) Empréstimo Concedido CNESF p/Fdo de Solidariedade</i>	<i>(100,00)</i>	<i>(100,00)</i>

31 de Dezembro de 2017
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

RECEITAS	2017	2016
	R\$	R\$
<i>RECEITAS ORDINÁRIAS</i>	12.650.088,62	11.717.789,83
<i>RECEITAS SOCIAIS</i>	12.256.987,51	11.159.496,52
<i>Contribuições</i>	12.256.987,51	11.159.496,52
<i>Outras Receitas</i>	191.652,67	379.165,29
<i>Doações/Contribuições</i>	184.501,95	145.013,00
<i>Contribuição Sindical</i>	90,00	228.593,74
<i>Descontos Obtidos</i>	10,00	0,50
<i>Mensalidade Sindical</i>	7.050,72	5.558,05
<i>Receitas Financeiras</i>	201.448,44	179.128,02
<i>Rendimentos s/Aplicações Financeiras</i>	201.448,44	179.128,02
<i>RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS</i>	4.612,14	139.990,31
<i>Receitas Diversas</i>	4.612,14	139.990,31
<i>Receitas de Eventos</i>	4.612,14	19.004,88
<i>Receitas c/Encontro Nacional de Educação</i>	0,00	120.985,40
<i>Receitas Diversas</i>	0,00	0,03
Total das Receitas	12.654.700,76	11.857.780,14
DESPESAS	2017	2016
	R\$	R\$
<i>DESPESAS OPERACIONAIS</i>	11.241.865,71	10.838.158,97
<i>DESPESAS C/PESSOAL E ENCARGOS</i>	3.531.624,28	3.229.506,38
<i>Despesas c/Pessoal</i>	2.811.498,65	2.551.119,34
<i>Ordenados e Salários</i>	1.612.042,76	1.483.527,38
<i>Férias</i>	153.868,30	127.780,79
<i>1/3 Férias</i>	51.289,41	41.194,64
<i>Abono Pecuniário de Férias</i>	29.509,82	17.683,12
<i>13º Salário</i>	165.553,05	155.078,64
<i>Horas Extras</i>	33.417,65	32.689,47
<i>DSR s/HE</i>	7.216,48	5.721,12
<i>Indenizações Trabalhistas</i>	13.681,03	0,00
<i>Licença Prêmio</i>	27.137,07	33.040,71
<i>Reembolso Creche/Auxílio Educação</i>	26.360,35	20.046,34
<i>Aviso Prévio</i>	6.749,31	0,00
<i>Adicional Noturno</i>	319,11	255,09
<i>Salário Maternidade</i>	15.154,86	0,00
<i>Gratificações Eventuais</i>	794,04	0,00
<i>Atestado Saúde Ocupacional</i>	165,00	90,00
<i>Auxílio Alimentação/Refeição</i>	446.443,81	425.827,06
<i>Vale Transporte</i>	23.177,61	21.775,52
<i>Auxílio Saúde</i>	118.711,91	107.801,85
<i>Hora Extra Pré-Contratada</i>	59.722,05	63.122,64
<i>Menor Aprendiz/Inst. FECOMÉRCIO</i>	11.712,23	10.690,97

<i>Reembolso Material Escolar</i>	4.648,40	4.794,00
<i>Complemento Auxílio Doença</i>	3.824,40	0,00
<i>Encargos Sociais</i>	720.125,63	678.387,04
<i>INSS Patronal</i>	522.640,88	499.238,44
<i>FGTS</i>	175.312,59	159.114,96
<i>PIS s/Folha de Pagamento</i>	22.172,16	20.033,64
<i>DIÁRIAS E AUXÍLIO DEPENDENTE - DIRETORES</i>	529.030,94	445.391,22
<i>Despesas c/Diárias</i>	508.330,94	439.211,22
<i>Diretores</i>	448.950,94	404.801,22
<i>Funcionários</i>	3.240,00	2.440,00
<i>Colaboradores/Convidados/Assessores</i>	56.140,00	31.970,00
<i>AUXILIO DEPENDENTE - DIRETORES</i>	20.700,00	6.180,00
<i>Auxílio Dependentes - Diretores</i>	20.700,00	6.180,00
<i>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</i>	4.882.552,53	4.744.934,18
<i>Despesas c/Material de consumo</i>	134.353,31	124.208,28
<i>Material de Expediente</i>	28.347,62	34.997,70
<i>Gás, Combustível e Lubrificantes</i>	17.738,93	20.922,74
<i>Material de Limpeza, Higiene e Conservação</i>	10.368,09	11.858,07
<i>Gêneros Alimentícios</i>	32.363,72	30.078,50
<i>Material de Copa e Cozinha</i>	1.218,14	1.433,98
<i>Material de Manutenção e Reparos</i>	13.189,41	2.113,12
<i>Material de Uso Duradouro</i>	240,00	527,55
<i>Medicamentos e Utensílios de Farmácia</i>	405,93	480,01
<i>Equipamentos e Material de Informática</i>	9.851,59	11.469,19
<i>Material Elétrico e Hidráulico</i>	4.229,83	1.496,50
<i>Livros, Jornais e Revistas</i>	0,00	432,00
<i>Uniformes e Vestuários em Geral</i>	240,00	1.845,00
<i>Bens de Pequeno Valor</i>	5.572,15	5.354,01
<i>Materiais p/Eventos, Divulgação e Afins</i>	10.356,00	0,00
<i>Outros Materiais de Consumo</i>	231,90	1.199,91
<i>Serviços de Terceiros - PF</i>	218.926,67	99.782,64
<i>Assessoria Jurídica - PF</i>	36.850,00	0,00
<i>Serviços Fotográficos - PF</i>	857,14	3.283,33
<i>Limpeza e Conservação - PF</i>	1.305,94	0,00
<i>Serviços de Terceiros - Fundos</i>	0,00	167,62
<i>Serviços de Digitalização (Bolsistas)</i>	75.180,00	36.000,00
<i>Bolsa Pesquisa - PF</i>	24.000,00	0,00
<i>INSS s/Serviços - PF</i>	36.770,77	27.491,13
<i>Outros Serviços - PF</i>	23.427,06	17.178,31
<i>Manutenção e Reparos de Bens Imóveis</i>	2.250,00	0,00
<i>Tradução/Revisão de Textos - PF</i>	18.285,76	15.662,25
<i>Serviços de Terceiros - PJ</i>	4.529.272,55	4.520.943,26
<i>Assessoria Jurídica - AJN</i>	547.598,16	509.934,08
<i>Assessoria Contábil - PJ</i>	108.353,14	101.692,35
<i>Transportes e Fretes</i>	315.367,08	333.380,16
<i>Conduções e Transportes Urbanos</i>	138.717,69	155.459,99

<i>Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas</i>	1.093.246,73	1.076.125,93
<i>Hospedagem</i>	603.482,58	483.679,02
<i>Telefone</i>	106.301,97	117.529,61
<i>Energia Elétrica</i>	55.523,17	56.682,12
<i>Água e Esgoto</i>	0,00	88,59
<i>Alimentação</i>	7.281,03	7.002,69
<i>Aluguel de Imóveis</i>	261.407,46	266.584,16
<i>Condomínio</i>	148.547,61	165.750,48
<i>Manutenção e Reparos de Bens Móveis</i>	55.443,38	24.797,70
<i>Serviços Gráficos</i>	30.957,00	111.517,78
<i>Assessoria Jurídica - Regionais</i>	424.468,35	574.701,15
<i>Assinaturas e Periódicos</i>	2.025,88	1.882,84
<i>Internet</i>	36.872,80	36.281,20
<i>Cópias/Encadernações/Impressões e Afins</i>	98,60	2.349,02
<i>Assinatura de TV a Cabo</i>	2.710,48	3.492,36
<i>Correios e Telégrafos</i>	33.354,16	25.600,25
<i>Reembolso de Kilometragem</i>	8.720,48	15.077,56
<i>Estacionamento/Pedágios</i>	4.259,50	8.814,81
<i>Serviços Fotográficos - PJ</i>	9.250,00	192,00
<i>Anúncios e Publicações</i>	3.798,75	455,55
<i>Revisa Universidade e Sociedade</i>	132.653,19	124.853,69
<i>Serviços Técnico Profissional - PJ</i>	96.570,08	6.406,49
<i>Outras Despesas</i>	4.555,00	39,00
<i>Jornal Informandes</i>	253.080,00	252.360,00
<i>Seguros em Geral</i>	6.137,07	7.581,10
<i>Locação de Bens Móveis</i>	3.125,00	2.261,80
<i>Locações de Veículos</i>	10.487,08	6.557,44
<i>Custas e Emolumentos</i>	15.698,58	35.182,34
<i>Seminários, Congressos, Cursos e Afins</i>	2.640,00	6.630,00
<i>Manutenção e Reparo de Bens Imóveis</i>	280,00	0,00
<i>Festividades e Homenagens</i>	6.260,55	0,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	24.071,03	41.400,23
<i>Despesas Tributárias</i>	24.071,03	41.400,23
<i>IPTU/TLP</i>	22.178,96	28.735,47
<i>IRRF s/Aplicações Financeiras</i>	0,00	11.460,76
<i>Impostos e Taxas Diversas</i>	1.892,07	1.204,00
DESPESAS FINANCEIRAS	18.230,22	16.962,29
<i>Despesas Financeiras</i>	18.230,22	16.962,29
<i>Despesas Bancárias</i>	17.268,05	15.302,65
<i>Juros e Multas p/Atraso</i>	886,21	1.553,26
<i>IOF</i>	75,96	106,38
CONTRIBUIÇÕES/DOAÇÕES	912.023,90	943.939,81
<i>Contribuições /Doações</i>	912.023,90	943.939,81
<i>DIEESE- Dep.Inst.Estat.Est. Social</i>	63.349,25	219.570,48
<i>DIAP- Dep. Interes. Ass. Parlam.</i>	4.404,00	4.140,00
<i>CNESF - Coord.Nac. Ent. Serv. Feder</i>	124.167,98	112.206,33
<i>CONLUTAS-Ass. Coord. Nac. Lutas</i>	332.000,00	302.490,87

<i>Assoc. Amigos Esc Nac FLORESTAN FERNANDES</i>	<i>24.000,00</i>	<i>24.000,00</i>
<i>Associação Auditoria Cidadã da Dívida</i>	<i>25.000,00</i>	<i>22.000,00</i>
FUNDO ÚNICO	243.336,41	207.902,24
<i>Casarão da Luta - MTST</i>	<i>4.000,00</i>	<i>24.000,00</i>
<i>Associação Esperança de um Novo Milênio</i>	<i>27.000,00</i>	<i>0,00</i>
<i>Outras Contribuições/Doações</i>	<i>64.766,26</i>	<i>27.629,89</i>
DESPESAS C/REGIONAIS	1.298.457,87	1.217.290,52
<i>Despesas c/Regionais</i>	<i>1.298.457,87</i>	<i>1.217.290,52</i>
<i>Regional Sul</i>	<i>97.680,66</i>	<i>92.467,87</i>
<i>Regional RJ</i>	<i>116.581,18</i>	<i>135.195,39</i>
<i>Regional NE I</i>	<i>171.454,52</i>	<i>116.393,71</i>
<i>Regional NE II</i>	<i>55.563,26</i>	<i>70.579,06</i>
<i>Regional NE III</i>	<i>114.940,48</i>	<i>117.711,64</i>
<i>Regional SP</i>	<i>80.479,85</i>	<i>49.173,38</i>
<i>Regional Leste</i>	<i>109.904,89</i>	<i>146.316,06</i>
<i>Regional Norte I</i>	<i>77.187,74</i>	<i>64.060,47</i>
<i>Regional Norte II</i>	<i>102.730,07</i>	<i>84.659,63</i>
<i>Regional Planalto</i>	<i>180.173,76</i>	<i>139.034,88</i>
<i>Regional Pantanal</i>	<i>81.993,43</i>	<i>93.236,42</i>
<i>Regional RS</i>	<i>109.768,03</i>	<i>108.462,01</i>
DESPESAS DIVERSAS	45.874,94	198.734,34
<i>Despesas Diversas</i>	<i>45.874,94</i>	<i>198.734,34</i>
<i>Despesas de Exercícios Anteriores</i>	<i>6.984,58</i>	<i>0,00</i>
<i>Despesas c/Eventos</i>	<i>7.126,21</i>	<i>46.603,90</i>
<i>Perdas Diversas</i>	<i>5,27</i>	<i>40,89</i>
<i>Despesas c/Encontro Nacional de Educação</i>	<i>37,80</i>	<i>152.089,55</i>
<i>Sentenças Judiciais</i>	<i>31.721,08</i>	<i>0,00</i>
Total das Despesas	11.241.865,71	10.838.158,97
(=) Superávit do período	1.412.835,05	1.019.621,17

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado no Período que apresenta no exercício em referência um superávit de R\$ 1.412.835,05 (hum milhão, quatrocentos e doze mil, oitocentos e trinta e cinco reais e cinco centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pelo Sindicato, o qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos mesmos. Ressalve-se que a responsabilidade do profissional contábil fica restrita aos aspectos técnicos, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pelo Sindicato.

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2017

EBLIN JOSEPH FARAGE	AMAURI FRAGOSO DE MEDEIROS	IÊDA MENDES CORREA
<i>Presidente</i>	<i>1º Tesoureiro</i>	<i>Contadora</i>
<i>CPF: 987.776.886-00</i>	<i>CPF: 324.488.134-34</i>	<i>CPF: 401.745.141-15</i>
		<i>CRC/DF: 013.720/O-8</i>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Em Reais)

CNPJ 00.676.296/0001-65

	Patrimônio	Ajustes de Avaliação	Superávit/Déficit	Total do Patrimônio Líquido
	Líquido	Patrimonial	Acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	0,00	0,00	7.289.650,35	7.289.650,35
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	(739.836,98)	(739.836,98)
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
REVERSÕES DE RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
REALIZAÇÃO AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPÉRAVIT DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	1.412.835,05	1.412.835,05
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	0,00	0,00	7.962.648,42	7.962.648,42

EBLIN JOSEPH FARAGE AMAURI FRAGOSO DE MEDEIROS IÊDA MENDES CORREA

Presidente

CPF: 987.776.886-00

1º Tesoureiro

CPF: 324.488.134-34

Contadora

CPF: 401.745.141-15

CRC/DF: 013.720/O-8

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Nota 1: Contexto Operacional

O SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR foi constituído pelo Congresso Nacional dos Docentes Universitários em 19 de fevereiro de 1981, em Campinas/SP, como pessoa jurídica de direito privado, com natureza e fins não lucrativos e duração indeterminada com a nomeclatura de Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES.

Constituiu-se em Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, a partir do II CONGRESSO Extraordinário, realizado de 25 a 27 de novembro de 1988, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, para fins de defesa e representação legal dos docentes, sejam estes da educação básica ou da educação superior e respectivas modalidades, das Instituições de Ensino Superior - IES, públicas e privadas, por prazo indeterminado, com a denominação de ANDES - SINDICATO NACIONAL. Incluem-se, entre as Instituições de Ensino Superior, os Centros de Educação Tecnológica.

O ANDES-SINDICATO NACIONAL tem sua sede jurídica e administrativa em Brasília e sua jurisdição em todo o território nacional.

Tem por finalidade precípua a união, a defesa de direitos e interesses da categoria e a assistência a seus sindicalizados.

É uma entidade democrática, sem caráter religioso nem político-partidário, independente em relação ao Estado, às mantenedoras e às administrações universitárias.

Em sua gestão, são observadas as disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto Social, nos atos aprovados no Congresso, CONAD e Reuniões de Diretoria.

Nota 2: Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades sindicais, as disposições das Leis 6.404/76 e 11.638/07 e alterações.

Nota 3: Principais Práticas Contábeis

As principais práticas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

- a) As receitas da Entidade são contabilizadas pelo Regime de Caixa e as despesas, em sua maioria, por competência.
- b) A classificação das contas obedece ao disposto nos artigos 178 a 182 da Lei 6.404/76 e alterações;
- c) As aplicações financeiras de liquidez imediata são registradas pelo valor da aplicação, acrescidas dos rendimentos incorridos até a data do balanço.
- d) Os direitos e as obrigações estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, efetuados com base em documentação comprobatória hábil;
- e) O ANDES_SN é uma entidade sem fins lucrativos e, portanto goza de imunidade tributária. O Sindicato efetua o recolhimento da Contribuição de PIS sobre a folha de pagamento.

- f) Os bens patrimoniais adquiridos são registrados pelo valor de aquisição. Não houve registro de depreciação/amortização no exercício em referência;
- g) O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência dos exercícios;
- h) Fundos para Financiamento de Campanha - no Passivo, as contribuições recebidas das seções sindicais, estão segregadas por fundo com a demonstração dos valores recebidos mês a mês, com os rendimentos auferidos das contas de aplicações financeiras, bem como da aplicação dos recursos, que por sua vez são demonstrados através de uma conta contábil redutora.
- i) O Patrimônio Líquido é representado pelos superávits e ou diminuído pelos déficits apurados anualmente desde a sua fundação, sem correção monetária, conforme legislação em vigor.

Nota 4: Disponibilidades

Os saldos estão devidamente conciliados com os extratos bancários apresentando a seguinte composição em 31/12/2017:

	2017	2016
Disponibilidades	11.124.011,08	9.129.931,79
Caixa	6.301,85	7.260,23
Caixa - ANDES	2.826,17	4.819,10
Caixa – CNESF	285,09	122,89
Caixa – FUNDO ÚNICO	3.190,59	1.252,03
Banco c/Movimento	495.920,43	968.024,96
BB c/c 403.726-x (ANDES)	10.601,76	397.198,84
BB c/c 437.525-4 (CNESF)	0,00	8.336,28
BB c/c 437.864-4 (Eventos)	16.438,20	268,74
CEF c/c 51.567-2 (Contrib. Sindical)	413.018,26	421.770,12
BB c/c 23.926-7 (FUNDO ÚNICO)	0,00	77.094,03
BB c/c 223.926-4 (FNG)	31.434,21	44.461,10
BB c/c 29.331-8 (Encontro Nac. Educação)	0,00	18.895,85
BB c/c 403.727-8 (Solid. Estaduais/RJ)	24.428,00	0,00
Banco c/Depósitos Bloqueados	11.521,00	0,00
BB c/c 403.726-x (ANDES)	10.801,00	0,00
BB c/c 23.926-7 (FUNDO ÚNICO)	720,00	0,00
Banco c/Aplicações Financeiras	10.610.267,80	8.154.646,60
BB c/403.726-x (ANDES)	3.593.452,85	2.015.746,30
BB c/437.525-4 (CNESF)	483.933,27	490.527,56
BB c/437.864-4 (Eventos)	12.183,52	80.749,26
BB c/23.926-7 (FUNDO ÚNICO)	6.365.966,72	5.466.475,41
BB c/223.926-4 (FNG)	154.731,44	101.148,07

Nota 5: Devedores por Empréstimos

	2017	2016
Devedores por Empréstimos	14.300,00	88.244,29
CNESF	0,00	29.067,94
Fundo de Solidariedade	0,00	7.608,43
APUFSC	0,00	3.028,90
SINDUFAP	0,00	5.266,80
FNG – Fundo Nacional de Greve	0,00	32.243,43
SESF-SIND EMP EST SERV SAUDE	0,00	10.000,00
ADUFEPE - SSind	800,00	800,00
Solidariedade Estaduais/RJ	13.500,00	0,00

O valor de R\$ 800,00 refere-se a empréstimo concedido para a ADUFEPE no dia 12/05/2016.

O valor de R\$ 13.500,00 refere-se a empréstimo concedido para a Solidariedade das Estaduais/RJ em 20/12/2017.

Nota 6: Devedores da Entidade

	2017	2016
Devedores da Entidade	87.862,30	376.724,95
SSind Rateio 22º Congresso	0,00	1.461,55
SSind Rateio 47º CONAD	0,00	3.228,37
SSind Rateio 23º Congresso	0,00	2.224,57
SSind Rateio 48º CONAD	0,00	938,27
SSind Rateio 49º CONAD	0,00	3.093,85
SSind Rateio 23º Congresso	0,00	13.368,91
SSind Rateio 6º CONAD Extraordinário	0,00	10.161,28
SSind Rateio 50º CONAD	0,00	7.395,79
SSind Rateio 25º Congresso	0,00	16.517,38
SSind Rateio 51º CONAD	0,00	20.075,92
SSind Rateio 26º Congresso	0,00	17.369,90
SSind Rateio 27º Congresso	0,00	662,98
SSind Rateio 3º Congresso Extraordinário	0,00	4.505,08
SSind Rateio 52º CONAD	0,00	4.249,89
SSind Rateio 28º Congresso	0,00	52.121,53
SSind Rateio 54º CONAD	0,00	14.088,67
SSind Rateio 29º Congresso	0,00	16.119,95
SSind Rateio 55º CONAD	0,00	7.681,65
SSind Rateio 56º CONAD	0,00	4.008,41
SSind Rateio 30º Congresso	0,00	19.974,59
SSind Rateio 31º Congresso – Manaus/AM	0,00	15.728,41
SSind Rateio 57º CONAD – Paranaíba/PI	0,00	8.044,06
SSind Rateio 32º Congresso–Rio de Janeiro	0,00	1.357,44
SSind Rateio 58º CONAD – Santa Maria/RS	0,00	2.547,20
SSind Rateio 33º Congresso – São Luis/MA	0,00	16.684,22
SSind Rateio 34º Congresso – Brasília/DF	1.450,70	1.450,70
SSind Rateio 60º CONAD – Vitória/ES	681,09	681,09
SSind Rateio 7º CONAD Extraordinário	0,00	1.924,46
SSind Rateio 35º Congresso – Curitiba/PR	12.286,08	47.578,44
SSind Rateio 61º CONAD – Boa Vista/RR	0,00	12.761,88
SSindicais Rateio 36º Congresso – Cuiabá/MT	16.872,57	0,00
SSindicais Rateio 62º CONAD – Niteroi/RJ	50.652,65	0,00
Devedores Diversos	5.919,21	48.718,51

Os valores demonstrados nesse grupo referem-se a saldo de rateios devidos ao ANDES pelas Seções Sindicais por ocasião das prestações de contas de Congressos e CONSSind diversos.

O saldo de R\$ 5.919,21 refere-se a pagamentos diversos efetuados a maior pelo ANDES, sendo que R\$ 570,92 é remanescente do exercício de 2015.

Nota 7: Créditos Diversos

	2017	2016
Créditos Diversos	34.955,20	219.233,15
Despesas a Regularizar	27.051,53	213.329,48
Cheques em Caução	2.000,00	0,00
INSS a Recuperar	4.012,21	4.012,21
Secretaria de Fazenda e Planejamento	1.891,46	1.891,46

O valor de R\$ 27.051,53 refere-se a pagamentos efetuados pelo ANDES sem a apresentação dos respectivos comprovantes, sendo R\$ 3.037,81 remanescentes do exercício de 2015.

O valor de R\$ 2.000,00 é relativo à caução de aluguel da sala do Regional NORTE I.

O saldo das contas INSS a recuperar (R\$ 4.012,21) e Secretaria de Fazenda e Planejamento (R\$ 1.891,46) é composto por pagamentos efetuados a maior e/ou indevidamente aos respectivos órgãos.

Nota 8: Adiantamento a Funcionários

	2017	2016
Adiantamento a Funcionários	42.306,46	51.978,62
Adiantamento de Salários	12.378,98	22.398,26
Adiantamento de Férias	29.529,28	28.905,98
Adiantamento de Vale Transporte	398,20	674,38

O valor de R\$ 12.378,98 refere-se a adiantamento de salário concedido aos empregados do ANDES-SN, por época do retorno das férias.

O saldo de R\$ 398,20 é relativo a pagamento de vale transporte no mês de novembro/2017 do Regional SP para utilização em janeiro/2018.

Nota 9: Adiantamento a Fornecedores

O saldo de R\$ 9.985,00 refere-se a adiantamentos concedidos a fornecedores diversos no exercício de 2017.

Nota 10: Adiantamento a Regionais

	2017	2016
Adiantamento a Regionais	57.887,52	50.732,69
Regional Sul	1.487,58	2.403,76
Regional RJ	17.316,91	9.740,46
Regional NE I	733,05	1.277,43
Regional NE II	3.650,77	1.754,89
Regional NE III	3.307,15	128,35
Regional SP	615,70	219,07

Regional Leste	5.362,47	3.621,19
Regional Norte I	10.037,11	7.245,89
Regional Norte II	2.130,31	494,12
Regional Planalto	6.636,18	20.722,01
Regional Pantanal	4.767,78	2.316,10
Regional RS	1.842,51	809,42

Os saldos demonstrados são compostos por valores em espécie e em contas correntes em poder dos regionais em 31/12/2017, todos devidamente conciliados.

Nota 11: Depósitos Judiciais

Refere-se a depósitos/bloqueios judiciais efetuados em função de Ações e/ou Processos movidos contra o ANDES_SN.

Nota 12: Imobilizado

O Ativo Imobilizado do ANDES apresenta a seguinte composição em 31/12/2017:

	2017	2016
Imobilizado	4.170.033,07	4.112.952,17
Bens Imóveis	2.910.749,10	2.910.749,10
Edificações	2.280.000,00	2.280.000,00
Benfeitoria 3º Andar	198.565,73	198.565,73
Benfeitoria 5º Andar	432.183,37	432.183,37
Bens Móveis	1.353.721,73	1.296.640,83
Móveis e Utensílios	317.708,46	317.708,46
Biblioteca	555,00	555,00
Máquinas e Equipamentos	531.847,02	486.806,02
Equipamentos de Informática	484.093,25	472.053,35
Equipamentos de Comunicação	19.518,00	19.518,00
(-) Depreciações Acumuladas	(94.437,76)	(94.437,76)
(-) Dep. Móveis e Utensílios	(20.191,19)	(20.191,19)
(-) Dep. Máquinas e Equipamentos	(47.558,40)	(47.558,40)
(-) Dep. Equipamentos de Informática	(5.217,69)	(5.217,69)
(-) Dep. Edificações	(14.079,52)	(14.079,52)
(-) Dep. Benfeitorias	(6.272,17)	(6.272,17)
(-) Dep. Máq. Motores e Aparelhos - BTNF	(1.118,79)	(1.118,79)
Bens Intangíveis	15.635,51	15.635,51
Intangível	15.858,27	15.858,27
Programas e Sistemas	15.538,27	15.538,27
Marcas e Patentes	320,00	320,00
(-) Amortização	(222,76)	(222,76)
(-) Amortização Programas e Sistemas	(222,76)	(222,76)

A posição dos bens, comparada com o exercício de 2016, apresentou acréscimo de R\$ 57.080,90. Esse acréscimo ocorreu por conta da aquisição de equipamentos de informática e máquinas e equipamentos.

Ressalte-se que os valores contábeis dos bens que compõem o Imobilizado do ANDES não foram compatibilizados com inventário físico em virtude do mesmo não ter sido realizado.

Nota 13: Fornecedores Diversos

O saldo de R\$ 118.053,51 é composto por serviços de pessoas jurídicas provisionados em dezembro/2017 para pagamento em 2018.

Nota 14: Obrigações Sociais e Trabalhistas

Saldo de obrigações sociais e trabalhistas, com a seguinte composição:

	2017	2016
Obrigações Sociais e Trabalhistas	187.389,51	178.969,44
INSS a Recolher	168.251,43	160.936,16
FGTS a Recolher	19.138,08	18.033,28

Nota 15: Obrigações Fiscais e Tributárias

Saldo de obrigações fiscais e tributárias, como segue:

	2017	2016
OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS	56.588,40	46.753,45
Obrigações Fiscais e Tributárias - ANDES	56.268,64	46.445,95
IRRF s/Salários a Recolher (0561)	32.033,16	28.213,60
IRRF s/Serviços PF a Recolher (0588)	476,77	107,25
IRRF s/Serviços PJ a Recolher (1708)	951,85	268,11
PIS s/Folha a Recolher (8301)	3.210,67	1.503,37
ISS a Recolher	16.259,37	15.194,18
PIS, COFINS e CSLL a Recolher (5952)	2.950,74	831,16
IRRF s/Aluguel PF a Recolher (3208)	386,08	328,28
Obrig. Fiscais e Trib. – FUNDO ÚNICO	319,76	307,50
IRRF s/Serviços PJ a Recolher (1708)	77,99	75,00
PIS, COFINS e CSLL a Recolher (5952)	241,77	232,50

O saldo de R\$ 53.377,73 refere-se a retenções efetuadas sobre serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas e o valor de R\$ 3.210,67 é relativo à PIS sobre folha de pagamento.

Nota 16: Credores da Entidade

	2017	2016
Credores da Entidade	241.434,94	38.307,36
Credores Diversos - Congressos	3.103,18	3.103,18
Solidariedade Estaduais/RJ	24.428,00	0,00
37º Congresso – Salvador/BA	(20.000,00)	0,00
Credores Diversos	233.903,76	35.204,18

O valor de R\$ 3.103,18 refere-se a valores devidos às seções sindicais pelo ANDES, relativo ao 35º Congresso.

O valor de R\$ 24.428,00 é relativo a saldo apurado entre o recebimento e o repasse de ajuda e despesas bancárias do Fundo de Solidariedade das Estaduais do Rio de Janeiro.

O valor de R\$ 20.000,00 é referente a adiantamento concedido para a ADUNEB em dezembro/2017 para custear despesas com a organização do 37º Congresso.

O saldo de R\$ 233.903,76 é relativo à contribuição sindical paga pela ADUNEMAT no exercício de 2017, devidamente devolvida em janeiro/2018.

Nota 17: Credores por empréstimos

	2017	2016
Credores por Empréstimos	20.981,76	133.210,33
FNM	0,00	10.485,00
FUNDO ÚNICO	20.981,76	122.725,33

O valor de R\$ 20.981,76 refere-se a depósitos do Fundo Único efetuados indevidamente nas contas correntes do ANDES.

Nota 18: Fundos p/Financiamento de Campanha

Saldo dos recursos financeiros dos Fundos administrados pelo ANDES, devidamente conciliados com os extratos bancários, com a seguinte composição em 31/12/2017:

COMPARATIVO DO ATIVO E DO PASSIVO				
ATIVO			PASSIVO	
C/C	Fundo	Saldo em Caixa, conta corrente e Aplicações Grupo 1.1.1	Fundos p/Financiamento de Campanhas Grupo 2.1.1/2.1.2	
BB – 223.926-4	FNG	R\$ 186.165,65	R\$ 186.165,65	
BB – 437.525-4	CNESF	R\$ 484.218,36	R\$ 484.218,36	
BB – 23.926-7	FUNDO ÚNICO	R\$ 6.369.877,31	R\$ 6.369.877,31	
Total do Ativo		R\$ 7.040.261,32	Total do Passivo	R\$ 7.040.261,32

Nota 19: Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido, que ao final de 2016 era de R\$ 7.289.650,35 passou para R\$ 7.962.648,42 no exercício de 2017, conforme demonstrado:

Patrimônio Líquido em 31/12/2016	7.289.650,35
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	(739.836,98)
(-) Superávit apurado no exercício	1.412.835,05
Patrimônio Líquido em 31/12/2017	7.962.648,42

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2017

Eblin Joseph Farage
Presidente
CPF: 987.776.886-00

Amauri Frago de Medeiros
1º Tesoureiro
CPF: 324.488.134-34

Iêda Mendes Corrêa
Contadora
CPF: 401.745.141-15
CRC/DF 013.720/O-8

V - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2019

O 63º CONAD aprova a previsão orçamentária para 2019

Receita	2019
Receita Total	12.980.000,00
Outras Receitas (Patrimônio, Contribuição Sind., Diversas)	100.000,00
Receita de aplicações financeiras	280.000,00
Receita de Contribuições	12.600.000,00
Despesas	2019
Alimentação	10.000,00
Aluguel de Bens Imóveis	290.000,00
Assessoria Contábil	120.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Física	75.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - AJN	570.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - Regionais	510.000,00
Assinaturas e Periódicos	3.000,00
Auxílio dependentes - Diretores	30.000,00
Condomínios (Apto Brasília/ Sede 3º e 5º andar/ Secretarias Regionais)	182.000,00
Conduções e Passagens Urbanas/Taxi Ressarcimento	180.000,00
Contribuições – Aud. Cidadã da Dívida	30.000,00
Contribuições – Escola Nac. Florestan Fernandes	30.000,00
Contribuições – Associação Amigos da Luta dos Sem Teto	30.000,00
Correios e Telégrafos	36.000,00
Custas e Emolumentos	25.000,00
Despesas com Regionais	1.400.000,00
Despesas Diversas	150.000,00
Despesas Financeiras	22.000,00
Despesas Tributárias (IPTU/ IR/ Impostos e Taxas Diversas)	30.000,00
Diárias de Diretores	500.000,00
Diárias Convidados/ Funcionários	70.000,00
Energia Elétrica	70.000,00
Estacionamentos / Pedágios	8.000,00
Hospedagem	650.000,00
INSS s/Serviços (Andes/regionais)	40.000,00
Internet e TV a Cabo	44.000,00
Locação de Equipamentos e Veículos	15.000,00
Manutenção e Reparos Bens Móveis	30.000,00
Material de Consumo	150.000,00
Passagens Aéreas e Terrestres	1.400.000,00
Pessoal e Encargos	4.000.000,00
Publicações (Informandes impressos/ Cartilhas)	320.000,00
Reembolso de Quilometragem	15.000,00
Repasse Fundo Único	250.000,00

Repasse p/ Entidades Filiadas: DIEESE/ DIAP/ CNESF/ CSP CONLUTAS/ FNDC	620.000,00
Revista - Universidade & Sociedade	150.000,00
Seguros em Geral	10.000,00
(Bolsa Pesquisa PF)	65.000,00
Serviços Gráficos (Banners/ Folders/ Cartazes)	50.000,00
Serviços Técnicos Profissionais – PF	30.000,00
Serviços Técnicos Profissionais – PJ	50.000,00
Telefone	110.000,00
Transportadoras e Fretes	370.000,00
Total de despesas	12.740.000,00

VI - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 37º CONGRESSO DO ANDES-SN

O 63º CONAD aprova a prestação de contas do 37º CONGRESSO do ANDES-SN

DESPESAS 37º CONGRESSO	ANDES-SN	ADUNEB
<i>Especificação</i>	RATEIO	RATEIO
1-PESSOAL		
ANDES-SN (Secretaria, Tesouraria e Imprensa)		
Passagens Aéreas/ Terrestre/ Hospedagem	10.545,71	0,00
Diárias	4.680,00	8.060,00
Hora extras	37.741,74	2.064,87
Taxi	0,00	315,60
Subtotal	52.967,45	10.440,47
2 - IMPRENSA E DIVULGAÇÃO		
Arte dos Cartazes	0,00	1.113,00
Caderno Textos (papel, transporte, toner)	6.790,40	0,00
Cartazes Gráfica	0,00	550,00
Banner	0,00	3.617,10
Stand	0,00	2.000,00
Informativo do Congresso	0,00	5.850,00
Reprografia	0,00	16.309,40
Subtotal	6.790,40	29.439,50
3 – INFRAESTRUTURA		
Estrutura Física		
Locação de Móveis	0,00	4.620,00
Correios	0,00	7.508,00
Decoração	0,00	0,00
Apresentação Cultural	0,00	9.110,00
Aluguel de máquina de café/chocolate	0,00	2.200,00
Insumos da máquina de café	0,00	5.350,00
	0,00	28.788,00

4.Prestação de Serviços		
Som e Audio	0,00	0,00
Filmagem	0,00	6.650,00
Serviços Enfermagem/ Ambulância	0,00	13.632,00
Água Mineral	0,00	880,00
Aluguel de cadeiras	0,00	500,00
Coffe Break	0,00	68.145,00
Serviços de Eletricista/Hidráulica	0,00	6.400,00
Serviço de Segurança	0,00	0,00
Serviços de Informática	367,50	0,00
Apoio/ Copa/ limpeza	0,00	15.800,00
Aluguel de NoteBook	552,00	0,00
Uber/ Táxi	0,00	417,81
Serviços Monitores	0,00	50.313,00
Despesas com alimentação de monitores	0,00	204,00
Reprografia	0,00	0,00
Transporte de Monitores	0,00	0,00
Serviços Pedagoga/Creche	0,00	1.900,00
Material Pedagógico Infantil	0,00	0,00
Transportadora	15.315,40	0,00
Alimentação Creche	0,00	1.483,75
	16.234,90	166.325,56
5.Material de Consumo		
Medicamentos farmácia	106,58	277,67
Material de Escritório e expediente	147,50	2.344,69
Material de Consumo elétrico	0,00	983,20
Material de Consumo	0,00	1.053,60
Material de Informática	0,00	789,50
Lanches / Biscoitos	0,00	467,48
	254,08	5.916,14
6.Material distribuído aos delegados e observadores		
Pastas/ Bolsas	0,00	29.040,00
Camisetas	0,00	10.400,00
Crachá	0,00	10.430,00
Convite	0,00	0,00
Guia do Congressista	0,00	0,00
Blocos	0,00	0,00
Subtotal	0,00	49.870,00
7.COMISSÃO ORGANIZADORA		
Diárias	1.800,00	9.000,00
Alimentação	0,00	0,00
Passagens Aéreas	3.345,09	0,00
Hospedagem	1.929,40	0,00
Subtotal	7.074,49	9.000,00

8.Despesa c/ transporte de um delegado das S.Sindicais c/ menos de 101 filiados.	2.878,87	0,00
Subtotal	2.878,87	0,00
9.Delegados Eleitos Conforme do Art. 41 Inciso 8 parágrafo 5 (via secretarias regionais)	43.461,94	0,00
Subtotal	43.461,94	0,00
TOTAL	129.662,13	299.779,67
Total de Despesas Realizadas		429.441,80
Total de Despesas Previstas para Rateio	403.044,28	
Total de Despesas Realizadas	429.441,80	
Porcentagem da diferença	7%	
Valor pago a maior	26.397,52	

RATEIO DE DESPESAS DO 63º CONAD

Nº	AD	Nº Filiados	Nº Deleg. Presentes	COTA	Taxa Obs	Passagem Aérea/Terres	Pagar Receber (-)
NORTE I							
1	ADUA	914	1	6.038,15	160,00	1.199,70	4.998,45
2	SESDUF-RR	442	1	3.442,15	40,00	1.199,70	2.282,45
3	ADUNIR	382	1	3.112,15	0,00	1.008,90	2.103,25
4	ADUFAC	499	1	3.755,65	40,00	1.065,90	2.729,75
NORTE II							
5	ADUFPA	1.482	1	9.162,15	200,00	942,30	8.419,85
6	ADUFRA	84	1	1.473,15	40,00	942,30	570,85
7	SINDUNIFESSPA	103	1	1.577,65	40,00	1.256,70	360,95
8	SINDUFAP	215	1	2.193,65	240,00	1.119,30	1.314,35
NORDESTE I							
9	APRUMA	1.105	1	7.088,65	80,00	1.199,70	5.968,95
10	ADCESP	446	1	3.464,15	40,00	893,70	2.610,45
11	ADUFPI	2.021	1	12.126,65	240,00	893,70	11.472,95
12	SINDURCA	189	1	2.050,65	80,00	301,38	1.829,27
13	SINDUECE	335	1	2.853,65	1.160,00	0,00	4.013,65
14	SINDCEFET-PI	255	1	2.413,65	40,00	893,70	1.559,95
NORDESTE II							
15	ADUFCG	630	1	4.476,15	120,00	711,90	3.884,25
16	ADUEPB	510	1	3.816,15	80,00	711,90	3.184,25
17	ADUFERPE	669	1	4.690,65	200,00	652,50	4.238,15
18	ADUFPB	2.258	1	13.430,15	160,00	1.199,70	12.390,45
NORDESTE III							
19	ADUNEB	1.128	1	7.215,15	40,00	768,90	6.486,25
20	ADUFS-BA	509	1	3.810,65	120,00	790,04	3.140,61
21	APUR	198	1	2.100,15	40,00	787,82	1.352,33
22	ADUFS	1.418	1	8.810,15	120,00	1.201,80	7.728,35
23	ADUSB	908	1	6.005,15	120,00	1.162,87	4.962,28
24	ADUSC	476	1	3.629,15	0,00	1.338,03	2.291,12
LESTE							
25	ADUFSJ	602	1	4.322,15	40,00	775,86	3.586,29
26	ADUFES	1.643	1	10.047,65	440,00	945,90	9.541,75
27	ADUFOP	711	1	4.921,65	80,00	939,57	4.062,08
28	ADUFU	1.352	1	8.447,15	200,00	1.154,45	7.492,70
29	APES-JF	1.110	1	7.116,15	200,00	992,10	6.324,05
30	ADUFLA	785	1	5.328,65	40,00	965,21	4.403,44
31	ASPUV	1.132	1	7.237,15	80,00	946,34	6.370,82
32	SINDCEFET-MG	509	1	3.810,65	80,00	920,10	2.970,55
33	ADUNIMONTES	597	1	4.294,65	40,00	1.023,90	3.310,75
PLANALTO							
34	ADUNB	2.333	1	13.842,65	600,00	1.108,50	13.334,15
35	APUG	211	1	2.171,65	80,00	946,10	1.305,55
PANTANAL							
36	ADUFMAT	1.715	1	10.443,65	160,00	947,10	9.656,55
37	ADUEMS	347	1	2.919,65	0,00	1.004,78	1.914,88
38	ADUNEMAT	470	1	3.596,15	120,00	982,35	2.733,80
39	ADUFDOURADOS	333	1	2.842,65	40,00	1.004,78	1.877,88
RIO DE JANEIRO							
40	ASDUERJ	1.830	1	11.076,15	80,00	1.199,70	9.956,45
41	ADUFRJ	3.481	1	20.156,65	240,00	1.199,70	19.196,95

42	ADCEFET-RJ	520	1	3.871,15	40,00	1.199,70	2.711,45
43	ADOPEAD-RJ	72	1	1.407,15	40,00	1.199,70	247,45
44	ADUNI-RIO	781	1	5.306,65	120,00	1.199,70	4.226,95
45	ADUFF	2.506	1	14.794,15	320,00	1.205,70	13.908,45
46	ADUR-RJ	943	1	6.197,65	120,00	1.207,88	5.109,77
	SÃO PAULO						
47	ADUNIFESP	712	1	4.927,15	0,00	1.184,10	3.743,05
48	ADUNICAMP	2.230	1	13.276,15	160,00	924,90	12.511,25
49	ADUSP	2.780	1	16.301,15	160,00	1.184,10	15.277,05
	SUL						
50	APUFPR	3.067	1	17.879,65	320,00	1.141,50	17.058,15
51	SINDUTF-PR	920	1	6.071,15	40,00	1.141,50	4.969,65
52	ADUNIOESTE	411	1	3.271,65	40,00	1.270,66	2.040,99
53	SINDUEPG	317	1	2.754,65	40,00	1.166,71	1.627,94
54	S.SIND. Da UFSC	204	1	2.133,15	120,00	1.083,30	1.169,85
55	SESDUEM	394	1	3.178,15	40,00	1.295,37	1.922,78
	RIO GRANDE DO SUL						
56	APROFURG	847	1	5.669,65	240,00	898,68	5.010,97
57	ADUFPEL	1.298	1	8.150,15	200,00	1.152,30	7.197,85
58	SEDUFMS	1.197	1	7.594,65	120,00	891,51	6.823,14
		55.536	58	364.094,70	8.040,00	58.646,17	313.488,53

Prestação de Contas do 63º CONAD

ITEM	Previsão ANDES-SN	Previsão SINDUECE
1-PESSOAL		
ANDES-SN		
Passagens Aéreas/ Terrestre/ Hospedagem	17.003,72	0,00
Diárias	6.120,00	0,00
Hora extras	22.100,00	1.300,00
Taxi	0,00	350,00
SUBTOTAL	45.223,72	1.650,00
2 - IMPRENSA E DIVULGAÇÃO		
Arte dos Cartazes	0,00	4.500,00
Outddor	0,00	1.850,00
Caderno Textos (papel, transporte, toner)	1.312,00	0,00
Cartazes Gráfica e Convites	0,00	4.164,55
Banner	0,00	1.950,00
Stand	0,00	1.500,00
Informativo do Congresso	0,00	4.200,00
Reprografia	0,00	2.800,00
SUBTOTAL	1.312,00	20.964,55
3 – INFRAESTRUTURA		
Estrutura Física		
Correios	7.149,70	0,00
Decoração	0,00	3.999,08
Apresentação Cultural	0,00	5.900,00
Aluguel de máquina de café	0,00	2.425,00
Insumos da máquina de café	0,00	450,00
Banheiros Químicos	0,00	2.900,00
Água Mineral	0,00	3.700,00

	SUBTOTAL	7.149,70	19.374,08
4.Prestação de Serviços			
Som / Audio / Filmagem/Aluguel de impressora		0,00	22.520,00
Serviços de Enfermagem/Ambulância		0,00	7.600,00
Prestador de Serviço/Moto Boy		0,00	3.200,00
Aluguel de cadeiras/ Mesas		0,00	2.120,00
Coffe Break		0,00	60.572,59
Serviços de Eletricista/Hidráulica/Refrigeração		0,00	700,00
Serviço de Segurança		0,00	1.750,00
Serviços de Informática		0,00	2.475,00
Apoio/ Copa/ limpeza		0,00	7.840,00
Locação de Veículo/ Combustível		0,00	535,00
Uber/ Táxi		0,00	1.800,00
Serviços de Monitores		0,00	7.680,00
Educadoras espaço convivência		0,00	3.480,00
Reprografia		0,00	3.500,00
Material Pedagógico Infantil		0,00	3.617,20
Transportadora		13.608,06	830,00
Alimentação do Espaço de Convivência		0,00	700,00
Prestação Serviços de Apoio		2.000,00	0,00
Prestação de Serviço de Jornalista		3.762,09	0,00
	SUBTOTAL	19.370,15	130.919,79
5.Material de Consumo			
Medicamentos		0,00	122,63
Material de Escritório e expediente		45,00	2.005,00
Material de Consumo elétrico		0,00	0,00
Material de Consumo		0,00	3.064,90
Material de Informática		5.261,30	0,00
	SUBTOTAL	5.306,30	5.192,53
6.Material distribuído aos delegados e observadores			
Pastas/ Bolsas		0,00	7.350,00
Camisetas		0,00	7.490,00
Crachá		0,00	918,00
Canetas		0,00	560,00
Guia do Congressista		0,00	240,00
Blocos		0,00	1.102,50
	SUBTOTAL	0,00	17.660,50
7.COMISSÃO ORGANIZADORA			
Diárias		4.440,00	300,00
Alimentação		0,00	241,72
Passagens Aéreas		8.246,18	0,00
Passagem terrestre		0,00	140,03
Hospedagem		6.623,25	0,00
Estacionamento		0,00	14,00
	SUBTOTAL	19.309,43	695,75
8.Despesa c/ transporte de um delegado das S.Sindicais c/ menos de 101 filiados.			
		12.000,00	0,00
	SUBTOTAL	12.000,00	0,00
9.Delegados Eleitos Conforme do Art. 41 Inciso 8 paragrafo 5 (via secret.)			
		6.990,07	0,00
	SUBTOTAL	6.990,07	0,00
	TOTAL	116.661,37	196.457,20

Total de Despesas Previstas	313.118,57
------------------------------------	-------------------

*CADERNO
DE
TEXTOS*

*63º CONAD
do
ANDES-Sindicato Nacional*

TEMA CENTRAL: Por um projeto classista e democrático de educação pública: em defesa da gratuidade, autonomia e liberdade acadêmica.

Fortaleza (CE), 28 de junho a 1º de julho de 2018

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

Gestão 2016/2018

Presidente: Eblin Farage

Secretário-Geral: Alexandre Galvão Carvalho

1º Tesoureiro: Amauri Fragoso de Medeiros

Diretores responsáveis por Imprensa e Divulgação: Luis Eduardo Acosta Acosta e Cláudio Rezende
Ribeiro

home page: <http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

SUMÁRIO

Proposta de Cronograma e Pauta do 63º CONAD	
Mapa UECE	
Proposta de Regimento do 63º CONAD	
TEMA I: MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA: AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO ANDES-SN FRENTE ÀS AÇÕES ESTABELECIDAS NO 37º CONGRESSO	
Texto 1 – Movimento Docente e Conjuntura – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 2 – Reorganizar a classe trabalhadora para enfrentar a crise geral do capital e promover um novo ciclo de lutas sociais classistas – <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Alcides Remijo (ADUFG-SSIND); Elza Peixoto (APUB-BA); José Alex Santos (SINDUECE); Kate Lane (ADUFF); Mauro Iasi (ADUFRJ); Milton Pinheiro (ADUNEB); Renato Fialho (ADCEFET-RJ); Rodrigo Castelo (ADUNIRIO)</i>	
Texto 3 – Afirmar a luta contra o golpe, em defesa da universidade e pelo Lula Livre; avançar na campanha salarial 2019 – <i>Contribuição do (a)s professore (a)s: Ailton Cotrim Prates (ADUFAL); Alberto Handfas (ADUNIFESP); Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES); Antonio Eduardo A. Oliveira (APUR); Antonio Joaquim Feitosa (ADUFPB); Agostino Júnior Holanda Coe (ADUFPI); Cássia Hack (SINDUFAP); Celi Taffarel (APUB); Cláudia Gonçalves (ASDUERJ); Claudio Felix (ADUESB); Claudio Lira (APUB); David Teixeira (APUR); Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUNEMAT); Eduardo Jorge da Silva (ADUFERPE); Elisa Guaraná de Castro (ADUR); Erika Suruagi (ADUFERPE); Eron Pimentel (ADUFEPE); Eudes Baima (SINDUECE); Everaldo Andrade (ADUSP); Fábio Venturine (ADUNIFESP); Flávio Dantas (ADUFERPE); Flávio Furtado de Farias (ADUFPI); Fernando Cunha (ADUFPB); Francine Legeslki (ADUFF); George L. R. Brito (SESDUFT); Gilberto Oliveira (ADUFES); Giovane Mota (ADUFPA); Gisele Moreira (APESJF); Helder Molina (ASDUERJ); Helcio Batista (ADUFERPE); Humberto Climaco (ADUFG); Jaaziel de Carvalho Costa (ADUFPI); José Arlen Beltrao (APUR); Joelma Albuquerque (ADUFAL); José Tarcísio Lima (ADUFLA); Juanito Vieira (APES); Leni Hack (ADUNEMAT); Lenucia Moura (SINDUECE); Lisleandra Machado (APESJF); Luciana Campos (ADUFVJM); Luiz Carvalho (ADUFMAT); Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos (ADUFU); Luiz Rojo (ADUFF); Mairton Celestino da Silva (ADUFPI); Marcia Morschbacher (ADUFMS); Marco Aurelio Gomes de Oliveira (SESDUFT); Maria de Lourdes Rocha Nunes (ADUFPI); Marize Carvalho (APUB); Marco Aurélio Gomes de Oliveira (SESDUFT); Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI); Mariuza A. C. Guimarães (ADUFMS); Melina Silva Alves (ADUFPB); Onete Lopes (ADUFF); Paulo Riela (ADUEFS); Pere Petit (ADUFPA); Rafael Bastos (ASDUERJ); Tiago Nicola Lavoura (ADUSC); Valter Pomar (ADUFABC).</i>	
Texto 4 – Só é possível avançar com lutas! é preciso construir uma rebelião em nosso país – <i>Contribuição do (a)s professore (a)s: Adriana Gomes (SESDUF-RR); Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDCEFET-PI); Ana Luiza Pereira (ADUFSCAR); Antônio Hugo M. de Brito Junior (SINDUEPA); Antônio Rodrigues Belon (ADLESTE); Antônio Luis da Silva Sousa (SINDCEFET-PI); Aritana Dutra (SINDCEFET-PI); Argus Vasconcelos de Almeida (ADUFERPE); Aureir Alves de Brito (ADUNEMAT); Catarina Malcher Teixeira (APRUMA); Daniel Sólón (ADCESP); Daniela Batista Santos (ADUNEB); Denizalde Jesiél Rodrigues Pereira (ADUNEMAT.); Douglas Bezerra (ADUFPI); Egmar Souza (SINDCEFET-PI); Elen Lúcia Marçal (ADUFPA); Fernando Damasceno (SESDUF-RR); Graziela Lucci de Angelo (SEDUFSM); Gelta Xavier (ADUFF); Geraldo Carvalho (ADUFPI); Gihad Mohamad (SEDUFSM); Hélio Cabral Lima (ADUFERPE); Itamar Ferreira (ADUNICAMP); Jaci Guilherme Vieira (SESDUF-RR); João Carlos Gilli Martins (SEDUFSM); Juliana Iglesias</i>	

<p><i>Melim (ADUFES); Levy Paes Barreto (ADUFERPE); Maria Áurea Pereira Silva (APRUMA); Marconis Fernandes Lima (SINDCEFET-PI); Marcelo Barreto (ADUFEPE); Marcos Escher (APES); Milton Mauad de Carvalho Camera Filho (ADUNEMAT); Patrícia Andrade (SINDCEFET-PI); Raimundo Sergio Júnior (SINDUEPA); Raphael Furtado (ADUFES); Roberta Maria Batista de Figueiredo (APRUMA); Roberto Santos Ramos (APRUMA); Romildo Araújo (ADUFPI), Rosana Mendes Eleres de Figueiredo (APRUMA); Rosenverck Estrela Santos (APRUMA); Sandra Bernadete da Silva Moreira (ADUFPA); Sergio Darwich (SINDUEPA); Simone Contente Padilha (ADUNIFESSPA); Sinoelia Silva Pessôa (ADUNEB), Solange Pereira da Silva (ADUFPA); Suly Rose Pereira Pinheiro (APRUMA); Tomaz Boaventura (ADUFMAT); Valdeci Luiz Fontoura dos Santos (ADLESTE); Wagner Damasceno (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC); Waldir Bertúlio (ADUFMAT); Welbson do Vale Madeira (APRUMA).</i></p>	
<p>TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DA(O)S TRABALHADOR(A)ES</p>	
<p>Texto 5 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política sindical – <i>Diretoria do ANDES-SN</i></p>	
<p>Texto 6 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política educacional – <i>Diretoria do ANDES-SN</i></p>	
<p>Texto 7 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política agrária, urbana e ambiental – <i>Diretoria do ANDES-SN</i></p>	
<p>Texto 8 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política de classe, etnias, gênero e diversidade sexual – <i>Diretoria do ANDES-SN</i></p>	
<p>Texto 9 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política de seguridade social e assuntos de aposentadoria – <i>Diretoria do ANDES-SN</i></p>	
<p>Texto 10 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política de ciência e tecnologia – <i>Diretoria do ANDES-SN</i></p>	
<p>Texto 11 – Combater o golpe, defender a universidade, a democracia e a liberdade de Lula: Constituir comitês nas IES – <i>Contribuição do(a)s professore(a)s: Ailton Cotrim Prates (ADUFAL); Alberto Handfas (ADUNIFESP); Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES); Antonio Eduardo A. Oliveira (APUR); Antonio Joaquim Feitosa (ADUFPB); Agostino Júnior Holanda Coe (ADUFPI); Cássia Hack (SINDUFAP); Celi Taffarel (APUB); Cláudia Gonçalves (ASDUERJ); Claudio Felix (ADUESB); Claudio Lira (APUB); David Teixeira (APUR); Domingos Sávio da Cunha Garcia (UNEMAT); Eduardo Jorge da Silva (ADUFERPE); Elisa Guaraná de Castro (ADUR); Erika Suruagi (ADUFERPE); Eron Pimentel (ADUFEPE); Eudes Baima (SINDUECE); Everaldo Andrade (ADUSP); Fábio Venturine (ADUNIFESP); Flávio Dantas (ADUFERPE); Flávio Furtado de Farias (ADUFPI); Fernando Cunha (ADUFPB); Francine Legeslki (ADUFF); George L. R. Brito (SESDUFT); Gilberto Oliveira (ADUFES); Giovane Mota (ADUFPA); Gisele Moreira (APESJF); Hélcio Batista (ADUFERPE); Helder Molina (ASDUERJ); Humberto Climaco (ADUFG); Jaaziel de Carvalho Costa (ADUFPI); José Arlen Beltrão (APUR); Joelma Albuquerque (ADUFAL); José Tarcísio Lima (ADUFLA); Juanito Vieira (APESJF); Leni Hack (ADUNEMAT); Lenucia Moura (SINDUECE); Lisleandra Machado (APESJF); Luciana Campos (ADUFVJM); Luiz Carvalho (ADUFMAT); Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos (ADUFU); Luiz Rojo (ADUFF); Mairton Celestino da Silva (ADUFPI); Marcia Morschbacher (ADUFSM); Marco Aurelio Gomes de Oliveira (SESDUFT); Maria de Lourdes Rocha Nunes (ADUFPI); Marize Carvalho (APUB);</i></p>	

<p><i>Marco Aurélio Gomes de Oliveira (SESDUFT); Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI); Mariuza A. C. Guimarães (ADUFMS); Melina Silva Alves (ADUFPB); Onete Lopes (ADUFF); Paulo Riela (ADUEFS-BA); Pere Petit (ADUFPA); Rafael Bastos (ASDUERJ); Tiago Nicola Lavoura (ADUSC); Valter Pomar (ADUFABC).</i></p>	
<p>Texto 12 – Articular as lutas em defesa da educação pública – <i>Contribuição do(a)s professore(a)s: Ailton Cotrim Prates (ADUFAL); Alberto Handfas (ADUNIFESP); Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES); Antonio Eduardo A. Oliveira (APUR); Antonio Joaquim Feitosa (ADUFPB); Agostino Júnior Holanda Coe (ADUFPI); Cássia Hack (SINDUFAP); Celi Taffarel (APUB); Cláudia Gonçalves (ASDUERJ); Claudio Felix (ADUSB); Claudio Lira (APUB); David Teixeira (APUR); Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUNEMAT); Eduardo Jorge da Silva (ADUFERPE); Elisa Guaraná de Castro (ADUR); Erika Suruagi (ADUFERPE); Eron Pimentel (ADUFEPE); Eudes Baima (SINDUECE); Everaldo Andrade (ADUSP); Fábio Venturine (ADUNIFESP); Flávio Dantas (ADUFERPE); Flávio Furtado de Farias (ADUFPI); Fernando Cunha (ADUFPB); Francine Legeslki (ADUFF); George L. R. Brito (SESDUFT); Gilberto Oliveira (ADUFES); Giovane Mota (ADUFPA); Gisele Moreira (APESJF); Hélcio Batista (ADUFERPE); Helder Molina (ASDUERJ); Humberto Climaco (ADUFG); Jaaziel de Carvalho Costa (ADUFPI); José Arlen Beltrao (APUR); Joelma Albuquerque (ADUFAL); José Tarcísio Lima (ADUFLA); Juanito Vieira (APES); Leni Hack (ADUNEMAT); Lenucia Moura (SINDUECE); Lisleandra Machado (APESJF); Luciana Campos (ADUFVJM); Luiz Carvalho (ADUFMAT); Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos (ADUFU); Luiz Rojo (ADUFF); Mairton Celestino da Silva (ADUFPI); Marcia Morschbacher; (ADUFMS); Marco Aurelio Gomes de Oliveira (SESDUFT); Maria de Lourdes Rocha Nunes (ADUFPI); Marize Carvalho (APUB); Marco Aurélio Gomes de Oliveira (SESDUFT); Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI); Mariuza A. C. Guimarães (ADUFMS); Melina Silva Alves (ADUFPB); Onete Lopes (ADUFF); Paulo Riela (ADUEFS); Pere Petit (ADUFPA); Rafael Bastos (ASDUERJ); Tiago Nicola Lavoura (ADUSC); Valter Pomar (ADUFABC).</i></p>	
TEMA III - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: SETORES	
<p>Texto 13 – Avaliação e atualização do plano de lutas do setor das IEES/IMES – <i>Diretoria do ANDES-SN</i></p>	
<p>Texto 14 – Avaliação e atualização do plano de lutas do setor das IFES – <i>Diretoria do ANDES-SN</i></p>	
TEMA IV: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
<p>Texto 15 – Homologações: novas seções sindicais – <i>Diretoria do ANDES-SN</i></p>	
<p>Texto 16 – Nova composição da Comissão da Verdade do ANDES-SN – <i>Diretoria do ANDES-SN</i></p>	
<p>Texto 17 – Sede do 64º CONAD – <i>Diretoria do ANDES-SN</i></p>	
<p>Texto 18 – Prestação de contas do exercício de 2017 – <i>Diretoria do ANDES-SN</i></p>	
<p>Texto 19 – Previsão orçamentária para 2019 – <i>Diretoria do ANDES-SN</i></p>	
<p>Texto 20 – Prestação de contas do 37º Congresso do ANDES-SN – <i>Diretoria do ANDES-SN</i></p>	
Siglas	
Legislação citada nos textos da Diretoria do ANDES-SN	

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado como proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DA(O)S TRABALHADORA(E)S	
TR 5 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política sindical	
TR 6 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política educacional	
TR 7 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política agrária, urbana e ambiental	
TR 8 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política de classe, etnias, gênero e diversidade sexual	
TR 9 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política de seguridade social e assuntos de aposentadoria	
TR 10 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política de ciência e tecnologia	
TR 11 – Combater o golpe, defender a universidade, a democracia e a liberdade de Lula: Constituir comitês nas IES	
TR 12 – Articular as lutas em defesa da educação pública	
TEMA III - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: SETORES	
TR 13 – Avaliação e atualização do plano de lutas do setor das IEES/IMES	
TR 14 – Avaliação e atualização do plano de lutas do setor das IFES	
TEMA IV: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 15 – Homologações: novas seções sindicais	
TR 16 – Nova composição da Comissão da Verdade do ANDES-SN	
TR 17 – Sede do 64º CONAD	
TR 18 – Prestação de contas do exercício de 2017	
TR 19 – Previsão orçamentária para 2019	
TR 20 – Prestação de contas do 37º Congresso do ANDES-SN	

Apresentação

O 63º CONAD do ANDES-SN será realizado na cidade de Fortaleza (CE), sob a organização da diretoria do ANDES-SN e da SINDUECE Seção Sindical, no período de 28 de junho a 1º de julho de 2018, e seu tema central é: “Por um projeto classista e democrático de educação pública: em defesa da gratuidade, autonomia e liberdade acadêmica”. Em uma conjuntura de intensas lutas da classe trabalhadora e da juventude, o 63º CONAD do ANDES-SN realizar-se-á sob o impacto dos violentos ataques aos direitos sociais, à categoria docente e um processo de criminalização dos movimentos sociais cada vez mais intenso. Não obstante, os efeitos da política de austeridade do ilegítimo governo Temer, em particular a EC 95, começam a ser sentidos com maior intensidade nas Instituições de Ensino Superior no país. Os cortes violentos nos orçamentos das IES com demissões em larga escala de terceirizado(a)s, cortes de bolsas estudantis, de projetos relacionados com a pesquisa e extensão se agravam, resultando em paralisações e em greves de todas as categorias. A mobilização em defesa da educação pública de qualidade, gratuita, laica e socialmente referenciada, levada a cabo pelo ANDES-SN neste semestre, articulada com as categorias que compõem a comunidade acadêmica, resultou em embates contra governos municipais, estaduais e federal com greves, paralisações e atos que demandaram forte mobilização da categoria.

O ataque sem precedentes aos direitos sociais se acirra com uma brutal violência às liberdades democráticas. O assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, no Rio de Janeiro, além das ações judiciais contra a autonomia do trabalho docente, foram algumas demonstrações do acirramento do processo de criminalização dos lutadores e das lutadoras frente a esses ataques e da necessidade de construção de unidade com os setores combativos da classe trabalhadora. É, nesse contexto de ataques e resistências, que o ANDES-SN irá realizar seu próximo CONAD. Os debates e resoluções suscitadas, a partir dos textos de apoio e textos resoluções da diretoria e da base presentes nesse caderno, além de atualizar as deliberações do último CONGRESSO do ANDES-SN, constituir-se-ão em uma importante ferramenta de luta da categoria docente para continuar enfrentando a difícil quadra histórica que se apresenta, reforçando o caráter combativo e democrático de nosso sindicato, marca maior de uma entidade que pode se orgulhar de sua trajetória de lutas, coerência e autonomia.

Até breve, Até Fortaleza!

Diretoria do Andes-SN

PROPOSTA DE PAUTA E CRONOGRAMA DO 63º CONAD DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Fortaleza/CE, 28 de junho a 1º de julho de 2018

Tema Central: Por um projeto classista e democrático de educação pública: em defesa da gratuidade, autonomia e liberdade acadêmica.

5ª feira (28/6)	6ª feira (29/6)	Sábado (30/6)	Domingo (1º/7)
<p>9h às 12h Confirmação de Credenciamento</p> <p>9h30 às 11h30 Plenária de Abertura Posse da Diretoria gestão 2019-2020</p>	<p>9h às 12h Grupo Misto - Tema II</p>	<p>10h às 13h Grupo Misto - Tema IV</p>	<p>9h às 12h Plenária do Tema IV</p>
<p>14h30 às 16h30 Plenária de Instalação</p> <p>14h às 17h Confirmação de Credenciamento</p>	<p>14h às 17h Grupo Misto - Tema III</p>	<p>15h às 18h Plenária do Tema II</p>	<p>15h às 17h Plenária de Encerramento</p>
<p>17h30 às 20h30 Plenária do Tema I</p>		<p>19h30 às 22h30 Plenária do Tema III</p>	

TEMÁRIO:

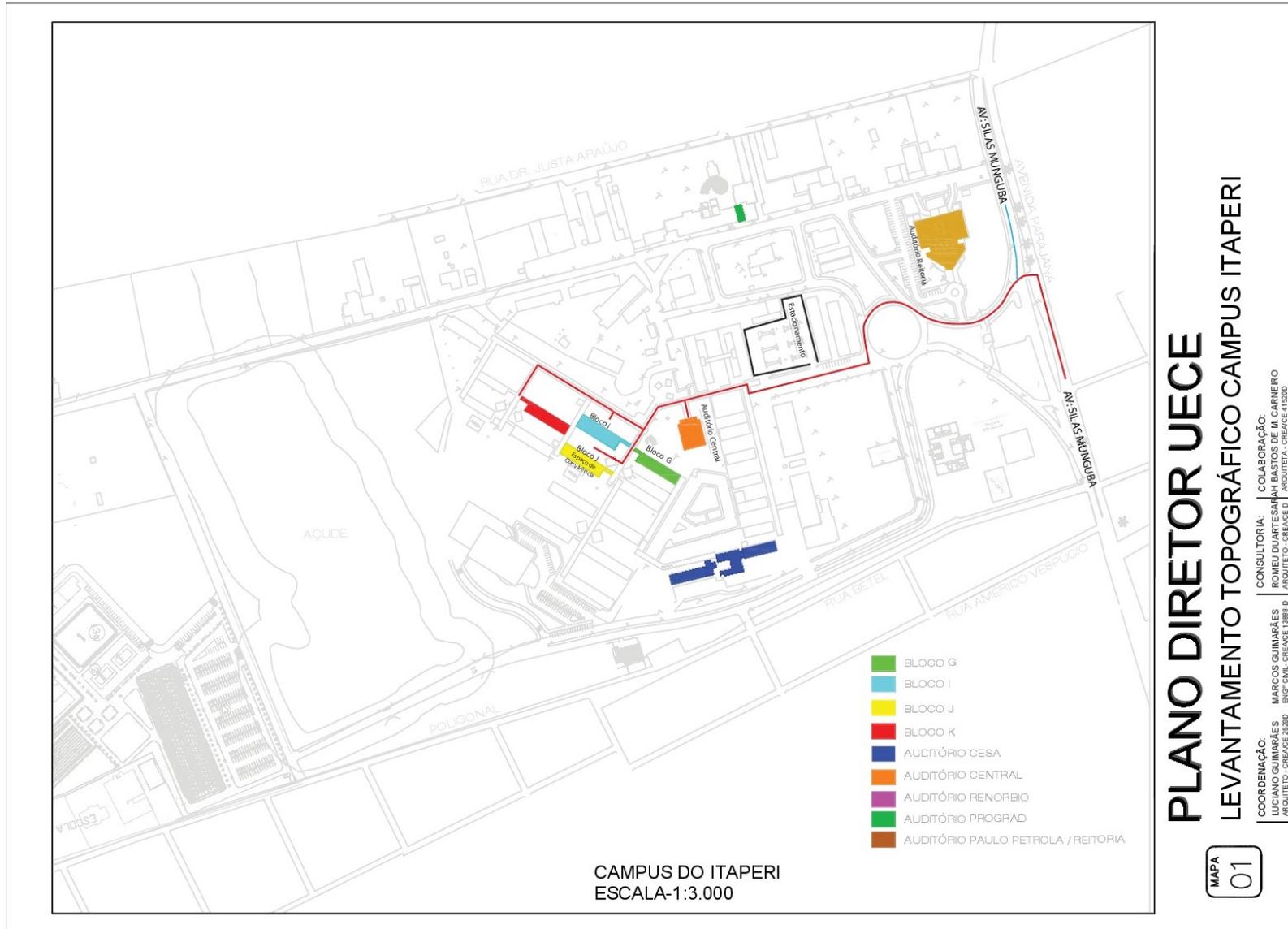
Tema I - Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 37º CONGRESSO.

Tema II - Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização da(o)s trabalhadora(e)s.

Tema III - Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores.

Tema IV - Questões organizativas e financeiras.

MAPA UECE



PROPOSTA DE REGIMENTO DO 63º CONAD DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Capítulo I

Do 63º CONAD

Art. 1º O 63º CONSELHO do ANDES-SINDICATO NACIONAL (CONAD), previsto no inciso II, do art. 13, do Estatuto do Sindicato, convocado pela diretoria, conforme o inciso XII, do art. 30, reunir-se-á no período de 28 de junho a 1º de julho de 2018, em Fortaleza (CE), organizado pela SINDUECE Seção Sindical do ANDES-SN.

Parágrafo único. O período de realização do 63º CONAD poderá ser estendido, pela plenária de encerramento, para o dia 2 de julho de 2018.

Art. 2º O 63º CONAD é instância deliberativa intermediária do ANDES-SN, conforme os artigos 22 e 24 do Estatuto do ANDES-SN.

Art. 3º O 63º CONAD tem como finalidade deliberar sobre a pauta e o cronograma de atividades no seu início, de acordo com o disposto no art. 27 e parágrafos do Estatuto do ANDES-SN.

Capítulo II

Das Atribuições

Art. 4º São atribuições do 63º CONAD:

I - deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do 37º CONGRESSO do ANDES-SN, lhe foram atribuídas, nos limites dessa atribuição;

II - implementar o cumprimento das deliberações do 37º CONGRESSO do ANDES-SN;

III - regulamentar, quando necessário, as deliberações do 37º CONGRESSO do ANDES-SN;

IV - exercer as funções de conselho fiscal do ANDES-SN, nos termos do seu Estatuto;

V - examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentados pela diretoria;

VI - decidir sobre os recursos interpostos às decisões da diretoria;

VII - convocar, extraordinariamente, o CONGRESSO do ANDES-SN;

VIII - aplicar penalidades de advertência e suspensão a sindicalizados do ANDES-SN, conforme o disposto no art. 11 do Estatuto do ANDES-SN;

IX - criar comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes, bem como, havendo motivação para tanto, extingui-las;

X - alterar a contribuição financeira dos sindicalizados, *ad referendum* do CONGRESSO do ANDES-SN subsequente;

XI - homologar a constituição de seções sindicais (S.SIND.), bem como a transformação de associações de docentes (AD) em seções sindicais e as alterações nos seus regimentos, *ad referendum* do CONGRESSO subsequente.

Art. 5º Estabelecer, se houver motivos imperiosos e justificados, diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º do Estatuto do ANDES-SN.

Parágrafo único. As diretrizes às quais se refere o caput deste artigo não podem contrariar decisões tomadas em CONGRESSOS anteriores do ANDES-SN, ficando sujeitas à ratificação no CONGRESSO imediatamente subsequente.

Capítulo III Dos Participantes

Art. 6º São participantes do 63º CONAD:

I - um(a) delegado(a) de cada seção sindical (S.Sind) ou AD - seção sindical (AD-S.Sind.), escolhido(a) na forma deliberada por sua assembleia geral (art. 25, inciso I, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

II - um(a) delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as), via secretaria regional, escolhido(a) na forma deliberada pela respectiva assembleia geral (art. 25, inciso II, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

III - uma representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN;

IV - o(a) presidente do ANDES-SN, com direito a voz e a voto;

V - observadores(as) de S.SIND ou AD-S.SIND e de sindicalizados(as) via secretaria regional, com direito a voz;

VI - os demais membros efetivos da diretoria em exercício (art. 32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (art. 32, V), com direito a voz;

VII - os membros das comissões organizadora e diretora, com direito a voz;

VIII - os(as) convidados(as) pela comissão organizadora ou diretora, devidamente credenciados(as) como tal, com direito a voz.

§ 1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SN não poderão participar como convidados(as), salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos;

§ 2º Cada delegado(a) devidamente credenciado(a) somente poderá ser substituído(a) uma única vez, durante a realização do 63º CONAD, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar a necessidade de se ausentar definitivamente e registrar a respectiva substituição junto à comissão diretora;

b) os(as) suplentes de delegados(as), indicados(as) para tal pelas assembleias gerais das S.Sind ou AD-S.Sind. e pelas assembleias gerais dos(as) sindicalizados(as) via secretaria regional, devem estar credenciados(as) como observadores(as);

c) quando o(a) delegado(a) de S.Sind. ou AD-S.Sind. ou de sindicalizados(as) via secretaria regional comprovadamente se ausentar sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 7º O(a) presidente do ANDES-SN preside o 63º CONAD, com direito a voz e a voto em suas sessões.

Capítulo IV

Do Credenciamento

Art. 8º A confirmação do credenciamento de delegados(as), observadores(as) e convidados(as) do 63º CONAD será das 9 (nove) horas às 12 (doze) horas e das 14 (quatorze) horas às 17h (dezesete) horas do dia 28 de junho de 2018, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação.

§ 1º Não haverá recebimento da documentação necessária ao credenciamento no dia 28 de junho de 2018, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação.

§ 2º Para o credenciamento de delegado(a) será exigida ata, ou extrato de ata, da assembleia geral que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença. A documentação deverá ser enviada previamente, até as 24h do dia 27 de junho de 2018, para conad@andes.org.br.

§ 3º Para o credenciamento de observador(a), escolhido(a) em assembleia geral, será exigida ata, ou extrato de ata, que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença, e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.Sind. ou AD-S.Sind., justificando a situação. A documentação deverá ser enviada previamente, até as 24h do dia 27 de junho de 2018, para conad@andes.org.br.

§ 4º Para credenciamento de observadores(as) de sindicalizados(as), via secretaria regional, deve ser apresentada a ata da assembleia geral que os(as) escolheu. A documentação deverá ser enviada previamente para conad@andes.org.br.

§ 5º Cada delegado(a) ou observador(a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes.

§ 6º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária.

§ 7º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade dos documentos que credenciam os(as) demais delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.Sind, AD-S.Sind. ou secretaria regional, mediante requerimento à comissão diretora.

§ 8º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados na plenária de instalação, que deverá deliberar sobre os mesmos até o seu final.

Capítulo V Do Funcionamento Seção I Dos Órgãos

Art. 9º São órgãos do 63º CONAD:

I - Comissão Organizadora;

II - Comissão Diretora;

III - Grupos Mistos;

IV - Plenárias;

V - Comissão de Enfrentamento ao Assédio.

§ 1º A Comissão Organizadora será criada a partir da convocação.

§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de sua realização.

§ 3º A Comissão de Enfrentamento ao Assédio será criada na plenária de instalação do 63º CONAD.

§ 4º O quórum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 63º CONAD é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 5º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos grupos mistos, o quórum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 6º As deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quórum previsto no § 4º deste artigo.

Seção II

Da Comissão Organizadora

Art. 10. A Comissão Organizadora do 63º CONAD é constituída por 4 (quatro) representantes da SINDUECE Seção Sindical e por 4 (quatro) diretores(as) do ANDES-SN.

Art. 11. É de competência da Comissão Organizadora:

I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 63º CONAD;

II - organizar a sessão de abertura;

III providenciar a reprodução, para o conjunto dos(as) participantes, dos textos cuja inclusão na pauta de discussões do evento tenha sido aprovada pela plenária de instalação;

IV - responsabilizar-se pelas receitas e despesas, organizando o rateio entre as S.Sind e AD- S.Sind.;

V - realizar, junto com a comissão diretora, o credenciamento dos(as) participantes.

Seção III

Da Comissão Diretora

Art. 12. A Comissão Diretora do 63º CONAD é composta pela Diretoria do ANDES-SN.

Art. 13. É de competência da Comissão Diretora:

I - responsabilizar-se pelo credenciamento dos(as) participantes;

II - efetivar a substituição de delegados(as), de acordo com o disposto no § 2º, do art. 6º, deste Regimento;

III - elaborar a prestação de contas para apreciação no próximo Congresso;

IV - organizar e compor as mesas diretoras das plenárias, que deverão ser constituídas por diretores(as) do ANDES-SN;

V - organizar a composição dos grupos mistos, em consonância com o disposto no art. 14 deste Regimento.

Parágrafo único. Das decisões da comissão diretora, cabe recurso à plenária subsequente.

Seção IV

Dos Grupos Mistos

Art. 14. Os grupos mistos são compostos por:

I - delegados(as) de S.Sind.(AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito a voz e a voto;

II - observadores(as) de S.Sind. (AD-S.Sind.), sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), com direito a voz;

III - diretores(as) do ANDES-SN, com direito a voz;

IV - convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito a voz.

§ 1º. Cada grupo misto será composto de, no máximo, 35 (trinta e cinco) delegados(as), sendo este também o número máximo de observadores(as).

§ 2º Só poderá haver no mesmo grupo, mais de um observador(a) de uma mesma S.Sind. ou AD-S.Sind, ou mais de um observador(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) de uma mesma Secretaria Regional, caso o respectivo número de observadores(as) seja superior ao número de grupos mistos.

Art. 15. Os grupos mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por um(a) coordenador(a), um(a) relator(a) e um(a) secretário(a).

§ 1º Os membros da mesa coordenadora de cada grupo misto serão eleitos pelos(as) delegados(as) componentes do grupo.

§ 2º O(A) coordenador(a) da mesa de cada grupo será eleito(a) entre os(as) delegados(as).

§ 3º O(a) relator(a) e o(a) secretário(a) poderão ser observadores(as) credenciados(as).

§ 4º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo poderão deliberar sobre proposta de alteração da mesa coordenadora.

Art. 16. Compete ao(à) coordenador(a) dirigir os trabalhos do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com este Regimento.

Parágrafo único. A Comissão Diretora do 63º CONAD deverá recomendar um ordenamento da distribuição dos textos e do Anexo ao Caderno de Textos, que será apresentado por um membro da diretoria do ANDES-SN em cada grupo misto, para o conjunto dos grupos mistos no sentido de buscar garantir que cada TR seja debatido em pelo menos um grupo misto do CONAD.

Art. 17. Compete ao(à) Relator(a):

I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com este Regimento e demais instruções da comissão diretora, fazendo constar do relatório o resultado da votação (número de votos favoráveis, contrários e de abstenções) de cada proposta submetida à apreciação;

II - participar dos trabalhos previstos no art. 21 deste Regimento.

Art. 18. Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades.

Art. 19. As reuniões dos grupos mistos terão início nos horários estabelecidos no cronograma do 63º CONAD, observado o *quórum* mínimo de mais da metade dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o *quórum* mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, os trabalhos terão início com qualquer número de delegados(as) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista e aberta uma 2ª (segunda) lista de presença.

§ 3º As deliberações só serão tomadas por mais da metade dos(a) delegados(as) presentes em cada grupo de trabalho.

Art. 20. Os(as) relatores(as) dos grupos mistos dispõem de um prazo máximo de 1 (uma) hora, após o encerramento da reunião, para sistematizar o relatório do grupo (via SIGRC - Sistema de Gerenciamento de Relatórios Consolidados) e entregar à comissão diretora o envelope com os materiais do seu grupo, sendo garantidas, pela comissão organizadora, as condições necessárias para tal.

Art. 21. A consolidação dos relatórios de grupos mistos será feita pelos membros da comissão diretora, para tal designados, e, sempre que necessário, será solicitado auxílio dos(as) relatores(as) dos grupos mistos.

Art. 22. Dos relatórios consolidados que serão apresentados às plenárias do 63º CONAD constarão, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em pelo menos um dos grupos mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora e, sempre que necessário, com o auxílio dos(as) relatores(as).

Art. 23. Os grupos mistos terão a duração de 3 (três) horas.

§ 1º A duração prevista no caput deste artigo poderá, por deliberação do Grupo Misto, ser prorrogada por, no máximo 1 (uma) hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do 63º CONAD.

§ 2º Os grupos mistos poderão ter o início do trabalho antecipado por deliberação da sessão anterior, desde que não venha a interferir no funcionamento do 63º CONAD.

Seção V

Das Plenárias

Art. 24. As plenárias são compostas por:

I - delegados(as) de S.Sind (de AD-S.Sind.), sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito a voz e a voto;

II - observadores(as) de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), com direito a voz;

III - membros das comissões diretora e organizadora do 63º CONAD, com direito a voz;

IV - convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da comissão diretora, com direito a voz.

Art. 25. As plenárias do 63º CONAD serão dirigidas por mesas coordenadoras cada qual composta por 1 (um/uma) presidente, 1 (um/uma) vice-presidente, 1 (um/uma) 1º (1ª) secretário(a) e 1 (um/uma) 2º (2ª) secretário(a).

§ 1º A comissão diretora indica, entre os membros da diretoria do ANDES-SN, os(as) componentes da mesa coordenadora de cada plenária.

§ 2º A plenária poderá, com base no encaminhamento por ela aprovado, deliberar sobre proposta de modificação da composição da mesa coordenadora dos trabalhos.

Art. 26. Compete ao(à) presidente da mesa coordenadora:

- I - preparar, com o(a) 1º (1ª) secretário(a), a ordem dos trabalhos da plenária;
- II - dirigir a plenária, orientando os debates e promovendo a votação, de acordo com este Regimento.

Art. 27. Compete ao(à) vice-presidente da mesa coordenadora:

- I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades;
- II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao 1º (à 1ª) secretário(a):

- I - preparar, com o(a) presidente, a ordem dos trabalhos da plenária;
- II - elaborar o relatório final das deliberações da plenária;
- III - entregar à comissão organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 63º CONAD, o relatório respectivo, digitado e na forma definitiva.

Parágrafo único. No caso das plenárias de instalação e de encerramento, caberá ao 1º (à 1ª) secretário(a) a elaboração e acompanhamento do protocolo/registo de cada sessão.

Art. 29. Compete ao 2º (à 2ª) secretário(a):

- I - auxiliar o(a) 1º (1ª) secretário(a) em suas atividades;
- II - elaborar a ata da plenária;
- III - entregar à comissão organizadora, até 72 (setenta e duas) horas após o efetivo encerramento do 63º CONAD, a ata respectiva, digitada e na forma definitiva.

Art. 30. A duração de cada plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

- I - Plenária de abertura: 2 (duas) horas;
- II - Plenária de instalação: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;
- III - Plenária do tema I: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;
- IV - Plenária do tema II: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;
- V - Plenária do tema III: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;
- VI - Plenária do tema IV: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;
- VII - Plenária de encerramento: 2 (duas) horas.

§ 1º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no *caput* deste artigo - consideradas as respectivas prorrogações - terão seu encaminhamento decidido pela plenária.

§ 2º Compete à plenária de instalação:

I - aprovar o Regimento e o Cronograma do 63º CONAD;

II - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 63º CONAD;

III - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e nas deliberações do 63º CONAD, de textos encaminhados após o término do prazo para inclusão no anexo ao Caderno de Textos deste evento.

§ 3º Compete à plenária do tema I discutir os textos de conjuntura apresentados ao 63º CONAD, nos termos deste Regimento.

§ 4º As plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da plenária anterior.

§ 5º A plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário.

Art. 31. A verificação de *quórum*, no início das plenárias do 63º CONAD, será feita por meio de lista de presença, na qual constará o nome do(a) delegado(a), o nome da S.Sind. ou AD-SSind. ou secretaria regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

Parágrafo único. A verificação de *quórum*, em qualquer momento do andamento da plenária, será feita pela contagem de delegados(as), por meio do cartão de voto.

Seção VI

Da Comissão de Enfrentamento ao Assédio

Art. 32. A Comissão será formada na plenária de instalação sendo composta por três membros da Diretoria do ANDES-SN e por dois membros indicados pela Diretoria da Seção Sindical, organizadora do evento, devendo a mesma ser composta por no mínimo 3/5 de pessoas do gênero feminino.

Art. 33. A Comissão de Enfrentamento ao Assédio tem como finalidade:

I - receber representações de assédio praticado contra participantes e colaboradores durante o período de realização do 63º CONAD;

II – dar encaminhamento às representações recebidas no âmbito do 63º CONAD;

III – propor, em parceria com a Comissão Organizadora, estratégias educativas e de prevenção ao assédio e demais opressões.

Art. 34. A Comissão divulgará durante o evento, o local e horário de atendimento e o fluxo a ser seguido para a realização da representação.

Art. 35. Recebida a representação, a Comissão deve convidar o(a) representante e o(a) representando(a) para uma reunião de oitiva, separadamente, registrando seus depoimentos em relatório assinado pelas partes e pela Comissão.

Parágrafo único. O depoimento poderá ser gravado com a concordância do(a) depoente.

Art. 36. A Comissão poderá, como encaminhamento para cada representação:

I – realizar orientações e intervenções educativas, separadamente, imediatamente após depoimento do(a) representante e do(a) representado(a);

II – sugerir à Comissão Organizadora a aplicação de sanções na forma do inciso VIII do artigo 4º deste Regimento;

III – Após a plenária de encerramento a comissão enviará para a diretoria do ANDES-SN um relatório com a descrição das representações, da apuração e dos encaminhamentos;

Parágrafo único. Caso o(a) representando(a) não seja sindicalizado(a), a comissão proporá outras medidas cabíveis para cada caso.

Capítulo VI

Das Discussões e Votações

Art. 37. Quando uma proposição estiver em debate nas sessões dos grupos mistos e das plenárias, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever junto à mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições.

Art. 38. Para a discussão de cada matéria, será estabelecido, a critério do grupo misto ou da plenária, um período de tempo compatível tanto com o atendimento da discussão dos tópicos correspondentes quanto com a duração estipulada, neste Regimento, para o funcionamento do grupo misto ou plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento dos blocos de discussão.

Art. 39. As discussões e as votações terão o seguinte procedimento:

I - fase de discussão, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de propostas, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

III - fase de votação, mediante o levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do plenário.

§ 1º Na fase prevista no inciso II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor. Havendo posicionamento contrário e a favor, a palavra será concedida para a defesa de cada posição, alternadamente e em igual número de intervenções, com prévio conhecimento do plenário e dos(as) inscritos(as).

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas:

a) as aprovadas nos grupos mistos;

b) as minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as), em pelo menos um grupo misto;

c) as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora ou por esta em conjunto com os(as) relatores(as), nos termos do art. 22 deste Regimento;

d) as oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização pelo plenário.

Art. 40. As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições para discussão, sendo apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento.

Art. 41. As deliberações são adotadas por maioria simples dos(as) delegados(as) presentes em cada sessão, observado o disposto no art. 28 do Estatuto.

Capítulo VII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 42. As propostas de moções devem ser enviadas por e-mail à secretaria do 63º CONAD (conad@andes.org.br), até às 18 (dezoito) horas do dia 30 de junho de 2018, endereçadas à comissão diretora, sendo especificados(as) os(as) proponentes e os(as) destinatários(as), estes(as) últimos(as) com endereço completo.

§ 1º As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do 63º CONAD; sendo, neste caso, participantes aqueles(as) estabelecidos(as) nos termos do art. 6º e incisos deste Regimento.

§ 2º A comissão diretora deve divulgar aos participantes do 63º CONAD o teor das moções propostas, até às 10 (dez) horas do dia 1º de julho de 2018.

§ 3º A critério da plenária de encerramento podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções, apresentadas até 30 (trinta) minutos antes do início dessa plenária, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto, cabendo à comissão diretora avaliar se atendem aos critérios estabelecidos.

§ 4º As propostas de moções das quais não constem o fato motivador, os destinatários com os respectivos endereços completos (devidamente digitados) e o título não serão recebidas para apreciação do 63º CONAD.

§ 5º As propostas de moções cujos temas já tenham sido objeto de discussão nas instâncias do 63º CONAD e que não foram aprovadas pelo plenário não serão acolhidas pelo CONAD.

Art. 43. As contagens de votos nas plenárias serão efetuadas pelos integrantes da comissão diretora.

Art. 44. Nos grupos mistos e nas plenárias, somente serão aceitas declarações de voto de delegados(as) que se absterem no momento da votação.

§ 1º Dentre as declarações de voto feitas nas plenárias, somente constarão do relatório final aquelas apresentadas, por escrito, à mesa coordenadora.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento ou a questões de ordem que a mesa coordenadora submeta à votação.

Art. 45. A diretoria tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 63º CONAD, para divulgar o respectivo relatório final.

Art. 46. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela comissão diretora, cabendo recurso à plenária.

Art. 47. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela plenária de instalação do 63º CONAD.

Fortaleza(CE), 28 de junho de 2018

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s) _____

Seção Sindical: _____

Destinatário(s) _____

Endereço(s) do(s) destinatário(s): _____

Cidade _____ **Cep.:** _____

E-mail _____

Fato motivador da Moção: _____

MOÇÃO DE

A(o)s delegada(o)s ao 63º CONAD do ANDES-SN realizado em Fortaleza/CE, no período de 28 de junho a 1º de julho de 2018, manifestam

**Tema I: Movimento Docente e Conjuntura:
avaliação da atuação do ANDES-SN frente às
ações estabelecidas no 37º Congresso**

TEXTO 1

Diretoria do ANDES-SN

MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Neste primeiro semestre de 2018, a conjuntura internacional continua marcada pelo acirramento dos enfrentamentos entre os detentores do capital e a resistência da classe trabalhadora pelo mundo. Os interesses relacionados à posse da produção e acúmulo do capital, sobretudo em torno do petróleo, que evidencia disputas interimperialistas com o engajamento do mercado financeiro e de governos em realizar ajustes fiscais para favorecer os maiores Bancos do planeta, continuam a dizimar os direitos da classe trabalhadora, além de intensificar genocídios, como nos recentes ataques à Síria e ao povo palestino.

Em maio, o governo estadunidense, reforçando a tendência de agir de forma isolada, transferiu a embaixada americana da cidade de Tel Aviv para Jerusalém, o que gerou protestos e questionamentos da comunidade palestina quanto à legitimidade dessa ação política. Como resposta, o governo de Israel atacou palestinos que protestavam na fronteira com Gaza, matando cerca de 70 pessoas e ferindo cerca de 3.000, entre elas crianças, idoso(a)s, em mais um ataque genocida denunciado pelos órgãos internacionais de direitos humanos.

A postura arrogante e imperialista de Trump se estendeu na política internacional, ocasionando a retirada dos EUA do acordo feito com o Irã em 2015, em que havia o compromisso de redução da produção nuclear em compensação com a diminuição de sanções comerciais, assinado também por potências com direito de veto no Conselho de Segurança da ONU, como Rússia, China, França, Alemanha e Reino Unido. O governo estadunidense alega, apesar de todas as declarações contrárias, inclusive de países aliados dos EUA, que o Irã continua a produzir urânio para uso em atividades bélicas.

As ações reacionárias de Trump também atingem o(a)s docentes nos EUA. Em meio a mais um drama para a sociedade estadunidense vivido no mês de fevereiro, Nikolas Cruz, com apenas 18 anos, matou 17 pessoas e deixou outras feridas em uma escola na Flórida. O ataque é mais um dos que ocorrem de forma corrente nos EUA, permitidos pelo uso civil de armamento. Diante desse fato e ignorando uma série de protestos antiarmamentistas, que ocorreu logo após o ataque, o presidente dos EUA propôs que professore(a)s e técnico(a)s em educação realizem treinamento para uso de armas que estariam disponíveis para utilização nas escolas, como já ocorre em alguns estados daquele país. A postura política de Trump, noticiada em março, evidencia o retrocesso ainda maior imposto à sociedade estadunidense, que vê, no lugar de uma discussão sobre a importância do desarmamento, a continuidade do incremento da política de guerra.

Os ataques também têm ocorrido na Europa, caracterizados em alguns momentos por indivíduos que, contrariamente ao veiculado por governos, não são criminosos e estão ligados a grupos de direita reacionários e, outras vezes, envolvidos com grupos islâmicos fundamentalistas. Importante frisar que, para além dos ataques sistematizados por grupos, como o Estado Islâmico, o recrudescimento do conservadorismo não se dá

apenas na conjuntura nacional, está intensificado no mundo e levado a cabo por setores fascistas e conservadores organizados.

O ajuste fiscal tem sido demarcado com bastante intensidade na Europa. Na França, Emmanuel Macron ataca o funcionalismo público, propondo uma reforma no setor ferroviário, que, atualmente, gera emprego para mais de duzentas mil pessoas. A postura neoliberal de Macron ainda intensifica o ataque à classe trabalhadora em geral com um projeto de reforma trabalhista, com a justificativa de reduzir o *déficit* orçamentário do Estado francês, o que tem gerado inúmeros protestos e greves naquele país.

Na América Latina não é diferente. Na Argentina, mesmo após uma grande mobilização da classe trabalhadora e uma greve geral com participação intensa da população, Macri conseguiu aprovar uma reforma da previdência que precariza ainda mais a situação da maioria do povo argentino. O pacote de ajuste fiscal precariza ainda mais a vida do(a)s trabalhador(a)s, aumentando o custo de vida, tarifando importantes serviços, como transportes e luz, desencadeando o aumento do desemprego. Ainda, com a justificativa do controle da inflação, que aumentou o custo de vida no país, Macri recorreu ao FMI, relembrando a conjuntura da virada do século XXI, sinalizando a perversidade do futuro do(a)s trabalhador(a)s argentino(a)s nas mãos do capital financeiro.

A situação da Venezuela e da Nicarágua são alarmantes. Com a crise política e econômica na Venezuela, milhares de venezuelano(a)s estão entrando no Brasil, onde têm sido vítimas de crescente xenofobia, demandando auxílio das autoridades. A Nicarágua, por sua vez, enfrenta grande instabilidade política em razão das denúncias de corrupção contra o presidente Daniel Ortega e suas políticas de ajuste fiscal, como a contrarreforma da previdência e do sistema de saúde, que levou milhares de estudantes às ruas. As manifestações foram duramente reprimidas, deixando mortos, feridos e algumas pessoas desaparecidas. Em ambos os casos, também é importante problematizar o papel das grandes organizações empresariais, que têm se aproveitado do mal-estar da população, incitando manifestações contra o governo.

A conjuntura na América Latina é de agudização dos ataques à classe trabalhadora, onde é pautada uma política de supressão dos direitos sociais, trabalhistas e de ofensiva dos setores reacionários. Evidencia a necessidade de uma reorganização da luta classista que supere as experiências de conciliação de classes dos últimos vinte anos, para que se possa resistir às políticas de ajuste fiscal e de moralização reacionária imposta nas Américas.

CONJUNTURA NACIONAL

A conjuntura brasileira intensifica suas contradições diante da crise internacional do capital. A situação encontrada no país após a aprovação da contrarreforma trabalhista, que ocorre assim que as grandes centrais sindicais recuam diante da possibilidade concreta de realização da segunda greve geral do ano passado, permanece com traços mais aprofundados. Assim, ao mesmo tempo em que ocorre um acelerado recrudescimento do conservadorismo, as lutas contra as perdas de direitos acontecem, mas, ainda, de maneira atomizada e insuficiente para definir alteração substantiva na correlação de forças.

Em fevereiro de 2018, logo após o 37º CONGRESSO do ANDES-SN, foi decretada intervenção militar no estado do Rio de Janeiro, constituindo uma ruptura formal de procedimentos democráticos, ainda que frágeis, na política de segurança pública

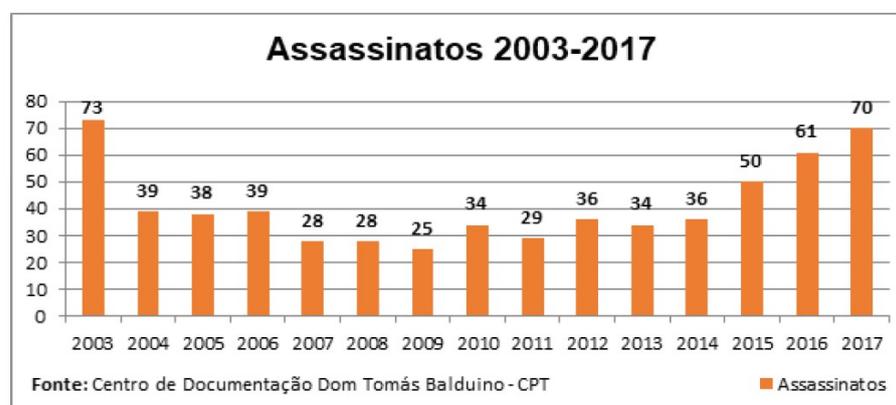
daquele estado, que passa a ser submetida às Forças Armadas. Como resultado imediato, há o fortalecimento da violência com conotação política.

Menos de um mês depois de iniciada a Intervenção, no dia 14 de março, a vereadora do PSOL do Rio de Janeiro, Marielle Franco, e um membro de sua equipe, Anderson Gomes, são brutalmente assassinados no centro da cidade do Rio de Janeiro. Mulher negra, jovem, favelada, LGBT e que lutava pela defesa dos direitos humanos, criticando fortemente a intervenção militar e as milícias, tem sua vida interrompida em uma ação explicitamente orquestrada como forma de repressão contra a politização crescente da juventude.

Desde então, uma série de atos tem sido realizada em todo o mundo, denunciando a violência política desta execução e exigindo investigação sobre este crime que ainda segue sem uma resposta pública definitiva. A ausência de uma investigação célere e rigorosa surge como uma incômoda continuidade de processos frágeis de justiça, sobretudo no que diz respeito à defesa dos direitos humanos no Brasil. Nessa mesma direção, inclusive evidenciando a frágil atuação da Comissão Oficial da Verdade Brasileira, um documento da CIA, recentemente revelado, confirmou a participação direta de generais ditadores nas ações de execução perpetradas durante a ditadura empresarial militar.

A execução de Marielle, uma mulher negra com ativismo nos movimentos sociais negros, é emblemático neste ano de 2018, em que se completam os 130 anos de abolição da escravatura. O Brasil foi o último país das Américas a realizar este ato, marcado por um processo lento e gradual, que visou garantir os privilégios para a classe senhorial no país. Nenhuma política de reparação foi construída pelo Estado Nacional Brasileiro, e toda uma estrutura de privilégios foi perpetuada institucional e socialmente. A população negra continua a receber os menores salários, os postos de trabalhos menos remunerados, tem presença maciça nos índices de desemprego e vê sua juventude ser a maior vítima dos assassinatos por arma de fogo. O ano de 2018 deve ser marcado por uma agenda de intensa discussão sobre o racismo e os privilégios da branquitude no país, com uma emblemática luta por reparações ao povo negro no Brasil.

Também no campo a violência segue aumentando. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou em maio de 2018 relatório que revela o aumento de assassinatos no campo em 2017, atingindo o maior número desde 2003. Neste gráfico, pode-se acompanhar o aumento desses números, sobretudo a partir de 2015.



No mês de abril, o juiz Sergio Moro, reforçando o caráter de seletividade da justiça brasileira, que já foi denunciado pelo ANDES-SN, decretou a prisão do ex-presidente

Lula em nome das investigações da operação Lava-Jato, o que abre possibilidades de interferência no cenário das eleições gerais. Após dois dias de mobilização na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o Partido dos Trabalhadores decidiu continuar enfrentando esse processo pelas vias da ordem burguesa, acatando a decisão judicial. No dia 07 de abril, Lula se apresentou à justiça. Desde então, segue detido na sede da Polícia Federal em Curitiba. Militantes montaram acampamento naquela cidade como forma de protesto contra a prisão e que tem sido alvo de ataques, inclusive a tiros, como ocorreu no dia 28 de abril, que deixou duas pessoas feridas. Repudiamos de maneira veemente estes atentados que representam um ataque à liberdade de manifestação.

No dia 1º de maio, por fim, uma ocupação urbana em edifício público, que não cumpria sua função social, desmoronou no centro de São Paulo. Esta tragédia, além de gerar vítimas fatais e aprofundar o drama das famílias que lá habitavam, é utilizada, pela grande mídia, como motor de criminalização de movimentos de luta por moradia, aprofundando uma onda de ameaças de despejo de ocupações de vários imóveis espalhados pelos grandes centros do país.

No entanto, quando o ilegítimo presidente Temer foi realizar visita ao local da tragédia, foi hostilizado pela população e teve de fugir envolto por seguranças que tentavam protegê-lo de toda sorte de objetos que eram lançados em sua direção. A impopularidade de Temer é reflexo, também, das altíssimas taxas de desemprego que a classe trabalhadora tem enfrentado, sobretudo após a aprovação da contrarreforma trabalhista no ano passado. Apesar desse cenário desfavorável, tem ocorrido algumas importantes reações de luta no país.

Além de várias greves organizadas pela base do ANDES-SN, que serão detalhadas no item referente à educação, houve também greve de docentes do município de São Paulo, em março, que durou vinte dias em meio à forte repressão da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PSDB), e conseguiu barrar o aumento da alíquota básica de contribuição previdenciária de 11% para 14%. O(a)s professor(a)s das Unidades Municipais de Educação (UMEIS) de Belo Horizonte entraram em greve no dia 23 de abril, exigindo equiparação salarial com o nível fundamental e enfrentando também forte repressão da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PT). Na mesma cidade, docentes de escolas e faculdades privadas também entraram em greve e conseguiram barrar a retirada de direitos, tais como adicional extraclasse, adicional por tempo de serviço e os 15 minutos de descanso que o(a) professor(a) tem direito no recreio.

Com forte mobilização e apoio da população, docentes do Amazonas paralisaram as aulas em todo o estado de 13 de março a 10 de abril, impondo uma derrota histórica ao governo de Amazonino Mendes (PDT) e conseguindo aumento de 27,02% em 2018, além de aumento no auxílio localidade, entre outros. Também na luta por reajuste salarial, professor(a)s dos colégios particulares na Paraíba realizaram paralisação no dia 18 de maio.

Os metalúrgicos da Mercedes, no ABC, entraram em greve no dia 14 de maio contra um impasse nas negociações de reajuste salarial, participação nos lucros e resultados e para que o acordo coletivo traga uma cláusula de salvaguarda contra a reforma trabalhista.

Por sua vez, o(a)s servidore(a)s da Prefeitura de Florianópolis realizaram uma forte greve de um mês contra a aprovação de PL que autorizou a administração municipal a contratar organizações sociais para os setores da saúde e da educação. Apesar da aprovação do projeto de lei, a resistência e o acúmulo de força política oriundos daquele processo não podem ser considerados baixos.

Este caso de Florianópolis serve de exemplo para uma luta que não pode sair de nossa pauta imediata: a defesa dos direitos sociais que são concretizados na manutenção dos serviços públicos. A Emenda Constitucional 95/2016 segue como um dos maiores ataques do último período. A política de corte de gastos tem sido utilizada das formas mais perversas, a própria intervenção militar do Rio de Janeiro, por exemplo, tem sido utilizada, dentro do contexto da EC 95, como justificativa para a não realização de concursos públicos e para cortes orçamentários em áreas como educação e saúde. Em maio de 2018, a abertura de 231 vagas para cargos comissionados para o gabinete da intervenção militar no RJ retirou 43 milhões de reais de investimento no setor da cultura, no IPHAN. Ao mesmo tempo, segue a ameaça de criação de uma carreira única rebaixada para todo(a)s o(a)s servidore(a)s do executivo e da própria contrarreforma da previdência, que está direcionada cada vez mais à(o)s servidora(e)s pública(o)s e que pode ser retomada após as eleições, como foi recentemente anunciado por Temer.

Uma das tarefas urgentes que deve ser enfrentada é a ampliação de nosso trabalho de base para retomar a valorização do serviço público como estratégia de luta, de garantia de serviços essenciais à população, o que significa, ao mesmo tempo, intensificar os esforços para a revogação da Emenda Constitucional 95.

O cenário das eleições gerais tem impactado de formas diferentes os movimentos sindicais e sociais. Alguns setores suspendem pautas históricas e imediatas em prol do debate eleitoral, ora expressando apoio a candidatos, ora submetendo todas as lutas à defesa da liberdade e da candidatura de Lula. Outros segmentos têm se engajado na defesa da liberdade do ex-presidente, ao mesmo tempo em que continuam protagonizando lutas por pautas reivindicativas e por direitos sociais. Coerente com sua história e com deliberações congressuais, o ANDES-SN tem jogado força nas lutas gerais da classe em defesa dos direitos democráticos e contra a agenda regressiva em seu conjunto, ao mesmo tempo em que promove lutas específicas em defesa da universidade pública e dos interesses do(a)s trabalhadore(a)s docentes (salário, carreira, condições dignas de trabalho e estudo nas IES). Assim, o Sindicato deve continuar os esforços de construção de unidade nas diversas lutas da classe trabalhadora, reafirmando posição contrária ao projeto neoliberal e à política de conciliação de classes.

Nessa direção, é necessário reconhecer a emergência de um novo ciclo de lutas políticas no país. O ciclo anterior, protagonizado por um proletariado fordista, simbolizado pela luta dos metalúrgicos do ABC, esgotou-se por diversas razões. Houve o enfraquecimento do modelo sindical que, por não ter enfrentado o debate a respeito da filiação voluntária e com autonomia das bases, criou crescente dependência ao imposto sindical, que, ao ser extinto com a contrarreforma trabalhista, tem acarretado problemas estruturais para as entidades.

O novo ciclo, aberto a partir de 2013, cada vez mais se define com o desafio de organização de um segmento da classe trabalhadora mais precarizada e que se organiza, sobretudo territorialmente, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Reconhecer este momento de transição é muito importante para consolidar ações de reorganização da classe para além do enfrentamento das tradicionais burocracias sindicais. Mas, reconhecer este momento de transição significa, também, compreender os riscos de uma crescente capitalização por parte da direita de movimentos sem tradição de organização, o que abre possibilidades de surgimento de fenômenos, como a massa de manifestantes que foi às ruas de verde-e-amarelo e que indica a configuração de elementos profascistas.

Portanto, diante de conjuntura tão dinâmica e contraditória, deve ser reforçada a importância de reorganização da classe, reconhecendo as atuais condições de sua delimitação. Ao mesmo tempo, não pode ser diminuída a importância da defesa das liberdades e direitos democráticos, que, a cada dia, sofrem mais ataques, ampliando sua fragilidade.

O DESAFIO DA REORGANIZAÇÃO DA CLASSE E A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS COLETIVOS COMO A CSP-CONLUTAS, O FONASEFE E A CNESF

Diante da intensidade dos retrocessos nos direitos sociais, evidencia-se a necessidade de intensificarmos os esforços nos debates e ações para contribuir com o processo de reorganização da classe trabalhadora no Brasil. Nesse sentido, ações, como a organização de reuniões amplas nos estados e municípios, envolvendo entidades sindicais, movimentos sociais e populares, centrais sindicais, organizações políticas e movimento estudantil, devem ser retomadas no segundo semestre de 2018, como passo central para a construção de um encontro nacional da classe trabalhadora.

No âmbito da nossa central, a CSP-Conlutas, e nos espaços que construímos, como o FONASEFE, vivemos, no primeiro semestre de 2018, um conjunto de contradições que impõe a necessidade de avaliação de nossas posições e das respostas que esses espaços estão construindo para as lutas da classe trabalhadora, para a defesa dos serviços públicos e da educação pública superior.

Não conseguimos avançar, junto às demais entidades, no processo de reorganização da CNESF. Tarefa que se coloca como fundamental para o segundo semestre de 2018. Os avanços não dependem exclusivamente da nossa vontade, é necessário construir consensos e acordos políticos com entidades que têm ritmos de organização e posição política muito diferenciados. No FONASEFE, durante todo o primeiro semestre, realizamos reuniões conjuntas com o Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (FONACATE). O empenho do fórum se deu no sentido de buscar interlocução com o governo federal para negociar a Campanha Salarial dos SPF e também aprofundar a relação com o FONACATE. A articulação com outras carreiras do serviço público federal deve ser analisada de forma positiva, porém, no que tange às negociações com o governo, para além da audiência com o representante do MPOG Augusto Akira Chiba, ocorrida no mês de março, não obtivemos nenhum avanço. A ampliação de ações com os diversos setores dos SPF tem aspectos importantes para a agenda de lutas, mas ainda é insuficiente na medida em que o consenso possível entre as direções das entidades, por vezes, não tem ressonância na base das categorias e acaba por gerar frágeis mobilizações e baixo enraizamento na campanha unificada no conjunto das categorias. Essa é a tarefa principal na rearticulação da CNESF que, através de uma perspectiva classista, deve incorporar a base dos SPF nas deliberações, ampliando as mobilizações em torno de nossa pauta.

No âmbito da CSP-Conlutas, nossa central sindical continuou a cumprir um importante papel no processo de impulsionar as mobilizações da classe trabalhadora, apoiando importantes lutas no primeiro semestre. Por outro lado, também foram evidenciadas as dificuldades em garantir unidade de ação nas ruas e avanço da democracia interna da central, de forma a permitir que as diferentes posições presentes em seu interior se expressem nas suas resoluções. Merece destaque a posição da central por ocasião da prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando a Secretaria Executiva Nacional (SEN) lançou uma nota com um conteúdo equivocado e que representava

apenas a posição da força majoritária. Reconhecemos que as decisões no âmbito da central são pautadas pelas deliberações congressuais e por aquelas que vão a voto. Porém, avaliamos que, em momento de acirramento da conjuntura política, garantir amplo debate e realizar esforços na tentativa de criar ações e notas unitárias contribuem para ajudar no processo de construção da unidade da classe. Nesse sentido, como o ANDES-SN só tem um voto na SEN e, junto com um conjunto de outras organizações, perdeu a votação sobre o caráter e conteúdo da nota sobre a prisão de Lula, a direção nacional do ANDES-SN, seguindo a linha da moção aprovada no 37º CONGRESSO do ANDES-SN, elaborou o seguinte texto: “Nota de repúdio a ação do Poder Judiciário no caso de Lula”, na qual reafirma que o “Poder Judiciário tem sido um braço forte, em conjunto com as forças repressivas, no combate aos direitos democráticos e aos direitos sociais conquistados por nossa classe”.

Também na convocatória para o 1º de maio, a central adotou uma posição que a levou a organizar atos em separado, numa direção contrária à decisão do setor das federais de construir atos unitários. Consideramos que a crítica e autocritica fraternal são muito importantes para o avanço das nossas lutas e para correção dos erros cometidos pela direção majoritária. Estas atitudes que criticamos atrasam a tarefa fundamental do novo ciclo de lutas, que é continuar a construção de uma organização ampla, de massa e classista para dar curso às lutas atuais.

Por isso, nossa disposição deve ser a de intensificar as ações a fim de ampliar a democracia interna e fazer da CSP-Conlutas uma ampla central de frente única. O fortalecimento da CSP-Conlutas como referência da classe trabalhadora passa, necessariamente, pelo balanço das posições que são expressas e de suas consequências na base do movimento sindical.

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA CONJUNTURA

A crise do capital, que vem se aprofundando desde 2008, tem trazido a exigência de medidas políticas, jurídicas e financeiras que possam, na lógica da burguesia, dar conta das demandas postas pela necessidade de aumentar a mais-valia. A crise estrutural adota, para a sua superação, a penalização da classe trabalhadora, que vem amargando as consequências de medidas recessivas que lhe retiram direitos duramente conquistados, lhe roubam o trabalho como fonte de subsistência e anulam a dignidade de pessoas de direito. Para garantir a saída dessa crise, o que significa a recomposição da taxa de lucros, grandes grupos econômicos pressionam o governo para que realize ajustes que representem o desvio do fundo público para aplacar a voracidade da burguesia na sua vocação de exploração e enriquecimento.

O governo, que vem gerenciando a crise, e o Congresso Nacional, que compactua e referenda as ações de ataque à classe trabalhadora, legislando a favor da grande burguesia, fizeram aprovar, como já foi citado, a EC 95 de 2016, que congela por vinte anos as despesas primárias, atacando fortemente todas as políticas sociais, como educação, saúde, transporte, moradia. A implantação dessa medida, chamada “teto dos gastos públicos”, mas que representa uma distribuição seletiva de cortes, vai representar, para a educação, em 2018, uma diminuição de recursos na ordem de 37%, ou seja, uma queda de R\$5 bilhões para R\$ 3,2 bilhões.

Nessa conjuntura, a educação tem sido alvo de políticas regressivas, que têm contribuído para um recrudescimento do conservadorismo, com medidas, como o PL da Escola sem Partido, que teve aprovado o parecer do relator na Câmara dos Deputados e

que, caso não haja reação popular, pode se transformar em lei, representando um atraso e a instituição, na prática, de uma censura draconiana sobre os docentes.

O envio, ao Conselho Nacional de Educação, da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC), elaborada pelo MEC, representa a institucionalização de um currículo assentado em competências e habilidades, no qual é eliminado o estudo de questões de gênero e étnico-racial, além de deixarem de ser obrigatórias disciplinas como História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física.

A implementação de uma política de formação de professores que se centra na educação a distância, no PROUNI flexibilizado e na residência pedagógica, baseada na premissa de que os resultados das avaliações externas e em larga escala são a métrica preferencial de mensuração do aprendizado escolar e que o docente deve atuar nessa lógica, deixa de valorizar a profissão docente e desconsidera as condições de trabalho, o descumprimento do piso salarial e a inexistência de plano de carreira na grande maioria dos municípios do país.

A diminuição dos recursos para a educação pública superior e, por outro lado, o aumento do incentivo ao setor privado, com a utilização do fundo público, por meio do FIES e do PROUNI, também têm sido uma forma de enriquecer os empresários da educação. Este setor tem investido, cada vez mais, na educação básica com uso de capital acumulado pelas políticas de transferência de recursos públicos para o setor privado da educação superior e aproveitando a padronização dos currículos após a aprovação da BNCC. O setor público tem vivido um dos piores momentos de sua história, estando os reitores obrigados a fazer cortes significativos que atingem todas as áreas e a lançarem mão de emendas parlamentares para complementar o orçamento. Os cortes e contingenciamentos nos recursos para a assistência estudantil, o aumento do valor da refeição nos restaurantes universitários, os cortes em bolsas de estagiários, as demissões de trabalhador(a)s terceirizado(a)s têm motivado uma série de movimentos, sobretudo do(a)s estudantes, como ocupação de reitorias e greves, como nos casos recentes da UnB e UFMT.

A EC 95/2016 já apresenta resultados devastadores. Os cortes de bolsa de pesquisa e de doutorado no país e no exterior, do financiamento de projetos de pesquisa e das verbas de manutenção e compra de equipamentos são resultados dessa emenda, cujo objetivo principal é a financeirização da economia, o que possibilita mais e maiores lucros aos rentistas.

A contrarreforma trabalhista tem incidido nas instituições de ensino públicas e privadas, permitindo contratos intermitentes, colocando os professores e as professoras como trabalhador(a)s sem garantia, sem segurança e sem perspectiva de ter uma carreira. Algumas instituições federais chegaram a contratar professore(a)s por carga horária para ministrar apenas uma disciplina.

Muitos estados já implementaram a reforma da previdência, e a penalização do(a)s professore(a)s das Instituições Estaduais de Ensino aumentou, havendo mudança no regime de aposentadoria no que diz respeito ao tempo de trabalho, ao valor do benefício e a outros aspectos perniciosos aos trabalhadores e trabalhadoras da educação.

Em função da falta de condições de trabalho, da ausência de um plano de carreira, da defasagem de salários, da perseguição política, algumas instituições de educação superior estaduais e municipais deflagraram greve nesse primeiro semestre. A Universidade Estadual de Maringá (UEM) entrou em greve em fevereiro, por atraso no pagamento; a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), também, realizou uma greve de três meses, encerrada em maio corrente, na qual lutaram pela nomeação

de professore(a)s aprovado(a)s em concurso no ano de 2014 e a abertura de novas vagas para concurso, além de terem firmado acordo para a criação de uma nova carreira.

Os docentes da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), de Minas Gerais, decidiram encerrar a greve da categoria, após assembleia realizada no dia 10 de maio. Foram mais de três meses de luta, por meio da qual o(a)s docentes conquistaram a nomeação de 31 professore(a)s aprovado(a)s no concurso público de 2014, a abertura de 128 vagas para novos concursos e a assinatura do acordo para criação da nova carreira do(a)s docentes universitários naquele estado. Os docentes da Universidade do Estado do Pará (UEPA) estão em greve desde o dia 09 de maio deste ano e lutam pelo aumento do financiamento, reajuste salarial e garantia de direitos trabalhistas.

Enquanto as instituições públicas, federais e estaduais, lutam por mais recursos, os governos têm dado continuidade à expansão da educação superior pela via privada. A Tabela a seguir¹ evidencia as prioridades da destinação do fundo público, ficando claro o crescimento dos recursos para o FIES e o PROUNI, dois programas que beneficiam os empresários da educação e que têm sido um aporte importante nos lucros das instituições privadas.

Recursos destinados ao Fies e Prouni como percentual das despesas da União com as universidades federais - 2003-2016 - Valores (R\$ 1,00), a preços de janeiro de 2017 (IPCA).

Ano	Despesas com as Universidades Federais (A)	PROUNI (B)	FIES (C)	Total PROUNI + FIES D = (B+C)	% D/A
2003	19.626.809.672	-	1.564.773.328	1.564.773.328	7,97
2004	22.231.207.004	-	1.443.483.558	1.443.483.558	6,49
2005	21.470.208.936	206.542.269	1.523.152.935	1.729.695.204	8,06
2006	26.315.298.148	400.981.560	1.697.189.251	2.098.170.811	7,97
2007	28.251.516.137	625.016.797	1.738.458.793	2.363.475.590	8,37
2008	30.410.226.445	736.267.342	1.982.479.070	2.718.746.413	8,94
2009	35.813.454.451	857.851.367	2.242.488.327	3.100.339.694	8,66
2010	41.319.342.817	889.835.992	2.654.889.918	3.544.725.910	8,58
2011	44.090.789.588	814.870.857	3.560.227.456	4.375.098.313	9,92
2012	41.253.184.585	1.038.592.379	4.621.046.168	5.659.638.546	13,72
2013	45.507.046.352	1.363.385.566	8.355.992.703	9.719.378.270	21,36
2014	47.908.989.498	1.364.818.607	14.612.543.908	15.977.362.515	33,35
2015	47.543.121.553	1.312.301.524	16.361.047.064	17.673.348.587	37,17
2016	47.626.288.914	1.273.926.399	18.296.392.452	19.570.318.851	41,09
Δ 2003-2016	144,10%	-	1.069,27%	1.150,68	

Fonte: Senado Federal (2017a, 2017b), Secretaria da Receita Federal (2017), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA] (2008).

Os dados indicam as prioridades dos governos em relação à educação e evidenciam a forma como os recursos públicos estão sendo direcionados, o que significa que a expansão desse nível de ensino, conforme metas do PNE/2014, ocorrerá via setor privado.

A conjuntura indica aspectos importantes referentes à educação, tanto em relação ao financiamento, quanto às prioridades do governo, em função, inclusive, da EC 95/2016. O ANDES-SN tem ocupado todos os espaços possíveis na defesa intransigente de uma educação pública, gratuita e de qualidade social.

A expansão da educação superior via setor privado mercantil, com recursos do fundo público, tem sido um elemento importante no aumento dos lucros das empresas educacionais. Desde 2007 esse setor abriu seu capital na Bolsa de Valores, o que tem deixado bem caracterizada a concepção da educação como uma mercadoria, cujo valor é definido nos pregões de venda e compra de ações. A Kroton Educacional, oriunda de fusão das empresas Kroton e Anhanguera, realizada em 2014, representa, no cenário

¹ In: CHAVES V.L.J *et al* Dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil Rev. Acta Scientiarum Education, v. 40 (1), Acta Scientiarum. Education, v. 40(1), 2018, 2018.

mundial, o maior grupo na área. Esse crescimento é impulsionado, em grande parte, com recursos do fundo público. Artigo do *Jornal Valor Econômico* de março de 2017 informa que a receita dessa empresa foi, no ano anterior, de R\$ 1,36 bilhão, dos quais R\$ 513 milhões são oriundos do FIES. Recentemente, o grupo Kroton Educacional comprou a Somos Educação, dona do sistema de ensino Anglo e de editoras, como a Ática e Scipione, grandes produtoras de material didático, expandindo suas ações para o segmento da educação básica.

Importante também ressaltar a diminuição de recursos destinados à Ciência e Tecnologia, que, a partir de 2013, têm caído significativamente, passando de R\$ 11,42 bilhões para R\$ 6,34 bilhões no ano de 2017, valor que corresponde aos gastos efetivados em 2005.

O III Encontro Nacional de Educação, evento organizado e promovido pela Coordenação Nacional de Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (CONEDEP), do qual o ANDES-SN é integrante, é um espaço privilegiado para defesa e implementação de um projeto classista e democrático de educação. A realização desse evento deve ser uma prioridade das seções sindicais e secretarias regionais, tendo em vista o papel que representa frente a governos municipais, estaduais e federal em função do recrudescimento do conservadorismo, do aprofundamento dos ataques à classe trabalhadora, da destinação do fundo público para o setor privado e da instituição de bases curriculares que tentam homogeneizar o conhecimento, visando criar o pensamento único. O ANDES-SN tem se mantido fiel aos princípios enunciados no Caderno 2 e, como tal, não tem descurado da luta, do enfrentamento às políticas educacionais recessivas e regressivas, vinculando-as àquelas maiores que envolvem toda a sociedade, ou seja, à luta contra o modo de produção capitalista.

AÇÕES DO ANDES-SN NO ÚLTIMO PERÍODO

No âmbito das ações do ANDES-SN no primeiro semestre, construímos e participamos do 8M, marcando mais uma vez a luta e a resistência do movimento de mulheres e feminista. Ainda no mês de março, o ANDES-SN, em unidade com outras entidades, atuou no Fórum Social Mundial em Salvador/BA, defendendo o projeto classista de educação. Nesta atividade, lançamos a Frente Nacional de Defesa da Educação Superior Pública na Bahia. O setor das federais protocolou a pauta salarial junto ao Governo Federal, e, em conjunto com o FONASEFE/FONACATE, construímos o 23 de maio, dia de luta do funcionalismo público contra os retrocessos, além da Semana Nacional de Lutas do setor das IEES/IMES na defesa das Universidades Estaduais e Municipais; no 1º de Maio, em vários estados, construímos ações unitárias. O primeiro semestre de 2018 foi também marcado por ações unitárias com outras categorias em diálogo com movimentos sociais e populares e ações em defesa dos IFES, IEES e IMES.

Nos dias 9 e 10 de maio, aconteceram as eleições no nosso sindicato. Disputaram duas chapas com concepções diferenciadas sobre a política sindical desenvolvida nestes últimos anos e em relação aos caminhos a seguir nos próximos tempos. Após um debate político bastante qualificado, votaram mais de 16.887 sindicalizado(a)s, de 99 seções sindicais em todo o Brasil. A chapa 1 obteve 51,71%, e a chapa 2, 42,73%. Todo o processo eleitoral mostrou o funcionamento democrático e a maturidade do(a)s docentes num momento de grave crise política e descrédito nas instituições burguesas. Certamente, a democracia no sindicato e na sociedade não se restringe exclusivamente ao ato de votar, ainda que seja um momento importante e necessário. A democracia entre nós se afirma na participação cotidiana, unitária e pluralista ao mesmo tempo,

no(a)s docentes nas assembleias, nos conselhos de representantes, nos grupos de trabalhos, CONAD e CONGRESSOS. Entendemos que o sindicato sai mais fortalecido, em sintonia com sua história de luta em defesa da universidade pública, reafirmando a sua tradição unitária e democrática para os enfrentamentos que, sem dúvida, acontecerão nos próximos anos, seja qual for o governo eleito. Mesmo que seja levado em consideração o aumento da participação de eleitore(a)s, que acontece quando há disputas entre mais de uma chapa, esta eleição demonstra que é necessário ampliar o trabalho de base do sindicato com o desafio de atingir cada vez mais professore(a)s sindicalizado(a)s.

A centralidade da luta aprovada no 37º CONGRESSO segue atual e, neste segundo semestre, é preciso continuar fortalecendo a unidade de ação com os setores dispostos a barrar e revogar as contrarreformas. A defesa da educação, dos serviços públicos e da garantia de direitos deve ser construída em conjunto com todo o funcionalismo público na direção de uma nova greve geral.

TEXTO 2

Contribuição do(a)s professore(a)s Alcides Remijo (ADUFG); Elza Peixoto (APUB); José Alex Santos (SINDUECE); Kate Lane (ADUFF); Mauro Iasi (ADUFJ); Milton Pinheiro (ADUNEB); Renato Fialho (ADCEFET-RJ); Rodrigo Castelo (ADUNIRIO)

REORGANIZAR A CLASSE TRABALHADORA PARA ENFRENTAR A CRISE GERAL DO CAPITAL E PROMOVER UM NOVO CICLO DE LUTAS SOCIAIS CLASSISTAS

A crise geral capitalista, que em 2008 teve sua expressão mais aguda nos principais centros imperialistas, impactou os países periféricos e o Brasil não ficou de fora. Aqui, os efeitos da crise demoraram a se manifestar, mas quando isto ocorreu, ela foi intensa e, conseqüentemente, transbordou os limites da economia. Atualmente, a crise perpassa as esferas política, social e cultural, com o acirramento das lutas entre as classes sociais. Temos, portanto, o início de uma crise orgânica no Brasil em que se reconfiguram os padrões de acumulação do capital e de supremacia burguesa. Entram em decadência as perspectivas de conciliação de classes e o uso da coerção dos aparelhos estatais – sempre associados com a produção da hegemonia da sociedade burguesa – intensificam-se para a manutenção da ordem.

O desenvolvimento da crise capitalista tem um ritmo desigual e combinado de propagação pelo sistema imperialista em cada uma das formações econômico-sociais, e seus efeitos também o são. No Brasil, a crise econômica se coaduna com uma crise política de largas proporções, na qual o ciclo petista, iniciado com as greves do ABC paulista no final dos anos 1970, esgota-se enquanto perspectiva para a classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que se abre um novo ciclo de lutas sociais com as Jornadas de Junho em 2013.

A tendência ao esgotamento do ciclo petista fica ainda mais evidente com o impedimento da ex-presidenta Dilma, articulado num golpe parlamentar-jurídico-midiático, e, recentemente, com a prisão do ex-líder sindical e ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva. Este último fato trouxe desafios intensos para as lutas sociais no país, em especial para a esquerda socialista, pois a construção de uma saída classista e anticapitalista para as trabalhadoras e os trabalhadores passa pelo reconhecimento do ataque aos direitos democráticos com a prisão de Lula e, fundamentalmente, pela superação da política de conciliação de classe realizada nos governos petistas. Dizemos que há uma tendência estrutural ao esgotamento do ciclo democrático-popular, devido às mudanças na base material da sociedade. Porém, ainda há fortes traços de permanência política e ideológica destas concepções na sociedade civil, particularmente nos movimentos sociais e sindicais, tal como evidenciado no recente pleito eleitoral em nosso sindicato.

Esses elementos são centrais para entendermos as particularidades da nossa crise atual e seus desdobramentos. O governo burguês “puro sangue” de Temer, de caráter neoliberal e autoritário, opera uma guerra contra a juventude, os movimentos sociais, as mulheres (em especial as negras) os trabalhadores pobres dos bairros e comunidades periféricas, os desempregados, LGBTs. Em suma, uma guerra nada oculta entre as classes

dominantes e trabalhadoras.

Por qual razão a burguesia resolveu descartar o PT, depois de anos de conciliação de classes? Duas hipóteses podem nos ajudar a elucidar o atual enigma da esfinge política brasileira. Em primeiro lugar, o PT perdeu a sua funcionalidade na gestão estatal do capitalismo no Brasil, pois não conseguia mais administrar os impactos da crise econômica internacional. Com a queda nas atividades econômicas e na taxa de lucros, as frações hegemônicas do grande capital financeiro nacional e internacional demandaram um ajuste brutal e rápido para expropriação de quantias bilionárias do fundo público. O PT, por sua vez, vinha fazendo tais ajustes, contudo, de forma lenta e gradual, principalmente nos últimos dois anos de mandato da ex-presidenta. Já o governo ilegítimo de Michel Temer implementa contrarreformas que nenhum outro governante teve condições de fazer desde o fim da ditadura empresarial-militar, enfrentando a crise do neoliberalismo com mais medidas neoliberais.

Em segundo lugar, as Jornadas de Junho aconteceram por fora das organizações políticas – sindicais, estudantis, movimentos sociais, etc. – hegemônicas pela estratégia democrático-popular, na qual o PT se destaca ainda como principal artífice. Portanto, se esse partido não administrava mais os efeitos dramáticos da crise do grande capital e não tinha mais o controle das massas, não teria, portanto, condições de implementar as rápidas mudanças necessárias à burguesia. O resultado foi a deposição da ex-presidenta Dilma Rousseff com ampla mobilização dos setores conservadores e reacionários da classe média brasileira.

Vivemos, como dito acima, um período de crise orgânica, no qual o velho não morreu e o novo ainda não nasceu. São tempos de fenômenos mórbidos. A crise orgânica abre muitas possibilidades históricas de resolução, desde saídas conservadoras até a revolução socialista. A resultante é determinada pela correlação de forças econômicas, políticas e militares das classes, em disputa pela direção societária. Na atual conjuntura brasileira, esta correlação pende para as classes dominantes, mas sempre encontrando importantes focos de resistência da classe trabalhadora e dos movimentos sociais em geral. Nestas trincheiras, o Andes-SN tem sido um dos pilares importantes de reorganização da classe trabalhadora mas não podemos deixar de apontar que, os últimos posicionamentos da CSP-Conlutas sobre a crise na Venezuela e sobre a crise política brasileira são fortes entraves a esta reorganização, que requer posicionamentos táticos de unidade de ação na luta, sem dogmatismos e sectarismos que mais imobilizam a classe do que a colocam em movimento.

Um dos fenômenos mórbidos marcantes da nossa época é o ressurgimento de forças políticas da extrema-direita. No Brasil, tais forças têm raízes na cultura brasileira e nos remete aos anos 1920-30. O Partido Nazista Brasileiro foi o segundo maior fora do território alemão e, quando posto na ilegalidade pelo governo Vargas, ajudou a fortalecer o movimento integralista, a versão nacional do nazi-fascismo. Atualmente, novas organizações políticas reivindicam, em maior ou menor grau, o legado político fascista e estas posições começam a ganhar espaço no cenário político para além do gueto. Combinado a este ascenso da extrema-direita, temos o fortalecimento do fundamentalismo religioso e seu espraiamento em espaços populares e esferas importantes do Estado, com avanço em casas parlamentares e palácios executivos. Cabe ressaltar o papel que os grandes monopólios midiáticos tem cumprido nesse cenário, atualizando sua histórica posição de defesa, mesmo que disfarçada, dos grupos proto-facistas e suas ações violentas, seja pela naturalização dos fatos, seja pela tentativa de envernizar essas ações como parte do jogo democrático.

O fortalecimento da direita e da extrema-direita no Brasil se traduz em ações truculentas contra diversas organizações da classe trabalhadora, desde a perspectiva democrático-popular até os anarquistas e comunistas. Da criminalização das lutas sociais passamos a um novo estágio de militarização da questão social no Brasil, com a intervenção militar no Rio de Janeiro e, no extremo, prisões arbitrárias e extermínio de lideranças políticas, como foi o brutal assassinato da vereadora Marielle Franco, dentre outros tantos tristes exemplos.

Esta ofensiva burguesa, revestida de posições da extrema-direita e fundamentalistas, tem a sua contra-face ideológica. A destruição da razão ganha novo fôlego após a hegemonia pós-moderna nos anos 1980-2000 e a decadência ideológica burguesa ganha foros medievais. As forças socialistas, libertárias e democrático-republicanas se veem sob forte ataque, no qual as universidades e escolas públicas são contestadas como se fossem espaços de doutrinação ideológica, ao invés de serem valorizadas socialmente como espaços plurais de produção e difusão de conhecimentos científico-tecnológico-culturais.

Há outras faces desta ofensiva burguesa na crise orgânica. Do ponto de vista econômico, a burguesia aprofunda o processo de expropriação dos meios de produção e de subsistência dos povos do campo, expandido as fronteiras da acumulação capitalista do agronegócio e da mineração via a exportação de produtos primário-manufaturados e a construção de infraestrutura necessária ao escoamento destas mercadorias. No mundo do trabalho, os processos produtivos intensificam a superexploração da força de trabalho, que agora encontra novos respaldos jurídicos com a contrarreforma trabalhista, que retirou direitos históricos da classe trabalhadora.

No plano do orçamento federal, a expropriação de recursos públicos por parte do grande capital ainda prevalece. A principal despesa do fundo público continua sendo o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, mesmo com a queda contínua da taxa de juros. A fração rentista da burguesia é a principal beneficiada das transferências de renda do governo federal para as classes. Além da dívida pública, as classes dominantes se apropriam do fundo público via um sistema tributário regressivo, onde os pobres pagam mais impostos e taxas do que os proprietários, desonerações e incentivos fiscais, assim como condições especiais de empréstimos no sistema bancário público.

A promulgação da Emenda Constitucional 95 (EC 95) elevou a expropriação do fundo público pelo grande capital monopolista a um novo patamar. Até então, esta expropriação possuía diversos mecanismos de política econômica, como os contingenciamentos orçamentários, a Desvinculação de Recursos da União (DRU) e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Com a EC 95, os gastos sociais serão congelados pelos próximos 20 anos e só serão reajustados de acordo com a inflação oficial, desconsiderando-se os crescimentos econômico e populacional, bem como as necessidades históricas da classe trabalhadora. O que ocorrerá, na verdade, é uma queda real dos gastos sociais em relação aos gastos financeiros com a dívida pública, que continuará livre das restrições orçamentárias. Segundo estimativas do Dieese, a redução dos gastos com a educação, por exemplo, pode chegar a 47%. Daí o fortalecimento de posições privatistas dentro das universidades, Cefets, colégios de aplicação e institutos federais em defesa de parcerias público-privadas, fundações de apoio e até mesmo cobrança de mensalidades na pós-graduação e graduação.

A situação das Instituições de Ensino Superior, e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, *locus* de trabalho da nossa categoria, mesmo antes dos recentes ataques do governo golpista, já se caracterizava como um quadro problemático. O REUNI,

implementado pelos governos petistas, apesar de aumentar o número de vagas nas IES públicas possibilitando o acesso de frações das classes populares, o fez sob um processo de precarização das condições de permanência dos estudantes, com falta de moradias estudantis, restaurantes universitários, insuficiência no número de bolsas e falta de políticas específicas para as demandas institucionais, políticos e pedagógicos trazidos por esses estudantes. Mais dramático é o atual contexto em que os cortes do governo Temer aprofundam essa situação, ampliando os processos de evasão que já são percebidos pela categoria, impossibilitando a permanência dos estudantes. Registre-se como ilustração a precária situação e luta de estudantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Mato Grosso, durante o mês de maio.

Também na esteira do ajuste de Temer, em relação às IES, os trabalhadores e trabalhadoras docentes veem suas carreiras ameaçadas. A partir do ano de 2012, após a derrota de uma das maiores greves docentes cuja consequência foi simulacros de acordos do governo petista com o Proifes, a carreira docente federal, já profundamente desfigurada (tanto que o Andes-SN formulou uma nova proposta), praticamente deixa de existir. Ela é substituída por tabelas remuneratórias que ampliam as desigualdades entre docentes, aprofundadas pelo novo arremedo de acordo, celebrado em 2015; este, consequência nova greve docente contra o governo petista e seu braço sindical.

As alterações nessas tabelas remuneratórias, que sequer repunham a inflação do período, embora supostamente garantidas por leis, estão ameaçadas de corte com base na EC 95. Como saídas conservadoras para tal situação, ganham força as perspectivas de privatização das instituições públicas de ensino, que impõem aos docentes o chamado “perfil empreendedor”. A busca de recurso junto a empresas, na forma de incremento dos salários, também se articula à necessidade de garantir, por conta própria, a estrutura para realização do trabalho docente na pesquisa. A EC 95 projeta o estrangulamento das condições objetivas para a manutenção de laboratórios, compra de equipamentos, recursos para atividades de campo, entre outros. Ela semeia o ambiente de concorrência entre docentes, privilegiando áreas do conhecimento vistas como mais permeáveis às demandas do mercado.

No mesmo sentido, temos o chamado Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13243/2016) aprovado ainda no governo Dilma, e que recentemente foi regulamentado (Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018) no governo Temer, criando as condições institucionais para o aprofundamento da lógica privatista nas IES. O “Marco Legal”, por exemplo, legaliza a remuneração adicional para os docentes contratados sob dedicação exclusiva, fortalecendo o viés de um projeto de universidade pautada não pelos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras, mas pelos interesses do mercado.

Se esse projeto privatista deseja um docente de tipo empreendedor, por outro lado, ele também se manifesta nas diferentes ações de perseguição ao pensamento crítico dentro da universidade. Tem aumentado os casos de docentes que sofrem processos administrativos e até mesmo judiciais. Tais casos focam professores e professoras que desenvolvem ações de ensino, pesquisa e extensão com movimentos sociais ou envolvidos nas lutas sindicais e que trabalham com referenciais teóricos chamados de “ideológicos”, no clima do combate que o movimento “escola sem partido” tem conduzido em diferentes âmbitos da educação brasileira.

Vale destacar que a lógica capitalista avança velozmente sobre a educação superior por meio da formação de gigantescos conglomerados do capital financeiro privado. Fundos de investimento nacionais e internacionais têm comprado diversas instituições privadas

e promovido fusões entre elas, concentrando e centralizando capital num patamar nunca visto antes na história do país (e mesmo do mundo). O grupo Kroton é um dos maiores grupos empresariais do mundo na área do ensino superior e começa a avançar sobre o mercado da educação básica, como atesta a compra do grupo Somos Educação, por R\$ 4,6 bilhões em abril de 2018. É por meio do Fies e do Prouni, financiados pelo fundo público, que tais corporações do capital financeiro cresceram em um ritmo acelerado nos últimos dez anos.

Mesmo diante desses brutais ataques, a categoria docente tem demonstrado disposição para resistir e avançar na luta por um projeto de universidade para além da lógica capitalista. A última eleição para a diretoria do ANDES-SN contou com duas chapas que aqueceram o debate político sobre os caminhos do nosso sindicato. Podemos apontar que a existência de duas chapas reforça a importância da luta sindical na atualidade. Espaço de organização e resistência da categoria, o ANDES-SN foi palco de uma acirrada disputa que nos permite afirmar a importância do sindicato como instrumento dos docentes das IES públicas.

Além disso, a vitória da Chapa 1 - Andes Autônomo e de Luta indica a opção da maioria da categoria por um sindicato classista, anticapitalista, que aprofunde o diálogo com suas bases e que se mantenha autônomo, ao mesmo tempo em que atua firmemente no desafio de reorganizar a classe trabalhadora, aprofundando a solidariedade com outras categorias e sendo protagonista na superação do atual quadro da crise brasileira.

A Unidade Classista tem a certeza que nenhuma organização de esquerda reúne, solitariamente, condições de realizar as transformações que a classe trabalhadora necessita. Portanto, é fundamental que o ANDES-SN colabore para a criação de uma ampla frente de esquerda, com partidos, organizações, movimentos sociais e juventude. Somente juntos conseguiremos construir uma alternativa classista de fato para o país.

Nesse sentido, está na ordem do dia a urgente reorganização da classe trabalhadora no Brasil. O momento de luta aberta de classes requer das forças de esquerda a retomada da direção política de enfrentamento aos ataques aos direitos, na perspectiva de avançar das lutas defensivas e dispersas para as lutas organizadas e de contra-ofensiva à burguesia. No movimento sindical, esse processo passa pela superação das burocracias sindicais cooptadas por projetos de conciliação de classes, como CUT e CTB, e pelas burocracias sindicais conservadoras, como a Força Sindical, que bloqueiam o avanço das lutas, como visto nas Greves Gerais em 2017 e início de 2018, em que estas centrais esvaziaram e cancelaram convocações unitárias. Colocaram peso em pautas apenas de defesa do Lula e negociações com Temer da contrarreforma trabalhista.

A realização do seminário de reorganização da classe, ocorrido em final de 2017 e convocado pelo ANDES-SN, foi fundamental para dar um primeiro passo para este processo. É preciso avançar ainda mais na ampliação de ações, por todo o país, capazes de culminar na realização do Encontro Nacional da Classe Trabalhadora e dos Movimentos Populares (ENCLAT), a fim de estabelecer um novo patamar de organização da classe. Quanto mais as forças classistas estiverem atuando de forma firme na conjuntura nacional, mais estaremos caminhando para realizar as transformações no Brasil e na América Latina, rumo ao Poder Popular!

TEXTO 3

Contribuição do (a)s professore (a)s: Ailton Cotrim Prates (ADUFAL); Alberto Handfas (ADUNIFESP); Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES); Antonio Eduardo A. Oliveira (APUR); Antonio Joaquim Feitosa (ADUFPB); Agostino Júnior Holanda Coe (ADUFPI); Cássia Hack (SINDUFAP); Celi Taffarel (APUB); Cláudia Gonçalves (ASDUERJ); Claudio Felix (ADUESB); Claudio Lira (APUB); David Teixeira (APUR); Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUNEMAT); Eduardo Jorge da Silva (ADUFERPE); Elisa Guaraná de Castro (ADUR); Erika Suruagi (ADUFERPE); Eron Pimentel (ADUFEPE); Eudes Baima (SINDUECE); Everaldo Andrade (ADUSP); Fábio Venturine (ADUNIFESP); Flávio Dantas (ADUFERPE); Flávio Furtado de Farias (ADUFPI); Fernando Cunha (ADUFPB); Francine Legeslki (ADUFF); George L. R. Brito (SESDUFT); Gilberto Oliveira (ADUFES); Giovane Mota (ADUFPA); Gisele Moreira (APESJF); Helder Molina (ASDUERJ); Helcio Batista (ADUFERPE); Humberto Climaco (ADUFG); Jaaziel de Carvalho Costa (ADUFPI); José Arlen Beltrao (APUR); Joelma Albuquerque (ADUFAL); José Tarcísio Lima (ADUFLA); Juanito Vieira (APES); Leni Hack (ADUNEMAT); Lenucia Moura (SINDUECE); Lisleandra Machado (APESJF); Luciana Campos (ADUFVJM); Luiz Carvalho (ADUFMAT); Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos (ADUFU); Luiz Rojo (ADUFF); Mairton Celestino da Silva (ADUFPI); Marcia Morschbacher (ADUFMS); Marco Aurelio Gomes de Oliveira (SESDUFT); Maria de Lourdes Rocha Nunes (ADUFPI); Marize Carvalho (APUB); Marco Aurélio Gomes de Oliveira (SESDUFT); Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI); Mariuza A. C. Guimarães (ADUFMS); Melina Silva Alves (ADUFPB); Onete Lopes (ADUFF); Paulo Riela (ADUEFS); Pere Petit (ADUFPA); Rafael Bastos (ASDUERJ); Tiago Nicola Lavoura (ADUSC); Valter Pomar (ADUFABC).

AFIRMAR A LUTA CONTRA O GOLPE, EM DEFESA DA UNIVERSIDADE E PELO LULA LIVRE; AVANÇAR NA CAMPANHA SALARIAL 2019

Passados 6 meses do 37º Congresso, o golpe de 2016 se aprofunda. De lá para cá, um regime político baseado num tipo de ditadura judiciária, flanqueada pelo exército de baioneta nas mãos (a intervenção militar no RJ e o anúncio da triplicação dos recursos para intervenções deste tipo são uma dura manifestação disso), retorce a legislação, ou simplesmente se move ao arrepio da lei, para impor um programa que segue demolindo os direitos e conquistas. O financiamento das IES, nas várias esferas de governo, despenca, ameaçando a expansão do ensino federal técnico e superior conquistada na última década. Temos a imensa tarefa de lutar pela revogação das medidas destruidoras impostas pelos golpistas dos 3 poderes, como a lei das terceirizações, a contrarreforma trabalhista, o fim do regime de partilha do pré-sal (e do fundo para Educação e Saúde) e, na base de todas elas, a EC 95/2016. Sem falar na contrarreforma da previdência que segue pendendo sobre nossas cabeças.

Isso, numa difícil situação em que nosso sindicato, no qual não faltam discursos ardentes, não conseguiu, até aqui, abrir a campanha salarial de 2018.

Trata-se de uma obra de barbárie sem precedentes em nossa história que apenas um governo golpista, livre de qualquer mandato popular, cuja sobrevivência se apoia unicamente na aplicação a mais profunda deste programa a serviço do imperialismo e da grande patronal nativa, pode encaminhar. Se confirma dramaticamente a entrevista de Roberto Brant, coordenador do documento Ponte para o Futuro, em O Estado de São

Paulo (18 de abril de 2016), “a proposta não foi feita para enfrentar o voto popular. Com um programa desses não se vai para uma eleição (...) vai ser preciso agir muito rápido. E sem mandato da sociedade. Vai ter de ser meio na marra”.

O 63º CONAD está chamado a atualizar o plano de lutas do 37º Congresso porque, de lá pra cá a ditadura judiciária, com componente militar, deu passos decisivos na liquidação da democracia para implantar o programa de destruições: prendeu Lula, interveio militarmente no Rio, organizou o assassinato de Marielle Franco, criou as condições para ataques às organizações populares, inclusive encobrindo os autores de ataques a tiros contra a caravana do Partido dos Trabalhadores no Sul do país e, mais recentemente, ao Acampamento Marisa Letícia, em Curitiba.

O GOLPE É PARTE DA INTERVENÇÃO DO IMPERIALISMO NO CONTINENTE

O golpe no Brasil responde à exigência do imperialismo norte americano que visa retomar os espaços perdidos durante as últimas décadas, fazendo voltar a tratar as nações sul-americanas como seu quintal, o que se expressa, em particular, na forma de garantir que o petróleo destes países sejam apropriados por suas multinacionais e a realização de reformas da previdência que deem plenas garantias a seus investidores, a saber, à meia dúzia de especuladores que ditam as ordenas de Donald Trump, como o faziam para Obama. Trata-se também de esmagar o valor da força de trabalho, por meio do corte das proteções sociais que a classe trabalhadora impôs em décadas de luta de classe, mas também de fazer recuar todos os programas sociais que propiciaram a inserção de novos setores na classe trabalhadora. Trata-se da expressão no Brasil da ofensiva do imperialismo para, na crise global do sistema capitalista, retomar plenamente o terreno de exploração perdido nos últimos anos.

63º CONAD se reúne num momento em que a vizinha Venezuela é alvo de ameaças de intervenção militar, que deve ser objeto de uma resolução de incondicional defesa da nação irmã neste evento.

Esta mesma ofensiva se expressa na política de Macri que leva a Argentina à um novo aprofundamento da crise e a voltar a se ajoelhar aos pés do FMI, com novos ataques o nível de vida das massas.

COMBATER O GOLPE, DEFENDER A UNIVERSIDADE, A DEMOCRACIA E A LIBERDADE DE LULA

Por isso, é preciso **seguir lutando para que o ANDES-SN reconheça o golpe** que se concentra hoje na injusta e ilegal prisão de Lula e na tentativa de impugnar sua candidatura presidencial.

O esmagamento da democracia pelo golpe que se manifesta no conjunto de ataques contra os direitos está simbolizado hoje pela prisão ilegal de Lula e pela interdição de sua candidatura, majoritária em todas as pesquisas, o que significa caçar previamente a manifestação da vontade popular. A prisão de Lula sinaliza uma ofensiva da reação, do totalitarismo judicial e do Governo Temer sobre todos os segmentos do movimento operário, camponês, juvenil e popular. É papel histórico de nosso sindicato, em unidade com imensa maioria das entidades sindicais, democráticas e populares, colocar-se, efetivamente, na luta intransigente pelas liberdades democráticas em nosso país e contra esta ditadura judiciária.

Para além de afirmar em suas resoluções o combate ao golpe, é preciso que nosso sindicato aja amplamente, sendo um fator de unidade de todos os segmentos da comunidade acadêmica, **se engajando na construção de comitês pela democracia, em defesa da universidade e pela liberdade de Lula.**

É NECESSÁRIO DISCUTIR AS RELAÇÕES COM A CSP-CONLUTAS

Os signatários desta contribuição têm, em nossas instâncias, e já há algum tempo, insistido na necessidade de uma discussão acerca das relações de nosso sindicato com a CSP-CONLUTAS.

Esta discussão aparece como necessária quando, no auge da crise política, no momento mesmo em que o Judiciário empalmado pelo golpe decretou a prisão de Lula, esta entidade se posicionou a favor desta prisão, escrevendo em seu site, na sexta-feira, seis de abril de 2018, uma resolução que dizia: “A CSP-CONLUTAS não participará de atos contra a prisão de Lula...”

O fato é grave e nos obriga a travar esta discussão com os espíritos desarmados e em relação à necessária resistência ao golpe.

APROFUNDAMENTO DO GOLPE NA EDUCAÇÃO E NAS UNIVERSIDADES

O Governo Temer impõe a aplicação da EC 95/2016. Já em abril passado, a Educação teve R\$ 4,3 bilhões em despesas bloqueadas. Com isso, o orçamento do MEC para 2017, que havia sido definido pelo Congresso em R\$ 35,74 bilhões, foi reduzido para R\$ 31,43 bilhões.

Os efeitos imediatos da EC 95 se fazem sentir no sistema federal de ensino. Contudo, o quadro na esfera dos governos estaduais também expressa a mesma situação: como mostra a tentativa de decomposição da UERJ, UEPB, UERN, das estaduais paulistas, cujas comunidades reagem a novo ataque do governo tucano, das estaduais paranaenses, ou no Ceará onde o governo avança na destruição da saúde do servidor e na implementação de uma reforma da previdência.

Alguns dados são úteis para se entender o recuo que é imposto agora. O orçamento geral do MEC cresceu entre 2003 e 2013 de algo como R\$ 20 bilhões para cerca de R\$ 112 bilhões, enquanto o orçamento das IFES, neste mesmo período, foi de cerca de R\$ 10 bilhões para em torno de R\$ 40 bilhões (SIMEC/MEC). Em pouco mais de um ano de governo golpista, este curso passou por uma reversão acelerada. O orçamento das IFES de 2017 apresentou corte significativo em relação ao de 2016: 6,74% nominal na matriz de custeio, 10% no programa Reuni, 40,1% em capital. Chame-se atenção para o corte de 3,15% do Programa Nacional de Assistência Estudantil, um item que já vinha sendo objeto de corte nos últimos anos.

O valor do custo-aluno do ensino superior desabou, vale hoje 42% menos do que valia em 2011. Junte-se a isto o corte de 44% no orçamento do CNPq, atingindo em cheio as universidades públicas.

Em 30/10/2017, foi publicado no DOU a Medida Provisória 805, que “Posterga ou cancela aumentos remuneratórios para os exercícios subsequentes, altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, quanto à alíquota da contribuição social do servidor público”. Traduzindo, significa adiamento de reajuste salarial dos servidores públicos federais

pelos próximos três anos (congelamento de progressões) e aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14%.

Apenas para efeito de ilustração, a UFBA sofreu para 2018 um corte de R\$ 40 milhões. Já a UFJF tem uma dotação orçamentária de R\$ 106,5 milhões, quando em 2017, o orçamento era de R\$ 102,2 milhões, isto incluindo o que se chama de verbas próprias. Nesta IES, o corte no custeio compromete inclusive o mero crescimento vegetativo da folha de pagamento. Isso se reverte numa nova pressão para que se encontrem saídas na cobrança de cursos e serviços e na privatização.

Nesse contexto, em caráter de urgência, é necessário preparar desde já a campanha salarial 2019 como uma prioridade absoluta para nosso sindicato, em particular no setor das federais.

TEXTO 4

Contribuição do (a)s professore (a)s: Adriana Gomes (SESDUF-RR); Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDCEFET-PI); Ana Luiza Pereira (ADUFSCAR); Antônio Hugo M. de Brito Junior (SINDUEPA); Antônio Rodrigues Belon (ADLESTE); Antônio Luis da Silva Sousa (SINDCEFET-PI); Aritana Dutra (SINDCEFET-PI); Argus Vasconcelos de Almeida (ADUFERPE); Aureir Alves de Brito (ADUNEMAT); Catarina Malcher Teixeira (APRUMA); Daniel Sólton (ADCESP); Daniela Batista Santos (ADUNEB); Denizalde Jesiél Rodrigues Pereira (ADUNEMAT); Douglas Bezerra (ADUFPI); Egmar Souza (SINDCEFET-PI); Elen Lúcia Marçal (ADUFPA); Fernando Damasceno (SESDUF-RR); Graziela Lucci de Angelo (SEDUFMS); Gelta Xavier (ADUFF); Geraldo Carvalho (ADUFPI); Gihad Mohamad (SEDUFMS); Hélio Cabral Lima (ADUFERPE); Itamar Ferreira (ADUNICAMP); Jaci Guilherme Vieira (SESDUF-RR); João Carlos Gilli Martins (SEDUFMS); Juliana Iglesias Melim (ADUFES); Levy Paes Barreto (ADUFERPE); Maria Áurea Pereira Silva (APRUMA); Marconis Ferandes Lima (SINDCEFET-PI); Marcelo Barreto (ADUFEPE); Marcos Escher (APES); Milton Mauad de Carvalho Camera Filho (ADUNEMAT); Patricia Andrade (SINDCEFET-PI); Raimundo Sergio Júnior (SINDUEPA); Raphael Furtado (ADUFES); Roberta Maria Batista de Figueiredo (APRUMA); Roberto Santos Ramos (APRUMA); Romildo Araújo (ADUFPI); Rosana Mendes Eleres de Figueiredo (APRUMA); Rosenverck Estrela Santos (APRUMA); Sandra Bernadete da Silva Moreira (ADUFPA); Sergio Darwich (SINDUEPA); Simone Contente Padilha (ADUNIFESSPA); Sinoelia Silva Pessôa (ADUNEB); Solange Pereira da Silva (ADUFPA); Suly Rose Pereira Pinheiro (APRUMA); Tomaz Boaventura (ADUFMAT); Valdeci Luiz Fontoura dos Santos (ADLESTE); Wagner Damasceno (Seção Sindical do Andes-SN na UFSC); Waldir Bertúlio (ADUFMAT); Welbson do Vale Madeira (APRUMA).

SÓ É POSSÍVEL AVANÇAR COM LUTAS! É PRECISO CONSTRUIR UMA REBELIÃO EM NOSSO PAÍS.

Crise e polarização da luta de classes

O Brasil vive ainda o contexto de uma crise profunda, econômica, social e política. São muito duros e profundos os ataques que o grande empresariado desencadeou contra os direitos da classe trabalhadora: estão aí o desemprego, a reforma trabalhista, a lei das terceirizações, a precarização das condições de vida e de trabalho, a reforma do ensino médio, a EC 95/2017.

O principal instrumento destes ataques é o governo Temer. Este governo, apesar de repudiado pela amplíssima maioria da população, não faz outra coisa senão atacar os direitos dos trabalhadores e entregar o patrimônio do país ao setor privado, nacional e estrangeiro. Basta ver a lei das terceirizações e a reforma trabalhista aprovadas neste governo, bem como as privatizações que tem feito.

Isso não é novidade. É o que o capitalismo faz, sempre que vive uma crise como a atual. Diminui investimentos, aumenta a exploração sobre os trabalhadores e se apropria do patrimônio e recursos públicos para aumentar seus lucros. Estas medidas não são de agora. Vêm do governo Lula(2003-2010), que concedeu incentivos fiscais aos setores oligopolistas da indústria nacional, fez vista grossa aos maiores devedores do INSS, e aprovou, em 2003, a reforma da previdência que teve por alvo principal os servidores públicos. No primeiro governo Dilma foi aprovado o FUNPRESP, que empurrou os servidores públicos para os planos de previdência privada. Depois das eleições de 2014, Dilma desencadeou uma nova série de ataques aos trabalhadores – começando pelo

seguro desemprego e PIS – que agora Temer (seu companheiro de chapa) continua e aprofunda.

O novo é que houve e está havendo uma reação, também muito forte, da classe trabalhadora brasileira contra estes ataques. Começa em 2012, com as rebeliões dos trabalhadores da construção civil nas obras do PAC e dá um salto em 2013 com as manifestações multitudinárias nas ruas, mudando a situação política do país. Continua depois disso com milhares de greves, ocupações e manifestações por todo o Brasil. Segundo dados do DIEESE, ano de 2016 atingiu o recorde de 2.096 greves, mais do que ano de 2013 que alcançou o número de 2050.

No ano passado tivemos em 28 de abril a maior Greve Geral da história do Brasil e em maio, o gigantesco e heroico Ocupa Brasília, que explicitaram de forma inequívoca a disposição de luta e a radicalização dos trabalhadores frente à degradação que vem sendo imposta às suas condições de vida. As lutas só não avançaram mais, devido ao criminoso papel de freio que têm cumprido as direções das grandes centrais sindicais do país, especialmente a CUT e a Força Sindical.

É essa polarização da luta de classes – entre a ofensiva da burguesia contra os nossos direitos, por um lado, e a reação dura da classe trabalhadora contra estes ataques, por outro – o pano de fundo da crise política em que vive o país. Os defensores da tese da “onda conservadora” precisam fechar os olhos a todas as lutas de nossa classe e ao papel das direções traidoras para chegar a essa conclusão.

O Estado usa a violência como contenção social

É devido à resistência dos trabalhadores na defesa de seus direitos, e à revolta que cresce mais a cada dia nos setores mais pobres da população, que o Estado capitalista intensifica o uso da repressão e da violência contra os trabalhadores e o povo pobre. O capitalismo não quer e não pode atender as demandas sociais sem incomodar a classe dominante, e então usa a violência para conter as lutas e evitar que as coisas fujam do controle. Assim, consegue impor a prevalência dos interesses dos bancos e grandes empresas sobre as necessidades de toda a população.

Essa realidade não é imediata, não temos amnésia política. O governo Dilma aprovou duas leis – a lei antiterrorismo e a chamada lei das organizações criminosas – claramente voltadas para reforçar a repressão às lutas e às organizações dos trabalhadores. Foi também este governo do PT que baixou o decreto da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), autorizando o uso das Forças Armadas na repressão à população.

O governo Temer deu um novo salto nesse processo com a intervenção federal decretada no Rio, que colocou o Exército no comando da segurança pública do Estado. Vale registrar que, além de atuar como força de contenção social, neste caso, o Exército também foi o meio usado pelos governos Temer e Pezão para tentar retomar o controle sobre a PM e a Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro, cada vez mais em crise.

Esse processo de criminalização das lutas e da pobreza, que agora se intensifica frente à crise econômica e a polarização da luta de classes, é uma *característica permanente* no capitalismo. O verdadeiro genocídio levado a cabo pelas PMs contra a juventude negra e pobre da periferia dos grandes centros urbanos que perdura há décadas é uma de suas expressões mais cruéis. O assassinato de Marielle e Anderson no Rio de Janeiro, no mês de março e ainda sem uma resposta definitiva à sociedade sobre seus culpados, é mais uma expressão dessa barbárie.

Essa é a “democracia” que o capitalismo nos reserva, uma democracia para os ricos, isso quando não implantam diretamente uma ditadura, como fizeram em 1964. Na

democracia dos ricos, os trabalhadores e os pobres nunca têm vez. É assim agora, foi assim nos governos de Frente Popular e seguirá sendo assim enquanto houver o capitalismo. Por isso, é importante que os trabalhadores e o povo pobre organizem sua própria autodefesa e lutem por um novo sistema, com democracia operária, dos pobres.

É preciso combater os setores de ultradireita que afloram na crise

Outro fenômeno que se verifica com o aprofundamento da crise e da polarização da luta de classes é o surgimento de setores de ultradireita, como Bolsonaro e os movimentos que o apoiam. Da mesma forma, a polarização ataca setores das Forças Armadas, que se animam cada vez mais a dar opinião sobre política. São expressões da crise do capitalismo e uma reação à luta dos trabalhadores, que avança e pode colocar em risco os interesses de seus senhores, os banqueiros e grandes empresários.

Precisamos sim, repudiar e combater duramente estes setores. A ultradireita é uma alternativa da burguesia contra os trabalhadores e contra os setores mais oprimidos da sociedade: os negros, os indígenas, as mulheres, as pessoas LGBT. Não é por acaso que a principal expressão desse setor seja um deputado corrupto como Bolsonaro, que só dissemina o ódio, a violência, o preconceito, além de votar a favor da reforma trabalhista, da lei das terceirizações e de outras barbaridades. É preciso denunciar, desmascarar a ultradireita junto aos trabalhadores e ao povo pobre e enfrentá-los nas ruas, fisicamente inclusive, quando necessário.

Da mesma forma, precisamos repudiar as tentativas de setores militares de se envolver na política. Se os chefes militares querem falar de impunidade, devem começar por tratar da impunidade dos seus próprios comandantes, que foram responsáveis pela tortura e assassinatos de milhares de ativistas políticos, trabalhadores e jovens, durante o regime militar que governou o Brasil de 1964 a 1984. É preciso lutar pela revisão da lei da anistia que livrou os agentes da repressão e pela condenação dos criminosos de farda.

Mas, é importante que se diga, nem fenômenos como Bolsonaro, nem as declarações de chefes militares podem ser confundidas com uma “ofensiva do fascismo” ou da iminência de um golpe militar no país, como querem fazer crer o PT e seus velhos e novos satélites. Fascismo implica uma ação organizada de grupos paramilitares, armados e com apoio de massas, que atacam e eliminam – fisicamente inclusive – os trabalhadores, seus dirigentes, suas lutas e suas organizações.

Não é esse o quadro que temos no país. Aliás, se estivéssemos mesmo em meio a uma ofensiva fascista ou na iminência de um golpe militar, teria de ser outro o caminho a adotar. Fascismo não se derrota com eleições, nem com frentes eleitorais. Se derrota nas ruas, com luta de massas. Da mesma forma, teríamos de agir para enfrentar um golpe militar. Nesses casos, sim, não apenas se justificaria, mas seria imperativo uma unidade de ação de todas as organizações da classe trabalhadora. Mas para a luta, não para eleições.

O que os setores que defendem essa narrativa (“golpe”, “onda conservadora”, fascismo...) pretendem, é justificar a proposta de uma Frente Ampla Eleitoral em apoio às suas candidaturas, no primeiro ou segundo turnos das eleições. O sonho deles é reeditar o governo da Frente Popular, mas agora “sem cometer os mesmos equívocos”. Reduzem a meras falhas o que foi escolha plenamente consciente e necessária para quem pretende gerir o Estado burguês. O Estado não é uma casca vazia, está a serviço da classe dominante. Gerir o Estado burguês é tão somente gerir o comitê de negócios da burguesia. No entanto, esses setores lutam para renovar as ilusões da classe trabalhadora na política de conciliação com a burguesia. Isso no momento em que a

classe rompeu com suas direções tradicionais, como prova a absoluta indisposição da mesma em lutar por Lula. A classe sabe exatamente quem a traiu.

O poder judiciário nunca foi democrático – nenhuma confiança pode ser depositada nele

O sistema de justiça em nosso país nunca foi democrático, sempre esteve a serviço de garantir a impunidade dos ricos e poderosos, no melhor estilo “para os amigos, tudo e para os inimigos, o rigor da lei”. Mas é preciso acrescentar que sempre foi assim, e a “Lava Jato” não é exceção a essa regra.

Essa “Justiça” nunca esteve disposta a assegurar justiça aos trabalhadores e aos pobres. O Brasil tem cerca de 300 mil presos que nunca tiveram julgamento algum, nem na segunda instância, nem na primeira. São os presos de “instância nenhuma”, pobres e negros em sua maioria. Onde está a justiça para estas pessoas?

Os governos de Frente Popular não fizeram nada para mudar essa situação nos 14 anos que estiveram à frente do país. Ao contrário, legitimaram este sistema – basta ver que a maioria dos ministros do STF foram indicados por Lula e Dilma. Aliás, o encarceramento em massa de negros e pobres, sem nenhum tipo de julgamento, praticamente dobrou durante esses governos. Lula segue, até neste momento extremo que vive, reafirmando que “confia na justiça”. É mais um desserviço enorme à consciência dos trabalhadores.

A prisão de Lula é seletiva? Sim... Cadê os demais?

A verdade é que Lula e o PT são responsáveis pela situação em que se encontram. Ao buscar aliança com os grandes empresários para ganhar as eleições e para governar, acabaram junto com gente como Sarney, Collor, Maluf, Renan Calheiros. Foram parar na mesma lama da corrupção em que eles sempre estiveram. E é por uma acusação de corrupção que Lula está preso. Ao adotar os mesmos esquemas corruptos com que sempre se governou o Brasil, Lula se expôs ao que está vivendo agora².

E têm razão aqueles que denunciam a seletividade da justiça ao condenar e colocar na cadeia o líder petista. Essa justiça é seletiva mesmo. É burguesa. O Estado é burguês. No entanto, frente a isso, não é razoável propor como solução a impunidade geral. O que é preciso, sim, é exigir que todos os demais – começando por Temer, Aécio, Serra, Alckmin e outros – sejam punidos também. Há que colocar na prisão todos os corruptos e corruptores, e confiscar todos os seus bens para repor ao patrimônio público o que foi roubado.

E é claro que não podemos confiar que esta justiça que aí está faça isso. Essa justiça burguesa só os protege, da mesma forma que todas as instituições que governam o Brasil. Essa, como outras mudanças que precisamos que aconteçam em nosso país, só teremos garantia que acontecerão, se houver luta para isso, com mobilização dos trabalhadores e do povo pobre.

Reafirmamos que não é tarefa da classe trabalhadora defender Lula e nenhum governo burguês, mas unir o conjunto das trabalhadoras e dos trabalhadores para lutar em defesa dos nossos direitos e contra todos os ataques impostos pelo capital. Nossos esforços devem ser para fortalecer a nossa organização enquanto classe trabalhadora.

Os trabalhadores precisam se organizar para sua luta, independente da burguesia

² Sobre os aspectos jurídicos da prisão de Lula, indicamos o texto: <https://litci.org/pt/especiais/polemica/defesa-juridica-de-lula-nos-termos-da-assim-chamada-esquerda-socialista/>

Mas a corrupção é só um dos males que afligem a vida da nossa classe. O desemprego, os baixos salários, a precarização e eliminação dos direitos, o caos nos serviços públicos de saúde e educação, a discriminação das mulheres, dos negros e pessoas LGBTQs; ou seja, a violência e humilhação é só o que nos reserva o capitalismo.

Os trabalhadores precisam de uma organização que sirva para sua luta com vistas a mudar tudo isso. Começando por colocar para fora Temer e toda a quadrilha que, com ele, governa nosso país, a serviço do sistema financeiro, das multinacionais, do grande empresariado e do latifúndio/agronegócio. Mas essa organização precisa se pautar pela independência de classe dos trabalhadores, senão vira instrumento da burguesia.

Na polarização da luta de classes que existe no país, o PT não esteve e nem está do lado dos trabalhadores, contra os ataques aos seus direitos. Ao contrário, foram instrumentos da burguesia para atacar nossos direitos, e não só durante o governo da ex-presidenta Dilma. A título de exemplo, temos o governo do Piauí, do PT, que aprovou, no final de 2016, o mesmo congelamento de despesas com políticas sociais que foi aprovado por Temer em nível federal; e em Minas Gerais, o governo Pimentel se nega a cumprir acordo feito com os professores e professoras do estado.

Por isso, é um desserviço aos trabalhadores defender o atrelamento da luta e organização da nossa classe à defesa de Lula e do PT. Não é com eles que construiremos a organização capaz de levar adiante a luta que precisamos fazer para defender nossos direitos, para mudar o país. Será contra eles, pela escolha que fizeram de aliar-se aos patrões. Abrindo mão da sua independência, acabaram virando as costas aos trabalhadores.

A posição das duas chapas que disputaram as eleições do Andes frente a isso é lamentável. Ambas capitularam à campanha “Lula Livre”, em completo descompasso com a classe trabalhadora, e inclusive com a maioria da nossa categoria. O que esperamos da próxima gestão é que aponte um caminho de lutas contra as reformas, de fortalecer o calendário dos SPFs e da classe trabalhadora, rumo a uma nova Greve Geral para barrar de vez a reforma da previdência e revogar a reforma trabalhista e os outros ataques que já foram aprovados. Sobre o combate a corrupção, que continue denunciando o caráter seletivo da justiça, defendendo que, além de Lula, todos os outros corruptos e corruptores sejam presos e tenham seus bens expropriados.

É preciso defender o papel estratégico da CSP-Conlutas! Não à mudança de política do Andes!

No último período, especialmente em 2017, o papel de nossa Central Sindical e Popular, ainda que minoritária, foi fundamental. Seja na luta para a realização da Greve Geral de 28 de abril, seja para garantir a resistência contra a repressão durante o Ocupa Brasília, seja dedicando todos os seus esforços para que as lutas continuassem no segundo semestre, apesar da traição das maiores centrais. O Andes, que faz parte da direção da CSP-Conlutas, esteve à frente de todos esses processos e sua atual direção sabe muito bem de tudo isso, como sabe também do papel que a CSP-Conlutas teve na luta pela recuperação do seu registro sindical, quando o governo “democrático” de Lula o cassou, transferindo-o para uma entidade fantasma cutista.

Além disso, todas as principais posições políticas tomadas pela CSP-Conlutas foram tomadas em fóruns democráticos, de base, dos quais o Andes participou. Aliás, até antes do Congresso de Salvador, existia muito pouca ou nenhuma diferença entre a política aprovada nos fóruns da CSP-Conlutas e aquela aprovada nos Congressos e Conads do Andes.

No entanto, a chapa que ganhou a direção do Andes para o próximo biênio refere-se à CSP-Conlutas como um “processo inconcluso” e não defende seu balanço. Ao contrário, critica as resoluções da CSP-Conlutas contrárias à “tese do golpe” no país, mas esquece que esse tema foi à votação em Congressos do Andes, e que foi derrotado. E a maioria dos companheiros da futura direção do Andes ignora isso, passando por cima das decisões dos Congressos do Andes. As posições são tão impressionantes que levaram a chapa de oposição cutista a propor uma “frente única anti-CSP-Conlutas” à chapa vencedora. Esperaríamos uma dura repulsa a essa proposta absurda, mas o que houve foi apenas um silêncio constrangedor.

Assim, o Conad deve reiterar a necessidade de construir, enraizar, fortalecer mais e mais a CSP-Conlutas como a principal ferramenta do processo de reorganização da classe trabalhadora (e não como “mais uma” entre várias outras). A CSP-Conlutas, ainda que minoritária, é fundamental para enfrentar as direções pelegas das grandes centrais, para lutar contra a capitulação à Frente Popular, para organizar a luta classista e independente dos trabalhadores. Esperamos que a nova direção do Andes não fuja dessa tarefa.

O Brasil precisa de uma revolução socialista e um governo socialista dos operários e do povo pobre

As mudanças que necessitamos no país são profundas. Não são tarefa para uma categoria apenas, mas sim para o conjunto de nossa classe. No entanto, nosso sindicato precisa discutir sempre qual o nosso horizonte e que tarefas nos propomos para alcançá-lo. Se é o caminho das eleições e da conciliação de classes, buscando humanizar esse sistema que está aí, ou se é o caminho da ruptura, da rebelião, da revolução. Nós que assinamos esse texto defendemos o segundo caminho. E defendemos que o Andes não vacile frente a essa escolha.

É preciso acabar com a desigualdade, a injustiça, o preconceito, a discriminação, a violência e liquidar esse sistema que transforma os trabalhadores em escravos dos capitalistas. Para isso, são necessárias mudanças estruturais no país: interromper o pagamento da dívida dita “pública” que transfere aos bancos quase metade do orçamento do país, todos os anos; estatizar os bancos, as grandes empresas, as multinacionais e colocá-los sob controle dos trabalhadores e nacionalizar a terra para colocá-la a serviço da produção de alimentos para a população.

É preciso colocar os recursos de que dispõe o país e a riqueza produzida por quem trabalha, a serviço de atender as necessidades dos trabalhadores e do povo pobre e não de enriquecer meia dúzia de banqueiros e industriais, como ocorre hoje. E nada disso poderá ser feito através das eleições, pois o sistema eleitoral é controlado pelo poder econômico, por estes mesmos banqueiros e grandes empresários que se beneficiam da desigualdade e da injustiça da sociedade capitalista. Por isso, independente de quem seja eleito, entra eleição e sai eleição e nada de fundamental muda para os trabalhadores e pobres.

Essas mudanças só virão com a luta da classe operária e todos os explorados e oprimidos. Precisamos tomar as ruas e, nas ruas, tomar em nossas mãos os destinos do nosso país. É preciso transformar toda essa revolta que cresce todo dia nos rincões do meio rural, na periferia dos grandes centros urbanos, dentro das fábricas e inclusive, em nossos locais de trabalho, em luta organizada para mudar a situação em que vivemos.

Nós precisamos organizar os de baixo para derrubar os de cima. Defender medidas concretas para acabar com o desemprego, garantir moradia, saúde, educação e transporte e acabar com a violência:

- Reduzir a jornada de trabalho para 36 horas sem reduzir salários, e realizar um plano de obras públicas necessárias que gere emprego e construa moradias, postos de saúde, hospitais e escolas e garanta saneamento básico para 100% da população.
- Revogar a reforma trabalhista, a lei da terceirização e as medidas de Dilma contra o PIS e o seguro-desemprego. Revogar e impedir qualquer reforma da previdência, seja de quem for.
- Suspender o pagamento da dívida pública aos bancos e fazer auditoria. Esse roubo tem que acabar. Esse dinheiro deve ir para saúde, moradia, transporte, educação e tecnologia. Nesse sentido, é preciso acabar com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que coloca como prioridade do país pagar os banqueiros.
- Estatizar e colocar os bancos e as grandes empresas sob o controle dos trabalhadores.
- Fazer reforma agrária, regularizar as terras indígenas e quilombolas.
- Prender todos os corruptos e corruptores, confiscar seus bens e estatizar as empresas envolvidas em corrupção, sob controle dos trabalhadores.
- Contra a violência, desmilitarizar a PM, garantir eleição de delegados nas comunidades e a organização da autodefesa nos bairros. Acabar com a intervenção militar no Rio de Janeiro.
- Nos 130 anos da abolição sem reparações, reparação já! Acabar com o racismo e a matança da juventude pobre e negra da periferia. Combater a LGBTfobia, garantir o direito ao nome social e que a transexualidade deixe de ser considerada uma patologia. Implementar um plano de educação que ensine a diversidade nas escolas. Garantir políticas públicas efetivas para combater de verdade a violência contra as mulheres. Legalizar o aborto, garantindo sua realização pelo SUS. Promover direitos e salários iguais para trabalho igual a mulheres, negros e negras, LGBTs e imigrantes.
- Descriminalizar todas as drogas e colocá-las sob controle do Estado, acabando com o tráfico e a violência associada. Tratar os problemas de abuso de drogas como problema de saúde, e não de polícia.

O Brasil precisa de uma revolução socialista, que institua um Governo Socialista, dos operários e do povo pobre, que funcione através de Conselhos Populares, onde sejam os que trabalham aqueles que determinem o que deve ser feito no país. Só assim vamos mudar o rumo do nosso país e de nossas vidas.

Tema II: Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização da(o)s trabalhadora(e)s

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA SINDICAL

TEXTO DE APOIO

O balanço das lutas travadas pelo(a)s trabalhadore(a)s neste primeiro semestre indica que os ataques não têm diminuído, pelo contrário, houve reordenamento da pauta de retirada de direitos, com destaque para a contrarreforma da previdência, temporariamente adiada, porém ainda na ordem do dia a ser colocada em votação no congresso a qualquer momento, inclusive antes da posse do governo que venha a ser eleito no próximo pleito eleitoral. Nesta reorganização da pauta de ataques aos direitos do(a)s trabalhadore(a)s, vale mencionar a imposição de uma agenda reacionária com participação das forças armadas e líderes políticos que fazem apologia ao crime como forma de enfrentamento das lutas sociais. Exemplo contundente desta situação foi o assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, conforme o texto *Conjuntura Internacional*, as lutas não arrefecem, avançam, ainda que de forma dispersa e fragmentada, porém sem conseguir alcançar o grau de unidade necessária para alterar significativamente a correlação de forças.

As lutas contra a legislação que retira direitos

Entre os ataques aos direitos trabalhistas implementados no governo Temer, merece destaque, pelo caráter retrógrado, a Portaria 1.129/17 do Ministério do Trabalho, que muda a definição de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas às de escravo, enfraquecendo de fato a luta contra as formas modernas de escravidão. Esta portaria foi suspensa por decisão liminar (provisória) da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), e, finalmente, substituída pela Portaria 1.293/17, que restaura a definição de condições análogas às de escravo.

Especificamente com relação à(o)s funcionária(o)s pública(o)s, o governo instituiu o *Plano de Demissão Voluntária* (PDV) pela MP 792/17, com o objetivo de aprofundar o desmonte dos serviços públicos, incentivando o desligamento voluntário do(a)s servidore(a)s público(a)s federais. A adesão foi muito baixa, uma vez que apenas 76 servidore(a)s solicitaram o desligamento durante o período de vigência dessa medida repudiada pelo(a)s servidore(a)s público(a)s federais organizado(a)s no FONASEFE, que editou uma cartilha denunciando os prejuízos para o(a)s trabalhadore(a)s e o(a)s usuário(a)s dos serviços públicos. A MP perdeu validade ao não ser aprovada no Congresso.

Mesma situação aconteceu com a MP 805/17, que propunha postergar reajustes salariais e aumentar a contribuição previdenciária de servidore(a)s público(a)s federais de 11% para 14%. Primeiro foi sustada no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo ministro Ricardo Lewandowski, depois perdeu validade ao não ser aprovada no Congresso. Além da luta político-sindical contra esta MP, o ANDES-SN ingressou na condição de *Amicus*

Curiae na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.809, ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Continua ainda na pauta do Congresso, entretanto, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 116/17, de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), que institui regras de avaliação de desempenho dos servidores públicos e prevê, em caso de sucessivas avaliações negativas, a exoneração do(a) trabalhador(a). Trata-se de um projeto de caráter punitivo, que busca culpabilizar o(a)s servidore(a)s para, segundo a lógica da redução do tamanho do Estado, demitir funcionário(a)s público(a)s com o pretexto do baixo rendimento, sem levar em consideração a precarização das condições de trabalho que impactam negativamente na realização das funções.

O PL 3.831/15, que disciplina a negociação coletiva no serviço público das três esferas administrativas (União, estados e municípios), segundo estabelece a Convenção nº 151 da OIT, foi aprovado no Congresso, porém vetado integralmente pelo ilegítimo governo Temer. Esse veto foi mantido pela Câmara, deixando o(a)s servidore(a)s sem este importante e internacionalmente reconhecido instrumento de defesa, mesmo que não contemple todas as reivindicações do(a)s servidore(a)s público(a)s.

Curso de formação política

Nos dias 6 e 7 de abril, aconteceu a quarta e última etapa do Curso de Formação Política e Sindical do ANDES-SN, referente à edição de 2017, que teve como tema “Quilombolas, luta e revolução” e foi realizada na sede da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Acre (ADUFAC - Seção Sindical do ANDES-SN) em Rio Branco (AC). Foram tópicos do curso o conceito de quilombo, aspectos históricos, sociais e políticos no Brasil, além de debate sobre o racismo e a afirmação da identidade quilombola e, também, dos povos originários no país, destacando as alianças com os quilombolas. Esta etapa finalizou a edição do Curso de Formação Política e Sindical, que teve como eixo “Movimentos Sociais: exploração, opressão e revolução”, que constou das seguintes etapas: "Mulheres, opressão pelo viés de classe na perspectiva revolucionária", na cidade de Fortaleza (CE); “Indígenas, opressão pelo viés de classe na perspectiva revolucionária”, em Dourados (MS); e também “LGBTfobia, luta de classe e revolução”, em Belo Horizonte (MG).

Para o próximo semestre, foi aprovada, no 37º CONGRESSO, a organização do novo Curso de Formação Política e Sindical com o tema: “Universidade, trabalho e movimento docente”. A proposta para esta edição é de desenvolver o conteúdo em uma única jornada de três dias de trabalho no mês de setembro abordando os seguintes tópicos: 1. Reforma Universitária de Córdoba e sua atualidade; 2. Processo de construção do PNE - Proposta da Sociedade Brasileira; 3. Movimento docente: da ANDES para o ANDES-SN.

A reorganização da classe trabalhadora

A conjuntura aberta nas jornadas de junho de 2013, que indicou uma tendência estrutural ao esgotamento do ciclo popular-democrático, continua a intensificar as atividades de reorganização da classe trabalhadora, tais como aprovadas no 36º CONGRESSO realizado em Cuiabá. Vale ressaltar que, com esta perspectiva, aconteceu uma reunião organizada pelo ANDES-SN, no mês de novembro de 2017, com centrais sindicais, partidos políticos, movimentos sociais e estudantis, na qual foi aprovada a

criação de uma comissão de reorganização da classe trabalhadora, com a finalidade de promover a realização de debates sobre o tema nos estados, na perspectiva de realizar uma reunião ampla de reorganização da classe trabalhadora no primeiro semestre de 2018. As dificuldades de agenda inviabilizaram a realização dessa atividade, que estamos propondo para o segundo semestre deste ano.

Nesta linha de atuação e com base na deliberação do 36º CONGRESSO, que aprovou, no item 6.4 da TR de Política Sindical, “debater, no GTPFS, a proposta de realização de um encontro que tenha como tema o processo de reorganização da classe trabalhadora, na perspectiva de contribuir para a construção de um evento nacional”, é necessário realizar, ainda no segundo semestre deste ano, um seminário interno, porém aberto à participação de convidado(a)s externo(a)s, que materialize esta deliberação.

No campo específico da organização do(a)s servidore(a)s público(a)s nas três esferas, entendemos que é importante incrementar as lutas específicas e gerais, até a materialização de outra greve geral, contra a EC 95, a contrarreforma trabalhista e a ameaça da contrarreforma da previdência (que não saiu da pauta, apenas foi adiada). De fato, nos estados e municípios, o(a)s servidore(a)s travam intensas lutas contra a aprovação de contrarreformas previdenciárias que retiram direitos.

Lutas de enfrentamento ao assédio moral, à criminalização e às perseguições a docentes

No quadro da ofensiva reacionária, desencadeada particularmente a partir das jornadas de junho de 2013, as instituições públicas de ensino superior e o(a)s professore(a)s têm sido fortemente atacado(a)s. Isto levou à aprovação no último CONGRESSO da criação de uma comissão, que estamos propondo que se denomine **Comissão de enfrentamento à criminalização e à perseguição política a docentes**, com a finalidade de enfrentar esses ataques. A comissão foi instalada em 22 março de 2018, na Sede do ANDES-SN. Nessa reunião, foi apreciado um caso de perseguição a uma docente, ocorrido na Universidade Federal do Pampa, que está ameaçada de demissão por denunciar irregularidades em uma banca de concurso público da qual fez parte.

II - POLÍTICA DE FORMAÇÃO SINDICAL

O 37º CONGRESSO delibera

- 1. Lutar pela revogação da Portaria 1.129/17 do Ministério de Trabalho, ou qualquer medida nessa direção, sobre trabalho forçado e condições análogas à escravidão.*
- 2. Lutar contra qualquer Programa de Desligamento Voluntário (PDV) de servidores federais, estaduais e municipais, com especial atenção à reedição da MP 792 do governo Temer do ano de 2017.*
- 3. Lutar contra a MP 805/17, que altera a contribuição previdenciária dos funcionários públicos federais de 11% para 14%, assim como iniciativas governamentais semelhantes nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, para ativos e aposentados.*
- 4. Lutar contra o Projeto de Lei 116/17 (Complementar) que tramita no Senado, e que estabelece regras para a demissão de servidor público estável por "insuficiência de desempenho".*

5. Acompanhar os desdobramentos da tramitação do PL 3.831/15, que regulamenta a negociação coletiva dos servidores públicos de todas as esferas.
6. Organizar a quarta etapa do Curso de Formação Política e Sindical, com o tema “Quilombolas, luta e revolução”, no primeiro semestre do ano de 2018.
7. Organizar novo curso de formação política e sindical no ano de 2018 com o tema: “Universidade, trabalho e movimento docente”.
8. Realizar, juntamente com as seções sindicais em articulação com as secretarias regionais, atividades de formação que contemplem os temas do Curso Nacional realizado de acordo com a aprovação no 36º Congresso do ANDES-SN.
9. Fortalecer, ampliar e capilarizar nos estados e regionais a CSP-Conlutas.
10. Participar da comissão criada na reunião de reorganização da classe trabalhadora, organizada pelo ANDES-SN, e promover a realização de debates sobre o tema nos estados, na perspectiva de realizar uma reunião ampla de reorganização da classe trabalhadora no primeiro semestre de 2018.
11. Realizar, no primeiro semestre de 2018, em articulação com entidades e movimentos sociais, o Seminário Internacional sobre a reorganização da classe trabalhadora, que estava previsto para 2017, em comemoração aos 100 anos da Revolução Russa e em memória dos 50 anos do assassinato de Che Guevara.
12. Construir no ANDES-SN, junto às entidades do serviço público e nos espaços de organização dos servidores, a exemplo do FONASEFE, CNESF e outros, greve dos(as) servidores(as) públicos(as) no primeiro semestre de 2018 contra a retirada de direitos e em defesa dos serviços públicos.
- 12.1 Propor, no 1º semestre de 2018, a elaboração de um calendário de mobilização, paralisação e greves dos servidores públicos para 2018, tendo como foco imediato a Reforma da Previdência.
13. Reafirmar a necessidade de greve geral, a ser construída junto às centrais sindicais e movimentos sociais, plenárias de base, deliberadas previamente pelas AGs, contra as reformas e nenhum direito a menos.
14. Participar do Fórum Social Mundial 2018, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), que acontecerá de 13 a 17 de março de 2018, com atividades do GTPE, GTCT e com o lançamento da Frente Nacional em Defesa das IES públicas na cidade de Salvador /BA.
15. Que as seções sindicais intensifiquem as denúncias contra deputados federais/estaduais, senadores e governadores candidatos à reeleição que votaram a favor das contrarreformas.
16. Intensificar a denúncia sobre as reformas previdenciárias ocorridas e que estão em andamento nos estados.
17. Incrementar, e lançar nos estados onde não ocorreu, e em articulação com as secretarias regionais do ANDES-SN, a Frente Nacional em Defesa das Instituições Públicas de Ensino Superior.
18. Que o ANDES-SN, em caráter emergencial, constitua uma comissão formada por três integrantes da coordenação do GTPFS, três do coletivo jurídico e em cada caso representantes das seções sindicais ou das secretarias regionais envolvidas na denúncia que ficará responsável pelo levantamento, acompanhamento e denúncia dos casos de assassinatos, perseguições, investigações, judicializações e criminalizações de

caráter político promovidos pelos aparelhos repressivos do Estado ou por grupos reacionários organizados dentro e fora das Instituições de Ensino Superior, IFs, CEFETs, com o fim de repressão e cerceamento da liberdade de pesquisa, de ensino, de aprendizagem, de mobilização e de luta. Essa comissão deverá se articular de forma mais ampla com os coletivos de luta, partidos, movimentos sociais e sindicatos, garantindo rápida divulgação, acompanhamento e proteção, e quando necessário, deverá ser prestada assessoria jurídica aos docentes criminalizados:

18.1. Que a comissão apresente relatório preliminar das atividades realizadas no próximo CONAD;

18.2 Realização de campanha de solidariedade às instituições violadas, UFMG e UFSC, e aos professores e às professoras, bem como de denúncia ampla das arbitrariedades cometidas, como conduções coercitivas e prisões injustificadas.

19. Ampliar apoio à(o)s trabalhadores(a) das terceirizadas, inclusive com cursos de formação política.

TR - 5

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Convocar a comissão criada na reunião de reorganização da classe trabalhadora, promovida pelo ANDES-SN no segundo semestre de 2017, na perspectiva de promover debates sobre o tema nos estados, e realizar uma reunião ampla de reorganização da classe trabalhadora no segundo semestre de 2018.
2. Realizar seminário interno com o tema “Processo de reorganização da classe trabalhadora”, na perspectiva de contribuir para a construção de um encontro nacional da classe.
3. Articular, no âmbito do FONASEFE/FONACATE, calendário de mobilização, paralisação e greves do(a)s servidore(a)s público(a)s, tendo como foco imediato o combate à aprovação da contrarreforma da previdência e a luta pela revogação da EC 95, da contrarreforma trabalhista e da terceirização irrestrita, na perspectiva da construção da greve geral.
4. Organizar Curso de Formação Política e Sindical durante o segundo semestre do ano de 2018 com o tema: “Universidade, trabalho e movimento docente”, numa única jornada de três dias de trabalho no mês de setembro com os seguintes tópicos: 1. Reforma Universitária de Córdoba e sua atualidade; 2. Processo de construção do PNE - Proposta da Sociedade Brasileira; 3. Movimento docente: da ANDES para o ANDES-SN.
5. Denominar **Comissão de enfrentamento à criminalização e à perseguição política a docentes** a comissão de caráter emergencial criada no 37º CONGRESSO do ANDES-SN.



Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO A ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA EDUCACIONAL

TEXTO DE APOIO

Após o 37º CONGRESSO do ANDES-SN, alguns fatos se apresentaram no âmbito da política educacional, configurando o aprofundamento de programas e ações governamentais regressivas para o setor. A implementação da BNCC da educação infantil e do ensino fundamental começa a se materializar nas redes estaduais e municipais, após homologação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em dezembro de 2017, deixando evidente uma concepção de educação que enfatiza as competências e as habilidades como centro do processo de ensino-aprendizagem. A contrarreforma do Ensino Médio agora avança com a apresentação da BNCC, encaminhada em abril de 2018 ao CNE, que reproduz a mesma estratégia de realização de “audiências públicas” utilizadas para aprovar a BNCC da educação infantil e ensino fundamental, visando a legitimação da proposta. O documento base da BNCC para o Ensino Médio também indica os conhecimentos, as competências e as habilidades que se espera que o(a)s estudantes desenvolvam. A expectativa governamental é a de que essa orientação curricular esteja pronta para ser implementada nas escolas em 2019. Assim, confirma-se a análise apresentada na cartilha “A Contrarreforma do Ensino Médio: o caráter excludente, pragmático e imediatista da Lei nº 13.415/2017”, publicada em 2017 pelo ANDES-SN.

A política de Formação de Professore(a)s, apontada no texto do último CONGRESSO, passou a tomar forma por meio de programas anunciados pelo governo, tais como Residência Pedagógica, Flexibilização do PROUNI, abertura de vagas na Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a Base Nacional Docente.

Confirmam-se nossas análises de que a expansão da educação superior via o setor privado tem sido a tônica dos últimos governos. Em relação ao financiamento, os dados são preocupantes, pois mostram que o fundo público está sendo transferido em grande parte para o setor privado. Os dados do Censo da Educação Superior informam que no período de 2003 até 2016 a matrícula nesse nível de ensino teve um crescimento de 62%, passando de 4.944.877 estudantes para 8.052.254. Contudo, essa expansão se deu pela via privada, que detém 75,3% das matrículas (6.058.623). Neste mesmo período, as despesas com as universidades federais cresceram 144%, enquanto os recursos destinados ao FIES aumentaram 1.069,27%.

Além dessas iniciativas do poder executivo, no Congresso Nacional continuam tramitando projetos de lei que implicam no cerceamento da livre expressão nas escolas, como o parecer do relator do PL nº 7180/14 (Escola sem Partido) aprovado na Câmara dos Deputados, em maio de 2018, com possibilidade de votação pelo plenário ainda no primeiro semestre. A proposta da Escola sem Partido está em tramitação na Câmara de Deputados, por meio do PL nº 7.180, no qual foram apensados os PL nº 7181/14,

867/15, 1859/15, 5487/16, 6005/16, 8933/17 e 9957/2018. O número de projetos de lei que trata do assunto evidencia o interesse que este tema vem despertando entre os parlamentares e pode representar uma demanda embutida em uma conjuntura na qual há um recrudescimento do conservadorismo e o surgimento de grupos profascistas. O Projeto de Lei nº 7180/14 incluiu um substitutivo que apresenta “Seis Deveres do Professor”, indicando, inclusive, que sejam publicizados, por meio de um cartaz que deve ser afixado em cada sala de aula. Os deveres não deixam dúvida do controle e do impedimento do pleno exercício da profissão docente com autonomia didático-pedagógica. Dentre os deveres, chama a atenção aquele que indica que o(a) professor(a) não deve “incitar seus alunos a participarem de manifestações ou passeatas”. O cartaz afixado em sala serve para atemorizar o(a) professor(a) e também para criar entre o(a) s estudantes o hábito de, segundo critérios próprios, denunciar o(a) docente, criando uma cultura do medo e da delação. No dia 22 de maio, prazo final para emendas, foram apresentadas trinta emendas ao substitutivo descrito acima.

O espaço que alguns temas ganharam na sociedade, tais como gênero, raça, etnia, orientação sexual, união civil entre pessoas do mesmo sexo, adoção de crianças por casais homo afetivos, dentre outros, despertou em determinados setores mais à direita uma “pseudo” preocupação com a possibilidade de a escola ser um instrumento de difusão das nomeadas, por esses setores, “ideologia de gênero”. Nessa lógica, é que se justifica a abundância dos projetos apensados ao PL nº 7181/14.

Diante disso, reforçamos a necessidade de ampliar a mobilização para barrar esse retrocesso, de forma organizada, por meio, dentre outros, da Frente em Defesa da Escola sem Mordada, impedindo a transformação desse PL em uma Lei que altera o artigo 3º da Lei nº 9394 de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O ANDES-SN produziu uma publicação sobre o assunto, tem realizado debates em vários espaços e vai continuar lutando para garantir a liberdade de expressão do(a) professor(a), numa perspectiva de uma sociedade livre e democrática.

Em relação à política de inclusão de pessoas com deficiência, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 278/16 indica outro retrocesso nas poucas conquistas relacionadas a essa questão ao propor alteração na Lei nº 13146/15 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI). Este PLS foi aprovado no dia 11 de abril na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e no dia 9/5/2018 foi distribuído ao Senador João Capiberibe, para emitir relatório pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Trata-se de um retrocesso na seara dos direitos à inclusão escolar das pessoas com deficiência, previstos na LBI, ao propor a possibilidade de pagamento de professore(a)s de apoio pelas famílias de estudantes com deficiência, desobrigando que o Estado e as escolas particulares cumpram seu papel na educação inclusiva. Ainda, o projeto propõe que cada professor(a) de apoio atenda até três estudantes com deficiência, colocando o(a) professor(a) em precárias condições de trabalho e o(a) estudante sem o direito ao acesso à educação inclusiva e de qualidade.

Em seu conjunto, as iniciativas descritas representam uma desconstrução, cada vez mais intensa, nos pequenos avanços duramente conquistados por vários movimentos classistas do campo educacional brasileiro. Tal situação, coloca a necessidade de aprofundar nossas ações e ampliar as articulações visando reverter a tendência em curso, retomar e fazer avançar o projeto de educação que defendemos.

Nessa direção, no primeiro semestre de 2018 aconteceram algumas reuniões do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) específicas, e em conjunto com outros GT e Setores para tratar das resoluções do 37º CONGRESSO. Como resultado foram

expedidas circulares, por exemplo, indicando material produzido no âmbito do GT a ser utilizado para realização de debates nas seções e nas regionais (BNCC, política de formação de professore(a)s, reforma do ensino médio, etc.)³. Outra circular tratou do levantamento da política de inclusão das pessoas com deficiência nas Instituições de Ensino Superior (IES). Foram realizados debates tratando do Capacitismo numa perspectiva conceitual e também a partir da interseccionalidade entre classe, gênero e raça com o objetivo de propiciar um acúmulo sobre o assunto. Uma outra circular tratou da questão do controle do trabalho docente. Nela solicitamos às seções sindicais dados para compor um quadro nacional sobre como as administrações estão lidando com a questão. O tema foi tratado no Encontro Jurídico, realizado em 2017 (Circular nº 426/2017) e discutido em uma das reuniões conjuntas do GT. Já a questão da criação de Fundos Patrimoniais como forma de investimento nas Instituições Federais de Ensino foi tratada no Encontro Jurídico e foi tema de matéria na imprensa do sindicato. Aliado a isso, a temática da expansão do ensino superior e da transferência do fundo público para o setor privado foi objeto de análise em reuniões conjuntas do GTPE com os GT Verba e GTC&T, em que foram apresentados alguns estudos realizados por sindicalizado(a)s da base do ANDES-SN seguido de debates. Um material tratando do assunto está sendo produzido e será publicado em breve.

A organização do seminário temático sobre Educação à Distância (EaD), conforme indicação do 37º CONGRESSO, foi pauta das reuniões do GT. Esforços foram envidados para a construção do evento definindo-se a programação com previsão inicial para realização no primeiro semestre. Devido a dificuldades de garantir a participação de pessoas com acúmulo sobre o tema e considerando a relevância e urgência de nos apropriarmos do assunto, indica-se a realização do Seminário no segundo semestre de 2018.

No primeiro semestre de 2018, conforme deliberação do 37º CONGRESSO, o ANDES-SN participou da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE). A mesa, “Políticas educacionais no contexto do PNE”, foi realizada no âmbito das atividades autogestionadas com a participação de professore(a)s do ensino básico e de nossas seções sindicais. O debate reforçou o projeto classista de educação que defendemos e a discussão versou, entre outros, sobre os efeitos da EC 95/16 nas políticas sociais com ênfase no impacto na educação. Os cortes de bolsas, demissão de terceirizados e aumento das refeições nos restaurantes universitários, foram exemplos de efeitos das políticas de austeridade na educação superior pública o que tem provocado mobilizações e lutas em algumas universidades.

No estande montado pelo ANDES-SN foram distribuídos materiais para subsidiar a denúncia da política educacional em curso nos últimos governos. Avaliamos que a CONAPE não assumiu posicionamento crítico em relação ao PNE, inclusive sobre a destinação de recursos públicos para instituições privadas. Apesar da legitimidade da mobilização em defesa do ex-presidente Lula, a alteração do nome da conferência na plenária final acrescentando o termo “Lula Livre”, evidencia sua priorização, desde suas etapas municipais, para a campanha eleitoral presidencial no lugar de aprofundar o debate e construir alternativas de luta para reverter as políticas educacionais que ressignificam o sentido de uma educação efetivamente pública, democrática, laica e gratuita, a serviço dos interesses da classe trabalhadora.

Desde a organização da Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (CONEDEP) após a realização do II ENE, em 2016, o ANDES-SN

³ Circulares nº 030/2018 e nº 038/2018.

tem participado de todas as reuniões, buscando articulação com outras iniciativas para fortalecê-la. Diante da conjuntura e dos intensos e contínuos ataques aos direitos sociais e trabalhistas e aos serviços públicos, vivenciamos algumas dificuldades em manter uma participação significativa de todas as entidades nas reuniões.

No primeiro semestre de 2017 o ANDES-SN apresentou uma proposta de realização de atualização de um diagnóstico da realidade educacional brasileira para servir de subsídio à realização dos encontros preparatórios ao III ENE. A proposta foi aprovada em reunião realizada no segundo semestre do ano passado com divisão de tarefas e elaboração de um roteiro para registro das informações. Na ocasião, a CONEDEP definiu o tema do III ENE: “Por um projeto classista e democrático de educação”.

Na reunião da CONEDEP realizada em fevereiro de 2018 foi proposta a programação e o cronograma para realização do III ENE no final de julho, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. A programação foi elaborada com o intuito de avançar nos debates sobre o projeto de educação que defendemos para o Brasil a partir do acúmulo do I e II ENE. Na reunião realizada em março de 2018 foram debatidas as dificuldades relacionadas à infraestrutura nas IFE propostas e de mobilização para as etapas estaduais. Foi consenso a produção de um texto orientador para a realização das etapas municipais, regionais e estaduais e de um roteiro para a apresentação dos relatórios. Na ocasião, a data de realização da etapa nacional foi prorrogada para o início de agosto de 2018 com previsão da realização das etapas estaduais até junho e foi criado um grupo de trabalho para avaliar as possibilidades de realização do III ENE na Universidade de Brasília (UnB). As tarefas necessárias para a reserva do espaço foram realizadas, mas até o final de maio não havia sido confirmada a liberação por parte da administração daquela universidade.

A indefinição do local de realização, aliada à conjuntura política nacional e à necessidade de ampliar a articulação nos municípios e estados para a organização de um III ENE representativo culminou na realização de uma reunião de urgência da CONEDEP no dia 24 de maio, tendo como pauta debater, entre outras questões, o cronograma do ENE. Nesta reunião, foram pontuados os desafios para o III ENE e indicados temas importantes que necessitamos tratar, como, por exemplo, o processo de privatização da educação pública, a perseguição sofrida por docentes e a implantação da BNCC e da contrarreforma do Ensino Médio. Os informes dados pelos presentes evidenciaram que em alguns estados as etapas preparatórias ao III ENE estão sendo realizadas, mas que na maioria deles, a construção do ENE ainda está em fase inicial. Nesta reunião foi deliberado, de forma consensual, pelo adiamento do III ENE para abril de 2019, precedido das etapas municipais, regionais e estaduais até dezembro de 2018. O texto orientador com cronograma será atualizado para ser disponibilizado pela CONEDEP aos comitês/fóruns estaduais.

O ANDES-SN tem cumprido um importante papel na construção de um projeto de educação pública e gratuita tal como apresentado no Caderno 2, que traz os princípios que regem as ações desta entidade, e em outros documentos. Recentemente elaboramos e publicamos a cartilha “Um Pouco de História, pois o Futuro não se Constrói só com o Presente”, que expõe essa trajetória de luta. A construção do I e II Encontros Nacionais de Educação (ENE) desde 2014, em conjunto com outras entidades e movimentos, representa uma iniciativa efetiva contra as políticas privatistas dos últimos governos e a retirada dos direitos do(a)s docentes e sinaliza a possibilidade de continuar defendendo um projeto classista e democrático de educação. Por isso, indicamos às nossas seções sindicais todo o empenho em mobilizar a base para, junto com outras entidades locais, contribuir efetivamente para a realização exitosa do III ENE.

Por fim, registramos que apesar dos esforços feitos para realizarmos as ações indicadas, alguns desafios permanecem, entre os quais destacamos: a necessidade das seções sindicais continuarem realizando o levantamento sobre a política/ações de inclusão de estudantes e trabalhadore(a)s com deficiência nas IES; dos dados sobre o controle/registo do trabalho docente; assim como o desenvolvimento de ações locais que possibilitem uma maior socialização dos materiais relacionados à política educacional que apresentam a análise do ANDES-SN. Precisamos também ampliar o envolvimento das entidades de compõem a CONEDEP na mobilização e construção do III ENE, tanto nas etapas estaduais quanto na etapa nacional, e continuar insistindo na organização de um espaço de luta das entidades da educação que reivindicam as proposições que outrora balizaram a elaboração do PNE da Sociedade Brasileira, como um instrumento indispensável para revogação de toda a legislação que instituiu o avanço no processo de privatização e mercantilização da educação do país.

V - POLÍTICA EDUCACIONAL

O 37º CONGRESSO delibera:

- 1. Denunciar todas as práticas de precariedade do trabalho docente sofridas pelos docentes na EaD (de infraestrutura física, de pessoal e/ou corpo técnico administrativo e pedagógico).*
- 2. Defender que a(o)s trabalhadore(a)s do EAD tenham tratamento isonômico à(o)s do(a)s trabalhadore(a)s estatutários e celetistas nas instituições de ensino garantindo-se todos os direitos trabalhistas.*
- 3. Promover ações que integrem o(a)s docentes que atuam na educação à distância ao conjunto de lutas das instituições de ensino, de modo a fortalecer a defesa da garantia dos direitos trabalhistas fundamentais a esse segmento da classe trabalhadora.*
- 4. Que em reunião do GTPE, seja pautada a realização de um levantamento da situação atual dos cursos e formas de contratação de docentes que atuam em EaD no ensino superior bem como da produção acadêmica sobre o tema.*
- 5. Pautar nos setores e no GTPE a realização de um seminário temático sobre a modalidade EaD e as condições de trabalho do(a)s professore(a)s de EaD no ensino superior público, com posterior produção de materiais sobre o tema.*
- 6. Continuar produzindo, no âmbito do GTPE, material de análise sobre formação docente (ENAMEB, residência pedagógica, criação de mestrado e doutorado profissional e a distância, utilização das vagas ociosas do PROUNI e reservas de vagas da UAB, sua relação com a BNCC, entre outros), denunciando essas medidas como estratégias de desvalorização do magistério, da carreira docente, aligeiramento da formação docente e transferência de recursos públicos para o setor privado.*
- 7. Pautar, na primeira reunião do GTPE após o 37º CONGRESSO, a elaboração de instrumentos de coleta de dados, sobre formas de controle de carga horária mínima e máxima, existência de comissão de avaliação anual do trabalho docente, critérios de concessão do regime de DE, etc., a ser enviado para as seções sindicais e distribuídos em reunião de setores e outros eventos do ANDES-SN, para posterior análise e estabelecimento de estratégias de enfrentamento das situações identificadas, a ser apresentada no próximo CONAD.*
- 8. Elaborar material de análise sobre os projetos de leis que visem criar Fundo Patrimonial como mais uma forma de financiamento das IES, denunciando-os como parte do processo de mercantilização e privatização dessas instituições, subordinando-*

as aos interesses do grande capital, dando ampla divulgação desse material e outras ações de enfrentamento a esses projetos, por meio das seções sindicais.

9. Produzir InformANDES especial, atualizando as informações sobre a Base Nacional Comum Curricular; Reforma do Ensino Médio; e as lutas desenvolvidas em prol de uma Escola sem Mordada, entre outros.

10. Produzir no âmbito do GTPE, levantamento de dados, a partir das seções sindicais, sobre políticas, ações ou processos de inclusão de pessoas (estudantes, professore(a)s e servidore(a)s técnico-administrativo(a)s) com deficiência ou outras necessidades especiais nas IES (inclusive nas unidades de educação básica/creche), CEFET e IF, com posterior análise e indicação de ações, incluindo realização de debates, voltadas à luta em defesa do direito à educação, acessibilidade e permanência, incluindo políticas de combate ao capacitismo.

11. Participar, defendendo os princípios e posições do ANDES-SN, organizando intervenção política, via seções sindicais e secretarias regionais e em articulação com demais entidades da CONEDEP, das etapas municipais, estaduais, regionais e da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE), que acontecerá em 2018. Durante essas participações e intervenções, divulgar os materiais do ANDES-SN; distribuir nota da CONEDEP expondo o projeto de educação pública defendido por essas entidades; divulgar e convocar os presentes a participarem de todas as etapas do III ENE.

11.1 Produção de nota política com críticas aos objetivos da CONAPE, orientando a intervenção do(a)s filiado(a)s do ANDES/SN, reforçando as principais deliberações do II Encontro Nacional de Educação em direção à construção do projeto de educação da classe trabalhadora.

11.2 Continuar lutando pela extinção dessa modalidade (EaD) na formação inicial da educação superior.

12. Envidar todos os esforços, por meio das seções sindicais e das regionais, para (re)organizar os fóruns, os comitês e as frentes em defesa da educação e das Instituições de Ensino Superior Públicas, visando ampliar as ações de enfrentamento ao desmonte do setor público de educação, realizar os encontros estaduais e regionais preparatórios ao III ENE, dar continuidade às lutas pela revogação da contrarreforma do ensino médio, contra as iniciativas que querem instituir a lei da mordada nas escolas e contra a BNCC, entre outras.

13. Concentrar esforços, por meio das seções sindicais e das secretarias regionais, para assegurar uma expressiva delegação do ANDES-SN no III ENE.

14. Organizar o III ENE e os encontros preparatórios regionais e estaduais em conjunto com entidades sindicais da educação pública e privada, movimento estudantil e movimentos sociais que atuem em educação popular.

15. Realizar análise crítica do documento do Banco Mundial “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, produzindo material que oriente os debates a serem promovidos pelas secretarias regionais e seções sindicais.

16. Desenvolver análises, visando a elaboração pelo GTPE de material elucidativo e de denúncia a ser encaminhado às seções sindicais, a respeito do Decreto nº 9262/18 (10/1/2018) que extingue mais de sessenta mil cargos no serviço público, dentre os quais mais de quatro mil relacionados à educação federal.

17. Propor para a CONEDEP a realização de uma reunião ampliada aberta à participação incluindo os Fóruns Estaduais em Defesa da Educação Pública, com o objetivo de debate e mobilização para a realização do III ENE.

18. O ANDES/SN continuará envidando esforços políticos e financeiros para realização do III ENE, nas etapas estaduais e nacionais, articulando com setores que lutam contra os ataques à educação pública, buscando o fortalecimento e ampliação da CONEDEP e pela unidade de ação com todas as entidades que se dispuserem a participar do encontro e fortalecer a luta em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, inclusiva e socialmente referenciada.

19. Aprofundar o debate sobre acesso e permanência das pessoas com deficiência lutando contra o capacitismo conforme deliberações do 62º CONAD, no âmbito da Graduação e Pós-Graduação;

Recomendações:

1. Atualizar permanentemente o diagnóstico sobre educação nacional nos diferentes níveis de ensino para instrumentalizar o ANDES-SN na luta pelo PNE da sociedade brasileira

2. Produzir material de análise sobre a política nacional de alfabetização, com o Programa Mais Alfabetização e a criação de assistente de alfabetização em sala de aula paralelo ao Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

3. Que o GTPE paute o debate sobre educação na modalidade da educação de alternância.

TR – 6

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Continuar a denunciar, em nível nacional e local, os cortes de verbas para o financiamento das IFE e das IEES-IMES e suas consequências para manutenção do princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, para a precarização das condições de trabalho e para desestruturação da carreira docente e dos técnico-administrativos em educação.
2. Articular reunião, em nível nacional e local, com comitês, frentes, fóruns em defesa da educação pública, democrática, laica para definir ações de enfrentamento ao PL nº 7180/14 e seus apensados que tratam do projeto “Escola Sem Partido”.
3. Realizar seminário conjunto entre GTPE, GTPCEGDS e GTSSA para aprofundar o debate sobre o Capacitismo, presente nas ações de inclusão das pessoas com deficiência, a partir de uma abordagem que estabeleça a intersecção desse tipo de ação com as questões de classe, gênero e raça, com posterior publicação de material sobre o tema.
4. Continuar fazendo o levantamento e acompanhamento, por meio das seções sindicais, de ações de inclusão de pessoas com deficiência nas IES (professore(a)s, técnico-administrativos em educação e estudantes), destacando as atividades relacionadas à questão da formação do corpo docente para atuar no atendimento às demandas do(a)s estudantes com deficiência.

5. Realizar ações, em articulação com demais entidades da educação, contra a aprovação do PL nº 278/16, denunciando-o como um retrocesso na política de educação inclusiva das pessoas com deficiência.
6. Ampliar, por meio das seções sindicais e com apoio das Secretarias Regionais, a socialização dos materiais produzidos pelo GTPE, em forma de debates, oficinas, conferências, lançamentos, entre outras.
7. Realizar o seminário sobre EaD, no segundo semestre de 2018, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre: a expansão dessa modalidade no ensino superior, a aplicação de recursos públicos para o setor privado, a precarização do trabalho docente, entre outras, indicando ações de enfrentamento a essa realidade.
8. Mobilizar, por meio das seções sindicais e secretarias regionais, os fóruns, as entidades e os movimentos que defendem a educação pública e gratuita para a realização dos Seminários/Encontros preparatórios ao III ENE, até dezembro de 2018, tomando por base e divulgando o Documento Orientador ao III ENE.



Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

TEXTO DE APOIO

O texto de apoio apresentado pelo GTPAUA ao 37º Congresso permanece atual, já que a temática abordada pelo GT enfrenta questões que são estruturantes no metabolismo das relações sociedade *versus* natureza, marcadas por todas as contradições do capitalismo contemporâneo. Em tão curto prazo de tempo, não foram alteradas as relações de forças que possibilitem, por um lado, a derrota dos agressores da natureza no campo e na cidade, e, por outro, a desmoralização da resistência a eles imposta pela ação dos movimentos sociais e da luta dos(as) trabalhadores(as).

Assim, afirmávamos que o capitalismo é antiecológico e predador e, conforme se intensifica o processo de acumulação e expansão, intensifica-se também a devastação ambiental e a expropriação dos meios de produção e dos recursos naturais. Destacamos que, com a permanente expansão do capitalismo, acentuam-se, no mundo, os processos de desterritorialização e a privatização fundiária, emergindo, da relação capital *versus* natureza, conflitos pela terra, pelo solo urbano e pelos recursos hídricos e minerais. Intensifica-se também o processo predatório de expropriação do ambiente e do subsolo de forma implacável. Junto com tudo isso, verificam-se perdas históricas de direitos sociais e trabalhistas, genocídio dos povos originários e tradicionais, dilapidação dos recursos naturais e culturais. Esses são alguns exemplos da entrega, para o mercado e para capital financeiro, dos setores essenciais da sociedade.

Por outro lado, o governo Temer, mesmo com baixíssima aprovação, segue favorecendo o agronegócio, juntamente com a bancada ruralista no Congresso Nacional, aprovando leis que regularizam ataques sem precedentes à natureza, às populações originárias e tradicionais:

- PL 5.288/09, que **restringe os requisitos da função social da propriedade**, como os critérios ambiental e trabalhista para comprovação de produtividade.
- CPL 4.059/12, que versa sobre a **venda de terras para estrangeiros**.
- CPI, como a da FUNAI-INCRA.
- Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), que prevê **corte no orçamento**, que, na prática, pode reduzir em **64%** a verba de desenvolvimento de assentamentos rurais, **86%** a menos para assistência técnica e extensão rural e redução de **83%** para a obtenção de imóveis rurais para a reforma agrária.
- Projeto de Lei 6.442/16, proposto pelo deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), o mesmo relator da CPI FUNAI/INCRA, **permitindo que a remuneração dos assalariados rurais não se dê apenas na forma de salário, mas "em qualquer espécie"**, como parte da produção ou cessão de pedaço de terra. Esse PL **suspende**

a aplicação da CLT à(o)s trabalhadore(a)s do campo e pretende limitar a atuação da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho.

- PL 827/15 sobre o **Monopólio das Sementes**, segundo o qual o agricultor passa a precisar de autorização do detentor da patente para comercializar a colheita.
- PLS 6.299/02 e 3.200/15 dos **agrotóxicos**, que criam restrições à ação do Ministério do Meio Ambiente e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), aprovados no Senado e em acelerado processo de tramitação na comissão especial da Câmara e em vias de ser votado em plenário.
- PL 3.729/04, que versa sobre o **fim do licenciamento ambiental**, o que, segundo o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, permite o licenciamento apenas com o preenchimento de um formulário, deixando o Estado sem controle sobre empreendimentos da agricultura e da mineração.
- PL 37/11, o novo **Código da Mineração**, que incentiva a atividade minerária mais do que se propõe a regulá-la, diminui o controle estatal e a capacidade de planejamento do poder público sobre o setor. Ainda assim, não há regulamentação para extração do nióbio, embora 90% das reservas desse minério existentes no planeta encontrem-se no Brasil, e sua extração acha-se sob o domínio de duas companhias privadas.

No campo e na cidade, multiplicam-se as lutas do(a)s trabalhadore(a)s, que precisam ser unificadas, a fim de derrotar a burguesia em suas diversas frações, seus representantes e suas ações de favorecimento da acumulação de lucros em detrimento da natureza e das pessoas.

Permanece na ordem do dia a luta unificada entre trabalhadore(a)s e movimentos sociais para barrar ou reverter o conjunto de leis, projetos e emendas constitucionais de interesse do capital, tais como o Marco da Biodiversidade, o Código de Mineração, o Código Florestal, a PEC 215/2000 (que transfere a atribuição da demarcação das terras indígenas, titulação de territórios quilombolas e criação de unidades de conservação ambiental do poder Executivo para o Congresso Nacional), o Marco Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13243/16); a PEC 65/12, que fragiliza os instrumentos de concessão de licenças ambientais a fim de facilitar o processo exploratório do solo e do subsolo; a EC 95/16 (que tramitou na Câmara como PEC 241/16), que congela por vinte anos as receitas para setores essenciais, como educação e saúde, entre outras; a Lei 13465/2017, que contribui para o processo de privatização das terras públicas, destruindo as políticas de reforma agrária e do uso social da terra, mercantilizando a prerrogativa de regularização fundiária urbana e rural e privatizando ainda mais as terras públicas.

No âmbito urbano, os conflitos não são menores. Os espaços da cidade reforçam a desigualdade estrutural que impacta a vida da classe trabalhadora de várias formas: acesso desigual ao saneamento e à distribuição de água potável; infraestrutura urbana precária, o que inclui ausência de equipamentos urbanos, como escolas e hospitais; transporte coletivo privado ineficaz e caro; aumento do custo de compra e aluguel de habitação e ausência de espaços deliberativos populares sobre os usos do orçamento público para a realização de projetos nas cidades. De forma breve, não há distribuição de espaço urbano de qualidade, o que impede a realização plena do direito à cidade.

A tragédia exposta dramaticamente a toda a sociedade, como no caso do incêndio e desabamento do prédio Wilton Paes, no Centro de São Paulo, mostra a perversidade da política de favorecimento da especulação imobiliária e o descaso com a vida humana.

Os movimentos sociais denunciam a existência de 1.835.000 imóveis vazios na capital São Paulo, além de milhares de casas precárias. A pesquisa PNAD (2015) mostra o *déficit* de 7,7 milhões de casas no Brasil, por outro lado, segundo o IBGE, o país tem 7,9 milhões de imóveis vazios. A Fundação João Pinheiros acusa, em dados de 2015, a existência de um déficit habitacional de 1.328.164 e um montante de 1.336.162 de domicílios vagos.

O 37º CONGRESSO do ANDES-SN aprovou um conjunto de TR que ainda está atual no sentido de orientar a ação do sindicato no que diz respeito aos temas tratados pelo GT. Como parte dessas deliberações, realizaram-se, nos dias 26 a 28 de abril de 2018, duas sessões de debates relativos aos temas agrotóxico e recursos hídricos, com os professores pesquisadores Murilo Souza (UEG e membro da Associação Brasileira de Agroecologia) e Luís Fernando Scheibe (professor aposentado da UFSC e coordenador do projeto Rede Guarani/Serra Geral).

Importa também destacar que, como deliberação do 37º CONGRESSO e fruto do I Seminário Nacional “Desafios atuais das questões agrárias, urbanas, ambientais, indígenas e quilombolas”, realizado em São Luís/MA em novembro de 2017, foram editados e já estão disponibilizados no site do ANDES-SN dez vídeos com as palestras e os debates realizados.

Para o segundo semestre do ano de 2018, o GTPAUA tem como tarefa a construção do II Seminário Nacional “Desafios atuais das questões agrárias, urbanas, ambientais, indígenas e quilombolas”, agregando os temas agrotóxicos e recursos hídricos como parte do debate.

VIII - POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

O 37º CONGRESSO delibera

1. Manter, com os movimentos ambientalistas, a denúncia contra a proposta do capital minerador de avançar sobre as reservas, minerais, florestais e as terras indígenas, a exemplo da RENCA;

2. Lutar, em conjunto com outras entidades, e representantes de grupos indígenas pelo fortalecimento da FUNAI como autarquia responsável pela política indigenista, garantindo uma gestão democrática, o orçamento e a estrutura necessária para dar celeridade aos processos de demarcação, atendimento aos povos indígenas e pela rejeição à PEC 215/2000 e demais iniciativas de mesma natureza.

2.1 Lutar pela demarcação integral de territórios quilombolas indígenas e povos tradicionais, com o processo demarcatório em sua plenitude e apoiar os processos de auto demarcação e retomada dos territórios por estes povos.

3. Lutar, em unidade com outras entidades de classe, movimentos sociais e com as populações indígenas, quilombolas e populações tradicionais, por uma política que garanta orçamento e estrutura necessária para dar celeridade aos processos de demarcação de terras e atendimento das demandas desses povos.

4. Intensificar a articulação com os movimentos sociais, para unificação da luta e desenvolvimento de ações de combates à desertificação, retomadas territoriais e proteção das populações originárias e tradicionais.

5. Denunciar, com o MAB e outras entidades sindicais e do movimento social e ambiental, a impunidade dos envolvidos no rompimento da barragem do fundão, em Mariana (MG), e cobrar reparação pelos danos causados às pessoas e ao meio

ambiente, em decorrência do maior crime socioambiental brasileiro ocorrido há mais de dois anos.

6. Lutar, em articulação com os movimentos sociais e as comunidades indígenas, contra a ofensiva do agronegócio sobre as terras indígenas, e a tentativa do Congresso de regular seu arrendamento, para a viabilização de produção de commodities.

7. Realizar, em articulação com outras entidades de classe, movimentos sociais envolvidos e representantes de povos indígenas, denúncias e lutar contra a transposição do Rio São Francisco e denunciar o monopólio das águas da transposição pelo agronegócio; contra a destruição dos seis biomas brasileiros e o desmatamento da Floresta Amazônica.

8. Lutar, em articulação com os movimentos populares de luta social da cidade e do campo, pela reforma agrária, a reforma urbana popular, a defesa do meio ambiente e, pelo direito dos povos do campo, das florestas, das águas, tradicionais, indígenas, quilombolas, às políticas públicas, entre elas as licenciaturas quilombolas indígenas e educação do campo.

9. Que o GTPAUA incorpore como temática de sua próxima reunião a agenda contra o uso dos agrotóxicos no país, a fim de debatê-la num seminário a ocorrer de maneira integrada com o II Seminário Nacional do GTPAUA em 2018.

10. Que as seções sindicais realizem eventos em articulação com os movimentos sociais a fim de subsidiar a realização do 2º Seminário Nacional, em 2018, com o tema “Desafios atuais das questões agrárias, urbanas, ambientais, indígenas e quilombolas”, contribuindo com a organização das lutas locais e sua articulação com as lutas nacionais, nos mesmos moldes que o seminário de 2017.

11. Dar continuidade a parceria com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) sobre o levantamento dos processos legislativos federais que normatizam as políticas públicas federais relativas às questões agrárias, urbanas e ambientais que resultem na expropriação dos trabalhadores e do ambiente.

12. Discutir no GTPAUA ações que possibilitem a articulação via GTPAUA, de pesquisadores dispostos a apoiar tecnicamente os movimentos sociais e populações tradicionais contra os grandes empreendimentos de interesse do capital.

13. Produzir, a partir dos resultados do 1º Seminário Nacional, dos Seminários realizados pelas Seções Sindicais e do material fornecido pela DIAP, materiais e/ou publicações, que promovam a capilaridade das temáticas do GTPAUA nas seções sindicais e na base da categoria.

TR - 7

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Em articulação com a CSP-Conlutas, continuar aprofundando o debate sobre o sinistro uso de agrotóxicos e apoiar os movimentos sociais de combate ao uso de agrotóxicos na luta contra a votação do “Pacote Veneno” no Congresso, na perspectiva de criar ações de enfrentamento a sua utilização.

2. Pautar, no âmbito do GTPAUA e GTPE, a penetração da ideologia do agronegócio na educação pública como estratégia de convencimento sobre a utilização do agrotóxico.

3. Apoiar as iniciativas de produção agroecológica de alimentos de origem vegetal e animal.
4. Aprofundar, no GTPAUA, o debate sobre o direito à cidade, com o objetivo de contribuir para a construção de um espaço urbano não excludente, permitindo o acesso da população à cidade, inclusive aos lugares monopolizados pela classe dominante.
5. Promover, via seções sindicais, debates sobre a criminalização das ocupações urbanas a fim de enfrentar as iniciativas difamatórias engendradas pelos meios de comunicação de massa e denunciar os interesses das grandes incorporadoras e indústria da construção civil na negação do direito à cidade.

TEXTO 8

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS POLÍTICAS DE CLASSE, ETNIAS, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

TEXTO DE APOIO

Neste ano de 2018, a abolição da escravatura no Brasil completa 130 anos. O país foi o último das Américas a acabar com a escravidão. O 13 de maio encerrou um processo lento e gradual, durante o qual a classe senhorial buscou prorrogar ao máximo a extinção do cativo e a utilização da mão de obra escravizada. Depois da aprovação da Lei Áurea em 1888, quando o governo brasileiro não ofereceu nenhuma política de reparação ao povo negro, os privilégios da branquitude continuaram a ser perpetuados. No início dos anos de 1970, os movimentos sociais negros sugeriram um contraponto para a representatividade negativa da data da abolição: a construção do Dia da Consciência Negra, para o qual foi escolhido o dia 20 de novembro, data do assassinato de Zumbi dos Palmares. Desde então, o 13 de maio é considerado o dia de luta contra o racismo e de questionamentos sobre as condições do povo negro brasileiro. As desigualdades de salário e de oportunidade de emprego entre a população negra e branca continuam sendo um abismo no Brasil. Os índices de mortes por arma de fogo e encarceramento da juventude negra são alarmantes e aumentam anualmente.

O ANDES-SN, ao longo da história, tem protagonizado lutas, com os movimentos sociais negros, objetivando uma universidade inclusiva e diversa na sua composição étnico-racial. São exemplos os engajamentos e as tomadas de posição favoráveis às ações afirmativas e à obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nas escolas e universidades do país. Recentemente, em 2017, relançamos uma versão revisada da Cartilha “Contra todas as formas de assédio, em defesa dos direitos das mulheres, da(o)s indígenas, da(o)s negra(o)s, e da(o)s LGBT” e, em janeiro de 2018, lançamos o documentário “Narrativas Docentes: memória e resistência negra”, que registra e visibiliza as trajetórias da militância negra. Neste CONAD, por ocasião dos 130 anos da abolição da escravatura e com a intenção de fomentar a discussão sobre a situação dos negros e das negras no Brasil, apresentamos uma edição especial da *Revista Universidade e Sociedade* “130 anos da Abolição da Escravidão no Brasil: Resistência do Povo Negro e a Luta por Reparações”. Este volume especial da Revista é mais um instrumento do Sindicato Nacional contra as opressões ao povo negro e a favor da visibilidade de suas lutas.

Nos dois últimos anos, a luta por direitos sociais e contra as opressões no Brasil se acirraram com o recrudescimento do conservadorismo, destacando-se o veto às alterações da Lei Maria da Penha, relacionadas à medida protetiva, o texto substitutivo da PEC 181/2015, a redução orçamentária para as políticas sociais, o corte de bolsas do(a)s estudantes nas Universidades e o avanço do Projeto de Lei Escola Sem Partido, o que nos impõe a tarefa de enfrentar esses retrocessos e consolidar essas pautas dentro da luta de classes.

Nessa perspectiva, o 37º CONGRESSO do ANDES-SN aprovou importantes resoluções de combate às opressões, destacando-se o empenho pela legalização do aborto. Em relação aos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, o Brasil deu um passo importante na década de 1940, quando legislou sobre a realização do aborto em caso de risco de vida para a mulher gestante e em decorrência de violência sexual. Em 2012, outro avanço importante para as mulheres no país: o direito de interromper a gestação em casos de anencefalia fetal, por força de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (ADPF 54). É importante registrar que, mesmo com a garantia do aborto em caso de risco de vida para a mulher, de violência sexual e em casos de anencefalia fetal, é um direito pouco efetivado ao longo desses mais de cinquenta anos. Em um país de mais de cinco mil municípios, dos 36 serviços de aborto legal existentes, apenas 27 estão em funcionamento, e muitos profissionais da saúde ainda se recusam a realizar o procedimento na rede pública alegando “escusa de consciência”. Além disso, os poucos direitos conquistados estão ameaçados com a tramitação da PEC 181/2015, que pretende criminalizar todo tipo de aborto, institucionalizando a mortalidade materna. O debate sobre o aborto ainda se localiza numa perspectiva moral, de direito, e não de saúde pública, resultando na morte de milhares de mulheres, na maioria negras e pobres, que não dispõem de recursos para arcar com os custos do aborto nas inúmeras clínicas clandestinas existentes no país.

O ANDES-SN tem posição quanto à descriminalização e legalização do aborto e reconhece a necessidade de ampliar o debate com a categoria, vinculando a discussão à carreira docente e às pautas da classe trabalhadora e estruturando ações políticas com a CSP-Conlutas e movimentos para a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Embora as Universidades, os Colégios de Aplicação e os CEFET sejam compostos por um grande número de mulheres, o debate sobre direitos, carreira, seguridade social e combate às violências não se dá de forma igualitária. As mulheres têm ocupado os espaços de militância sindical, entretanto a sua participação nos eventos e na direção nacional do ANDES-SN ainda reflete as desigualdades existentes na sociedade. Por exemplo, em relação aos 1.477 participantes dos CONAD entre 2010 e 2017, o número de homens e mulheres foi, respectivamente, 906 (61,3%) e 571 (38,7%). No levantamento realizado com 1.953 participantes dos congressos do ANDES-SN entre 2015 e 2018, 40,3% eram mulheres. Na diretoria do sindicato, a situação também é semelhante: até o momento, o ANDES-SN teve 19 presidentes, dos quais somente seis eram mulheres, sendo que uma mulher foi presidente por duas vezes; no âmbito das regionais, em levantamento realizado a partir do ano 2000, a presença de mulheres na composição dos cargos foi, em média, 37%. Estes números preliminares denotam a necessidade de mudança para que haja maior participação das mulheres nas instâncias deliberativas e diretivas do sindicato.

Nos 38 anos de existência do ANDES-SN, somente em 2015 foram criados os espaços de convivência infantil nos Congressos e CONAD, como forma de apoio à participação de mães e pais nos espaços deliberativos. É preciso que o formato e funcionamento desses espaços sejam avaliados com vistas à segurança e adequação às necessidades dos responsáveis pelas crianças e das próprias crianças.

Em relação à participação na direção nacional do sindicato, entendemos ser fundamental praticar a paridade de gênero no ANDES-SN e avançar no debate sobre o formato da implementação dessa política nas instâncias diretivas do sindicato. No 37º CONGRESSO, foi aprovado o aprofundamento desse debate nas seções sindicais e nas reuniões do GTPFS e GTPCEGDS, prevendo a apreciação de proposta no 38º

CONGRESSO. No âmbito Nacional, o GTPCEGDS e o GTPFS pautaram a questão da paridade de gênero em suas reuniões no primeiro semestre de 2018. Entretanto, a discussão na direção do sindicato ainda carece de aprofundamento na base a respeito do formato a ser implementado, além de ter havido pouca participação nas discussões nas reuniões dos GT, e poucas seções sindicais terem pautado essa discussão em suas localidades.

Para que a mudança estatutária a ser deliberada no próximo congresso do ANDES-SN seja realizada, é necessário que, além da ampliação do debate nas bases, as seções sindicais criem efetivamente condições para que mulheres participem da vida sindical. A paridade na direção do ANDES-SN será tão mais real quanto maior for a participação das mulheres nas bases. Apenas instituir a paridade, sem incentivar, estimular e garantir condições reais de participação das mulheres nas seções sindicais pode ser apenas uma ação burocrática. O que queremos é garantir a real participação das mulheres na luta contra a tradição patriarcal de nossa sociedade e qualificar, de forma classista, esta participação no sindicato.

A mudança na composição da nossa diretoria é possível e viável. Apresentamos algumas possibilidades de implementação da política de paridade de gênero, na composição da diretoria nacional do ANDES-SN, para servir de referência aos debates a serem realizados nas seções sindicais, tendo em vista a deliberação a ser tomada no 38º CONGRESSO do ANDES-SN. A paridade pode ser implementada para o(a)s 83 diretores(a)s ou pode ser institucionalizada de forma gradual, iniciando pelo bloco dos 11 ou pelas vice-presidências das regionais ou, ainda, nas regionais como um todo.

VI. POLÍTICAS DE CLASSE, ETNIAS, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

O 37º CONGRESSO delibera

1. Lutar contra os substitutivos da PEC 181/15, que dispõe sobre licença-maternidade em caso de parto prematuro, aprovados pela Comissão Especial no Congresso Nacional, que inseriu dois artigos que tratam da proteção da vida desde a concepção que impedem a realização do aborto nos casos de estupro, risco de morte ou feto anencéfalo

2. Lutar pela legalização do aborto.

2.1 Lutar pela implementação de políticas públicas de saúde direcionadas aos direitos sexuais e reprodutivos para atender com integralidade às necessidades e escolhas da mulher, inclusive em caso de aborto.

3. Continuar lutando pela aplicação da Lei nº 11645/08 e pela inserção de disciplinas relacionadas às questões étnico-raciais, de gênero e diversidade sexual na graduação e pós-graduação.

4. Levantar nas seções sindicais via GTPCEGDS, informações sobre o perfil étnico-racial, orientação social, gênero da categoria, assim como sobre o uso do nome social nas IES (estudantes, técnicos e professore(a)s).

5. Pautar junto às instituições, como ABRUEM, ANDIFES, CRUB, CONDICAP, e CONIF, o debate sobre as denúncias de assédio sexual e moral, racismo, machismo, xenofobia, romafobia, LGBTfobia, o capacitismo e o preconceito geracional nas instituições de ensino.

6. Que as seções sindicais lutem em articulação com o movimento estudantil e técnico-administrativo, nas instituições de ensino, via conselhos superiores, pela criação de

espaços para receber denúncias e acolher as vítimas de assédio sexual e moral, racismo, xenofobia, machismo, LGBTfobia, capacitismo, romafofia, preconceito geracional e para garantir a apuração das denúncias com transparência e celeridade.

7. Construir, via GTPCEGDS, uma cartilha que subsidie o debate sobre o combate e as formas de denúncia de assédio sexual e violência de gênero, racismo, LGBTfobia, capacitismo, xenofobia, romafofia, preconceito geracional com orientações que contribuam nos encaminhamentos para apuração das denúncias e o acolhimento das vítimas; Além disso, o GTPCEGDS deve incentivar, orientar e apoiar – política e materialmente – a realização de campanhas locais, a serem realizadas pelas seções sindicais, de combate a todas as formas de opressão.

8. Aprofundar o debate sobre acesso e permanência da população trans nas IES, no âmbito da graduação e pós-graduação;

9. Construir, com o setorial LGBT da CSP-Conlutas, ações conjuntas com as entidades de base da Central de defesa dos direitos das populações LGBT e no combate às opressões;

10. Fazer, via seções sindicais, o levantamento de informações sobre as experiências das Comissões de Autodeclaração Étnico-Racial das IES para subsidiar debates e posicionamento sobre essas comissões;

11. Lutar, via seções sindicais, pela implementação nas IES de cursos de formação de professores que atendam às especificidades dos(as) estudantes quilombolas e indígenas;

12. Debater, juntamente com o GTPE, os processos de validação de diplomas de graduação e pós-graduação dos(as) migrantes e refugiados(as) no Brasil.

13. Lutar pela garantia ao acesso e permanência da população LGBTT, negra, indígena, cigana e das mulheres nas IES, no âmbito da graduação e pós-graduação.

14. Lutar pela aplicação da Lei nº 12.990/2014 (Lei de cotas no serviço público), defendendo a sua aplicação sobre o total de vagas dos editais lançados pela universidade, garantindo assim a efetiva aplicação da lei, e a mudança no perfil étnico-racial docente das instituições de ensino, no âmbito das lutas pela democratização e diminuição das desigualdades sócio-raciais.

15. Lutar pela tramitação e aprovação do projeto de Lei nº 5002/13 (Lei João Nery), que dispõe sobre o direito à identidade gênero.

Recomendação: *Que GTPCEGDS debata sobre a criação de estratégias de enfrentamento ao assédio no âmbito de todos os eventos nacionais do ANDES-SN, para além de CONAD e CONGRESSOS.*

TR – 8

Considerando as discussões acumuladas no GTPCEGDS, o 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Realizar debates nas reuniões do GTPCEGDS sobre a luta por direitos sexuais e reprodutivos e a carreira docente.

2. Construir ações conjuntas via a CSP-Conlutas com movimentos sociais, coletivos e organizações políticas que atuem em defesa da vida e dos direitos das mulheres na luta pela legalização do aborto.
3. Acompanhar a tramitação de PL e PEC que retiram direitos das mulheres, a exemplo do texto substitutivo da PEC 181/2015, que criminaliza todo tipo de aborto.
4. Recomendar às secretarias regionais que, nos encontros no segundo semestre de 2018, pautem o debate da paridade de gênero na diretoria do ANDES-SN.
5. Aprofundar, via seções sindicais e com o apoio do GTPCEGDS e do GTPFS, o debate sobre o formato e o processo de inserção da paridade de gênero na composição da diretoria do ANDES-SN para deliberação no 38º CONGRESSO.



Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

TEXTO DE APOIO

“O Brasil voltou, 20 anos em 2.’ Governo ilegítimo de Temer: uma ponte para o passado!”

Retrocesso de 20 anos em 2. A afirmação no título deste texto, com vírgula, foi idealizada pelo Planalto para celebrar os dois anos do governo ilegítimo de Temer. Ela resume, sem vírgula, o tamanho do enfrentamento do ANDES-SN neste último período. Houve a intensificação de ataques à classe trabalhadora e o desmonte do Estado. Várias foram as ações em diversas frentes lançadas pelo governo com objetivo de atender às demandas do capital e das elites brasileiras. Entre elas, podem-se citar a lei da terceirização, a contrarreforma trabalhista, que destruiu a CLT, a Emenda Constitucional 95, que congela os gastos primários por vinte anos.

A conjuntura mais recente se apresenta como uma vitória temporária em relação à contrarreforma da previdência. O governo ilegítimo, por não ter conseguido os votos necessários para aprová-la ainda no primeiro semestre, utilizou-se da intervenção militar no Rio de Janeiro para adiar a votação. Alguns podem ter considerado uma vitória na luta para derrotar a contrarreforma, mas na prática foi um recuo estratégico do governo. A vitória foi a mobilização da classe trabalhadora, que resultou na greve geral de 28 de abril de 2017 e na pressão feita aos parlamentares, da qual o ANDES-SN foi um dos protagonistas. Meados de maio, o governo ilegítimo ameaçou retomar o debate e a votação da contrarreforma da previdência, inclusive com a alegação de que pode interromper a intervenção militar para que haja a votação. Por tudo isso, é imprescindível retomar com mais intensidade a campanha para derrotar a contrarreforma e a exposição dos parlamentares favoráveis a ela, visto que Temer, no discurso de comemoração a seus dois anos de governo, afirmou: “Evidente que nem todas as reformas que desejávamos fazer puderam ser feitas. Mas se engana quem pensa que a reforma da Previdência não será realizada. Ela saiu da pauta política do país. Não haverá quem hoje se candidate a qualquer cargo eletivo que não tenha que declarar o que fará no ano que vem relativamente à Previdência Social” (TEMER, 2018). Esse pronunciamento evidencia uma ameaça do governo ilegítimo à população brasileira acerca do direito à aposentadoria, mas também o compromisso do governo com a eleição de um congresso comprometido com a agenda recessiva em curso.

Outra frente das ações do governo ilegítimo de Temer incide sobre os direitos à saúde. Desde o início do governo de Temer, Ricardo Barros, ex-ministro da saúde, financiado pelos planos de saúde, plantou na mídia a afirmação de que o SUS é inviável, porque apresenta atendimento deficitário e problemas de organização e custeio. Nos

argumentos, nunca são citados os cortes como causa primeira da precarização, nem os desvios de verbas. Segundo *Carta Capital*, o “governo federal deixará de investir verbas em áreas sociais para compor os gastos com publicidade e comunicação institucional da presidência. No dia 10 de abril de 2018, o Ministério do Planejamento publicou a Portaria nº 75/18 retirando ao menos 208,9 milhões de reais de programas de combate à violência contra a mulher, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Sistema Único de Saúde (SUS), e de geração de emprego e renda”⁴. Ainda, segundo o site *Falando Verdades*, a “PEC do Teto dos Gastos, aprovada em 2016 ameaça o SUS a longo prazo. Em declaração à revista Carta Capital, o presidente do Conselho Nacional de Saúde, Ronald Ferreira dos Santos, afirmou que o SUS corre o risco de não passar dos 30 anos. Caso a PEC não seja revertida, alerta Santos, o investimento público no setor despencará de 3,8% do PIB para menos de 1%. ‘Será a morte do sistema estabelecido na Constituição de 1988.’”⁵.

O corte de recursos da saúde pública no Brasil é reconhecido, inclusive, internacionalmente. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o governo brasileiro destina para a saúde um percentual de 7,7% do orçamento geral. A taxa é inferior à média mundial, uma das mais baixas das Américas e não distante do que governos africanos também reservam de seus orçamentos para o setor. Somente cinco países no continente americano têm um percentual de gastos governamentais inferiores aos do Brasil.⁶

É grave, porém bastante significativo, o ministro da Saúde tomar para si a tarefa de minorar os alegados prejuízos financeiros que operadoras de planos de saúde tenham com a perda de beneficiários. Esta foi uma preocupação recorrente do ex-ministro Ricardo Barros⁷ e torna a ser verbalizada pelo atual ministro, Gilberto Occhi⁸. Matéria da revista *Exame* de 10 de maio de 2018 anunciou que Gilberto Occhi encomendou à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a retomada da discussão sobre novos formatos de planos de saúde, a exemplo dos “planos populares” de Barros. O ministro defendeu ainda a cobrança de franquias em planos. O argumento que tenta embasar estas iniciativas é que, “com o aumento do acesso privado, o Sistema Único de Saúde (SUS) poderá oferecer melhor atendimento a quem não pode pagar por um plano”. Tais iniciativas atendem apenas aos anseios do empresariado da Saúde Suplementar e não significam uma solução para o alto custo de planos privados de assistência à saúde, menos ainda para o SUS. Para os beneficiários dos planos de saúde, significará a impossibilidade de utilizar os serviços mais caros. O empresariado do setor de saúde tem elaborado propostas para avançar na privatização da saúde, como a diminuição da regulação da Saúde Suplementar, proposta no evento “Agenda Saúde: a ousadia de propor um novo sistema de saúde”, organizado pela Federação Brasileira de Planos de Saúde (FEBRAPLAN) em 10 de abril de 2018, e a Agenda Prioritária do Instituto Coalizão Saúde, que pretende conferir maior “segurança jurídica” às Organizações Sociais.

Em relação às políticas para o SUS, cabe destacar a revisão da Política Nacional de Atenção Básica de 2017, que retirou a prioridade da Estratégia de Saúde da Família e

⁴ (<https://www.cartacapital.com.br/politica/governo-tira-verba-de-areas-sociais-e-manda-para-publicidade-da-presidencia>, acesso dia 18-05-2018].

⁵ <https://falandoverdades.com.br/governo-temerpsdb-corta-70-de-verbas-da-saude-publica/>, acesso dia 18-05-2018)

⁶ <https://exame.abril.com.br/brasil/orcamento-para-a-saude-no-brasil-e-proximo-ao-do-africano-diz-oms/>

⁷ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-09/planos-de-saude-populares-podem-estar-disponiveis-ainda-este-ano>

⁸ <https://exame.abril.com.br/brasil/ministro-quer-discutir-formatos-alternativos-aos-planos-de-saude-no-brasil/>

esvaziou o papel dos Agentes Comunitários de Saúde. Os ataques de Temer também se deram no campo da Saúde Mental, com a publicação da Resolução nº 32, de 14 de dezembro de 2017, da Comissão Intergestores Tripartite, que foi incorporada pela Portaria nº 3.588, do Ministério da Saúde. O texto viola a Reforma Psiquiátrica, prevista na Lei 10.216, de 06 de abril de 2001, pois permite a criação de novos hospitais psiquiátricos, o financiamento de novos leitos em hospitais psiquiátricos, provocando um retrocesso na luta pela desinstitucionalização.

São enormes os desafios postos ao ANDES-SN e, em especial, ao GTSSA, aos quais o sindicato tem respondido com prontidão e espírito de luta. Neste ano de eleição presidencial e parlamentar, num cenário nebuloso e indefinido, cabe continuar lutando e ampliando a mobilização da categoria e da classe trabalhadora em geral, intensificando as ações para derrotar a contrarreforma da previdência e defender o SUS, com o intuito de recuperar direitos e impedir outras perdas.

IV - POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

O 37º CONGRESSO delibera

1. Intensificar a luta contra a Contrarreforma da Previdência (PEC 287/2016), mantendo-se a mobilização contra as propostas do Governo Temer denunciando as perdas da classe trabalhadora e da categoria docente em especial;

1.1 lutar pela construção de uma greve geral tendo em vista a votação da reforma da previdência.

2. Intensificar a exposição dos(as) parlamentares favoráveis à Contrarreforma da Previdência

3. Interpor ações judiciais cabíveis contra a propaganda enganosa paga pelo governo federal sobre o déficit da Previdência Social e dar ampla divulgação ao trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência, que a identificou como não deficitária, e também aos materiais produzidos pelas entidades, promovendo debates e ações articuladas com as seções sindicais e entidades

4. Realizar, no segundo semestre de 2018, o VII Encontro de Saúde do(a) Trabalhador(a) Docente.

5. Denunciar e promover ações contra o Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão (MPOG), estados e municípios, que fornecem dados pessoais e profissionais da categoria docente (ativos e aposentados) para o sistema financeiro, que visa à expropriação do salário por meio de empréstimos consignados, mantendo um grande negócio seguro e sem risco para o sistema bancário.

6. Dar prosseguimento à pesquisa Saúde do Trabalhador Docente, realizada pelo ANDES-SN, cabendo ao GTSSA as decisões quanto ao encaminhamento operacional, análise e sistematização dos dados. Se necessário, a diretoria poderá contratar os serviços de coleta de dados para maior agilidade no retorno das informações a serem analisadas.

7. Realizar a 2ª Jornada Nacional de Mobilização dos(as) Aposentados(as).

8. Publicar um caderno com os resultados da pesquisa sobre a situação dos regimes próprios de previdência social e previdência privada/complementar nos estados.

9. Realizar a oficina sobre EBSEH com produção de dossiê, no primeiro semestre de 2018, não realizado em 2017 pelo GTSSA em razão da intensidade das atividades de luta contra a contrarreforma da previdência e outras ações correspondentes ao GTSSA.

10. Denunciar e promover ações contra o Ministério do Planejamento (MPOG) que retirou dos aposentados através de uma nota técnica, os seus direitos com relação ao artigo 192, da Lei nº 8.112 do Regime Único dos Trabalhadores, funcionários públicos, que se aposentaram a partir de 1995, inclusive retroagindo aos já aposentados.

11. Num contexto de novo de ataque aos direitos previdenciários, intensificar a luta pela revogação da Lei nº 10.887/2004, que acabou com a integralidade e a paridade no benefício, e da Lei nº 12.618/12, que estabeleceu o limite do teto do INSS para a aposentadoria e pensões dos serviços públicos federais.

12. Realizar um seminário sobre os 5 anos do FUNPRESP e das lutas que o ANDES-SN tem travado contra a privatização da previdência com o objetivo de balanço e atualização das campanhas sobre o

tema FUNPRESP e a previdência complementar dos estados e municípios. Que esse seminário ocorra de forma integrada ao Seminário que debaterá a EBSERH.

13. Que o ANDES-SN, por meio de seu GTSSA e, sendo necessário, que sua Assessoria Jurídica Nacional acompanhe o processo de luta pela federalização do Hospital São Paulo, sem adesão a EBSERH, com a administração pela universidade, baseada no princípio da autonomia universitária.

14. Que a proposta de federalização seja elaborada no sentido de garantir gestão 100% pública e estatal, com atendimento exclusivamente pelo SUS.

15. Pela revisão da contratualização dos serviços prestados, no âmbito do SUS, com as secretarias Municipal e Estadual de Saúde.

16. Que a partir da regional São Paulo do ANDES-SN, somando-se às seções sindicais, sejam empreendidas ações de mobilização, compostas a outras entidades representativas dos trabalhadores do HSP com o propósito da intensificação da luta pela federalização e por recursos públicos a todos os HUs.

17. Pela total transparência nas contas do HSP.

TR - 9

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Realizar ações com o tema da contrarreforma da previdência em diversos espaços, em conjunto com a CSP-Conlutas e outras entidades, com o propósito de manter a mobilização contra a votação.
2. Elaborar materiais com base no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado, que comprova a não existência de déficit da previdência.
3. Realizar ações em defesa do SUS, em articulação com a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, a CSP-Conlutas, as seções sindicais, as entidades sindicais e os movimentos sociais.
4. Continuar a denunciar o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que fornece dados pessoais e profissionais da categoria docente (ativos e aposentados) para o sistema financeiro e para as operadoras de planos de saúde, visando à expropriação do salário por meio de empréstimos consignados e à contratação de planos de saúde suplementares em substituição ao SUS.
5. Posicionar-se contra a Portaria nº 3.588/17, do Ministério da Saúde, que altera a reforma psiquiátrica e seus princípios, previstos na Lei 10.216/2001, somando-se à luta dos movimentos sociais e entidades pela revogação dessa portaria.
6. Participar do VIII Seminário Nacional da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, cujo título é “O avanço do capital sobre a saúde da classe trabalhadora”, que acontecerá em novembro de 2018.

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

TEXTO DE APOIO

Os governos têm lançado mão da alegada **crise fiscal** para justificar um conjunto de ataques às políticas públicas e o congelamento dos gastos primários dos entes federados, conforme estabelece na EC 95/16. Assim, tanto o governo ilegítimo de Michel Temer como os governos estaduais vêm desferindo golpes contra o complexo público de Ciência e Tecnologia (C&T), principalmente por meio de três ações: expansão das Parcerias Público-Privadas (PPP), drástica diminuição de verbas e criação de instrumentos legais que privatizam o setor.

As discussões nos últimos congressos e CONAD têm reconhecido o potencial destrutivo dessas ações no campo da produção da Ciência e Tecnologia e têm entendido que se trata da materialização da agenda regressiva imposta sobre todo(a)s o(a)s trabalhadore(a)s. Por isso, a categoria considera, por um lado, que o combate aos ataques ao complexo público de C&T só pode ter consequência se realizado em unidade com as organizações do(a)s trabalhadore(a)s do setor e, inclusive, se inserindo nos movimentos protagonizados por entidades científicas; por outro lado, que as lutas específicas por um complexo público de C&T que responda às necessidades da maioria da sociedade brasileira têm de integrar as lutas mais gerais da classe trabalhadora contra a agenda regressiva em curso no país. Isto implica incorporar as lutas específicas na seara de C&T na agenda de lutas mais gerais do(a)s trabalhadore(a)s.

A participação em atividades da “Marcha pela Ciência” e do movimento “Conhecimento sem Corte” tem sido realizada não apenas com presença, intervenção de dirigentes e distribuição de materiais, mas, também, com a mobilização da categoria docente. Nessa direção o ANDES-SN realizou atividades no Fórum Social Mundial, ocorrido em Salvador/BA (de 13 a 17 de março de 2018), em parceria com diversos movimentos sociais e sindicais, e participou do Seminário Nacional em Defesa da Embrapa Pública, ocorrido na UNICAMP (de 23 de fevereiro de 2018), além de ter colaborado na mobilização.

A mobilização contra os ataques em curso tem sido realizada pela intervenção do Sindicato Nacional em diversos meios de comunicação, inclusive com publicação de notas sobre os cortes orçamentários e a crise de financiamento das universidades e do complexo público de C&T.

A produção e ampla divulgação da Cartilha sobre o “Marco Legal” e do Caderno de C&T (Caderno 28) forneceram importante base de dados para a ação política do sindicato, como a análise dos marcos regulatórios da C&T e a orientação da ação a ser desencadeada pelas SSind.

Além dos graves cortes orçamentários, outro elemento mereceu atenção do sindicato: a aprovação do Decreto 9.283/18, que regulamenta o “Marco Legal de C&T” (Lei nº 13.243/2016). A aprovação desse instrumento constitui passo decisivo para a implementação do “Marco” nas IES e noutras instituições públicas de pesquisa.

Com o Decreto 9.283/18, os aspectos regressivos identificados na Lei 13.243/16 passarão a ser sentidos em cada universidade e instituição de pesquisa. A OSCização, a universalização das PPP, o compartilhamento de recursos e de pessoal público com empresas privadas, a contratação de pessoal fora do Regime Jurídico Único (RJU) e o fim da Dedicção Exclusiva ganham, agora, um novo impulso.

Merecem destaque ainda, segundo análise da Assessoria Jurídica Nacional (AJN), os seguintes aspectos do Decreto 9.283/18, que confrontam princípios constitucionais e do direito administrativo: a isenção de licitações, a propriedade intelectual e a obrigação do pesquisador, professor ou servidor público de prestar seu conhecimento a projetos de pesquisa realizados em parceria com empresas privadas, inclusive com sanções cíveis, administrativas e criminais para os que divulgarem qualquer aspecto da pesquisa realizada em parceria com empresas privadas ou Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) públicas.

Em face desses elementos, o ANDES-SN reafirma as resoluções aprovadas em Congressos e CONAD anteriores concernentes à unidade de ação com os demais segmentos da sociedade que lutam pela recomposição dos orçamentos de C&T. Com o lema “Conhecimento sem corte e sem privatização”, o ANDES-SN incorpora as reivindicações desses movimentos, mas vai além na luta pelo interesse social e público no investimento em ciência e tecnologia.

O sindicato deve continuar o monitoramento dos orçamentos e instrumentos legais referentes ao setor e envidar esforços, por meio das seções sindicais, para que a categoria docente se aproprie dos materiais produzidos (Cartilha e Caderno de C&T) e do novo Caderno a ser lançado no 63º CONAD sobre a crise nas universidades públicas e no complexo público de C&T – produzido pelos GTC&T, GTPE e GTVerba, conforme deliberado no 37º CONGRESSO.

Nessa direção, o Sindicato Nacional realizará seminários locais e regionais, reuniões com professore(a)s, panfletagens e mobilizações a fim de promover a apropriação, pela categoria, das análises produzidas e de desencadear ações políticas que enfrentem a implantação do Marco Legal de C&T nas IES, considerando seus aspectos deletérios.

III - POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O 37º CONGRESSO delibera

1. Construir unidade de ação com outros movimentos pela recomposição e ampliação do orçamento do complexo público de C&T (Universidades públicas, Institutos Federais, Institutos de Pesquisa, Fundações de Amparo à Pesquisa, etc) vinculando as atividades com a agenda de lutas contra os retrocessos em curso no seu conjunto, inclusive o Marco Legal de Ciência Tecnologia e Inovação, que fere a concepção de produção científica pública voltada para solução dos problemas da maioria da sociedade brasileira:

1.1 Lutar pela inclusão de orçamento específico para C&T nas Constituições Estaduais e pelo cumprimento dos repasses previstos em leis;

1.2 Que o GTC&T, o GTPE e o GTVerbas, partindo do princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, produzam os seguintes materiais e ações:

a) caderno com apresentação dos cortes de verbas nas Universidades Públicas e na área de ciência e tecnologia, ensino, pesquisa e extensão;

b) organização de mesa sobre cortes de verbas nas universidades públicas e no complexo público de C&T durante o Fórum Social Mundial que ocorrerá em março de 2018 em Salvador/BA;

c) organização, junto com os demais GTs e as seções sindicais, do lançamento da Frente Nacional em Defesa das Instituições Públicas de Ensino Superior, realizando atos e debates sobre os cortes nos orçamentos;

d) participação nas "Marchas pela Ciência", em defesa do "conhecimento sem corte e sem privatização", utilizando materiais produzidos pelo ANDES-SN;

e) realização de atividade na 70ª reunião da SBPC que ocorrerá de 22 a 28 de julho de 2018 na Universidade Federal de Alagoas, divulgando os materiais produzidos pelo ANDES-SN.

2. Fortalecer o movimento pela Ciência e Tecnologia Pública (MCTP), na luta pela expansão dos orçamentos para o complexo público de C&T, sempre integrada às lutas mais gerais em defesa dos direitos e das condições de vida da classe trabalhadora.

3. Intervir, em conjunto com as seções sindicais, na regulamentação do Marco Legal de CTI nas Instituições de Ensino Superior (IES) no sentido de evitar seus efeitos deletérios.

4. Incorporar as reivindicações do ANDES-SN concernentes à política de C&T na pauta e nas atividades da Frente Nacional em Defesa das Instituições Públicas de Ensino Superior.

5. Incorporar, através de GTC&T, nas agendas de atividades das seções sindicais, a luta contra os cortes orçamentários para a área da C&T, vinculando estas lutas ao combate ao Marco Legal de C&T e em defesa do projeto de universidade defendido pelo ANDES-SN.

6. Intensificar o debate sobre o sistema de avaliação da CAPES organizando, em plano nacional e local, seminários que debatam sua relação com a pesquisa, extensão e pós-graduação, com objetivo de realizar análise aprofundada das suas consequências e propor iniciativas que superem os aspectos negativos dessa relação.

7. Orientar, em conjunto com GTPE, as seções sindicais a intervirem contra a regulamentação e implementação do Marco Legal de CTI nas IES.

8. Reafirmar a defesa da Dedicação Exclusiva como regime de trabalho preferencial, constante do vencimento básico, lutando contra quaisquer formas de restrição e/ou flexibilização da DE, inclusive seu desmantelamento pela implementação do Marco Legal de CTI (Lei nº 13.243/16) nas IES.

TR - 10

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Realizar atividade na 70ª Reunião da SBPC, conforme deliberação do 37º CONGRESSO, distribuindo os materiais produzidos pelo sindicato e discutindo dentro das seguintes temáticas: universidade e sociedade na atualidade e o projeto do ANDES-SN de Ciência e Tecnologia para o Brasil.

2. Analisar, em plano nacional e local, o sistema de avaliação da CAPES e sua relação com a pesquisa, a extensão e a pós-graduação, com o objetivo de propor iniciativas de avaliação segundo os princípios do Caderno 2 do ANDES-SN.

3. Continuar o debate sobre o “Marco Legal” e o Decreto 9.283/18 que o regulamenta, com o fim de enfrentar sua implementação nas IES, combatendo os aspectos nefastos para o complexo público de C&T, para a carreira docente e de pesquisador(a) e para a universidade pública.

4. Continuar o monitoramento e a análise dos orçamentos para o setor de C&T com o fim de municiar a ação política do sindicato em unidade com outros movimentos sindicais e sociais e entidades científicas.

5. Realizar o III Seminário de Ciência e Tecnologia do ANDES-SN no segundo semestre de 2018, a fim de adensar a crítica ao projeto de privatização da C&T no país, e avançar nas ações de enfrentamento a esse projeto com as demais entidades e movimentos defensores de uma ciência pública.

TEXTO 11

Contribuição do(a)s professore(a)s: Ailton Cotrim Prates (ADUFAL); Alberto Handfas (ADUNIFESP); Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES); Antonio Eduardo A. Oliveira (APUR); Antonio Joaquim Feitosa (ADUFPB); Agostino Júnior Holanda Coe (ADUFPI); Cássia Hack (SINDUFAP); Celi Taffarel (APUB); Cláudia Gonçalves (ASDUERJ); Claudio Felix (ADUSB); Claudio Lira (APUB); David Teixeira (APUR); Domingos Sávio da Cunha Garcia (UNEMAT); Eduardo Jorge da Silva (ADUFERPE); Elisa Guaraná de Castro (ADUR); Erika Suruagi (ADUFERPE); Eron Pimentel (ADUFEPE); Eudes Baima (SINDUECE); Everaldo Andrade (ADUSP); Fábio Venturine (ADUNIFESP); Flávio Dantas (ADUFERPE); Flávio Furtado de Farias (ADUFPI); Fernando Cunha (ADUFPB); Francine Legeslki (ADUFF); George L. R. Brito (SESDUFT); Gilberto Oliveira (ADUFES); Giovane Mota (ADUFPA); Gisele Moreira (APEFSJ); Hélcio Batista (ADUFERPE); Helder Molina (ASDUERJ); Humberto Climaco (ADUFG); Jaaziel de Carvalho Costa (ADUFPI); José Arlen Beltrao (APUR); Joelma Albuquerque (ADUFAL); José Tarcísio Lima (ADUFLA); Juanito Vieira (APES); Leni Hack (ADUNEMAT); Lenúcia Moura (SINDUECE); Lisleandra Machado (APESJF); Luciana Campos (ADUFVJM); Luiz Carvalho (ADUFCAT); Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos (ADUFU); Luiz Rojo (ADUFF); Mairton Celestino da Silva (ADUFPI); Marcia Morschbacher (ADUFSM); Marco Aurelio Gomes de Oliveira (SESDUFT); Maria de Lourdes Rocha Nunes (ADUFPI); Marize Carvalho (APUB); Marco Aurélio Gomes de Oliveira (SESDUFT); Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI); Mariuza A. C. Guimarães (ADUFMS); Melina Silva Alves (ADUFPB); Onete Lopes (ADUFF); Paulo Riela (ADUFS-BA); Pere Petit (ADUFPA); Rafael Bastos (ASDUERJ); Tiago Nicola Lavoura (ADUSC); Valter Pomar (ADUFABC).

COMBATER O GOLPE, DEFENDER A UNIVERSIDADE, A DEMOCRACIA E A LIBERDADE DE LULA: CONSTITUIR COMITÊS NAS IES

TEXTO DE APOIO

O longo debate sobre a caracterização da situação política, que vem desde 2015 (em torno da consigna “não vai ter golpe”), passando por 2016 e 2018, através de Congressos e CONADs, culminou na disputa eleitoral de 9 e 10 de maio últimos em que ambas as chapas concorrentes caracterizaram a situação do país como uma situação de golpe, sendo que o Sindicato Nacional como tal condenou a prisão de Lula.

Por isso, é preciso **tirar as consequências deste importante debate que travamos no quadro do ANDES-SN, adotando neste CONAD uma resolução que caracterize formalmente o golpe**, que se concentra hoje na injusta e ilegal prisão de Lula e na tentativa de impugnar sua candidatura presidencial.

O esmagamento da democracia pelo golpe que se manifesta no conjunto de ataques contra os direitos está simbolizado hoje pela prisão ilegal de Lula e pela interdição de sua candidatura, majoritária em todas as pesquisas, o que significa caçar previamente a manifestação da vontade popular. Ainda, esta prisão ilegal sinaliza-nos para a intensificação da ofensiva da reação, do totalitarismo judicial e do Governo Temer sobre todos os segmentos do movimento operário, camponês, juvenil e popular. O que tende a se intensificar no próximo período. É preciso resistir!

A unidade em meio à diversidade hoje não é opcional. Por isso devemos aproveitar a adversidade atual por que passamos para assegurar que a nova gestão, integre o nosso sindicato na mais decisiva luta de nossa geração, a luta contra o golpe de 2016 e pela liberdade para Lula, reatando assim, e num momento crucial, seus laços com a grande maioria do movimento dos trabalhadores.

Por isso, para além de afirmar em suas resoluções o combate ao golpe, é preciso que nosso sindicato aja amplamente, sendo um fator de unidade de todos os segmentos da comunidade acadêmica, **se engajando na construção de comitês pela democracia, em defesa da universidade e pela liberdade de Lula.**

TR – 11

COMBATER O GOLPE, DEFENDER A UNIVERSIDADE, A DEMOCRACIA E A LIBERDADE DE LULA: CONSTITUIR COMITÊS NAS IES

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Caracterizar o impeachment da Presidente Dilma Rousseff, em 2016, como um golpe organizado através de uma ofensiva jurídico-parlamentar-patronal-midiático;
2. Constituir de forma unitária Comitês de Luta Contra o Golpe, pela Democracia, em Defesa da Universidade e pela Libertação de Lula, em todas as IES.

TEXTO 12

Contribuição do(a)s professore(a)s: Ailton Cotrim Prates (ADUFAL); Alberto Handfas (ADUNIFESP); Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES); Antonio Eduardo A. Oliveira (APUR); Antonio Joaquim Feitosa (ADUFPB); Agostino Júnior Holanda Coe (ADUFPI); Cássia Hack (SINDUFAP); Celi Taffarel (APUB); Cláudia Gonçalves (ASDUERJ); Claudio Felix (ADUESB); Claudio Lira (APUB); David Teixeira (APUR); Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUNEMAT); Eduardo Jorge da Silva (ADUFERPE); Elisa Guaraná de Castro (ADUR); Erika Suruagi (ADUFERPE); Eron Pimentel (ADUFEPE); Eudes Baima (SINDUECE); Everaldo Andrade (ADUSP); Fábio Venturine (ADUNIFESP); Flávio Dantas (ADUFERPE); Flávio Furtado de Farias (ADUFPI); Fernando Cunha (ADUFPB); Francine Legeslki (ADUFF); George L. R. Brito (SESDUFT); Gilberto Oliveira (ADUFES); Giovane Mota (ADUFPA); Gisele Moreira (APESJF); Hélcio Batista (ADUFERPE); Helder Molina (ASDUERJ); Humberto Climaco (ADUFG); Jaaziel de Carvalho Costa (ADUFPI); José Arlen Beltrao (APUR); Joelma Albuquerque (ADUFAL); José Tarcísio Lima (ADUFLA); Juanito Vieira (APES); Leni Hack (ADUNEMAT); Lenúcia Moura (SINDUECE); Lisleandra Machado (APESJF); Luciana Campos (ADUFVJM); Luiz Carvalho (ADUFMAT); Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos (ADUFU); Luiz Rojo (ADUFF); Mairton Celestino da Silva (ADUFPI); Marcia Morschbacher; (ADUFSM); Marco Aurelio Gomes de Oliveira (SESDUFT); Maria de Lourdes Rocha Nunes (ADUFPI); Marize Carvalho (APUB); Marco Aurélio Gomes de Oliveira (SESDUFT); Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI); Mariuza A. C. Guimarães (ADUFMS); Melina Silva Alves (ADUFPB); Onete Lopes (ADUFF); Paulo Riela (ADUEFS); Pere Petit (ADUFPA); Rafael Bastos (ASDUERJ); Tiago Nicola Lavoura (ADUSC); Valter Pomar (ADUFABC).

ARTICULAR AS LUTAS EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

TEXTO DE APOIO

O projeto neoliberal exige um trabalhador flexível, adaptável, com capacidade empreendedora etc. Isso nos permite indagar qual é o verdadeiro valor do conhecimento para o capitalismo? Para o capital só tem valor aquele conhecimento que possibilita a manutenção de sua existência. Esse quadro converte a formação do trabalhador em “competências” com a finalidade de precarização, exploração e alienação.

Para o capital, é preciso assegurar ideologicamente um discurso de cidadania, igualdade, garantias sociais etc., ainda que não se efetivem na socialização da acumulação do capital. As reformas educacionais da década de 1990, que promoveram menos investimentos e nivelamento por baixo da educação, resultaram no fortalecimento da ideologia educacional burguesa. As linhas mestras dessa ideologia não se alteraram desde então, apostando num discurso fragmentário, identitário e descentrado que colocam a educação num suposto patamar de valorização, pois, na verdade, trata-se tão somente de seu enaltecimento a uma forma voltada ao desenvolvimento do trabalhador para a empregabilidade. Disso decorre uma preparação “polivalente”, permanente e adaptativa ao mercado, com esvaziamento da formação, seja na educação básica ou no ensino superior. Assim, há um duplo trânsito entre formas inferiores de educação e o avanço da barbárie.

Realizar o papel da educação em tempos de barbárie, nos diversos níveis e modalidades de ensino, demanda resgatar o caráter humanizador da educação. Destarte, se a humanização é produto das relações sociais e das aprendizagens delas decorrentes, é preciso analisar em que condições os indivíduos se humanizam (ou se desumanizam). Sabemos que numa sociedade de classes essas condições não estão dispostas da mesma maneira a todos os sujeitos e é justamente por essa razão que defendemos a socialização do conhecimento como função da educação escolar, por meio da qual os indivíduos podem desenvolver a consciência (subjettivação da realidade objetiva) e assim transformar a si e à sociedade.

Se a revolução necessita de fortes organismos de base, como associações, sindicatos e partidos, a possibilidade de compreender e aderir à luta revolucionária, passa pelo mais alto grau de desenvolvimento (ou humanização, se preferirmos) que devemos conquistar para elevar o universo das significações, para além das mais imediatas e aparentes dimensões da realidade. E essa elevação se dá pela apropriação da cultura em suas formas mais desenvolvidas, cujo acesso sistematizado e intencional se dá por meio da escola.

Dessa forma, mudar nosso rumo, que caminha para o aprofundamento da barbárie, depende (também) da adequada formação escolar da classe trabalhadora. Estamos indo contra a história, porque estamos na contramão do (pseudo)progresso, do (pseudo)avanço, do (pseudo)desenvolvimento. A consequência, a violenta escalada de uma onda conservadora, nos obriga a acreditar, investir e atuar vigorosamente na educação escolar, desde às creches até o ensino superior, destacando a relevância e importância do alinhamento entre os diferentes segmentos num movimento de unidade. Não se trata de uma consciência ingênua, impotente, ilusória, mas sim, uma consciência crítica, ciente dos limites e condicionantes objetivos aos quais estamos submetidos. Assim podemos assumir o compromisso com a causa da educação, atuando “[...] nas instituições existentes, impulsionando-as dialeticamente na direção [de] novos objetivos. Do contrário, ficaremos inutilmente sonhando com instituições ideais” (SAVIANI, 2007, p. 63)⁹, que nunca conseguiremos alcançar.

Assim, é preciso enfrentar o conjunto de ataques que a educação pública vem sofrendo. Podemos citar o Programa Residência Pedagógica (PRP), que revela que o governo federal tem sistematicamente passado por cima das universidades, pois nos apresenta um programa, viabilizado por edital, que acena com bolsas de estudo como migalhas para contrapartida do desmonte das instituições públicas como um todo.

Mais de uma dezena de entidades e associações científicas já se posicionaram contra este programa, apresentando um conjunto de argumentos acadêmicos e políticos para repudiar a adesão a ele. Na esteira do PRP, encontramos a BNCC (aderir a uma é obrigatoriamente aderir à outra), com a qual temos integral desacordo.

Não nos esqueçamos dos interesses financeiros por trás da BNCC, das grandes corporações empresariais que foram as gestoras dessa proposta, que falseou uma democracia de base para implantar um documento que nunca possibilitará a melhoria da educação brasileira.

Vejamos outros ataques, destacando agora a Lei nº 13.415/2017.

A Lei nº 13.415/2017 e o empobrecimento da educação escolar.

⁹ SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 17. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2007.

A Lei 13.415 determina (Art. 4º) que o currículo do Ensino Médio deve se organizar por “[...] diferentes arranjos curriculares (I- linguagens e suas tecnologias; II- matemática e suas tecnologias; III- ciências da natureza e suas tecnologias; IV- ciências humanas e sociais aplicadas; V- formação técnica e profissional.), **conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino**”. O parágrafo 5º do referido Art. 4º, assinala que “Os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, possibilitarão ao aluno concluinte do ensino médio cursar mais um itinerário formativo”. Já no parágrafo 6º, a lei estabelece que “A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional” considerará **vivências práticas no setor produtivo, com possibilidade de certificação intermediária de qualificação para o trabalho e organização em módulos** (parágrafo 10). **Parcerias com o setor produtivo e outras instituições** (não esqueçamos dos Sistemas S) aparecem nos parágrafos 6º e 8º, além da abertura para que sejam firmados convênios com instituições de educação a distância (parágrafo 11).

No tocante à formação de professores, o Art. 6º da Lei 13.415/2017 altera a LDBEN, em seu Art. 61, incluindo como profissionais da educação escolar básica “**profissionais com notório saber** reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas” (inciso IV) e profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica (inciso V). Também suprimiu, em função dessas alterações no Art. 61, que a formação docente deva ser realizada em universidades e institutos superiores de educação. Fazemos então, alguns destaques a partir dessas alterações mencionadas.

O primeiro aspecto a sublinhar é que o texto é sempre bastante vago: “poderá oferecer”, “a depender das condições dos sistemas de ensino”, “conforme disponibilidade” etc., sem nenhuma clareza de critérios que determinem essas variáveis. Ademais, fazemos algumas pontuações mais específicas.

a) Os arranjos curriculares e o atendimento às necessidades e interesses dos estudantes.

Como assinalado, o currículo do Ensino Médio deve se organizar por “[...] diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino”.

As justificativas para esses “arranjos curriculares” giram em torno do desinteresse dos estudantes pelas disciplinas escolares, que precisariam ser adequadas aos interesses e necessidades dos estudantes conforme seus contextos de vida e trabalho. Vai daí que os “itinerários (de)formativos”, pautados na construção de competências, aproximem-se grandemente à concepção de aprendizagem flexível, assim se equiparando ao modelo de formação do trabalhador flexível.

Fugindo da responsabilidade e das críticas à supressão de disciplinas como Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia, a lei 13.415 jogou para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a tarefa de versar sobre a disposição destes componentes nos currículos. Contudo, a BNCC não se encaminha diferentemente no que se refere ao aspecto pedagógico, pois pauta-se objetivamente na formação por competências, que em nada altera o princípio dos interesses e necessidades, em detrimento dos conhecimentos universais.

Outro ponto importante do alinhamento entre a Lei 13.415 e a BNCC, é que são obrigatórias, em todo o EM, somente língua portuguesa e matemática. Além disso, é bastante explícita a relação entre a contrarreforma do EM e as avaliações nacionais e internacionais, que hierarquizam os sistemas educacionais, classificando-os segundo uma lógica meritocrática. Assim, procura-se garantir que os alunos tenham melhor desempenho nas avaliações de larga escala, pela possibilidade de escolha de currículos com disciplinas de menor dificuldade, bem como proporcionar o ingresso no mercado de trabalho (formal ou não) que gere renda, especialmente por meio do empreendedorismo (ou seja, o indivíduo é responsável por seu sucesso ou fracasso escolar e profissional, apartado de todo um conjunto de condições que compõe suas possibilidades).

b) A qualificação docente e o notório saber.

Ao responsabilizar o próprio estudante por suas “escolhas”, a justificativa é que é preciso acabar com o “academicismo”. No entanto, essa visão impede que os jovens acessem o conhecimento de forma complexa, porque não se apoiarão em bases teóricas e estarão restritos à simplificação da prática, dos usos dos conhecimentos nos processos de trabalho, cada vez mais flexíveis, adaptativos e inseridos em cadeias produtivas que “exigem” (para que se possa explorar o trabalhador) um sujeito “multitarefa, como já afirmado.

Ora, a ampliação de “variedades” de percursos formativos, para além do problema de responsabilizar o próprio estudante por suas “escolhas”, é um engodo, pois a depender das condições da rede escolar, sabemos que serão privilegiados os percursos que dependem de menos docentes e recursos qualificados. Com isso, deixa-se de investir na formação de professores e na melhoria das condições materiais das escolas.

Toda essa flexibilização formativa, vai resvalar, obviamente, no lugar que ocupa o professor e o destaque dado à sua formação. Se o mais importante é o conhecimento tácito; se os percursos formativos estão ligados umbilicalmente à formação de competências que preterem a teoria, aquele que ensina pode ser, no mais das vezes, um bom prático, destituído de compreensões teóricas mais elaboradas sobre sua própria atividade e que portanto, com seu “notório saber” destitui a formação sólida para realização do trabalho educativo.

Além das consequências para a formação do estudante do EM, a contratação de supostos especialistas desqualifica a profissão docente, desobriga o Estado de concursos públicos, facilita as parcerias “público-privadas”, flexibiliza direitos trabalhistas e previdenciários, favorece discursos conservadores (como o que está contido no movimento “Escola sem Partido”, pois impede o pensamento crítico) e enquadra a educação nas políticas de austeridade absolutamente necessárias à realização da EC 95 (15/12/2016).

Assim, temos nos manifestado em favor da democracia, da liberdade e melhores condições de vida para todos e defendemos que a educação exerça seu papel fundamental nesse processo. Por isso precisamos intensificar nossa luta, em diferentes campos (as escolas, os sindicatos, os movimentos sociais, os partidos etc.). Nesse sentido, são urgentes nossos esforços em torno da formação das novas gerações, especialmente, dos estudantes do EM.

É preciso celebrar a coragem dos jovens, que a despeito de todas as condições adversas continuam sendo um ponto de apoio e tanto que temos em nossas lutas. Os estudantes, da educação básica e do ensino superior, com suas ocupações e greves, nos lembram porque permanecemos na luta. Nos provam que a realidade se movimenta no interior das contradições e que tão forte quanto as repressões e retrocessos, é nossa disposição para não recuar, não esmorecer.

TR – 12

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

Lutar de forma articulada, com as entidades do FÓRUM NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO (FNPE), com Frente Brasil Popular, Povo Sem Medo e centrais de trabalhadores, pela revogação da EC 95/2016, contra o Programa Residência Pedagógica, a Lei nº 13.415/2017 (Contrarreforma do Ensino Médio) e a BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM (BNCC).

Tema III: Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

TEXTO DE APOIO

O primeiro semestre de 2018 foi marcado por intensas lutas do(a)s docentes das IES públicas, em particular nas Instituições Estaduais e Municipais, com greves, mobilizações e paralisações contra a redução orçamentária, o não pagamento de salários e de bolsas, a demissão de terceirizado(a)s e os mais diversos ataques aos direitos trabalhistas. Ataques de natureza similar em vários estados e municípios têm levado a comunidade acadêmica a enfrentar os governos e algumas reitorias, com resistência e lutas intensas.

A Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), em Minas Gerais, iniciou o ano em greve cuja principal reivindicação é a reestruturação da carreira e o acordo não cumprido pelo Governo Pimentel (PT). Com a ameaça de corte dos salários dos grevistas, o movimento paredista ocupou a reitoria da instituição no dia 10 de abril e garantiu o pagamento dos salários do(a)s grevistas no último dia 26 de abril. No dia 10 de maio, a assembleia docente deliberou o fim da greve, após conquistas importantes da pauta.

Na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), o(a)s docentes paralisaram as atividades em sete *campi* da instituição no dia 16 de abril, em decorrência da retirada do auxílio alimentação, parcelamento de salários e atraso no pagamento, em defesa da valorização da carreira, entre outros. Em assembleia, deliberaram por paralisar as atividades nos dias 23 e 24 de maio e aprovaram o indicativo de greve.

Já no estado do Pará, os docentes da Universidade do Estado do Pará (UEPA) – em unidade com o(a)s servidore(a)s público(a)s estaduais – participaram no dia 10 de abril de ato público em frente à Secretaria de Administração do Estado para cobrar reposição das perdas inflacionárias, de 30%, plano de cargos e salários, melhores condições de trabalho, mais investimento em ensino, pesquisa e extensão e mais segurança na universidade. No dia 4 de maio, o(a)s docentes da UEPA decidiram em assembleia entrar em greve reivindicando ampliação do financiamento, reajuste salarial e garantia de direitos trabalhistas. A decisão de paralisar as atividades foi tomada diante dos sucessivos descumprimentos de acordo e do rechaço ao diálogo com a categoria por parte do governo. As pautas da greve docente da UEPA vêm desde o ano de 2015. Eles reivindicam reajuste salarial de 30%, o mesmo índice solicitado pelas demais categorias do serviço público estadual paraense, e aumento no valor do vale alimentação. O(A)s docentes também lutam por melhores condições de financiamento para a instituição: desde 2011, a UEPA perdeu aproximadamente 82% de seu orçamento (somando as verbas de investimento e custeio), uma redução de R\$ 18 milhões para apenas R\$ 3 milhões anuais. A categoria também cobra a abertura de vagas para docentes na universidade por meio de concursos públicos, pela ampliação de vagas em regime de Dedicção Exclusiva (DE) e pela progressão vertical do(a)s docentes que estão na fila, muitos há quatro anos.

Na Bahia, em protesto contra o maior arrocho salarial dos últimos vinte anos, docentes das Universidades Estaduais da Bahia (UEBA) aprovaram indicativo de greve e a participação de ato público, no dia 25 de abril, em Salvador, com paralisação de três universidades. Além da questão salarial, que representa perda de 21,1% nos últimos quatro anos, os professores e as professoras denunciam o constante desrespeito aos direitos trabalhistas (congelamento de promoções, não concessão de Dedicção Exclusiva) e o orçamento insuficiente para a manutenção das universidades. O governador Rui Costa (PT) há mais de cinco meses se nega a receber o(a)s docentes para tratar da pauta de reivindicações.

No Piauí, os docentes da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) estão há quase cinco anos sem reajuste salarial e as perdas inflacionárias ultrapassam a margem dos 33%. No dia 23 de abril, o(a)s docentes realizam um dia de paralisação geral em defesa dos direitos, por reajuste salarial e recomposição das perdas, implementação imediata das promoções, progressões e mudanças de regime de trabalho, atrasadas desde julho de 2017. Após essa movimentação, o governador Wellington Dias (PT), há três anos no governo, sem estabelecer qualquer diálogo com o(a)s docentes, designou o secretário de administração para receber uma comissão da diretoria do sindicato, com a presença da regional do ANDES-SN. A reunião ocorreu no dia 29 de abril e o governo reafirmou que, em razão da Lei de Responsabilidade Fiscal, não poderia atender à reivindicação da categoria. Como resposta a essa decisão do governo, o sindicato organizou uma aula pública no dia 21 de maio, na frente do Palácio de Karnak, para mobilizar a categoria e pressionar o executivo local.

No Amazonas, a Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado do Amazonas (SIND-UEA) realizou um “Dia de Luta em Defesa dos Direitos dos Professores” em 14 de março. A programação incluiu panfletagem com esclarecimento das pautas de luta à comunidade acadêmica, participação em audiência pública na Assembleia Legislativa do Amazonas e ato público no palácio de governo para demandar negociação ao governador Amazonino Mendes do PDT.

Na Paraíba, docentes, estudantes e técnicos-administrativos da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), depois de uma greve vitoriosa no ano passado, iniciaram, em abril, um processo de mobilização em defesa da instituição e contra os cortes de verbas realizados pelo governador Ricardo Coutinho (PSB) na universidade. A mobilização da comunidade universitária foi uma das deliberações da reunião do Conselho Universitário da UEPB, que rechaçou a proposta inicial da reitoria de realizar cortes de despesas e de atividades. A instalação de um GT sobre autonomia com representações do conselho universitário, SINTEST, FASUBRA se constituiu em um importante instrumento de discussão para o combate à redução do financiamento, que vem se aprofundando desde janeiro deste ano.

No Rio Grande do Norte, após quatro meses de greve do(a)s docentes da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), que envolveu, além do(a)s docentes, servidore(a)s públicos da saúde, o movimento docente tem realizado atividades nos bairros de Mossoró para dialogar com a população sobre o papel e a importância da universidade pública para a comunidade e também nos *campi* fora de sede para dialogar com a categoria acerca das conquistas e possibilidades após o fim da greve na universidade, além de debater e ouvir sugestões sobre a atuação sindical e aproximar a base das decisões da direção. A greve conquistou avanços, como a regularização do auxílio saúde, a manutenção dos aposentados na folha de pagamento da UERN e a construção da unidade de luta com o(a)s demais servidore(a)s público(a)s estaduais contra o pacote de maldades do governador Robson Faria (PSD).

Em São Paulo, as três Universidades Estaduais de São Paulo – USP, UNESP e UNICAMP – protocolaram a pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2018 junto ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo (CRUESP), uma vez que a data-base da categoria é 1º de maio, solicitando uma reunião nos dias 16 e 18 de abril, o que não ocorreu. De 2 a 4 de maio, as categorias realizam nova rodada de assembleias para avaliar uma possível resposta do CRUESP. O CRUESP propôs 1,5% de reajuste, proposta considerada um insulto pelo fórum das seis, que aprovou o indicativo de greve a partir do dia 28, ser avaliado pelas assembleias. O(A)s funcionário(a)s da UNICAMP e USP iniciaram a greve no dia 22.

No Ceará, o período recente foi marcado por fortes ataques desferidos pelo governo de Camilo Santana (PT) Às Instituições Estaduais de Ensino Superior. Sob a justificativa da alegada crise fiscal, que sequer atinge o Estado, o governo vem implementando cortes e contingenciamentos orçamentários, tanto em verbas de custeio como de investimento. Isto vem resultando no rompimento de contratos com empresas terceirizadas, no represamento dos processos de ascensão funcional, no corte de transportes e auxílios para aulas de campo e participação de docentes e discentes em encontros acadêmicos. O governo não cumpriu integralmente o compromisso de realizar concurso para professore(a)s efetivo(a)s, impulsionando a contratação de substituto(a)s e temporário(a)s, cuja remuneração corresponde a pouco mais de 50% dos vencimentos do(a)s efetivo(a)s – mesmo depois de importante conquista da greve de 2016 que recompôs seus salários a partir de janeiro de 2018. Ao mesmo tempo, o(a)s docentes amargam perda salarial de 23,09% no período de 2012 a 2018, além de terem a alíquota previdenciária majorada de 11% para 14%. O governo petista impôs, ainda, a reestruturação do Instituto de Saúde dos Servidores do Ceará (ISSEC), cujo objetivo é extorquir dinheiro do(a)s servidore(a)s agora obrigado(a)s a pagar os serviços médico-odontológicos antes garantidos pelo Estado. Organizadas no Fórum das Três, as Seções Sindicais do ANDES-SN nas estaduais do Ceará (SINDUECE, SINDURCA e SINDIUVA) procuram responder aos ataques participando do Fórum dos Servidores Públicos (FUASPEC) e das mobilizações e atos produzidos por este coletivo, como os que ocorreram na Assembleia Legislativa contra a privatização do ISSEC. Uma pesquisa sobre financiamento e situação salarial foi produzida por solicitação do Fórum das Três e deve municiar as ações políticas das SSIND, inclusive na realização de seminários, a exemplo do que foi promovido pela SINDUECE, com a participação da SINDURCA, SINDIUVA e Regional Nordeste 1 do ANDES-SN, no dia 3 de maio de 2018.

No Rio de Janeiro, após meses de greve e mobilização em 2017 contra os atrasos salariais e o sucateamento das Universidades Estaduais do Rio (UERJ), Zona Oeste (UEZO), Norte Fluminense (UENF) e da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), o(a)s docentes seguem mobilizado(a)s, mais uma vez, para o cumprimento da Emenda Constitucional (EC) 71, aprovada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio (ALERJ), em dezembro do ano passado. A EC 71 obriga o poder público a destinar, anualmente, às universidades estaduais, a dotação definida de acordo com a Lei Orçamentária Estadual que lhes será transferida em duodécimos, mensalmente. Os efeitos seriam aplicados a partir de 1º de janeiro de 2018, o que não procedeu.

No Paraná, os ataques do governo de Beto Richa (PSDB) às universidades paranaenses seguem com a defasagem salarial, total desrespeito a leis e acordos pós-greves, não cumprimento de leis que definem o número de servidore(a)s e professore(a)s para as universidades, corte nas verbas de custeio, descaso com as condições de permanência estudantil e a retirada de autonomia financeira das universidades, com o Meta4. Como

se não bastasse, desde 2014 o governo do Paraná não chama o(a)s aprovado(a)s nos concursos públicos, quadro agravado com o aumento das aposentadorias. Essa medida tem como função a sobrecarga de trabalho para o(a)s docentes e o(a)s técnico(a)s-administrativo(a)s.

Diante dessa realidade de ataques e lutas, na reunião do setor realizada no dia 15 de abril, discutiram-se os desafios a serem enfrentados pelo(a)s docentes das IEES/IMES em um contexto de arrocho salarial e de redução orçamentária em custeio e investimento. Apontou-se a necessidade de intensas mobilizações estaduais e municipais contra as perseguições e assassinatos de lideranças dos movimentos sociais; o recrudescimento do conservadorismo; as reformas da previdência nos Estados em consequência da proposta de reforma da previdência do ilegítimo governo Temer; a intervenção federal militarizada no Rio de Janeiro; a seletividade da justiça e judicialização da política.

As representações das seções sindicais defenderam a necessidade de intensificar os atos de lançamento da Frente Nacional de Defesa das Instituições de Educação Superior como uma estratégia fundamental de mobilização da categoria. Além disso, durante a Semana de Lutas Unificada do setor, de 21 a 25 de maio com um Dia Nacional de Paralisação e Mobilização, em 23 de maio, em defesa da garantia e ampliação do financiamento público, e mais recursos públicos para as IEES e as IMES, e contra a apropriação do fundo público pelo capital privado, resultando em privatização, gestões antidemocráticas, precarização e sucateamento dessas instituições. A semana foi marcada por diversas atividades nos estados: realização de aulas magnas que debateram financiamento por meio das seções sindicais; circulação de spots de rádios produzidos pela diretoria nas instituições, questionando o sucateamento da educação pública; debates; panfletagens; atividades culturais e paralisação.

Em relação às Resoluções do 37º CONGRESSO do ANDES-SN, a reunião indicou alguns encaminhamentos em relação à lista tríplice: lutar por eleição direta – conforme consta no Caderno 2; reforçou-se a construção de um dossiê, por meio de um histórico das lutas do setor, para atualizar informações sobre a situação dos ataques e também do movimento de resistência das IES públicas e as conquistas e ganhos que a categoria conseguiu ao longo dos anos via lutas, mobilizações e greves. Junto a isso, os trabalhos da comissão responsável pelo levantamento do financiamento das IEES/IMES devem se intensificar no segundo semestre com a resposta das seções sindicais ao formulário enviado pela comissão.

O 16º Encontro Nacional do setor das IEES/IMES será realizado na UENF, na cidade de Campos dos Goitacazes (RJ) de 21 a 23 de setembro de 2018. O tema será discutido na próxima reunião do setor.

Finalmente, como produto da reunião conjunta dos setores e GTPE, GTPFS e GTSSA, o setor aprovou os seguintes encaminhamentos para fortalecer o trabalho sindical em IEES *multicampi*: a) usar a videoconferência e as tecnologias da comunicação para aproximar a base; b) pautar a expansão das creches e RU, serviço médico; c) expandir o diálogo com a comunidade acadêmica e com financiamento 100% público; d) atualizar o Estatuto do ANDES-SN em relação às assembleias, tendo em vista a realidade *multicampi*; e) fazer o enfrentamento aos modelos de gestões que impõem à(o) docente a precarização e o assédio moral, abertura de sindicâncias e PAD; f) problematizar a separação de *campi* e sua transformação em novas universidades, com poucos docentes, o que inviabiliza a organização financeira da seção sindical. Sobre o controle do trabalho docente, tema também discutido na reunião conjunta, indicou-se: 1. Realização

do dia nacional de lutas contra o controle do trabalho docente e os abusos sofridos pela categoria; 2. Participação nos conselhos e nos debates institucionais sobre os instrumentos de controle; 3. Realizar atividades de formação sobre esse ponto nas seções sindicais.

I - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

O 37º CONGRESSO delibera

- 1. Denunciar à Organização Internacional do Trabalho, Ministério Público e Ministério Público do Trabalho, os ataques aos direitos trabalhistas do(a)s docentes dos IEES/IMES.*
- 2. Construir dossiê sobre a situação dos ataques às IES públicas.*
- 3. Pautar audiências públicas nos estados e municípios para denunciar o desmonte das IEES-IMES, os impactos do marco de ciência e tecnologia na educação pública e o ataque aos direitos do(a)s servidore(a)s.*
- 4. Realizar, em conjunto com as seções sindicais, a coordenação do setor e o GT Verbas, amplo levantamento do financiamento das IEES/IMES, com o objetivo de publicar um caderno sobre o financiamento das IEES/IMES.*
- 5. Cobrar da ABRUEM posições frente aos ataques perpetrados pelos governos estaduais e municipais às IEES-IMES.*
- 6. Realizar, no segundo semestre de 2018, o 16º Encontro Nacional do setor das IEES-IMES, com tema e data a serem definidos na reunião preparatória do setor.*
- 7. Lançar, em articulação com as secretarias regionais em todos os estados, a Frente Nacional em Defesa das Instituições Públicas de Ensino Superior.*
- 8. Lançar o caderno a ser elaborado pelo GTSSA sobre a pesquisa de Regimes próprios de previdência social, complementar e privada nos estados, com ações de divulgação para a categoria e dar ampla divulgação às publicações já existentes nas seções sindicais.*
- 9. Denunciar e lutar contra a terceirização da docência implementada por meio de ONGs e OS.*
- 10. Construir um ato de lançamento da Frente Nacional em Defesa das Instituições Públicas de Ensino Superior no Fórum Social Mundial que ocorrerá entre 13 e 17 de março, em Salvador-BA.*
- 11. Realizar a semana de lutas unificada do setor das IEES/IMES, de 21 a 25 de maio de 2018, em defesa da garantia e ampliação do financiamento público e mais recursos públicos para as IEES/IMES e contra a apropriação do fundo público pelo capital privado, resultando em privatização, gestões antidemocráticas, precarização e o sucateamento dessas instituições, com o lançamento de um InformANDES posteriormente, divulgando as atividades realizadas e as lutas em curso do setor.*
- 12. Propor e atuar no sentido de garantir que a contratação de professores substitutos se atenha ao caráter de substituições temporárias, e seus editais de seleção assegurem a valorização salarial do docente de acordo com sua titulação, assim como a isonomia com os efetivos, quanto às condições de trabalho e direitos.*

13. Continuar realizando levantamento, junto às seções sindicais, sobre a implementação do Marco Legal da C&TI nas IEES-IMES, realizando ações de enfrentamento.

TR – 13

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Dia nacional de lutas nas IFES e IEES-IMES contra o assédio moral e sexual.
2. Realizar levantamento, por meio das seções sindicais, das formas de controle e registro do trabalho docente presente nas IES até o mês de outubro de 2018.
3. Realizar XVI Encontro Nacional do setor das IEES/IMES a ser sediado na UENF, na cidade de Campos dos Goitacazes (RJ), entre os dias 21 e 23/09/2018.
4. Produzir Dossiê, por meio de um histórico das lutas do setor e das conquistas e ganhos da categoria ao longo dos anos via lutas, mobilizações e greves.
5. Adotar a Planilha de gastos do XVI Encontro Nacional do setor das IEES-IMES a seguir, que explicita a execução das despesas.
6. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a proceder ajustes na planilha, caso sejam necessários.

Planilha de Despesas (em Reais) do XVI Encontro Nacional das IEES/IMES 21 a 23 de setembro de 2018 – SESDUENF(ADUENF), Campos dos Goytacazes (RJ)

Seção Sindical	Trecho	Deslocamento	Hospedagem	Diária
Regional Norte 1				
SINDUERR	BVB/GIG/BVB	2.300,00	600,00	480,00
Regional Norte 2				
SINDUEPA	BEL/GIG/BEL	840,00	600,00	480,00
SINDUEAP	MCP/GIG/MCP	1.550,00	600,00	480,00
ADFURN (ADUERN)	FOR/GIG/FOR	830,00	600,00	480,00
Regional Nordeste 1				
SINDCENTEC-JN	DJD/GIG/JDO	1.200,00	600,00	480,00
Regional Nordeste 2				
ADESA-PE	REC/GIG/REC	820,00	600,00	480,00
ADUPE	REC/GIG/REC	820,00	600,00	480,00
Regional Rio Janeiro				
ADUEZO	Rodoviário	0,00	600,00	480,00
ADOPEAD	Rodoviário	0,00	600,00	480,00
ADESFAETEC	Rodoviário	0,00	600,00	480,00
Regional Planalto				
APUG	PMW/GIG/PMW	1.140,00	600,00	480,00
SSIND Unicerrado (Goiatuba)	GYN/GIG/GYN	860,00	600,00	480,00
Regional Leste				
ADUEMG	BHZ/GIG/BHZ	640,00	600,00	480,00
Regional Sul				
APRUDESC	FLN/GIG/FLN	560,00	600,00	480,00

SINDUNESPAR	FLN/GIG/FLN	560,00	600,00	480,00
ADUNICENTRO	FLN/GIG/FLN	560,00	600,00	480,00
Total	16	12.680,00	9.600,00	7.680,00
Total Geral		29.960,00		

TEXTO 14

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

TEXTO DE APOIO

O Plano de Lutas do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) para 2018, aprovado no 37º Congresso do ANDES-SN, indicava a imediata construção de agendas de luta ainda em fevereiro, em razão da MP 805/2017 e da Contrarreforma da Previdência. A construção do Dia Nacional de Lutas contra a Reforma da Previdência, em 19 de fevereiro, foi importante para pressionar o governo e parlamentares a barrar essa medida. Na mesma semana da mobilização, o governo suspendeu a tramitação da PEC 287 no Congresso Nacional e, até o momento, não foi retomada.

Em relação à MP 805/17, que adia as alterações nas tabelas remuneratórias dos servidores públicos federais (SPF) para o ano seguinte e aumenta a contribuição previdenciária dos SPF de 11% para 14%, por não ter sido convertida em lei no prazo de 120 dias estabelecido pela Constituição, perdeu a validade e, portanto, a eficácia, no dia 8 de abril. Em dezembro do ano passado, o ministro Ricardo Lewandowski havia concedido liminar à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) contra o texto, até que o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) se manifestasse sobre a questão. Como o STF não julgou a ação, o Congresso Nacional não votou a matéria no prazo estabelecido por lei, e a MP foi arquivada.

É possível afirmar que tais políticas antipopulares não avançaram para aprovação em razão das lutas de resistência e do fracasso do governo em articular com os parlamentares, inclusive da base de sustentação, mesmo que em forma de “troca de favores” envolvendo recursos e cargos no Executivo. Também contribuíram para isso as constantes denúncias de corrupção de membros do alto escalão do governo e de lideranças parlamentares da base. Nesse sentido, é importante compreender que, passadas as eleições gerais deste ano, possivelmente essas políticas retornarão para o Congresso Nacional.

No enfrentamento a essas políticas destrutivas e derrubada dessas pautas, o ANDES-SN e demais segmentos da classe trabalhadora protagonizaram diferentes ações, com mobilização e luta de classe, e construíram diversas agendas, como materiais, debates e denúncias. Cabe destacar a atuação conjunta do FONASEFE e FONACATE em diversas ações para barrar medidas que prejudicam centralmente o(a)s servidore(a)s público(a)s federais. Entretanto, as lutas não avançaram suficientemente porque a maioria das centrais sindicais criou barreiras para a construção das mobilizações.

Considerando a necessidade de atualizar o Plano de Lutas do Setor das IFES, apresentamos o balanço das ações desenvolvidas e as perspectivas e encaminhamentos para o próximo período.

No âmbito dos SPF

No início de fevereiro, logo após a realização do 37º CONGRESSO do ANDES-SN, o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (FONASEFE) e o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (FONACATE) realizaram uma reunião ampliada para analisar a conjuntura política do país e traçar estratégias para o enfrentamento do desmonte do serviço público e em defesa do(a)s servidore(a)s público(a)s. Na ocasião, as entidades definiram a pauta de reivindicações da Campanha Unificada de 2018 e o calendário de lutas contra a PEC 287/16 – Contrarreforma da Previdência, e demais ataques desferidos pelo governo federal, em especial a MP 805/17 e a EC 95/16.

Logo em seguida, foi lançada a Campanha Unificada no Dia Nacional de Greves, Paralisações e Mobilizações contra a Reforma da Previdência, em 19 de fevereiro, com o protocolo da pauta de reivindicações dos SPF no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Na oportunidade, o MPOG agendou reunião para o dia 2 de março. Nessa reunião, o(a)s representantes do FONASEFE e FONACATE, incluindo o ANDES-SN, reuniram-se com o representante do MPOG, Augusto Akira Chiba, secretário de Gestão de Pessoas. Havia dois anos o(a)s servidore(a)s público(a)s federais não eram recebido(a)s pelo Ministério. O governo não apresentou nada de concreto em relação às demandas das entidades e sugeriu nova reunião até o dia 10 de abril. O FONASEFE e o FONACATE protocolaram a realização da audiência, denunciaram o descaso, e a reunião não se realizou por falta de respostas do governo ao agendamento.

Após essa negativa do governo em relação à audiência para debater a pauta de reivindicações e a total falta de disposição para o diálogo, o FONASEFE defendeu a construção de um dia de mobilização em todos os estados e DF, indicando o 23 de maio para tais ações e o 7 de junho como o dia nacional de lutas.

A avaliação interna das lutas do(a)s SPF tem sido importantes no sentido de conseguirmos construir algumas ações em conjunto com o FONASEFE e FONACATE, porém é preciso destacar a dificuldade de dar encaminhamento às questões mais aprofundadas de debates e construção de políticas em consonância com a perspectiva da base da categoria. Embora a conjuntura complexa do primeiro semestre não tenha permitido avançar na rearticulação da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF), compreendemos que é urgente implementar iniciativas para reorganização da CNESF.

No âmbito do setor das IFES

A pauta de reivindicações da categoria docente no âmbito das IFES foi protocolada no MEC e no MPOG no mês de março, com a solicitação de reunião para negociação. Não houve nenhuma resposta do governo.

No primeiro semestre de 2018, houve quatro reuniões específicas do setor das IFES, nas quais teve centralidade a iniciativa de movimentar a categoria em cada IFE, com indicação de debates, elaboração de materiais e diversos levantamentos acerca dos desdobramentos das políticas que atacam a educação pública, especialmente com a EC 95/16. Importante destacar que ainda temos tido retorno insuficiente das seções sindicais acerca dos impactos da precarização nas respectivas IFES. É necessário que haja um trabalho conjunto e em âmbito nacional.

Ao mesmo tempo, em todas as reuniões do setor, o conjunto de seções sindicais tem apresentado os impactos negativos que os cortes no orçamento da educação federal têm trazido para o trabalho docente e formação do(a)s estudantes: diminuição de despesas de

custeio, o que gerou aumento de demissão de trabalhadore(a)s terceirizado(a)s e corte significativo das verbas para assistência estudantil; congelamento de concursos públicos; paralisação de obras de infraestrutura; entre outros aspectos correlatos.

Ainda em relação às ações no primeiro semestre de 2018, em cumprimento à deliberação do 37º CONGRESSO, o setor das federais participou, no dia 12 de abril, de reunião com o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional (CONIF). Foram debatidos pontos como cortes orçamentários, cobrança de taxas e mensalidades em cursos de graduação e pós-graduação, restrições à aposentadoria, represamento de promoções e progressões, planejamento e realização de obras, denúncias de assédio sexual e moral, racismo, machismo, xenofobia, romafobia, LGBTfobia, capacitismo e preconceito geracional nas instituições de ensino. Na oportunidade, o ANDES-SN apresentou a cartilha produzida pelo GTPCEGDS sobre assédios, disponibilizou outros materiais, e o CONIF salientou a necessidade de amadurecer o debate principalmente do assédio moral ocorrido entre técnico(a)s-administrativo(a)s em educação e docentes.

Nos dias 13 e 14 de abril, foi realizada a reunião conjunta dos setores das IFES, IEES/IMES, GT CARREIRA, GTPFS e GTPE conforme foi deliberado pelo 37º CONGRESSO.

Com o intuito de nos armarmos para enfrentar os ataques à carreira docente e as perdas salariais, conforme deliberação da reunião do setor das IFES e reunião conjunta, foi publicado um InformANDES Especial, que foi enviado, por meio da Circular nº 126/18, para as seções sindicais e secretarias regionais para ampla divulgação. A publicação apresenta elementos fundamentais para a compreensão da atual política de carreira e salário da categoria que, desde 2012, ficou mais desestruturada com o aprofundamento das políticas governamentais neoliberais e com os simulacros de acordos entre o governo federal e PROIFES, em 2012 e 2015, que foram rechaçados pela categoria docente em assembleias. O material também apresenta os impactos sobre a carreira e o salário do(a)s docentes com a aplicação da Emenda Constitucional (EC) 95/16, que congela gastos públicos por vinte anos.

Os desafios para o segundo semestre de 2018 devem buscar ampliar a mobilização dos docentes federais em torno da pauta de reivindicações aprovada no último congresso. É fundamental aprofundar os debates em cada IFE acerca das estratégias para enfrentar o cenário de ataques aos SPF e à categoria docente, incluindo os ataques ao caráter público das universidades e institutos federais.

II - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

O 37º CONGRESSO delibera

B - NO ÂMBITO DO SETOR DAS IFES

- 1. Reafirmar e atualizar a pauta de reivindicações do setor da IFES aprovada em 2017, para posteriormente protocolizá-la no MEC e no MPOG.*
- 2. Lutar pela rejeição da MP 805/17 que eleva, para parte da categoria, a alíquota da contribuição previdenciária de 11% para 14% e adia para 2019 as alterações nas tabelas remuneratórias previstas para 2018.*
- 3. Dar ampla divulgação, por meio das seções sindicais, da cartilha sobre PDV, produzida pelo FONASEFE, como forma de mobilização contra a implementação nas IFES.*

- 4. Atualizar o levantamento, junto às seções sindicais, dos cortes orçamentários nas IFES e os efeitos negativos para o funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas, da assistência estudantil, do número de aposentadorias e de docentes com abono permanência, da previsão de concursos, da existência de impedimento ou represamento de promoção ou progressão e do pagamento de retroativos.*
- 5. Elaborar, a partir dos dados coletados, proposta de realização de painel sobre precarização das IFES com destaque para cortes no orçamento, desestruturação da carreira docente e aposentadoria.*
- 6. Atualizar o levantamento junto às seções sindicais, dos dados sobre a implementação do Marco Legal da C&TI nas IFES, tendo como base para ações de enfrentamento.*
- 7. Lutar, em conjunto com as seções sindicais, pela implementação do Decreto 9.034/17, que institui cotas para pessoas com deficiência nos institutos, nas universidades federais e nos CEFET; pelas cotas de vagas para concursos de docentes e técnicos-administrativos em educação; pela defesa dos direitos das pessoas com deficiência; contra a opressão e o capacitismo; pela adequação nos processos de seleção e acesso e pela criação dos núcleos de atendimento educacional.*
- 8. Solicitar nova audiência com a ANDIFES, CONDICAP e CONIF para continuar tratando dos seguintes temas: fim dos cortes orçamentários, cobrança de taxas e mensalidades em cursos de graduação e pós-graduação, implementação de ponto eletrônico para servidor, impedimento de aposentadoria, represamento de promoções e progressões, planejamento e realização de obras.*
- 9. Lutar contra a aprovação do PLS 16/15 e do PL 4.643/12, que dispõem sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais, vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior.*
- 10. Atuar, a partir das seções sindicais e das secretarias regionais, nos fóruns e comitês em defesa da educação pública, para organização e lançamento da Frente em Defesa das Instituições Ensino Superior Públicas nos estados.*
- 11. Dar continuidade, por meio das seções sindicais, a campanha de solidariedade às IES, contribuindo com fundo criado para essa finalidade, divulgando-o nas páginas das seções sindicais.*
- 12. Reforçar a luta pelo reenquadramento sem perda de direito daqueles docentes que se movimentam entre as IFES por meio de concurso público.*
- 13. Debater as condições de trabalho em relação à multicampia nas IFES.*
- 14. Denunciar a desestruturação de carreira docente e da consequente tabela salarial promovida pela ação do PROIFES e lutar pela recuperação da carreira docente aprovada no 30º Congresso do ANDES-SN em Uberlândia, no ano de 2011.*

TR – 14

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

No âmbito dos SPF

- 1.** Articular nos estados, via seções sindicais, ações com as entidades da CNESF na perspectiva de fortalecê-la como espaço de luta do(a)s SPF.

No âmbito do setor das IFES

1. Realizar, via seções sindicais, levantamento das formas de controle e registro do trabalho docente presentes nas IES até o mês de outubro de 2018.

2. Realizar, via seções sindicais, levantamento das consequências dos cortes orçamentários, com o objetivo de fomentar a realização de reunião nacional sobre o tema, abrangendo as seguintes questões:

a) previsão de verbas de custeio e capital para 2018, em comparação com os valores previstos e executados nos anos de 2016 e 2017;

b) realização de corte de bolsas de acesso e permanência estudantis, aumento de tarifas dos Restaurantes Universitários e cortes no pagamento de salários do(a)s terceirizado(a)s;

c) utilização de emendas parlamentares para cobrir gastos das universidades (identificando o(a) parlamentar responsável e a finalidade do gasto coberto pela emenda).

3. Divulgar e utilizar, via seções sindicais, o InformANDES Especial para realização de debates e ações de denúncia sobre a desestruturação da carreira docente e perdas salariais.

Cronograma de ações: (a ser atualizado no CONAD de acordo com os encaminhamentos da reunião do setor das IFES).

Tema IV: Questões Organizativas e Financeiras

TEXTO 15

Diretoria do ANDES-SN

HOMOLOGAÇÕES: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS

TEXTO DE APOIO

A Diretoria do ANDES-SN apresenta ao 63º CONAD, *ad referendum* do 38º CONGRESSO, a homologação da seguinte seção sindical.

TR – 15

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

Em consonância com inciso XI do art. 24 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 63º CONAD manifesta-se, *ad referendum* do 38º CONGRESSO, favoravelmente à constituição da Associação dos Professores e Professoras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - SINDOIF Seção Sindical do ANDES-Sindicato Nacional.

TEXTO 16

Diretoria do ANDES-SN

NOVA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

Criada em 2013 no 32º CONGRESSO, a Comissão da Verdade do ANDES-SN é composta de dois membros indicados pela diretoria, três titulares e três suplentes eleitos no CONAD.

A Comissão da Verdade atual deu continuidade aos trabalhos da Comissão anterior e, em 2018, realizou o Seminário “Continuidades da ditadura na universidade e na sociedade”, na Faculdade de Educação da USP em São Paulo.

Os resultados dos trabalhos desenvolvidos e dos debates no Seminário (que serão apresentados em outro texto deste caderno) revelam a necessidade da continuidade dos trabalhos e do efetivo envolvimento das Seções Sindicais.

O 37º CONGRESSO delibera:

I. Que a Comissão da Verdade do ANDES-SN – CV passe a trabalhar e a se reunir com o GTHMD e que tal dinâmica seja avaliada no próximo CONAD.

2. *Que se realize, no primeiro semestre de 2018, um seminário nacional para debater continuidades e permanências da ditadura nas universidades e na sociedade.*

TR – 16

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

Que os integrantes da Comissão da Verdade do Andes-SN, representantes da base, sejam eleitos na plenária de questões organizativas do 63º CONAD, após exposição dos requisitos necessários e da disponibilização do(a)s candidato(a)s por autoindicação ou por indicação de suas seções, presentes ou não no CONAD, em número de três titulares e três suplentes.

TEXTO 17

Diretoria do ANDES-SN

SEDE DO 64º CONAD DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

As seções sindicais que se dispuserem a sediar o 64º CONAD do ANDES-SN deverão apresentar proposta, por escrito, até as 17h do dia 14 de julho de 2017, para oportunizar a discussão nos grupos mistos do tema Questões Organizativas e Financeiras.

TR – 17

O 64º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional realizar-se-á na cidade de ..., sob a organização da Seção Sindical.

TEXTO 18*Diretoria do ANDES-SN***PRESTAÇÕES DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017****TR – 18**

O 63º CONAD aprova as prestações de contas do exercício de 2017

Demonstrativo de Orçamento e Execução		
Receitas	Previsão 2017	Execução 2017
Receita Total	11.155.825,49	12.654.700,76
Receita de Contribuições	10.710.322,58	12.256.987,51
Receita de aplicações financeiras	184.485,00	201.448,44
Outras Receitas (Patrimônio, Contribuição Sind., Diversas)	261.017,91	196.264,81
Despesas	Previsão 2017	Execução 2017
Alimentação	18.000,00	7.281,03
Aluguel de Bens Imóveis	255.000,00	261.407,46
Assessoria Contábil	98.000,00	108.353,14
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - AJN	530.000,00	547.598,16
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - Regionais	560.000,00	424.468,35
Assinaturas e Periódicos	6.000,00	2.025,88
Condomínios (Apto Brasília/ Sede 3º e 5º andar/ Secretarias Regionais)	170.000,00	148.547,61
Conduções e Passagens Urbanas/Taxi Ressarcimento	150.000,00	138.717,69
Contribuições – Auditoria Cidadã da Dívida	24.000,00	25.000,00
Contribuições – Escola Nac. Florestan Fernandes	24.000,00	24.000,00
Contribuições – Casarão da Luta MTST (Esperança de Um Novo Milênio)	24.000,00	31.000,00
Correios e Telégrafos	30.000,00	33.354,16
Custas e Emolumentos	23.000,00	15.698,58
Despesas com Regionais	1.160.000,00	1.298.457,87
Despesas Diversas	50.000,00	161.464,10
Despesas Financeiras	20.000,00	18.230,22
Despesas Tributárias (IPTU/ IR/ Impostos e Taxas Diversas)	40.000,00	24.071,03
Diárias de Diretores	340.000,00	448.950,94
Diárias Convidados	33.000,00	56.140,00

Energia Elétrica	70.000,00	55.523,17
Estacionamentos / Pedágios	10.000,00	4.259,50
Hospedagem	440.000,00	603.482,58
INSS s/Serviços PF	25.000,00	36.770,77
Internet e TV a Cabo	44.000,00	39.583,28
Locação de Equipamentos e Veículos	10.000,00	13.612,08
Manutenção e Reparos Bens Móveis	28.000,00	55.443,38
Material de Consumo	130.000,00	134.353,31
Passagens Aéreas e Terrestres	950.000,00	1.093.246,73
Pessoal e Encargos	3.200.000,00	3.531.624,28
Publicações (Informandes impressos/ Cartilhas)	230.000,00	253.080,00
Reembolso de Kilometragem	15.000,00	8.720,48
Repasse FUNDO ÚNICO	220.000,00	243.336,41
Repases p/ Entidades Filiadas: DIEESE/ DIAP/ CNESF/ CSP CONLUTAS/ FNDC	615.000,00	523.921,23
Revista - Universidade & Sociedade	105.000,00	132.653,19
Seguros em Geral	5.000,00	6.137,07
Serviços de Digitalização (Bolsista)	36.000,00	75.180,00
Serviços Gráficos (Banners/ Folders/ Cartazes)	120.000,00	30.957,00
Serviços Técnico Profissionais - PF	15.000,00	106.975,90
Serviços Técnico Profissionais - PJ	55.000,00	96.570,08
Telefone	120.000,00	106.301,97
Transportadoras e Fretes	325.000,00	315.367,08
Despesa Total	10.323.000,00	11.241.865,71
	Superávit no Período	1.412.835,05
DESPESAS DIVERSAS		
Diárias Funcionários	3.240,00	
Auxílio Dependente - Diretores	20.700,00	
Copias/Encadernações/Impressões e Afins	98,60	
Serviços Fotográficos - PJ	9.250,00	
Anúncios e Publicações	3.798,75	
Outras Despesas (Roubo)	4.555,00	
Seminários, Congressos, Cursos e Afins	2.640,00	
Manutenção e Reparo de Bens Imóveis	280,00	
Festividades e Homenagens	6.260,55	
Outras Contribuições/Doações	64.766,26	
Despesas do Exercício Anterior (Telefone Regional NE III e INSS-ADUFABC)	6.984,58	
Despesas c/Eventos (36º Congresso)	7.126,21	
Despesas c/Encontro Nacional de Educação (Despesas Bancárias)	43,07	

Sentenças Judiciais	31.721,08	
TOTAL	161.464,10	

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL - 1º Semestre/2017
VALORES EM REAIS (R\$)

MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	TOTAL
RECEITAS							
<i>Contribuições</i>	1.119.991,52	1.023.700,87	988.169,80	955.507,85	1.050.383,30	962.971,61	6.100.724,95
<i>Contribuição Sindical</i>	0,00	0,00	90,00	0,00	268.727,09	0,00	268.817,09
<i>Descontos Obtidos</i>	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00	0,00	10,00
<i>Doações/Contribuições</i>	0,00	0,00	51.841,95	16.120,00	79.900,00	0,00	147.861,95
<i>Eventos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Mensalidade Sindical</i>	1.455,88	999,77	937,29	796,43	498,36	679,74	5.367,47
<i>Rendimentos s/Aplicações Financeiras</i>	19.325,65	16.401,93	20.318,22	16.396,85	20.839,59	18.249,51	111.531,75
Total das Receitas	1.140.773,05	1.041.102,57	1.061.357,26	988.831,13	1.420.348,34	981.900,86	6.634.313,21
MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	TOTAL
DESPESAS							
<i>Alimentação</i>	2.232,00	868,73	169,94	65,70	400,00	804,49	4.540,86
<i>Aluguel de Imóveis</i>	9.426,28	21.506,05	23.296,41	23.240,28	20.969,17	24.035,72	122.473,91
<i>Anúncios e Publicações</i>	0,00	455,55	2.403,00	0,00	0,00	0,00	2.858,55
<i>Assessoria Contábil - PJ</i>	8.159,55	8.159,55	8.159,55	8.159,55	8.159,55	8.159,55	48.957,30
<i>Assessoria Jurídica - AJN</i>	45.633,18	45.633,18	45.633,18	45.633,18	45.633,18	45.633,18	273.799,08
<i>Assessoria Jurídica - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.850,00	3.850,00
<i>Assessoria Jurídica - Regionais</i>	7.500,00	41.872,82	30.834,00	34.820,78	51.643,78	39.843,13	206.514,51
<i>Assinatura de TV a Cabo</i>	0,00	276,20	276,20	0,00	552,40	276,20	1.381,00
<i>Assinaturas e Periódicos</i>	1.236,90	0,00	0,00	699,88	0,00	0,00	1.936,78
<i>Atestado de Saúde Ocupacional</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	30,00	80,00
<i>Auxílio Alimentação e/ou Refeição</i>	33.236,96	33.289,55	33.243,67	33.115,51	34.456,91	34.440,29	201.782,89
<i>Auxílio Dependente - Diretores</i>	1.620,00	1.200,00	1.740,00	1.380,00	1.920,00	1.620,00	9.480,00

<i>Auxílio Saúde</i>	9.477,93	9.477,93	9.477,93	9.477,93	9.631,10	9.765,14	57.307,96
<i>Bolsa Pesquisa - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Condomínio</i>	10.926,48	11.774,31	12.172,97	12.221,25	12.375,98	12.341,57	71.812,56
<i>Condições e Transportes Urbanos</i>	5.091,11	11.186,52	11.573,88	8.365,91	13.115,32	12.723,84	62.056,58
<i>Contribuição p/Assoc. AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA</i>	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00	10.000,00
<i>Contribuição p/Assoc. Esperança de Um Novo Milênio</i>	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	5.000,00	11.000,00
<i>Contribuição p/Casarão da Luta-MTST</i>	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
<i>Contribuição p/CNESF</i>	10.079,82	10.079,82	10.037,47	10.262,02	8.887,60	11.241,55	60.588,28
<i>Contribuição p/CONLUTAS</i>	30.000,00	30.000,00	30.000,00	32.000,00	30.000,00	30.000,00	182.000,00
<i>Contribuição p/DIAP</i>	367,00	367,00	367,00	367,00	367,00	367,00	2.202,00
<i>Contribuição p/DIEESE</i>	18.901,08	0,00	8.026,76	4.013,38	4.013,38	4.013,38	38.967,98
<i>Contribuição p/Esc. FLORESTAN FERNANDES</i>	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	12.000,00
<i>Contribuição p/FUNDO ÚNICO</i>	20.159,64	20.159,64	20.074,94	20.524,04	17.775,20	22.483,55	121.177,01
<i>Cópias/Encadernações/Impressões e Afins</i>	0,00	0,00	35,00	0,00	16,60	12,00	63,60
<i>Correios e Telégrafos</i>	308,05	15.376,85	1.213,25	3.502,85	948,40	954,21	22.303,61
<i>Custas e Emolumentos</i>	0,00	185,05	1.616,60	4.631,68	1.071,01	1.149,31	8.653,65
<i>Despesas Bancárias</i>	1.186,00	1.644,50	1.534,06	1.451,93	1.501,31	1.327,75	8.645,55
<i>Diárias - Colaboradores/Convidados/Assessores</i>	14.880,00	1.320,00	720,00	2.000,00	5.120,00	240,00	24.280,00
<i>Diárias - Diretores</i>	61.660,00	18.000,00	48.480,00	17.160,00	52.560,00	19.550,94	217.410,94
<i>Diárias - Funcionários</i>	7.080,00	(7.080,00)	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00
<i>Digitalização (Bolsistas) - PF</i>	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	18.000,00
<i>Encontro Nacional de Educação</i>	18,90	18,90	0,00	0,00	0,00	0,00	37,80
<i>Energia Elétrica</i>	4.178,51	3.957,21	4.864,85	4.443,84	4.544,20	5.183,68	27.172,29
<i>Estacionamento/Pedágios</i>	73,20	1.048,60	420,90	345,40	307,60	168,40	2.364,10

<i>Eventos</i>	0,00	2.213,03	0,00	0,00	100,00	0,00	2.313,03
<i>Exercícios Anteriores</i>	0,00	0,00	579,57	6.405,01	0,00	0,00	6.984,58
<i>Festividades e Homenagens</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>FGTS s/Salários</i>	13.064,20	14.763,26	12.462,46	14.002,97	11.667,86	19.303,83	85.264,58
<i>Hospedagem</i>	19.920,86	46.085,45	7.559,00	38.428,72	7.678,25	105.561,95	225.234,23
<i>Impostos e Taxas Diversas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	167,54	467,54
<i>Indenizações Trabalhistas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>INSS Patronal s/Salários</i>	38.857,42	43.568,24	36.356,33	41.086,96	34.715,23	40.609,34	235.193,52
<i>INSS Patronal s/Serviços - PF</i>	1.578,16	2.666,83	3.598,74	2.372,28	3.250,70	1.811,48	15.278,19
<i>Internet</i>	2.243,61	2.740,55	3.005,82	589,72	5.031,56	2.960,56	16.571,82
<i>IOF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	8,63	67,33	75,96
<i>IPTU/TLP</i>	126,49	515,54	644,29	515,54	515,54	17.283,86	19.601,26
<i>Jornal Informandes</i>	20.600,00	20.600,00	0,00	32.780,00	19.900,00	19.900,00	113.780,00
<i>Juros e Multas p/Atraso</i>	10,40	319,50	201,89	0,00	8,11	12,49	552,39
<i>Limpeza e Conservação - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Locação de Bens Móveis</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Locação de Veículos</i>	480,00	0,00	660,00	0,00	1.351,97	0,00	2.491,97
<i>Manutenção e Reparo de Bens Imóveis</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	280,00	0,00	280,00
<i>Manutenção e Reparo de Bens Imóveis - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Manutenção e Reparo de Bens Móveis</i>	10,00	1.100,00	1.460,00	2.477,50	1.235,00	4.559,88	10.842,38
<i>Material de Consumo</i>	10.381,89	3.351,98	13.796,27	7.548,42	9.690,85	10.882,84	55.652,25
<i>Outras Contribuições/Doações</i>	0,00	0,00	5.000,00	0,00	16.000,00	2.900,00	23.900,00
<i>Outras Despesas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Outros Serviços - PF</i>	2.527,85	2.561,07	4.418,42	1.702,24	179,66	587,34	11.976,58
<i>Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas</i>	24.808,57	68.796,52	61.012,82	90.186,87	117.287,94	113.560,16	475.652,88
<i>Perdas Diversas</i>	0,00	0,00	1,00	0,02	1,06	2,78	4,86
<i>Pessoal</i>	165.372,39	149.672,94	150.273,82	169.290,76	147.038,53	172.606,54	954.254,98
<i>PIS s/Folha de Pagamento</i>	1.639,55	1.838,32	1.534,02	1.756,40	1.470,58	1.713,46	9.952,33

<i>Reembolso Creche e/ou Educação</i>	2.115,50	2.115,50	2.115,50	1.405,50	1.888,50	3.184,35	12.824,85
<i>Reembolso de Kilometragem</i>	222,40	928,96	1.090,32	365,84	210,40	902,00	3.719,92
<i>Reembolso Material Escolar</i>	3.242,90	1.405,50	0,00	0,00	0,00	0,00	4.648,40
<i>Regionais</i>	30.419,28	49.673,25	113.813,03	90.732,39	257.552,93	135.953,09	678.143,97
<i>Revista Universidade e Sociedade</i>	9.248,00	31.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.148,00
<i>Seguros em Geral</i>	3.047,42	12,08	12,08	12,08	798,08	12,08	3.893,82
<i>Seminários, Congressos, Cursos e Afins</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Sentenças Judiciais</i>	8.959,63	0,00	6.430,28	0,00	0,00	0,00	15.389,91
<i>Serviços Fotográficos - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Serviços Fotográficos - PJ</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	4.900,00	0,00	4.900,00
<i>Serviços Gráficos</i>	2.355,00	0,00	1.720,00	3.850,00	0,00	0,00	7.925,00
<i>Serviços Técnico Profissionais - PJ</i>	2.873,00	0,00	18.400,00	0,00	0,00	2.287,93	23.560,93
<i>Telefone</i>	8.920,72	8.634,23	9.095,11	6.261,77	10.998,09	10.141,61	54.051,53
<i>Tradução/Revisão/Ilustração de Textos - PF</i>	950,00	0,00	5.062,72	892,85	0,00	2.104,00	9.009,57
<i>Transportes e Fretes</i>	24.338,03	23.430,01	24.471,78	24.997,70	25.206,43	25.929,49	148.373,44
<i>Vale Transporte</i>	1.588,89	1.857,84	1.460,95	1.922,43	2.560,04	1.743,07	11.133,22
Total das Despesas	712.334,75	770.528,56	801.607,78	826.466,08	1.016.845,63	997.563,88	5.125.346,68
Superávit/Déficit do período	428.438,30	270.574,01	259.749,48	162.365,05	403.502,71	(15.663,02)	1.508.966,53

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL - 2º Semestre/2017
VALORES EM REAIS (R\$)

MESES	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	TOTAL GERAL
RECEITAS								
<i>Contribuições</i>	963.754,19	1.130.920,19	997.020,97	992.557,79	922.292,61	1.149.716,81	6.156.262,56	12.256.987,51
<i>Contribuição Sindical</i>	0,00	(34.823,33)	0,00	0,00	0,00	(233.903,76)	(268.727,09)	90,00
<i>Descontos Obtidos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00
<i>Doações/Contribuições</i>	0,00	0,00	0,00	5.750,00	33.990,00	(3.100,00)	36.640,00	184.501,95
<i>Eventos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.612,14	4.612,14	4.612,14
<i>Mensalidade Sindical</i>	669,10	835,07	860,14	1.193,01	1.590,64	(3.464,71)	1.683,25	7.050,72
<i>Rendimentos s/Aplicações Financeiras</i>	17.999,25	17.725,22	14.392,19	15.158,72	12.242,85	12.398,46	89.916,69	201.448,44
Total das Receitas	982.422,54	1.114.657,15	1.012.273,30	1.014.659,52	970.116,10	926.258,94	6.020.387,55	12.654.700,76
MESES	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	TOTAL GERAL
DESPESAS								
<i>Alimentação</i>	540,00	834,56	36,00	882,41	447,20	0,00	2.740,17	7.281,03
<i>Aluguel de Imóveis</i>	21.119,72	21.374,96	19.319,72	24.703,60	21.119,72	31.295,83	138.933,55	261.407,46
<i>Anúncios e Publicações</i>	775,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165,20	940,20	3.798,75
<i>Assessoria Contábil - PJ</i>	8.485,12	8.485,12	8.485,12	8.485,12	8.485,12	16.970,24	59.395,84	108.353,14
<i>Assessoria Jurídica - AJN</i>	45.633,18	45.633,18	45.633,18	45.633,18	45.633,18	45.633,18	273.799,08	547.598,16

<i>Assessoria Jurídica - PF</i>	5.500,00	5.500,00	5.500,00	5.500,00	5.500,00	5.500,00	33.000,00	36.850,00
<i>Assessoria Jurídica - Regionais</i>	32.611,58	33.323,72	34.223,72	31.323,72	31.323,72	55.147,38	217.953,84	424.468,35
<i>Assinatura de TV a Cabo</i>	244,71	0,00	83,29	249,88	244,90	506,70	1.329,48	2.710,48
<i>Assinaturas e Periódicos</i>	0,00	0,00	0,00	89,10	0,00	0,00	89,10	2.025,88
<i>Atestado de Saúde Ocupacional</i>	0,00	0,00	55,00	0,00	30,00	0,00	85,00	165,00
<i>Auxílio Alimentação e/ou Refeição</i>	33.551,99	34.130,72	34.509,23	36.879,91	37.542,02	68.047,05	244.660,92	446.443,81
<i>Auxílio Dependente - Diretores</i>	1.620,00	2.280,00	2.400,00	2.340,00	1.920,00	660,00	11.220,00	20.700,00
<i>Auxílio Saúde</i>	9.765,14	9.765,14	11.708,00	10.154,78	10.154,78	9.856,11	61.403,95	118.711,91
<i>Bolsa Pesquisa - PF</i>	1.800,00	1.800,00	5.100,00	5.100,00	5.100,00	5.100,00	24.000,00	24.000,00
<i>Condomínio</i>	12.400,46	12.489,27	12.462,28	12.665,11	12.819,02	13.898,91	76.735,05	148.547,61
<i>Condições e Transportes Urbanos</i>	11.911,07	12.478,90	16.704,25	13.671,76	11.259,49	10.635,64	76.661,11	138.717,69
<i>Contribuição p/Assoc. AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA</i>	4.000,00	2.000,00	2.000,00	7.000,00	0,00	0,00	15.000,00	25.000,00
<i>Contribuição p/Assoc. Esperança de Um Novo Milênio</i>	4.000,00	2.000,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	16.000,00	27.000,00
<i>Contribuição p/Casarão da Luta-MTST</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
<i>Contribuição p/CNESF</i>	10.513,07	11.057,00	9.964,08	9.964,08	12.511,46	9.570,01	63.579,70	124.167,98
<i>Contribuição p/CONLUTAS</i>	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	0,00	150.000,00	332.000,00
<i>Contribuição p/DIAP</i>	367,00	367,00	367,00	367,00	367,00	367,00	2.202,00	4.404,00
<i>Contribuição p/DIEESE</i>	4.013,38	4.013,38	4.113,71	4.013,38	4.113,71	4.113,71	24.381,27	63.349,25
<i>Contribuição p/Esc. FLORESTAN FERNANDES</i>	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	12.000,00	24.000,00
<i>Contribuição p/FUNDO ÚNICO</i>	21.026,14	22.114,00	19.928,16	19.928,16	20.022,92	19.140,02	122.159,40	243.336,41
<i>Cópias/Encadernações/Impressões e Afins</i>	0,00	35,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,00	98,60
<i>Correios e Telégrafos</i>	3.872,35	1.646,05	643,90	1.660,15	1.689,70	1.538,40	11.050,55	33.354,16
<i>Custas e Emolumentos</i>	2.036,67	282,42	4.097,49	64,60	15,05	548,70	7.044,93	15.698,58
<i>Despesas Bancárias</i>	1.560,70	1.508,20	1.197,40	1.473,30	1.305,20	1.577,70	8.622,50	17.268,05

<i>Diárias - Colaboradores/Convidados/Assessores</i>	3.120,00	10.620,00	10.680,00	1.440,00	5.280,00	720,00	31.860,00	56.140,00
<i>Diárias - Diretores</i>	55.080,00	40.740,00	42.540,00	35.520,00	43.740,00	13.920,00	231.540,00	448.950,94
<i>Diárias - Funcionários</i>	5.280,00	840,00	0,00	720,00	1.080,00	(5.280,00)	2.640,00	3.240,00
<i>Digitalização (Bolsistas) - PF</i>	3.000,00	3.000,00	42.180,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	57.180,00	75.180,00
<i>Encontro Nacional de Educação</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37,80
<i>Energia Elétrica</i>	3.747,22	4.032,86	5.707,96	4.820,26	5.396,54	4.646,04	28.350,88	55.523,17
<i>Estacionamento/Pedágios</i>	186,50	276,40	615,70	321,80	261,00	234,00	1.895,40	4.259,50
<i>Eventos</i>	0,00	4.813,18	0,00	0,00	0,00	0,00	4.813,18	7.126,21
<i>Exercícios Anteriores</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.984,58
<i>Festividades e Homenagens</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.260,55	6.260,55	6.260,55
<i>FGTS s/Salários</i>	16.004,13	13.285,32	14.317,15	13.104,58	14.198,76	19.138,07	90.048,01	175.312,59
<i>Hospedagem</i>	99.981,36	14.733,50	95.307,14	31.761,42	75.545,95	60.918,98	378.248,35	603.482,58
<i>Impostos e Taxas Diversas</i>	1.132,22	208,54	0,00	0,00	83,77	0,00	1.424,53	1.892,07
<i>Indenizações Trabalhistas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	13.681,03	0,00	13.681,03	13.681,03
<i>INSS Patronal s/Salários</i>	47.562,66	40.003,07	43.485,53	38.968,72	44.079,95	73.347,43	287.447,36	522.640,88
<i>INSS Patronal s/Serviços - PF</i>	4.097,53	3.940,60	3.044,40	3.855,43	3.052,77	3.501,85	21.492,58	36.770,77
<i>Internet</i>	3.038,78	2.842,88	1.205,84	2.966,24	4.821,84	5.425,40	20.300,98	36.872,80
<i>IOF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75,96
<i>IPTU/TLP</i>	515,54	515,54	515,54	515,54	515,54	0,00	2.577,70	22.178,96
<i>Jornal Informandes</i>	39.800,00	19.900,00	0,00	39.800,00	0,00	39.800,00	139.300,00	253.080,00
<i>Juros e Multas p/Atraso</i>	0,00	0,00	0,00	308,90	16,41	8,51	333,82	886,21
<i>Limpeza e Conservação - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	1.115,47	190,47	1.305,94	1.305,94
<i>Locação de Bens Móveis</i>	0,00	0,00	625,00	625,00	625,00	1.250,00	3.125,00	3.125,00
<i>Locação de Veículos</i>	330,00	970,00	2.403,11	3.412,00	880,00	0,00	7.995,11	10.487,08
<i>Manutenção e Reparo de Bens Imóveis</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280,00
<i>Manutenção e Reparo de Bens Imóveis - PF</i>	0,00	0,00	0,00	2.250,00	0,00	0,00	2.250,00	2.250,00

<i>Manutenção e Reparo de Bens Móveis</i>	720,00	3.834,00	3.438,00	20.548,00	6.306,00	9.755,00	44.601,00	55.443,38
<i>Material de Consumo</i>	7.760,47	23.804,98	8.077,30	8.287,39	11.223,47	19.547,45	78.701,06	134.353,31
<i>Outras Contribuições/Doações</i>	0,00	1.611,40	30.541,48	8.713,38	0,00	0,00	40.866,26	64.766,26
<i>Outras Despesas</i>	0,00	0,00	0,00	4.555,00	0,00	0,00	4.555,00	4.555,00
<i>Outros Serviços - PF</i>	3.253,30	849,34	8,00	6.044,24	158,00	1.137,60	11.450,48	23.427,06
<i>Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas</i>	70.871,45	134.311,08	117.216,23	128.679,51	70.404,13	96.111,45	617.593,85	1.093.246,73
<i>Perdas Diversas</i>	0,08	0,01	0,04	0,21	0,03	0,04	0,41	5,27
<i>Pessoal</i>	204.670,56	169.137,35	193.253,55	166.602,67	203.991,00	286.400,43	1.224.055,56	2.178.310,54
<i>PIS s/Folha de Pagamento</i>	2.022,32	1.687,88	1.840,05	1.644,25	1.930,50	3.094,83	12.219,83	22.172,16
<i>Reembolso Creche e/ou Educação</i>	2.811,00	2.794,00	2.334,00	1.865,50	1.865,50	1.865,50	13.535,50	26.360,35
<i>Reembolso de Kilometragem</i>	439,20	313,60	1.366,16	701,20	1.312,00	868,40	5.000,56	8.720,48
<i>Reembolso Material Escolar</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.648,40
<i>Regionais</i>	69.976,20	77.319,18	102.326,29	101.195,99	141.315,14	128.181,10	620.313,90	1.298.457,87
<i>Revista Universidade e Sociedade</i>	66.052,31	0,00	0,00	15.650,00	9.802,88	0,00	91.505,19	132.653,19
<i>Seguros em Geral</i>	12,08	688,58	308,01	308,01	308,01	618,56	2.243,25	6.137,07
<i>Seminários, Congressos, Cursos e Afins</i>	0,00	1.000,00	1.640,00	0,00	0,00	0,00	2.640,00	2.640,00
<i>Sentenças Judiciais</i>	0,00	16.331,17	0,00	0,00	0,00	0,00	16.331,17	31.721,08
<i>Serviços Fotográficos - PF</i>	857,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	857,14	857,14
<i>Serviços Fotográficos - PJ</i>	900,00	2.450,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	4.350,00	9.250,00
<i>Serviços Gráficos</i>	14.770,00	0,00	0,00	8.262,00	0,00	0,00	23.032,00	30.957,00
<i>Serviços Técnico Profissionais - PJ</i>	3.500,00	17.754,50	3.754,50	3.741,00	3.750,00	40.509,15	73.009,15	96.570,08
<i>Telefone</i>	9.510,26	9.512,60	6.529,28	9.970,93	7.999,10	8.728,27	52.250,44	106.301,97
<i>Tradução/Revisão/Ilustração de Textos - PF</i>	2.285,72	0,00	1.125,00	3.190,47	385,72	2.289,28	9.276,19	18.285,76
<i>Transportes e Fretes</i>	35.119,56	28.252,31	25.964,87	32.251,65	24.766,71	20.638,54	166.993,64	315.367,08
<i>Vale Transporte</i>	2.468,65	1.394,70	2.568,73	1.614,26	2.483,77	1.514,28	12.044,39	23.177,61

<i>Total das Despesas</i>	1.050.223,52	918.887,19	1.038.950,39	983.864,79	971.480,18	1.153.112,96	6.116.519,03	11.241.865,71
<i>Superávit/Déficit do período</i>	(67.800,98)	195.769,96	(26.677,09)	30.794,73	(1.364,08)	(226.854,02)	(96.131,48)	1.412.835,05

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Fundo Único
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL - janeiro a dezembro/2017
VALORES EM REAIS (R\$)

MESES													
RECEITAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
<i>Contribuições Recebidas</i>	110.759,29	97.498,78	93.263,24	91.153,04	95.652,11	95.760,72	91.381,88	107.851,43	100.701,76	101.555,75	95.211,71	118.763,94	1.199.553,65
<i>Doações Recebidas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	118.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.497,50	129.197,50
<i>Receitas Diversas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,10	0,00	0,00	0,00	2.000,10
<i>Rendimentos s/Aplicações Financeiras</i>	55.972,82	46.143,85	55.733,70	42.584,78	49.933,26	42.396,66	42.205,31	41.787,81	34.315,97	35.968,99	30.304,31	30.560,75	507.908,21
Total das Receitas	166.732,11	143.642,63	148.996,94	133.737,82	264.285,37	138.157,38	133.587,19	149.639,24	137.017,83	137.524,74	125.516,02	159.822,19	1.838.659,46
MESES													
DESPESAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
<i>Despesas Bancárias/CPMF/IOF</i>	399,50	425,00	427,50	484,50	555,30	442,00	476,00	459,00	450,50	493,00	467,50	535,50	5.615,30
<i>Ajuda de Custos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.300,00
<i>Combustíveis e Lubrificantes</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	550,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	550,58
<i>Condução e Transporte Urbano</i>	0,00	0,00	0,00	8.700,00	171.140,00	90,00	0,00	0,00	0,00	5.925,00	29.300,00	0,00	215.155,00
<i>Contribuições e Doações</i>	0,00	0,00	67.468,22	55.596,27	372.758,81	23.144,21	50.804,88	32.928,81	8.750,00	16.726,27	44.966,27	44.633,27	717.777,01
<i>Despesas a Regularizar</i>	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
<i>Diárias</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	1.920,00	360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.280,00
<i>Hospedagens</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	1.035,00	0,00	573,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.608,65

<i>Mantimentos e Alimentação</i>	0,00	0,00	5.539,50	4.940,00	11,55	4.860,00	0,00	0,00	0,00	0,00	798,00	7.095,00	23.244,05
<i>Material de Consumo Diversos</i>	10.000,00	7.175,00	7.175,00	1.500,00	2.478,20	0,00	0,00	0,00	4.005,00	0,00	0,00	840,00	33.173,20
<i>Medicamentos e Utensílios de Farmácia</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	1.240,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.240,90
<i>Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	4.349,98	0,00	3.743,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.093,22
<i>Prestação de Serviços</i>	5.000,00	5.000,00	5.000,00	16.200,00	11.600,00	5.199,35	5.199,35	5.199,35	10.199,35	7.149,35	5.199,35	5.199,35	86.145,45
<i>Reembolso de Kilometragem</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	570,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	570,35
<i>Serviços Gráficos</i>	0,00	0,00	9.800,00	5.600,00	6.200,00	0,00	0,00	4.000,00	6.680,00	0,00	12.000,00	0,00	44.280,00
Total das Despesas	15.399,50	12.600,00	95.410,22	96.020,77	577.710,67	34.095,56	60.797,12	42.587,16	30.084,85	30.293,62	92.731,12	58.303,12	1.146.033,71
Superávit/Déficit do período	151.332,61	131.042,63	53.586,72	37.717,05	(26.677,09)	104.061,82	72.790,07	107.052,08	106.932,98	107.231,12	32.784,90	101.519,07	692.625,75

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Fundo Nacional Permanente de Solidariedade à(o)s Docentes
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL - junho dezembro/2017
VALORES EM REAIS (R\$)

MESES	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Contribuições Recebidas	27.809,00	59.196,00	41.310,00	32.055,00	12.078,00	10.100,00	23.600,00	206.148,00
Total das Receitas	27.809,00	59.196,00	41.310,00	32.055,00	12.078,00	10.100,00	23.600,00	206.148,00
MESES	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Repasse de Ajuda de Custo	0,00	37.200,00	70.200,00	0,00	60.000,00	0,00	13.500,00	180.900,00
Despesas Bancárias/CPMF/TOF	115,00	115,00	118,00	118,00	118,00	118,00	118,00	820,00
Total das Despesas	115,00	37.315,00	70.318,00	118,00	60.118,00	118,00	13.618,00	181.720,00
Superávit/Déficit do período	27.694,00	21.881,00	29.008,00	31.937,00	48.040,00	9.982,00	9.982,00	24.428,00

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de Dezembro de 2017

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE	2017	2016
	R\$	R\$
DISPONIBILIDADES	11.113.409,32	9.129.931,79
Caixa Geral	6.301,85	7.260,23
Caixa - ANDES	2.826,17	4.819,10
Caixa - CNESF	285,09	122,89
Caixa - FUNDO ÚNICO	3.190,59	2.318,24
Bancos c/Movimento	485.318,67	968.024,96
BB - c/c 403.726-x (ANDES)	0,00	397.198,84
BB - c/c 437.525-4 (CNESF)	0,00	8.336,28
BB - c/c 437.864-4 (Eventos)	16.438,20	268,74
CEF - c/c 51.567-2 (Contribuição Sindical)	413.018,26	421.770,12
BB - c/c 23.926-7 (FUNDO ÚNICO)	0,00	77.094,03
BB - c/c 223.926-4 (FNG)	31.434,21	44.461,10
BB - c/c 29.331-8 (Encontro Nac. Educação)	0,00	18.895,85
BB - c/c 403.727-8 (Solidariedade Estaduais/RJ)	24.428,00	0,00
Bancos Depósitos Bloqueados	11.521,00	0,00
BB - c/c 403.726-x (ANDES)	10.801,00	0,00
BB - c/c 23.926-7 (FUNDO ÚNICO)	720,00	0,00
Bancos c/Aplicações Financeiras	10.610.267,80	8.154.646,60
BB - c/403.726-x (ANDES)	3.593.452,85	2.015.746,30
BB - c/437.525-4 (CNESF)	483.933,27	490.527,56
BB - c/437.864-4 (Eventos)	12.183,52	80.749,26
BB - c/23.926-7 (FUNDO ÚNICO)	6.365.966,72	5.466.475,41
BB - c/223.926-4 (FNG)	154.731,44	101.148,07
CRÉDITOS	328.118,27	939.539,12
Devedores por Empréstimos	14.300,00	88.244,29
CNESF	0,00	29.296,73
Fundo de solidariedade	0,00	7.608,43
APUFSC	0,00	3.028,90
SINDUFAP	0,00	5.266,80
FNG - Fundo Nacional de Greve	0,00	32.243,43
SESF - Sind.Emp.Est.Serv.Saude de	0,00	10.000,00
ADUFEPE SSind	800,00	800,00
Solidariedade Estaduais/RJ	13.500,00	0,00
Devedores da Entidade	87.862,30	376.724,95
SSind Rateio 22º Congresso	0,00	1.461,55
SSind Rateio 47º CONAD	0,00	3.228,37
SSind Rateio 23º Congresso	0,00	2.224,57
SSind Rateio 48º CONAD	0,00	938,27
SSind Rateio 49º CONAD - Brasília	0,00	3.093,85

SSind Rateio 24º Congresso	0,00	13.368,91
SSind Rateio 6º CONAD Extraordinário	0,00	10.161,28
SSind Rateio 50º CONAD	0,00	7.395,79
SSind Rateio 25º Congresso - MT	0,00	16.517,38
SSind Rateio 51º CONAD	0,00	20.075,92
SSind Rateio 26º Congresso - PB	0,00	17.369,90
SSind Rateio 27º Congresso - GO	0,00	662,98
SSind Rateio 3º Congresso Extraordinário	0,00	4.505,08
SSind Rateio 52º CONAD	0,00	4.249,89
SSind Rateio 28º Congresso - RS	0,00	52.121,53
SSind Rateio 54º CONAD	0,00	14.088,67
SSind Rateio 29º Congresso	0,00	16.119,95
SSind Rateio 55º CONAD	0,00	7.681,65
SSind Rateio 56º CONAD-PR	0,00	4.008,41
SSind Rateio 30º Congresso - MG	0,00	19.974,59
SSind Rateio 31º Congresso - Manaus/AM	0,00	15.728,41
SSind Rateio 57º CONAD- Parnaíba/PI	0,00	8.044,06
SSind Rateio 32º Congresso - Rio de Janeiro/RJ	0,00	1.357,44
SSind Rateio 58º CONAD - Santa Maria/RS	0,00	2.547,20
SSind Rateio 33º Congresso - São Luis/MA	0,00	16.684,22
SSind Rateio 34º Congresso - Brasília/DF	1.450,70	1.450,70
SSind Rateio 60º CONAD - Vitória/ES	681,09	681,09
SSind Rateio 7º CONAD Extraordinário	0,00	1.924,46
SSind Rateio 35º Congresso - Curitiba/PR	12.286,08	47.578,44
SSind Rateio 61º CONAD - Boa Vista/RR	0,00	12.761,88
SSind Rateio 36º Congresso - Cuiabá/MT	16.872,57	0,00
SSind Rateio 62º CONAD - Niterói/RJ	50.652,65	0,00
Devedores Diversos	5.919,21	48.718,51
<i>Créditos Diversos</i>	<i>34.955,20</i>	<i>219.233,15</i>
Despesas a Regularizar	27.051,53	213.329,48
Cheques em Caução	2.000,00	0,00
INSS a Recuperar	4.012,21	4.012,21
Secretaria de Fazenda e Planejamento	1.891,46	1.891,46
<i>Adiantamento a Funcionários</i>	<i>42.306,46</i>	<i>51.978,62</i>

Adiantamento de Salários	12.378,98	22.398,26
Adiantamento de Férias	29.529,28	28.905,98
Adiantamento de Vale Transporte	398,20	674,38
Adiantamento a Fornecedores	9.985,00	97.637,50
Adiantamento a Fornecedores	9.985,00	97.637,50
Adiantamento a Regionais	57.887,52	50.732,69
Regional Sul	1.487,58	2.403,76
Regional RJ	17.316,91	9.740,46
Regional NE I	733,05	1.277,43
Regional NE II	3.650,77	1.754,89
Regional NE III	3.307,15	128,35
Regional SP	615,70	219,07
Regional Leste	5.362,47	3.621,19
Regional Norte I	10.037,11	7.245,89
Regional Norte II	2.130,31	494,12
Regional Planalto	6.636,18	20.722,01
Regional Pantanal	4.767,78	2.316,10
Regional RS	1.842,51	809,42
Depósitos Judiciais	80.821,79	54.987,92
Bloqueio Judicial	67.625,37	41.791,50
Depósitos Judiciais (Recursais)	13.196,42	13.196,42
Total do Ativo Circulante	11.441.527,59	10.069.470,91
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO		
Bens Imóveis	2.910.749,10	2.910.749,10
Edificações	2.280.000,00	2.280.000,00
Benfeitoria 3º Andar	198.565,73	198.565,73
Benfeitoria 5º Andar	432.183,37	432.183,37
Bens Móveis	1.353.721,73	1.296.640,83
Móveis e Utensílios em Geral	317.708,46	317.708,46
Biblioteca	555,00	555,00
Máquinas e Equipamentos	531.847,02	486.806,02
Equipamentos de Informática	484.093,25	472.053,35
Equipamentos de Comunicação	19.518,00	19.518,00
Depreciações Acumuladas	(94.437,76)	(94.437,76)
(-) Dep. Móveis e Utensílios	(20.191,19)	(20.191,19)
(-) Dep. Máquinas e Equipamentos	(47.558,40)	(47.558,40)
(-) Dep. Equipamentos de Informática	(5.217,69)	(5.217,69)
(-) Dep. Edificações	(14.079,52)	(14.079,52)
(-) Dep. Benfeitoria	(6.272,17)	(6.272,17)
(-) Dep. Máquinas, Motores, Aparentes -BTNF	(1.118,79)	(1.118,79)
Total do Imobilizado	4.170.033,07	4.112.952,17
INTANGÍVEL		

<i>Bens Intangíveis</i>	<i>15.858,27</i>	<i>15.858,27</i>
Programas e Sistemas	15.538,27	15.538,27
Marcas e Patentes	320,00	320,00
<i>(-)Amortização</i>	<i>(222,76)</i>	<i>(222,76)</i>
(-) Amortização de Programas e Sistemas	(222,76)	(222,76)
<i>Total do Intangível</i>	<i>15.635,51</i>	<i>15.635,51</i>
<i>Total do Ativo Não Circulante</i>	<i>4.185.668,58</i>	<i>4.128.587,68</i>
<i>TOTAL DO ATIVO</i>	<i>15.627.196,17</i>	<i>14.198.058,59</i>

BALANÇO PATRIMONIAL
31 de Dezembro de 2017
PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE	2017	2016
	R\$	R\$
<i>EXIGIBILIDADES</i>	624.448,12	718.232,16
<i>Fornecedores</i>	118.053,51	194.389,30
<i>Fornecedores Diversos</i>	118.053,51	194.389,30
<i>Obrigações Sociais e Trabalhistas</i>	187.389,51	178.969,44
<i>INSS a Recolher</i>	168.251,43	160.936,16
<i>FGTS a Recolher</i>	19.138,08	18.033,28
<i>Obrigações Fiscais e Tributárias - ANDES</i>	56.268,64	46.445,95
<i>IRRF s/Salários a Recolher (0561)</i>	32.033,16	28.213,60
<i>IRRF s/Serviços PF a Recolher (0588)</i>	476,77	107,25
<i>IRRF s/Serviços PJ a Recolher (1708)</i>	951,85	268,11
<i>PIS s/Folha a Recolher (8301)</i>	3.210,67	1.503,37
<i>ISS a Recolher</i>	16.259,37	15.194,18
<i>PIS, COFINS e CSLL a Recolher (5952)</i>	2.950,74	831,16
<i>IRRF s/Aluguel PF a Recolher (3208)</i>	386,08	328,28
<i>Obrigações Fiscais e Tributárias - FUNDO ÚNICO</i>	319,76	307,50
<i>IRRF s/Serviços PJ a Recolher (1708)</i>	77,99	75,00
<i>PIS, COFINS e CSLL a Recolher (5952)</i>	241,77	232,50
<i>Credores da Entidade</i>	241.434,94	38.307,36
<i>Credores Diversos - Congressos</i>	3.103,18	3.103,18
<i>Solidariedade Estaduais/RJ</i>	24.428,00	0,00
<i>37º Congresso - Salvador/BA</i>	(20.000,00)	0,00
<i>Credores Diversos</i>	233.903,76	35.204,18
<i>Depósitos de Diversas Origens</i>	0,00	126.602,28
<i>Depósitos não Identificados</i>	0,00	126.602,28
<i>Credores por Empréstimo</i>	20.981,76	133.210,33
<i>FNM</i>	0,00	10.485,00
<i>FUNDO ÚNICO</i>	20.981,76	122.725,33
<i>Fundos p/Financiamento de Campanha</i>	7.039.941,56	6.190.176,08
<i>FNG - Fundo Nacional de Greve</i>	186.165,65	145.609,17
<i>Contribuições Recebidas</i>	1.370.259,52	1.308.319,71
<i>Rendimentos s/Apl. Financeiras</i>	111.115,17	102.536,90
<i>Doações Recebidas</i>	8.044,35	8.044,35

<i>Depósitos a Identificar</i>	13.975,03	9.847,85
<i>Credores Diversos - FNG</i>	82,00	82,00
<i>Empréstimos Recebidos - ANDES</i>	0,00	32.243,43
<i>(-) Despesas c/Diárias</i>	(318.035,99)	(318.035,99)
<i>(-) Despesas c/Passagens</i>	(286.979,83)	(286.979,83)
<i>(-) Despesas c/Hospedagem</i>	(86.917,10)	(86.917,10)
<i>(-) Despesas c/Condução, Transporte e Estacionamento</i>	(54.455,04)	(54.455,04)
<i>(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF</i>	(15.858,79)	(14.013,44)
<i>(-) Despesas c/Contribuições e Doações</i>	(91.437,21)	(80.939,71)
<i>(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras</i>	(12.616,49)	(12.616,49)
<i>(-) Despesas c/Propaganda e Publicidade</i>	(103.818,24)	(103.818,24)
<i>(-) Despesas c/Prestação de Serviços</i>	(64.764,42)	(64.764,42)
<i>(-) Despesas c/Mantimentos e Alimentação</i>	(91.822,12)	(91.822,12)
<i>(-) Despesas c/Material de Expediente</i>	(52.063,53)	(52.063,53)
<i>(-) Despesas Diversas</i>	(8.000,09)	(8.000,09)
<i>(-) Despesas a Regularizar</i>	(8.473,68)	(8.473,68)
<i>(-) Xerox Com. E Ind. Ltda</i>	(10.528,14)	(10.528,14)
<i>(-) Despesas c/Telefone</i>	(5.972,91)	(5.972,91)
<i>(-) Despesas c/Limpeza, Higiene e Conservação</i>	(5.117,01)	(5.117,01)
<i>(-) Despesas c/Medicamentos Utens. Farmácia</i>	(3.349,85)	(3.349,85)
<i>(-) Despesas c/Jornais e Revistas</i>	(880,50)	(880,50)
<i>(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes</i>	(1.793,91)	(1.793,91)
<i>(-) Despesas c/Locações</i>	(58.468,30)	(58.468,30)
<i>(-) Despesas c/Serviços Gráficos</i>	(14.515,00)	(14.515,00)
<i>(-) Despesas c/Material Permanente</i>	(4.325,06)	(4.325,06)
<i>(-) Despesas c/Material de Consumo Diversos</i>	(10.940,29)	(10.940,29)
<i>(-) Despesas c/Juros e/ou Multas</i>	(221,72)	(221,72)
<i>(-) Reembolso de Kilometragem</i>	(538,20)	(538,20)
<i>(-) Empréstimos Concedidos - FNM</i>	0,00	(10.497,50)
<i>(-) Empréstimos Concedidos - FUNDO ÚNICO</i>	(5.417,00)	(5.417,00)
<i>CNESF- Coord. Nac. Ent. Serv. Federais</i>	484.218,36	498.986,73
<i>Contribuições Recebidas</i>	2.266.427,67	2.119.319,69
<i>Rendimentos s/Apl. Financeiras</i>	358.906,80	318.405,59
<i>Receitas de Plenária/Seminários</i>	150.691,73	150.691,73

<i>Depósitos a Identificar</i>	54.425,96	54.425,96
<i>Empréstimos Recebidos - ANDES</i>	0,00	29.296,73
<i>Empréstimos Recebidos - FDO SOLIDARIEDADE</i>	100,00	100,00
<i>Receitas de Eventos</i>	464.242,25	379.775,71
<i>(-) Despesas c/Material de Expediente</i>	(79.349,58)	(79.195,78)
<i>(-) Despesas c/Plano de Saúde</i>	(3.182,21)	(3.182,21)
<i>(-) Despesas c/Fotocópias</i>	(5.138,60)	(5.138,60)
<i>(-) Despesas c/Propaganda e Publicidade</i>	(82.623,00)	(82.623,00)
<i>(-) Despesas c/Juros e Multas</i>	(2.940,03)	(2.866,79)
<i>(-) Despesas c/Telefone</i>	(83.357,16)	(80.274,92)
<i>(-) Despesas c/Condução e Transporte</i>	(9.646,04)	(9.646,04)
<i>(-) Despesas c/Água e Esgoto</i>	(392,16)	(392,16)
<i>(-) Despesas c/Energia Elétrica</i>	(9.471,62)	(9.022,44)
<i>(-) Despesas c/Condomínios</i>	(27.886,02)	(24.470,74)
<i>(-) Despesas Bancárias/CPMF/IOF</i>	(16.820,47)	(15.495,12)
<i>(-) Despesas c/Prestação de Serviços</i>	(254.300,66)	(241.582,07)
<i>(-) Despesas c/Vale Alimentação</i>	(11.454,65)	(11.454,65)
<i>(-) Despesas c/Vale Transporte</i>	(120,00)	(120,00)
<i>(-) Despesas c/Internet</i>	(7.639,93)	(6.560,17)
<i>(-) Despesas c/Material de Limpeza</i>	(1.740,83)	(1.740,83)
<i>(-) Despesas c/Gêneros Alimentícios</i>	(229.343,35)	(192.487,35)
<i>(-) Despesas c/Serviços Gráficos</i>	(177.641,52)	(171.446,52)
<i>(-) Despesas c/Locações</i>	(414.731,55)	(394.806,55)
<i>(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes</i>	(1.372,35)	(1.372,35)
<i>(-) Despesas c/Diárias</i>	(6.075,00)	(6.075,00)
<i>(-) Despesas c/Passagens</i>	(26.749,85)	(24.191,92)
<i>(-) Despesas c/Gratificações</i>	(150,00)	(150,00)
<i>(-) Despesas c/Brindes</i>	(24.523,98)	(24.523,98)
<i>(-) Despesas c/Flores e Ornamentos</i>	(455,00)	(455,00)
<i>(-) II Enc. Ent. Assoc. de Aposentados</i>	(54.239,98)	(54.239,98)
<i>(-) Despesas a Regularizar</i>	(104.357,14)	(104.357,14)
<i>(-) Despesas c/Transportes e Fretes</i>	(11.780,54)	(11.780,54)
<i>(-) Despesas c/Alimentação</i>	(102.960,59)	(102.960,59)
<i>(-) Despesas c/Assinaturas e Periódicos</i>	(10.913,46)	10.913,46)
<i>(-) Despesas c/Contribuições e Doações</i>	(876.698,92)	(727.993,79)
<i>(-) Empréstimos Concedidos</i>	(400,00)	(400,00)
<i>(-) Despesas c/Hospedagem</i>	(115.496,06)	(95.597,06)
<i>(-) Despesas c/IPTU</i>	(7.724,65)	(6.612,78)

<i>(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras</i>	<i>(38.338,46)</i>	<i>(38.338,46)</i>
<i>(-) Despesas c/Mat. Consumo Uso Duradouro</i>	<i>(5.096,52)</i>	<i>(5.096,52)</i>
<i>(-) Devedores Diversos</i>	<i>(800,00)</i>	<i>(800,00)</i>
<i>(-) Despesas c/Impostos e Taxas Diversas</i>	<i>(4.664,17)</i>	<i>(4.664,17)</i>
<i>FUNDO ÚNICO-Fdo Nac /Mob/Greve</i>	<i>6.369.557,55</i>	<i>5.545.580,18</i>
<i>Contribuições Recebidas</i>	<i>4.817.675,86</i>	<i>3.618.122,21</i>
<i>Rendimentos s/Apl. Financeiras</i>	<i>2.222.612,74</i>	<i>1.714.704,53</i>
<i>FNM - Fundo Nacional de Mobilização</i>	<i>1.054.607,81</i>	<i>1.054.607,81</i>
<i>Empréstimo Concedido ao FNM pelo FNG</i>	<i>0,00</i>	<i>10.497,50</i>
<i>Fundo de Solidariedade</i>	<i>1.899.943,64</i>	<i>1.899.943,64</i>
<i>Empréstimo Conc Fdo de Solidariedade p/ANDES</i>	<i>0,00</i>	<i>7.608,43</i>
<i>Empréstimo Recebido - FNG</i>	<i>5.417,00</i>	<i>5.417,00</i>
<i>Depósitos a Identificar</i>	<i>19.617,41</i>	<i>19.617,41</i>
<i>Doações Recebidas</i>	<i>440.901,50</i>	<i>311.704,00</i>
<i>Receitas Diversas</i>	<i>2.000,10</i>	<i>0,00</i>
<i>(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF</i>	<i>(21.987,15)</i>	<i>(16.371,85)</i>
<i>(-) Despesas c/Contribuições e Doações</i>	<i>(2.357.972,09)</i>	<i>(1.640.195,08)</i>
<i>(-) Empréstimo Concedido ADUNEB pelo FNM</i>	<i>0,00</i>	<i>(20.000,00)</i>
<i>(-) Empréstimo Concedido ANDES pelo FNM</i>	<i>0,00</i>	<i>(10.485,00)</i>
<i>(-) Empréstimo Conc SINDURCA p/Fdo de Solidariedade</i>	<i>0,00</i>	<i>(3.757,00)</i>
<i>(-) Empréstimo Concedido CNESF p/Fdo de Solidariedade</i>	<i>(100,00)</i>	<i>(100,00)</i>
<i>(-) Empréstimos Concedidos - ANDES</i>	<i>(20.981,76)</i>	<i>(122.725,33)</i>
<i>(-) Desp. c/Material de Consumo Diversos</i>	<i>(51.839,93)</i>	<i>(18.666,73)</i>
<i>(-) Desp. c/Passagens Aéreas, Terrestres</i>	<i>(90.173,11)</i>	<i>(82.079,89)</i>
<i>(-) Despesas a Regularizar</i>	<i>(112.924,27)</i>	<i>(109.924,27)</i>
<i>(-) Desp. c/Locações Diversas</i>	<i>(399.941,80)</i>	<i>(399.941,80)</i>
<i>(-) Despesas c/Diárias</i>	<i>(17.160,00)</i>	<i>(14.880,00)</i>
<i>(-) Despesas c/Condução e Transporte Urbano</i>	<i>(480.356,00)</i>	<i>(265.201,00)</i>
<i>(-) Despesas c/Serviços Gráficos</i>	<i>(91.359,75)</i>	<i>(47.079,75)</i>
<i>(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes</i>	<i>(2.182,91)</i>	<i>(1.632,33)</i>
<i>(-) Despesas c/Prestação de</i>	<i>(216.977,55)</i>	<i>(130.832,10)</i>

<i>Serviços</i>		
<i>(-) Despesas c/Hospedagem</i>	<i>(54.013,62)</i>	<i>(52.404,97)</i>
<i>(-) Despesas c/Mantimentos e Alimentação</i>	<i>(147.812,38)</i>	<i>(124.568,33)</i>
<i>(-) Despesas c/Reembolso de Kilometragem</i>	<i>(1.484,35)</i>	<i>(914,00)</i>
<i>(-) Devedores Diversos</i>	<i>0,00</i>	<i>(13.471,98)</i>
<i>(-) Despesas c/Juros e Multas</i>	<i>(0,74)</i>	<i>(0,74)</i>
<i>(-) Despesas c/Medicamentos e Utensílios de Farmácia</i>	<i>(2.607,10)</i>	<i>(1.366,20)</i>
<i>(-) Despesas c/Ajuda de Custos</i>	<i>(23.344,00)</i>	<i>(20.044,00)</i>
<i>Total do Passivo Circulante</i>	<i>7.664.389,68</i>	<i>6.908.408,24</i>
<i>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</i>		
<i>EXIGIVEL A LONGOPRAZO</i>		
<i>Receitas Antecipadas</i>	<i>158,07</i>	<i>0,00</i>
<i>Total do Passivo Não Circulante</i>	<i>158,07</i>	<i>0,00</i>
<i>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</i>		
<i>SUPERÁVITs/DÉFICITs ACUMULADOS</i>	<i>6.549.813,37</i>	<i>6.270.029,18</i>
<i>Superávit Acumulado</i>	<i>7.535.953,87</i>	<i>6.515.666,12</i>
<i>Ajustes de Exercícios Anteriores</i>	<i>(986.140,50)</i>	<i>(245.636,94)</i>
<i>SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO</i>	<i>1.412.835,05</i>	<i>1.019.621,17</i>
<i>Superávit do Período</i>	<i>1.412.835,05</i>	<i>1.019.621,17</i>
<i>Total do Patrimônio Líquido</i>	<i>7.962.648,42</i>	<i>7.289.650,35</i>
<i>TOTAL DO PASSIVO</i>	<i>15.627.196,17</i>	<i>14.198.058,59</i>

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial do exercício de 2017 que apresenta um total de R\$ 15.627.196,17 (quinze milhões, seiscentos e vinte e sete mil, cento e noventa e seis reais e dezessete centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pelo Sindicato, o qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos documentos. Ressalve-se que a responsabilidade do profissional contábil fica restrita aos aspectos técnicos, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pelo Sindicato.

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2017

EBLIN JOSEPH FARAGE
Presidente
 CPF: 987.776.886-00

AMAURI FRAGOSO DE MEDEIROS
1º Tesoureiro
 CPF: 324.488.134-34

IÊDA MENDES CORREA
Contadora
 CPF: 401.745.141-15
 CRC/DF: 013.720/O-8

31 de Dezembro de 2017
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

RECEITAS	2017	2016
	R\$	R\$
<i>RECEITAS ORDINÁRIAS</i>	12.650.088,62	11.717.789,83
<i>RECEITAS SOCIAIS</i>	12.256.987,51	11.159.496,52
<i>Contribuições</i>	12.256.987,51	11.159.496,52
<i>Outras Receitas</i>	191.652,67	379.165,29
<i>Doações/Contribuições</i>	184.501,95	145.013,00
<i>Contribuição Sindical</i>	90,00	228.593,74
<i>Descontos Obtidos</i>	10,00	0,50
<i>Mensalidade Sindical</i>	7.050,72	5.558,05
<i>Receitas Financeiras</i>	201.448,44	179.128,02
<i>Rendimentos s/Aplicações Financeiras</i>	201.448,44	179.128,02
<i>RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS</i>	4.612,14	139.990,31
<i>Receitas Diversas</i>	4.612,14	139.990,31
<i>Receitas de Eventos</i>	4.612,14	19.004,88
<i>Receitas c/Encontro Nacional de Educação</i>	0,00	120.985,40
<i>Receitas Diversas</i>	0,00	0,03
Total das Receitas	12.654.700,76	11.857.780,14
DESPESAS	2017	2016
	R\$	R\$
<i>DESPESAS OPERACIONAIS</i>	11.241.865,71	10.838.158,97
<i>DESPESAS C/PESSOAL E ENCARGOS</i>	3.531.624,28	3.229.506,38
<i>Despesas c/Pessoal</i>	2.811.498,65	2.551.119,34
<i>Ordenados e Salários</i>	1.612.042,76	1.483.527,38
<i>Férias</i>	153.868,30	127.780,79
<i>1/3 Férias</i>	51.289,41	41.194,64
<i>Abono Pecuniário de Férias</i>	29.509,82	17.683,12
<i>13º Salário</i>	165.553,05	155.078,64
<i>Horas Extras</i>	33.417,65	32.689,47
<i>DSR s/HE</i>	7.216,48	5.721,12
<i>Indenizações Trabalhistas</i>	13.681,03	0,00
<i>Licença Prêmio</i>	27.137,07	33.040,71
<i>Reembolso Creche/Auxílio Educação</i>	26.360,35	20.046,34
<i>Aviso Prévio</i>	6.749,31	0,00
<i>Adicional Noturno</i>	319,11	255,09
<i>Salário Maternidade</i>	15.154,86	0,00
<i>Gratificações Eventuais</i>	794,04	0,00
<i>Atestado Saúde Ocupacional</i>	165,00	90,00
<i>Auxílio Alimentação/Refeição</i>	446.443,81	425.827,06
<i>Vale Transporte</i>	23.177,61	21.775,52

<i>Auxílio Saúde</i>	118.711,91	107.801,85
<i>Hora Extra Pré-Contratada</i>	59.722,05	63.122,64
<i>Menor Aprendiz/Inst. FECOMÉRCIO</i>	11.712,23	10.690,97
<i>Reembolso Material Escolar</i>	4.648,40	4.794,00
<i>Complemento Auxílio Doença</i>	3.824,40	0,00
<i>Encargos Sociais</i>	720.125,63	678.387,04
<i>INSS Patronal</i>	522.640,88	499.238,44
<i>FGTS</i>	175.312,59	159.114,96
<i>PIS s/Folha de Pagamento</i>	22.172,16	20.033,64
DIÁRIAS E AUXÍLIO DEPENDENTE - DIRETORES	529.030,94	445.391,22
<i>Despesas c/Diárias</i>	508.330,94	439.211,22
<i>Diretores</i>	448.950,94	404.801,22
<i>Funcionários</i>	3.240,00	2.440,00
<i>Colaboradores/Convidados/Assessores</i>	56.140,00	31.970,00
AUXILIO DEPENDENTE - DIRETORES	20.700,00	6.180,00
<i>Auxílio Dependentes - Diretores</i>	20.700,00	6.180,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	4.882.552,53	4.744.934,18
<i>Despesas c/Material de consumo</i>	134.353,31	124.208,28
<i>Material de Expediente</i>	28.347,62	34.997,70
<i>Gás, Combustível e Lubrificantes</i>	17.738,93	20.922,74
<i>Material de Limpeza, Higiene e Conservação</i>	10.368,09	11.858,07
<i>Gêneros Alimentícios</i>	32.363,72	30.078,50
<i>Material de Copa e Cozinha</i>	1.218,14	1.433,98
<i>Material de Manutenção e Reparos</i>	13.189,41	2.113,12
<i>Material de Uso Duradouro</i>	240,00	527,55
<i>Medicamentos e Utensílios de Farmácia</i>	405,93	480,01
<i>Equipamentos e Material de Informática</i>	9.851,59	11.469,19
<i>Material Elétrico e Hidráulico</i>	4.229,83	1.496,50
<i>Livros, Jornais e Revistas</i>	0,00	432,00
<i>Uniformes e Vestuários em Geral</i>	240,00	1.845,00
<i>Bens de Pequeno Valor</i>	5.572,15	5.354,01
<i>Materiais p/Eventos, Divulgação e Afins</i>	10.356,00	0,00
<i>Outros Materiais de Consumo</i>	231,90	1.199,91
<i>Serviços de Terceiros - PF</i>	218.926,67	99.782,64
<i>Assessoria Jurídica - PF</i>	36.850,00	0,00
<i>Serviços Fotográficos - PF</i>	857,14	3.283,33
<i>Limpeza e Conservação - PF</i>	1.305,94	0,00
<i>Serviços de Terceiros - Fundos</i>	0,00	167,62
<i>Serviços de Digitalização (Bolsistas)</i>	75.180,00	36.000,00
<i>Bolsa Pesquisa - PF</i>	24.000,00	0,00
<i>INSS s/Serviços - PF</i>	36.770,77	27.491,13

<i>Outros Serviços - PF</i>	23.427,06	17.178,31
<i>Manutenção e Reparos de Bens Imóveis</i>	2.250,00	0,00
<i>Tradução/Revisão de Textos - PF</i>	18.285,76	15.662,25
<i>Serviços de Terceiros - PJ</i>	4.529.272,55	4.520.943,26
<i>Assessoria Jurídica - AJN</i>	547.598,16	509.934,08
<i>Assessoria Contábil - PJ</i>	108.353,14	101.692,35
<i>Transportes e Fretes</i>	315.367,08	333.380,16
<i>Conduções e Transportes Urbanos</i>	138.717,69	155.459,99
<i>Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas</i>	1.093.246,73	1.076.125,93
<i>Hospedagem</i>	603.482,58	483.679,02
<i>Telefone</i>	106.301,97	117.529,61
<i>Energia Elétrica</i>	55.523,17	56.682,12
<i>Água e Esgoto</i>	0,00	88,59
<i>Alimentação</i>	7.281,03	7.002,69
<i>Aluguel de Imóveis</i>	261.407,46	266.584,16
<i>Condomínio</i>	148.547,61	165.750,48
<i>Manutenção e Reparos de Bens Móveis</i>	55.443,38	24.797,70
<i>Serviços Gráficos</i>	30.957,00	111.517,78
<i>Assessoria Jurídica - Regionais</i>	424.468,35	574.701,15
<i>Assinaturas e Periódicos</i>	2.025,88	1.882,84
<i>Internet</i>	36.872,80	36.281,20
<i>Cópias/Encadernações/Impressões e Afins</i>	98,60	2.349,02
<i>Assinatura de TV a Cabo</i>	2.710,48	3.492,36
<i>Correios e Telégrafos</i>	33.354,16	25.600,25
<i>Reembolso de Kilometragem</i>	8.720,48	15.077,56
<i>Estacionamento/Pedágios</i>	4.259,50	8.814,81
<i>Serviços Fotográficos - PJ</i>	9.250,00	192,00
<i>Anúncios e Publicações</i>	3.798,75	455,55
<i>Revisa Universidade e Sociedade</i>	132.653,19	124.853,69
<i>Serviços Técnico Profissional - PJ</i>	96.570,08	6.406,49
<i>Outras Despesas</i>	4.555,00	39,00
<i>Jornal Informandes</i>	253.080,00	252.360,00
<i>Seguros em Geral</i>	6.137,07	7.581,10
<i>Locação de Bens Móveis</i>	3.125,00	2.261,80
<i>Locações de Veículos</i>	10.487,08	6.557,44
<i>Custas e Emolumentos</i>	15.698,58	35.182,34
<i>Seminários, Congressos, Cursos e Afins</i>	2.640,00	6.630,00
<i>Manutenção e Reparo de Bens Imóveis</i>	280,00	0,00
<i>Festividades e Homenagens</i>	6.260,55	0,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	24.071,03	41.400,23
Despesas Tributárias	24.071,03	41.400,23

<i>IPTU/TLP</i>	22.178,96	28.735,47
<i>IRRF s/Aplicações Financeiras</i>	0,00	11.460,76
<i>Impostos e Taxas Diversas</i>	1.892,07	1.204,00
DESPESAS FINANCEIRAS	18.230,22	16.962,29
<i>Despesas Financeiras</i>	18.230,22	16.962,29
<i>Despesas Bancárias</i>	17.268,05	15.302,65
<i>Juros e Multas p/Atraso</i>	886,21	1.553,26
<i>IOF</i>	75,96	106,38
CONTRIBUIÇÕES/DOAÇÕES	912.023,90	943.939,81
<i>Contribuições /Doações</i>	912.023,90	943.939,81
<i>DIEESE- Dep.Inst.Estat.Est. Social</i>	63.349,25	219.570,48
<i>DIAP- Dep. Interes. Ass. Parlam.</i>	4.404,00	4.140,00
<i>CNESF - Coord.Nac. Ent. Serv. Feder</i>	124.167,98	112.206,33
<i>CONLUTAS-Ass. Coord. Nac. Lutas</i>	332.000,00	302.490,87
<i>Assoc. Amigos Esc Nac FLORESTAN FERNANDES</i>	24.000,00	24.000,00
<i>Associação Auditoria Cidadã da Dívida</i>	25.000,00	22.000,00
FUNDO ÚNICO	243.336,41	207.902,24
<i>Casarão da Luta - MTST</i>	4.000,00	24.000,00
<i>Associação Esperança de um Novo Milênio</i>	27.000,00	0,00
<i>Outras Contribuições/Doações</i>	64.766,26	27.629,89
DESPESAS C/REGIONAIS	1.298.457,87	1.217.290,52
<i>Despesas c/Regionais</i>	1.298.457,87	1.217.290,52
<i>Regional Sul</i>	97.680,66	92.467,87
<i>Regional RJ</i>	116.581,18	135.195,39
<i>Regional NE I</i>	171.454,52	116.393,71
<i>Regional NE II</i>	55.563,26	70.579,06
<i>Regional NE III</i>	114.940,48	117.711,64
<i>Regional SP</i>	80.479,85	49.173,38
<i>Regional Leste</i>	109.904,89	146.316,06
<i>Regional Norte I</i>	77.187,74	64.060,47
<i>Regional Norte II</i>	102.730,07	84.659,63
<i>Regional Planalto</i>	180.173,76	139.034,88
<i>Regional Pantanal</i>	81.993,43	93.236,42
<i>Regional RS</i>	109.768,03	108.462,01
DESPESAS DIVERSAS	45.874,94	198.734,34
<i>Despesas Diversas</i>	45.874,94	198.734,34
<i>Despesas de Exercícios Anteriores</i>	6.984,58	0,00
<i>Despesas c/Eventos</i>	7.126,21	46.603,90
<i>Perdas Diversas</i>	5,27	40,89
<i>Despesas c/Encontro Nacional de Educação</i>	37,80	152.089,55
<i>Sentenças Judiciais</i>	31.721,08	0,00
Total das Despesas	11.241.865,71	10.838.158,97

(=) Superávit do período	1.412.835,05	1.019.621,17
---------------------------------	---------------------	---------------------

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado no Período que apresenta no exercício em referência um superávit de R\$ 1.412.835,05 (hum milhão, quatrocentos e doze mil, oitocentos e trinta e cinco reais e cinco centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pelo Sindicato, o qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos mesmos. Ressalve-se que a responsabilidade do profissional contábil fica restrita aos aspectos técnicos, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pelo Sindicato.

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2017

**EBLIN JOSEPH
FARAGE**
Presidente
CPF: 987.776.886-00

**AMAURI FRAGOSO DE
MEDEIROS**
1º Tesoureiro
CPF: 324.488.134-34

**IÊDA MENDES
CORREA**
Contadora
CPF: 401.745.141-15
CRC/DF: 013.720/O-8

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Em Reais)

CNPJ 00.676.296/0001-65

	Patrimônio	Ajustes de Avaliação	Superávit/Déficit	Total do Patrimônio
	Líquido	Patrimonial	Acumulados	Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	0,00	0,00	7.289.650,35	7.289.650,35
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	(739.836,98)	(739.836,98)
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
REVERSÕES DE RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
REALIZAÇÃO AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPÉRAVIT DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	1.412.835,05	1.412.835,05
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	0,00	0,00	7.962.648,42	7.962.648,42

EBLIN JOSEPH FARAGE
Presidente
CPF: 987.776.886-00

AMAURI FRAGOSO DE MEDEIROS
1º Tesoureiro
CPF: 324.488.134-34

IÊDA MENDES CORREA
Contadora
CPF: 401.745.141-15
CRC/DF: 013.720/O-8

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Nota 1: Contexto Operacional

O SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR foi constituído pelo Congresso Nacional dos Docentes Universitários em 19 de fevereiro de 1981, em Campinas/SP, como pessoa jurídica de direito privado, com natureza e fins não lucrativos e duração indeterminada com a nomenclatura de Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES.

Constituiu-se em Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, a partir do II CONGRESSO Extraordinário, realizado de 25 a 27 de novembro de 1988, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, para fins de defesa e representação legal dos docentes, sejam estes da educação básica ou da educação superior e respectivas modalidades, das Instituições de Ensino Superior - IES, públicas e privadas, por prazo indeterminado, com a denominação de ANDES - SINDICATO NACIONAL. Incluem-se, entre as Instituições de Ensino Superior, os Centros de Educação Tecnológica.

O ANDES-SINDICATO NACIONAL tem sua sede jurídica e administrativa em Brasília e sua jurisdição em todo o território nacional.

Tem por finalidade precípua a união, a defesa de direitos e interesses da categoria e a assistência a seus sindicalizados.

É uma entidade democrática, sem caráter religioso nem político-partidário, independente em relação ao Estado, às mantenedoras e às administrações universitárias.

Em sua gestão, são observadas as disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto Social, nos atos aprovados no Congresso, CONAD e Reuniões de Diretoria.

Nota 2: Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades sindicais, as disposições das Leis 6.404/76 e 11.638/07 e alterações.

Nota 3: Principais Práticas Contábeis

As principais práticas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

- j) As receitas da Entidade são contabilizadas pelo Regime de Caixa e as despesas, em sua maioria, por competência.
- k) A classificação das contas obedece ao disposto nos artigos 178 a 182 da Lei 6.404/76 e alterações;
- l) As aplicações financeiras de liquidez imediata são registradas pelo valor da aplicação, acrescidas dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

- m) Os direitos e as obrigações estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, efetuados com base em documentação comprobatória hábil;
- n) O ANDES_SN é uma entidade sem fins lucrativos e, portanto goza de imunidade tributária. O Sindicato efetua o recolhimento da Contribuição de PIS sobre a folha de pagamento.
- o) Os bens patrimoniais adquiridos são registrados pelo valor de aquisição. Não houve registro de depreciação/amortização no exercício em referência;
- p) O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência dos exercícios;
- q) Fundos para Financiamento de Campanha - no Passivo, as contribuições recebidas das seções sindicais, estão segregadas por fundo com a demonstração dos valores recebidos mês a mês, com os rendimentos auferidos das contas de aplicações financeiras, bem como da aplicação dos recursos, que por sua vez são demonstrados através de uma conta contábil redutora.
- r) O Patrimônio Líquido é representado pelos superávits e ou diminuído pelos déficits apurados anualmente desde a sua fundação, sem correção monetária, conforme legislação em vigor.

Nota 4: Disponibilidades

Os saldos estão devidamente conciliadas com os extratos bancários apresentando a seguinte composição em 31/12/2017:

	2017	2016
Disponibilidades	11.124.011,08	9.129.931,79
Caixa	6.301,85	7.260,23
Caixa - ANDES	2.826,17	4.819,10
Caixa – CNESF	285,09	122,89
Caixa – FUNDO ÚNICO	3.190,59	1.252,03
Banco c/Movimento	495.920,43	968.024,96
BB c/c 403.726-x (ANDES)	10.601,76	397.198,84
BB c/c 437.525-4 (CNESF)	0,00	8.336,28
BB c/c 437.864-4 (Eventos)	16.438,20	268,74
CEF c/c 51.567-2 (Contrib. Sindical)	413.018,26	421.770,12
BB c/c 23.926-7 (FUNDO ÚNICO)	0,00	77.094,03
BB c/c 223.926-4 (FNG)	31.434,21	44.461,10
BB c/c 29.331-8 (Encontro Nac. Educação)	0,00	18.895,85
BB c/c 403.727-8 (Solid. Estaduais/RJ)	24.428,00	0,00
Banco c/Depósitos Bloqueados	11.521,00	0,00
BB c/c 403.726-x (ANDES)	10.801,00	0,00
BB c/c 23.926-7 (FUNDO ÚNICO)	720,00	0,00
Banco c/Aplicações Financeiras	10.610.267,80	8.154.646,60
BB c/403.726-x (ANDES)	3.593.452,85	2.015.746,30
BB c/437.525-4 (CNESF)	483.933,27	490.527,56
BB c/437.864-4 (Eventos)	12.183,52	80.749,26
BB c/23.926-7 (FUNDO ÚNICO)	6.365.966,72	5.466.475,41
BB c/223.926-4 (FNG)	154.731,44	101.148,07

Nota 5: Devedores por Empréstimos

	2017	2016
Devedores por Empréstimos	14.300,00	88.244,29
CNESF	0,00	29.067,94
Fundo de Solidariedade	0,00	7.608,43
APUFSC	0,00	3.028,90
SINDUFAP	0,00	5.266,80
FNG – Fundo Nacional de Greve	0,00	32.243,43
SESF-SIND EMP EST SERV SAUDE	0,00	10.000,00
ADUFEPE - SSind	800,00	800,00
Solidariedade Estaduais/RJ	13.500,00	0,00

O valor de R\$ 800,00 refere-se a empréstimo concedido para ADUFEPE no dia 12/05/2016.

O valor de R\$ 13.500,00 refere-se a empréstimo concedido para a Solidariedade Estaduais/RJ em 20/12/2017.

Nota 6: Devedores da Entidade

	2017	2016
Devedores da Entidade	87.862,30	376.724,95
SSind Rateio 22º Congresso	0,00	1.461,55
SSind Rateio 47º CONAD	0,00	3.228,37
SSind Rateio 23º Congresso	0,00	2.224,57
SSind Rateio 48º CONAD	0,00	938,27
SSind Rateio 49º CONAD	0,00	3.093,85
SSind Rateio 23º Congresso	0,00	13.368,91
SSind Rateio 6º CONAD Extraordinário	0,00	10.161,28
SSind Rateio 50º CONAD	0,00	7.395,79
SSind Rateio 25º Congresso	0,00	16.517,38
SSind Rateio 51º CONAD	0,00	20.075,92
SSind Rateio 26º Congresso	0,00	17.369,90
SSind Rateio 27º Congresso	0,00	662,98
SSind Rateio 3º Congresso Extraordinário	0,00	4.505,08
SSind Rateio 52º CONAD	0,00	4.249,89
SSind Rateio 28º Congresso	0,00	52.121,53
SSind Rateio 54º CONAD	0,00	14.088,67
SSind Rateio 29º Congresso	0,00	16.119,95
SSind Rateio 55º CONAD	0,00	7.681,65
SSind Rateio 56º CONAD	0,00	4.008,41
SSind Rateio 30º Congresso	0,00	19.974,59
SSind Rateio 31º Congresso – Manaus/AM	0,00	15.728,41

SSind Rateio 57º CONAD – Paranaíba/PI	0,00	8.044,06
SSind Rateio 32º Congresso–Rio de Janeiro	0,00	1.357,44
SSind Rateio 58º CONAD – Santa Maria/RS	0,00	2.547,20
SSind Rateio 33º Congresso – São Luis/MA	0,00	16.684,22
SSind Rateio 34º Congresso – Brasília/DF	1.450,70	1.450,70
SSind Rateio 60º CONAD – Vitória/ES	681,09	681,09
SSind Rateio 7º CONAD Extraordinário	0,00	1.924,46
SSind Rateio 35º Congresso – Curitiba/PR	12.286,08	47.578,44
SSind Rateio 61º CONAD – Boa Vista/RR	0,00	12.761,88
SSindicais Rateio 36º Congresso –	16.872,57	0,00
SSindicais Rateio 62º CONAD – Niterói/RJ	50.652,65	0,00
Devedores Diversos	5.919,21	48.718,51

Os valores demonstrados nesse grupo referem-se a saldo de rateios devidos ao ANDES pelas Seções Sindicais por ocasião das prestações de contas de Congressos e CONSSind diversos.

O saldo de R\$ 5.919,21 refere-se a pagamentos diversos efetuados a maior pelo ANDES, sendo que R\$ 570,92 é remanescente do exercício de 2015.

Nota 7: Créditos Diversos

	2017	2016
Créditos Diversos	34.955,20	219.233,15
Despesas a Regularizar	27.051,53	213.329,48
Cheques em Caução	2.000,00	0,00
INSS a Recuperar	4.012,21	4.012,21
Secretaria de Fazenda e Planejamento	1.891,46	1.891,46

O valor de R\$ 27.051,53 refere-se a pagamentos efetuados pelo ANDES sem a apresentação dos respectivos comprovantes, sendo R\$ 3.037,81 remanescentes do exercício de 2015.

O valor de R\$ 2.000,00 é relativo à caução de aluguel da sala do Regional NORTE I.

O saldo das contas INSS a recuperar (R\$ 4.012,21) e Secretaria de Fazenda e Planejamento (R\$ 1.891,46) é composto por pagamentos efetuados a maior e/ou indevidamente aos respectivos órgãos.

Nota 8: Adiantamento a Funcionários

	2017	2016
Adiantamento a Funcionários	42.306,46	51.978,62
Adiantamento de Salários	12.378,98	22.398,26
Adiantamento de Férias	29.529,28	28.905,98
Adiantamento de Vale Transporte	398,20	674,38

O valor de R\$ 12.378,98 refere-se a adiantamento de salário concedido aos empregados do ANDES_SN, por época do retorno das férias.

O saldo de R\$ 398,20 é relativo a pagamento de vale transporte no mês de novembro/2017 do Regional SP para utilização em janeiro/2018.

Nota 9: Adiantamento a Fornecedores

O saldo de R\$ 9.985,00 refere-se a adiantamentos concedidos a fornecedores diversos no exercício de 2017.

Nota 10: Adiantamento a Regionais

	2017	2016
Adiantamento a Regionais	57.887,52	50.732,69
Regional Sul	1.487,58	2.403,76
Regional RJ	17.316,91	9.740,46
Regional NE I	733,05	1.277,43
Regional NE II	3.650,77	1.754,89
Regional NE III	3.307,15	128,35
Regional SP	615,70	219,07
Regional Leste	5.362,47	3.621,19
Regional Norte I	10.037,11	7.245,89
Regional Norte II	2.130,31	494,12
Regional Planalto	6.636,18	20.722,01
Regional Pantanal	4.767,78	2.316,10
Regional RS	1.842,51	809,42

Os saldos demonstrados são compostos por valores em espécie e em contas correntes em poder dos regionais em 31/12/2017, todos devidamente conciliados.

Nota 11: Depósitos Judiciais

Refere-se a depósitos/bloqueios judiciais efetuados em função de Ações e/ou Processos movidos contra o ANDES_SN.

Nota 12: Imobilizado

O Ativo Imobilizado do ANDES apresenta a seguinte composição em 31/12/2017:

	2017	2016
Imobilizado	4.170.033,07	4.112.952,17
Bens Imóveis	2.910.749,10	2.910.749,10
Edificações	2.280.000,00	2.280.000,00
Benfeitoria 3º Andar	198.565,73	198.565,73
Benfeitoria 5º Andar	432.183,37	432.183,37
Bens Móveis	1.353.721,73	1.296.640,83
Móveis e Utensílios	317.708,46	317.708,46
Biblioteca	555,00	555,00

Máquinas e Equipamentos	531.847,02	486.806,02
Equipamentos de Informática	484.093,25	472.053,35
Equipamentos de Comunicação	19.518,00	19.518,00
(-) Depreciações Acumuladas	(94.437,76)	(94.437,76)
(-) Dep. Móveis e Utensílios	(20.191,19)	(20.191,19)
(-) Dep. Máquinas e Equipamentos	(47.558,40)	(47.558,40)
(-) Dep. Equipamentos de Informática	(5.217,69)	(5.217,69)
(-) Dep. Edificações	(14.079,52)	(14.079,52)
(-) Dep. Benfeitorias	(6.272,17)	(6.272,17)
(-) Dep. Máq. Motores e Aparelhos - BTNF	(1.118,79)	(1.118,79)
Bens Intangíveis	15.635,51	15.635,51
Intangível	15.858,27	15.858,27
Programas e Sistemas	15.538,27	15.538,27
Marcas e Patentes	320,00	320,00
(-) Amortização	(222,76)	(222,76)
(-) Amortização Programas e Sistemas	(222,76)	(222,76)

A posição dos bens, comparada com o exercício de 2016, apresentou acréscimo de R\$ 57.080,90. Esse acréscimo ocorreu por conta da aquisição de equipamentos de informática e máquinas e equipamentos.

Ressalte-se que os valores contábeis dos bens que compõem o Imobilizado do ANDES não foram compatibilizados com inventário físico em virtude do mesmo não ter sido realizado.

Nota 13: Fornecedores Diversos

O saldo de R\$ 118.053,51 é composto por serviços de pessoas jurídicas provisionados em dezembro/2017 para pagamento em 2018.

Nota 14: Obrigações Sociais e Trabalhistas

Saldo de obrigações sociais e trabalhistas, com a seguinte composição:

	2017	2016
Obrigações Sociais e Trabalhistas	187.389,51	178.969,44
INSS a Recolher	168.251,43	160.936,16
FGTS a Recolher	19.138,08	18.033,28

Nota 15: Obrigações Fiscais e Tributárias

Saldo de obrigações fiscais e tributárias, como segue:

	2017	2016
OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS	56.588,40	46.753,45
Obrigações Fiscais e Tributárias - ANDES	56.268,64	46.445,95
IRRF s/Salários a Recolher (0561)	32.033,16	28.213,60
IRRF s/Serviços PF a Recolher (0588)	476,77	107,25
IRRF s/Serviços PJ a Recolher (1708)	951,85	268,11
PIS s/Folha a Recolher (8301)	3.210,67	1.503,37
ISS a Recolher	16.259,37	15.194,18
PIS, COFINS e CSLL a Recolher (5952)	2.950,74	831,16
IRRF s/Aluguel PF a Recolher (3208)	386,08	328,28

Obrig. Fiscais e Trib. – FUNDO ÚNICO	319,76	307,50
IRRF s/Serviços PJ a Recolher (1708)	77,99	75,00
PIS, COFINS e CSLL a Recolher (5952)	241,77	232,50

O saldo de R\$ 53.377,73 refere-se a retenções efetuadas sobre serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas e o valor de R\$ 3.210,67 é relativo à PIS sobre folha de pagamento.

Nota 16: Credores da Entidade

	2017	2016
Credores da Entidade	241.434,94	38.307,36
Credores Diversos - Congressos	3.103,18	3.103,18
Solidariedade Estaduais/RJ	24.428,00	0,00
37º Congresso – Salvador/BA	(20.000,00)	0,00
Credores Diversos	233.903,76	35.204,18

O valor de R\$ 3.103,18 refere-se a valores devidos às seções sindicais pelo ANDES, relativo ao 35º Congresso.

O valor de R\$ 24.428,00 é relativo a saldo apurado entre o recebimento e o repasse de ajuda e despesas bancárias do Fundo de Solidariedade das Estaduais do Rio de Janeiro.

O valor de R\$ 20.000,00 é referente à adiantamento concedido para a ADUNEB em dezembro/2017 para custear despesas com a organização do 37º Congresso.

O saldo de R\$ 233.903,76 é relativo à contribuição sindical paga pela ADUNEMAT no exercício de 2017, devidamente devolvida em janeiro/2018.

Nota 17: Credores por empréstimos

	2017	2016
Credores por Empréstimos	20.981,76	133.210,33
FNM	0,00	10.485,00
FUNDO ÚNICO	20.981,76	122.725,33

O valor de R\$ 20.981,76 refere-se a depósitos do Fundo Único efetuados indevidamente nas contas correntes do ANDES.

Nota 18: Fundos p/Financiamento de Campanha

Saldo dos recursos financeiros dos Fundos administrados pelo ANDES, devidamente conciliados com os extratos bancários, com a seguinte composição em 31/12/2017:

COMPARATIVO DO ATIVO E DO PASSIVO			
ATIVO			PASSIVO
C/C	Fundo	Saldo em Caixa,	Fundos p/Financiamento de

		conta corrente e Aplicações Grupo 1.1.1	Campanhas Grupo 2.1.1/2.1.2	
BB – FNG 223.926-4		R\$ 186.165,65	R\$ 186.165,65	
BB – CNESF 437.525-4		R\$ 484.218,36	R\$ 484.218,36	
BB – 23.926-7	FUNDO ÚNICO	R\$ 6.369.877,31	R\$ 6.369.877,31	
Total do Ativo		R\$ 7.040.261,32	Total do Passivo	R\$ 7.040.261,32

Nota 19: Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido, que ao final de 2016 era de R\$ 7.289.650,35 passou para R\$ 7.962.648,42 no exercício de 2017, conforme demonstrado:

Patrimônio Líquido em 31/12/2016	7.289.650,35
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	(739.836,98)
(-) Superávit apurado no exercício	1.412.835,05
Patrimônio Líquido em 31/12/2017	7.962.648,42

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2017

a Eblin Joseph Farage

Presidente

CPF: 987.776.886-00

Amauri Fragoso de Medeiros

1º Tesoureiro

CPF: 324.488.134-34

Iêda Mendes Corrêa

Contadora

CPF: 401.745.141-15

CRC/DF 013.720/O-8

TEXTO 19*Diretoria do ANDES-SN***PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2019****TR – 19**

O 63º CONAD aprova a previsão orçamentária para 2019

Receita	2019
Receita Total	12.980.000,00
Outras Receitas (Patrimônio, Contribuição Sind., Diversas)	100.000,00
Receita de aplicações financeiras	280.000,00
Receita de Contribuições	12.600.000,00
Despesas	2019
Alimentação	10.000,00
Aluguel de Bens Imóveis	290.000,00
Assessoria Contábil	120.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Física	75.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - AJN	570.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - Regionais	510.000,00
Assinaturas e Periódicos	3.000,00
Auxílio dependentes - Diretores	30.000,00
Condomínios (Apto Brasília/ Sede 3º e 5º andar/ Secretarias Regionais)	182.000,00
Conduções e Passagens Urbanas/Taxi Ressarcimento	180.000,00
Contribuições – Aud. Cidadã da Dívida	30.000,00
Contribuições – Escola Nac. Florestan Fernandes	30.000,00
Contribuições – Associação Amigos da Luta dos Sem Teto	30.000,00
Correios e Telégrafos	36.000,00
Custas e Emolumentos	25.000,00
Despesas com Regionais	1.400.000,00
Despesas Diversas	150.000,00
Despesas Financeiras	22.000,00
Despesas Tributárias (IPTU/ IR/ Impostos e Taxas Diversas)	30.000,00
Diárias de Diretores	500.000,00
Diárias Convidados/ Funcionários	70.000,00
Energia Elétrica	70.000,00
Estacionamentos / Pedágios	8.000,00
Hospedagem	650.000,00
INSS s/Serviços (Andes/regionais)	40.000,00
Internet e TV a Cabo	44.000,00
Locação de Equipamentos e Veículos	15.000,00
Manutenção e Reparos Bens Móveis	30.000,00

Material de Consumo	150.000,00
Passagens Aéreas e Terrestres	1.400.000,00
Pessoal e Encargos	4.000.000,00
Publicações (Informandes impressos/ Cartilhas)	320.000,00
Reembolso de Quilometragem	15.000,00
Repasse Fundo Único	250.000,00
Repases p/ Entidades Filiadas: DIEESE/ DIAP/ CNESF/ CSP CONLUTAS/ FNDC	620.000,00
Revista - Universidade & Sociedade	150.000,00
Seguros em Geral	10.000,00
(Bolsa Pesquisa PF)	65.000,00
Serviços Gráficos (Banners/ Folders/ Cartazes)	50.000,00
Serviços Técnicos Profissionais – PF	30.000,00
Serviços Técnicos Profissionais – PJ	50.000,00
Telefone	110.000,00
Transportadoras e Fretes	370.000,00
Total de despesas	12.740.000,00

TEXTO 20

Diretoria do ANDES-SN

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 37º CONGRESSO DO ANDES-SN**TR – 20**

O 63º CONAD aprova a prestação de contas do 37º CONGRESSO do ANDES-SN

DESPESAS 37º CONGRESSO	ANDES-SN	ADUNEB
<i>Especificação</i>	RATEIO	RATEIO
1-PESSOAL		
ANDES-SN (Secretaria, Tesouraria e Imprensa)		
Passagens Aéreas/ Terrestre/ Hospedagem	10.545,71	0,00
Diárias	4.680,00	8.060,00
Hora extras	37.741,74	2.064,87
Taxi	0,00	315,60
Subtotal	52.967,45	10.440,47
2 - IMPRENSA E DIVULGAÇÃO		
Arte dos Cartazes	0,00	1.113,00
Caderno Textos (papel, transporte, toner)	6.790,40	0,00
Cartazes Gráfica	0,00	550,00
Banner	0,00	3.617,10
Stand	0,00	2.000,00
Informativo do Congresso	0,00	5.850,00
Reprografia	0,00	16.309,40
Subtotal	6.790,40	29.439,50
3 – INFRAESTRUTURA		
Estrutura Física		
Locação de Móveis	0,00	4.620,00
Correios	0,00	7.508,00
Decoração	0,00	0,00
Apresentação Cultural	0,00	9.110,00
Aluguel de máquina de café/chocolate	0,00	2.200,00
Insumos da máquina de café	0,00	5.350,00
	0,00	28.788,00
4.Prestação de Serviços		
Som e Audio	0,00	0,00
Filmagem	0,00	6.650,00
Serviços Enfermagem/ Ambulância	0,00	13.632,00

Água Mineral	0,00	880,00
Aluguel de cadeiras	0,00	500,00
Coffe Break	0,00	68.145,00
Serviços de Eletricista/Hidráulica	0,00	6.400,00
Serviço de Segurança	0,00	0,00
Serviços de Informática	367,50	0,00
Apoio/ Copa/ limpeza	0,00	15.800,00
Aluguel de NoteBook	552,00	0,00
Uber/ Táxi	0,00	417,81
Serviços Monitores	0,00	50.313,00
Despesas com alimentação de monitores	0,00	204,00
Reprografia	0,00	0,00
Transporte de Monitores	0,00	0,00
Serviços Pedagoga/Creche	0,00	1.900,00
Material Pedagógico Infantil	0,00	0,00
Transportadora	15.315,40	0,00
Alimentação Creche	0,00	1.483,75
	16.234,90	166.325,56
5.Material de Consumo		
Medicamentos farmácia	106,58	277,67
Material de Escritório e expediente	147,50	2.344,69
Material de Consumo elétrico	0,00	983,20
Material de Consumo	0,00	1.053,60
Material de Informática	0,00	789,50
Lanches / Biscoitos	0,00	467,48
	254,08	5.916,14
6.Material distribuído aos delegados e observadores		
Pastas/ Bolsas	0,00	29.040,00
Camisetas	0,00	10.400,00
Crachá	0,00	10.430,00
Convite	0,00	0,00
Guia do Congressista	0,00	0,00
Blocos	0,00	0,00
Subtotal	0,00	49.870,00
7.COMISSÃO ORGANIZADORA		
Diárias	1.800,00	9.000,00
Alimentação	0,00	0,00
Passagens Aéreas	3.345,09	0,00
Hospedagem	1.929,40	0,00
Subtotal	7.074,49	9.000,00
8.Despesa c/ transporte de um delegado das S.Sindicais c/ menos de 101 filiados.	2.878,87	0,00

Subtotal	2.878,87	0,00
9.Delegados Eleitos Conforme do Art. 41 Inciso 8 parágrafo 5 (via secretarias regionais)	43.461,94	0,00
Subtotal	43.461,94	0,00
TOTAL	129.662,13	299.779,67
Total de Despesas Realizadas		429.441,80
Total de Despesas Previstas para Rateio	403.044,28	
Total de Despesas Realizadas	429.441,80	
Porcentagem da diferença	7%	
Valor pago a maior	26.397,52	

SIGLAS

ADIN: Ação Direta de Inconstitucionalidade
AGU: Advocacia-Geral da União
AJN: Assessoria Jurídica Nacional
ANDIFES: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANS: Agência Nacional de Saúde Suplementar
BNCC: Base Nacional Comum Curricular
C&T: Ciência e Tecnologia
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica
CNE: Conselho Nacional de Educação
CNESF: Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais
CNPQ: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAD: Conselho do ANDES Sindicato Nacional
CONAPE: Conferência Nacional Popular de Educação
CONGRESSO: Congresso do ANDES Sindicato Nacional
CONLUTAS: Coordenação Nacional de Lutas.
CONLUTE: Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes
CRUESP: Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo
DA: Diretórios Acadêmicos
DCE: Diretório Central de Estudantes
DE: Dedicção Exclusiva
DIAP: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudo
DRU: Desvinculação de Recursos da União
EaD: Educação a Distância
EBSERH: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EC: Emenda Constitucional
ENE: Encontro Nacional de Educação
ENFF: Escola Nacional Florestan Fernandes
FASUBRA-Sindical: Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras
FEBRAPLAN: Federação Brasileira de Planos de Saúde
FIES: Financiamento Estudantil
FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos

FNDC: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
FNDE: Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNDEP: Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
FUASPEC: Fórum dos Servidores Públicos do Ceará
FUNPRESP: Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo
GT: Grupo de Trabalho
GTCA: Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte
GTPFS: Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical
HU: Hospital Universitário
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICT: Instituições de Ciência e Tecnologia
ISSEC: Instituto de Saúde dos Servidores do Ceará
IEES: Instituições Estaduais de Ensino Superior
IES: Instituições de Ensino Superior
IFE: Instituições Federais de Ensino
IFES: Instituições Federais de Ensino Superior
IFET: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IMES: Instituições Municipais de Ensino Superior
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB: Lei de Diretrizes e Bases
LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBTTT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero
LOA: Lei Orçamentária Anual
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC: Ministério do Estado da Educação
MPOG: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTE: Ministério do Trabalho e Emprego
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
OMS: Organização Mundial de Saúde
PAD: Processo Administrativo Disciplinar
PEC: Proposta de Emenda Constitucional
PIB: Produto Interno Bruto
PL: Projeto de Lei
PLC: Projeto de Lei da Câmara dos Deputados
PLP: Projeto de Lei Complementar
PLS: Projeto de Lei do Senado Federal

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE: Plano Nacional de Educação
PPA: Plano Plurianual
PPPs: Parcerias Público Privadas
PROIFES: Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior
PROUNI: Programa Universidade para Todos
REHUF: Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais
Renca: Reserva Nacional de cobre e associados
RJU: Regime Jurídico Único
RT: Retribuição por Titulação
SBPC: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SESu/MEC: Secretaria de Educação Superior / MEC
SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINASEFE: Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional
SINTEST: Sindicato Dos Técnicos de Segurança do Trabalho
SPF: Servidores Públicos Federais
SR: Secretarias Regionais
SSind: Seção Sindical
STF: Supremo Tribunal Federal
STJ: Superior Tribunal de Justiça
SUS: Sistema Único de Saúde
TCU: Tribunal de Contas da União
UAB: Universidade Aberta do Brasil

LEGISLAÇÃO CITADA NOS TEXTOS DA DIRETORIA DO ANDES-SN

- **ADPF nº 54** - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 54 garantiu, no Brasil, a interrupção terapêutica da gestação de feto anencéfalo.
- **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5809** - Trata-se de Ação Direta de Inconstitucionalidade, com pedido de cautelar, proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade - PSOL, contra a Medida Provisória 805, de 30 de setembro de 2017, que “posterga ou cancela aumentos remuneratórios para os exercícios subsequentes, altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, quanto à alíquota da contribuição social do servidor público”.
- **Decreto nº 9057/17** - Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- **Decreto nº 9283/18** - Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea "g", da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.
- **Emenda Constitucional - EC nº 71/12** - Acrescenta o art. 216-A a Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura.
- **Emenda Constitucional – EC nº 95/16** - Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.
- **Lei nº 9394/96** - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- **Lei nº 10216/01** - Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.
- **Lei nº 12651/12 (Código Florestal)** - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- **Lei nº 12772/12** - Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de

2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências.

- **Lei nº 13005/14** - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

- **Lei nº 13123/15 (Marco Legal da Biodiversidade)** - Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto no 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências.

- **Lei nº 13146/15** - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI)- Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

- **Lei nº 13243/16** - Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015.

- **Lei nº 13415/17 (Reforma do Ensino Médio)** - Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

- **Lei nº 13429/17 (Lei das Terceirizações)** - Altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

- **Lei nº 13465/17**- Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nos 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de

2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória no 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis nos 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar no 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei no 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências.

- **Medida Provisória - MP nº 792/17** - Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Programa de Desligamento Voluntário, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

- **Medida Provisória - MP nº 805/17**- Posterga ou cancela aumentos remuneratórios para os exercícios subsequentes, altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, quanto à alíquota da contribuição social do servidor público e a outras questões.

- **Proposta de Emenda Constitucional - PEC nº 181/2015** - Altera o inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal para dispor sobre a licença-maternidade em caso de parto prematuro.

- **Proposta de Emenda Constitucional - PEC nº 65/12** - Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição Federal para assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença ambiental; dispõe que a apresentação do estudo prévio de impacto ambiental importa autorização para a execução da obra, que não poderá ser suspensa ou cancelada pelas mesmas razões a não ser em face de fato superveniente.

- **Proposta de Emenda Constitucional - PEC nº 215/00** - Inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei.

- **Projeto de Lei - PL nº 37/11 (Código de Mineração)** - Dispõe sobre o regime de aproveitamento das substâncias minerais, com exceção dos minérios nucleares, petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos e das substâncias minerais submetidas ao regime de licenciamento de que trata o inciso III do art. 2º do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.

- **Projeto de Lei - PL nº 827/15** - Altera a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências.

- **Projeto de Lei - PL nº 867/15** - Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido".

- **Projeto de Lei - PL nº 1859/15** - Acrescenta Parágrafo único ao artigo 3º da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).

- **Projeto de Lei - PL nº 3200/15** - Dispõe sobre a Política Nacional de Defensivos Fitossanitários e de Produtos de Controle Ambiental, seus Componentes e Afins, bem como sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de defensivos fitossanitários e de produtos de controle ambiental, seus componentes e afins, e dá outras providências.

- **Projeto de Lei - PL nº 3729/04** - Dispõe que para a instalação de obra, empreendimento ou atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente, será exigido Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), com ampla publicidade; regulamentando a Constituição Federal de 1988.
- **Projeto de Lei - PL nº 3831/15** - Estabelece normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta, nas autarquias e nas fundações públicas dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- **Projeto de Lei - PL nº 5288/09** - Estabelece a inexigibilidade do cumprimento simultâneo dos requisitos de "utilização da terra" e de "eficiência na exploração" para comprovação da produtividade da propriedade rural.
- **Projeto de Lei - PL nº 6299/02** - Dispõe que o registro prévio do agrotóxico será o do princípio ativo; dá competência à União para legislar sobre destruição de embalagem do defensivo agrícola.
- **Projeto de Lei - PL nº 7180/14** - Inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa. Adapta a legislação à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, ratificada pelo Governo Brasileiro.
- **Projeto de Lei - PL nº 7181/14** - Dispõe sobre a fixação de parâmetros curriculares nacionais em lei com vigência decenal.
- **Projeto de Lei - PL 5487/16** - Institui a proibição de orientação e distribuição de livros às escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que verse sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes.
- **Projeto de Lei - PL 6005/16** - Institui o programa "Escola livre" em todo o território nacional.
- **Projeto de Lei - PL nº 6442/16** - Institui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências.
- **Projeto de Lei - PL nº 6787/16 (Reforma Trabalhista)** - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.
- **Projeto de Lei - PL nº 8933/17** - Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Base e Diretrizes da Educação Nacional, para dispor que o ensino sobre educação sexual somente será ministrado ao aluno mediante autorização dos pais ou responsáveis legais.
- **Projeto de Lei - PL nº 9957/18** - Acrescenta artigo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para coibir a doutrinação na escola.
- **Projeto de Lei - Projeto de Lei do Senado - PLS nº 278/16** - Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para dispor sobre o apoio aos educandos com deficiência nas instituições de ensino.
- **Projeto de Lei do Senado - PLS nº 116/17** - Regulamenta o art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal, para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável.

- **Portaria nº 3588/17 do Ministério da Saúde** - Altera as Portarias de Consolidação nº 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências.
- **Portaria nº 75/18 do Ministério da Fazenda**- Dispõe sobre a inscrição de débitos na Dívida Ativa da União e o ajuizamento de execuções fiscais pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- **Portaria nº 1129/17 do Ministério do Trabalho** - Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016.
- **Portaria nº 1293/17 do Ministério do Trabalho** - Dispõe sobre os conceitos de trabalho em condições análogas à de escravo e sobre a divulgação do Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo
- **Resolução nº 32/17 da Comissão Intergestores Tripartite** - Dispõe sobre o II Plano Operativo (2017-2019) das ações de saúde previstas na Política Nacional para a População em Situação de Rua no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Anexo ao Caderno de Textos

63º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional

TEMA CENTRAL: Por um projeto classista e democrático de educação pública: em defesa da gratuidade, autonomia e liberdade acadêmica.

Fortaleza (CE), 28 de junho a 1º de julho de 2018

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar
Brasília - DF
Fone: (61) 3962-8400

Gestão 2016/2018

Presidente: Eblin Farage

Secretário-Geral: Alexandre Galvão Carvalho

1º Tesoureiro: Amauri Fragoso de Medeiros

Diretores responsáveis por Imprensa e Divulgação: Luis Eduardo Acosta Acosta e Cláudio Rezende Ribeiro

home page: <http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

SUMÁRIO

TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DA(O)S TRABALHADOR(A)ES	
Texto 21 – Uma reflexão sobre a mobilidade urbana como um direito de todos e de todas - <i>Contribuição do professor Antonio Rosevaldo Ferreira da Silva (ADUFS-BA)</i>	
Texto 22 – Correção da remuneração em face do regime de trabalho de 40 horas e de 40 horas com dedicação exclusiva em razão da inconstitucionalidade parcial da Lei 13325/2016 - <i>Contribuição do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria – GTSSA da SEDUFSM</i>	
Texto 23 – Criação da Comissão Nacional de Docentes - <i>Contribuição do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria – GTSSA da SEDUFSM</i>	
Texto 24 – Migrantes venezuelanos: políticas de inserção no mercado de trabalho e ações de acolhimento por uma rede de solidariedade a classe trabalhadora - <i>Contribuição da Assembleia Geral da SESDUF-RR realizada no dia 30 de maio de 2018</i>	
Texto 25 – Reparação é direito: em defesa das cotas raciais nos concursos e no sindicato - <i>Contribuição da Assembleia da APUB realizada no dia 12 de junho de 2018</i>	
Texto 26 – Unir as lutas para emancipar a classe - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Elza Peixoto (APUB), Fernando Correa Prado (SESUNILA), Caroline Magalhães Lima (SINDUECE), Mario Mariano Ruiz Cardoso (ADUFVJM), Raquel Brito Sousa (SINDUECE), Rodrigo Castelo (ADUNIRIO).</i>	
Texto 27 – Pelo fim do ponto eletrônico nas Instituições Federais de Ensino - <i>Contribuição da Diretoria da ADCEFET-RJ: Marisa Brandão Rocha, Mariana Vitor Renou, Keila Lúcio de Carvalho, Vanessa de Oliveira Brunow, Cristiane Rosa Magalhães, Thomaz Estrella de Bettencourt, Renata Rufino da Silva e Renato Domingues Fialho Martins; e o Conselho de Representantes da ADCEFET-RJ: João Terêncio Dias, Marta Máximo Pereira, Valena Ribeiro Garcia Ramos, Leonardo de Bem Lignani, Maicon Jeferson da Rocha Azevedo, Leonardo Diniz do Couto, Diego Casais Moreira, Tais Silva Pereira, Rômulo Cesar Pereira de Castro, Thiago Rodrigues da Silva, Caroline Araújo Bordalo, Maria Aparecida Gonçalves Martinez, André Franklin Palmeira, Ricardo Alexandre Amar de Aguiar e Rafael Mello Barbosa.</i>	
Texto 28 – Trabalho de base e formação de GTs locais - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Deborah Fontenelle (diretoria Asduerj), Rosineide Freitas (conselho de representantes Asduerj), Rodrigo dos Reis (diretoria Asduerj), Lia Rocha (conselho de representantes Asduerj), Ana Carolina Feldenheimer (diretoria Asduerj), Guilherme Vargues (diretoria Asduerj), Dario Souza e Silva (diretoria Asduerj), Frederico Irias (diretoria Asduerj), Guilherme Abelha (diretoria Asduerj).</i>	
Texto 29 – A luta dos docentes do ensino superior contra os agrotóxicos - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s David Itonaga, Márcia Marzagão Ribeiro, Maria Regina Ferreira da Costa e Paulo de Oliveira Perna</i>	

<p>Texto 30 – Abaixo Ortega! Fora ditador assassino! - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Adriana Gomes (SESDUFRR) Ana Luiza Pereira (ADUFSCAR), Antônio Rodrigues Belon (ADLESTE), Antônio Luis da Silva Sousa (SINDCEFET-PI), Aritana Dutra (SINDCEFET-PI), Argus Vasconcelos de Almeida (ADUFERPE), Aureir Alves de Brito (ADUNEMAT), Daniel Sólon (ADCESP), Daniela Batista Santos (ADUNEB), Egmar Souza (SINDCEFET-PI), Gelta Xavier (ADUFF), Gihad Mohamad (SEDUFMS), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Marconis Fernandes Lima, (SINDCEFET-PI), Marcelo Barreto (ADUFEPE), Milton Mauad de Carvalho Camera Filho (ADUNEMAT), Patrícia Andrade (SINDCEFET-PI), Raphael Furtado (ADUFES), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Romildo Araújo (ADUFPI), Sandra Bernadete da Silva Moreira (ADUFPA), Sergio Darwich (SINDUEPA), Tomaz Boaventura (ADUFMAT), Valdeci Luiz Fontoura dos Santos (ADLESTE)</i></p>	
<p>Texto 31 – Fortalecer a campanha Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) a Israel - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Adriana Gomes (SESDUFRR) Ana Luiza Pereira (ADUFSCAR), Antônio Rodrigues Belon (ADLESTE), Antônio Luis da Silva Sousa (SINDCEFET-PI), Aritana Dutra (SINDCEFET-PI), Argus Vasconcelos de Almeida (ADUFERPE), Aureir Alves de Brito (ADUNEMAT), Daniel Sólon (ADCESP), Daniela Batista Santos (ADUNEB), Egmar Souza (SINDCEFET-PI), Gelta Xavier (ADUFF), Gihad Mohamad (SEDUFMS), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Marconis Fernandes Lima, (SINDCEFET-PI), Marcelo Barreto (ADUFEPE), Milton Mauad de Carvalho Camera Filho (ADUNEMAT), Patrícia Andrade (SINDCEFET-PI), Raphael Furtado (ADUFES), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Romildo Araújo (ADUFPI), Sandra Bernadete da Silva Moreira (ADUFPA), Sergio Darwich (SINDUEPA), Tomaz Boaventura (ADUFMAT), Valdeci Luiz Fontoura dos Santos (ADLESTE)</i></p>	
<p>TEMA III - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: SETORES</p>	
<p>Texto 32 – Atuação na luta por justiça para Marielle Franco e contra a intervenção federal militar - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Rosineide Freitas (conselho de representantes Asduerj), Deborah Fontenelle (diretoria Asduerj), Rodrigo dos Reis (diretoria Asduerj), Lia Rocha (conselho de representantes Asduerj), Ana Carolina Feldenheimer (diretoria Asduerj), Guilherme Vargues (diretoria Asduerj), Dario Souza e Silva (diretoria Asduerj), Frederico Irias (diretoria Asduerj), Guilherme Abelha (diretoria Asduerj).</i></p>	
<p>Texto 33 – Em defesa das Universidades Estaduais: lutar, resistir e conquistar - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Ada Raquel Teixeira Mourão (ADUFPI), Agostinho Junior Holanda Coe (ADUFPI), Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Alessandra Carrijo (ADUNIOESTE), Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES), Ana Jovina Oliveira Vieira de Carvalho (ADUNEB), Ana Margarete Gomes da Silva (ADUNEB), Ângela Maria Camargo Rodrigues (ADUNEB), Antônio Joaquim Rodrigues Feitosa (ADUFPB), Cássia Hack (SINDUFAP), Cecília Maria Mourão Carvalho (ADUNEB), Celi Taffarell (APUB), Cláudio Lira (APUB), Cosme Uilson Ferreira de Carvalho (ADUNEB), Cristiane Gomes Ferreira (ADUNEB), Domingos Sávio Garcia (ADUNEMAT), Edineiram Marinho Maciel (ADUNEB), Edite de Faria (ADUNEB), Eduardo Forneck (APROFURG), Elília Camargo Rodrigues (ADUNEB), Eudes Baima (SINDUECE), Fábio Venturini (ADUNIFESP), Flávia Lorena de Souza Araújo (ADUNEB), Geversson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Gilberto Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota (ADUFPA), Helder Molina (ASDUERJ), Jaaziel de carvalho Costa (ADUFPI), Janeide Bispo dos Santos (ADUNEB), José Ricardo Moreno Pinho (ADUNEB), José Tarcísio Lima (ADUFLA), Jurandir Goncalves Lima (ADUFPI), Leni Hack (ADUNEMAT), Liana Gonçalves Pontes Sodrê (ADUNEB), Liliam Faria Porto Borges (ADUNIOESTE), Lisleandra Machado (APESJF), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC), Luiz Gonzaga Falcão Vasconcelos (ADUFU), Luiz</i></p>	

<p><i>Rojo (ADUFF), Luzeni Ferraz de Oliveira Carvalho (ADUNEB), Maira Portofé de Mello (ADUNEB), Maria Almeida de Oliveira (ADUNEB), Maria Geovanda Batista (ADUNEB), Maria Nalva Rodrigues de Araujo Bogo (ADUNEB), Marize Carvalho (APUB), Marcelo Neves Costa (ADUNEB), Márcio Alexandre da Silva Pinto (ADUFU), Marcos Luciano Lopes Messeder (ADUNEB), Núbia dos Reis Ramos (ADUNEB), Osmar Moreira dos Santos (ADUNEB), Paulo Humberto Porto Borges (ADUNIOESTE), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Marco Aurélio Gomes de Oliveira (SESDUFT), Marcos Arcoverde (ADUNIOESTE), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Marluce Freitas de Santana (ADUNEB), Paulino Orso (ADUNIOESTE), Raydelson dos Santos (ADUNEB), Rosalvo (ADUNIOESTE), Sérgio Murilo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Silvana Souza (ADUNIOESTE), Tarcísio Fernandes Cordeiro (APUR), Tiago Nicola Lavoura (ADUSC), Verbena Mourão Lopes (ADUNEB), Viviane dos Santos Carvalho (ADUNEB)</i></p>	
<p>TEMA IV: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS</p>	
<p>Texto 34 – Comissão da Verdade do ANDES-SN (CV) - <i>Diretoria do ANDES-SN</i></p>	
<p>Texto 35 – É preciso avançar nos instrumentos de luta e divulgação da classe trabalhadora: precisamos de uma nova revista para o Sindicato - <i>Contribuição do professor Hélvio Alexandre Mariano, sindicalizado da Adunicentro Seção Sindical.</i></p>	
<p>Texto 36 – Um olhar para o futuro sem esquecer o passado: precisamos avançar na participação dos sindicalizados nas instâncias do Sindicato Nacional - <i>Contribuição do professor Hélvio Alexandre Mariano, sindicalizado da Adunicentro Seção Sindical.</i></p>	
<p>Texto 37 – Repasses das seções sindicais - <i>Diretoria do ANDES-SN</i></p>	

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado como proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DA(O)S TRABALHADOR(A)ES	
TR 21 – Uma reflexão sobre a mobilidade urbana como um direito de todos e de todas	
TR 22 – Correção da remuneração em face do regime de trabalho de 40 horas e de 40 horas com dedicação exclusiva em razão da inconstitucionalidade parcial da Lei Nº 13325/2016	
TR 23 – Criação da Comissão Nacional de Docentes	
TR 24 – Migrantes venezuelanos: políticas de inserção no mercado de trabalho e ações de acolhimento por uma rede de solidariedade a classe trabalhadora	
TR 25 – Reparação é direito: em defesa das cotas raciais nos concursos e no sindicato	
TR 26 – Unir as lutas para emancipar a classe	
TR 27 – Pelo fim do ponto eletrônico nas Instituições Federais de Ensino	
TR 28 – Trabalho de base e formação de GTs locais	
TR 30 – Abaixo Ortega! Fora ditador assassino!	
TR 31 – Fortalecer a campanha Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) a Israel	
TEMA III - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: SETORES	
TR 32 – Atuação na luta por justiça para Marielle Franco e contra a intervenção federal militar	
TR 33 – Em defesa das Universidades Estaduais: lutar, resistir e conquistar	
TEMA IV: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 35 – É preciso avançar nos instrumentos de luta e divulgação da classe trabalhadora: precisamos de uma nova revista para o Sindicato	
TR 36 – Um olhar para o futuro sem esquecer o passado: precisamos avançar na participação dos sindicalizados nas instâncias do Sindicato Nacional	

Tema II: Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização da(o)s trabalhadora(e)s

TEXTO 21

Contribuição do professor Antonio Rosevaldo Ferreira da Silva (ADUFS-BA)

UMA REFLEXÃO SOBRE A MOBILIDADE URBANA COMO UM DIREITO DE TODOS E DE TODAS

TEXTO DE APOIO

A cidade do século XXI representa com maior intensidade o palco das contradições capitalistas. Nela ocorre a reprodução do Capital lucrando com a submissão imposta aos trabalhadores e trabalhadoras. A cidade na prática é um grande negócio e o transporte é o serviço que viabiliza a efetivação das reproduções capitalistas. Basta observar que existe oferta de transporte público nos dias úteis em quantidade suficiente para mobilizar a força de trabalho para servir o Capital. Quando não interessa aos detentores da dominação capitalista, aos domingos e feriados, se reduz a quantidade ofertada em todas as cidades brasileiras. Aos trabalhadores é ofertado apenas transporte nos momentos de ‘pico’, para atender a Demanda do Capital. Milhares de pessoas se deslocam para trabalho, educação, saúde e lazer. O último motivo o lazer, não é de interesse dos capitalistas daí que a falta de oferta do serviço de transporte em dias que não se realizam negócios.

A mobilidade urbana ganhou destaque nos últimos anos quando se discute a cidade. Existe um consenso que se precisa melhorar a circulação das pessoas, diminuindo o tempo de deslocamento e ampliando a infraestrutura dos equipamentos urbanos. Na verdade, se investe em infraestrutura, pois os patrões não querem atraso dos empregados e querem celeridade na circulação de mercadorias, para com isso poderem mais rapidamente maximizar seus lucros.

Assim como a saúde é essencial para “garantir a vida”, a educação fundamental para “crescer na vida”, a mobilidade urbana significa liberdade para acessar a cidade e tudo que ela pode oferecer. Negar esse direito é simplesmente segregar, discriminar. Por exemplo, quando se constrói um conjunto residencial para trabalhadores de baixa renda, estes em sua maioria são alocados numa periferia, dificultando a sua mobilidade física. Esta discriminação é machista e racista a partir do momento que as mulheres são mais atingidas no seu direito a cidade pois utilizam menos o transporte motorizado individual e mais o transporte coletivo. Racista ainda no sentido de que trabalhadores negros e trabalhadoras negras sofrem mais com o baixo salário e em consequência são os mais excluídos no direito ao deslocamento. Basta observar nas grandes cidades o sexo e a cor das pessoas que dormem nas ruas para economizar o dinheiro da passagem.

A mobilidade apresentada brevemente no parágrafo anterior, desperta o imaginário das pessoas, reforçado em propagandas de motocicletas e automóveis em detrimento da quase inexistência de apologia ao uso do transporte público. O fato é tão preponderante que os próprios movimentos e coletivos progressistas de certa forma reproduzem o efeito. Podemos sempre observar que se luta por Saúde e Educação pública, GRATUITA e de qualidade e isto é muito importante. Entretanto, na questão dos

transportes, apenas se defende Transporte público e de qualidade. A palavra GRATUITA desaparece das lutas de quem não está diretamente envolvido ou envolvida com o tema.

Outro fator a ser considerado é o ato de caminhar pelas cidades. Um ser humano tem uma peculiaridade interessante, caminha diferente de acordo a idade. Uma criança de um ano de idade, caminha diferente de uma pessoa com oitenta anos e isso demanda uma cidade adaptada para todos. As calçadas brasileiras não favorecem o caminhar diverso das pessoas, que deve ser a razão de viver numa cidade: poder acessar o que de melhor ela oferece. O caminhar é o principal meio de deslocamento da cidade, todos somos pedestres em algum momento do dia e isso tem de ser buscado e melhorado. Mas, as cidades brasileiras nos últimos vinte anos fizeram exatamente o inverso, se privilegiou o transporte motorizado individual com investimentos em infraestrutura urbana que privilegiam o automóvel em detrimento dos demais modais. Isso tem feito com que os custos operacionais da cidade tenham se elevado em demasia e excluído cada vez mais os trabalhadores e trabalhadoras. Os congestionamentos têm elevado o índice de poluição nos centros urbanos, basta simular que numa cidade como Fortaleza, transferir o público usuário de 70% dos automóveis licenciados no município para os ônibus do transporte público, se conseguirá economizar 54% dos metros quadrados utilizados da área do município, uma redução de 41% no consumo de energia, 32% de redução nos poluentes locais e 21% a menos de CO₂. Enfim, a questão da mobilidade urbana é por demais inerente aos temas a serem debatidos no âmbito de um sindicato classista, e lutar por um transporte PÚBLICO, GRATUITO E DE QUALIDADE.

TR – 21

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera :

Aprofundar no GTPAUA, o debate sobre mobilidade urbana, com o objetivo de contribuir para a construção de um espaço urbano não excludente, permitindo o acesso da população a cidade, inclusive aos lugares que são voltados apenas a classe dominante. E que o GTPAUA possa debater sobre mecanismos de melhoria dos transportes públicos nacionais a exemplo de estudos sobre tarifas e sistemas de mobilidade urbana.

TEXTO 22

Contribuição do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria – GTSSA da SEDUFMS

CORREÇÃO DA REMUNERAÇÃO EM FACE DO REGIME DE TRABALHO DE 40 HORAS E DE 40 HORAS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA EM RAZÃO DA INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL DA LEI 13325/2016

TEXTO DE APOIO

Os Professores da atual Carreira do MAGISTÉRIO FEDERAL (Carreira do Magistério Superior e da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico) tiveram suas carreiras criadas com a edição da Lei n. 7.596/87 e efetivamente instituída pelo Decreto n 96.664/87, que estruturou o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, o PUCRCE. Durante sua trajetória sofreu sucessivas reestruturações que efetivamente levaram a várias perdas, dentre elas, a perda da relação entre os regimes de trabalhos: 20 h, 40h e 40 h com DE. Nesse sentido, propõem-se ações que viabilizem a **CORREÇÃO da remuneração em face do Regime de Trabalho de 40 h e de Dedicção Exclusiva (DE) proporcionalmente ao Regime de Trabalho de 20 h** na tabela da LEI 13.325/2016, Anexo IX, com base no PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL da ISONOMIA, RAZOABILIDADE, PROPORCIONALIDADE e da PROIBIÇÃO CONSTITUCIONAL de REDUÇÃO DE VENCIMENTOS, ainda que esta redução ocorra de Forma Indireta. Justifica-se tal solicitação tendo em vista que ambos os profissionais desenvolvem o **MESMO TRABALHO e OCUPAM O MESMO CARGO**, apenas alterando a carga horária. Foi constatado, que a hora de trabalho no Regime de 40 h sofreu redução em relação ao de 20 h, o que fere a Constituição Federal, *no Art. 37 que estabelece:*

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União,[...] obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/1998)

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

Conforme NOTA TÉCNICA WAA/SM N 11/2018 “A teor da Constituição Federal tratando-se, portanto, de cargos com natureza, responsabilidade, complexidade, requisito para investidura e peculiaridades similares, a o dever da Administração de observar a necessária correspondência entre os padrões de vencimento e as demais verbas remuneratórias”.

Desta forma, a Lei 13325/2016 é inconstitucional no que se refere ao Regime de Trabalho de 40h e de 40h com DE. Além disso e, como agravante, o regime de 40 h com Dedicção Exclusiva (DE) restringe a possibilidade do professor do Magistério Federal (**Carreira do Magistério Superior e da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico**) de compensar a deterioração do seu salário, ganhando de forma **MUITO INFERIOR** ao regime de 20 horas. Para solucionar tal discrepância, é necessário corrigir a TABELA do Anexo IX, da lei 13325/2016, da seguinte forma:

ATUALMENTE (ANEXO IX DA LEI 13325/2016)

Tabela 01:Variação Percentual da Remuneração em relação à Jornada de 20horas.

Atual		Agosto de 2017		Agosto de 2018		Agosto de 2019	
Dedicção Exclusiva	100%	Dedicção Exclusiva	100%	Dedicção Exclusiva	100%	Dedicção Exclusiva	100%
40 HORAS	100,00%	40 HORAS	100,00%	40 HORAS	100,00%	40 HORAS	100%

SUGESTÃO DE MODIFICAÇÃO

Tabela 01:Variação Percentual da Remuneração em relação à Jornada de 20 horas

40 HORAS	DE
100%	155%

Esses PERCENTUAIS CORRESPONDEM AOS MESMOS QUE OS PROFESSORES FEDERAIS (**Carreira do Magistério Superior e da Carreira do Ensino de 1º e 2º graus**) RECEBIAM ANTES DE TEREM SUA **CARREIRA DESESTRUTURADA (com estrutura física ampliada) E DESVALORIZADA (com aumento de atribuições e remuneração salarial condicionada a uma tabela remuneratória), ALÉM DE SEGUIR OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ISONOMIA, RAZOABILIDADE, PROPORCIONALIDADE DE VENCIMENTO E da PROIBIÇÃO CONSTITUCIONAL de REDUÇÃO DE VENCIMENTOS**, ainda que esta redução ocorra de Forma Indireta.

Dessa forma o Regime de Trabalho fica:

1. Regime de Trabalho sem Dedicção de Exclusiva.

§ 1º - Com tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho;

§ 2º - **Os docentes em regime de 20 (vinte) horas poderão ser temporariamente vinculados ao regime de 40 (quarenta) horas após a verificação de inexistência de acúmulo de cargos e da existência de recursos orçamentários e financeiros para as despesas decorrentes da alteração do regime, considerando-se o caráter especial da atribuição do regime de 40 (quarenta) horas com valorização de um acréscimo de 100% sobre o regime de 20 horas.**

2. Regime de Trabalho de 40 h com Dedicção Exclusiva (DE).

§1º Cumprimento em 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, com dedicação às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional;

§2º Valorização de 155% sobre o Regime sem Dedicação Exclusiva (20 horas);

§3º Impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada com as exceções previstas na Lei N. 13325/2016;

Retorno de seis meses de licença sabática, assegurada à percepção da remuneração do respectivo cargo ou emprego de carreira, para docentes que atuam no Regime de Dedicação Exclusiva -DE por um período de dois anos.

TR- 22

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

Requer a correção da remuneração em face do regime de trabalho de 40 horas e de 40 horas com Dedicação Exclusiva em razão da inconstitucionalidade parcial da Lei 13325/2016.

TEXTO 23

Contribuição do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria – GTSSA da SEDUFMS

CRIAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE DOCENTES

TEXTO DE APOIO

A Lei Nº 11344/2006 reestruturou as Carreiras do Ensino Superior e do Magistério de 1º e 2º Graus.

Na carreira do Magistério Superior, reestruturou em:

I Professor Titular;

II Professor Associado;

III Professor Adjunto;

IV Professor Assistente; e

V Professor Auxiliar.

Desta forma ao alterar a estrutura física da Carreira do Magistério Superior, criando a Classe do Professor Associado, totalizando dezesseis níveis, à lei estabeleceu um tempo maior para o professor chegar ao final da carreira, e alterou para uma classe inferior (com quatro níveis), a posição dos docentes aposentados, que se aposentaram no topo da carreira, Professor Adjunto IV (Professor Titular não fazia parte da carreira), bem como aos demais, ocasionando perdas significativas porque esta transposição não guardou a mesma relação com a situação na carreira antiga.

Já, para o Magistério de 1º e 2º graus, reestruturou em seis classes - A, B, C, D, E e Classe Especial. Também, ao criar a classe especial, totalizando dezesseis níveis, à lei estabeleceu um tempo maior para o professor chegar ao final da carreira, e alterou para uma posição inferior, por ocasião da aposentadoria, a ocupada pelos docentes aposentados e consequentemente perdas.

Em 2008, novamente, os professores federais têm sua carreira reestruturada, principalmente os professores de 1º e 2º graus, os quais têm tanto a denominação de sua carreira alterada de Magistério de 1º e 2º Graus para Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) – quanto as suas atribuições, através da Medida Provisória Nº 431/ 2008, que foi convertida na Lei Nº 11784/2008.

Nessa trajetória de reestruturação, já se evidenciava perdas para categoria: pela alteração na estrutura física da carreira e o aumento de atribuições do professor, que em grande parte comprometeu o planejamento das atividades educadoras e lesou a identidade do professor, transformando muitas vezes esse profissional em um instrutor.

Posteriormente, através da Lei Nº 12772/2012, os docentes do Magistério Superior e do EBTT passaram a fazer parte da estrutura do Plano de Carreira e Cargos de Magistério Federal.

Finaliza-se esta trajetória de aproximadamente trinta anos com a Lei Nº 13.325/2016, na qual se tem novamente alterado a valorização do Regime de Trabalho do docente do Magistério Superior e do docente do Ensino Básico Técnico e Tecnológico.

Nestas reestruturações fica evidenciada a inexistência de representação técnica das categorias quando da formulação das mesmas o que se fez refletir em significativas perdas, principalmente aos professores aposentados.

TR - 23

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

Criar uma Comissão Nacional de Docentes – CND - vinculada ao MEC, com a finalidade de formular proposta de carreira, acompanhar, assessorar e avaliar a sua implementação, para o professor federal composta, paritariamente, por representantes do MEC (Ministério de Educação), dirigentes das IFES e entidade representativa da categoria: ANDES-SN (membros titulares da CND do ANDES).

TEXTO 24

Contribuição da Assembleia Geral da SESDUF-RR realizada no dia 30 de maio de 2018

MIGRANTES VENEZUELANOS: POLÍTICAS DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E AÇÕES DE ACOLHIMENTO POR UMA REDE DE SOLIDARIEDADE A CLASSE TRABALHADORA

TEXTO DE APOIO

Em sua trajetória de estruturação, a economia brasileira representa composições como resultado de diversos fluxos migratórios, o que contribuiu por uma formação advinda de múltiplas influências. Esta condição comporta elementos de opressão e desigualdade que marcam as relações de poder neste território. Identifica-se neste processo a migração forçada de africanos para o trabalho escravo, a utilização de grupos migrantes como forma de opressão e de expulsão de grupos tradicionais e os trabalhadores da lavoura cafeeira como mão-de-obra para a indústria incipiente. Todavia, recentemente agrega-se aos fluxos migratórios um contingente das populações síria, colombiana, peruana, haitiana, cubana e com significativo impacto, o povo venezuelano. Este fluxo migratório compõe o cenário de uma diversidade que implica na necessidade urgente de ações de integração para o acolhimento da classe trabalhadora em nossa realidade socioeconômica, política e cultural.

A migração de venezuelanos para o Brasil começou a intensificar-se a partir de 2015, como consequência do aprofundamento de conflitos políticos, sociais e econômicos naquele país. Índices econômicos baixíssimos, instabilidade política e quadros de violência social alarmantes fomentaram o agravamento da situação. Ademais, o colapso do modelo chavista, a baixa do preço do barril do petróleo no mercado internacional e ainda, o boicote à importação de produtos, contribuiu para que o país entrasse em um processo de desabastecimento, com escassez de produtos básicos nas prateleiras dos supermercados, farmácias e hospitais. Soma-se a isso o aprofundamento da crise hídrica na região do Rio Orinoco e no Vale de Caracas.

Em decorrência destes acontecimentos houve um aumento gigantesco de pedidos de refúgio na Polícia Federal em Boa Vista (RR). Em 2015 foram 280 solicitações. Já em 2016, atingiu 3.312 pedidos. Em 2017 as solicitações atingiram 17.130. Além desse quantitativo há os pedidos de residência temporária e um número significativo de migrantes irregulares (Polícia Federal, janeiro/2018). Em 2017, devido à grande demanda, o governo federal abriu a possibilidade de solicitação de residência temporária sem a cobrança das taxas, mas mesmo assim, as solicitações de refúgio superaram os pedidos de residência temporária. Diariamente, mais de 200 pessoas se aglomeram nas madrugadas em frente ao prédio da Polícia Federal em Boa Vista para entrar com pedido de refúgio ou residência temporária.

Este processo de migração do povo venezuelano para o Brasil está demandando ações mais imediatas para minimizar sua vulnerabilidade. O estado de Roraima, que faz

fronteira com a Venezuela, possui limitações físicas e estruturais para um melhor acolhimento e absorção no mercado de trabalho. A presença massiva dos migrantes em Boa Vista é evidente. Estão trabalhando em empresas, no comércio e como vendedores ambulantes nas ruas e praças. Aglomeram-se em cada esquina pedindo trabalho ou mendigando. Outros estão nas portas dos supermercados e restaurantes em busca de comida e milhares dormem nas ruas, principalmente em praças. As crianças e adolescentes, quando conseguem vaga, estão nas escolas estaduais e municipais. Contudo, muitos estão nas ruas, sozinhos ou acompanhados dos pais, pedindo dinheiro, comida ou trabalho. Em situação de maior vulnerabilidade encontram-se os indígenas Warao, que sofrem duplamente o preconceito da sociedade, seja por sua condição de refugiados indígenas ou de pedintes nas ruas.

Os abrigos abertos pelo governo estão superlotados há meses. Nas casas alugadas por migrantes, vivem sob o mesmo teto uma quantidade exagerada de pessoas em situação de extrema penúria. Segundo o governo do Estado e as organizações sociais que trabalham com migrantes, estima-se até o momento, que entraram cerca de 50 mil migrantes no estado de Roraima. As primeiras iniciativas de acolhimento e apoio aos refugiados se deram no âmbito da sociedade civil, principalmente no campo das organizações religiosas, nos anos de 2015 e 2016.

As condições de vida dessa população carecem de ações de políticas públicas mais efetivas por parte dos poderes públicos, municipal, estadual e federal. As medidas e ações são bastante limitadas e agrava-se mais ainda em razão do momento eleitoral. A partir desse quadro, é a solidariedade das pessoas e dos movimentos sociais, entidades sindicais e outras organizações que está contribuindo para que tenham o mínimo de dignidade para seguirem de pé e com esperança em alguma mudança.

Entretanto, mesmo com essas ações de solidariedade observa-se em diversas situações que esses migrantes são, muitas das vezes, vítimas de preconceito e xenofobia propagados por alguns grupos, os quais tentam implementar nos diversos segmentos sociais, a falsa ideia de que a migração internacional trará aos brasileiros insegurança e desemprego. Por meio desse discurso, tais grupos de direita conseguem omitir a sua responsabilidade nos processos de debilitação das condições de vida dos trabalhadores e justificam medidas que tolhem a liberdade e os direitos dos segmentos sociais mais oprimidos.

De fato, a situação dos venezuelanos necessita de ação por parte dos poderes públicos. Contudo, não é uma tarefa muito fácil para os brasileiros, especialmente para os mais pobres, assistirem a essas ações quando tem-se tantos problemas mal solucionados ou mesmo esquecidos pelas autoridades. É notável que muitos daqueles que se opõem ao ingresso totalmente descontrolado de venezuelanos no nosso Estado, no geral, são pessoas de boa condição econômica e social. Muitos não precisam disputar vagas em hospitais ou escolas públicas. Já a população mais carente, que de fato mais sofre com a falta de serviços públicos, esta tem se inclinado para o fechamento da fronteira.

Políticas de acolhimento e proteção

As organizações da sociedade civil apresentaram um relatório em janeiro de 2018 para representantes do Conselho Nacional de Direitos Humanos, apontando a ausência de políticas públicas de acolhimento, a omissão do Governo Federal e a desarticulação das ações do governo estadual e municipal. Em contrapartida, o Governo Federal implementou um plano de controle de fluxo migratório sob direção do Exército. Assim, há quatro abrigos públicos em Boa Vista (RR). Está prevista a implantação de mais 11

abrigos em Pacaraima (RR) com capacidade para 500 pessoas cada. Todos os abrigos são geridos pelo exército. O abrigo mais antigo é o de refugiados indígenas, cujo contingente mais expressivo são os Warao. Até à chegada do exército, a gestão do abrigo estava a cargo da ONG Fraternidade Internacional em conjunto com uma equipe técnica da Secretaria do Bem Estar Social do Governo do Estado.

Em vez de política de acolhimento, proteção e inserção laboral o Governo Federal inicia uma política de controle militar do fluxo migratório. O Presidente da República criou o Comitê Federal de Assistência Emergencial em fevereiro de 2018, composto por vários ministérios. Conta com representantes do Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), mas não conta com representantes da sociedade civil organizada, nem do governo do Estado ou das prefeituras.

Para gerir a política de acolhimento, o presidente da república encarregou ao exército e nomeou um general para presidir o comitê e o orçamento previsto para a ação humanitária. Na prática, os militares assumiram o controle da política de estado no tocante ao fluxo migratório. O exército assumiu os abrigos de refugiados e está implantando mais uma dezena de abrigos; bem como assumiu a seleção e o traslado dos migrantes solicitantes de refúgio para outras regiões do país. Em tempos de avanço das forças reacionárias e autoritárias na política brasileira, estamos diante de uma intervenção militar camuflada em Roraima.

Inserção no mercado de trabalho: desemprego e exploração

Segundo estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2016, a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes se inserem nos setores e atividades econômicas que possuem os piores salários e condições de trabalho. Isso acontece com a mão de obra qualificada vinda de Cuba, Haiti e Venezuela, à medida que seus títulos/certificados não são reconhecidos no Brasil. Trabalhos parciais, eventuais, temporários e subcontratados são práticas usuais e legais na economia globalizada. Por esta razão, o trabalho informal sem proteção social acaba sendo a alternativa para a maioria dos trabalhadores refugiados.

De acordo com o relatório entregue pelas organizações sociais aos representantes do Conselho Nacional de Direitos Humanos em 26 de janeiro de 2018: nas vias públicas, assim como nos portões das casas, migrantes imploram por trabalhos, seja de forma oral, seja segurando cartazes com dizeres de pedidos. Tal situação levou o Estado a um grande aumento de mão de obra barata e competição por postos de emprego. Além disso, são reportadas pelos migrantes diversas situações de subempregos em condições análogas à escravidão (não pagamento de salário ao final do trabalho, sem direitos trabalhistas, situações insalubres e outras) e aliciamento para a prostituição de adultos e menores.

O empresariado por sua vez ganhou maior oferta de mão de obra qualificada, aumento de consumidores e barateamento da força de trabalho com a chegada massiva de refugiados. Está havendo um processo de substituição da mão de obra brasileira pela força de trabalho venezuelana. Isso tem ocorrido por ser uma mão de obra mais barata e que necessita urgentemente de renda. As organizações empresariais fazem silêncio sobre a temática e se isentam de qualquer responsabilidade social.

No quadro dessa grande vulnerabilidade merece destaque a situação das profissionais do sexo. A prostituição nas ruas de Boa Vista ganhou maior visibilidade e notoriedade com a migração venezuelana. Em 2017, vários cárceres privados de prostitutas foram desmantelados pela Polícia Federal no Estado. Espancamentos, estupro, tentativas de homicídio e desaparecimentos, também foram registrados em Roraima pela polícia. Além disso, há o descaso por parte de policiais quando são feitos boletins de ocorrências. Os mais vulneráveis tornam-se ainda mais invisíveis. Atualmente, discute-se um projeto de extensão na Universidade Federal de Roraima voltado para defesa pessoal e apoio psicológico às prostitutas, travestis, transexuais e mulheres vítimas de violência sexual.

Ações de acolhimento pela Universidade Federal de Roraima – UFRR e Seção Sindical dos Docentes da UFRR - SESDUF-RR

Em abril de 2018 foi inaugurado um Centro de referência sob direção do ACNUR, na Universidade Federal de Roraima – UFRR, para atendimentos voltados à regularização dos migrantes, bem como orientações jurídicas. A UFRR está desenvolvendo um conjunto de ações de acolhimento, proteção e inserção dos migrantes na sociedade local desde 2017. Estas iniciativas surgiram de forma espontânea entre alunos e professores, que a partir de suas áreas de estudo puderam atuar com práticas de ações solidárias como resposta às demandas sociais que o processo migratório apresenta. O trabalho em rede com outros órgãos federais e organizações da sociedade civil foi se configurando em torno das necessidades cotidianas das ações.

Dentre as ações locais de acolhimento desenvolvidas na UFRR, temos: oficinas de direitos das crianças e adolescentes refugiadas; senso epidemiológico dos refugiados em Roraima; processo seletivo de vagas remanescentes para refugiados; recreação para crianças; danças circulares, aulas de yoga e capoeira; monitores mirins de espanhol; orientação jurídica e sociolaboral; campanha de sensibilização escola/ensino médio; encontros psicossociais sobre interculturalidade em escolas municipais; intervenções urbanas; oficinas sobre adolescência e sexualidade; oficinas pedagógicas; aulas de português nos abrigos para refugiados indígenas; aulas de português instrumental para o mercado de trabalho; produção videodocs e curtas; exposição fotográfica; e assessoramento na rede de produção de artesanatos dos indígenas Warao. Esse conjunto expressivo de ações colocou a UFRR como referência na questão migratória.

A SESDUF-RR está envolvida diretamente nesse contexto, a partir da ação de seus professores sindicalizados. Nas ações de ajuda humanitária há o comprometimento com a intervenção do trabalho dos professores e com apoio financeiro. Neste sentido, foi demandado o apoio do ANDES-SN, por meio da Regional Norte 1. A CSP-Conlutas também está envolvida nessa corrente de ajuda humanitária. Foi lançada a campanha: “Nenhum ser humano é ilegal. Migrar é um direito”. Para cumprir um calendário de várias atividades em solidariedade aos trabalhadores venezuelanos, a CSP-conlutas encaminhou uma delegação a Roraima, nos dias 11 a 15 de junho, que juntamente com outras organizações sociais farão um diagnóstico mais acurado da situação desses trabalhadores.

Reconhece-se que as demandas são crescentes, seja no apoio a compra de material e alimentação para os refugiados, na atuação concreta de apoio financeiro ou em inúmeras atividades que demandam a atuação da sociedade. E neste contexto, a SESDUF-RR por meio de sua diretoria e de seus professores sindicalizados, está atuando em nível mais direto, por localizar-se no Estado que está sendo mais impactado por esse processo. Já

foram realizadas companhias de arrecadação de recursos financeiros, ação de apoio à venda dos artesanatos dos indígenas Warao, inclusive no 37º Congresso do ANDES em Salvador; apoio a eventos locais para venda de artesanatos e arrecadação de recursos; arrecadação de material e comida, produtos de higiene para as mulheres, material para a construção de barracas em praças públicas, entre outras ações mais urgentes.

Por verificarmos que a situação dos migrantes se agrava mais a cada dia, necessitamos da solidariedade e apoio de todo o ANDES-SN, para seguirmos atuando, no sentido de contribuirmos a minimizar essa grande fragilidade em que se encontram os trabalhadores migrantes. Nós da SESDUF-RR conclamamos ao ANDES-SN, apoio às ações que já estão sendo desenvolvidas, assim como as que serão demandadas. A solidariedade com a classe trabalhadora é parte da nossa luta rumo à construção de um mundo mais igualitário. Portanto, políticas e ações precisam ser desenvolvidas em nível nacional, como parte da nossa solidariedade de classe. A SESDUF-RR como parte do ANDES-SN entende que é necessário que haja uma rede de solidariedade e apoio a esses trabalhadores migrantes, em que encampe a atuação de todo o ANDES-SN.

Nessa perspectiva, faz-se necessário que as Universidades e seus quadros, Seções Sindicais, regionais e a Diretoria do Andes-SN, impliquem-se com a responsabilidade de problematizar essa realidade, no sentido de lutar pela garantia de direitos dos migrantes terem uma vida mais digna em nosso País. Temos que lutar pelo acesso dos migrantes às universidades públicas e de qualidade; buscar a integração dessas pessoas nas diversas localidades brasileiras em que possamos nos fazer presentes e desenvolver ações contrárias à exploração desses trabalhadores no mercado de trabalho. Portanto, entende-se que nossa luta deve dar ênfase irrestrita a essa causa, pois os migrantes são tão vítimas quanto nós de um sistema opressor que só anseia assegurar aos donos do poder econômico os maiores lucros, mesmo que às custas da dignidade da vida dos mais vulneráveis.

TR – 24

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Articular com a CSP-Conlutas e demais organizações e entidades representativas de estudantes, trabalhadores e do movimento popular, o aprofundamento das ações de acolhimento e de inserção no mercado de trabalho dos migrantes venezuelanos, assim como, que seja reivindicado a efetivação de políticas em nível nacional, estaduais e municipais, no sentido de minimizar os problemas enfrentados por todos trabalhadores envolvidos nesse contexto.
2. Que as seções sindicais e secretarias regionais do Andes-SN, acompanhem a situação dos migrantes venezuelanos que estão sendo deslocados para outros Estados, no sentido de:
 - a) Conhecer as condições em que esses trabalhadores se encontram;
 - b) Dar visibilidade aos grupos migratórios nas cidades e regiões;
 - c) Denunciar situações análogas ao trabalho escravo.
3. Que o Andes-SN realize uma campanha de ajuda humanitária ao povo venezuelano, para contribuir com apoio financeiro nas ações que estão sendo desenvolvidas no âmbito da SESDUF-RR.
4. Mobilizar as seções sindicais e secretarias regionais, a dar apoio às ações da SESDUF-RR no processo de ajuda humanitária aos migrantes indígenas, referente às

políticas de escoamento dos seus artesanatos, para que tenham alternativa de renda local e não necessitem deslocarem para outros Estados do Brasil.

5. Que as seções sindicais reivindiquem nas suas universidades, possíveis medidas que minimizem a dificuldade intrínseca destes grupos migratórios, tais como cursos de idiomas específicos, gratuidade na revalidação de diplomas, vagas especiais e outras ações oriundas da realidade local.

REFERÊNCIAS

ACNUR – Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para Refugiados: **Centro de Referência para Refugiados e Migrantes em Roraima.** www.unhcr.br. Acesso em 26/05/2018.

GEIFRON – Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteira. **A Xenofobia Contra os Migrantes:** uma nova forma de opressão sobre a classe trabalhadora, UFRR, 2017.

LIMA, José Carlos Franco. **Migrantes em Roraima (Brasil) II:** Entre ações de acolhimento, proteção e inserção e o controle militar do fluxo migratório. Boa Vista, UFRR, 2018.

OIT – Organização internacional do Trabalho. **Relatório Global sobre os Salários 2016/17:** desigualdade salarial no local de trabalho. http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/rel_global_salarios_2016_pt_web.pdf. Acesso em: 27/05/2018.

POLICIA FEDERAL. **Refúgio.** <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/refugio/refugio-termo-de-solicitacao>. Acesso em 28/05/2018.

REPARAÇÃO É DIREITO: EM DEFESA DAS COTAS RACIAIS NOS CONCURSOS E NO SINDICATO

TEXTO DE APOIO

Considerando que o 37º Congresso do ANDES-SN deliberou “Lutar pela aplicação da Lei no 12.990/2014 (Lei de cotas no serviço público), defendendo a sua aplicação sobre o total de vagas dos editais lançados pela universidade, garantindo assim a efetiva aplicação da lei, e a mudança no perfil étnico-racial docente das instituições de ensino, no âmbito das lutas pela democratização e diminuição das desigualdades sócio-raciais”.

Considerando que as IFES têm apresentado inúmeras barreiras para efetiva aplicação da Lei nº 12.990/2014, sobretudo, com a estratégia de fragmentação dos concursos por disciplina e/ou áreas o que, na prática, inviabiliza as cotas para negras e negros;

Considerando que algumas IFES tem buscado implementar a Lei de variadas maneiras a exemplo da UFGD que garante as vagas para cotas por meio de sorteios entre o conjunto de vagas disponíveis em edital, independente da divisão por disciplinas e/ou áreas, mostrando que é possível construir alternativas que viabilizem ;

Considerando que é preciso avançar no combate ao racismo institucional nas IFES e implementar, efetivamente, a política de reparação histórica-social em relação ao povo negro;

Considerando que a luta pela diminuição das desigualdades sócio-raciais incorpora também a luta dos povos indígenas e quilombolas e que esses também lutam por reparações históricas e pelo acesso à carreira docente nas IFES;

TR - 25

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Indicar às seções sindicais, regionais e direção nacional que realizem levantamento sobre o quantitativo de professoras negras e professores negros, indígenas e quilombolas nas IFES de sua atuação;
2. Realizar seminários nas IFES para apresentação e discussão dos dados afim de organizar a luta em defesa da Lei 12.990/2014 e da sua ampliação para indígenas e quilombolas;
3. Com os dados levantados, publicar InformANDES especial sobre a temática.
4. As seções sindicais participarão, ativamente, dos processos de implementação da Lei de Cotas nas IFES pautando-se pelo princípio da democratização do acesso aos docentes negros e negras na carreira do magistério superior.

5. Aprofundar o debate nas seções sindicais sobre cotas de, no mínimo, 30% para negras e negros nas instâncias de direção do sindicato nacional, das regionais e das seções sindicais, a fim de deliberação no 38º Congresso do ANDES.

TEXTOS 26

Contribuição do(a)s professores(as) Elza Peixoto (APUB), Fernando Correa Prado (SESUNILA), Caroline Magalhães Lima (SINDUECE), Mario Mariano Ruiz Cardoso (ADUFVJM), Raquel Brito Sousa (SINDUECE), Rodrigo Castelo (ADUNIRIO).

UNIR AS LUTAS PARA EMANCIPAR A CLASSE

TEXTO DE APOIO

Os governos Lula-Dilma contribuíram para o desenvolvimento *capitalista* do Brasil, aprofundando o poder do capital nas relações trabalhistas. Na atual conjuntura, a burguesia, embora evidenciando diversas fissuras internas, tem agido em bloco e sem vacilar no que se refere à retirada de direitos da classe trabalhadora. Frente a este quadro, a atualização de nosso plano de lutas demanda: i) a atualização do balanço conjuntura política e econômica imediata e o balanço atualizado da tática e da estratégia das classes trabalhadoras no enfrentamento à conjuntura; (ii) Estratégia das classes trabalhadoras e Plano de luta sindical: a necessidade de reorganização da classe trabalhadora e a luta pela Universidade Popular.

i) Conjuntura política e econômica imediata e balanço definição atualizada da tática e da estratégia das classes trabalhadoras no enfrentamento à conjuntura

Acirra-se o quadro de instabilidade política e econômica, conforme avançam os ataques da burguesia sobre a classe trabalhadora. A intervenção militar no Rio de Janeiro, a brutal execução de Marielle Franco e Anderson Gomes e a prisão política de Lula intensificaram perigosamente o curso reacionário dos acontecimentos. A política econômica entreguista, subordinada aos interesses do capital internacional, faz avançar privatizações, cortes e desvios de gastos públicos, culminando nos últimos meses em uma recessão e aumento geral de preços em decorrência da intensificação dos aumentos dos preços de combustíveis. Como reação, uma paralisação de 10 dias no setor de transportes de carga, impediu a circulação da entrega de combustíveis, paralisando por inanição todo o país. Um movimento que possibilitou à classe trabalhadora perceber a importância do sistema de transportes na cadeia produtiva e acompanhar o debate da política de preços praticada pela Petrobrás. A greve encontra apoio da população e desgasta de forma importante o Governo Temer, quando a direita sai às ruas pedindo intervenção militar.

O momento mais desafiador da conjuntura encontra a classe trabalhadora desarmada por um processo de apassivamento associado a uma generalização da desconfiança com partidos e sindicatos. A demora dos defensores da conciliação de classes a reconhecerem a falência do modelo de contenção dos trabalhadores associada à produção de transformações lentas em aliança com o capital por dentro do Estado, *torna-se importante obstáculo* para os esforços de reagrupamento das forças da classe trabalhadora no enfrentamento aos interesses do capital a que deve dedicar-se a

esquerda, na medida em que restringem a tática e a estratégia à liberdade de Lula para fazer a campanha e concorrer às eleições de 2018.

ii) Estratégia das classes trabalhadoras e Plano de luta sindical: a necessidade de reorganização da classe trabalhadora e a luta pela Universidade Popular

É preciso, cada vez mais, perder as ilusões de que vamos convencer as auto-tituladas “pessoas de bem” de que ter acesso à aposentadoria é importante, de que ter direitos trabalhistas é importante, de que combater o machismo em suas diversas facetas é fundamental, de que o racismo é estrutural no país e deve ser diariamente combatido, entre tantas outras pautas.

É preciso atacar os problemas concretos da vida das pessoas. E para isso é importante pautar uma espécie de programa mínimo, que pode inclusive conter generalidades, mas que seja também um pouco mais direto na relação com a condição imediata da vida. Para ficar só no plano “econômico”, por exemplo: equacionar a questão da dívida: retomar de uma política de valorização do salário mínimo; defender a redução da jornada de trabalho sem redução salarial; lutar pela criação de mecanismos que garantam igualdade salarial para mulheres, negros e negras e LGBTs; pautar a reversão das privatizações; estatização do sistema financeiro no país; seguir na luta pela reforma agrária com novo modelo (segundo dados do último censo agropecuário, de 2006, 1% de proprietários concentram 44% das terras produtivas desse país); pautar em diferentes espaços a reforma urbana; defender a revogação de todas as medidas antipopulares do governo ilegítimo de Temer, tais como a PEC do congelamento de “gastos” sociais, a (contra)reforma trabalhista, a lei de terceirização e a entrega do pré-sal, por meio de um referendo popular; lutar por uma reforma tributária -- baseada na progressividade de renda e propriedade, além da instituição de taxação de grandes fortunas, com cobrança de IPVA de jatinhos, helicópteros e iates; aumento da alíquota do imposto sobre herança e retomada da taxação de lucros e dividendos; revisão da tabela do Imposto de Renda, com a criação de novas faixas e ampliando a isenção das faixas salariais mais baixas; desoneração dos produtos da cesta básica e instituição de mecanismos que controlem aumentos abusivos; garantia de uma previdência pública e universal.

No plano da **luta sindical em nossa categoria**, a luta deve caminhar em sentido semelhante: ao mesmo tempo que aponta para a denúncia de questões do cotidiano docente -- falta de infraestrutura básica para o ensino, pesquisa e extensão; corte de bolsas e verbas para atividades; precarização do trabalho docente; condições de trabalho de terceirizadas/os; assédio e desigualdade de trabalho em termos de gênero, etc. --, é preciso também conectar tais denúncias com as questões específicas de gestão e, sobretudo, com o contexto mais geral de avanço do capital sobre a educação como esfera de acumulação.

Tudo isso, claro, exige um esforço político e uma coordenação da combativa Direção Nacional do ANDES-SN junto às Seções Sindicais, tarefa tão mais necessária quanto mais difícil no contexto de desorganização da classe trabalhadora como um todo e de diversionismo interno em nossa própria categoria.

Nada está na esquina, mas tampouco se tratam de pautas alheias ao contexto imediato das pessoas e dos/as docentes. A possibilidade de que tais lutas e pautas se concretizem, claro, remete à questão do poder. No plano mais geral, é preciso construir uma nova forma de deter e exercer o poder político. Uma forma em que a representação se aproxime o máximo possível das necessidades da população. Por isso é importante o

debate sobre o poder popular. Na busca de uma nova correlação de forças, é fundamental educar e organizar, em todos os espaços possíveis.

Nós, como categoria da classe trabalhadora e expressão desta, às vezes caímos numa paralisia, numa incapacidade de tocar em temas candentes, como se fossem absurdos, usando como desculpa a falsa noção de que “a correlação de forças” não permite. Muitas vezes nota-se um cuidado excessivo em não tocar em temas fundamentais devido à correlação de forças. Mas ao mesmo tempo, para mudar a correlação de forças é preciso apontar alternativas e construí-las, mesmo que não estejam colocadas no momento imediato.

Em suma, o ponto que se busca apontar aqui é que um programa mínimo voltado à educação gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, por ser necessário, tem que ser capaz de perdurar. E para perdurar é preciso que esteja baseado em uma concepção estratégica que avance para além dele mesmo, nutrindo-se dos embates da categoria e da realidade cotidiana. Um projeto de universidade popular não se sustenta e não perdura pela forma de construção na qual o mínimo é o objetivo máximo. Daí a necessidade de pautar e construir coletivamente o Encontro Nacional da Classe Trabalhadora e dos Movimentos Populares (ENCLAT), visando estabelecer um novo patamar de organização da classe trabalhadora.

TR - 26

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Dar continuidade ao processo de reorganização da classe na perspectiva de construção do Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT), entendido não apenas como um evento, mas como um processo amplo e necessário na atual conjuntura.
2. Pautar no GTPE a realização de seminário nacional sobre universidade popular, com participação do movimento estudantil, movimentos sociais (povos originários, quilombolas, MTST, etc.), movimentos culturais, sindicatos, etc., dando seguimento à resolução aprovada no 33º Congresso no sentido de que “o ANDES-SN deve incorporar-se ao debate nacional sobre universidade popular na busca de fortalecer os laços do Movimento Docente com os movimentos sociais”.

TEXTO 27

Contribuição da Diretoria da ADCEFET-RJ: Marisa Brandão Rocha, Mariana Vitor Renou, Keila Lúcio de Carvalho, Vanessa de Oliveira Brunow, Cristiane Rosa Magalhães, Thomaz Estrella de Bettencourt, Renata Rufino da Silva e Renato Domingues Fialho Martins; e o Conselho de Representantes da ADCEFET-RJ: João Terêncio Dias, Marta Máximo Pereira, Valena Ribeiro Garcia Ramos, Leonardo de Bem Lignani, Maicon Jeferson da Rocha Azevedo, Leonardo Diniz do Couto, Diego Casais Moreira, Taís Silva Pereira, Rômulo Cesar Pereira de Castro, Thiago Rodrigues da Silva, Caroline Araújo Bordalo, Maria Aparecida Gonçalves Martinez, André Franklin Palmeira, Ricardo Alexandre Amar de Aguiar e Rafael Mello Barbosa.

PELO FIM DO PONTO ELETRÔNICO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

TEXTO DE APOIO

No que se refere às instituições federais, o quadro de sindicalizados do ANDES-SN comporta docentes das carreiras MS (Magistério Superior) e EBTT (Ensino Básico, Técnico e Tecnológico). Enquanto a primeira carreira está majoritariamente vinculada às universidades federais, a segunda, predominantemente, está associada às unidades de ensino básico/ técnico.

Historicamente, o ANDES-SN assumiu um compromisso pela luta da “carreira única para os docentes em todas as instituições de ensino superior”. Essa posição política correta tem sido reafirmada em todos os últimos congressos e esteve presente na atuação sindical cotidiana da nossa entidade.

A lei federal nº 11.784/ 2008 criou a carreira EBTT e teve por objetivo regulamentar a carreira docente nas instituições federais de ensino básico/ profissionalizante, tais como aquelas da rede IFET (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia), os CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica) e o Colégio Pedro II. Entretanto, quase todas as instituições IFET/ CEFET ofertam também cursos de nível superior (graduação e pós-graduação). Isso criou uma confusão entre as carreiras MS/ EBTT nestas instituições.

Do ponto de vista da atuação profissional, não existe qualquer diferença entre as duas carreiras. Em ambas as carreiras, os docentes atuam no ensino, pesquisa e extensão. Na prática, há docentes EBTT que atuam somente no ensino superior (graduação e pós-graduação) e existem aqueles que, simultaneamente, desempenham suas atividades tanto no ensino superior quanto no ensino básico tecnológico.

Paralelo às questões levantadas acima, sabe-se que existem algumas instituições de ensino técnico profissionalizante que adotaram o controle da frequência do docente através de dispositivos eletrônicos. Entendemos que o controle de ponto eletrônico é incompatível com as instituições federais de ensino. A dispensa do ponto eletrônico para os trabalhadores da educação se fundamenta no reconhecimento do papel social das instituições públicas de ensino e na especificidade do trabalho nelas desenvolvidas. Todos os trabalhadores da educação realizam um trabalho intelectual de produção e transmissão de informações, técnicas, tecnologias, conhecimentos e saberes, envolvendo, para isto, três processos – o ensino, a pesquisa e a extensão. Este tripé

(ensino, pesquisa e extensão) compreende não só o trabalho docente e dos demais profissionais da educação, mas o próprio objetivo de uma instituição escolar.

O Decreto 1.867/ 1996 dispõe que “*são dispensados do controle de frequência os ocupantes de cargos (...) de Professor da Carreira de Magistério Superior*”. O decreto citado, portanto, reconhece a natureza distinta do ofício do docente que, em função de suas particularidades, não deve ser submetida ao controle de ponto. A sala de aula não esgota todas as atividades do professor, pois o exercício profissional também se realiza em atividades de campo, de extensão, no planejamento das aulas, correções de avaliações, em pesquisas científicas fora do campus, entre outras.

Um parecer da Advocacia Geral da União (AGU), referente ao acordo de greve do ano de 2015, estendeu a dispensa de controle de ponto aos docentes EBTT por entender que as duas carreiras possuem naturezas profissionais semelhantes (Ofício SEI nº 23540/2015-MP de 18/11/2015). Na circular 162/ 2014, o nosso sindicato ANDES-SN defendeu que a carreira EBTT é regida pela mesma norma da carreira MS (Lei nº 12.772/ 2012), e deve, por via de consequência, e por respeito ao preceito constitucional da isonomia, ser submetida ao mesmo regime de prerrogativas, direitos e atribuições. Assim, o ANDES-SN entende que é ilegal qualquer ato que vise a imposição de controle de jornada laboral via ponto eletrônico para os membros da carreira EBTT.

A despeito de todos os dispositivos jurídicos afirmarem o contrário, o controle de frequência por ponto eletrônico tem avançado em algumas instituições e, conseqüentemente, tem sido acompanhado de prejuízos ao trabalho profissional. O CEFET/ RJ – instituição dos autores deste artigo – é um caso particular e evidente, mas não o único no país. Em decorrência da implementação do ponto eletrônico, surgem situações absolutamente ilógicas – por exemplo, no mesmo curso/ colegiado, os docentes da carreira MS estão dispensados do ponto eletrônico, enquanto os docentes EBTT, não.

Coerente com as opções políticas e posturas sindicais assumidas, o ANDES-SN deve permanecer na luta pela unificação das carreiras docentes de instituições federais. Na sua prática sindical, deve travar a luta para cumprir tal tarefa, isto envolve a luta pela regulamentação, via decreto, da isonomia entre a carreira do MS e EBTT em relação à isenção do controle de ponto, com vistas à carreira única.

TR - 27

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Promover uma articulação política nacional que aponte para a equiparação da dispensa do ponto eletrônico para as carreiras docentes federais de Magistério Superior (MS) e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT);
2. Realizar esta articulação política nacional com o SINASEFE, e demais instituições interessadas, sensíveis e solidárias a esta questão;
3. Lutar pela regulamentação, via decreto, da isonomia entre a carreira do MS e EBTT em relação à isenção do controle de ponto, com vistas à carreira única, que garanta a segurança necessária para o exercício profissional por parte dos docentes EBTT nas mesmas condições dos docentes MS, livres do controle por ponto eletrônico.

TEXTO 28

Contribuição do(a)s professore(a)s Deborah Fontenelle (diretoria Asduerj), Rosineide Freitas (conselho de representantes Asduerj), Rodrigo dos Reis (diretoria Asduerj), Lia Rocha (conselho de representantes Asduerj), Ana Carolina Feldenheimer (diretoria Asduerj), Guilherme Vargues (diretoria Asduerj), Dario Souza e Silva (diretoria Asduerj), Frederico Irias (diretoria Asduerj), Guilherme Abelha (diretoria Asduerj).

TRABALHO DE BASE E FORMAÇÃO DE GTS LOCAIS

TEXTO DE APOIO

O Andes-SN, enquanto entidade autônoma em relação a partidos políticos, tem sua atuação pautada na organização pela base. Neste sentido, há o entendimento de que todas as questões referentes ao trabalho acadêmico e ao movimento docente não estão desvinculadas da realidade social que nos rodeia e, por este motivo, o diálogo com outros trabalhadores e a ação acerca das diferentes facetas da sociedade se fazem necessários.

É neste intuito que os grupos de trabalho são formados, buscando, para além da discussão de temas como educação, ciência e tecnologia, sindicalismo e organização de classe, abordar também questões relacionadas às políticas agrária, urbana e ambiental, assim como à classe, etnia, gênero e diversidade sexual. Atualmente são 11 os grupos de trabalho que se debruçam sobre estes temas: 1) Política de Formação Sindical; 2) Política Educacional; 3) História do Movimento Docente; 4) Carreira; 5) Ciência e Tecnologia; 6) Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria; 7) Verbas; 8) Fundações; 9) Políticas de Classe, Questões Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade Sexual; 10) Política Agrária, Urbana e Ambiental; 11) Comunicação e Arte. Através de suas reflexões e atuações esses grupos de trabalho acabam por subsidiar a diretoria em debates e ações.

Estamos vivenciando, nos últimos anos, um forte e crescente ataque aos direitos não só dos trabalhadores, como também aos direitos humanos em geral. O desmonte da educação não ocorre de forma isolada, vem acompanhado de inúmeras iniciativas em diversas áreas que comprometem nossa prática docente e nossas vidas. Em tempos de retrocessos é preciso ampliar o diálogo e congregar as lutas. Por este motivo, a mobilização precisa ser intensificada. Apesar de sua importante atuação e participação nas lutas nacionais, ainda percebemos uma grande demanda por trabalho de base no interior do sindicato, em diferentes escalas, a fim de politizar a categoria e inseri-la nas diferentes lutas.

Neste sentido, este texto de resolução tem como objetivo contribuir para o fortalecimento e intensificação do trabalho de base do Andes-SN através da criação e atuação dos GTs locais. Entendemos que o caminho para a transformação da sociedade passa pela ação em diferentes escalas e que, cada vez mais, se faz necessário atuar em escala local. O incentivo à criação de GTs locais nas seções sindicais, vinculados aos GTs nacionais, além de servir como instrumento de construção de trabalho de base, pode contribuir para ampliar sua representatividade junto ao Andes-SN.

TR - 28

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

- 1.** Que o Andes-SN incentive as seções sindicais que ainda não possuem a criarem seus GTs locais e fortaleça os que já existem, a exemplo e associado aos GTs nacionais, como forma de intensificar o trabalho de base em cada estado, ampliar a representatividade da base e aproximá-la do sindicato nacional;
- 2.** Que o GTPFS organize curso de formação, através das suas regionais, direcionado às seções sindicais a fim de fomentar a criação dos GTs locais naquelas seções que ainda não possuem;
- 3.** Que as seções sindicais que implementarem GTs locais enviem relatório ao GTPFS acerca de sua atuação a fim de que esse possa elaborar um balanço da iniciativa a ser apresentado no 38º Congresso do Andes.

TEXTO 29

Contribuição do(a)s professore(a)s David Itonaga, Márcia Marzagão Ribeiro, Maria Regina Ferreira da Costa e Paulo de Oliveira Perna

A LUTA DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR CONTRA OS AGROTÓXICOS

TEXTO DE APOIO

Em dias tão significativos em que vivemos, onde o contraste do social e do ambiental são cenas de terror vivas, tamanha devastação causada pelo agronegócio e outras políticas capitalistas do atual governo. O Ministério Público, Universidades, Movimentos sociais e estudantis, sindicatos e outras federações e associações vem travando uma luta sem fim para minimamente, reduzir os patamares alarmes do uso de agrotóxicos no País, que nos confere o título de maiores consumidores do mundo. Para isso inicia-se uma luta no segundo maior estado consumidor de agrotóxicos do Brasil, o Paraná. Com a caracterização de tamanha quantidade de agrotóxicos que entra em todo o agroecossistema e, estando o GTPAUA-APUFPR-SSIND (Grupo de Estudos de Políticas Agrárias, Urbanas e Ambientais), discutindo este tema com os docentes, temos a incumbência de orientar algumas práticas para que haja em curto prazo de tempo, uma redução do uso de agrotóxicos no estado e conseqüentemente no País. Para que ocorra a redução do uso, a pulverização aérea deve ser proibida e/ou, fiscalizada com eficiência. A deriva causada na pulverização aérea contamina por parcela atores da sociedade civil, suas terras, ar, água e solo. Em novembro de 2017 o Ministério Público do Trabalho, juntamente com o IBAMA iniciaram a operação Deriva II, que consiste em uma apuração das condições das aeronaves e dos agrotóxicos e formas que são utilizados, para antes de proibir, coibir os exageros e o uso indevido. A operação obteve 2,7 milhões em multas aplicadas, tamanhas as irregularidades. Para que as minorias não sejam desrespeitadas no seu direito de escolha de consumir, ou não, diretamente tais substâncias (7 litros per capita), para que o rastreamento das intoxicações crônicas e agudas através dos órgãos públicos seja denunciada, para que a agroecologia tenha os mesmos incentivos que o agronegócio a luta precisa continuar. A saúde perde, o tratamento de saúde geralmente para uma vida toda, quando em casos crônicos, tamanhos danos ocorridos. O meio ambiente perde, pois, os laudos não são feitos e as moléculas presentes na água e no solo não podem ser rastreadas, recaindo para terceiros, estas obrigações que seriam do mantenedor da marca. A riqueza natural do País é convertida em negócio para a corrupção e, não em benefícios sociais. Enquanto isso, os benefícios fiscais para a entrada dos agrotóxicos no País, fomenta o uso indiscriminado e conseqüentemente as contaminações, sem que esta seja de imediato evidenciada, mediante os entraves existentes. Na campanha para a redução do uso de Agrotóxicos iniciada em 2017 no Paraná, O PRONERA (Programa Estadual de Redução de Agrotóxicos) teve um manifesto em seu apoio e contou com a assinatura de inúmeros

movimentos sociais, pesquisadores e instituições que se apropriaram da causa em prol de uma mudança, a curto e médio prazo, no que tange a legislação dos Agrotóxicos, travando a discussão com a saúde pública e do trabalhador, sendo que a situação atual, encontra-se caótica. No entanto o PRONERA ainda não foi aprovado. No período de 2010 a 2015, foram notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), em média, 753 casos por ano de intoxicação por agrotóxicos no Paraná. Estudo deste ano, de pesquisadores da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fiocruz, apontou para a associação entre as malformações congênitas e a utilização de agrotóxicos em monoculturas do estado. O CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar) redigiu um documento endereçado ao governador do estado pedindo providências já que dos 50 agrotóxicos mais utilizados no Brasil 22 são proibidos em outros países da Europa. A Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva) em seu dossiê com 628 páginas, transcorre longamente sobre as consequências do uso de agrotóxicos e demonstra que o caminho a se trilhar cientificamente já foi trilhado, agora o caminho que se mostra é político, e precisa ser conquistado, para que tamanha produção de argumentos, não seja perdida sem providências tomadas. Em São Paulo, novembro de 2017, foi disponibilizado online, um documento de mais de 600 páginas intitulado “A geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a UE”, pela professora Larissa Bombardi da USP, aponta que a contaminação da água é o que mais chama a atenção, com a lei brasileira permitindo limite 5 mil vezes superior ao máximo que é permitido na água potável da Europa. No caso do feijão e da soja, a lei brasileira permite o uso no cultivo de quantidade 400 e 200 vezes superior ao permitido na Europa. De acordo com os órgãos de controle em 2008 foram utilizadas 98 mil toneladas e em 2015, 320 mil toneladas, sendo este aumento enfreado até 2017. O projeto de extensão da UFPR, Observatório do uso de agrotóxicos e suas relações com a saúde humana e meio ambiente, tem acolhido denúncias que são encaminhadas ao Ministério Público, para que sejam tomadas as devidas providências. Com o intuito de reforçar a idéia de se fazer um seminário nacional em Curitiba do GTPAUA com o Tema segue como forma de enfrentamento e continuidade da luta.

TEXTO 30

Contribuição do(a)s professo(a)re(a)s Adriana Gomes (SESDUFRR) Ana Luiza Pereira (ADUFSCAR), Antônio Rodrigues Belon (ADLESTE), Antônio Luis da Silva Sousa (SINDCEFET-PI), Aritana Dutra (SINDCEFET-PI), Argus Vasconcelos de Almeida (ADUFERPE), Aureir Alves de Brito (ADUNEMAT), Daniel Sólon (ADCESP), Daniela Batista Santos (ADUNEB), Egmar Souza (SINDCEFET-PI), Gelta Xavier (ADUFF), Gihad Mohamad (SEDUFMS), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Marconis Fernandes Lima, (SINDCEFET-PI), Marcelo Barreto (ADUFEPE), Milton Mauad de Carvalho Camera Filho (ADUNEMAT), Patrícia Andrade (SINDCEFET-PI), Raphael Furtado (ADUFES), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Romildo Araújo (ADUFPI), Sandra Bernadete da Silva Moreira (ADUFPA), Sergio Darwich (SINDUEPA), Tomaz Boaventura (ADUFMAT), Valdeci Luiz Fontoura dos Santos (ADLESTE)

ABAIXO ORTEGA! FORA DITADOR ASSASSINO!

TEXTO DE APOIO

Quando, em 18 de abril de 2018, estudantes nicaraguenses começaram a se mobilizar nas ruas do país para protestar contra a reforma da Previdência Social em apoio aos aposentados, ninguém podia dizer que esse movimento se transformaria numa verdadeira revolta popular contra o governo de Daniel Ortega, da vice-presidente (e sua esposa) Rosario “Chayo” Murillo e da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

A reação do governo às primeiras mobilizações foi brutal. A polícia reprimiu violentamente os estudantes usando armas de fogo, ajudada pelos grupos armados da Juventude Sandinista e as chamadas “turbas sandinistas”, grupos paramilitares ligados ao governo. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) contabiliza, até agora, 76 mortos pelas forças de repressão e centenas de feridos e presos.

A repressão teve efeito inverso: os estudantes ocuparam as universidades e as escolas técnicas; foram erguidas barricadas nos bairros populares; a população reagiu com armas improvisadas, prédios públicos foram incendiados e as manifestações se multiplicaram nas principais cidades, sendo que a jornada mais expressiva chegou a reunir mais de 200 mil pessoas em todo o país.

O governo recuou da reforma da Previdência, mas as mobilizações passaram a ter um objetivo mais importante: derrubar o governo ditatorial. A palavra de ordem central de todas as manifestações passou a ser “Fora Ortega!”.

O presidente está tratando de salvar o seu governo desmobilizando a luta por meio de um “diálogo” nacional proposto pela Conferência Episcopal da Nicarágua (CEN) e pelo Conselho Superior da Empresa Privada (COSEP), a principal organização da burguesia nicaraguense. Ambas organizações não colocam como condição a saída da família Ortega do poder. No entanto, o diálogo não é o objetivo de Ortega, mas sim tentar ganhar tempo para esmagar o movimento estudantil e popular e conservar o seu poder.

A situação da Nicarágua e a luta popular para derrubar a ditadura do casal Ortega e da FSLN divide águas na esquerda. A chamada esquerda bolivariana mais extremada

afirma que a revolta popular seria articulada pela CIA e pela direita nicaraguense com o objetivo de desestabilizar mais um governo progressista, a exemplo da Venezuela e do pretense golpe no Brasil.

Nada mais falso! O governo Ortega é uma ditadura sanguinária, exploradora e entreguista do país ao imperialismo. Por isso, toda a esquerda latino-americana está obrigada a escolher um lado: ou com a heroica luta do povo nicaraguense contra a repressão e a exploração ou com uma ditadura que tenta se esconder atrás de uma falsa fachada progressista. O Andes deve ter um lado: o dos estudantes, camponeses e trabalhadores que estão lutando nas ruas.

TR - 30

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

Fora Ortega e Rosario! Todo poder aos trabalhadores e estudantes livremente organizados

Sem a queda do governo não há possibilidade de conquista das liberdades democráticas reais que garantam inclusive a preservação das vidas dos lutadores. Por isso não é possível nenhum diálogo com a ditadura, a tarefa urgente na Nicarágua é derrubar o regime de Daniel Ortega e Rosario Murillo.

TEXTO 31

Contribuição do(a)s professore(a)s Adriana Gomes (SESDUFRR) Ana Luiza Pereira (ADUFSCAR), Antônio Rodrigues Belon (ADLESTE), Antônio Luis da Silva Sousa (SINDCEFET-PI), Aritana Dutra (SINDCEFET-PI), Argus Vasconcelos de Almeida (ADUFERPE), Aureir Alves de Brito (ADUNEMAT), Daniel Sólon (ADCESP), Daniela Batista Santos (ADUNEB), Egmar Souza (SINDCEFET-PI), Gelta Xavier (ADUFF), Gihad Mohamad (SEDUFMS), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Marconis Fernandes Lima, (SINDCEFET-PI), Marcelo Barreto (ADUFEPE), Milton Mauad de Carvalho Camera Filho (ADUNEMAT), Patricia Andrade (SINDCEFET-PI), Raphael Furtado (ADUFES), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Romildo Araújo (ADUFPI), Sandra Bernadete da Silva Moreira (ADUFPA), Sergio Darwich (SINDUEPA), Tomaz Boaventura (ADUFMAT), Valdeci Luiz Fontoura dos Santos (ADLESTE)

FORTALECER A CAMPANHA BOICOTE, DESINVESTIMENTO E SANÇÕES (BDS) A ISRAEL

TEXTO DE APOIO

A campanha de boicote a Israel, lançada em julho de 2005 e conhecida pela sigla BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções) a favor do povo palestino se intensifica e se fortalece mundialmente. Hoje Israel enfrenta o maior isolamento político internacional de toda sua história, situação que, sem dúvidas, deu um salto qualitativo com o repúdio mundial que provocaram as atrocidades perpetradas em Gaza.

A campanha de solidariedade internacional, na forma de Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) veio de uma maioria esmagadora de sindicatos e organizações da sociedade civil palestina e está sendo abraçada por cidadãos de consciência e movimentos sociais em todo o mundo. A iniciativa BDS chama a isolar efetivamente Israel e seus cúmplices no âmbito empresarial, acadêmico e das instituições culturais, assim como as companhias que obtenham lucros com as violações dos direitos humanos e com políticas ilegais, enquanto continuem estas políticas.

Esta campanha de boicote a Israel foi abraçada por artistas e acadêmicos norte-americanos e teve uma expressão importante na decisão dos atores Meg Ryan e Dustin Hoffman de não participar de um festival de cinema deste país. Vários músicos como Elvis Costello e The Pixies suspenderam apresentações em Israel. O físico inglês Stephen Hawking, falecido em março de 2018, aderiu ao boicote acadêmico a Israel. Roger Waters, baixista do Pink Floyd também declarou apoio à campanha.

Recentemente, o cancelamento do amistoso que estava marcado para 9 de junho de 2018, em Jerusalém, entre as seleções de Israel e Argentina representou uma importante vitória do movimento BDS (boicote, desinvestimento e sanções). Merece ser celebrada como o que é: um “olé” no apartheid, um gol de placa contra a ocupação e a colonização sionistas. Simboliza mais do que isso: o declínio do sionismo em todo o mundo.

Expressão disso é o acúmulo de vitórias do BDS a Israel no último período. Nesse rol, o cancelamento de shows de artistas como os cantores brasileiros Gilberto Gil – após três

anos de recusa em atender aos apelos do movimento em solidariedade ao povo palestino –, Linn da Quebrada, a colombiana Shakira e a uruguaia Natália Oreiro. Antes disso, vários diretores, inclusive brasileiros, cancelaram sua participação no Festival Internacional de Cinema LGBT de Tel Aviv. Igual postura assumiu o dramaturgo português Tiago Rodrigues, que participaria do Festival Israel em Jerusalém.

O declínio do sionismo se aprofunda nos 70 anos da Nakba – a catástrofe palestina com a criação do Estado de Israel em 15 de maio de 1948 mediante limpeza étnica. Dois acontecimentos catalisam esse alcance: o massacre israelense durante a Grande Marcha do Retorno e a transferência da Embaixada dos Estados Unidos de Tel Aviv para Jerusalém, capital histórica da Palestina. A limpeza étnica segue e intensifica a indignação. A morte da jovem enfermeira, Razan al-Najjar, em maio de 2018, enquanto tentava prover cuidados a feridos por franco-atiradores israelenses em protesto em Gaza no dia 1º de junho, foi mais um elemento a potencializar o que já está em ebulição. Sem poder conter uma resistência heroica que insiste em não ser sufocada, Israel mostra sua verdadeira face colonial e genocida: assim, coleciona derrotas políticas, que têm nas vitórias do BDS importante vitrine ao mundo.

A resposta israelense é sintomática dessa queda e de como a solidariedade internacional é fundamental para aprofundá-la. O Knesset vem aprovando leis visando criminalizar o BDS, como a que proíbe ações por boicote pelos que vivem onde hoje é Israel e, em julho de 2017, a que barra a entrada de ativistas e simpatizantes na Palestina ocupada. No mundo, países europeus e os Estados Unidos também buscam restringir a campanha. E apoiadores do movimento são denominados de antissemitas, uma já desgastada distorção sionista para silenciar vozes críticas.

Compreendemos que a iniciativa BDS é uma estratégia moral que demonstrou seu potencial. O Deutsche Bank alemão se converteu na última de várias instituições financeiras europeias e fundos de pensão importantes a desinvestir no fabricante de armas israelense Elbit Systems. Importantes cadeias de supermercados italianas anunciaram o boicote de produtos de assentamentos israelenses ilegais.

O peso qualitativo do boicote sindical

Nos últimos tempos se fortaleceram medidas de boicote sindical importantes no País Basco, Irlanda, Grã-Bretanha, Bélgica, Índia, África do Sul, Suécia e Estados Unidos. Pela primeira vez na história um navio israelense não pôde descarregar em um porto dos EUA, o de Oakland, na Califórnia, pela ação conjunta de organizações anti-sionistas e ativistas de um sindicato dos trabalhadores portuários. Acreditamos que isto aponta para um salto qualitativo na campanha mundial. Existem muitas mostras claras disto.

O principal sindicato britânico de funcionários públicos, UNISON, com 1,4 milhões de filiados, votou em seu congresso, em 29 de junho de 2010, somar-se à campanha BDS, com medidas de boicote econômicas, culturais e inclusive desportivas, além disso, rompeu relações com a central patronal-sindical israelense, Histadrut e exigiu ao governo a expulsão do embaixador israelense.

Além disso, os sindicatos bascos têm acordo em denunciar publicamente a todas as instituições bascas e companhias que dão prioridade a seus interesses econômicos e políticos às custas dos direitos do povo palestino ou que trabalhem ou legitimem a ocupação colonial da Palestina. Os sindicatos bascos colocaram como objetivo da campanha obrigar Israel a acabar com a ocupação militar da Palestina, a paralisação e destruição do muro na Cisjordânia; acabar com o sistema de discriminação racial,

suspensão total e definitiva do bloqueio a Gaza, reconhecimento do direito de regresso dos refugiados.

Ganhar as ruas com o boicote exigindo a ruptura de relações

Acreditamos ser fundamental impulsionar com todas as nossas forças a campanha BDS contra Israel e em defesa do povo palestino, pondo como principal objetivo imediato a suspensão incondicional do bloqueio a Gaza. E chama a somar-se todas as forças humanitárias, democráticas, operárias e populares, que não queiram ser cúmplices por indiferença dos novos e terríveis sofrimentos que a besta sionista ameaçada impõe aos palestinos.

É necessário ganhar as ruas, fazendo marchas, atos e todo tipo de mobilizações, exigindo aos governos de todo o mundo a ruptura de relações com o governo israelense e a anulação de todos os tratados comerciais como o que foi assinado recentemente entre o MERCOSUL e o estado sionista.

Acreditamos que as medidas que já estão sendo implementadas nesta campanha, em especial as ações das organizações sindicais, ajudam a avançar na direção do que consideramos a única saída de fundo, a destruição de Israel e a construção de um estado palestino laico, democrático e não racista em todo o território da Palestina. O monstro sionista está ferido e debilitado! É o momento de redobrar a campanha de boicote a Israel!

TR - 31

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

Que o Andes se integre à campanha Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS), divulgando e incentivando a mesma em suas bases. Nenhuma parceria seja acadêmica, artística ou de qualquer espécie com o Estado assassino de Israel!

Tema III: Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores

TEXTO 32

Contribuição do(a)s professore(a)s Rosineide Freitas (conselho de representantes Asduerj), Deborah Fontenelle (diretoria Asduerj), Rodrigo dos Reis (diretoria Asduerj), Lia Rocha (conselho de representantes Asduerj), Ana Carolina Feldenheimer (diretoria Asduerj), Guilherme Vargues (diretoria Asduerj), Dario Souza e Silva (diretoria Asduerj), Frederico Irias (diretoria Asduerj), Guilherme Abelha (diretoria Asduerj).

ATUAÇÃO NA LUTA POR JUSTIÇA PARA MARIELLE FRANCO E CONTRA A INTERVENÇÃO FEDERAL MILITAR

TEXTO DE APOIO

Passados três meses da execução sumária da vereadora Marielle Franco e do seu motorista Anderson Gomes, a inteligência da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro ainda nada declarou sobre a solução do caso e, como consequência, os responsáveis pelos crimes seguem impunes. A execução ganhou repercussão internacional, sendo considerada crime político, e diferentes atores sociais e organizações passaram a atuar na campanha por justiça para Marielle e Anderson, como exemplo a Anistia Internacional. A Anistia é uma organização e movimento global que, desde 1961, realiza campanhas e ações em defesa dos Direitos Humanos em todo o mundo. No Brasil a organização tem protagonismo em diferentes ações que denunciam e exigem justiça nos casos de violações dos direitos humanos e abuso de poder do Estado no que se refere a segurança pública. Há mais de um mês lançou a campanha: “Justiça para Marielle!”, que busca assinaturas para uma petição encaminhada diretamente às autoridades do Estado do Rio de Janeiro, cobrando respostas ao assassinato de Marielle e Anderson. A organização ratifica que

“Estamos vivendo um contexto de violência recorrente contra defensores de direitos humanos no Brasil. O padrão de resposta das autoridades tem sido de não investigação e impunidade de crimes cometidos contra defensoras e defensores de direitos humanos. **Nós temos o poder de fazer pressão para que este crime não fique sem resposta.**” (site: anistia.org.br, Campanha: Ação urgente: Justiça para Marielle!).

Na ocasião da elaboração deste texto de apoio, a campanha “Justiça para Marielle!” conta com mais de 55.329 assinaturas (pessoas que preencheram a petição) envolvendo, além do Brasil, países como Argentina, Portugal, Espanha e Suécia. Assim, é de suma importância que o Andes-SN, sindicato de luta e articulado às ações para além da defesa da educação pública e da sua classe, se junte à esta ação exercendo também pressão por justiça para Marielle e Anderson, como símbolo de luta contra a violência política e o imobilismo e impunidade do Estado.

Toda a repercussão do caso Marielle Franco e Anderson Gomes se deu não só pela brutalidade e circunstância de como ocorreu o crime, mas pelo reconhecimento da atuação, trajetória e futuro promissor que a militante, mulher negra, favelada, lésbica, Marielle Franco encarnava enquanto figura pública e integrante do legislativo do

município do Rio de Janeiro. Com importante atuação na Comissão de Direitos Humanos da Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro), caracterizada por sua prontidão, sensibilidade e firmeza nos casos de violação do Estado e dos crimes atribuídos a ele, Marielle se lançou nas eleições de 2016, sendo a quinta candidata com maior número de votos, eleita com mais de 46 mil. Teve seu mandato, ou como suas/seus assessoras/es falamos, sua Mandata Coletiva, interrompida com pouco mais de 1 ano, tempo curto mas que deixou um legado igualmente reconhecido e publicizado pelos diferentes movimentos sociais e organizações de direitos humanos, de mulheres e LGBTIs. Suas bandeiras de luta e as ações encampadas pela sua Mandata expressam e dialogam com as bandeiras de lutas e ações daqueles e daquelas que compõem o campo da esquerda e progressista, por defenderem os direitos da classe trabalhadora e por anunciarem emergente uma sociedade livre de preconceitos e exclusões, seja pela raça, classe, gênero ou orientação sexual.

Assim, construir ações que deem visibilidade às suas bandeiras de luta e ao legado parlamentar como estratégias de trabalho de base e sensibilização para as lutas que estão por vir devem compor o rol de atuação do Andes-SN junto à sua base. Considerando que vivemos um aprofundamento do golpe jurídico-parlamentar e midiático de 2016, com perda de direitos históricos e desinvestimento na educação, que experimentamos um avanço do conservadorismo de forma organizada, como o Movimento Escola Sem Partido, reafirmar bandeiras antirracistas, antimachistas, anti-lgbti-fóbicas, resgatar o sentido das políticas públicas como garantidoras de direitos à classe trabalhadora, assim como o sentido do Estado como agente responsável por promover estas políticas e o bem comum, devem ser práticas assumidas como estratégia para o necessário trabalho de base.

Próximo de se completar quatro meses (no momento da elaboração do presente texto) da assinatura do Decreto-Lei que institui a Intervenção Federal e Militar na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro (Nº 9.288), o Observatório da Intervenção do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) aponta que os indicadores dos níveis de segurança do Estado continuam preocupantes no que se refere às operações policiais violentas, violações dos direitos de moradores de favela, corrupção, mortes de civis e policiais. Ainda não foram apresentadas as “medidas emergenciais e estruturantes” no intuito de “diminuir progressivamente os índices de criminalidade e fortalecer as instituições da área de segurança pública do Rio” (Jornal do Brasil, matéria em 27 de abril de 2018). No entanto o Governo Federal diz destinar 1,2 bilhões para esta intervenção, o mesmo governo que aprovou a Emenda Constitucional 95 que, afinal, significará cortes em pastas como educação e saúde com o discurso de que era preciso diminuir a máquina pública.

Se faz necessário, em tempos de aumento do financiamento do Estado para a manutenção dos lucros de empresários e rentistas, a denúncia do excessivo gasto em políticas fracassadas de segurança pública, que só aumentam a militarização da vida, reafirmam o abuso de poder de militares, e deixam na obscuridade os casos de assassinatos tal como o da Vereadora Marielle Franco e do seu motorista Anderson Gomes. Ela própria, dias antes de ser executada, foi nomeada relatora da Comissão da Câmara dos Vereadores para acompanhamento da Intervenção Federal Militar no Rio, tendo o compromisso de fiscalizar o poder público, visitar territórios, colher dados, solicitar informações, convocar reuniões e acompanhar denúncias, tornando pública sua visão contrária a intervenção por se tratar, no fim, de ampliação da militarização da vida, principalmente para os/as moradores/as de favelas e periferias.

Por fim, é preciso salientar que ao conjugar num só texto ações que tratam do caso Marielle Franco e da Intervenção Federal Militar no Estado do Rio buscou-se, por um lado, ratificar que cabe ao General Braga Netto, do Comando Militar do Leste, interventor da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, respostas ao caso. E, noutra medida, reafirmar que a atuação de Marielle na mandata, enquanto relatora, e nos diferentes espaços de militância, em nada coadunaram com o decreto de Intervenção Federal e Militar, do contrário, à revelia deste cenário sua atuação seguiu denunciando os casos de abuso de poder militar nas favelas.

TR - 32

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Que o Andes-SN se una de forma intensiva à Anistia Internacional e ao conjunto de militantes de todo o Brasil exigindo do Governo do Estado do Rio de Janeiro, do General Braga Netto, do Comando Militar do Leste, e das justiças estadual e federal, respostas quanto à execução da vereadora Marielle Franco e do seu motorista Anderson Gomes, fazendo-se justiça quanto aos executores e mandantes;
2. Que se criem materiais de divulgação nos meios de comunicação do Andes-SN em prol de uma campanha nacional de resgate e visibilização das bandeiras de lutas e ações parlamentares encampadas pela vereadora Marielle Franco e da sua *Mandata Coletiva* com vistas a formação de base e articulação com as lutas e campanhas encaminhadas pelos diferentes GTs do sindicato, tendo como data de orientação para o lançamento da campanha 14 de setembro, data que marcará 6 meses da execução de Marielle Franco e Anderson Gomes;
3. Que o Andes-Sn retome a denúncia da farsa da Intervenção Federal Militar no Estado do Rio de Janeiro, produzindo material que evidencia o alto custo da intervenção e sua falha enquanto ação que impactaria positivamente a segurança pública no Estado, com a perspectiva de evitar que essa ação do Governo Federal sirva de espelho para outros Estados.

TEXTO 33

Contribuição do(a)s professore(a)s Ada Raquel Teixeira Mourão (ADUFPI), Agostinho Junior Holanda Coe (ADUFPI), Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Alessandra Carrijo (ADUNIOESTE), Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES), Ana Jovina Oliveira Vieira de Carvalho (ADUNEB), Ana Margarete Gomes da Silva (ADUNEB), Ângela Maria Camargo Rodrigues (ADUNEB), Antônio Joaquim Rodrigues Feitosa (ADUFPB), Cássia Hack (SINDUFAP), Cecília Maria Mourão Carvalho (ADUNEB), Celi Taffarell (APUB), Cláudio Lira (APUB), Cosme Uilson Ferreira de Carvalho (ADUNEB), Cristiane Gomes Ferreira (ADUNEB), Domingos Sávio Garcia (ADUNEMAT), Edineiram Marinho Maciel (ADUNEB), Edite de Faria (ADUNEB), Eduardo Forneck (APROFURG), Elília Camargo Rodrigues (ADUNEB), Eudes Baima (SINDUECE), Fábio Venturini (ADUNIFESP), Flávia Lorena de Souza Araújo (ADUNEB), Geverson Grzeszczyszyn (ADUNICENTRO), Gilberto Grzeszczyszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota (ADUFPA), Helder Molina (ASDUERJ), Jaaziel de carvalho Costa (ADUFPI), Janeide Bispo dos Santos (ADUNEB), José Ricardo Moreno Pinho (ADUNEB), José Tarcísio Lima (ADUFLA), Jurandir Goncalves Lima (ADUFPI), Leni Hack (ADUNEMAT), Liana Gonçalves Pontes Sodré (ADUNEB), Liliam Faria Porto Borges (ADUNIOESTE), Lisleandra Machado (APESJF), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC), Luiz Gonzaga Falcão Vasconcelos (ADUFU), Luiz Rojo (ADUFF), Luzeni Ferraz de Oliveira Carvalho (ADUNEB), Maira Portofé de Mello (ADUNEB), Maria Almeida de Oliveira (ADUNEB), Maria Geovanda Batista (ADUNEB), Maria Nalva Rodrigues de Araujo Bogo (ADUNEB), Marize Carvalho (APUB), Marcelo Neves Costa (ADUNEB), Márcio Alexandre da Silva Pinto (ADUFU), Marcos Luciano Lopes Messeder (ADUNEB), Núbia dos Reis Ramos (ADUNEB), Osmar Moreira dos Santos (ADUNEB), Paulo Humberto Porto Borges (ADUNIOESTE), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Marco Aurélio Gomes de Oliveira (SESDUFT), Marcos Arcoverde (ADUNIOESTE), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Marluce Freitas de Santana (ADUNEB), Paulino Orso (ADUNIOESTE), Raydelson dos Santos (ADUNEB), Rosalvo (ADUNIOESTE), Sérgio Murilo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Silvana Souza (ADUNIOESTE), Tarcísio Fernandes Cordeiro (APUR), Tiago Nicola Lavoura (ADUSC), Verbena Mourão Lopes (ADUNEB), Viviane dos Santos Carvalho (ADUNEB).

EM DEFESA DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS: LUTAR, RESISTIR E CONQUISTAR

TEXTO DE APOIO

Para defender as universidades estaduais, nada é mais animador do que um Viva! Com honras aos 35 anos da UNEB (Universidade do Estado da Bahia), universidade que se reivindica popular e inclusiva, saudando o contingente de 35 mil pessoas que constroem diuturnamente este patrimônio que serve aos baianos e ao Brasil.

As Universidades Estaduais do Brasil desempenham um papel estratégico no desenvolvimento científico e tecnológico. Asfixiá-las financeiramente sabota o desenvolvimento do Brasil enquanto nação soberana, democrática que necessita cumprir com a constituição garantindo direitos aos cidadãos e cidadãs.

Neste momento em que o funcionamento das universidades estaduais encontra-se quase inviável, visto que todas estão asfixiadas, com cortes orçamentários, corte de bolsas, sendo sucateadas de forma brutal, é necessário apontar para uma luta intensa contra as medidas asfixiantes.

Considerando os pontos principais das pautas de reivindicação dos segmentos que compõe as universidades estaduais: estudantes (Assistência estudantil), docentes (carreira, salários, condições de trabalho, formação, aposentadoria, contra a precarização do trabalho, contra o assalto aos fundos públicos, contra a perda da

autonomia universitária e o sucateamento da universidade), técnico-administrativos (carreira, salários, condições de trabalho, formação, aposentadoria), trabalhadores terceirizados (salários, condições de trabalho, carreira, formação, aposentadoria) e a comunidade articulada a projetos de ensino, pesquisa e extensão, vamos encontrar como denominador comum a questão do financiamento. As reivindicações não são atendidas em decorrência da aplicação do ajuste fiscal, da aplicação da Emenda Constitucional 95/16, em função da lei de responsabilidade fiscal, em função do pagamento da dívida pública.

Entrando em detalhes das pautas dos docentes das Estaduais - UEMG, UERJ, UEPR, USP, UNICAMP, UNESP, UNEB, UNEMAT, UEPB, entre outras -, vamos constatar as enormes dificuldades relacionadas ao atendimento do básico para o bom funcionamento institucional.

Estão em greve ou construindo a possibilidade de uma greve geral, todas as Universidades Estaduais, sendo que a USP já entrou em greve.

As negociações serão duríssimas, visto estarmos em meio a um golpe, vivendo um Estado de exceção, o que vai exigir, mais do que nunca, precisão na estratégia e na tática. Ao mesmo tempo, vivemos um período pré-eleitoral, no qual as tensões nacionais e estaduais colocam possibilidades diferenciadas de disputa relativas a cada contexto específico. A centralidade da nossa luta, portanto, no que diz respeito às Estaduais, reside na capacidade de articular nossas demandas a partir destas especificidades com a luta contra o golpe, pela democracia e pela revogação de todas as medidas que estão destruindo o Brasil e a classe trabalhadora. Neste contexto, a luta pela liberdade de Lula adquire um caráter que extrapola o aspecto eleitoral, convertendo-se em uma disputa simbólica pelo retorno à democracia em nosso país.

Não tem como defender as Universidades Estaduais, atender as reivindicações dos segmentos, senão derrubando o que cria barreiras e obstáculos ao financiamento para atender as reivindicações. Derrubando o superávit primário, o ajuste fiscal, a dívida pública. Isto significa derrubar a EC 95/16. Significa consolidar uma Frente Única em defesa das Universidades Estaduais.

TR - 33

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Participar da articulação da luta, construindo a mais ampla unidade entre os trabalhadores, os jovens e suas organizações, em defesa das Universidades Estaduais;
2. Ampliar o fundo de solidariedade aos professores das estaduais com o quantitativo de 1% da sua arrecadação mensal enquanto houver professores com salários atrasados;
3. Ampliar o valor de empréstimo aos professores nestas condições para 5 mil reais;
4. Fazer uma ampla campanha de divulgação da existência deste fundo e da possibilidade de realização dos empréstimos, já que hoje o número de professores que realizou tal empréstimo é extremamente pequeno;
5. Colocar em Pauta uma greve geral (GG) articulada nacionalmente em defesa do financiamento público e da expansão de seu orçamento.

Tema IV: Questões Organizativas e Financeiras

COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN (CV)

A Diretoria do ANDES-SN apresentou no Caderno de Textos do 63º CONAD, o TR 16 - Nova composição da Comissão da Verdade do ANDES-SN, e em atendimento à resolução do 58º CONAD, a Comissão da Verdade disponibiliza a seguir o relatório das suas atividades.

TEXTO DE APOIO

I) Histórico da Comissão da Verdade do ANDES-SN (CV)

A Comissão da Verdade do ANDES-SN foi criada no 32º Congresso do Sindicato, em 2013, na cidade do Rio de Janeiro, e a sua coordenação foi constituída no 58º CONAD.

O empenho do ANDES-SN, secretarias regionais e seções sindicais visou contribuir com a luta nacional contra a impunidade daqueles(as) que cometeram crimes de lesa-humanidade a serviço do Estado durante a ditadura empresarial-militar iniciada em 1964.

Dando continuidade ao processo de desvelamento da história recente do Brasil, a coordenação da Comissão da Verdade do ANDES-SN, eleita no 61º CONAD, desenvolveu um conjunto de eixos de trabalho e realizou ações a fim de aplicar um método de trabalho articulado com segmentos internos ao ambiente da universidade e da sociedade civil, para tentar contribuir com a formação de uma sociedade que reconheça a importância da memória sócio-histórica, combata os crimes de lesa-humanidade praticados pelo Estado e faça justiça.

Para o biênio 2016-2018, a CV definiu como foco: “Memória, reparação e resistência”, desenvolvendo as seguintes atividades:

1. Levantamento dos dados nas CV locais e na CV nacional (ANDES-SN), com as seguintes preocupações:
 - a) Informar sobre professores(as), estudantes e técnicos(as) perseguidos(as), presos(as), desaparecidos(as) e mortos(as).
 - b) Reproduzir documentação (atas de conselhos, resoluções etc., das Assessorias de Segurança e Informação - ASI de 1964 a 1985) e enviar para o Sindicato Nacional.
 - c) Imprimir relatórios das CV institucionais (IES) e das seções sindicais.
 - d) Realizar seminários regionais para apresentação dos resultados parciais e inte-relações com os movimentos sociais.
 - e) Finalizar os trabalhos da CV com publicação de relatório-síntese da análise dos dados levantados junto às CV locais e CV institucionais das IES.
2. Encaminhar ofício às comissões institucionais com solicitação de informações.
3. Levantar relatórios institucionais existentes e publicizados.

4. Realizar o II Seminário Nacional da Comissão da Verdade do ANDES-SN, nos dias 26 e 27 de abril de 2018, na USP, em parceria com a ADUSP.
5. Contratar estagiária para fazer levantamento de regimentos, estatutos e atos dos conselhos universitários.
6. Aprovar e instituir a atuação conjunta da CV com o GTHMD e o CEDOC.
7. Aplicar questionário junto às seções sindicais, cujos resultados foram os seguintes:

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO ÀS SEÇÕES SINDICAIS DO ANDES-SN

13 Seções responderam: ADCEFET-RJ, ADLeste, ADUA, ADUERN, ADUFF, ADUFPB, ADUFPEL, ADUNEB, ADUSP, APUFPR, ASDUERJ, SESUNIPAMPA e SESDUFRR.

- 1) A Seção Sindical possui Grupo de Trabalho de História do Movimento Docente em funcionamento?

Sim (ADUFF, ADUNEB)

Não (ADCEFET-RJ, ADLeste, ADUA, ADUERN, ADUFPB, ADUFPEL, ADUSP, APUFPR, ASDUERJ, SESDUFRR, SESUNIPAMPA)

- 2) A Seção formou a Comissão da Verdade local? Realiza algum trabalho de investigação sobre a repressão na sua Universidade?

Sim (ADUERN, ADUFF, ADUNEB)

Não (ADCEFET-RJ, ADLeste, ADUA, ADUFPB, ADUFPEL, ADUSP, APUFPR, ASDUERJ, SESDUFRR, SESUNIPAMPA)

Realiza investigação (ADUFF, ADUFPB, ADUNEB, ADUSP)

Não realiza investigação (ADUERN)

- 3) Em sua Universidade foi formada a Comissão da Verdade institucional? Se positivo, qual a posição da Seção Sindical?

Sim (ADUFF, ADUFPB, ADUNEB, ADUSP)

Não (ADCEFET-RJ, ADLeste, ADUA, ADUERN, ADUFPEL, APUFPR, ASDUERJ, SESDUFRR, SESUNIPAMPA)

Posições

ADUFF: Não participa mas troca informações.

ADUFPB: A Comissão Institucional nunca funcionou efetivamente.

ADUNEB: Participa da Comissão institucional.

ADUSP: Não participa e é crítica à forma de indicação dos nomes.

- 4) Em qual situação a Comissão institucional se encontra atualmente? Foi divulgado relatório?

Não existe CV (ADCEFET-RJ, ADLeste, ADUA, ADUFPEL, APUFPR, ASDUERJ, SESDUFRR, SESUNIPAMPA)

Divulgou relatório (ADUERN, ADUSP – relatório parcial)

Não divulgou relatório (ADUFF, ADUFPB, ADUNEB)

- 5) Existe em sua universidade levantamento de dados sobre as repressões sofridas por professores(as), estudantes e técnicos(as)-administrativos(as) durante a ditadura?

Sim (ADUFF, ADUFPB, ADUSP)

Não (ADLeste, ADUA, ADUERN, ADUFPEL, ADUNEB, APUFPR, ASDUERJ, SESDUFRR, SESUNIPAMPA)

Desconhece (ADCEFET-RJ)

- 6) Há informação na sua Seção Sindical da permanência e continuidade de normas, regimentos ou estatutos jurídicos de cunho autoritário que regem a Instituição de Ensino desde o período da ditadura até o tempo presente? Se positivo, descreva.

Sim (ADUFF, ADUSP)

Não (ADLeste, ADUA, ADUERN, ADUFPB, ADUFPEL, ADUNEB, APUFPR, ASDUERJ, SESDUFRR, SESUNIPAMPA)

Desconhece (ADCEFET-RJ)

Descrições

ADECEFET-RJ: “Embora algumas leis – como a Lei. n. 6.545/1978, que transformou as então Escolas Técnicas Federais em CEFETs – continuem em vigor, elas sofreram alterações posteriores, sobretudo nas décadas de 1990 e 2000”.

ADLeste: “Em sondagem panorâmica nos regimentos dos conselhos superiores e demais instâncias, percebe-se que o REGIMENTO DISCIPLINAR DISCENTE e o REGIMENTO DISCIPLINAR DOS SERVIDORES (técnicos e docentes) são de **1987 e 1985**, respectivamente, e guardam resquícios do período ditatorial, prevendo punições por atos considerados de ofensa moral e política. Também é patente, nos diversos regimentos, a **centralização do poder de decisão na administração** superior (reitoria e diretores de centros)”.

ADUFPB: “Os Estatutos e o Regimento Geral da UFPB são ainda dos tempos da ditadura empresarial-militar, tendo passado apenas por processos de adequação/modernização”.

ADUSP: “A forma como a USP se estrutura e funciona é, sem dúvida, uma das mais autoritárias no país. A USP sequer cumpre a LDB no que se refere à composição de seus órgãos colegiados. (...). Permanece em vigor nos artigos 247, 248 e 250 das disposições transitórias do Regimento Geral da USP o regime disciplinar vigente à época da Ditadura Militar (portanto, anterior à Constituição de 1988), aplicado (...) em tempos recentes, em especial contra estudantes. É possível também mostrar a importância institucional desse documento por meio da publicação “REGIME DISCIPLINAR – Manual de esclarecimento às Comissões de Graduação”, de setembro de 2013.

No período, a CV, também, levantou informações sobre perseguição, prisão e morte de docentes, estudantes e técnicos(as) e indícios de continuidade da ditadura nos regimentos e regulamentos nas universidades, conforme os pontos seguintes:

II) Assassinos(as) e desaparecidos(as) na ditadura empresarial-militar

A CV tem por tarefa, entre outras, denunciar os crimes de lesa-humanidade praticados pela ditadura e lutar pela punição dos(as) que cometeram esses crimes, pela abertura de todos os arquivos dos órgãos repressivos da ditadura e pela publicização dos documentos. Por isso, acha-se importante, como forma de denúncia e de recuperação da memória, fazer o levantamento dos(as) professores(as), estudantes e técnicos(as) das IES mortos(as) ou desaparecidos(as) de 1964 a 1985. Na tabela a seguir, apresenta-se o levantamento realizado pela CV.

ESTUDANTES		
NOME	INSTITUIÇÃO	DATA
José Guimarães	UNE (MACKENZIE)	03/10/1968
Luiz Paulo da Cruz Nunes	Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).	22/10/1968
João Antonio Santos Abi Eçab	Universidade de São Paulo (USP)	08/11/1968
Catarina Helena Abi Eçab	Universidade de São Paulo (USP)	08/11/1968
Reinaldo Silveira Pimenta	Universidade do Estado da Guanabara (atual UERJ)	27/06/1969
Fernando Borges de Paula Ferreira	Universidade de São Paulo (USP)	27/07/1969
José Wilson Lessa Sabbag	Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	03/09/1969
Ichiro Nagami	Filosofia (USP)	04/09/1969
Sérgio Roberto Corrêa	Universidade de São Paulo (USP)	04/09/1969
João Roberto Borges de Souza	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	10/10/1969
Chael Charles Schreier	Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo	22/11/1969
José Roberto Spiegner	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	17/02/1970
Antônio dos Três Reis de Oliveira	Faculdade de Apucarana, no Paraná	15/05/1970
Luiz Renato Pires de Almeida	Universidade Federal de Santa Maria (RS)	02/10/1970
Ary Abreu Lima da Rosa	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	28/10/1970
Odijas Carvalho de Souza	Universidade Federal Rural de Pernambuco	08/02/1971
Carlos Alberto Soares de Freitas	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	15/02/1971
Mário de Souza Prata	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).	03/04/1971
Marilena Villas Boas Pinto	Universidade Santa Úrsula	03/04/1971
Abílio Clemente Filho	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	10/04/1971
Stuart Edgar Angel Jones	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).	14/05/1971

Ivan Mota Dias	Universidade Federal Fluminense (UFF)	15/5/1971
Luiz Almeida Araújo	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)	24/06/1971
Antônio Sérgio de Mattos	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	23/09/1971
Manoel José Mendes Nunes de Abreu	Universidade de São Paulo (USP)	23/09/1971
Aylton Adalberto Mortati	Universidade Mackenzie	04/11/1971
José Roberto Arantes	Instituto de Tecnologia Aeronáutica (ITA) de onde foi expulso e Universidade de São Paulo (FFLC/USP)	04/11/1971
Flávio Carvalho Molina	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	07/11/1971
Carlos Eduardo Pires Fleury	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Universidade de São Paulo (USP)	10/12/1971
Luiz Hirata	Universidade de São Paulo (USP)	20/12/1971
Hiroaki Torigoe	Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa, em São Paulo (SP)	05/01/1972
Jeová Assis Gomes	Universidade de São Paulo (USP)	09/01/1972
Gelson Reicher	Universidade de São Paulo (USP)	20/01/1972
Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	22/01/1972
Isis Dias de Oliveira	Universidade de São Paulo (USP)	30/01/1972
Frederico Eduardo Mayr	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	24/2/1972
Lauriberto José Reyes	Universidade de São Paulo (USP)	22/02/1972
Alexander José Ibsen Voerões	Universidade de São Paulo (USP)	27/02/1972
Antônio Carlos Nogueira Cabral	Universidade de São Paulo (USP)	12/04/1972
Bergson Gurjão Farias	Universidade Federal do Ceará (UFC)	8/5/1972 ou 2/6/1972 ou 3/6/1972 ou 5/6/1972
Idalísio Soares Aranha Filho	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	13/6/1972, 12/7/1972
Ana Maria Nacinovic Corrêa	Faculdade de Belas Artes (RJ)	14/06/1972
Sérgio Landulfo Furtado	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	11/07/1972
Luiz Eurico Tejera Lisbôa	Estudante universitário, mas não destaca a instituição	2/9/1972 ou 3/9/1972
Juan Antônio Carrasco Forrastal	Estudante universitário, mas não destaca a instituição	28/10/1972
João Carlos Cavalcanti	Faculdade de Engenharia Mackenzie	30/10/1972
Aurora Maria Nascimento Furtado	Universidade de São Paulo (USP)	10/11/1972
José Silton Pinheiro	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	29/12/1972
Lourdes Maria Wanderley Pontes	Não cita a instituição; diz apenas que era no Recife – “estudante universitária e desenhista”	29/12/1972
Antônio Carlos Monteiro	Universidade Federal da Bahia	20/9/1972 ou

Teixeira	(UFBA)	21/9/1972 ou 26/9/1972 ou 29/9/1972
Helenira Resende de Souza Nazareth	Universidade de São Paulo (USP)	28, 29 ou 30/9/1972
Ciro Flávio Salazar de Oliveira	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	30/9/1972 ou início de outubro de 1972
Eudaldo Gomes da Silva	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Entre 7 e 9/1/1973, Paulista/Abreu e Lima (PE)
Francisco Emanuel Penteadó	Não cita a instituição, apenas que era em SP	15/03/1973
Alexandre Vannucchi Leme	Universidade de São Paulo (USP)	16/03/1973
James Allen Luz	Sem a instituição, apenas que não conseguiu concluir o curso de direito em Goiás.	24/03/1973
Ronaldo Mouth Queiroz	Universidade de São Paulo (USP)	06/04/1973
Márcio Beck Machado	Universidade Mackenzie	15/05/1973
Maria Augusta Thomaz	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)	15/05/1973
Gerardo Magela Fernandes Torres da Costa	Universidade de Sorocaba	28/05/1973
Luiz José da Cunha	Em 1963, Luiz foi para Moscou estudar na Escola da Juventude Comunista, onde realizou vários cursos nas áreas de Filosofia Ciências Sociais, Política e Economia	13/07/1973
Emmanuel Bezerra dos Santos	Fundação José Augusto	04/09/1973
Manoel Lisbôa de Moura	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	04/09/1973
Umberto de Albuquerque Câmara Neto	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	08/10/1973
Honestino Monteiro Guimarães	Universidade de Brasília (UNB)	10/10/1973
Lucia Maria de Souza	Escola de Medicina e Cirurgia do RJ	24/10/1973
Ranússia Alves Rodrigues	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	27/10/1973
Gildo Macedo Lacerda	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	28/10/1973
José Carlos Novaes da Mata Machado	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	28/10/1973
Arildo Valadão	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	24/11/1973
Sônia Maria de Moraes Angel Jones	UFRJ (expulsa, depois de ser presa a primeira vez) e Universidade de Vincennes (França – exílio)	30/11/1973
Jaime Petit da Silva	Faculdade Federal de Itajubá	Entre 28/11/1973 e 22/12/1973,
Adriano Fonseca Filho	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Entre 28/11/1973 e 3/12/1973
Tobias Pereira Júnior	Universidade Federal Fluminense	17/12/1973 ou

	(UFF)	15/2/1974
Elmo Corrêa	Escola de Medicina e Cirurgia do RJ	Entre 25/12/1973 e 14/8/1974
Guilherme Gomes Lund	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	25/12/1973
Hélio Luiz Navarro de Magalhães	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Entre 1º e 3/1974
Antônio de Pádua Costa	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	14/1/1974 ou 5/3/1974
Luiz Renê Silveira e Silva	Escola de Medicina e Cirurgia do RJ	Entre 19/1/1974 e 3/1974
Dermeval da Silva Pereira	Universidade Federal da Bahia (UFBA - expulso) / Universidade Católica de Salvador (UCSAL)	Entre janeiro e 28/3/1974
Telma Regina Cordeiro Corrêa	Universidade Federal Fluminense (UFF)	1/1974 ou 7/9/1974
Jana Moroni Barroso	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	2/1/1974 ou 8/2/1974
Maria Célia Corrêa	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Em 2/1/1974 ou 5/3/1974
Antônio Teodoro de Castro	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	25/12/1973 ou 27/2/1974
Suely Yumiko Kanayama	Universidade de São Paulo (USP)	Entre 25/12/1973 e 28/12/1973 ou setembro de 1974
Dinaelza Santana Coqueiro	Universidade Católica de Salvador (UCSAL)	28/12/1973, 8/4/1974 ou 9/4/1974
Vandick Reidner Pereira Coqueiro	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	17/01/1974
Eduardo Collier Filho	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	23/02/1974
Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira	Universidade Federal Fluminense (UFF)	23/02/1974
Cilon Cunha Brum	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)	27/02/1974
Uirassu de Assis Batista	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Abril/1974
Aurea Eliza Pereira	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	13/06/1974
Enrique Ernesto Ruggia	Faculdade de Agronomia de Buenos Aires	13/07/1974
Walkíria Afonso Costa	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	entre 30/9/1974 e 25/10/1974
José Maurílio Patrício	Universidade Federal Rural do RJ	10/1974
Maria Regina Marcondes Pinto	Ciências Sociais em São Paulo (não cita a instituição) e Psicologia, na Argentina	10/04/1976
Jorge Alberto Basso	World University Service (WUS)	15/04/1976
Maria Auxiliadora Lara Barcellos	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	01/06/1976
David Eduardo Chab Tarab Baabour	Universidade de Buenos Aires (UBA)	10/06/1976

Marcos Basílio Arocena da Silva Guimarães	Universidade Católica da Argentina	09/07/1976
Roberto Adolfo Val Cazorla	Universidade de Buenos Aires	22/12/1976
Roberto Rascado Rodriguez	Universidade Federal de Buenos Aires	17/02/1977
Luiz Renato do Lago Faria	Universidade de Buenos Aires	06 ou 07/02/1980
Horacio Domingo Campiglia	Estudante de Medicina e Sociologia. Não cita a instituição	12/03/1980
Lorenzo Ismael Viñas	Cursava Ciências Sociais em Buenos Aires”	26/06/1980
Liliana Inés Goldenberg	Universidade de Buenos Aires	02/08/1980
DOCENTES		
NOME	INSTITUIÇÃO	DATA
Juarês Guimarães de Brito	Universidade Federal de Goiás (UFG) – Sociólogo	19/04/1970
Norberto Nehring	Universidade de São Paulo (USP) – Economista	24/04/1970
Heleny Ferreira Telles Guariba	Faculdade de Filosofia da USP e Escola de Arte Dramática de São Paulo (EAD)	12/07/1971
Iara Iavelberg	Professora-assistente no Instituto de Psicologia da USP	20/8/1971,
Lincoln Bicalho Roque	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ	13/03/1973
Merival Araújo	Natural de Alto Paraguai. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), foi professor no Vale do Jequitinhonha (MG), antes de mudar-se para o Rio de Janeiro, onde continuou atuando como docente do ensino superior	14/04/1973
Nelson de Souza Kohl	Instituto de Estudos Econômicos e Sociais – Chile –, onde era tradutor e professor de inglês	15/09/1973
Luiz Carlos de Almeida	Universidade de São Paulo (USP)	13 ou 14/9/1973, no Chile
Wânio José de Mattos	Apenas cita Santiago-Chile	16/10/1973 Santiago – Chile
Luiz Ignácio Maranhão Filho	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	03/04/1974
Ana Rosa Kucinski/Ana Rosa Silva	Universidade de São Paulo (USP)	22/04/1974
Dinalva Conceição Oliveira Teixeira	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)	25/12/1973 ou 16/7/1974 ou 24/7/1974 ou outubro de 1974
TÉCNICO (A)		
NOME	INSTITUIÇÃO	DATA
Issami Nakamura Okano	Assistente de laboratório no Departamento de Engenharia Química e no Instituto de Física (USP)	14/05/1974

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa coordenada por Milton Pinheiro, professor da UFBA e membro da Comissão da Verdade Nacional

III) Pesquisa “Continuidades da ditadura nas IES”

A CV do biênio 2016-2018 realizou pesquisa em diversas fontes, especialmente nos relatórios das CV institucionais das universidades e nos sites das IES, na tentativa de

identificar, nos estatutos e regimentos, a continuidade de formas repressivas da ditadura empresarial-militar. Das 14 universidades existentes em 1964 (UFBA, UFC, UFES, UFF, UFMG, UFPA, UFPB, UFPE, UFRGS, UFRJ, UFRN, UNB, UNICAMP e USP), apenas 7 possuíam ou ainda possuem CV institucionais; para essas, portanto, direcionou-se a busca de informações (UFBA, UFES, UFPB, UFRN, UNB, UNICAMP e USP).

Nessa pesquisa, ainda em desenvolvimento, observa-se a herança da ditadura nas universidades (conforme o relatório da CV da USP), legada pelo governo empresarial-militar, na reforma universitária e no Decreto 477/1968. A universidade pública continua sendo um sistema minoritário, enquanto a maioria dos estudantes, especialmente os(as) filhos(as) de trabalhadores(as) oriundos(as) da escola pública, continua os estudos nas faculdades privadas “A despeito de mudanças dos anos mais recentes, o ensino superior no país ainda guarda sérias contradições.” (Relatório USP, 2018).

A ditadura ainda se faz presente nas universidades públicas em estatutos e regimentos autoritários, a exemplo do Regime Disciplinar da USP, de 1972 (Artigos 247 a 253), que integra o Regimento Geral da Universidade de São Paulo, ferindo o Estado Democrático de Direito: “Foi aprovado e promulgado pelo governador nomeado Laudo Natel, então investido de poderes sobre assuntos universitários”.

Observa-se que a continuidade do autoritarismo se manifesta na sociedade da seguinte forma: Repressão, desqualificação e criminalização dos movimentos sociais, como estratégia de enfraquecimento pela imposição do medo; Violência policial e detenções arbitrárias; Tortura, tratamento desumano e degradante; Perseguições ao pluralismo de ideias e pensamento crítico; Perseguição religiosa, política, partidária e ideológica.

Apesar dos esforços do Estado autoritário, as ideias de esquerda se disseminaram nas universidades durante os anos da ditadura. No fim, como um efeito colateral do próprio autoritarismo da direita, as ideias de esquerda se tornaram até mais influentes do que eram antes, embora o comunismo estivesse em crise e superado por “novas esquerdas”, eminentemente críticas à União Soviética.

No início dos anos 1980, na fase final do poder militar, as universidades haviam se tornado polos importantes da cultura marxista, apesar de enfrentarem fortes concorrentes na disputa pelo campo intelectual, tal como o liberalismo.

Em resumo, a faceta “modernizadora” da ditadura serviu a um modelo econômico e a um projeto de poder autoritário, mas gerou consequências contraditórias: o aumento da massa crítica de estudantes e professores universitários, muitos dos quais participaram decisivamente da luta pelas eleições diretas nos anos 1980 e até hoje são árdios defensores dos direitos humanos e das políticas de “memória, verdade e justiça”.¹⁰

III) Casos ocorridos nas universidades federais e estaduais

¹⁰ Fonte: <http://memoriasdeditadura.org.br/universidades/index.html3>

Atualmente, atitudes autoritárias e repressivas, com base nos regimentos que permanecem desde 1972 (final da reforma universitária durante a ditadura) nas IES públicas, são diariamente executadas, tais como:

- Instalação de processos administrativos para investigar e punir estudantes, professores(as) e técnicos(as) que, de alguma forma, participam das lutas ou que, no cotidiano das atividades acadêmicas, entram em divergência com a orientação oficial. Este foi o caso de um estudante ativista do movimento negro punido com dois semestres de suspensão, na UNICAMP, no contexto de greve. Mesmo os ritos do regimento antidemocrático não foram obedecidos. Outro caso é o da UTFPR, em que a Reitoria e a direção geral publicaram seis portarias (130, 308, 309, 310, 311 e 324), que determinavam sindicâncias internas para criminalizar e punir estudantes que ocuparam a UTFPR e servidores(as) e professores(as) que mediarão conflitos da ocupação.
- Autorização, por parte da Reitoria, de entrada da Polícia nos campi para reprimir estudantes e funcionários(as), como foi o caso da USP e UFSC.
- Militarização da segurança nas universidades, como no caso da USP, que criou uma superintendência de segurança e contratou um militar reformado para ocupar o cargo.
- Intervenção na autonomia didático-pedagógica, ao tentar impedir, via ações do judiciário, o oferecimento de cursos, como no caso das disciplinas denominadas “O golpe de 2016”, que propõem discussão sobre a crise política brasileira atual e o impeachment.
- A intimação pela PF de professores(as) estrangeiros(as) com base nos artigos 106 e 107 da Lei 6.815/1980, que impede atividade política ao(à) estrangeiro(a).
- A escolha dos(as) dirigentes universitários(as) permanece não paritária e sob controle dos governos. Essa forma autoritária se reproduz internamente nas IES com a escolha também não paritária dos(as) dirigentes de departamentos, faculdades e conselhos, por vezes desrespeitando mesmo o limite imposto pela LDB de 70%, 15% e 15%.
- Perseguição ideológica da CAPES e CNPq a pesquisadores(as) com a reprovação de projetos por explicitarem uma metodologia marxista dialética. Também em âmbito local, é exemplar o caso da UFOP, em que o Ministério Público Federal requisitou abertura de inquérito policial, e o juiz aceitou o caso, contra o Núcleo de Estudos do Marxismo, impedindo a continuidade das ações do grupo.

IV) Seminário

Realizou-se, nos dias 26 e 27 de abril de 2018, na Faculdade de Educação da USP, o II Seminário Nacional da Comissão da Verdade em conjunto com o GTHMD e CEDOC do ANDES-SN. Com o tema “Continuidades da Ditadura na Universidade e Sociedade”, o seminário contou com as seguintes mesas:

- Mesa 1 – Depoimentos sobre a ditadura na universidade e na sociedade. Membros: Vitor Wagner Neto de Oliveira (UFMS, CV ANDES-SN e mediador); João Zanetic (USP), Luiz Carlos Prates Mancha (CSP-CONLUTAS e Metalúrgicos de São José dos Campos), Ailton Alves Lacerda Krenak (Comunidade Krenak de Minas Gerais).
- Mesa 2 - Repressão da ditadura na universidade e na sociedade: ontem e hoje. Membros: Antônio José Vale da Costa (ADUA, CV ANDES-SN e mediador),

Wanderson Fábio de Melo (UFF/Comissão da Verdade do ANDES-SN), Joana D'Arc Fernandes Ferraz (UFF/Grupo Tortura Nunca Mais - RJ), Eblin Farage (UFF/ Presidente do ANDES-SN), Ricardo Alves de Lima (IFI Cubatão).

- Mesa 3 - Ataques a autonomia e a democracia na universidade: ontem e hoje. Membros: Ana Maria Ramos Estevão (UNIFESP, CV ANDES-SN e mediadora), Antônio Luís de Andrade (UNESP Presidente Prudente), Maurício Brito (UFBA).
- Mesa 4 - Continuidade estrutural do aparato repressivo nas universidades. Membros: Wanderson Fábio de Melo (UFF, CV ANDES-SN e mediador, Angélica Lovatto (UNESP Marília), Maurício Brito (UFPA), Ana Maria Ramos Estevão (UNIFESP, CV ANDES-SN).

A responsabilidade empresarial no Brasil e o caso Volkswagen, apresentado pela equipe do IIEP - Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas.

V) Avaliação

A comissão atual – composta por dois membros da diretoria, mais três efetivos e três suplentes eleitos no 61º CONAD – identificou a ausência de comissões locais na maioria das seções sindicais, além da paralisação ou conclusão dos trabalhos nas poucas seções que instalaram comissões. Conforme levantamento realizado em 2016, em resposta ao questionário enviado a todas as seções (apresentado neste Relatório), apenas três afirmaram ter formado CV locais.

Salienta-se que, das cerca de 95 seções ativas, apenas 14 responderam ao questionário, denotando a pouca atenção dispensada ao tema. Esta percepção foi ainda mais explicitada durante a tentativa de ampliar o alcance do levantamento: no 62º CONAD de Niterói, os delegados receberam questionário semelhante, que objetivava sondar a existência de CV e Grupo de Trabalho História do Movimento Docente nas respectivas seções. Apenas dois delegados devolveram o questionário respondido.

A CV do Sindicato Nacional se depara com uma inatividade das comissões locais ou mesmo inexistência de preocupação na base, o que tem limitado e, por vezes, impedido o desenvolvimento das ações aprovadas em congressos, as quais dependem do envolvimento das seções. A falta de ressonância deste tema nas seções pode ser o resultado da conjuntura que impõe a emergência de ações outras, mas, também, a falta de ressonância na base da categoria, pois que, inclusive nacionalmente, isto é, no âmbito da sociedade brasileira, a Comissão Nacional da Verdade perdeu o protagonismo.

Por outro lado, reconhece-se que o assunto continua importante, por isso o ANDES-SN deve manter a vigilância cotidiana contra qualquer atitude autoritária dos agentes do Estado, identificar, denunciar e combater o autoritarismo, especialmente nas IES, cobrar a punição dos torturadores e mandantes, entre outras premissas que embasaram a criação da CV do Sindicato, como construir campanha pela revogação, nas IES, das homenagens aos colaboradores da ditadura; lutar pela revisão da Lei de Anistia e pela responsabilização judicial daqueles que cometeram os mais diversos crimes contra os que combatiam a ditadura empresarial-militar e defendiam as liberdades democráticas. Continua-se, ainda, com tarefas pendentes e aprovadas em congressos anteriores, como a análise do Relatório Figueiredo, aproximação com organizações congêneres em outros países e edição de vídeos dos seminários de 2015 e 2018 para disponibilização na página do Sindicato.

Outra preocupação da CV do ANDES-SN deve ser verificar a possibilidade de abrir processo em tribunais internacionais para responsabilizar o Estado brasileiro pelos crimes cometidos contra docentes, estudantes e técnicos(as) durante a ditadura empresarial-militar.

TEXTO 35

Contribuição do professor Hélvio Alexandre Mariano, sindicalizado da Adunicentro Seção Sindical.

É PRECISO AVANÇAR NOS INSTRUMENTOS DE LUTA E DIVULGAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA: PRECISAMOS DE UMA NOVA REVISTA PARA O SINDICATO

TEXTO DE APOIO

Não pretendo fazer um debate sobre o papel da Revista Universidade e Sociedade e nem propor seu fechamento ou mudança de formato no texto que segue e no TR. O que busco aqui é abrir um debate sobre novas possibilidades de divulgação da produção acadêmica envolvendo temas que interessam ao conjunto do sindicato nacional, aos trabalhadores e trabalhadoras das mais diversas áreas, estudantes e lutadores e lutadoras espalhados pelo país.

É fato que o Andes-SN é referência para milhares de estudantes, professor@s e trabalhador@s que buscam nas leituras, reflexões e estudos produzidos pelo conjunto do sindicato uma fonte para a compreensão e análise de diversas temas, sendo as publicações do sindicato um importante espaço para a divulgação de produções acadêmicas, mas também para reflexões produzidas por nossos GTs e setores, além de nossos Cadernos e cartilhas, referências para a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

Compreendo que a Revista Universidade e Sociedade cumpre um papel importante e que as modificações realizadas nos últimos anos, muitas das quais tive a oportunidade de participar, ajudaram na renovação editorial e visual da revista, também avançamos na divulgação da mesma, fazendo chegar nas bibliotecas das universidades públicas, em diversos sindicatos e movimentos sociais, mantendo o padrão de qualidade da revista e dos textos publicados, por isso não estou propondo a modificação no formato da Revista Universidade e Sociedade, mas a criação de uma nova publicação, que não tem por objetivo a superação da atual Revista. A proposta central do TR apresentado é debater com o conjunto do movimento docente a criação de novos mecanismos de publicação e divulgação dos conhecimentos produzidos e acumulados nas mais diversas universidades, movimentos sócias e sindicatos espalhados pelo país e pelo mundo.

Uma publicação com fluxo contínuo, organizada de forma eletrônica e com conselho editorial próprio, debatendo os mais diversos temas de forma dinâmica, rápida e atendendo a demanda de temas atuais.

A nova publicação deve ser em formato de revista acadêmica, de fluxo e com normas próprias, que devem ser elaboradas e aprovadas pela Comissão Editorial da nova publicação, diversa da editoria da Revista Universidade e Sociedade e envidas para o

Congresso do Sindicato para aprovação final, tanto do nome da nova publicação, quanto ao conjunto de normas previstos para publicação e divulgação de artigos.

TR - 35

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Criar uma nova publicação sindical, em formato de Revista Eletrônica de fluxo contínuo, mantido pelo sindicato nacional em suas plataformas digitais;
2. Caberá à plenária do 63º CONAD, após indicação dos nomes nos Grupos de Trabalho, eleger a Comissão Editorial provisória, que irá coordenar os trabalhos de criação e elaboração de normas para nova publicação;
3. A comissão provisória deverá ser composta por cinco membros, sendo 3 (três) eleitos pela plenária do 63º CONAD e 2(dois) indicados pela direção do sindicato nacional, cabendo a direção executiva da nova revista aos membros indicados pelo sindicato nacional;
4. A comissão eleita no 63º CONAD deverá apresentar ao próximo Congresso um relatório das atividades, o nome da próxima publicação, as normas acadêmicas para publicação, o formato do Conselho Editorial e os custos da produção, cabendo a ao Congresso deliberar pela criação em definitivo da nova publicação;
5. A nova publicação não substitui a Revista Universidade e Sociedade.

TEXTO 36

Contribuição do professor Hélvio Alexandre Mariano, sindicalizado da Adunicentro Seção Sindical.

UM OLHAR PARA O FUTURO SEM ESQUECER O PASSADO: PRECISAMOS AVANÇAR NA PARTICIPAÇÃO DOS SINDICALIZADOS NAS INSTÂNCIAS DO SINDICATO NACIONAL.

TEXTO DE APOIO

A cada eleição do nosso sindicato um tema volta ao debate, a participação d@s professor@s no processo eleitoral. Não pretendo fazer uma análise nacional aprofundada, muito menos questionar o processo eleitoral legítimo e a vitória da chapa 1, legítima vencedora do pleito eleitoral que mais uma vez demonstrou o grau de democracia que o nosso sindicato mantém desde sua fundação.

O texto de apoio que apresento busca apenas levantar um questionamento sobre a participação docente na Regional Sul do Andes, em especial no setor das IEES, onde apenas 535 professor@s votaram nas eleições de 10 e 11 de maio de 2018. Quando separamos a Aprudesc (SC) e analisamos apenas o Paraná, tivemos 475 votantes. A regional sul conta com um total de 5.828 sindicalizados, sendo 1569 no setor das

estaduais, destes 1334 estão nas universidades paranaenses e 235 no estado de Santa Catarina. O quadro descrito demonstra que nos últimos anos avançamos no número de sindicalizados no setor das IEES na Regional Sul, mas ainda não passamos de 20% do número de docentes sindicalizados nas universidades estaduais na regional sul, em especial no estado Paraná, onde temos 1334 docentes sindicalizados no universo de mais de 6.000 docentes que atuam nas IEES. Porém, o quadro interessante é que apesar da baixa sindicalização, é fato que nos últimos anos o Andes tem sido a referência no campo político, comandando as maiores greves da categoria.

Outro quadro importante para destacarmos no caso do Paraná, em relação ao número de votantes é a exclusão dos docentes da Universidade Estadual de Londrina e da Universidade Estadual do Norte do Paraná do quadro de eleitores, sendo a UEL a maior Universidade do Estado. Além disso, as duas universidades tem como representante sindical o Sindiprol-Aduel. Também não tivemos eleições na UNESPAR, tanto na base dirigida pelo Sindiprol-Aduel como na vinculada ao Sindunespar-Seção Sindical do Andes-SN.

1	Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC	136
2	APRUDESC	60
3	APUFPR	375
4	SINDUTF-PR	227
5	ADUNIOESTE	228

Quando analisamos apenas as seções sindicais do Paraná, três das seções tiveram eleições para suas diretorias vinculadas ao pleito nacional, apenas a Sinduepg (Ponta Grossa) não realizou eleição conjunta para a seção sindical, o que pode ser um indicativo para a menor adesão entre as seções sindicais do estado em relação a votação para a direção nacional. Quando analisamos o setor das federais na região sul o quadro não se modifica, sendo que as duas maiores seções, Apufpr e Sindutfpr contabilizaram apenas 602 votantes, somados todos os votos das Ifes no estado, temos 667 votantes. Atualmente temos mais de 5.387 docentes filiados ao Andes-SN no Estado do Paraná e apenas 1.142 votaram nas últimas eleições para a direção nacional do Andes-SN, mesmo com duas chapas na disputa para a direção nacional e com todas as lutas que o setor das Ifes enfrenta no momento, apenas 12,34% dos sindicalizados da UFPR participaram do processo eleitoral, com 375 votantes.

Para finalizar, é importante analisar a organização sindical e universitária do Estado do Paraná que atualmente conta com 4(quatro) Universidades Federais e 7(sete) Universidades Estaduais, espalhadas por todas as regiões do estado. O Andes-SN esta organizado em 9 das universidades paranaenses, estando ausente apenas de duas universidades estaduais, a UEL e a UENP. Um fato que chama a atenção e precisa ser analisado é o debate entre as 9 (nove) seções sindicais, aqui analiso apenas o debate envolvendo todas as seções sindicais e não divididas em setores.

Atualmente o único espaço no estado são os encontros da Secretaria Regional Sul (PR-SC), geralmente como atividades pré ou pós eventos nacionais. Os demais debates são feitos em espaços do sindicato nacional em Brasília, seja através da participação nos GTs, reuniões dos setores do sindicato (quando realizados de forma conjunta), além dos eventos nacionais, conads e congressos. Como nem todas as seções possuem condições financeiras de enviar representantes para todas as atividades nacionais, muitas deixam

de participar de importantes decisões do sindicato, seja na formulação das políticas ou no debate sobre os rumos de diversos temas.

Com a ausência constante nas atividades políticas e com os custos cada vez mais elevados de participação, deixamos de avançar nos debates internos em muitos temas, ficando restrito a leituras de relatórios produzidos pelo Sindicato, que cumpre um papel importante ainda, mas não pode superar a participação efetiva nos espaços do sindicato por muitos sindicalizados que pesquisam e estudam temas que discutimos em nossos GTs, deixando de contribuir na formulação de políticas do sindicato e na construção coletiva de debates sobre os mais diversos temas.

O quadro acima não explica a votação, nem é a intenção do texto de apoio realizar um diagnóstico mais profundo ou apontar saídas, o que precisamos é tentar compreender os números, para buscar uma melhor interpretação dos resultados eleitorais de 2018, não esquecendo de questionar também nossa estrutura atual, que precisa sempre estar em debate e avançar na sua forma para atender as novas demandas da categoria e das lutas em defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

TR - 36

O 63º CONAD delibera:

1. Abrir o debate no interior do sindicato nacional sobre a necessidade de ampliar os espaços internos de participação das seções sindicais nos eventos nacionais através de uma política de solidariedade sindical;
2. Criar um fundo específico para garantir a participação dos representantes das seções sindicais que tenham indicados aprovados em assembleia para participar de reuniões de GTs, Seminários e Encontros Nacionais não deliberativos;
3. O fundo deve ser criado com a destinação de uma parcela de 0,2 do total do valor de 0,20 repassado ao Caixa Nacional;
4. Propor a criação de GTs regionais, com temas próprios e coordenação regional, aos moldes dos GTs nacionais, como espaços para debates sobre políticas estaduais.
5. Criar uma Comissão para repensar a formatação dos GTs do Andes-SN, composta por representantes indicados pela plenária do Conad e representantes da Direção Nacional, em número não inferior a 5(cinco) membros, sendo 3 (três) indicados pela base e 2(dois) pela direção do sindicato nacional;
6. A comissão será provisória, coordenada pela direção nacional do sindicato, sendo que os resultados devem ser apresentados para deliberação no próximo Congresso do Andes-SN.

TEXTO 37

Diretoria do ANDES-SN

REPASSES DAS SEÇÕES SINDICAIS**TEXTO DE APOIO**

De acordo com a deliberação do 52º CONAD, São Luís – MA, 26 a 29/7/07, a Diretoria está apresentando o quadro com os repasses das seções sindicais ao Andes-SN, atualizado até o dia 31 de maio de 2018, acompanhado dos acordos estabelecidos com a tesouraria nacional.

NORTE 1									
ADUA - 1231-9 - MANAUS/AM									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	16/01/18	16.921,08	1.353,66				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	19/02/18	16.864,86	1.349,19				
MARÇO	F	fevereiro/2018	21/03/18	17.209,14	1.376,73				
ABRIL	F	março/2018	23/04/18	17.151,90	1.372,16				
MAIO	F	abril/2018	24/05/18	17.266,72	1.381,34				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

SESDEF-RR - 1236-X - BOA VISTA/RR									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	12/01/18	9.706,63	770,69				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	24/05/18	9.659,75	770,69				
MARÇO	F	fevereiro/2018	30/05/18	9.637,47	770,69				
ABRIL	F	março/2018	30/05/18	9.637,47	770,69				
MAIO	F	abril/2018	30/05/18	9.637,47	770,69				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUNIR - 1235-1 - PORTO VELHO/RO										
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR		
JANEIRO	F	dezembro/2017	16/01/18	2.160,70	76,60					
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	09/02/18	2.160,70	76,60					
MARÇO	F	fevereiro/2018	08/03/18	2.160,70	76,60					
ABRIL	F	março/2018	13/04/18	2.160,70	76,60					
MAIO	F	abril/2018	10/05/18	2.160,70	76,60					
JUNHO	F	maio/2018								
JULHO	F	junho/2018								

ADUFAC - 1232-7 - RIO BRANCO/AC										
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR		
JANEIRO	F	dezembro/2017			587,98					
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	23/05/18	11.306,56	904,52					
MARÇO	F	fevereiro/2018								
ABRIL	F	março/2018								
MAIO	F	abril/2018								
JUNHO	F	maio/2018								
JULHO	F	junho/2018								

SIND-UEA - 1340-4 - MANAUS/AM										
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR		
JANEIRO	E	dezembro/2017								
FEVEREIRO	E	janeiro/2018								
MARÇO	E	fevereiro/2018								
ABRIL	E	março/2018								
MAIO	E	abril/2018								
JUNHO	E	maio/2018								
JULHO	E	junho/2018								

SINDUERR - 1387-0 BOA VISTA /RR										
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR		
JANEIRO	E	dezembro/2017								
FEVEREIRO	E	janeiro/2018								
MARÇO	E	fevereiro/2018								
ABRIL	E	março/2018								

MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

NORTE 2										
ADUFRA - 1234-3 - BELÉM/PA										
S.SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
			DATA	VALOR		VALOR	DATA	PARC		VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2017			92,63	22/11/17	1/5	1.843,04	jun a out/17	
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	28/03/18		93,03	28/03/18	2/5	1.843,04		
MARÇO	F	fevereiro/2018			93,03	10/04/18	3/5	1.843,04		
ABRIL	F	março/2018				22/05/18	4/5	1.843,04		
MAIO	F	abril/2018								
JUNHO	F	maio/2018								
JULHO	F	junho/2018								

ADUFPA - 1233-5 - BELÉM/PA										
S.SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
			DATA	VALOR		VALOR	DATA	PARC		VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2017	05/01/18	35.725,90	2.858,07					
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	21/02/18	35.827,55	2.866,20					
MARÇO	F	fevereiro/2018	06/03/18	35.583,12	2.846,65					
ABRIL	F	março/2018	05/04/18	35.544,45	2.843,56					
MAIO	F	abril/2018	04/05/18	35.450,35	2.836,03					
JUNHO	F	maio/2018								
JULHO	F	junho/2018								

SINDUFAP - 1349-8 - MACAPÁ/AP										
S.SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
			DATA	VALOR		VALOR	DATA	PARC		VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2017	08/01/18	4.277,69	342,22					
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	01/02/18	4.206,69	420,67					

MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

SINDUEPA - 1284-X - BELÉM/PA									
S.SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	24/01/18	2.423,98	193,91	24/01/18	7/77	359,08	
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	12/03/18	2.479,03	198,32	12/03/18	8/77	359,08	
MARÇO	E	fevereiro/2018	06/04/18	2.542,45	203,40	06/04/18	9/77	359,08	
ABRIL	E	março/2018	03/05/18	2.604,12	280,32	03/05/18	10/77	359,08	
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

SINDUFOPA - SANTARÉM/PA									
S.SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017							
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

SINDUNIFESSPA- 1383-8 MARABÁ/PA									
S.SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017							
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							

MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

SINDIFAP -1381- MACAPÁ/AP										
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO		ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR		DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017								
FEVEREIRO	F	janeiro/2018								
MARÇO	F	fevereiro/2018								
ABRIL	F	março/2018								
MAIO	F	abril/2018								
JUNHO	F	maio/2018								
JULHO	F	junho/2018								

SINDUEAP- MACAPÁ/AP										
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO		ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR		DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017								
FEVEREIRO	E	janeiro/2018								
MARÇO	E	fevereiro/2018								
ABRIL	E	março/2018								
MAIO	E	abril/2018								
JUNHO	E	maio/2018								
JULHO	E	junho/2018								

NORDESTE 1										
APRUMA - 1238-6 - SÃO LUÍS/MA										
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO		ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR		DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	22/01/18	17.853,63	1.428,29					
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	19/02/18	17.939,00	1.435,12					
MARÇO	F	fevereiro/2018	16/03/18	17.926,42	1.434,11					
ABRIL	F	março/2018	17/04/18	17.924,21	1.433,94					
MAIO	F	abril/2018	18/05/18	17.975,26	1.438,03					
JUNHO	F	maio/2018								

JULHO	F	junho/2018							
-------	---	------------	--	--	--	--	--	--	--

ADUFPI - 1239-4 - TERESINA/PI									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	08/01/18	3.825,66	552,00				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	23/02/18	3.825,66	552,00				
MARÇO	F	fevereiro/2018	12/03/18	3.825,66	552,00				
ABRIL	F	março/2018	03/05/18	3.825,66	552,00				
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADCESP - 1240-8 - TERESINA/PI									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	05/03/18	8.359,80	668,80				
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	03/04/18	8.359,80	668,80				
MARÇO	E	fevereiro/2018	09/05/18	8.359,80	668,80				
ABRIL	E	março/2018							
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

SESDFUC - 1241-6 - FORTALEZA/CE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017							
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUNIFOR - 1242-4 - FORTALEZA/CE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2017							

		7							
FEVEREIRO	P	janeiro/2018							
MARÇO	P	fevereiro/2018							
ABRIL	P	março/2018							
MAIO	P	abril/2018							
JUNHO	P	maio/2018							
JULHO	P	junho/2018							

SINDCEFET-PI - - TERESINA/PI									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	09/01/18	2.478,32	198,27				
		7							
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	15/02/18	2.539,68	203,17				
MARÇO	F	fevereiro/2018	08/03/18	2.476,31	198,10				
ABRIL	F	março/2018	05/04/18	2.407,29	192,58				
MAIO	F	abril/2018	10/05/18	2.439,01	195,12				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

SINDCENTEC - - JUAZEIRO DO NORTE/CE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017							
FEVEREIRO	E	janeiro/2018							
MARÇO	E	fevereiro/2018							
ABRIL	E	março/2018							
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

SINDIUVA - 1341-2 - SOBRAL/CE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017			259,96				
		7	09/02/18	3.249,48					
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	20/02/18	3.270,00	262,00				
MARÇO	E	fevereiro/2018	21/03/18	3.274,22	261,93				
ABRIL	E	março/2018	10/04/18	3.375,42	270,03				
MAIO	E	abril/2018	11/05/18	3.358,79	268,71				
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

AGOSTO	E	julho/2018							
--------	---	------------	--	--	--	--	--	--	--

SINDUECE - 1342-0 - FORTALEZA/CE										
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR		
JANEIRO	E	dezembro/2017	18/01/18	3.716,40	590,91					
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	13/03/18	3.691,11	590,58					
MARÇO	E	fevereiro/2018	13/03/18	3.691,11	590,31					
ABRIL	E	março/2018	28/05/18	3.720,09	297,61					
MAIO	E	abril/2018								
JUNHO	E	maio/2018								
JULHO	E	junho/2018								

SINDURCA - 1354-4 - CRATO/CE										
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR		
JANEIRO	E	dezembro/2017		acordo	acordo	04/01/18	1/6	2.082,63		
FEVEREIRO	E	janeiro/2018				09/02/18	2/6	2.082,63		
MARÇO	E	fevereiro/2018				07/03/18	3/6	2.082,63		
ABRIL	E	março/2018				06/04/18	4/6	2.082,63		
MAIO	E	abril/2018				09/05/18	5/6	2.082,63		
JUNHO	E	maio/2018								
JULHO	E	junho/2018								

NORDESTE 2										
ADESA-PE - 1253-X - ARCO VERDE/PE										
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR		
JANEIRO	M	dezembro/2017								
FEVEREIRO	M	janeiro/2018								
MARÇO	M	fevereiro/2018								
ABRIL	M	março/2018								
MAIO	M	abril/2018								
JUNHO	M	maio/2018								
JULHO	M	junho/2018								

ADESB - 1255-6 - BELO JARDIM/PE										
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	

MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	M	dezembro/2017							
FEVEREIRO	M	janeiro/2018							
MARÇO	M	fevereiro/2018							
ABRIL	M	março/2018							
MAIO	M	abril/2018							
JUNHO	M	maio/2018							
JULHO	M	junho/2018							

ADUFRRN / ADUERN - 1249-1 - MOSSORÓ-RN

S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017			acordo	10/01/18	1/10	3.509,62	
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	19/03/18	8.732,20		19/03/18	2/10	3.509,62	
MARÇO	E	fevereiro/2018	25/05/18	8.724,13		25/05/18	3/10	3.509,62	
ABRIL	E	março/2018	25/05/18	8.735,22	697,93	25/05/18	4/10	3.509,52	
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADUC - 1245-9 - CAJAZEIRAS-PB

S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	10/01/18	1.504,00	120,30				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUEPB - 1246-7 - CAMPINA GRANDE/PB

S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL	FUNDO ÚNICO	ACORDOS	OBSERVAÇÕES
-------------	----	--------	----------------	-------------	---------	-------------

MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	28/12/17	9.000,00	720,00	28/12/17	22/338	1.801,00	
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	09/02/18	9.000,00	720,00	09/02/18	23/338	1.801,00	
MARÇO	E	fevereiro/2018	08/03/18	9.000,00	720,00	08/03/18	24/338	1.801,00	
ABRIL	E	março/2018	10/04/18	9.000,00	720,00	10/04/18	25/338	1.801,00	
MAIO	E	abril/2018	14/05/18	9.000,00	720,00	14/05/18	26/338	1.801,00	
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADUFCG - 1244-0 - CAMPINA GRANDE/PB									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	05/01/18	13.102,20	1.048,17				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	26/02/18	26.204,40	1.048,17				
MARÇO	F	fevereiro/2018	28/03/18	13.102,00	1.048,17				
ABRIL	F	março/2018	17/04/18	13.137,76	1.051,02				
MAIO	F	abril/2018	15/05/18	13.127,76	1.051,02				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUFCG-PATOS - 1250-5 - PATOS/PB									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017		acordo	acordo	22/12/17	1/10	5.987,72	
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	12/03/18	2.321,90	185,75	12/03/18	2/10	5.987,72	
MARÇO	F	fevereiro/2018	12/03/18	2.321,90	185,75	12/03/18	3/10	5.987,72	
ABRIL	F	março/2018	12/03/18	2.321,90	185,75	12/03/18	4/10	5.987,72	

MAIO	F	abril/2018	12/04/18	2.321,90	185,75	12/04/18	5/10	5.987,72	
JUNHO	F	maio/2018	15/05/18	2.321,90	185,75	15/05/18	6/10	5.987,72	
JULHO	F	junho/2018							

ADUFEPE - 1251-3 - RECIFE/PE

S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017							
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUFERPE - 1252-1 - RECIFE/PE

S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	15/01/18	18.599,72	1.487,98				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	15/02/18	18.536,97	1.482,96				
MARÇO	F	fevereiro/2018	09/03/18	18.445,49	1.475,64				
ABRIL	F	março/2018	12/04/18	18.482,23	1.478,58				
MAIO	F	abril/2018	08/05/18	18.483,30	1.478,66				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUFPB - 1243-2 - JOÃO PESSOA/PB

S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	09/01/18	31.050,98	3.726,12	25/10/17	40/60	7.058,87	
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	05/04/18	31.050,98	3.726,12	05/01/18	41/60	7.058,87	

MARÇO	F	fevereiro/2018	05/04/18	31.050,98	3.726,12	05/01/18	42/60	7.058,87	
ABRIL	F	março/2018				05/01/18	43/60	7.058,87	
MAIO	F	abril/2018				05/04/18	44/60	7.058,87	
JUNHO	F	maio/2018				05/04/18	45/60	7.058,87	
JULHO	F	junho/2018							

ADUPE - 1254-8 - RECIFE/PE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017							
FEVEREIRO	E	janeiro/2018							
MARÇO	E	fevereiro/2018							
ABRIL	E	março/2018							
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADURN - 1247-5 - NATAL/RN									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017							
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUFERSA - 1248-3 - MOSSORÓ/RN									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	19/01/18	3.200,00	128,00				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	20/02/18	3.200,00	128,00				

MARÇO	F	fevereiro/2018	21/03/18	3.200,00	128,00				
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

SINDFAFICA - 1256-4 - CARUARU/PE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2017							
FEVEREIRO	P	janeiro/2018							
MARÇO	P	fevereiro/2018							
ABRIL	P	março/2018							
MAIO	P	abril/2018							
JUNHO	P	maio/2018							
JULHO	P	junho/2018							

SINDFAVIP - - VALE DO IPOJUCA/PE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2017							
FEVEREIRO	P	janeiro/2018							
MARÇO	P	fevereiro/2018							
ABRIL	P	março/2018							
MAIO	P	abril/2018							
JUNHO	P	maio/2018							
JULHO	P	junho/2018							

NORDESTE 3									
ADUFAL - 1258-0 - MACEIÓ/AL									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	

JANEIRO	F	dezembro/2017	18/01/18	17.442,58	1.395,41	28/03/18	2/10	3.756,44	
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	28/03/18	17.439,70	1.395,18				
MARÇO	F	fevereiro/2018	28/03/18	17.374,86	1.389,99				
ABRIL	F	março/2018	08/05/18	17.526,78	1.402,14				
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

APUR - SALVADOR/BA									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	19/01/18	3.954,44	316,36				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	19/02/18	3.956,93	316,56				
MARÇO	F	fevereiro/2018	20/03/18	3.916,65	313,34				
ABRIL	F	março/2018	25/04/18	3.954,17	316,34				
MAIO	F	abril/2018	16/05/18	3.829,26	306,35				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUNEB - 1260-2 - SALVADOR/BA									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	04/01/18	3.321,74	266,39				
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	08/02/18	10.700,00	700,00				
MARÇO	E	fevereiro/2018	16/03/18	10.700,00	700,00				
ABRIL	E	março/2018	07/05/18	10.700,00	700,00				
MAIO	E	abril/2018	15/05/18	10.700,00	700,00				

JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADUFS-BA - 1261-0 - FEIRA DE SANTANA/BA										
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL			ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR		
JANEIRO	E	dezembro/2017	08/01/18	3.340,00	344,00					
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	14/02/18	3.340,00	344,00					
MARÇO	E	fevereiro/2018	08/03/18	3.340,00	344,00					
ABRIL	E	março/2018	17/04/18	3.340,00	344,00					
MAIO	E	abril/2018	22/05/18	3.340,00	344,00					
JUNHO	E	maio/2018								
JULHO	E	junho/2018								

ADUFS - 1257-2 - SÃO CRISTÓVÃO/SE										
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR		
JANEIRO	F	dezembro/2017	16/01/18	30.847,97	2.467,84					
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	19/02/18	30.734,71	2.458,78					
MARÇO	F	fevereiro/2018	27/03/18	30.654,64	2.452,37					
ABRIL	F	março/2018	16/04/18	30.720,95	2.457,68					
MAIO	F	abril/2018	09/05/18	30.648,96	2.451,92					
JUNHO	F	maio/2018								
JULHO	F	junho/2018								

ADUSB - 1262-9 - VITÓRIA DA CONQUISTA/BA										
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR		
JANEIRO	E	dezembro/2017	10/01/18	6.000,00	480,00					
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	08/02/18	6.000,00	480,00					

			8						
MARÇO	E	fevereiro/2018	12/03/18	6.000,00	480,00				
ABRIL	E	março/2018	10/04/18	6.000,00	480,00				
MAIO	E	abril/2018	10/05/18	8.000,00	480,00				
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADUCSAL - 1263-7 - SALVADOR/BA									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	CONTABILIDADE
JANEIRO	P	dezembro/2017							
FEVEREIRO	P	janeiro/2018							
MARÇO	P	fevereiro/2018							
ABRIL	P	março/2018							
MAIO	P	abril/2018							
JUNHO	P	maio/2018							
JULHO	P	junho/2018							

APUNI - 1265-3 - IBICARAÍ/BA									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2017							
FEVEREIRO	P	janeiro/2018							
MARÇO	P	fevereiro/2018							
ABRIL	P	março/2018							
MAIO	P	abril/2018							
JUNHO	P	maio/2018							
JULHO	P	junho/2018							

SINDESP-BA - - ITABUNA/BA									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	Mult	dezembro/2017							
FEVEREIRO	Mult	janeiro/2018							

MARÇO	Mult	fevereiro/2018							
ABRIL	Mult	março/2018							
MAIO	Mult	abril/2018							
JUNHO	Mult	maio/2018							
JULHO	Mult	junho/2018							

SINDESP-Sudoeste/BA - - VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	Mult	dezembro/2017							
FEVEREIRO	Mult	janeiro/2018							
MARÇO	Mult	fevereiro/2018							
ABRIL	Mult	março/2018							
MAIO	Mult	abril/2018							
JUNHO	Mult	maio/2018							
JULHO	Mult	junho/2018							

SINFUNESA - 1344-7 - ARAPIRACA/AL

S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017							
FEVEREIRO	E	janeiro/2018							
MARÇO	E	fevereiro/2018							
ABRIL	E	março/2018							
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADUSC - 1264-5 - ILHÉUS/BA

S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	01/03/18	3.539,96	205,17	12/01/18	1/10	1.722,62	
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	16/03/18	3.811,15	233,87	01/03/18	2/10	1.722,62	
MARÇO	E	fevereiro/2018	30/04/18	4.082,34	262,57	16/03/18	3/10	1.722,62	

ABRIL	E	março/2018	8 23/05/18	4.353,53	291,27	8 30/04/18	4/10	1.722,62
MAIO	E	abril/2018				8 23/05/18	5/10	1.722,62
JUNHO	E	maio/2018						
JULHO	E	junho/2018						

SINDIUIFSB - EUNAPOLIS/BA									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017							
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

LESTE									
ADFMTM - 1267-X - UBERABA/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	11/01/18	376,00	212,00				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	23/02/18	376,00	212,00				
MARÇO	F	fevereiro/2018	20/03/18	371,20	179,00				
ABRIL	F	março/2018	13/04/18	369,80	181,20				
MAIO	F	abril/2018	23/05/18	369,60	199,80				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUFSJ - 1275-0 - SÃO JOÃO DEL REY/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	17/01/18	15.515,23	1.233,62				

FEVEREIRO	F	janeiro/2018	16/02/18	15.338,91	1.227,11				
MARÇO	F	fevereiro/2018	28/03/18	15.231,94	1.218,56				
ABRIL	F	março/2018	16/04/18	15.435,46	1.234,84				
MAIO	F	abril/2018	21/05/18	15.643,88	1.251,51				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUFES - 1276-9 - VITÓRIA/ES									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	08/02/18	33.859,55	2.699,95				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	15/02/18	33.749,46	2.708,78				
MARÇO	F	fevereiro/2018	13/04/18	33.673,24	2.693,85				
ABRIL	F	março/2018	20/04/18	37.815,03	3.025,20				
MAIO	F	abril/2018	23/05/18	37.684,10	3.014,72				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUFLA - 1272-6 - LAVRAS/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	15/01/18	17.903,80	1.628,30				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	16/02/18	9.029,80	918,63				
MARÇO	F	fevereiro/2018	20/03/18	9.080,35	922,93				
ABRIL	F	março/2018	18/04/18	9.149,95	731,99				
MAIO	F	abril/2018	17/05/18	9.111,40	728,91				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUFOP - 1274-2 - OURO PRETO/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	17/01/18	14.198,39	1.135,87				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	26/02/18	14.198,39	2.606,48				
MARÇO	F	fevereiro/2018	14/03/18	14.100,37	2.604,70				
ABRIL	F	março/2018	04/04/18	14.169,38	1.133,55				
MAIO	F	abril/2018	10/05/18	14.244,10	1.139,50				
JUNHO	F	maio/2018							

JULHO	F	junho/2018							
-------	---	------------	--	--	--	--	--	--	--

ADUFU - 1266-1 - UBERLÂNDIA/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	07/02/18	32.580,96	2.606,48				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	07/02/18	32.558,80	2.604,70				
MARÇO	F	fevereiro/2018	08/03/18	32.510,21	2.600,82				
ABRIL	F	março/2018	05/04/18	32.390,32	2.591,23				
MAIO	F	abril/2018	10/05/18	32.274,20	2.581,94				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUNIFAL - 1280-7 - ALFENAS/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	10/01/18	249,00	36,80				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	08/02/18	249,00	36,80				
MARÇO	F	fevereiro/2018	09/03/18	249,00	36,80				
ABRIL	F	março/2018	11/04/18	249,00	35,80				
MAIO	F	abril/2018	10/05/18	249,00	36,80				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUNIFEI - 1273-4 - ITAJUBÁ/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017							
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUNIMONTES - 1277-7 - MONTES CLAROS/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES

MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR		DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017							
FEVEREIRO	E	janeiro/2018							
MARÇO	E	fevereiro/2018							
ABRIL	E	março/2018							
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

APES-JF - 1270-X - JUIZ DE FORA/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	22/01/18	23.716,11	1.870,43				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	22/02/18	23.716,11	1.870,43				
MARÇO	F	fevereiro/2018	20/03/18	25.205,08	1.989,59				
ABRIL	F	março/2018	17/04/18	25.263,50	2.077,30				
MAIO	F	abril/2018	18/05/18	25.432,26	2.007,38				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ASPUV - 1271-8 - VIÇOSA/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2016	16/01/18	24.084,07	8.028,00				
FEVEREIRO	F	janeiro/2017	22/02/18	24.084,07	8.028,00				
MARÇO	F	fevereiro/2017	14/03/18	24.084,07	8.028,00				
ABRIL	F	março/2017	05/04/18	26.010,79	8.028,00				
MAIO	F	abril/2017	10/05/18	24.084,07	8.028,00				
JUNHO	F	maio/2017							
JULHO	F	junho/2017							

SINDCEFET-MG - 1269-6 - BELO HORIZONTE/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2016	23/01/18	25.473,86	2.037,90				
FEVEREIRO	F	janeiro/2017	15/02/18	12.754,84	1.020,38				

MARÇO	F	fevereiro/2017	12/03/18	12.660,08	1.012,80				
ABRIL	F	março/2017	17/04/18	12.395,95	991,67				
MAIO	F	abril/2017	22/05/18	12.293,78	983,50				
JUNHO	F	maio/2017							
JULHO	F	junho/2017							

SINDCEFET-OP - 1349-8 - OURO PRETO/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2016							
FEVEREIRO	F	janeiro/2017							
MARÇO	F	fevereiro/2017							
ABRIL	F	março/2017							
MAIO	F	abril/2017							
JUNHO	F	maio/2017							
JULHO	F	junho/2017							

ADUFVJM - 1350-1 - DIAMANTINA/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2016	25/01/18	640,00	51,20				
FEVEREIRO	F	janeiro/2017	16/03/18	655,00	135,00				
MARÇO	F	fevereiro/2017	16/03/18	655,00	135,00				
ABRIL	F	março/2017							
MAIO	F	abril/2017							
JUNHO	F	maio/2017							
JULHO	F	junho/2017							

SINDUNIT - 1279-3 - UBERLÂNDIA/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2016							
FEVEREIRO	P	janeiro/2017							
MARÇO	P	fevereiro/2017							
ABRIL	P	março/2017							
MAIO	P	abril/2017							
JUNHO	P	maio/2017							
JULHO	P	junho/2017							

ADOM - TEOFIL OTONI/MG										
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO		ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR		DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2016								
FEVEREIRO	F	janeiro/2017								
MARÇO	F	fevereiro/2017								
ABRIL	F	março/2017								
MAIO	F	abril/2017								
JUNHO	F	maio/2017								
JULHO	F	junho/2017								

ADUEMG - BELO HORIZONTE/MG										
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO		ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR		DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2016	02/04/18	184,00	14,72					
FEVEREIRO	E	janeiro/2017	02/04/18	184,00	14,72					
MARÇO	E	fevereiro/2017	02/04/18	184,00	14,72					
ABRIL	E	março/2017	02/04/18	184,00	14,72					
MAIO	E	abril/2017	02/04/18	184,00	14,72					
JUNHO	E	maio/2017								
JULHO	E	junho/2017								

SINDIFSSULDEMINAS - POUSO ALEGRE /MG										
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO		ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR		DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2016								
FEVEREIRO	F	janeiro/2017								
MARÇO	F	fevereiro/2017								
ABRIL	F	março/2017								
MAIO	F	abril/2017								
JUNHO	F	maio/2017								
JULHO	F	junho/2017								

PLANALTO									
ADCAC - 1286-6 - CATALÃO/GO									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	04/01/18	1.340,52	120,64				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADCAJ - 1287-4 - JATAÍ/GO									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017							
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUEG - - GOIÂNIA/GO									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017							
FEVEREIRO	E	janeiro/2018							
MARÇO	E	fevereiro/2018							
ABRIL	E	março/2018							
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADUNB - 1281-5 - BRASÍLIA/DF									
------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	05/01/18	16.200,20	1.295,99				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	15/02/18	16.200,20	1.295,99				
MARÇO	F	fevereiro/2018	15/03/18	16.200,20	1.295,99				
ABRIL	F	março/2018	13/04/18	16.200,20	1.295,99				
MAIO	F	abril/2018	15/05/18	16.200,20	1.295,99				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUCB - - BRASÍLIA/DF

S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2017							
FEVEREIRO	P	janeiro/2018							
MARÇO	P	fevereiro/2018							
ABRIL	P	março/2018							
MAIO	P	abril/2018							
JUNHO	P	maio/2018							
JULHO	P	junho/2018							

APUG - 1345-5 - GURUPI-TO

S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	M	dezembro/2017	07/03/18	3.270,09	261,60				
FEVEREIRO	M	janeiro/2018	04/04/18	3.306,63	264,53				
MARÇO	M	fevereiro/2018	03/05/18	3.443,59	275,48				
ABRIL	M	março/2018							
MAIO	M	abril/2018							
JUNHO	M	maio/2018							

JULHO	M	junho/2018							
-------	---	------------	--	--	--	--	--	--	--

SESDFIMES - - MINEIROS/GO									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	M	dezembro/2017							
FEVEREIRO	M	janeiro/2018							
MARÇO	M	fevereiro/2018							
ABRIL	M	março/2018							
MAIO	M	abril/2018							
JUNHO	M	maio/2018							
JULHO	M	junho/2018							

SESDUEG - - ANÁPOLIS/GO									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017							
FEVEREIRO	E	janeiro/2018							
MARÇO	E	fevereiro/2018							
ABRIL	E	março/2018							
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

SESDUFT - 1352-8 - PALMAS/TO									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	31/01/18	2.555,35	59,27				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	15/03/18	2.255,35	59,27				
MARÇO	F	fevereiro/2018	15/03/18	2.255,35	59,27				
ABRIL	F	março/2018	25/05/18	2.255,35	59,27				

			8						
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

SINDCEFET-GO - 1284-X - GOIÂNIA/GO									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017							
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

RIO DE JANEIRO									
ASDUERJ - 1294-7 - RIO DE JANEIRO/RJ									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017				11/12/17	10/59	2.698,79	
FEVEREIRO	E	janeiro/2018							
MARÇO	E	fevereiro/2018							
ABRIL	E	março/2018							
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADUFRJ - 1295-5 - RIO DE JANEIRO/RJ									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	08/01/18	83.679,12					
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	06/02/18	82.905,72					
MARÇO	F	fevereiro/2018	09/03/18	83.554,38					
ABRIL	F	março/2018	06/04/18	83.045,59					
MAIO	F	abril/2018	07/05/18	83.739,28					
JUNHO	F	maio/2018							

JULHO	F	junho/2018							
-------	---	------------	--	--	--	--	--	--	--

ADUNI-RIO - 1296-3 - RIO DE JANEIRO/RJ									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	05/01/18	19.288,35	1.543,06				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	19/02/18	19.199,43	1.535,95				
MARÇO	F	fevereiro/2018	16/03/18	19.293,41	1.540,69				
ABRIL	F	março/2018	06/04/18	19.199,73	1.535,97				
MAIO	F	abril/2018	03/05/18	19.423,64	1.553,89				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADCEFET-RJ - 1297-1 - RIO DE JANEIRO/RJ									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	06/02/18	6.468,30	517,46				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	06/02/18	6.525,03	522,00				
MARÇO	F	fevereiro/2018	19/03/18	6.557,52	524,60				
ABRIL	F	março/2018	10/04/18	6.557,36	524,60				
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUFF - 1298-X - NITERÓI/RJ									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	10/01/18	69.873,89	5.589,91				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	06/02/18	69.186,57	5.534,93				

			8						
MARÇO	F	fevereiro/2018	07/03/18	67.986,89	5.438,95				
ABRIL	F	março/2018	11/04/18	68.319,21	5.465,54				
MAIO	F	abril/2018	03/05/18	69.419,75	5.553,58				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUR-RJ - 1299-8 - SEROPÉDICA/RJ									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	14/12/17	7.406,25	1.777,50				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	09/01/18	7.406,25	1.777,50				
MARÇO	F	fevereiro/2018	05/03/18	7.406,25	1.777,50				
ABRIL	F	março/2018	03/04/18	7.406,25	1.777,50				
MAIO	F	abril/2018	09/05/18	7.403,38	1.776,81				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

SESDUENF - 1356-0 - RIO DE JANEIRO/RJ									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	09/01/18	2.400,00	192,00				
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	21/02/18	2.400,00	192,00				
MARÇO	E	fevereiro/2018	03/04/18	2.400,00	192,00				
ABRIL	E	março/2018	03/05/18	2.400,00	192,00				
MAIO	E	abril/2018	03/05/18	2.400,00	192,00				
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADUEZO - RIO DE JANEIRO/RJ									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017							
FEVEREIRO	E	janeiro/2018							
MARÇO	E	fevereiro/2018							

ABRIL	E	março/2018							
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADOPEAD - 1329-3 RIO DE JANEIRO/RJ									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO		dezembro/2017	16/01/18	22,68	10,88				
FEVEREIRO		janeiro/2018							
MARÇO		fevereiro/2018							
ABRIL		março/2018							
MAIO		abril/2018							
JUNHO		maio/2018							
JULHO		junho/2018							

SÃO PAULO									
ADAF - 1306-4 - PIRASSUNUNGA/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017							
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADFATEC - 1309-9 - SÃO PAULO/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017							
FEVEREIRO	E	janeiro/2018							
MARÇO	E	fevereiro/2018							

ABRIL	E	março/2018							
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADFMM- 1308-0 - MARÍLIA/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	22/01/18	1.171,20	93,69				
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	19/02/18	1.165,10	93,20				
MARÇO	E	fevereiro/2018	20/03/18	1.159,00	92,72				
ABRIL	E	março/2018	18/04/18	1.140,70	91,25				
MAIO	E	abril/2018	17/05/18	1.140,70	91,25				
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADUNESP - 1305-6 - SÃO PAULO/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017		ACORDO	ACORDO	27/10/17	9/70	918,77	
FEVEREIRO	E	janeiro/2018							
MARÇO	E	fevereiro/2018							
ABRIL	E	março/2018							
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADUNICAMP - 1302-1 - CAMPINAS/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	11/01/18	38.378,76	3.070,30				
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	15/02/18	38.423,45	3.073,88				
MARÇO	E	fevereiro/2018	15/03/18	38.358,67	3.068,69				
ABRIL	E	março/2018	13/04/18	38.397,98	3.071,84				

MAIO	E	abril/2018	15/05/18	38.300,87	3.064,07				
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADUNIFESP - 1304-8 - SÃO PAULO/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	05/01/18	8.282,55	662,00				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	08/02/18	8.342,80	667,42				
MARÇO	F	fevereiro/2018	08/03/18	8.328,75	666,30				
ABRIL	F	março/2018	06/04/18	8.315,29	665,22				
MAIO	F	abril/2018	14/05/18	8.360,44	668,83				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUNIMEP - 1301-3 - PIRACICABA/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2017							
FEVEREIRO	P	janeiro/2018							
MARÇO	P	fevereiro/2018							
ABRIL	P	março/2018							
MAIO	P	abril/2018							
JUNHO	P	maio/2018							
JULHO	P	junho/2018							

ADUSP - 1303-X - SÃO PAULO/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	08/01/18	64.310,16	5.144,81				
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	09/02/18	64.379,93	5.150,39				
MARÇO	E	fevereiro/2018	08/03/18	64.428,03	5.154,24				
ABRIL	E	março/2018	06/04/18	64.428,82	5.154,30				
MAIO	E	abril/2018	10/05/18	64.212,99	5.137,03				
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADEEP- PIRACICABANA/SP									
------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	M	dezembro/2017							
FEVEREIRO	M	janeiro/2018							
MARÇO	M	fevereiro/2018							
ABRIL	M	março/2018							
MAIO	M	abril/2018							
JUNHO	M	maio/2018							
JULHO	M	junho/2018							

ADUFABC- SANTO ANDRÉ/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017							
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

SINDIFSP-SBV SÃO JOÃO DA BOA VISTA/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017							
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

SINDUNITAU - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	M	dezembro/2017							
FEVEREIRO	M	janeiro/2018							

MARÇO	M	fevereiro/2018							
ABRIL	M	março/2018							
MAIO	M	abril/2018							
JUNHO	M	maio/2018							
JULHO	M	junho/2018							

SUL									
ADUNICENTRO - 1353-6 - GUARAPUAVA/PR									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	02/01/18	522,00	115,00				
		7							
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	05/02/18	522,00	115,00				
MARÇO	E	fevereiro/2018	01/03/18	522,00	115,00				
ABRIL	E	março/2018	02/04/18	522,00	115,00				
MAIO	E	abril/2018	10/05/18	3.000,00	115,00				
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADUNIOESTE - 1317-X - CASCAVEL/PR									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	05/01/18	2.857,03	228,56				
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	01/02/18	2.857,03	228,56				
MARÇO	E	fevereiro/2018	02/03/18	2.857,03	228,56				
ABRIL	E	março/2018	05/04/18	2.857,03	228,56				
MAIO	E	abril/2018	03/05/18		228,56				
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

APRUDESC - 1319-6 - FLORIANÓPOLIS/SC									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	10/01/18	1.298,00		10/01/18	40/72	694,44	
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	09/02/18	1.300,00		9/2/18	41/72	694,44	

MARÇO	E	fevereiro/2018	08/03/18	1.300,00		8/3/18	42/72	694,44	
ABRIL	E	março/2018	04/05/18	1.300,00		4/5/18	43/72	694,44	
MAIO	E	abril/2018	23/05/18	1.298,00		23/05/18	44/72	694,44	
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

APUFPR - 1311-0 - CURITIBA/PR									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	09/01/18	70.134,50	5.610,76				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	08/02/18	70.075,03	5.606,00				
MARÇO	F	fevereiro/2018	05/03/18	70.058,27	5.604,66				
ABRIL	F	março/2018	10/04/18	70.851,46	5.646,52				
MAIO	F	abril/2018	07/05/18	70.403,56	5.659,28				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

SINDUEPG - 1316-1 - PONTAGROSSA/PR									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	16/02/18	4.880,55	390,30				
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	16/02/18	4.878,70	390,44				
MARÇO	E	fevereiro/2018	07/03/18	4.814,91	385,19				
ABRIL	E	março/2018	16/04/18	4.911,39	392,91				
MAIO	E	abril/2018	09/05/18	4.922,94	393,84				
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

SINDUTF-PR - 1312-9 - CURITIBA/PR									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	23/02/18	14.785,56	1.857,40				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	05/03/18	23.768,40					
MARÇO	F	fevereiro/2018	29/03/18	23.217,47					
ABRIL	F	março/2018	23/04/18	22.906,29	1.832,50				
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							

JULHO	F	junho/2018								
-------	---	------------	--	--	--	--	--	--	--	--

S. Sind. UFSC - 1384 - FLORIANÓPOLIS/SC										
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR		
JANEIRO	F	dezembro/2017	26/01/18	5.503,87	440,31					
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	20/02/18	5.520,00	441,60					
MARÇO	F	fevereiro/2018	26/03/18	5.831,38	466,51					
ABRIL	F	março/2018	02/05/18	5.520,05	441,60					
MAIO	F	abril/2018	28/05/18	5.487,20	438,98					
JUNHO	F	maio/2018								
JULHO	F	junho/2018								

SEDUEM - 1376 - MARINGÁ/PR										
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR		
JANEIRO	E	dezembro/2017	04/01/18	5.182,97	414,64					
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	06/03/18	5.183,27	413,50					
MARÇO	E	fevereiro/2018	06/03/18	5.168,71	414,66					
ABRIL	E	março/2018	11/04/18	5.172,62	413,81					
MAIO	E	abril/2018	16/05/18	5.242,19	419,38					
JUNHO	E	maio/2018								
JULHO	E	junho/2018								

SINDUFFS - CHAPECÓ/SC										
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR		
JANEIRO	F	dezembro/2017	16/03/18	243,34	35,48	02/10/17	4/667	22,17	4/677 35,48	
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	16/03/18	243,34	35,48	14/03/18	5/667	22,17	5/677 35,48	
MARÇO	F	fevereiro/2018	16/03/18	243,34	35,48		6/667	22,17	6/677 35,48	
ABRIL	F	março/2018	05/04/18	243,34	35,48		7/667	22,17	7/677 35,48	
MAIO	F	abril/2018					8/667	22,17	8/677 35,48	
JUNHO	F	maio/2018					9/667	22,17	9/677 35,48	
JULHO	F	junho/2018					10/667	22,17	10/677 35,48	

SINDUNESPAR- PARANAGUÁ/PR										
---------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017							
FEVEREIRO	E	janeiro/2018							
MARÇO	E	fevereiro/2018							
ABRIL	E	março/2018							
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

SESUNILA - FOZ DO IGUAÇU /PR									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	12/01/18	217,29	40,00				
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	05/04/18	397,99	40,00				
MARÇO	E	fevereiro/2018	05/04/18	397,99	40,00				
ABRIL	E	março/2018							
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

RIO GRANDE DO SUL									
Seção Sindical na UFRGS - PORTO ALEGRE/RS									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	05/01/18	1.174,45	93,95				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	06/03/18	1.429,33	114,35				
MARÇO	F	fevereiro/2018	13/03/18	1.328,86	106,30				
ABRIL	F	março/2018	02/04/18	1.272,89	101,83				
MAIO	F	abril/2018	25/05/18	1.325,77	106,06				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

APROFURG - 1320-X - RIO GRANDE/RS									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	05/01/18	19.598,51	1.567,88				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	07/02/18	21.028,99	1.682,31				
MARÇO	F	fevereiro/2018	05/03/18	21.166,49	1.693,32				
ABRIL	F	março/2018	05/04/18	21.162,56	1.693,00				
MAIO	F	abril/2018	04/05/18	21.151,89	1.692,15				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUFPEL - 1321-8 - PELOTAS/RS									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	08/12/17	28.237,80	2.291,24				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	08/01/17	28.640,45	2.297,71				
MARÇO	F	fevereiro/2018	07/02/18	28.721,34	2.243,03				
ABRIL	F	março/2018	08/03/18	28.037,85	2.316,75				
MAIO	F	abril/2018	10/04/18	28.959,34	2.330,41				
JUNHO	F	maio/2018	09/05/18	28.880,14					
JULHO	F	junho/2018							

SEDUFSM - 1322-6 - SANTA MARIA/RS									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	21/12/17	27.053,18	2.164,25				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	14/02/18	27.150,47	2.172,04				
MARÇO	F	fevereiro/2018	28/02/18	38.635,41	3.090,83				
ABRIL	F	março/2018	28/03/18	26.816,34	2.145,31				
MAIO	F	abril/2018	25/04/18	27.671,40	2.213,71				
JUNHO	F	maio/2018	24/05/18	27.596,89	2.207,75				
JULHO	F	junho/2018							

SESUNIPAMPA - - BAGÉ/RS									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES

MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	08/01/18	190,00	15,20	9/11/17	4/379	19,00	
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	07/02/18	190,00	15,20	08/01/18	5/379	19,00	
MARÇO	F	fevereiro/2018	08/03/18	190,00	15,20	07/02/18	6/379	19,00	
ABRIL	F	março/2018	10/04/18	190,00	15,20	08/03/18	7/379	19,00	
MAIO	F	abril/2018	09/05/18	190,00	15,20	10/04/18	8/379	19,00	
JUNHO	F	maio/2018				09/05/18	9/379	19,00	
JULHO	F	junho/2018							

ANEXO AO TEXTO 37
SEÇÕES SINDICAIS COM ACORDOS VIGENTES
POSICIONAMENTO ATÉ O MÊS DE MAIO/18

REGIONAIS	S. SINDICAL	PARCELAMENTO	SALDO DEVEDOR	SITUAÇÃO
NORTE 1	SINDUERR	Foi feito um acordo referente ao parcelamento dos valores em aberto de jan a jul/16 no valor de R\$ 1.785,00 que será parcelado em 5 meses de R\$ 357,00.	R\$ 1.785,00	Pendente
	SIND-UEA	No 36º Congresso foi feito um acordo referente ao Rateio pendente do 31º Congresso no valor de R\$ 13.093,64, que será parcelado em 500 meses de R\$ 261,87.	R\$ 13.093,64	Pendente
NORTE 2	ADUFRA	Compromete-se a pagar os valores em aberto dos repasses de abr a nov/16 no valor total de R\$ 12.175,39 em 5 meses de R\$ 2.435,07 e o fundo único em parcela única de 986,27. <u>Está 4/5</u>	R\$ 986,27	OK
	SINDUEPA	Foi feito um acordo referente aos valores em aberto de jan a dez/16 e jan a mai/17 no valor de R\$ 13.784,66, que será parcelado em 77 meses de R\$ 359,08. <u>Está na 10/77</u>	R\$ 9.834,78	OK
NE1	ADUNIFOR	No 31º Congresso foi feito um acordo referente a 3 meses de mensalidades pendentes de 2009 no valor de R\$ 2.134,67, repasses de mar a dez/10, no valor de R\$ 18.981,40 e repasses de jan a dez/11, no valor de R\$ 22.77,68, totalizando R\$ 43.893,75, que será parcelado em 36 meses de R\$ 1.219,27.	R\$ 43.893,75	Pendente
NE2	ADUFPB	No 32º Congresso foi feito um novo acordo, somando os acordos anteriores e o débito do repasse e fundo, dos meses de mai a dez/12, totalizando R\$ 423.532,08, que será parcelado em 60 meses de R\$ 7.058,87. <u>Está na 45/60.</u>	R\$ 105.882,93	OK
	ADUPE	No 31º Congresso, foi feito um acordo referente à mensalidade e fundos pendentes de 2009 a 2011, no valor de R\$ 102.167,00, parcelado em 100 meses de R\$ 1.021,67.	R\$ 102.167,00	Pendente
	ADESA-PE	Compromete-se a pagar o valor em aberto do Repasse de 1.975,39 em 28 meses de R\$ 70,55 e do Fundo Único 6.351,87 que será parcelado em 28 meses de R\$ 226,85	R\$ 8.327,26	Pendente
	ADUFCG-PATOS	Foi realizado um acordo referente aos repasses em aberto de out a dez/11, jan a dez/12, jan a dez/13, jan a dez/14, jan a dez/15, jan a dez/16 e jan a dez/17,	R\$ 23.950,93	OK

		totalizando R\$ 59.877,25, que será parcelado em 10 meses de R\$ 5.987,72. Está na 6/10.		
	ADUERN	Foi realizado um acordo referente aos repasses em aberto de set a dez/17, totalizando R\$ 35.096,20, que será parcelado em 10 meses de R\$ 3.509,62. Está na 4/10	R\$ 21.057,72	OK
	SINDUNIVASF	Foi realizado um acordo referente aos meses em aberto no valor total de R\$ 13.888,00 que será parcelado em 50 meses de R\$ 277,76. Está na 24/50	R\$ 7.221,76	OK
	ADUEPB	Foi realizado um novo acordo referente aos seguintes repasses: 145 parcelas de R\$ 3.244,75, repasse de 14 meses no valor de R\$ 126.000,00 e Fundo Único 17 meses no valor de R\$ 12.240,00, totalizando R\$ 608.728,75, que será parcelado em 338 meses de R\$ 1.801,00, iniciando em fevereiro/16. Está na 26/338	R\$ 561.902,75	OK
NE 3	ADUCSAL	Foi realizado um acordo de 30 parcelas de R\$ 419,11, referente aos repasses do mês de dezembro de 2007 e dos meses de janeiro a agosto de 2008 – incluindo fundos 2/30. Último pagamento dia 23/4/09.	R\$ 11.316,11	Pendente
	ADUFAL	Foi realizado um acordo referente aos repasses em aberto de outubro e novembro/17, no total de R\$ 37.564,44 que será parcelado em 10 meses de R\$ 3.756,44. Está na 2/10	R\$ 30.051,56	Pendente
	ADUSC	Foi realizado um acordo referente 5 meses em aberto, totalizando R\$ 17.266,20 que será dividido em 10 parcelas de R\$ 1.722,20. Está na 5/10	R\$ 8.655,20	OK
PLANALTO	ADCAJ	Acordo a iniciar no mês de março/17 duas mensalidades por mês devendo 4 meses de repasse de set a dez/16 no valor de R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00	Pendente
LESTE	ADUNIMONTES	Parcelamento dos repasses em aberto dos meses de jul a nov/14 e jul a dez/15 e jan a mai/16, totalizando R\$ 20.291,89 que será parcelado em 40 meses de R\$ 507,29. Iniciando em junho/16.	R\$ 20.291,89	Pendente
RJ	ASDUERJ	Foi realizado um novo acordo, referente aos meses de jan a mai/16 e o valor do acordo anterior, totalizando R\$ 159.228,53 que será parcelado em 59 meses de R\$ 2.698,79. Está na 10/59	R\$ 132.240,63	Pendente
SP	ADUNESP	Foi realizado um acordo no 36º Congresso referente aos repasses de jul a dez, e Fundo Único, totalizando R\$ 64.314,26, que será parcelado em 70 meses de R\$ 918,77. Está na 9/70	R\$ 56.045,33	Pendente
	ADUFABC	No 36º Congresso foi realizado um acordo referente aos repasses de 12	R\$ 7.200,00	Pendente

		meses no valor de R\$ 7.200,00, que será parcelado em 12 meses de R\$ 600,00.		
	APRUDESC	Foi parcelado o valor de R\$ 50.000,00 referente ao Repasse Mensal, Fundo de solidariedade e Fundo Nacional de mobilização, em 72 meses de R\$ 694,44, iniciando em setembro/14. <u>Está na 44/72</u>	R\$ 19.444,64	OK
SUL	SINDUFFS	Foi realizado um acordo referente há 31 meses em aberto. Totalizando de Repasse R\$ 14.787,39 e Fundo Único R\$ 14.787,39, que será parcelado em 667 meses de R\$ 35,48 e 22,17. <u>Esta na 10/677</u>	R\$ 14.565,69 R\$ 23.665,16	OK
RGS	SESUNIPAMPA	Foi realizado um acordo referente aos meses em aberto de agosto de 2014 a maio de 2017, totalizando R\$ 7.198,80 que será parcelado em 379 meses de R\$ 19,00. <u>Está na 9/379</u>	R\$ 7.027,80	OK

TEXTOS APRESENTADOS NA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO E/OU AJUSTES E COMPLEMENTAÇÕES

TEXTO 38

Contribuição do(a)s professore(a)s Adriana D'Agostini, Bartira da Silveira Grandi, Célia Regina Vendramini, Henrique Finco, Luiz Fernando Scheibe, Marcos Ferreira, Maria Regina de Ávila Moreira, Paulo Marcos Borges Rizzo, Sandra Dalmagro, Jean Marie Farines, sindicalizados na Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC

Tema II – Avaliação e atualização dos planos de lutas: educação, direitos e organização da(o)s trabalhador(a)es

ESTANCAR A PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRÁS, DA ÁGUA E DA ELETROBRÁS: EM NOME DA SOBERANIA NACIONAL, EXIGIR A RECOMPOSIÇÃO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA A EDUCAÇÃO.

O ANDES-SN, ao longo de sua história, esteve presente em todas as lutas em defesa dos serviços públicos e contra os avanços das privatizações, principalmente a partir do governo FHC, que iniciou as mudanças constitucionais para possibilitar que empresas de fora comprassem estatais, vendidas invariavelmente a preços irrisórios e com vantagens fiscais para essas empresas e criou vantagens de todo tipo para a lucratividade empresarial, a partir da reforma do estado comandada pelo ministro Bresser Pereira, orientada sob a máxima neoliberal da suposta existência de um público não estatal. O sindicato orientou-se com a compreensão de que o avanço do privado dá-se sempre com o recuo do público, rejeitando o ideário neoliberal de uma possível complementariedade entre o público e o privado e assim foram definidos seus planos de lutas perante todos os governos.

Reconhecemos que o governo Temer, após o golpe de 2016, avança rapidamente com a estratégia de **entregar ao capital internacional o controle total de todos os recursos da nação.**

Isso envolve não apenas a água, mas a energia hidrelétrica, com a venda da Eletrobrás e de centrais hidrelétricas em pleno funcionamento e já quitadas; e no caso do petróleo, o desmonte da PETROBRAS e a alienação a preço vil de nossos melhores campos do pré-sal. O campo de Carcará, por exemplo, foi vendido por um trigésimo de seu valor para a empresa estatal norueguesa Statoil, que mantém com seus lucros o “Oil Fund”, o fundo de previdência que já conta com recursos para atender pelos próximos cem anos a todos os cidadãos na Noruega.

Embora o assédio a esses recursos seja uma questão planetária, que tem relação com um estilo de vida integralmente voltado ao aumento do consumo em todas as suas formas, no caso brasileiro essa questão se amplifica no momento em que vivemos um verdadeiro período de exceção da democracia, com um governo que assumiu ilegitimamente o poder e que está firmemente determinado, com o apoio do Congresso e a conivência do poder judiciário, a destruir todos os direitos duramente conquistados

pela população, sobretudo os trabalhistas, previdenciários, de saúde e de educação, como forma de oferecer abundante lucratividade para o capital que se pretende atrair.

A desastrosa política do Governo Temer para a Petrobras acelerou sua retirada do setor, com a venda de gasodutos, inclusive o grande gasoduto troncal do Sudeste brasileiro (a Nova Transportadora Sudeste (NTS), que consiste em 2,5 mil km em gasodutos, entre Campos, Rio de Janeiro e São Paulo, para o grupo canadense Brookfield e outros fundos, a saída das distribuidoras estaduais, a entrega da Liquigás ao grupo Ultragás, venda de termoeletricas e redução de sua atividade como transportadora.

Trabalhadores da Petrobras (FUP e AEPET) e o conjunto dos geólogos brasileiros, através de sua Federação – Febrageo-, denunciam o crime de lesa pátria cometido pelo atual governo e presidências da Petrobras ao vender, pelo preço absurdamente aviltado de 2,5 bilhões de dólares, sua participação integral de 66% na área de Carcará, uma das mais promissoras áreas localizadas na Bacia de Santos (para a já referida empresa estatal norueguesa), seguido de leilões que comprometem as principais reservas do Pré-Sal.

Enquanto os noruegueses defendem os seus bens estratégicos, mesmo os situados em terras estrangeiras, o atual governo brasileiro promove a desnacionalização do patrimônio de todos nós sob o pretexto de recapitalizar a Petrobras: O presidente Michel Temer assinou em 21/05/2018 a Medida Provisória 830 (MP 830) que extingue o Fundo Soberano do Brasil (FSB), ou o Fundo Social do Pré-Sal, e conseqüentemente a lei que determinava que 75% dos royalties do petróleo e 50% do fundo fossem destinados à educação, conforme lei sancionada por Dilma Rousseff em 09/09/2013.

Na contramão daquela iniciativa, “MiSHELL” Temer sancionou no dia 02 de janeiro de 2018 a lei originária da “MP do Trilhão”, Medida Provisória aprovada a toque de caixa na Câmara dos Deputados e que dá isenção por 22 anos para as multinacionais do petróleo, com um prejuízo para o país de cerca de R\$ 1 trilhão, segundo estudo feito pela consultoria legislativa.

Mas não ficaram só nesse prêmio trilionário as benesses que o governo deu de presente para as petroleiras estrangeiras. Além de estender para 2040 as isenções fiscais na compra de equipamentos, a lei altera o cálculo de impostos sobre o lucro das petroleiras, atendendo gentilmente a demanda das integrantes do cartel chefiado pela Shell e Exxon, e do ministro da economia da Grã-Bretanha.

A alienação de nossos recursos continua: notícia de 20/06/2018: “Câmara aprova permissão para Petrobras negociar áreas do pré-sal”: “Por 217 votos a 57, a Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira 20 de junho de 2018, a proposta que permite à Petrobras transferir para outras empresas até 70% de seu direito de exploração de áreas do pré-sal sob o regime de cessão onerosa. Pelo acordo vigente entre a estatal e o governo, a petroleira brasileira tem o direito de explorar 5 bilhões de barris de petróleo por esse regime... Estimativas apontam perdas de cerca de 500 bilhões de reais para os cofres públicos com a mudança”.

PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRÁS

O Governo Temer também quer aceleradamente privatizar a Eletrobrás, com objetivos fiscais, desprezando **a relevância do controle social sobre uma empresa estratégica no processo de desenvolvimento**. A Eletrobrás é uma concessionária de serviços públicos e uma Empresa tão estratégica quanto a Petrobras. Tem 47 usinas hidroelétricas, 114 térmicas e 69 eólicas, com capacidade de 47.000 MW, o que a faz a

maior geradora de energia elétrica do planeta. A empresa também atua na distribuição e transmissão de energia.

Como fornecedora de um serviço essencialmente público, a razão principal da Eletrobrás não é o lucro direto, mas o atendimento das necessidades da população – especialmente aquela de baixa renda, que depende de tarifas subsidiadas – e das próprias indústrias e demais empresas, que necessitam de fornecimento regular e confiável desse serviço e podem se tornar menos competitivas com o aumento de tarifas, além de reféns do interesse de grupos financeiros internacionais de caráter rentista.

PRIVATIZAÇÃO DA E NA EDUCAÇÃO

“Nas circunstâncias atuais do capital global, o financiamento estatal da educação aparece como uma fonte tentadora para sugar dinheiro público: O valor do mercado educacional mundial foi de \$ 4,9 trilhões (USD) em 2015 (Verger et al, 2017, p.325)... A tomada de controle sobre a educação por parte das empresas não parece surpreendente, o que estimula a sua privatização:” tanto da como na educação.

Numa matéria escrita por Mariana Tokarnia (da Agência Brasil) ficou registrada a compra pela empresa Kroton do sistema Somos Educação.

A Kroton Educacional, uma das maiores organizações no setor de educação superior privada no Brasil, fechou a compra do controle da Somos Educação, por R\$ 4,6 bilhões. A compra foi anunciada hoje (23), em comunicado ao mercado. A Somos Educação, antiga Abril Educação, descreve-se como o principal grupo de educação básica do país. A operação ainda terá que ser aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A compra se dará pela Saber Serviços Educacionais, que é subsidiária integral da Kroton Educacional, dedicada exclusivamente ao mercado de educação básica. A holding assinou o acordo de compra e controle.

Com a aquisição, a Saber atenderá 37 mil alunos em escolas próprias, 25 mil alunos em cursos de idiomas, 1,2 milhão de alunos em escolas particulares parceiras, além de atingir cerca de 33 milhões de alunos de escolas públicas por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Os processos de privatização da Educação Pública, também estão expressos: no Plano Nacional de Educação (2014-2024) que ressignifica o público, retirando seu caráter estatal, permitindo o repasse direto de recursos públicos para a esfera privada subordinando todas suas estratégias e metas; na promulgação da Base Nacional Comum Curricular e na contrarreforma do Ensino Médio; no Projeto Escola Sem Partido; no financiamento atrelado a resultados de avaliação externas e em larga escala; na abertura para contratação de trabalhadores da educação via Organizações Sociais; na destruição dos planos de carreira e concursos públicos, com a opção pela contratação temporária; no preparo do quadro do magistério majoritariamente nas instituições privadas e via EaD, bem como na retirada da autonomia universitária na formação docente; nas Parcerias Público-Privadas com Institutos e Fundações empresariais intervindo na formulação de políticas educacionais, na gestão das escolas públicas, na elaboração de material didático, na formação de professores e gestores, tendo como alvo a mercantilização da educação e a reprodução da sociabilidade requerida pelo momento atual do capital; nos cortes de financiamento para a Educação Pública gerados pela aprovação da EC 95/2016, cujo congelamento de vinte anos do gasto público já implicou, entre outras coisas, na degradação das condições de infraestrutura para

pesquisa, ensino e extensão, na precarização das condições de trabalho e estudo, no corte de bolsas agravando as condições de permanência dos estudantes nas Instituições Educacionais; no incremento das verbas públicas para as instituições privadas, via FIES e PROUNI, e na transformação dos direitos sociais em serviços, como ocorre com a EBSEH na gestão dos Hospitais Universitários.

CORTES NAS VERBAS PARA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Já a situação da ciência e tecnologia é muito séria, gravíssima. Como se sabe, o golpe instituiu a Emenda Constitucional 95, que congela os gastos sociais e em ciência e tecnologia por 20 anos. O contingenciamento (bloqueio) de recursos orçamentários em 2017 resultou em uma drástica redução de recursos para C & T e para as universidades públicas. O congelamento dos gastos públicos por 20 anos ameaça a sobrevivência da ciência e tecnologia brasileiras. Vejamos alguns números:

Em 2010, quando havia um ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (ele foi criado em 1985 como parte do processo de redemocratização, e extinto após o afastamento da presidente Dilma Vanda Rousseff), o valor do orçamento para Ciência e Tecnologia foi de R\$ 10 bilhões de reais. Em 2017, após o MCTI ter sido agregado ao Ministério das Comunicações, o valor passou para R\$ 4,8 bilhões. Mas o que é ruim vai piorar: para 2018, o ano corrente, o orçamento previsto para Ciência e Tecnologia é R\$ 1,4 bilhão. Na China, será de 964 Bilhões...

Em suma, a questão não é de preços ou só de nacionalismo, mas sim da alienação de todas as nossas possibilidades de CONTROLE SOCIAL sobre nossos recursos naturais, e da extinção por este mesmo governo do compromisso de repasse dos recursos do pré-sal para a educação.

Diante do acelerado processo de privatização cabe a resistência organizada dos trabalhadores, os efetivamente prejudicados com as privatizações. Além disso, cabe a pressão de nosso sindicato nas eleições de outubro, problematizando as questões centrais do atual momento. As eleições de outubro colocam em pauta as questões acima e o ANDES-SN tem a responsabilidade de intervir nesta conjuntura com aprofundamento das lutas e apresentando, às candidaturas, as questões relevantes para a defesa dos direitos dos trabalhadores e da soberania nacional.

TR - 38

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Propor imediatamente a todas as centrais de trabalhadores (e possível construção de unidade com a FUP, a AEPET, a FEBRAGEO e outras entidades, movimentos sociais e frentes, como a do Brasil Popular e do Povo Sem Medo) , UM DIA NACIONAL DE LUTA E PREPARAÇÃO DE GREVE NACIONAL tendo como pauta: **1)ESTANCAR A PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRÁS, DA ÁGUA E DA ELETROBRÁS. 2) Exigir a recomposição e ampliação dos RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO Pública Estatal. 3) Pela revogação da EC95.**

2. Intervir no processo eleitoral deste ano apresentando uma plataforma de pontos centrais contra o ajuste fiscal e as privatizações, como auditoria da dívida pública com suspensão de seu pagamento, recursos públicos exclusivamente para os serviços públicos, taxação das grandes fortunas, fim de todas as anistias de devedores ao fisco e à seguridade social, revogação da reforma trabalhista, suspensão da tramitação da reforma da previdência.